

RESISTÊNCIA E/Y MEMÓRIA

PERSPECTIVAS IBERO-AMERICANAS

Coordenação de

Paula Godinho, Inês Fonseca e João Baía



FICHA TÉCNICA

Organização: IHC - Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Coordenação:

Paula Godinho, Inês Fonseca e João Baía

Formatação e Design:

Ana Prata

Capa (imagens):

António Alves e Vera Correia, Pintura de um mural realizado no âmbito do Projeto «40 anos, 40 murais», em Alcântara (16 de Março de 2014).

ISBN: 978-972-96844-3-2

Para citar este e-book:

GODINHO Paula, FONSECA, Inês e BAÍA, João, (Coords.), (2014), *Resistência e/y Memória - Perspectivas Ibero-Americanas* [Documento electrónico], Lisboa: IHC-FCSH/UNL.

© 2015. Instituto de História Contemporânea.

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projecto UID/HIS/04209/2013.



RESISTÊNCIA E/Y MEMÓRIA

PERSPECTIVAS IBERO-AMERICANAS

COORDENAÇÃO DE:

Paula Godinho

Inês Fonseca

João Baía

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	1
1. MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: TEORIA E MÉTODOS	4
<i>Tempo, memória e resistência</i>	
Paula Godinho	5
<i>Argentina 1976-1983: la oposición obrera a la dictadura en la memoria de cinco trabajadores</i>	
Pablo A. Pozzi	16
<i>Ética, memória e silenciamentos: a militância política em contexto de tortura à luz das fontes orais</i>	
Miguel Cardina	28
<i>Memória da resistência ao Estado Novo num tempo sem tempo para a memória</i>	
Rui Bebiano	41
<i>O revisionismo histórico em Portugal: origens e efeitos na memória da Revolução e do Estado Novo</i>	
Luciana Soutelo	48
2. DITADURAS, REVOLUÇÕES E TRANSIÇÕES.....	58
<i>Los testimonios recuperados de los jueces contra el franquismo</i>	
Pilar Díaz Sánchez	59
<i>Memorias individuales de acciones colectivas – La Coordinadora Obrero Estudiantil durante el Tucumanazo (1969-1972)</i>	
Rubén Isidoro Kotler	70
<i>Memória – potencialidades e interditos entre os dirigentes da luta armada</i>	
Ana Sofia Ferreira	84
<i>Memorias del sindicalismo socialista durante la transición española</i>	
Pilar Domínguez Prats	93
<i>O 25 de abril, a Marinha e uma rede clandestina</i>	
Luísa Tiago Oliveira	105
3. TRANSMISSÃO, SOCIEDADE E FAMÍLIA.....	122
<i>Memória e resistência da cultura seringueira (1976-2011)</i>	
Marcos Montysuma.....	123
<i>Inspiração doméstica. As formas familiares de transmissão da militância política entre o operariado português durante o Estado Novo</i>	
Bruno Monteiro	131
<i>Biografía de Miguel Burgas, el primer diputado comunista argentino</i>	
Mariana Mastrángelo	142
<i>“Sobre isso, você devia era entrevistar a minha irmã” - A família Flor e os ditos e não ditos sobre a crise da Lisnave na década de 1980</i>	
Inês Fonseca	151
<i>Notas hacia una conceptualización del exilio obrero chileno: marcas y claves identitarias</i>	
Mónica Gatica.....	162

<i>Lutas pelo passado e usos do passado em contexto de inovação industrial: o bicentenário da fábrica Stephens na Marinha Grande</i>	
Emília Margarida Marques.....	178
4. O GÉNERO DAS MEMÓRIAS.....	190
<i>Voces de mujeres del movimiento social en Argentina. Perspectivas y experiencias</i>	
Cristina Viano.....	191
<i>Memórias femininas da ditadura chilena: resistência e contra-hegemonia</i>	
Sónia Ferreira.....	202
<i>O mergulho na clandestinidade</i>	
Vanessa de Almeida.....	214
<i>Literatura sem cordel: 3 páginas e AVoz das Camaradas das Casas do Partido. Espaços de formação na clandestinidade comunista</i>	
Cristina Nogueira.....	225
5. LIMIARES E LUGARES DE MEMÓRIA.....	239
<i>Fronteiras de lutas e memórias: as narrativas do passado nos conflitos do presente na fronteira Paraguai-Brasil</i>	
José Lindomar C. Albuquerque.....	240
<i>Memórias e resistências na guerra civil de Espanha: processos de emblematização na raia luso-espanhola</i>	
Dulce Simões.....	252
<i>Contrabando na raia da Idanha: entre as máscaras da ilegalidade e os discursos nacionalistas</i>	
Eduarda Rovisco.....	263
<i>Lisboa, cidade de resistência.</i>	
Maria Alice Samara.....	272
6. USOS POLÍTICOS DA MEMÓRIA.....	278
<i>Capturar o passado. Etnografar a revolução portuguesa de 1974</i>	
Sónia Vespeira de Almeida.....	279
<i>Historiografia e Resistência: historiadores críticos do golpe de 1964 e da ditadura</i>	
Lucileide Costa Cardodo.....	292
<i>Los lugares de memoria en España: una perspectiva espacial de estudio</i>	
Sergio Claudio González García.....	304
<i>El descanso de los muertos. Territorios del morir y del permanecer</i>	
María García Alonso.....	315
<i>Revisão e revisionismo na historiografia brasileira contemporânea</i>	
Carlos Zacarias de Sena Júnior.....	325

APRESENTAÇÃO

Naqueles dias do final de Junho de 2013, apresentavam-se ainda em flor os jacarandás de Lisboa, predispondo à fruição da cidade e do rio. Contudo, Lisboa estava ao rubro quando se realizou, entre 27 e 29 de Junho de 2013, o primeiro encontro da Red(e) Ibero-americana Resistência e Memória (RIARM). Decorreu então uma greve geral, num país dilacerado pelo depauperamento resultante de medidas fortemente impopulares, impostas por um memorando estabelecido pela Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional. Os organizadores do encontro em Portugal desfilaram na manifestação convocada pelos sindicatos que ocupou as ruas, acompanhados por alguns colegas vindos da Argentina, do Uruguai, do Brasil, de Espanha, da Colômbia. Encontrámo-nos na praça principal da cidade, o Rossio, e seguimos no cortejo até S. Bento, onde se encontra o parlamento português. Juntos, comparávamos passeatas, concentrações, e discutíamos o movimento que então se desenrolava no Brasil. Vários de nós tinham iniciado o reconhecimento dos trabalhos de investigação em Buenos Aires, no ano anterior. No âmbito da 17ª International Oral History Conference, sob o tema “The Challenges of oral history in the 21st century: diversity, inequality and identity constructions”, diversos colegas haviam apresentado comunicações e coordenado painéis, iniciando-se um intercâmbio fecundo, que se traduz em publicações comuns, participação noutros encontros, circulação de estudantes e de investigadores entre várias das universidades envolvidas. A Red(e) que resolvemos fundar, em resultado da confluência que reconhecemos entre os nossos trabalhos de investigação, une académicos de um e do outro lado do oceano, que usam sobretudo a língua castelhana e a portuguesa nos seus trabalhos de investigação, e que provêm de países que têm culturas ágrafas e que viveram ditaduras mais ou menos longas. Em virtude desses factos, o material oral impõe-se, dando a voz aos que têm dificuldade em fazer ouvir-se. Nesses países, alguns arquivos foram destruídos, ou, em alguns casos, reportam a perspectivas perigosamente sectoriais. As polícias políticas encarregaram-se de deixar a sua versão dos factos e a crítica das fontes é não só premente como torna imperativo o recurso à memória. Mais, para grande parte dos membros da Red(e), impõe-se o recurso à memória, quer porque dá a voz aos que não escrevem as suas recordações, quer porque os elementos dos grupos subalternos ou derrotados pelos processos históricos não encontram como e onde exprimir-se, para fazerem valer a sua versão dos acontecimentos e a sua percepção dos quotidianos. Os vencedores não fazem só a história, impondo a sua versão. Também rapidamente esquecem, deixando todos que não se reconhecem nas versões fixadas a remorder uma visão alternativa do passado. Essa perspectiva hegemónica é, depois, aprendida nas escolas e convertida em memória social ou no repositório da «verdade».

Os textos aqui apresentados são versões revistas das comunicações então apresentadas¹. Incorporam o resultado das críticas e dos debates, que tiveram lugar naqueles dias quentes de Junho de 2013, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Estão agrupados em seis blocos temáticos. O primeiro, “Memória e resistência: teoria e métodos”, integra cinco textos, que interrogam o papel do tempo na forma como se recorda momentos duros e traumáticos. Às memórias dos trabalhadores, da «gente comum», acerca da resistência às ditaduras portuguesa e argentina, em várias conjunturas, junta-se uma reflexão sobre os tempos (e os não-tempos) da memória, os silenciamentos, bem como as origens e os efeitos da memória do Estado Novo e do processo revolucionário em Portugal.

Numa segunda parte, denominada “Ditaduras, revoluções e transições” recupera-se os testemunhos de sindicalistas socialistas, bem como de juizes, durante o franquismo, interroga-se o papel dos estudantes no Tucumano na Argentina, recolhe-se os depoimentos de uma rede clandestina de marinheiros na iminência da queda do fascismo português, bem como de quem fez a luta armada contra a ditadura portuguesa. Numa terceira penetra-se na “Transmissão, sociedade e família”, com abordagens da memória e da resistência na cultura seringueira, no Brasil, ou dos operários vidreiros portugueses, de uma vila com forte tradição de luta: a Marinha Grande. Maurice Halbwachs salientava a família como «quadro social» da memória, aqui abordada pelo seu papel na militância e na resistência entre o operariado português, na cidade do Porto. O exílio chileno durante a ditadura de Pinochet é também conceptualizado através de um conjunto de marcadores memoriais, interrogando-se numa outra contribuição os não-ditos sobre um momento drástico de empobrecimento, no Portugal dos anos 1980.

As memórias têm classe, e também têm género: um quarto bloco desta obra reporta-se ao género das memórias, na Argentina, no Chile e em Portugal, através das vozes das mulheres envolvidas em movimentos sociais e em formas de resistência ativa e militante, bem como nas lutas rotineiras ou de «infrapolítica», como apontou James C. Scott. “Limiares e lugares de memória” é o título do quinto conjunto de textos, que se reportam à fronteira entre o Paraguai e o Brasil – e aos *brasiguaios*, que contam ao investigador qual o papel das narrativas do passado nos conflitos do presente -, entre o contrabando no centro de Portugal e na Extremadura espanhola, e o papel dos limites de um país num momento de convulsão e perseguição tremenda, como foi a guerra de Espanha (1936-1939). As cidades, no Brasil e em Portugal, através dos autores memorialistas e dos lugares de resistência, são espaços narrativos incorporados nos relatos trabalhados por dois investigadores.

Uma última parte desta obra é consagrada aos “Usos políticos da memória”, com novas abordagens dos fenómenos revisionistas no Brasil, mas igualmente através de uma etnografia multi-situada da revolução portuguesa, do golpe de 1964 e da ditadura brasileira, dos lugares de memória em Espanha, bem como dos espaços de morte nas valas comuns durante o franquismo.

¹ Os coordenadores agradecem os esforços de Luísa Tiago de Oliveira, para conseguir apoios financeiros para a publicação desta obra.

O passado é um país estrangeiro, escrevia David Lowenthal. A desbabelização da língua falada nesse país estrangeiro, através dos idiomas dos grupos silenciados, poderá ser um excelente contributo para que o futuro, se for um país estrangeiro, possa ser afagado, reconhecido e construído. Enquanto cientistas sociais, envolvidos com a realidade do seu tempo e com o estudo dos processos sociais, consideramos que essa é uma parte do nosso contributo para uma sociedade mais justa, feliz e harmoniosa.

Lisboa, Setembro de 2015.

Paula Godinho

Inês Fonseca

João Baía

1. MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: TEORIA E MÉTODOS

TEMPO, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA.

Paula Godinho.

Dep. Antropologia e Instituto de História Contemporânea, FCSH/UNL

“Nunca sabemos o que sabemos, onde começa a nossa recordação e começa a dos outros, o que lembramos hoje é sempre o que da última vez lembramos, são falsas todas as memórias. E tudo se mistura, um sonho, um facto, uma recordação, vários pontos acrescentados que formam uma constelação defeituosa – tudo feito da mesma matéria, uma esponja, cheia de lapsos e interstícios, e às vezes quando se espreme sai uma gora a custo, outras, um jorro torrencial.”

Ana Margarida de Carvalho (2013) *Que importa a fúria do mar*, Lisboa, Teorema:222

“O segundo é a duração de 9 192 631 770 períodos da radiação correspondentes à transição entre os dois níveis hiperfinos do estado fundamental do átomo de cézio 133”.

Conferência Geral sobre Pesos e Medidas (cit. Krzysztof Pomian, « Tempo/ Temporalidade», *Einaudi*, vol. 29, Lisboa, INCM:22)

1. Introdução

Num dos momentos do filme de Agnès Varda *Les glaneurs et la glaneuse* (2000), a realizadora que (se) filma rejubila ao encontrar numa lixeira um relógio sem ponteiros. Leva-o para casa, e junta-o a outro que está sempre parado. Mostrando as suas mãos envelhecidas, Agnès Varda assegura que aqueles relógios são o que lhe convém naquele momento da vida. Integra na sua casa e na sua vida aquilo que foi considerado inútil. Ao contrário dos cremes de beleza que prometem o rejuvenescimento, próprios para quem fica a olhar para o *Grande Relógio* que mede o tempo, sentindo na pele cada minuto, Agnès Varda recolhe os restos que o tempo deixou, os desperdícios, o que sobeja depois do sorvedouro da produção rápida e da apanha produtiva.

Ficar a assistir à passagem dos minutos e das décadas é caminhar para a morte, sem outro fim que essa mesma morte. O tempo do relógio sem ponteiros é uma qualidade e não uma quantidade, refluindo num paradoxo no próprio filme: sem relógios, nem calendários, nem encontros marcados, o que sucede é desencadeado com outros acontecimentos e não pelo tempo. Agnès Varda, que ostenta a velhice como uma condição, lida nas rugosidades do vivido, mostra o tempo na sua qualidade e releva o sentido do espaço, em que procura o que foi deixado de fora, desperdiçado, esbanjado, malbaratado, convertido em detrito. Desloca-se à procura dessa qualidade do tempo, sem ficar parada a olhá-lo. Num outro filme, *Les plages de Agnès* (2008), retorna às suas praias – aos seus filmes – uma das quais comporta uns

enigmáticos trapezistas, de lances cronometrados, numa presença da quantidade do tempo para que olha, com os pés na areia. Algumas dessas praias foram feitas de propósito para o filme, foram inventadas como muitas das memórias. Nelas se desfaz a pedra em areia - a pedra em que se tornaria ao olhar para trás.

Este filme de Varda ensina-nos o valor da qualidade do tempo, da produção do saber, constituindo um introito às interrogações sobre o tempo, a reconstituição de acontecimentos que servem para cerzir o presente a um passado que se tornou invisível, e que é vestigial. O objetivo deste texto é interpelar quatro formatos do discurso sobre o tempo – *alongado, denso, fraturado, revisitado* – a partir das memórias da resistência à ditadura portuguesa (1926-1974) e do processo revolucionário que se seguiu ao golpe de 25 de Abril de 1974 em Portugal. Numa etnografia muito sumária, comparo três contextos: o das aldeias portuguesas da fronteira norte durante o processo da guerra civil de Espanha (1936-1939) e subsequente *paz incivil* (Casanova, 2002:X); o de uma povoação rural no latifúndio a sul de Portugal com forte militância comunista, cujos trabalhadores rurais foram duramente reprimidos durante o fascismo (1926-1974), aqui centrada nas memórias da reforma agrária em 1975 (Godinho, 2001); o de um grupo de militantes maoistas (1970-76), que reúne mensalmente para almoçar e conviver (Godinho, 2011; Godinho e Cardoso, 2014; Godinho 2015).

O que significam estas palavras de que parto, e que estão coladas ao tempo: *alongado, fraturado, denso, revisitado*? Ao *tempo alongado* correspondem as continuidades e a reprodução social, pois as sociedades são imparáveis e em cada momento as mulheres e os homens trabalham, sonham e delineiam o que vem a seguir, com base em constrangimentos específicos. É uma modalidade pautada por ciclos repetidos, em que as mudanças são menorizadas. O *tempo fragmentado* ajusta-se aos momentos de rutura em queas mulheres e os homens têm a percepção de que nada voltará a ser como era (Moore, 1966): um tronco serrado não pode voltar a ser um só, como aludia Maurice Habwachs (1950). O tempo torna-se *denso*, porque a festa, a revolução, um grande amor, uma doença grave, colam entre si cada momento, conferindo-lhes uma espessura inaudita e um carácter marcante. As vidas podem comprimir-se para caberem num pequeno bloco temporal e a velocidade reduz-se, para que a totalidade de uma vida possa ser contida. Em cada instante é adivinhado um ponto de viragem, uma sequência quebrada. O tempo também pode tornar-se denso e viscoso porque se ficou colado a ele, por uma paixão sem remissão, um luto perpétuo – o que ficou aquém da sua concretização e a que se reporta incessantemente. Finalmente, o *tempo revisitado* remete para um dado presente em que, como investigadores, acedemos ao passado que nos descrevem, seja pela oralidade, seja pelos documentos. É sempre a partir do presente, de um determinado presente, que se reconstrói o passado, e o que se revive não é o sucedido, mas o resultado da percepção que se constrói, numa determinada conjuntura, num dado grupo social, etário, de género.

Se para os historiadores há duas claras modalidades do tempo, aquela em que vivem e trabalham e o «seu» tempo ou seja, aquele que estudam (Hartog, 2013:46), para os antropólogos é

comum detetar dois territórios: aquele onde vivem e trabalham e o «seu» terreno. Este último pode não desfrutar da materialidade de uma aldeia, de uma rua, ou de um café, reportando-se a um grupo humano mais esparso, à evanescência de fluxos, a um formato de efervescência coletiva no sentido durkheimiano. No caso do terreno dos antropólogos, a espaços diferentes fez-se longamente corresponder uma distinta relação com o tempo. Num texto seminal em torno do assunto, *Time and the Other*, Johannes Fabian (1983), alerta para o modo como a escrita etnográfica se fez pela negação da história. Apela a uma quádrupla rejeição: do *presentismo* (que, como «regime de historicidade», viria a ser admiravelmente interrogado por François Hartog, 2003), do *representacionismo* (com uma parte da realidade a servir como modelo do todo), das *totalidades homogêneas* (esbatendo dentro de um dado coletivo, de uma comunidade real ou imaginária, a diferenciação interna por género, idade, classe social, etc.), e da *alocronia*, ou seja, da remissão para tempos diversos de populações que vivem num mesmo tempo. Para os antropólogos, a afirmação da coetaneidade impede a remissão do objeto de estudo para um tempo alheio ao do sujeito. Segundo Johannes Fabian, a investigação etnográfica construiu o seu objeto como um «*outro irremediável*» no que toca ao tempo. Desse modo, nega que o objeto etnográfico seja «*consustancial ao tempo*», como se o *sujeito* observante e o *objecto* observado estivessem separados por distintas temporalidades, pertencendo ao primeiro o tempo histórico, e ao segundo, o tempo mítico. Esta divisão temporal significou que não só os objectos antropológicos mas também a prática etnográfica emergiram como estando *fora do tempo*, de forma ambivalente e disjuntiva. Não significa que tenha sido assim em todos os casos, mas também nas exceções se leem as tensões dentro da disciplina.

2. Tempo, fronteira, classes sociais e ucronia

Este texto encontra-se nessa fronteira entre o «campo» e a temporalidade que permite uma revisitação do passado no(s) presente(s) do trabalho de terreno. Nos três casos que proponho, a grandeza do momento de fratura pode minorizar os relatos acerca dos quotidianos, deixados implícitos ou completamente omissos. O primeiro dos casos reporta-se a um conjunto de acontecimentos ocorridos na aldeia de Cambedo da Raia, localizada no norte de Portugal, na fronteira com a Galiza. Até 1864, esta aldeia foi *mista* – ou seja, com a fronteira entre os Estados português e espanhol de permeio. Localmente, são detetados três grupos sociais pela etnografia – os pequenos proprietários, os lavradores e os jornaleiros - com vidas assentes na agricultura da pequena propriedade fundiária, complementada pelo contrabando. O tempo longo destas populações, demonstrado igualmente em documentos descreve uma espécie de *zona de refúgio*, ao abrigo do controlo por parte dos Estados (Scott, 2009). No contexto da guerra civil de Espanha, vários habitantes da aldeia abrigaram nas suas casas refugiados galegos, logo a partir de 1936 (Godinho, 1993; 2004; 2011). Alguns desses «fuxidos» eram conduzidos para o litoral português e, daí, para países de acolhimento na América Latina. Esse encaminhamento era feito através de redes montadas por gente ligada à esquerda portuguesa, com apoio de vários consulados, sobretudo sul-americanos. Outros, porém, permaneceram na zona de fronteira, do lado português, vindo

a organizar-se no início dos anos 1940 em grupos de guerrilhas, os *maquis*. Em 1946, depois de um conjunto de eventos do lado português – o assassinato de um proprietário rural, que teria entregado aos franquistas um médico galego alojado por si para ser fuzilado; o assalto forjado pelas polícias, sobretudo pela Guardia Civil, a um autocarro onde viajavam pessoas que iam a uma importante feira – a aldeia de Cambedo viria a ser cercada por forças militares portuguesas e espanholas e atacada com morteiros (Godinho, 2004; Godinho, 2011). Dos três guerrilheiros galegos presentes, um seria morto, outro preso ao longo de 19 anos no tenebroso campo de concentração de Tarrafal, em Cabo Verde, e na Penitenciária de Lisboa, tendo-se alegadamente suicidado o terceiro. Dois soldados portugueses foram mortos. Dos vizinhos de Cambedo, 18 foram presos e julgados um ano depois. Vários cumpriram pena. Num *raid* das autoridades pelas aldeias vizinhas, foram presos muitos outros vizinhos portugueses, famílias inteiras. Um deles seria espancado até à morte, tendo outros falecido em cativeiro. Após três meses de trabalho de campo, durante uma estadia mais longa, em 1986-87, acedi de forma fortuita ao conhecimento deste episódio traumático. Os documentos sobre o assunto, produzidos pela polícia política portuguesa e encontrados em jornais censurados, bandoleirizavam a guerrilha. Sempre silenciada, essa fratura do tempo estava contudo marcada no espaço da aldeia pelas casas, que nunca foram reconstruídas depois do ataque com morteiros. Se as ditaduras franquista (1936-1975) e salazarista-marcelista (1926-1974) mantinham uma reconhecida solidariedade, no caso da fronteira entre o norte de Portugal e a Galiza tinha sido difícil aos Estados português e espanhol convencerem os aldeões de que deviam maior lealdade aos Estados centrais do que aos vizinhos da aldeia imediatamente ao lado. O longo silêncio acerca do ocorrido, que fracturou o tempo local dos grupos familiares atingidos, prolongou-se bem além da memória da ditadura, com um medo que perpassou ainda mais longamente do lado galego da fronteira.

Num outro local do sul de Portugal, o Couço, deparei com a memória e os documentos de um *tempo longo* em que a grande propriedade latifundiária destinada à produção do trigo, do arroz e da cortiça, construía relações de classe social claramente demarcadas entre «nós» e «eles», assentes em comportamentos em que o *public transcript* e o *hidden transcript* (Scott, 1990) de cada classe eram evidenciados. Com base neste estudo de terreno num local com uma história marcada pela resistência ao regime salazarista, em diálogo com a produção científica de Fernando Oliveira Baptista, o ministro que acarinhou e protagonizou o processo da Reforma Agrária em 1974-75, interrogo hojeas memórias locais de um tempo que ficou marcado pelo corte em relação a um momento anterior (sendo a fratura no 25 de Abril de 1974), e pela densidade que se lhe seguiu. Procuro entender esse tempo denso, espesso, recordado com felicidade, bem como a contra-ofensiva que o conduzirá à derrota, na relação entre as conjunturas e as normas legais, entre o local e o translocal, perpassadas por lógicas que subjazem aos lugares sociais ocupados pelos indivíduos (Godinho, 2004).

No sul rural, marcado pela grande propriedade fundiária, o processo de reforma agrária que resulta na ocupação de terras dos grandes proprietários e na criação de unidades coletivas de produção, exploradas em regime cooperativo, marca uma barreira entre um tempo anterior e um novo começo. No

contexto abordado, os discursos produzidos estão frequentemente marcados pela *ucronia* – a nostalgia de um tempo que não chegou a existir – reportando a par da plenitude desses momentos, a consternação e o pesar pelos que se lhe seguiram. A *ucronia* remete para um tempo que, ainda que entendido como dentro do campo das possibilidades, não chegou a ter completa concretização. Nestas circunstâncias, os discursos produzidos num presente que parece ostensivamente comprometer as esperanças depositadas, revolvem a história do que poderia ter sido.

Como demonstrou a etnografia sobre o sul de Portugal, trata-se de uma zona de classes sociais bem vincadas, com vínculos de clientelismo político e compadrio. Contudo, nem sempre conseguiram constituir um óbice aos movimentos colectivos, com registos ao longo do séc. XX nas fontes da repressão, das organizações partidárias, das associações de trabalhadores e dos sindicatos, e na memória coletiva (Pereira, 1983). Os vínculos clientelares verticais que obnubilavam no quotidiano as relações de classe, não obstavam todavia a construções horizontais de grande força, quer entre as classes dominantes, quer entre os subalternos. A justificação para reivindicações em torno de uma forma diferente da apropriação da terra estava inscrita na estrutura fundiária e nas condições de vida que dela derivavam. Porém, como recorda Valério Arcary em entrevista a Raquel Varela e Cátia Pereira, *“Nenhuma sociedade suporta o ambiente de máxima tensão política indefinidamente. O tempo é uma experiência social que se desenvolve em ritmos diferentes em situações de estabilidade e em situações de crise. Na crise, tudo se acelera. E aquele fator que era o mais retardatário antes da crise, a consciência social média de que uma sociedade injusta precisa de ser mudada, é o que avança mais rápido”* (Varela e Pereira, 2013:378). É no período que se segue ao 25 de Abril que ficam criadas localmente as condições para o desencadeamento de uma reforma agrária, um tempo denso do vivido local, também reportado nas formas de revisitação, quando um fotógrafo italiano, Fausto Giaccone, e eu própria, esgravatamos a memória das mulheres e homens locais, provindos de grupos subalternos (Godinho, 2001).

O terceiro registo respeita a um trabalho desenvolvido por mim e por António Cardoso com um grupo de antigos militantes maoistas de matriz operária, que se encontram mensalmente para almoçar num restaurante despretensioso de uma das antigas zonas fabris de Lisboa (Godinho e Cardoso, 2013). A memória do grupo, atualizada em cada almoço, tornou-se também atrativa para alguns escritores, antropólogos e historiadores, porque o entrecruzamento e a inter-correção das recordações em torno de um conjunto de momentos e de personagens permite uma aproximação à «verdade» do grupo, com a reconstituição de percursos individuais e colectivos, acontecimentos e quotidianos. Militaram no Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), fundado em 1970, cuja ação dos jovens militantes – provindos do mundo estudantil, e da zona operária que se estende de Lisboa a Vila Franca – era evidenciada em manifestações-relâmpago, em imprensa, comunicados e tarjetas que denunciavam situações, eventos e estados de facto, e em pinturas nas paredes feitas em arriscados *raids* nocturnos, sobretudo contra a repressão e a guerra colonial. O arrojo do seu grau de exposição pública convocava

admiração e propiciava o recrutamento de novos membros. O crescendo da organização é evidenciado pelo aumento do número de exemplares das edições do órgão central do movimento, o jornal *Luta Popular*, cujo primeiro número sai em Fevereiro de 1971, bem como dos comunicados da organização e de outras conexas, como as que estavam associadas à luta anticolonial. A actuação dos militantes do MRPP começou por surpreender a polícia política, já com traquejo na longa convivência com os métodos de resistência do Partido Comunista Português. Em 12 de Outubro de 1972, o jovem Ribeiro Santos, estudante de Direito e militante da organização, viria a ser assassinado a tiro por um agente da DGS no ISCEF, com um outro militante ferido e preso: José Lamego. Dentro do grupo, no momento de recordar, o tempo alongado pode ficar omissivo, reportando-se a um lugar, as Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, onde foram trabalhadores, se organizaram politicamente, e fizeram a sabotagem possível aos componentes fabricados e destinados à guerra colonial. Sobrepõe-se-lhe o tempo denso da militância, com os eventos que o marcaram, traumáticos e pegajosos, ou de recordação prazenteira (Godinho e Cardoso, 2013). Ao contrário dos casos anteriores, a revisitação do tempo não é o privilégio dos investigadores, já que o exercício memorial é feito pelos próprios, para seu gosto e fruição.

3. Meios da memória e memórias fracas

No filme de Agnès Varda já referido, a realizadora volta às praias da sua infância, recriadas, avivadas, com cores e componentes que ganham significado a partir do momento em que são retomadas, estabelecendo novas fronteiras na temporalidade. Recordar-se a partir do presente, de *um* dado presente, que resulta de uma conjuntura pessoal e coletiva e dos grupos que produziram quem constrói a recordação. Nos três casos estudados, a memória aviva-se nos seus *meios de memória* (Nora, 1986) – sejam eles a aldeia do norte de Portugal, o colectivo comunista do Couço, os almoços dos militantes maoistas. Sem os meios de memória, associados a um local ou a vários, as pessoas e as suas vidas seriam imagens instantâneas, fantasmáticas, sem duração.

A localidade é o meio de memória no primeiro caso, pois trata-se de uma comunidade do norte de Portugal, dentro da qual estão subsumidas por uma ideologia de equidade as diferenças de género, idade, estatuto, grupo social. No segundo, no sul marcado por classes sociais, a classe e o colectivo comunista constituem o *milieu de mémoire*. Conquanto a memória política coucense assente num localismo, trata-se de uma sociedade segmentada, repartida entre *nós* e *eles*, devido à construção de classe, baseada na posse da terra, nesta zona de latifúndio. Ao longo do século XX, os tempos que se seguiram ao 25 de Abril de 1974, foram os únicos em que os subalternos conseguiram aqui algum grau de controlo das respetivas existências, ao mesmo tempo que os latifundiários temeram pelo seu modo de vida anterior. Perante o movimento social, partiram – para Espanha ou para o Brasil, por vezes – tendo as terras sido ocupadas e geridas durante alguns anos por unidades coletivas de produção (UCP's) ou cooperativas. No terceiro caso, embora haja outros locais e instantes de reencontro, a refeição mensal

reconstitui o grupo que enquadra a memória. Esse *meio de memória* desvanece-se entre os ausentes, os que emigraram e os que nem sempre se encontram.

Um mundo sem memória remete exclusivamente para o presente, para este avassalador *presente contínuo* em que o futuro parece adiado. Num texto recente, Enzo Traverso (2015) reporta-se a Maurice Halbwachs (1925; 1950), que considera a memória coletiva como uma representação do passado, fabricada no presente, em resultado de um processo no qual diversos elementos interagem. Halbwachs salienta as lembranças pessoais, as culturas herdadas e transmitidas dentro dos «quadros sociais», ou seja, as gerações, as classes, os movimentos, as instituições e todos os segmentos organizados da sociedade (Halbwachs, 1925, *passim*). Na atualidade, Enzo Traverso chama a atenção igualmente para o papel dos *media* e das indústrias culturais, das políticas da memória e mesmo das leis, como é o caso com a *Lei da Memória Histórica*, em Espanha, que submetem o passado e fixam a sua significação (Traverso, 2015:408).

A História é uma invenção à qual a realidade fornece matérias-primas (Hans Magnus Enzenberguer *apud* Portelli, 2013:103). Contudo, não é uma invenção arbitrária, e o interesse que suscita está enraizado nos interesses do narrador. Ou seja, este pode estar a contar-nos o seu desejo. Como notam Manuel Loff e Luciana Soutelo (Loff, 2000; Soutelo, 2009), tornou-se constante ressaltar os erros, os desvios e os excessos dos processos de aceleração da história, numa investida coetânea da ofensiva política neoconservadora, iniciada nos primeiros anos do cavaquismo. As revoluções e os revolucionários passaram a ser apresentados como antiquados, ridicularizando-se quantos deram o melhor de si, generosamente, em processos de invenção da democracia. Era desconhecida, no caso português, após 48 anos de fascismo. Porém, deprecia-se os feitos dos que a edificaram, conectando-os com a instabilidade social a que se pretende associar o processo revolucionário que decorreu nos 19 meses entre o 25 de Abril de 1974 e o 25 de Novembro de 1975. Os processos revolucionários foram negativizados, remetidos para a anormalização, a patologização e a psiquiatrização.

A estadia em Cambado iniciou-se 1986-87, tendo sido renovada com frequência até à actualidade, dando conta da passagem por três fases quanto à rememoração: (1) um processo de silenciamento de uma recordação, mais intenso do que uma privatização memorial, que acompanha as ditaduras e as ultrapassa, entrando por quase duas décadas após o processo de transição para a democracia; (2) a sua emblematização, num processo de hipermnésia que resgatou a autoestima local, desde 1994; (3) as batalhas locais pela memória, sobretudo desde a aposição de uma placa evocativa, que conduziu a uma turistificação da resistência e à construção de um discurso que bane os lados menos consensuais do relato em torno dos acontecimentos entre 1936 e 1946, exaltando sobretudo a vitimização dos residentes. Como nota Enzo Traverso (2005), o testemunho é identificado com a vítima, colocada numa atitude que não escolheu, quando já não há vencidos mas apenas vítimas (Traverso, 2005:16). Há uma dissimetria da recordação, com a sacralização das vítimas e o esquecimento dos

heróis, ancorando a memória coletiva no presente, com as suas mutações e as suas reviravoltas paradoxais (Traverso, 2005:16).

O trabalho de terreno no Couço foi feito nos anos 1994-95, no âmbito de uma pesquisa longa, destinada à minha tese de doutoramento. Atendendo a que a memória é um exercício a partir de um dado presente, são igualmente detetadas três fases entre os comunistas do Couço. Uma primeira, de privatização da memória, corresponde ao salazarismo e o marcelismo (1926-1974), superada com vigor na fase seguinte, de tempo denso, identificável no processo revolucionário. Esta segunda fase ostenta uma memória ufana e repleta dos momentos de luta anteriores, que servem à construção de um presente e a futuros imaginados, e fica marcada através de registos escritos e visuais significativos, sobretudo durante a reforma agrária. Uma terceira fase surge no final dos anos '90, com uma *revolta da memória* (Loff, 2000) e um processo de emblematização, que passou pela monumentalização do tempo da resistência no Couço, consagrado através de uma escultura, inaugurada em 1999.

No terceiro estudo de caso, cuja investigação foi iniciada em 2003, através da consulta do arquivo da polícia política portuguesa, de entrevistas de enquadramento e de histórias de vida construídas, é possível reconhecer igualmente três fases. Uma primeira, em que a ação se sobrepunha à memória, num grupo de jovens que lutava contra a ditadura, no seu estertor (anos de 1968 a 1974), bem como na densidade temporal do processo revolucionário, com uma pequena organização a realizar uma miríade de tarefas de agitação e propaganda, num tempo virado para a frente, com escassa importância conferida ao aspeto memorial. Um segundo tempo é de desilusão, com uma ressaca do processo revolucionário duramente vivida, que conduziu muitos militantes ao abandono do MRPP e a trajetórias pessoais que foram duramente vividas, como sucede com vários dos entrevistados de origem operária, que tiveram de lidar com a desindustrialização neoliberal e o desemprego. Quando na memória pública o MRPP aparece referido, são sobretudo as trajetórias ascendentes dos seus antigos militantes que são salientadas, já que alguns se tornaram membros do governo, deputados, eurodeputados ou mesmo, num caso, presidente da comissão europeia. A partir do final dos anos '90, com o início dos almoços destes militantes de matriz operária e do convívio memorial associado, deteta-se uma terceira fase, de resgate de uma memória grupal que não logrou implantar-se, que é omitida nos livros escolares, nos media e nos demais formatos (comemorações oficiais, placas comemorativas, lugares de memória).

Atendendo à relação privilegiada entre as memórias fortes e a escrita da História, quanto mais forte é uma memória, mais hipóteses tem de ser convertida em história. Em qualquer dos três casos apresentados, trata-se de *memórias fracas* (Traverso, 2005). Enzo Traverso reflete sobre a relação entre as memórias oficiais e as memórias subterrâneas, ocultas, proibidas. A sua visibilidade depende daqueles a que pertence, fracos ou fortes. Assim, há uma forte possibilidade de uma memória «forte» esmagar as memórias «fracas» (Traverso, 2005:62). A memória arménia, a indígena, a comunista, a

homossexual, a maoista, caíram na clandestinidade e perpetuam-se como recordação de vencidos, estigmatizados, ou mesmo criminalizados pelo discurso dominante (Traverso, 2005: 54).

Nos trabalhos de terreno e na vida, descortina-se quem fica agarrado a uma parte pegajosa do tempo, de que não se liberta, permanecendo ensimesmado, a empreender no que *podia ter sido* e no instante em que tudo se tornou noutra coisa. Esse laborar mental ucrónico torna as pessoas solitárias, vencidas, pessimistas, porque agarradas a um instante viscoso e à espera - ou já sem esperança - de que tudo volte ao tempo anterior. Por vezes, atrás desse tempo pegajoso que pode tornar-se um vórtice, esteve um momento singular, o fulgor de um acontecimento ou o trauma de um cataclismo. Esses momentos, que definem toda uma sequência, podem reenviar para a noção de acontecimento, que já não volta atrás e que implica alterações de substância nas vidas, num perímetro mais curto ou mais lato, longamente sub-teorizado pelos antropólogos e naturalizado pelos historiadores. Nos três casos, alguns dos entrevistados ficaram presos a esse passado, relendo sucessivamente o presente à luz do que poderia ter sido, seja numa ação *de fora para dentro*, seja através de uma «revolta da memória», seja de circunstâncias evocativas criadas pelos próprios

Nos três casos, reflete-se um tempo de presentismo e de história finalizada, que parece não querer construir para a frente e resgatar possíveis no universo das impossibilidades. Escreve Enzo Traverso: “*A reativação do passado que está a moldar os nossos dias é, provavelmente, o resultado desse eclipse de utopias: um mundo sem utopias está inevitavelmente a olhar para o passado. A emergência da memória no espaço público das sociedades ocidentais é a consequência dessa mudança. Entramos no séc. XXI sem revoluções, sem uma Bastilha ou um assalto ao Palácio de Inverno*”(Traverso, 2015: 412-13). Embora neguem o futuro, as classes dominantes sabem que a história está recheada de momentos em que os subalternos se rebelaram, com consequências nem sempre prazenteiras para quem exerce o mando. Daí que todos os processos de mudança social acelerada, de tempo rápido, mereçam esforços de descredibilização, nomeadamente os momentos revolucionários. Ensina-nos Guy Debord que “*Os possuidores da história* puseram no tempo *um sentido*: uma direcção que é também uma significação. Mas esta história desenvolve-se e sucumbe à parte; ela deixa imutável a sociedade profunda, porque ela é justamente o que permanece separado da realidade comum.” (Debord, 2005: 97).

Numa alegoria lembrada por Régine Robin, evocando uma lenda da Kirguízia relatada num romance de Tchingiz Aïtmatov, uma tribo destruiu a memória dos seus prisioneiros, apertando-lhes a cabeça numa pele de carneiro, no meio de uma horrível tortura, e abandonando-os no deserto, sem água nem alimentos. Os poucos que sobreviveram, designados *mankourts*, nada recordam: não sabem de onde vêm, nem o nome da mãe ou do pai, ou mesmo que são seres humanos. Não têm linguagem, são dóceis, escravos, não pensam em revoltar-se (Robin, 2007:395). A propriedade privada da História, apanágio dos detentores do poder, mantém dentro dela o tempo cíclico (Debord, 2005: 97), que não os abala. São aqueles para quem o tempo irreversível existiu que vão descobrir nesse tempo o memorável e a ameaça do esquecimento (Debord, 2005: 98).

Bibliografia

- CASANOVA, Julián (coord.)(2002) *Morir, matar, sobrevivir – La violencia en la ditadura de Franco*, Barcelona, Crítica.
- DEBORD, Guy (2005)[1966] *A sociedade do espetáculo*, Cascais, Edições Antipáticas.
- FABIAN, Johannes (2006)[1983] *Le Temps et les Autres – Comment l'Anthropologie construit son objet*, Toulouse, Anacharsis.
- GODINHO, P. (1993) "O grupo do Juan e a importância da rede social", *A Trabe de Ouro*, Tomo IV, ano IV, Outubro-Dezembro, Santiago de Compostela, Sotelo Blanco: 571-583.
- GODINHO, P. (1996) "O maquis na guerra civil de Espanha: o caso do cerco a Cambedo da Raia", *História*, nº 27, Dezembro, 2ª série, ano XVIII: 28-45.
- GODINHO, P. (2001) *Memórias da Resistência Rural no Sul – Couço (1958-1962)*, Oeiras, Celta.
- GODINHO, P. (2004) "«Maquisards» ou «atracadores»? A propósito das revisões da História no caso de Cambedo da Raia, 1946", AAVV, *O Cambedo da Raia – Solidariedade galego-portuguesa silenciada*, Ourense, Asociación Amigos da Republica:157-227.
- GODINHO, P. (2005) "Confiscação de memórias e retroação discursiva das elites: um caso na raia galaico-portuguesa", *Las políticas de la memoria en los sistemas democraticos: poder, cultura y mercado*, Actas do Congresso da Federación de Antropología del Estado Español, Sevilha, Setembro de 2005.
- GODINHO, P. (2007) "Fronteira, ditaduras ibéricas e acontecimentos localizados – O manto espesso de silêncio sobre dois momentos" in Manuela Cunha e Luís Cunha, *Intersecções Ibéricas – Margens, passagens e fronteiras*, Lisboa, 90 Graus Editora, pp. 55-70.
- GODINHO, P. (2011) "História de um testemunho, com Caxias em fundo", in Aurora Rodrigues Gente Comum – Uma história na PIDE, Castro Verde, 100 Luz:11-43
- GODINHO, P. (2012) "Usos da memória e práticas do património, alguns trilhos e muitas perplexidades", in Paula Godinho, coord. *Usos da Memória e Práticas do Património*, Lisboa, Colibri.
- GODINHO, P. (2013) "Anti-sepulcro - Desprivatização de memórias, memória pública e contra hegemonias", in Dionísio Pereira, coord. *A comunidade portuguesa na Galiza (1890-1940): emigrantes, exiliados e represaliados polo primeiro franquismo*, Santiago de Compostela, Através Editora: 203-212.
- GODINHO, P. (2014) "A violência do olvido e os usos políticos do passado: lugares de memória, tempo liminar e drama social" in Paula Godinho, coord. *Antropologia e Performance - Agir, Atuar, Exibir*, Castro Verde, 100Luz:191-212.
- GODINHO, P. (2015) "Passados insubornáveis: acontecimento, razão escrita e memórias fracas" in Manuel Loff et al. (ed) *Ditaduras e Revolução - Democracia e políticas da memória*, Coimbra, Almedina: 145-167.
- GODINHO, P.; CARDOSO, A. (2013) "¿Qué hacer con los acontecimientos? Memoria, sobresaltos y caminos para el estudio de un grupo de la izquierda radical en Portugal (1970-1976)", *Historia, Voces y Memoria – Revista del Programa de Historia Oral*, Universidad de Buenos Aires, nº 5:51-74
- HALBWACHS, Maurice (1925) [1994] *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, Paris, Albin Michel, prefácio de Gérard Namer.
- HALBWACHS, Maurice (1950)[1968] *La Mémoire Collective*, Paris, PUF, prefácio de Jean Duvignaud.
- HARTOG, François (2003) *Régimes d'historicité – Présentisme et expériences du temps*, Paris, Seuil.
- HARTOG, François (2013) *Croire en l'Histoire*, Paris, Flammarion.
- LOFF, Manuel (2000) "Esquecimento, revisão da História e revolta da memória" in Iva Delgado et alii, orgs., *De Pinochet a Timor Lorosae. Impunidade e direito à memória*, Lisboa, Cosmos:189-199.
- MOORE, Barrington, Jr. (1966) *Social Origins of Dictatorship and Democracy*, Boston, Beacon Press.
- MOORE, Barrington, Jr. (1987) *Injustice: The Social Bases of Obedience and Revolt*, White Plains, New York, Oxford University Press.
- NORA, Pierre, dir. (1986) *Les Lieux de Mémoire - La République I*, Paris, Gallimard.
- PEREIRA, José Pacheco (1983) *Conflitos sociais nos campos do Sul de Portugal*, Lisboa: Universidade Católica/Pubs. Europa-América.
- PORTELLI, Alessandro (2013) *A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios*, Lisboa, Edições Unipop.

-
- ROBIN, Régine (2007) « Un passé d'où l'expérience s'est retirée », *Ethnologie Française*, XXXVII-3 :395-400.
- SCOTT, J. (1990) *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*, New Haven & London, Yale University Press.
- SOUTELO, Luciana Castro (2009) *A memória do 25 de Abril nos anos do cavaquismo: o desenvolvimento do revisionismo histórico através da imprensa (1985-1995)*, Porto, dissertação de mestrado em História Contemporânea, FLUP, 400 p.
- TRAVERSO, Enzo (2005) *Le passé, modes d'emploi - histoire, mémoire, politique*, Paris, La Fabrique Editions.
- TRAVERSO, Enzo (2015) “Memórias europeias. Perspetivas emaranhadas” in Manuel Loff *et alii*, org. *Ditaduras e revoluções – Democracias e políticas da memória*, Coimbra, Almedina:
- VARELA, Raquel ; PEREIRA, Luísa Barbosa (2013) «Os limites da estabilidade social. Até quando irá a sociedade “aguentar” “o Estado a que isto chegou”? Entrevista com o historiador Valério Arcary» in Raquel Varela, ed. *A Segurança Social é sustentável – Trabalho, Estado e Segurança Social em Portugal*, Lisboa, Bertrand:365-430.

ARGENTINA 1976-1983: LA OPOSICIÓN OBRERA A LA DICTADURA EN LA MEMORIA DE CINCO TRABAJADORES.

Pablo A. Pozzi²

Universidad de Buenos Aires

Hace ya más de veinte años, los trabajadores ferroviarios argentinos se declararon en huelga en contra de la privatización de las líneas férreas. Sin la colaboración del sindicato, que participaba de la venta de los ferrocarriles, estos trabajadores llevaron adelante una lucha de más de un mes y medio con cualidades heroicas. Sabotajes, actos relámpagos, y movilizaciones fueron algunas de sus formas de lucha. La principal consigna del conflicto era “si en el ‘61 no pudieron, en el ‘91 mucho menos”. La consigna hacía referencia a la heroica huelga de 1961 en contra de la reestructuración ferroviaria. Lo notable es que la huelga de 1961 se perdió. Por ende, si en 1961 si “pudieron” ¿a qué se estaban refiriendo los obreros de 1991? Una de las respuestas posibles es que, para los trabajadores, lo que se recuerda no es tanto el resultado concreto de tal o cual lucha, sino más bien la sensación poderosa de haber luchado, de haber participado en un gran movimiento clasista conformando una memoria determinada.

En este sentido, la consigna ¿es verdad o es mentira? En realidad es ni una cosa ni otra. La consigna es cómo un grupo social ha construido una memoria a partir de una experiencia concreta. Desde el punto de vista de los hechos, la consigna no es veraz; pero desde el punto de vista de la subjetividad obrera se revela como una “estructura de sentimiento” real. Por ende, para el historiador, el criterio de “veracidad” no depende de un posicionamiento positivista sino más bien del objetivo de su investigación. Así, por ejemplo, uno de los momentos más recordados de la historia obrera argentina fue la toma del frigorífico Lisandro de la Torre en 1959³. Si todos trabajadores que testimonian haber participado de esa lucha lo hubieran efectivamente hecho, serían decenas de miles. Una vez más ¿es falso lo que nos cuentan? En términos objetivos puede serlo y tenemos que desarrollar controles que permitan separar la invención de la realidad. Pero desde el punto de vista de la memoria esto dice mucho más que si en realidad hubieran participado; nos sugiere que este hecho fue central en la experiencia y la subjetividad de los trabajadores argentinos.

En la práctica real de los grandes grupos sociales, la construcción de una memoria particular de estas experiencias de lucha cumple dos funciones claves. La primera es como cohesión grupal que define

²Una primera versión fue presentada en el Encuentro de la Red de Resistencia y Memoria, Universidad Nacional de Lisboa, Portugal, 27 a 29 de junio de 2013. Mail: pablo.pozzi@yahoo.com.ar

³Esta fue una lucha emblemática en contra de la privatización del frigorífico testigo en el barrio de Mataderos en Buenos Aires en enero de 1959. La ocupación de la fábrica por unos cinco mil obreros se convirtió en una batalla campal con las unidades del Ejército enviadas a desalojarlos. Véase Ernesto Salas. *La resistencia peronista: la toma del frigorífico Lisandro de la Torre*. Buenos Aires: CEAL, 1990, 2 vols.

un “nosotros” y un “ellos”, una forma de comportamiento entendido como “correcto”, y toda una concepción cultural “clasista” que abarca y subyace elementos ideológicos y políticos. O sea, esta “memoria” es central a la existencia de una identidad determinada. La segunda es que estas prácticas y memorias constituyen la materia prima del acervo de experiencia que permite la continuidad de luchas y actividades en pos de intereses sectoriales. Más allá de su resultado concreto, cada lucha prefigura y contribuye a las luchas posteriores convirtiendo la memoria de haber luchado en un elemento poderoso de la percepción colectiva.

El nexo entre luchas, experiencias y prácticas clasistas lo constituye la memoria. De hecho, la memoria sería la forma en que se recuerdan hechos en un momento (necesidad) determinado. La memoria no es ideología, ni tampoco es un relato del pasado, si bien es cierto que no son excluyentes y que hay una fuerte articulación entre ellos. La historia (en particular la oficial) presenta límites y vectores de fuerza para tratar de moldear la memoria. Pero en general tiene un éxito limitado, y las personas (y los grupos sociales) resignifican la historia para incorporar “su” memoria o sea el cómo procesan e interpretan “su” experiencia.

La memoria siempre es selectiva y siempre se hace desde las necesidades y los problemas de hoy. Nadie se acuerda de todo, sino que recurre a aquellos elementos que le son útiles adaptándolos y transformándolos según su necesidad. En este sentido la memoria jamás es “la verdad” sino que es una especie de reservorio selectivo de experiencias, donde los recuerdos se articulan entre sí a través del prisma de las necesidades actuales. Como tal, la experiencia jamás desaparece, sino que el mismo hecho conforma una memoria distinta según el momento histórico. Sin embargo, el hecho de que la memoria no desaparece no implica que la experiencia siempre exista en la conciencia, sino que puede ser relegada al inconsciente y subsistir como algo no constructivo sino como sensaciones de injusticia y de furia o también de apatía. Así la memoria puede ser modificada, fragmentada, postergada e inclusive relegada, pero nunca es inexistente.

Según Raphael Samuel “la memoria, lejos de ser un mero dispositivo de almacenamiento o un receptáculo pasivo, [...] es una fuerza activa y modeladora que es dinámica [...] y que se relaciona de manera dialéctica con el pensamiento histórico [...] a su manera, se trataba de un modo de construir conocimiento.” (Samuel, 2008: 12) Basándose en Maurice Halbwachs, Samuel plantea que la memoria es subjetiva. Pero, al mismo tiempo, la memoria combina una percepción de la experiencia personal con una percepción del conjunto social, para ir definiendo un accionar y una visión particular de la historia. Esto implica también que el registrar la memoria de un grupo social implica adentrarse en su subjetividad.

Lo anterior es sugerente en cuanto a los trabajadores argentinos y su construcción de la memoria de su accionar durante una dictadura represiva como lo fue la de 1976 a 1983. Esta memoria se basa en recuerdos, anécdotas y tradiciones, tanto personales como colectivas, y sirve no para construir una historia sino para establecer una identidad clasista que subyace lo que Tim Mason denominó “la oposición obrera”. (Mason 1993) No es que se plantee que la clase obrera “siempre lucha”, sino más bien

que es ilógico que una clase movilizada, con fuertes niveles de organización y tradiciones izquierdistas, simplemente se llamara a la quietud de la noche a la mañana.

Por su parte, el sociólogo James Petras estudió a los trabajadores argentinos para descubrir que éstos habían desarrollado lo que él definió como "redes familiares, sociales y políticas en torno a las cuales organizan su vida". Estas diferencias se manifiestan en formas distintas de expresión, y fundamentalmente en la noción de compañerismo, que surge de compartir la vida cotidiana, los eventos sociales, las tragedias, los eventos deportivos." (Petras 1981: 259)

La imagen más difundida del comportamiento de la clase obrera argentina durante la dictadura de 1976 a 1983 ha sido sintetizada por el sociólogo Francisco Delich, constituyendo una especie de "historia oficial". (Delich, 1982 y 1983) Delich planteó que "durante cinco años, la clase obrera argentina y sus sindicatos permanecieron, en conjunto, inmóviles desde el punto de vista social y de la actividad sindical respectivamente, o bien cuando se movilizaron lo hicieron mutando formas de acción". (Delich, 1983:101) El resultado de todo esto sería la ruptura de la solidaridad obrera y el debilitamiento sindical y así "el obrero productor comprobó la transformación de su ámbito de sociabilidad en un ámbito de pura productividad y mecanización". (Delich 1983: 107)

La reacción de los trabajadores argentinos frente a esta agresión pudo ser registrada tanto en la documentación y los archivos disponibles como en docenas de entrevistas a trabajadores del conurbano de la ciudad de Buenos Aires. (Pozzi, 1987 y 2010) En todos los casos llama la atención que la vasta mayoría de los entrevistados consideraban que "no había pasado nada" para luego relatar su experiencia de resistencia como si hubiera sido única. Eso era así aun en aquellos casos donde se repetían las formas de organización y lucha, y donde era evidente que había nexos regionales o zonales. La hipótesis que aquí se desarrolla es que lo que parece ser una forma de esquizofrenia en realidad es una manera de reconciliar la experiencia vivida con lo que es aceptado e impulsado como la verdad histórica, constituyendo una memoria particular que se ancla en "estructuras de sentimiento" y en un fuerte contenido de "nosotros contra ellos".

En particular cuatro de las entrevistas⁴ revisadas, con cinco obreros, resultan reveladoras del problema entre la articulación dialéctica de la memoria, la experiencia particular, y la preservación de tradiciones que permiten la identidad clasista. Los cinco entrevistados eran todos obreros industriales, pero de generaciones, filiaciones políticas, y calificaciones distintas. Ramón y Lolo eran dos obreros "viejos", mayores de 60 años cuando fueron entrevistados, mientras que Aníbal, Jorge y Pete rondaban los 30 años de edad. Ramón era de nacionalidad paraguaya y había emigrado a la Argentina en la década de 1950, perseguido por la dictadura del general Alfredo Stroessner y era un obrero de la construcción al igual que Pete. Ambos tenían una alta calificación y oficio ya que uno era "colocador" de obra y el otro cañista de alta presión. Ambos eran miembros del Partido Comunista (PCA), una organización con mucha fuerza en el gremio de la construcción de la época. Aníbal, obrero de la carne,

⁴ Véase el acervo de entrevistas en el Programa de Historia Oral, Instituto Interdisciplinarios de Estudios de América Latina (INDEAL), Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.

había sido activista de Acción Católica, si bien luego pasó a revistar en las filas del PCA, mientras que Jorge pertenecía al sindicato metalúrgico y militaba en el trotskismo. A su vez Lolo era un obrero “foguista” (o sea, que se dedicaba a la caldera de la fábrica), afiliado a la Unión Cívica Radical⁵, que tenía una alta calificación y el respeto de sus compañeros hasta el punto que recibía el trato de “Don”. A diferencia de los anteriores, Don Lolo jamás había desarrollado una militancia política o un activismo sindical. En cierto sentido, testimoniantes como Don Lolo sirven de control a las interpretaciones que brindaban los obreros con militancia política izquierdista. De ahí que lo importante son los temas recurrentes, o sea que se repiten en ambas instancias, y que sugieren la posibilidad de constantes en la subjetividad que trascienden la formación política o la educación formal. Esto no quita que estas constantes se deban a influencias externas, como por ejemplo criterios derivados de las interpretaciones que se encuentran en los medios de comunicación de masas. Sin embargo, a partir del paradigma indiciario elaborado por los historiadores Carlo Ginzburg (2010) y Sidney Chaloub (1990), las reiteraciones en la subjetividad de distintos individuos sin conexión entre sí, sugiere un inmenso rompecabezas donde una vez descartadas las respuestas imposibles lo que queda, por improbable que sea es lo que debe haber ocurrido.

Todos los entrevistados sabían que lo que se buscaba era que contaran cuál había sido su experiencia como obreros durante la dictadura. Asimismo, el contexto y la época de la entrevista es importante: la dictadura había terminado apenas cinco años antes y era tema de debate en todo el conjunto social argentino, particularmente en torno a la existencia, o no, de formas de resistencia o de colaboración con los golpistas. Si Delich señaló que la gran mayoría apoyó al golpe de estado, y los entrevistados lo niegan en la construcción de su memoria, entonces ¿qué significa esto para el esfuerzo de la historia oficial de construir una historia hegemónica colaboracionista?

La contradicción señalada existe inconscientemente en las entrevistas y, al mismo tiempo, es probable que determinara que los entrevistados eligieran comenzar su testimonio estableciendo su posición respecto de esta discusión que serviría para anclar toda su participación en la construcción de la entrevista. Así, por ejemplo, Don Lolo comenzó explicando que: “La gente no hacía nada porque es un establecimiento, --¿cómo te voy a decir?-- no son luchadores de frente. Si el patrón viene y dice hay diez pesos de horas extras, todo el mundo contento”.⁶ A su vez Aníbal expresó en su primera intervención: “Yo trabajaba en una fábrica grandísima, con 1.700 obreros, el frigorífico Pedró Hnos., aquí en Banfield. Prepararon todas las condiciones, cuando fue el golpe de estado fue el día que hubo mayor presentismo a pesar de la incertidumbre [...]. La gente, con mucho temor, se vino a laburar⁷. Yo creo que no hubo un argentino en ese momento, a no ser un tipo esclarecido, que no decía que eso tenía que terminar, que vinieran los militares.”⁸ A su vez Pete dijo: “Nosotros estábamos en contra del golpe. La víspera del golpe

⁵ La Unión Cívica Radical fue un partido político que se remonta a 1890, con prédica entre los sectores medios argentinos, cuyo ideario es una adaptación del radicalismo español.

⁶ Entrevista con Don Lolo, obrero de la fábrica Fabril Financiera, en el barrio de Barracas, ciudad de Buenos Aires. Realizada por Pablo Pozzi, el 7 de junio de 1988, en la casa del entrevistado en Villa Obrera, Lanús Oeste, Provincia de Buenos Aires.

⁷ Laburar: argentinismo por “trabajar”, se deriva de la palabra italiana “lavorare”.

⁸ Entrevista con Aníbal, obrero electricista del Frigorífico Pedró Hermanos, en provincia de Buenos Aires. Realizada por Pablo Pozzi, el 3 de mayo de 1987, en la casa del entrevistador en la ciudad de Buenos Aires.

estábamos en Chingolo, hablando con unos compañeros, creo, y decíamos que era tarde. Porque se veía venir, era como ver una lluvia que viene acercándose. La gran mayoría lo pedía.”⁹

En los tres casos es notable lo que señalan y lo que silencian, sobre todo porque dos de ellos eran comunistas mientras que Lolo no sería considerado como un obrero politizado o de izquierda. Por lo pronto los tres opinaron que “nadie hizo nada”. Pero, al mismo tiempo, tomaron distancia personal de esa afirmación. Para Don Lolo fue “la gente” la que no hizo nada, y de hecho no se incluye en el colectivo; para Aníbal la excepción fueron “los esclarecidos”; mientras que Pete hace una clara distinción entre “nosotros” y “la gran mayoría”. No se trata de disputar si el golpe militar de 1976 tuvo apoyo popular o no, lo que interesa aquí es señalar que los entrevistados comienzan su relato a partir de parámetros concretos. En cierto sentido, lo que parecen decir es que aceptan la versión oficial por la cual “todos los argentinos fueron golpistas”, pero como esto no concuerda con su experiencia personal, entonces se ven obligados a diferenciar al conjunto social (incluyendo a sus compañeros trabajadores) de sus propias vivencias. De esta manera los entrevistados se ubican dentro de los criterios “aceptados”. Sin embargo, la forma de hacerlo es importante y no sólo revela una subjetividad que niega la historia oficial sino que en realidad sienta las bases para generar una contrahistoria.

A partir de establecer su “excepcionalidad”, que parece permitirles reconciliar lo que sería una “historia oficial” y su propia experiencia, los entrevistados comienzan un cuidadoso (aunque inconsciente) proceso de negación al manifestar la construcción de una “memoria resistente”. Esta memoria resistente tiene coordenadas concretas, sobre todo en torno a la percepción de la historia como lucha o guerra de clase, central a la defensa de sus derechos y dignidad. Al decir de Don Lolo: “Porque así tengo mis derechos”.

Un elemento notable en los testimonios analizados es que la construcción de la memoria en apariencia no incluye casi referencia al tema represivo. Es evidente que esto llama la atención del entrevistador que incorpora, casi de repente, preguntas al respecto. Esto no implica que no tuvieran conciencia del problema, o menos aun que no hubiera represión. Por ejemplo, cuando se les preguntaba por el tema explícitamente, la respuesta era concreta pero también con ciertos tonos de naturalidad, por ejemplo:

“Pregunta: ¿A ustedes la represión en la fábrica cómo los afectó?”

Lolo: Y, no. Porque fueron inteligentes que pisaron con pies de plomo. Hubo ese secuestro que pasó esas 24 horas y chau, nada más. Ahí la gente se asustó mucho, se amilanó. Yo se que andaba la [Policía] Federal dando vueltas alrededor de la fábrica.”

“Pregunta: Pero ¿había represión en la fábrica?”

⁹Entrevista con Pete, obrero cañista de la construcción, de la sección mantenimiento de la fábrica Shell. Entrevistado por Pablo Pozzi, el 3 de mayo de 1987 en la casa del entrevistado en Monte Chingolo, Provincia de Buenos Aires.

Jorge: La forma en que se trabajaba no me gustaba, era bastante persecutoria. Y eso fue antes del '76 y después peor todavía. [...] Siempre se trabajaba así.”¹⁰

Este aspecto es muy interesante, sobre todo por la forma de expresarse. Cuando Jorge concluyó “siempre se trabajaba así”, está resumiendo una estructura de sentimiento sobre la vida obrera en general: el trabajador se desempeña normalmente en un ambiente represivo. Al decir de Robert Linhart (1989:108): “La fábrica está pensada para producir objetos y triturar hombres”. Subyacente a esto, los entrevistados estaban expresando una percepción, que sólo puede ser explicada como una vivencia de clase, profundamente diferente a la del entrevistador. Como universitarios pertenecientes a los sectores medios, los investigadores tendían a compartir la opinión que la represión salvaje comenzó con el golpe militar de 1976. Esta no es la realidad de los entrevistados; el “sentido común” de los trabajadores les decía otra cosa. Por ejemplo, Jorge ubicó la represión desde “antes de 1976”; y Ramón, cuando se le preguntó si hubo represión en construcción, respondió: “Si, la represión empezó en el '59. No fue sólo del '76. Cuando vino la intervención de julio del '59, empezó la lista negra y se mantuvo hasta ahora.”¹¹ Esto indicaría que, en la percepción de estos obreros no hay un correlato entre represión y dictadura, ya que las entrevistas indican que esta es permanente. En ese sentido, la represión tiende a naturalizarse como algo objetivo de la realidad, y por lo tanto no hace falta recordarla ya que su excepcionalidad no es tal. Hasta dónde esto es parte de la percepción de los entrevistados y no de la subjetividad obrera en general es un tema complejo de dilucidar. Más aun, si la experiencia individual y/o colectiva marca los límites y los significados de la subjetividad entonces es lógico suponer que la subjetividad obrera no es la misma que la de los sectores medios. Los indicios disponibles, vía autobiografías, relatos y una cantidad de entrevistas sugieren que la represión es una contracara de todo relato obrero. Esto parece indicar que los entrevistados aceptaban la violencia como algo cotidiano y parte del mundo hobbesiano en el que viven, o sea como algo “natural”. Por eso al entrevistador le llama la atención que el tema no se explicitara en las entrevistas a menos que se realizara una pregunta directa, mientras que para los obreros estudiados era innecesario ya que era un supuesto conocido.

Un elemento central a la historia oficial es lo que se puede denominar “quietismo” o despolitización. Es evidente que las entrevistas abarcan este tema específicamente para poder comparar la memoria de los entrevistados con la historia oficial. Por ende las entrevistas incluyen preguntas específicas sobre el activismo obrero y la militancia política. Las respuestas son tan ilustrativas como aquellas sobre el tema represivo: en todos los casos señalan que, por lo menos en aquella época, la política y en particular la de izquierda, era parte de la vida cotidiana. Por ejemplo:

“Pregunta: Usted, ¿vio volantes, cosas por el estilo?

¹⁰Entrevista con Jorge, obrero metalúrgico de la fábrica Littal, en Avellaneda, provincia de Buenos Aires. Entrevistado por Pablo Pozzi el 8 de agosto de 1988, en la sede de la Unión Obrera Metalúrgica, seccional Quilmes, Provincia de Buenos Aires. Jorge militaba en el Movimiento al Socialismo, una organización trotskista dirigida por Nahuel Moreno (Hugo Bressano).

¹¹ La referencia es notable ya que Ramón es comunista. El año 1959, durante el gobierno electo de Arturo Frondizi, se aprobó el Plan Conmoción Interna del Estado (CONINTES) dirigido en contra del activismo sindical. Ese fue el año de la huelga, ya mencionada del Frigorífico Lisandro de la Torre, y también el año de las grandes huelgas bancarias. En general los historiadores aceptan ese año como una fecha importante para el sindicalismo peronista. Ramón está sugiriendo que la fecha es importante para el conjunto de los trabajadores, y también indica que un gobierno “democrático” puede ser también represivo.

Ramón: Aparecía, pero muy poquito. Un largo tiempo después del golpe. El que más trabajaba en el gremio era la fracción en los colocadores. Una fracción trotskista. Eran los primeros que salieron con sus volantes. Denunciaban las condiciones de trabajo y todo eso.

Pregunta: ¿Quién? ¿El PST?

Ramón: Más bien tiraba para el ERP. Y la gente decía que tenían razón.¹²

Pregunta: ¿Problemas con la subversión no tenían adentro?

Lolo: Yo no tuve ninguno.

Pregunta: ¿No se imprimían los volantes de los Montoneros¹³?

Lolo: Se los imprimían. Escúchame ahí se hacía cualquier cosa. Aparecían volantes por todos lados. Una vez pusieron una bandera comunista arriba de la torre de obras sanitarias que está adentro de la fábrica. ...Después del golpe. El golpe fue en el '76. Y bueno ahí apareció una bandera. ¿Quién la puso? No sé. [Risas] Aparecían volantes pegados... Yo sabía que eran todos de Mao¹⁴. Mirá, a mi me pegaban volantes en la caldera. Venía el peronista y me pegaba uno. Venía otro que era comunista y me pegaba uno. Eran todos compañeros. Uno me quería enganchar a toda costa que tenía que ser comunista. Y yo le digo: 'Mira, vamos a hacer una cosa, affiliate al radical y yo al comunista. Y esas cosas. Discutíamos pero de compañeros. [...] Es una gran familia.

Observemos cómo ambos, Ramón y Lolo, establecen que existía una actividad política constante como algo perfectamente natural y cotidiano. Al mismo tiempo no les hace falta decir que nadie denunciaba a los militantes políticos. Más aun, cuando Lolo declara que "no tuve problemas con la subversión", queda implícito que el problema era para la patronal ya que los militantes estaban del lado de la clase obrera. Inclusive, la expresión de Ramón "la gente dice que tenían razón" es ilustrativa de ello, lo mismo que cuando Lolo señala que "discutíamos, pero de compañeros". La expresión "una gran familia" abarca a todos los trabajadores dentro de la fábrica y, sin necesidad de decirlo, excluye a la patronal. Inclusive es notable que Lolo insistía a través de la entrevista que a él no le gusta "la política" ya que "somos gente de trabajo". Sin embargo, toda su memoria se encuentra salpicada con referencias políticas. Por lo tanto ¿a qué se puede estar refiriendo? Lo más probable es que Lolo haya entendido "a la política" como algo que realizan los "políticos profesionales", mientras que el quehacer político familiar o del activismo fabril es algo entendido como distinto. Asimismo, subyacentemente lo que parece sugerir Lolo es que dedicarse a la política no es trabajar. Todo esto apunta a una subjetividad vibrante basada en la permanente, e inconsciente, resignificación de términos, expresiones y nociones en apariencia compartidos con otros sectores sociales (Petras, 1981: 260-261).

¹²PST: Partido Socialista de los Trabajadores, organización trotskista que luego conforma el MAS. ERP: Ejército Revolucionario del Pueblo, una de las organizaciones guerrilleras argentinas más importantes de la época. Su dirección política era el Partido Revolucionario de los Trabajadores, de orígenes trotskistas y luego de orientación guevarista.

¹³ Montoneros: Organización armada político-militar peronista.

¹⁴Se refiere al Partido Comunista Revolucionario, de orientación maoísta.

Lo anterior contribuye a explicar el surgimiento de nuevos activistas obreros, aun en condiciones de fuerte represión. Por ejemplo:

Pregunta: ¿Cómo surgen los activistas?

Pete: El tema de tomarse un vinito a escondidas, pelar una petaca de ginebra cuando hace frío, es un tema obligado para charlar. Se van conociendo. ¿Sabés cómo se conocen? Fulano es un tipo que va al frente. Fulano es un tipo que sabe, dice otro. Fulano es un tipo que es muy capaz en el laburo, y tiene muy buena parla¹⁵. Fulano sabe lo que vale su trabajo. Pero a su vez lo transmite, y así enseña lo que vale el trabajo de todos. La gente se va conociendo así, va reconociendo determinada gente. Aunque nadie diga si fue o no dirigente gremial, y la gente no comparta su historia personal o política. Y cuando se dan los problemas (económicos, accidentes) necesariamente o salen o la gente misma los saca a relucir. Che, ¿qué hacemos?, les preguntan. Surgen formas organizativas.

Aníbal: Yo te iba a decir... yo vengo desde la otra vereda. En esa época no tenía militancia. Era muy embromado para todos bregando que había que organizarse, porque yo reconozco ahora, con otra visión, que había tanto descreimiento con el que trataba de organizar. Primero porque generalmente, el que trataba de organizar era de tendencia izquierdosa. Había miedo a juntarse con ellos. [...] Yo les tenía miedo a los rojos. Y el día que dije 'aquí hay que hacer algo, hay que cambiar la cosa', miré y para el único lado que miré fue para donde estaban los que estaban todos pintados de rojo. Que eran los que estaban haciendo algo desde el principio. Me guié por ellos porque eran los únicos tipos que se habían estado jugando...

Lo que llama la atención es que politización y el compromiso no están anclados en un convencimiento o en un "despertar" ideológico. En ambos casos la explicación parte de la experiencia personal que combina necesidad, con el reconocimiento positivo de la actividad militante, y un criterio por el cual la lucha obrera tiende naturalmente a acercarse a la izquierda. Aníbal parece decir que la realidad obrera, no la ideología es lo que lo llevó desde Acción Católica al Partido Comunista. Esta realidad se expresa no tanto en propuestas programáticas si no en una praxis que genera lo que se podría denominar "líderes naturales". Así para Aníbal es importante que "se la estaban jugando", mientras que para Pete lo crucial es que "Fulano sabe lo que vale su trabajo" y lo transmite. Por ende los entrevistados, ya sea un obrero que no es "de izquierda" como Lolo, u otro que comienza "con miedo a los rojos" como Aníbal, o un militante como Pete, lo que transmiten es un "sentido común" donde los obreros de izquierda también son considerados parte de "la gran familia" trabajadora.

Todo lo anterior sirve para expresar lo que los entrevistados parecen considerar "el momento clave", o sea el relato de su protagonismo histórico. Así la narración de cada uno tiene una progresión cuasi lineal: parte de una aparente aceptación de la historia oficial, para luego plantear su carácter de

¹⁵ Parla: argentinismo para "hablar", proviene del italiano "parlare".

testimoniante excepcional (o sea distinto a la media) y no colaboracionista; de ahí pasan a establecer un “nosotros y un ellos” que reafirma su identidad como obreros en contraposición a otros sectores sociales; luego centran su narración en el momento de lucha o sea en la “prueba” de que ellos si se opusieron a la dictadura; y, como veremos más tarde, van a concluir con una lección dirigida al conjunto de los trabajadores. En este sentido el criterio clasista construye una memoria de lucha contestataria y opositora a los objetivos dictatoriales y de la burguesía, que al mismo tiempo reafirma una identidad obrera y una centralidad de su protagonismo histórico como sector social.

Todo lo anterior se combina para sugerir la existencia de una praxis anclada en el “sentido común” implícito en una “cultura ordinaria” obrera, en la acepción de Raymond Williams (1989). Esto invierte nuestra percepción de la conflictividad obrera: en vez de entenderlo como un producto de decisiones “desde arriba” (de liderazgos o de propuestas ideológicas), la combatividad de los obreros argentinos debería ser considerada “desde abajo”, o sea como algo que emerge de la realidad vivida para gestar prácticas de lucha concretas. Por ejemplo, según Lolo:

“Hemos vivido oprimidos. [...] les digo a mis compañeros, ‘vamos a cortar las horas extras porque estos señores nos están sacando la categoría a nosotros’. [...] Y porque, ponele se pedía un aumento, se decía que no, y ahí nos reuníamos. Cortamos las horas extras. En la época del Proceso¹⁶ cortamos las horas extras y todo. Y le digo a los compañeros: ‘Perdónenme que se los diga pero cuando me toque a mi venir de tarde si no me lo pagan el 100 por 100 paro la caldera. [...] Yo no tuve miedo, yo hablé, hasta que me mandaron a lo que me correspondía.”

La construcción de una memoria cuasi mítica es evidente. Lolo se convierte en el protagonista, y por ende en la expresión del conjunto de la clase. El tema de “no tener miedo” hace a su machismo, pero también a la construcción de una identidad digna en un contexto donde “hemos vivido oprimidos”. Pero, al mismo tiempo, como obrero viejo imbuido en las tradiciones y el sentido común colectivo, siempre regresa a un “nosotros”, donde su relato articula una memoria en función de la construcción de una historia de dignidad y de lucha. Así la expresión “hemos vivido oprimidos” ubica su relato en la tradición colectiva. Claramente, Lolo está presentando una visión política e ideológica, aunque él la perciba no como tal sino como “sentido común” emergente de su realidad como trabajador.

No sabemos hasta dónde es verídico lo que relata Lolo, como no sabemos si su protagonismo fue tal. Pero lo importante, para Lolo, no es la veracidad de lo que dice. Al igual que los ferroviarios que citamos al principio, lo que importa es dejar en claro que no hubo una aceptación pasiva, y si bien Lolo puede no haber sido el protagonista de este conflicto, lo real es que puede haberlo sido, él u otros. La conclusión del relato de Lolo debería ser obvia: en su memoria, y en su aporte a la memoria colectiva y por ende a una “contrahistoria oficial” de la clase obrera, no hubo pasividad obrera ante la dictadura. Lo que hubo, al decir de Tim Mason, fue una “oposición”.

El relato de Lolo es difícil de constatar, porque aun si entrevistáramos a varios de sus compañeros, es factible que el relato de “oposición” se haya sedimentado en una estructura de

¹⁶ Proceso: La dictadura de 1976 a 1983 se autodenominó “Proceso de Reorganización Nacional”.

sentimiento determinada. Lo que le da visos de probabilidad, y gesta indicios que lo hacen creíble, es la cantidad de otras historias de lucha que si se pueden constatar en la documentación disponible en el Archivo de la Memoria de la Provincia de Buenos Aires¹⁷.

La memoria de estos trabajadores establece un parámetro de dignidad y lucha aún en una cruel dictadura y “en medio de una de las peores burocracias”. Asimismo, no sólo enfatiza la combatividad sino también que lo que en apariencia es un quietismo no es tal. De hecho, la cantidad de anécdotas en los múltiples testimonios recogidos, que dejan en claro una capacidad creativa para luchar, es notable. Basta como ejemplo una anécdota de la fábrica Ford que produjo una cantidad de móviles para la Policía Federal, todos con desperfectos. Una vez desmontado el motor de algunos de estos patrulleros, la Policía de la dictadura encontró en el bloque del motor pequeños balines con cartelitos pequeños que decían “Por fin lo encontraste, hijo de puta”.

De repente lo que declaran los entrevistados en un principio, que la dictadura contaba con apoyo y había apatía, no debe ser tomado al pie de la letra. De hecho, lo más probable es que esto haya sido una concesión a la “historia oficial”, particularmente porque a continuación todos se esfuerzan por señalar numerosas formas de oposición y de preservar la dignidad obrera frente a la opresión. Esto es más que meros “recuerdos” y conforma la construcción de una memoria que articula un comportamiento colectivo. Esto se visualiza en las entrevistas consideradas. La estructura de la narración, la adjetivación utilizada para transmitir una experiencia, las imágenes a las que se recurren, todo conforma una visión clasista de articular la memoria obrera. En la misma, las tradiciones, el lenguaje, y el imaginario conforman no sólo una forma de transmisión de una experiencia opositora, sino también lo que podríamos denominar una memoria clasista y por ende marcada por la guerra de clases.

Como señalamos al principio las respuestas de nuestros entrevistados se ven fuertemente determinadas por el contexto y la época en que fueron entrevistados. ¿Dirían lo mismo hoy? La investigación disponible revela que, años más tarde, a mediados de la década de 1990, esa memoria de oposición obrera a la dictadura se habría modificado. Es probable que los cambios en el contexto, que las nuevas necesidades surgidas a partir de la ofensiva neoliberal de la década de 1990 hayan determinado la necesidad de una memoria con nuevas características y lecciones.

Cuando un ser humano cuenta su historia recurre a recuerdos y se basa en la memoria construida en ese momento para desarrollar un proceso/ progresión que intenta explicar y dar a conocer el porqué de su presente cargado de significaciones (o sea su historia) y que de alguna manera va señalando un posible futuro. La historia es mucho más que la memoria, los recuerdos o las experiencias: en realidad es la forma en que todos estos se articulan (a veces dejando unos de lado para realzar otros)

¹⁷El Legajo 133, un dossier elaborado por los agentes de la DIPBA después de los primeros años de represión (fecha relativa, marzo de 1979 o 1980), presentaba un balance de la situación laboral en las grandes industrias (100 empresas) donde existieron conflictos obreros antes del golpe militar de 1976 (merma de producción, suspensiones, despidos, sabotajes, ocupaciones, atentados a directivos). El título del documento es: *Principales establecimientos fabril-industrial de la Provincia de Buenos Aires que han sufrido estados conflictivos y posible infiltración subversiva*. A partir de 1980, los legajos confeccionados por la DIPBA en el sector gremial registran una conflictividad obrera en ascenso, y además una preocupación por los datos económicos, las situaciones recesivas en las fábricas y la desocupación. La documentación disponible confirma los numerosos testimonios de las víctimas de la represión, y revela que las conclusiones derivadas a partir de la documentación circunstancial y secundaria son correctas. En particular este informe hace referencia al acceso al material documental del Archivo de la DIPBA (Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires) que se encuentra en la sede de la *Comisión Provincial de la Memoria*, en la ciudad de La Plata.

en una explicación coherente del pasado desde el presente y con intención de servir como lección del futuro. De hecho, todo relato histórico encuentra resignificaciones/ oposiciones/negaciones que van desde la memoria de un sector social hasta la propia historia que construyen. Así cada uno hace su historia en base a las inquietudes (y prejuicios) y sus perspectivas (ideología) y su memoria (también modificada por época y momento). Pero sólo en algunos casos esto logra constituirse en la historia oficial. Lo central es nunca independizar la experiencia, del recuerdo, de la memoria, de la historia. El problema es cómo realizar una articulación dialéctica entre todos estos que sirva de explicación. Claramente la historia oficial tiene un gran peso, es más hasta puede ser un peso determinante en cómo construimos la memoria. Pero lo que hay que tratar de ver es aquello que señaló E. P. Thompson: "el marinero se puede equivocar de lo que pasa en la Corte de Versalles [y por ende, diría yo, aceptar la explicación/historia oficial] pero conoce sus mares [o sea tiene una experiencia concreta]". (Thompson, 1981 *La memoria se forja, cambia, se recompone, se resignifica y casi siempre está "en solución" y pocas veces "se sedimenta" en la misma forma en que el marinero, que acepta lo que le dicen sobre Versalles, lo acomoda a lo que él siente que ha vivido (que puede no ser lo que realmente vivió). Al decir de Pete, nunca hay desmemoria y la experiencia de la clase obrera no se pierde sino que se resignifica de manera que "se abre un potencial humano terrible. Que lleva a los pueblos, cuando se dan los cambios sociales, a dar la vida. Sin llegar a tener la súper conciencia."*

Bibliografía

- CHALOUB, Sidney (1990). *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- DELICH, Francisco Delich, (1982). "Después del diluvio, la clase obrera", en Alain Rouquié, comp., *Argentina, hoy*. México: Siglo XXI, 129-151.
- DELICH, Francisco Delich, (1983). "Desmovilización social, reestructuración obrera y cambio sindical", en Peter Waldmann y Ernesto Garzón Valdés, *El poder militar en la Argentina, 1976-1981*. Buenos Aires: Editorial Galerna, 101-116.
- GINZBURG, Carlo, (2010). *El hilo y las huellas. Lo verdadero, lo falso, lo ficticio*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- LINHART, Robert, (1989). *De cadenas y de hombres (L'établi)*. México: Siglo XXI editores.
- MASON, Tim, (1993). *Social Policy in the Third Reich. The Working Class and the 'National Community'*. New York: Berg.
- PETRAS, James, (1981). "Terror and the Hydra: The Resurgence of the Argentine Working Class"; en James Petras, et al., *Class, State and Power in the Third World*. New Jersey: Rowman and Littlefield.
- POZZI, Pablo, (2010). *Oposición obrera a la dictadura 1976-1982*. Buenos Aires: Editorial Contrapunto, 1987 y Buenos Aires: Editorial Imago Mundi, (reedición ampliada y revisada).
- SALAS, Ernesto, (1990). *La resistencia peronista: la toma del frigorífico Lisandro de la Torre*. Buenos Aires: CEAL, 2 vols.
- SAMUEL, Raphael, (2008). *Teatros de la memoria. Pasado y presente de la cultura contemporánea*. Valencia: Universitat de Valencia.
- THOMPSON, E.P., (1981). *Miseria de la teoría*. Barcelona: Crítica.
- WILLIAMS, Raymond, (1989). "Culture is Ordinary" (1958). En Williams. *Resources of Hope*. London: Verso Books.

ÉTICA, MEMÓRIA E SILENCIAMENTOS: A MILITÂNCIA POLÍTICA EM CONTEXTO DE TORTURA À LUZ DAS FONTES ORAIS¹⁸

Miguel Cardina.

CES-Coimbra

A 25 de Abril de 1974, jovens capitães cansados de uma guerra colonial que parecia não ter fim à vista derrubam a velha ditadura do Estado Novo, abrindo caminho a um intenso período revolucionário. Nos meses quentes da revolução, tomam papel de destaque vários movimentos políticos e sociais que, não obstante as clivagens entre si, tinham uma prática e um discurso claramente de esquerda. A memória do antifascismo obtinha agora forte inscrição no discurso público e era frequentemente usada como forma de legitimação política. Tal não significa, porém, que as memórias da repressão levada a cabo pela ditadura tenham sido exorcizadas.

A evocação de dois episódios acontecidos depois de 1974 ajuda a perceber isso. O primeiro episódio ocorrera em 1976, quando o recém-criado PCP (R) [Partido Comunista Português (Reconstruído)]¹⁹ decidiu levar a cabo uma autodenominada “Campanha de Proletarização e Revolucionarização”. Uma componente dessa campanha consistiu na realização de inquéritos a militantes que tinham estado presos durante a ditadura. Cento e cinquenta casos foram sujeitos a análise. Concluiu-se então que cerca de metade dos militantes foram presos por “motivos não políticos ou políticos mas sem consequências do ponto de vista da apreciação do porte”. Detetaram-se trinta e quatro casos de “mau porte”, que foram sancionados de maneira diferenciada: alguns ativistas foram recuperados como militantes, outros despromovidos à condição de simpatizantes, outros ainda tiveram como destino a expulsão do partido.²⁰

O segundo momento não tem propriamente uma data fixa ou um actor definido, mas antes remete para a complexa relação entre história, arquivo e passado vivido. A seguir à queda da ditadura, foi criada uma estrutura encarregada de conduzir a extinção da PIDE/DGS (Policia Internacional de Defesa do Estado / Direcção-Geral de Segurança). Por razões que não cabem agora detalhar, essa Comissão de Extinção tivera uma vida atribulada: fora marcada por clivagens políticas internas e debatera-se com a inexistência de um enquadramento legal que permitisse o julgamento dos “pides” (como popularmente eram designados). Uma vez que a Comissão tinha como uma das suas tarefas centrais a instrução de processos judiciais contra membros e colaboradores daquela polícia, a partir dela tinha-se acesso a

¹⁸ Este texto corresponde a uma versão revista e resumida de “To Talk or Not to Talk: Silence, Torture, and Politics in the Portuguese Dictatorship of *Estado Novo*”, *Oral History Review*, 40 (2), 251-270.

¹⁹ Partido pró-albanês que resultara da união em 1975 de pequenos colectivos maoistas. A face mais visível do PCP (R) era a sua frente de massas, a UDP (União Democrática Popular), que em 1975 elegeu um deputado à Assembleia Constituinte.

²⁰ “Relatório da Comissão de Inquérito à 5.ª Reunião Plenária do Comité Central”, sem data. Arquivo do Centro de Documentação 25 de Abril.

informação sensível sobre a estrutura repressiva e também sobre as organizações e os militantes de oposição que tinham estado presos ou sido vigiados. Isso foi motivo suficiente para que surgissem rumores sobre desvios de documentação por parte de forças políticas, que ainda hoje não se dissiparam completamente.

O certo é que alguns antigos ativistas terão ficado com documentação da PIDE/DGS que se lhes referia, na convicção de que o passado de cada um a cada um pertence. Esta última ideia adquire contornos particularmente agudos quando se fala de estruturas repressivas que confiscaram documentos pessoais, praticaram tortura, recorreram à chantagem e extrairam informações pela força. Questões como a de saber qual o tipo de posse devem ter os vigiados e perseguidos sobre documentação sua ou que lhes diz respeito – e ou qual o grau de “expurgo” se deverá aplicar a essa documentação, quando acessível a terceiros – estariam presentes nos debates que antecederam a abertura dos arquivos da PIDE/DGS à consulta pública. Em 1996, chegou mesmo a ser debatido no Parlamento a devolução aos próprios de cartas, fotografias e outros documentos pessoais apreendidos pela PIDE, com alguns antigos presos a defenderem essa solução. A decisão prevalecente, porém, foi no sentido de nenhuma documentação ser devolvida e o arquivo está hoje disponível para consulta na Torre do Tombo, em Lisboa.

Estes dois fenómenos – o inquérito do PCP (R) e a complicada relação entre memória, história e arquivo da PIDE/DGS – mostram claramente como o passado não é apenas uma sombra da qual nos vamos afastando, mas antes um fantasma cujas marcas teimam em persistir no tempo. No caso concreto do Portugal pós-revolucionário, embora a conjuntura política e social tenha mudado com o 25 de Abril de 1974, a verdade é que as experiências dolorosas vividas em sede de tortura não se dissiparam com a mudança de regime. São várias as razões que ajudam a perceber isso. A revolução trouxera consigo a evocação da memória do antifascismo – um dos primeiros gestos de transfiguração do golpe militar em revolução foi precisamente a ocupação popular da sede da PIDE/DGS – mas a urgência desse “tempo quente” deixara pouco espaço para a abordagem catártica do sofrimento individual.

É também necessário levar em conta a forma como os partidos à esquerda – nomeadamente o Partido Comunista Português (PCP) e os grupos maoistas²¹ – lidaram com a chamada “questão do porte”, ou seja, do comportamento do militante acossado pela tortura. O modelo adotado filiava-se no preceito definido pelo PCP e codificado, em 1947, no documento *Se fores preso, camarada*. Anteriormente, o comportamento sugerido admitia tentativas de ludibriar a polícia, iludindo fatos ou escamoteando responsabilidades. *Se fores preso, camarada* definia agora um conjunto de procedimentos a ter aquando

²¹ O termo é usado para englobar todos aqueles grupos que se inspiravam nas posições chinesas. No entanto, é possível distinguir dois campos políticos com algumas diferenças. O primeiro constitui-se na sequência do conflito sino-soviético, dando origem, na primeira metade da década de 1960, a pequenos coletivos alinhados com a crítica chinesa à URSS. Estes grupos definiam-se a si próprios como “marxistas-leninistas” e em regra resultaram de cisões nos PCs pró-soviéticos. Uma segunda vaga, mais resolutamente “maoista”, veio a surgir a partir de finais da década de sessenta, sob o impacto da Revolução Cultural chinesa e confluindo com o radicalismo juvenil da época. Para uma análise centrada no caso português, veja-se Cardina, 2011.

da prisão, entre os quais se destacava a regra de que o militante nunca deveria prestar qualquer tipo de declaração na polícia.

Ao ser apropriado pelos maoistas, o modelo sofreu algumas variações discursivas. O PCP era criticado por abordar a questão do ponto de vista da honradez e da lealdade, utilizando para isso “conceitos católicos” como inferno, paraíso e purgatório, em vez de colocar o comportamento na PIDE no contexto da luta de classes. O “bom porte” aparecia assim como o resultado de uma linha política justa e consequente. Em 1973, e após alguns casos de delação nas suas fileiras, os CCR (m-l)²² consideram que “no aparente isolamento da sala de torturas”, nem o preso nem o torcionário estão sós, mas antes acompanhados pela classe cujos interesses representam.²³ Com uma linguagem mais inflexível, o MRPP²⁴ afirma que a “traição não se situa acima da luta de classes” e que ela “jamais será o fruto de torturas violentas, de debilidades físicas, de doenças”. Ela seria, isso sim, o resultado de “uma ideologia decadente, uma natureza de classe e uma prática social que nada têm a ver com o proletariado e o povo”.²⁵

Em regra, os grupos maoistas distinguiram teoricamente entre a colaboração ativa com a polícia (a “traição”) e a incapacidade de resistir à tortura sob intensa pressão física e psicológica. A quebra poderia levar à delação ou simplesmente à confirmação de informações que a polícia já dispunha. Acontece que a gradação do tipo de cedências nem sempre era fácil de aferir. Estava muitas vezes dependente das informações que os presos passavam para o exterior ou da percepção que as organizações iam tendo a partir do nível de perseguição imediata a que eram sujeitas. Independentemente das circunstâncias, que poderiam funcionar como “atenuantes”, o repúdio à prestação de declarações era genérico, com grupos a defenderem a expulsão imediata de qualquer elemento que tenha “falado”.²⁶ A norma de nunca prestar declarações aparecia como signo de firmeza revolucionária e único meio verdadeiramente eficaz de defender a organização.

Neste sentido, as leituras do tema foram muito determinadas pelas marcas do heroísmo ou do fraquejamento. Por terem uma forte conotação moral, estas percepções não desapareceram com o derrube da ditadura. Compreender a temática do “falar e não falar” diante da tortura e da violência policial exige perceber o modo como a questão se manteve ativa mesmo depois da queda da ditadura. Este texto ancora-se numa pesquisa mais vasta sobre o maoismo em Portugal entre 1964 e 1974. Nesse trabalho, para além de se recorrer a fontes escritas efectuaram-se cinquenta entrevistas²⁷. Elas são de seguida

²² Comitês Comunistas Revolucionários (marxistas-leninistas). Criados em 1970, tiveram expressão em alguns ambientes estudantis lisboetas e atividade localizada em zonas operárias nos arredores de Lisboa. Entre 1972 e 1973 seriam fortemente atingidos pela PIDE/DGS.

²³ “Comunicado sobre as prisões de Agosto-Setembro de 1972”, CCR (m-l), Fevereiro de 1973.

²⁴ Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado. Fundado em Setembro de 1970, veio a adquirir notoriedade através de um frenético ativismo anticolonial, do recurso a uma linguagem triunfalista e da crítica incisiva a todas as outras correntes de esquerda.

²⁵ “Fogo sobre os traidores – Agentes da burguesia infiltrados no seio da revolução!”, *Luta Popular*, n.º 14, Novembro de 1973.

²⁶ A contracorrente, um grupo como *O Bolchevista* defendeu que considerar que “os maus portes são a aniquilação total, a impossibilidade de nos reconstruirmos como revolucionários, é aceitar uma atitude metafísica e passiva”. “Contra as tendências oportunistas”, *O Bolchevista*, n.º 1, Março de 1970. Foi por isso mesmo criticado por outras organizações m-l, tendo feito posteriormente uma autocrítica desta sua posição.

²⁷ Dos cinquenta entrevistados, dezassete foram presos e sofreram violência policial em algum grau. Houve ainda cerca de duas dezenas de antigos militantes que foram contactados para participar na pesquisa e que não o fizeram (a maioria por falta de resposta ao contacto

tomadas em consideração para mostrar como a “questão do porte” permaneceu no tempo e de que forma ela nos ajuda a estabelecer uma articulação entre tortura, silêncio e memória.

Tortura, silêncio e subjetividade política

A temática do silêncio é geralmente pensada enquanto falha ou carência discursiva que resultaria de constrangimentos vários. Paul Thompson, em *The Voice of the Past*, anunciava o desígnio da história oral como sendo o de “trazer reconhecimento a grupos substanciais de pessoas que têm sido ignoradas” (1978: 29). Esse reconhecimento exigiria assim a remoção de silêncios políticos, sociais ou historiográficos. Nem sempre, porém, o silêncio é o resultado de uma coacção externa que rasura os sujeitos e as comunidades. Após os desenvolvimentos no campo dos *Holocaust Studies* e das investigações centradas no trauma, a noção de silêncio foi sendo complexificada. Passou a alertar-se para os seus mecanismos de produção e para a possibilidade da “gestão do indizível” (Pollak, 1993: 140-148) poder ser mais reveladora do que os discursos proferidos.

Luisa Passerini dá conta da relação ambivalente entre silêncio e memória. Com efeito, o silêncio pode ser o resultado de episódios perturbadores que socialmente não encontram espaço para se exprimirem. Foi o caso dos massacres nazis aos ciganos (e do Holocausto, até dada altura), da guerra francesa na Argélia ou a guerra conduzida pelos EUA na Coreia. O silêncio pode ter também um significado aparentemente mais “construtivo”, como quando sociedades decidem suspender memórias dilacerantes – de guerras civis, por exemplo – de modo a poderem reconstruir um lugar comum. Passerini alerta ainda para a importância das “memórias não verbalizadas”: os traumas e prazeres inscritos no corpo, as memórias dos risos, das fotografias ou dos gestos, o hábito de guardar um minuto de silêncio. Todas estas ilustrações sugerem como a memória não é apenas discursiva mas também “memória corporizada”, indicando-nos ao mesmo tempo como os silêncios se conetam por vezes com a rememoração, e não com o esquecimento (Passerini, 2003).

O carácter expressivo do silêncio aparece de modo evidente na referida “questão do porte”. Em sede de interrogatório, este silêncio manifestava-se na recusa em responder às perguntas dos inquisidores e em assinar posteriormente os autos, que em alguns casos eram forjados e dados a assinar em situação de perda de noção da realidade após dias seguidos sem dormir. Foram várias as estratégias accionadas para manter o silêncio. Aurora Rodrigues relembra ter posto em prática outras estratégias: tornar o corpo ausente, fazer flores com pão, procurar ver a sua imagem, valorizar o apoio vindo do exterior e lembrar-se dos amigos – referindo especialmente José António Ribeiro dos Santos, membro do MRPP que poucos meses antes havia sido morto a tiro pela PIDE/DGS (Rodrigues, 2011). O objetivo passava invariavelmente por conservar a lucidez e confiar numa capacidade de resistência posta à prova a todo o momento.

inicial; outros por não se concretizar posteriormente a colaboração acordada, por motivos vários). Dos quatro casos de recusa taxativa em conceder uma entrevista, três diziam respeito a antigos presos.

A PIDE/DGS procurava explorar, sempre que possível, as situações em que os detidos, privados de sono, tinham alucinações. O conhecimento dos sintomas podia ajudar o preso a suportar o suplício. Pedro Baptista, destacado dirigente de *O Grito do Povo*²⁸, recorda que conhecia “de cor e salteado a patologia do torturado”. Isso tê-lo-á ajudado a enfrentar alucinações que envolveram insectos e serenatas com música de protesto. Também nas leituras permitidas foi possível encontrar ânimo. Após as sessões de tortura, Pedro Baptista pode ler o *D. Quixote*, que reputou como “um livro fundamental para a resistência de alguém que está preso”.

Deixavam entrar livros. Olhe, o *D. Quixote*. Só que a dada altura os animais toparam que a tradução era do Aquilino Ribeiro! e já não deixaram entrar lá o terceiro volume. O que a Pide não sabia é que aquele era um livro fundamental para a resistência de alguém que está preso. A dada altura da obra, os prisioneiros vão para as galeras e há uns que são desprezados pelos outros, e que são aqueles que sem a polícia ter provas, falaram e incriminaram por terem falado.

(Entrevista ao autor, 16/01/2008)

Um aspecto interessante do excerto reside na interpretação feita do episódio evocado no clássico de Cervantes. O entrevistado referir-se-á a um momento em que *D. Quixote* encontra no caminho alguns condenados às galés – que acabará por libertar, recebendo em troca umas ingratas pedradas – e pergunta-lhes a causa da punição. Um deles fica mudo diante da pergunta. Um dos guardas explica a *Quixote* que este preso fora condenado por ser ladrão de gado após ele próprio se ter denunciado. A confissão vale-lhe agora o opróbrio dos outros presos, do guarda que relata a história e do próprio cavaleiro andante. O excerto é efetivamente um exemplo de condenação moral da confissão. Mas importa notar o subtil deslocamento que o entrevistado efetua, lendo o excerto a partir do dilema do preso nos calabouços da PIDE. Na sua resignificação, existem os que resistem e os que não conseguem resistir, e a proteção dos outros e da organização é tão ou mais importante do que a protecção de si.

O silêncio diante do torturador tem pois uma dimensão claramente “performativa”: é o ato através do qual o sujeito afronta o assédio repressivo e afirma a sua identidade militante. A este silêncio “afirmativo” diante da PIDE contrapunha-se um silêncio “negativo”, que é resultado e objetivo da tortura, mesmo quando não declaradamente confessado pelos perpetradores. Como frisou Jean-Paul Sartre, a tortura “visa convencer-nos da nossa impotência” (Sartre, 2006 [1958]). Numa investigação sobre as consequências clínicas dos interrogatórios da PIDE/DGS, o psiquiatra Afonso Albuquerque sublinhara que, mais do que fazer falar, interessava à polícia desapossar o preso da sua identidade e silenciá-lo por meio da tortura (Albuquerque, 1987). Entre outros motivos, a tortura induzia ao silêncio na justa medida em que incitava à palavra: “falar” na PIDE, para além de conceder provas passíveis de condenação em tribunal e de facilitar a perseguição e detenção de companheiros, conduzia a uma rasura da subjetividade política.

²⁸ *O Grito do Povo* surgiu publicamente em finais de 1971. Em 1973 irá unir-se ao grupo *O Comunista*, actuante sobretudo na emigração europeia, dando origem à OCMLP (Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa).

O caso de Francisco Martins Rodrigues, principal teórico do maoísmo português nos anos sessenta, é exemplar a este respeito. Francisco Martins Rodrigues fora expulso do PCP em Dezembro de 1963 e criara poucos meses depois a Frente de Acção Popular (FAP) e o Comité Marxista-Leninista Português (CMLP), influenciado por posições pró-chinesas. Exilado em Paris, decide entrar clandestinamente em Portugal em 1965, juntamente com Rui d'Espiney e João Pulido Valente. Com a estrutura ainda em fase de implantação, a PIDE viria a prender alguns dos seus elementos, entre os quais João Pulido Valente, que fora denunciado por um “informador” infiltrado na FAP/CMLP. Em “julgamento revolucionário” realizado a 26 de Novembro de 1965, perto de Lisboa, a direcção decide executar o delator. Os membros restantes do secretariado do CMLP serão capturados pela PIDE no início de 1966.

Estes são submetidos a intensas sessões de tortura e confirmam alguns nomes à polícia. Entrevistado em 2008, Francisco Martins Rodrigues recordou que a PIDE juntou aos autos uma série de folhas de forma a poder compor o conjunto da organização pela voz do seu máximo responsável. Significativo é o modo como concluiu: “o essencial é que eles tinham conseguido sacar informações e reduzir um gajo àquilo que eles queriam: a partir de agora este homem está arrumado”. “Estar arrumado” não significava apenas sujeitar-se ao desprezo dos camaradas por não ter resistido diante das investidas policiais. Era, em última análise, tomar consciência de que se fora vítima de um processo de despotenciação política. Diz Martins Rodrigues:

Eu conheci, não sei se centenas, mas muitas dezenas foram, de presos do partido que fizeram declarações, e o sentimento era comum: já não sou nada, já não sou comunista, estraguei a minha vida.... A pessoa ficava destruída. A verdade é que muitos deles foram posteriormente reintegrados no partido, sempre com aquele medo de não saber como se comportariam de novo diante da PIDE. O certo é que uma grande parte dos presos submetidos a tortura fazia declarações. Claro que o partido estava interessado em que os militantes não falassem, o Chico Miguel foi um grande adepto disso, e foi mesmo o recordista, esteve dias infindos no sono. Eu já tinha lido coisas sobre isso, falávamos em reuniões, mas fazer a experiência foi diferente.

(Entrevista ao autor, 29 de Janeiro de 2008)

O excerto de Francisco Martins Rodrigues é curioso a vários títulos. Desde logo porque, referindo-se a um episódio que ocorre quando já é militante do CMLP, retrocede à sua experiência no PCP. Existirão várias razões que ajudam a explicar isso no caso de Martins Rodrigues. Desde logo, o facto de ter feito a sua formação política e ideológica no PCP e de ter sido durante anos militante e dirigente do “partido” – como se lhe refere, utilizando a expressão exclusivista e afetiva que os militantes ainda usam hoje para se lhe referir. Mas também é evidente a linha de continuidade que estabelece entre o modelo de comportamento na polícia do PCP e o da emergente extrema-esquerda.²⁹ Daí a menção à centralidade de Francisco Miguel na definição da regra de nunca prestar declarações e a observação da “questão do

²⁹Ainda que refira que a execução do denunciante tenha sido um gesto que rompia declaradamente como a “brandura” que o PCP tinha diante de casos semelhantes.

porte” a partir dos comunistas que conhecera. Por outro lado, o excerto deixa também muito claro como o ato de “falar” não punha apenas em risco o partido, mas atacava o âmago da subjetividade do militante comunista: ficava-se “destruído”, “estragava-se” a vida, vivia-se com “medo” de, em caso de reintegração no grupo, o comportamento voltar a não ser consentâneo.

Ou seja, a tortura atacava o corpo mas também a identidade do militante. E era no corpo, por isso mesmo, que se jogava a tarefa de defender uma escolha política que era uma opção de vida. A última frase do excerto de Martins Rodrigues aponta com muita clareza para o interior dessa verdade difícil: era possível ler e discutir sobre o assunto, “mas fazer a experiência foi diferente”. Um hiato separava um corpo situado e sitiado e um manual de procedimentos. Isso é descrito, de forma pungente, numa autocrítica que um preso procura enviar para o exterior:

Quis lutar com as armas que tinha, e lutar ainda depois de ter sabido, pela derrota do meu corpo e pela perda da minha lucidez que a força era pouca, fraca e frágil, e que a resistência só poderia ser vitoriosa se tivesse sido maior, mais intenso, integral o meu empenho no projecto revolucionário, integral a preparação técnica, física e ideológica, integralmente comunista o corpo, como pretendia tornar-se a inteligência.

(Arquivo Nacional da Torre do Tombo/PIDE/DGS, PC 679/68, NT 6007)

A resolução do problema estaria então na edificação de um corpo militante, capaz de suplantar a dor por meio de uma forte consciência ideológica. Importa sublinhar que o corpo é entendido aqui não apenas como algo que mantém ou retira uma condição – a condição comunista, neste caso. Essa condição na verdade é pensada, não como um dado, mas como um processo ao qual o corpo não é alheio: “integralmente comunista o corpo, como *pretendiatornar-se* a inteligência”. A capacidade de resistência física é vista como parte efetiva da condição militante e, em certa medida, aquilo que a complementa e consolida. Daí a insistência na palavra “integral”, algo que também aparece em declarações em julgamento de militantes desta área política, onde se afirma que a incapacidade em cumprir a diretiva de nada dizer à polícia lhes havia subtraído a condição de “militante comunista integral”.³⁰

Isso tinha efeitos concretos. Francisco Martins Rodrigues, apesar de continuar a ser reconhecido como o principal teórico da corrente, explicou que não fomentava contactos a partir da prisão com os grupos “lá fora”, já que entrou num processo de auto-limitação em função de ter “falado”. A recuperação da condição de “militante comunista integral” obrigava assim a um processo de “reconstrução” ideológica que se iniciava logo em contexto prisional. Repare-se no fragmento abaixo. A entrevistada, Rita Gonçalves, acabara de contar como fora torturada. Descrevera como a PIDE lhe apresentara um homem desfigurado, que só depois percebera ser o seu companheiro de então. Contara como a seguir continuou a suportar a tortura. E falava agora do ambiente na cadeia com as presas do PCP, explicando que

³⁰ “O Partido Comunista...”, sem data. Arquivo do Centro de Documentação 25 de Abril.

defendera uma camponesa para porta-voz do grupo. Momentaneamente, as posições invertem-se e é a entrevistada que pergunta:

Já ouviu falar da questão do porte?

Sim.

Pois, a questão do porte na polícia é uma questão muito importante, muito séria. Mas a Faustina foi torturada e não falou. Nem sequer se podia dizer “Ah!, mas falou...”.

Essa questão do porte estava sempre presente?

Sem ser mencionada, estava sempre subjacente. Havia uma presa do PCP que foi muito torturada e que falou. Oferecia-se sempre para fazer coisas que envolvessem algum risco. As presas do PCP precisaram um dia de contactar o outro grupo, às vezes era necessário. E essa presa foi apanhada a passar um papel: esteve seis meses de castigo, sem visitas, sem receber nada da família, sem isto, sem aquilo... As presas do PCP, pelo contrário, protegiam outra que era considerada “mais importante”, não sei se por ser mulher de um dirigente... essa não podia correr riscos nenhuns. Não concordava com este tipo de procedimento, embora também achasse que não falar na polícia era muito importante.

(Entrevista ao autor, 17/01/2008)

Ainda que sem o referir, estava-se já a falar da “questão do porte”. No entanto, a entrevistada tivera necessidade de explicitá-lo, salientando a sua centralidade na definição dos comportamentos em contexto de tortura e prisão. Revela então como o “porte” era uma espécie de fantasma operante – “sem ser mencionado, estava sempre subjacente” – que funcionava como critério de (des)classificação das presas e determinava dinâmicas de “culpa” e “expição”. A entrevistada não põe isso em causa, mas sim o modo como outros elementos interferiam. A diferente exposição ao risco a que eram sujeitas duas presas – uma “muito torturada” e “outra que era considerada ‘mais importante’, não sei se por ser mulher de um dirigente” – permite-lhe definir uma crítica de esquerda ao PCP, ao jeito da que era efectuada pelo campo maoista. A existência de clivagens de classe e estatuto entre as presas é aqui explicitada e censurada. Ao mesmo tempo, deixa-se sugerido, com algum desdém, a possibilidade da “importância” da presa privilegiada poder advir, não directamente de si, mas por via conjugal.

Em Peniche, prisão onde se encontravam os presos masculinos já condenados, a “questão do porte” revelava-se no debate sobre “proletarização” após a saída. Rui Teives Henriques, um dos entrevistados, relaciona-os muito claramente:

Houve um debate sobre se nos deveríamos proletarizar ou não após a saída. No meu ponto de vista, isso tem muito a ver com o fato de grande parte dos presos deste grupo não ter tido na cadeia o comportamento que era exigido organizacionalmente, logo, que teriam de fazer alguma reabilitação. Para alguns – lembro-me que o Francisco Martins Rodrigues defendia isso – essa reabilitação passava por um processo de proletarização, pelas pessoas assumirem de facto uma vida de operários. Não serem

“intelectuais pequeno-burgueses”, usando a linguagem da época. Nesse colectivo, quem se opunha fundamentalmente a isso era o João Pulido Valente. Ele achava, por um lado, que era difícil às pessoas com formação de base intelectual se inserirem nesse meio sem parecerem estranhas, sem se denunciarem, e, por outro, se existisse uma revolução as pessoas seriam mais úteis nas suas profissões de carácter técnico-científico mais avançado, digamos assim. O médico deveria continuar a ser médico, o engenheiro deveria continuar a ser engenheiro e por aí fora.

(Rui Teives Henriques, Entrevista ao autor, 03/01/2008)

Outros entrevistados falaram do ambiente marcadamente “obreirista” das discussões ideológicas na cadeia mas não o relacionaram com a “questão do porte”. Esta rasura pode ser vista como resultado da dificuldade em abordar ainda hoje a “questão do porte” e a temática mais genérica da tortura. Com efeito, os antigos presos que falaram sobre o tema da tortura e da resistência fizeram-no muitas vezes de maneira indirecta ou rígida – com expressões como a referida “já tinha lido sobre o assunto, mas fazer a experiência foi diferente” ou informando, sem mais, dos tipos de tortura a que foram submetidos e do número de dias que a sofreram. Houve mesmo quem tenha colocado o *tabu* sobre os temas como contrapartida para a conversa, estipulando um espaço de resguardo íntimo que se deveria manter inviolável.

Estamos assim na presença de dois silêncios que podem ser complementares. Por um lado, existe a reacção em nomear o horror indigno vivido nas salas de tortura. É preciso ter em conta que essa dificuldade não é alheia ao modo como a dor resiste à “objectivação linguística”. Como salienta Elaine Scarry, a tortura desfaz a agência e reduz o sujeito à experiência da própria dor (1985: 4-5). Por outro lado, há o emudecimento daqueles que não conseguiram manter a “regra de ouro” de não falar na polícia. O facto de não terem sido capazes de dotar o corpo de uma armadura indestrutível faz com que, ainda hoje, a questão seja difícil de abordar. Até porque, em última análise, não se tratava só de defender a sua identidade militante ou a integridade da organização. A confissão podia ter posto em risco ou levado mesmo à prisão de camaradas. O medo que acompanhava a intervenção política clandestina tinha, por isso, uma dimensão coletiva ancorada na necessidade de proteger o outro.

Conflito entre arquivo e testemunho

A investigação desenvolvida obrigou a algumas viagens demoradas pelos arquivos da PIDE/DGS. É fundamental ter bem presente que a documentação aí depositada não é um espelho, mesmo que estilhaçado, do passado. Desde logo, importa reter que a polícia nem sempre tinha um conhecimento detalhado das organizações que perseguia e da acção dos seus militantes. O conhecimento que possuía dos grupos de extrema-esquerda que proliferaram a partir de 1970 é por vezes escasso e frequentemente equivocado. Se em alguns casos as falhas são evidentes para quem conheça o assunto, em outros casos foi o contacto com antigos ativistas que me fez perceber alguns erros, lacunas e interpretações incorretas.

Por outro lado, é fundamental ter-se presente qual o seu contexto de produção: são, em regra, documentos agrupados para encetar um processo judicial e dos quais fazem parte autos com declarações dos presos. Boa parte dessas confissões foi arrancada sob tortura, ainda que os autos não o deixem transparecer. Também não é simples perceber quando se está diante de documentos com datas ou assinaturas forjadas. Em todos eles, a linguagem seca e burocrática não deixa transparecer os métodos de tortura da PIDE/DGS. Vistos a partir de hoje, os dados aí constantes são uma fonte inestimável para o conhecimento do aparelho repressivo e das oposições à ditadura. No entanto, estes documentos podem ser vistos por quem foi perseguido como uma prova – por vezes a carecer de contextualização e leitura crítica – de que se “falou”. Para muitos esse processo está apaziguado e a tônica é colocada na importância do seu acesso para se conhecer o passado. Mas para outros a relação com o arquivo é problemática, havendo vários casos de resistência à consulta de documentação própria.

Durante a pesquisa, surgiu uma forma peculiar de demonstrar essa presença do passado no presente. Um antigo preso relatou o seu “porte exemplar” na polícia, explicando que uma funda convicção moral o impedira de falar durante os longos dias de tortura de sono. Membros que militavam à época no mesmo grupo político corroboraram a versão, repetindo alguns elementos narrativos. No entanto, a consulta ao processo na PIDE/DGS aponta muito claramente em sentido diverso, sendo evidente algum grau de “cedência”. O que parece importante aqui não é, evidentemente, encetar uma espécie de novo processo judicial, que confronte arquivo e testemunho, pondere “agravantes” e “atenuantes” e, por fim, sentencie o “veredicto”. Independentemente da questão de saber quais as razões que justificam a sua narrativa, este episódio indica a forma como o passado permanece ativo e significativo no presente. A “questão do porte” revela-se pois como um elemento perturbador da imagem com que o sujeito se constrói para si e para os outros. Neste caso, seguindo uma lógica de “composição” (Thomson, 1990), as memórias que o evocam são assim reprimidas, revistas ou silenciadas de forma a que a experiência vivida se identifique com a norma exigida e a autoimagem desejada.

Os silêncios na entrevista

A gestão do que se diz tem sido uma temática abordada por historiadores orais, que alertaram para a necessidade de se proceder a uma hermenêutica do silêncio, das reticências e do ritmo da narrativa. Importa notar que, nesta pesquisa concreta, a gestão do dito / não-dito se fez num quadro que facilitava o desvio temático e onde a “questão do porte” não foi equacionada de início como um assunto central a abordar nas entrevistas. Foi solicitado aos entrevistados uma narração autobiográfica em torno de um recorte temporal e incidindo no terreno genérico do político. Eles sabiam estar a falar para uma audiência mais vasta, uma vez que as suas palavras seriam usadas num trabalho a publicar. Acresce a isso o facto de alguns terem inclusivamente alguma visibilidade pública, o que os levava a gerir com adicional cautela o dito e o não-dito. Assim, desde cedo se estipulou que o diálogo gravado seria apenas um primeiro

passo na construção da fonte. Depois da transcrição, seguiu-se ainda um terceiro momento em que os entrevistados tiveram oportunidade de corrigir, rasurar ou acrescentar partes ao diálogo transcrito.

Partilhar com o entrevistado o controlo do processo de passagem do oral para o escrito levou a que se retirassem elementos considerados problemáticos, rasurassem nomes, omitissem interjeições, pausas, gaguezes e se eliminasse alguma da carga espontânea da conversa. Apesar disso, este método teve vantagens importantes. Em primeiro lugar, permitiu a correção de informações, algo importante para um tipo de história oral como a produzida, em que se tratava também de reconstruir fenómenos para os quais existe uma carência de fontes escritas. Em segundo lugar, possibilitou ao narrador discorrer com maior vontade sem que a palavra proferida fosse necessariamente a definitiva. Em terceiro lugar, e do ponto de vista do entrevistado, a “correção” permitiu que as suas palavras ficassem registadas por escrito em termos com os quais se sentem identificados. Tendo a maioria um *background* intelectual ou hábitos de comunicação escrita, a maneira fluente e rigorosa comose diziam não era um elemento descurado.

Existe, porém, uma outra razão para as persistentes manchas de silêncio nas entrevistas relativamente à “questão do porte”. Na verdade, sentira que não tinha o direito de tocar diretamente numa área tão sensível. Tinha um guião aberto para cada entrevistado no qual os temas da tortura e das experiências prisionais entrariam. No entanto, a “questão do porte” nunca foi abertamente questionada se se sentia não haver disponibilidade do entrevistado em percorrer o assunto. Só tive plena noção do retraimento relendo as transcrições e detectando perguntas que rodeavam o assunto.

No fundo, pressentia que a ligação empática que envolve entrevistador e entrevistado pudesse ser posta em causa. Este receio de colocar o entrevistado num terreno desconfortável sintoniza-se com o que Mark Klempler designa por “princípio da reciprocidade”, e que consiste em estabelecer a empatia como base ética necessária no processo de entrevistar quem viveu experiências dolorosas (Klempler, 2000). O retraimento correspondia também a uma internalização do carácter ainda hoje problemático do tema. Isto obriga a considerar a forma como o entrevistador é um elemento activo na entrevista e de como esta é bem mais do que um processo unidirecional de recolha de informações e memórias. Segundo Alessandro Portelli, a relação entre entrevistador e entrevistado faz parte, precisamente, do conjunto de aspectos que tornam “a história oral diferente” (juntamente com a oralidade, a forma narrativa, a subjectividade e a “diferente credibilidade” da memória). Os documentos de história oral são o resultado dessa relação em que ambos partilham um projecto comum, ainda que não no mesmo plano ou perspectiva (Portelli, 2013: 19-43 e 79-98).

Numa visão demasiadamente esquemática, pode afirmar-se que a entrevista é um processo no qual confluem duas subjetividades: a do entrevistador, que quer saber “coisas”, e a do entrevistado, que aceita “contá-las”. Sabemos, no entanto, como o que se conta muda consoante o entrevistador e que a entrevista possui formas complexas: entrevistador e entrevistado têm as suas agendas, expectativas, motivações e esquemas mentais. A entrevista tem, pois, uma inescapável dimensão intersubjetiva,

dimensão essa que obriga a ter em conta o papel do historiador como agente ativo no processo de construção da fonte oral e, subsequentemente, na escrita da história que nela se ancora.

No meu caso, o fato de ser alguém que pretendia fazer a história de um tipo de oposição à ditadura não a tendo vivido influenciava o discurso dos narradores. Frequentemente sentia a distância geracional, o que podia levar a alguma condescendência ou à rasura de detalhes que exigiam uma sintonia tácita com o “espírito do tempo”. Em alternativa, importa frisá-lo, conduziu também a uma abertura fundada na ideia de legado ou na vontade de ver a sua história enquadrada na história mais vasta da contestação radical à ditadura. Por outro lado, sentia uma empatia genérica por quem, desde logo, havia aceitado partilhar as suas experiências, o que explica algum pudor na abordagem concreta à “questão do porte” sempre que não havia da parte do entrevistado um primeiro passo no sentido de tornar o tema “abordável”. Era como se eu não tivesse o direito de incitar ao prolongamento daquilo que a ditadura – e a dureza da regra, independentemente de considerações quanto à sua justeza – tinha produzido.

Esta análise dos comportamentos esperados e efetivos do militante diante da tortura mostra como o tempo histórico tem ciclos que não coincidem com os ciclos da memória pessoal e social. Um olhar menos atento poderia considerar que a queda da ditadura em Portugal teria tornado a “questão do porte” obsoleta e revestida de um mero interesse histórico relativo ao modo como as forças de oposição lidaram com o complexo repressivo do Estado Novo. A verdade é que ela se conservou operativa nos anos seguintes e se mantém ainda hoje um assunto delicado. O carácter dificilmente ultrapassável das experiências vividas em contexto de tortura, por um lado, e a extrema exigência da norma genérica de nunca falar na polícia, por outro, fez com que a questão permanecesse aberta no tempo. Em certa medida, a perseguição, a tortura e a prisão não expiraram com o 25 de Abril e refletem-se ainda hoje no corpo, nas palavras e nos silêncios de antigos presos.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Afonso, (1987), *Stress – Causas, Prevenção e Controlo – um guia prático*, Lisboa, Texto Editora.
- CARDINA, Miguel, (2011), *Margem de Certa Maneira. O Maoismo em Portugal: 1964-1974*, Lisboa, Tinta-da-China.
- KLEMPNER, Mark, (2000), “Navigating Life Review. Interviews with Survivors of Trauma”, *The Oral History Review*, 27 (2): 67-83.
- PASSERINI, Luisa, 2003, “Memories between silence and oblivion”, in Katharine Hodgkin e Susannah Radstone (ed.), *Contested Pasts. The politics of memory*, Londres / Nova Iorque, Routledge, 238-254.
- POLLAK, Michael, (1993), *Une identité blessée: études de sociologie et d’histoire*, Paris, Editions Métailie.
- PORTELLI, Alessandro, (2013), *A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios*. Introdução de Miguel Cardina, tradução de Miguel Cardina e Bruno Cordovil, Lisboa, UNIPOP.
- RODRIGUES, Aurora, (2011), *Gente Comum. Uma história na PIDE*. Recolha, introdução e notas de António Monteiro Cardoso e Paula Godinho, Castro Verde, 100 Luz.
- SARTRE, Jean-Paul, (2006) [1958], “A Victory”, in Henri Alleg, *The Question*, Lincoln, University of Nebraska.

- SCARRY, Elaine, (1985), *The Body in Pain. The Making and Unmaking of the World*, Oxford, Oxford University Press.
- THOMPSON, Paul, (1978), *The voice of the Past. Oral History*, Oxford, Oxford University Press.
- THOMSON, Alistair, (1990), "Anzac: Putting Popular Memory Theory Into Practice in Australia", *Oral History*, 18 (1): 25-31.

MEMÓRIA DA RESISTÊNCIA AO ESTADO NOVO NUM TEMPO SEM TEMPO PARA A MEMÓRIA.

Rui Bebiano.

FLUC / CES / CD25Abril

Os dezanove meses do «biénio revolucionário» que mediaram entre o 25 de Abril e o 25 de Novembro constituíram um período durante o qual a observação do passado mais próximo esteve simultaneamente presente e ausente. A necessidade de um ajuste de contas com o regime anterior, própria dos períodos revolucionários, foi sendo confrontada com prioridades políticas que lhe retiraram o carácter de urgência. Esta intervenção procura dialogar com essa contradição, buscando compreendê-la.

Após uma viragem histórica brusca que contém nos seus antecedentes a memória da repressão e da violência, e ao mesmo tempo integra uma vivência intensa da esperança e da resistência, a explosão de júbilo que acompanha a experiência da libertação comporta sempre a vontade de punir os representantes reais ou simbólicos da ordem derrubada. Este momento ocorre em regra numa duração relativamente curta, acompanhando a fase mais enérgica e decisiva da reconfiguração da ordem política. Os grandes momentos de viragem, em particular quando a liberdade derrota a tirania, conhecem sempre essa dupla dimensão de remissão e desagravo.

Porém, passado esse momento de elevada intensidade, a memória e a vivência traumática do passado convergem numa nova fase, de certo modo de refluxo, suscitando uma atitude diversa, muitas vezes pautada pela omissão ou pelo silenciamento de um tempo que começa a parecer preferível deixar para trás e esquecer, uma vez que lembrá-lo pode perturbar a normalização da nova ordem e acarreta uma penalização daqueles que nele desempenharam o papel de vítimas (Ribeiro, 2010). Refiro três circunstâncias históricas bastante conhecidas que configuraram este modelo: a Libertação da França e o fim da República de Vichy (a braços com episódios complexos e difíceis, que envolvem a história paralela da Resistência e da Colaboração); a Transição Democrática em Espanha (associada ao esbatimento dos vestígios e ao esconjuro dos fantasmas da Guerra Civil e do franquismo); e a experiência da memória e da história do Holocausto. Concentro-me neste último exemplo para uma curta reflexão que pode ajudar-nos a interpretar o que entre nós ocorreu após o 25 de Abril.

Olhando a memória da Shoah, conhece-se a existência de um longo lapso de tempo, que mediou sensivelmente entre o início da década de 1950 e o ano de 1978, a data de difusão da série televisiva *Holocausto*, seguida em 1985 do memorável documentário filmico de Claude Lanzmann, durante o qual a sua evocação pública não só foi deliberadamente omitida, como aqueles que procuraram contrariar essa omissão se acharam isolados. A divulgação de algumas narrativas testemunhais, como *Noite*, de Elie

Wiesel (1955), *Se isto é um homem*, de Primo Levi (1946, devidamente editada apenas em 1958), e *A longa viagem*, de Jorge Semprun (1963), ou não havia sido suficiente, nessa fase histórica, para assegurar a atenção dos cidadãos e da comunidade dos historiadores para o que tinha acontecido. Em 1947, Robert Antelme publicara *L'Espèce Humaine*, um dos primeiros grandes testemunhos, onde escrevia: «Trazíamos connosco a nossa memória, a nossa memória vivíssima, e sentíamos um desejo frenético de a dizer tal qual.» (Antelme, 2004: 9) É bem conhecido, aliás, o drama pessoal de Primo Levi: os doze anos que teve de esperar para sair uma edição condigna do seu relato esmagador; o sofrimento com o qual acompanhou o desinteresse da crítica em relação ao seu testemunho pessoal; e a impotência que experimentou para conseguir ajustar contas públicas com o passado, carregada como um insuportável fardo até ao suicídio.

A observação desta dificuldade em fazer ouvir a voz dos testemunhos particularmente dolorosos, remete para o muro de silêncio que tende a cobrir a *memória traumática* de um tempo difícil de opressão e resistência, diante da qual se constrói um consenso sobre a necessidade de «ser melhor esquecer». O silêncio envolvendo a memória do Gulag integra em larga medida essa característica (Bebiano, 2013). E o antropólogo e poeta Luís Quintais, ao abordar situações de stress pós-traumático relacionadas com a Guerra Colonial, fala a esse propósito da criação de um «estado de naufrágio» traduzido numa recusa da história (Quintais, 2000). Desenvolve-se então uma *política do silêncio* materializada a três níveis:

Num primeiro nível, o *pragmatismo político*, associado à estabilização de uma nova ordem constitucional mas também a um compromisso negociado com o passado e os seus representantes, tende a desqualificar ou a ignorar os sinais desse passado que podem perturbar a sua eficácia. Um bom exemplo é o que aconteceu em Espanha com o *Pacto del Silencio* ou *del Olvido*, que marcou poderosamente a fase de transição democrática na era pós-Franco (Colmeiro, 2005). A ordem política emergente vê na evocação desse tempo um possível fator de instabilidade e toca-o com pinças, apenas na medida em que pode servir, depois de cuidadosamente depurado, como fator da sua própria legitimação.

Num segundo nível, ocorre uma resposta coletiva a um trauma partilhado. No ensaio *O problema da culpa*, Karl Jaspers fala das diferentes dimensões deste sentimento (a culpa criminal, a política, a moral e a metafísica), vinculando particularmente uma delas, a *culpa metafísica*, a uma noção socialmente partilhada de responsabilidade pela violência exercida sobre os outros e pela vontade de a exorcizar. Não a negando mas recusando qualquer responsabilidade individual e omitindo-a de modo a negar qualquer cumplicidade, num movimento de fuga para a frente.

Num terceiro nível define-se uma dificuldade temporária em resolver de forma adequada, neste tipo de situação, o *binómio memória-história*. A diferença entre as duas categorias esbate-se à medida que o tempo, o «grande escultor» do qual falava Marguerite Yourcenar, vai fazendo o seu trabalho, quer sobre os detentores do testemunho, quer sobre os historiadores que têm o dever de o trabalhar no plano profissional. Este processo é consabidamente demorado e desenvolve-se, em boa parte, à medida que o

distanciamento e a reflexão política sobre o passado vão sendo integrados no campo daquilo a que Amos Funkenstein chama a *consciência histórica* (Funkenstein, 1989). A essa morosidade se encontra vinculada, pois, uma parte da responsabilidade pela construção de um período de luto durante o qual boa parte do passado recente é deliberadamente omitida pelos historiadores.

Podemos dizer que esta via foi seguida também em Portugal ao longo do período que medeia entre o 25 de Abril e os meados da década de 1990, quando a afirmação dessa *consciência histórica* começou, gradualmente, a admitir a abordagem de temas até aí praticamente tabu, como as organizações políticas e repressivas do Estado Novo na sua parte final, as dinâmicas e os dilemas da Guerra Colonial, a biografia do Salazar e do salazarismo dos últimos anos, e o próprio trajeto político e orgânico das oposições na fase final do regime. Até aí, esses assuntos foram abordados de forma sempre esparsa, sem um estudo sistemático e uma exposição pública que rompessem de facto o muro indizível mas efetivo do silêncio.

Todavia, esta não foi a situação vivida durante os dezanove meses, contados entre o 25 de Abril de 1974 e o 25 de Novembro de 1975, ao longo dos quais uma das primeiras formas de legitimação do novo regime passou pela sua vinculação à necessidade – condicionada pela atividade dos partidos, pela evolução do MFA e sobretudo pelas dinâmicas do movimento popular – de impor um estado de rutura em relação a um passado, fosse ele imediato, próximo ou mesmo um pouco mais distante. Um passado associado, na memória da larga maioria dos portugueses, e ainda que em graus diversos, à ausência de liberdade, à repressão política, à privação de direitos, à exploração do trabalho e à continuidade de uma guerra tomada como injusta.

Este é ainda *um tempo de mudança*, um tempo claramente instável no decurso do qual a verbalização da memória de um passado mais ou menos recente é fator constitutivo essencial da nova ordem política, se bem que esta verbalização não possa ainda ser acompanhada por um referencial histórico alargado e consistente.

Este tempo é, como disse no início, caracterizado pela euforia e pela vontade de remissão, nele emergindo, neste contexto, quatro padrões de discurso: um *discurso de denúncia*, associado à culpabilização dos responsáveis pela opressão vivida e pelos seus executantes; um *discurso vitimizante*, ancorado numa vontade de reconhecimento público do sofrimento passado, por vezes articulado com um *relato heroico* capaz de prestar justiça aos que resistiram (veja-se a contabilidade repetidamente exposta em atos públicos dos anos de prisão ou, no extremo oposto, os relatos dos falsos resistentes); um *discurso celebratório*, apoiado na construção vitoriosa, então em curso, de uma nova ordem política que demolia a anterior; e um *discurso emancipatório*, ajustado a um combate ainda a decorrer e que não só carecia de legitimação como deveria prosseguir para novas e decisivas etapas, sem as quais – e esta era uma ideia recorrente – seria mais ou menos inevitável um regresso ao passado.

Estes quatro padrões de discurso acompanham, ao longo do período revolucionário, a evocação progressiva, alargada a um número cada vez maior de cidadãos, das experiências vividas no regime anterior, da identificação dos seus responsáveis e executantes, e da ligação entre essa experiência relembrada e a própria complexidade das dinâmicas do processo político que se encontrava a decorrer. Podemos encontrar estes sinais num conjunto de áreas.

Em primeiro lugar, a comunicação social, liberta agora da censura, toma rapidamente em mãos a tarefa de evocação e de denúncia associada a um trabalho testemunhal sobre uma memória ainda recente. A imprensa (incluindo a regional e a associativa), a rádio, a televisão e o documentário cinematográfico acentuam esta forma de intervenção tornando-a omnipresente e fazendo com que a voz dos que haviam sido oprimidos se fizesse ouvir numa avalanche de relatos. A televisão, em particular, desempenhará um papel decisivo neste domínio com a apresentação regular de testemunhos, muitos deles de vozes anónimas, em regra associados a formas de luta em curso: os telejornais e alguns documentários, como *Caminhos da Liberdade*, um dos primeiros, transmitido em 1974 e contendo testemunhos de presos políticos e informações sobre a atuação da PIDE, foram instrumentais neste processo. Aliás, a RTP criará alguns meses após a revolução um Departamento dos Programas Políticos e Sociais, que em boa medida integrará sempre uma componente testemunhal.

Também a imprensa partidária se integra neste esforço, naturalmente, embora aqui a informação seja padronizada pelo jargão partidário ou pelas estratégias políticas em curso. Mas é comum, desde o *Povo Livre*, órgão do PPD, até aos jornais da extrema-esquerda – embora mais particularmente nas publicações do PCP por ser o partido com maior e mais dramático historial de resistência –, a vinculação de uma ligação essencial entre a memória de um passado ainda quente e as tarefas que, no sentido da sua superação, se colocavam de imediato no campo da intervenção política. O «regime caído a 25 de Abril», como de forma recorrente e eufemística era então designado, não parecia, neste domínio, ter deixado quaisquer sentimentos nostálgicos.

Por sua vez, o discurso dos dirigentes partidários, apesar de mais empenhado nas questões de estratégia colocadas de forma imediata, recorre também a esse padrão de ligação a uma evocação da memória. Todos se servem dela, embora tal seja mais acentuado nos partidos à esquerda do Partido Socialista, em particular no PCP, cuja identidade e definição orgânica e ideológica havia sido feita no combate duro e diário contra o regime anterior. No primeiro 1º de Maio em liberdade, Álvaro Cunhal foi claro a esse respeito, proclamando, em nome desse passado, a importância da mobilização dos comunistas para «a democratização da vida nacional» em consonância com um combate diário «contra o perigo da reação fascista, contra o perigo da contra-revolução» (Cunhal, 1974: 2). Ou seja, contra um passado ainda presente, que quer «levantar a cabeça», e não cessará de ser invocado em comunicados, comícios e sessões de esclarecimento.

Já o discurso dos representantes do Estado – em larga medida por rever com este padrão de análise em cima da mesa – também não deixou de considerar, principalmente na fase inicial do processo

revolucionário, o mesmo padrão de relacionamento entre presente e passado recente. Provavelmente consciente deste perigo, ou desta inevitabilidade, no primeiro discurso do 10 de Junho após o 25 de Abril, uma alocução muito breve pronunciada por António de Spínola na base militar da Ota, quando ainda pensava poder impedir a dimensão abertamente revolucionária que os acontecimentos viriam a tomar, este proclama que «não é altura de recordar o passado, no qual as Forças Armadas foram as grandes vítimas de uma política deficientemente orientada (...) no sentido do seu desprestígio» (Spínola, 1975: 64).

Os movimentos sociais que a revolução desencadeou contiveram também de uma forma constante, sinais vivos dessa memória. Desde o perigo, recorrentemente denunciado, do regresso dos executantes do regime anterior – encontramos na documentação referências constantes à possibilidade dos «pides e fascistas» retomarem o seu lugar, até à recorrente evocação da memória do sofrimento, da opressão e da perseguição diante de um patronato sempre apresentado como incapaz de abdicar dos seus privilégios e da sua forma de tratar os mais fracos. A luta social surge assim, em boa parte, como uma ação de resistência contra aqueles que procuravam manter os privilégios do passado e impedir o avanço de uma revolução desta maneira por cumprir.

As iniciativas da sociedade civil voltadas para um confronto com os vestígios do passado terão igualmente um papel importante neste diálogo ainda quente e emotivo com alguns dos sinais mais detestados do passado recente. Neste particular, a atitude perante o que estava a acontecer com a memória da atividade da PIDE-DGS – nomeadamente com o tratamento do seu arquivo – e o tratamento quase paternal dado aos seus ex-agentes, desempenha um papel decisivo. Antes ainda da criação do Tribunal Cívico Humberto Delgado (1976) e da Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo (1978), a Associação dos Ex-Presos Políticos Antifascistas (AEPPA), criada logo em 1974, procurou impedir que a diluição da memória permitisse o desaparecimento de informação e a desresponsabilização dos responsáveis, agentes e informadores da polícia política. Uma preocupação generalizada e que, aliás, começou muito cedo, como o comprova um memorando sobre o Serviço de Coordenação da PIDE/DGS e LP, apresentado ao Conselho da Revolução em Outubro de 1975, onde se refere a intervenção do então Capitão-Tenente Alpoim Calvão, logo a 26 de Abril de 1974, na sonegação de informação que deveria ter sido preservada, sendo sob sua responsabilidade «queimados documentos importantes, sobretudo ligados à rede de informação da PIDE/DGS» (Memorando, 1975). No mesmo documento se atesta ainda a tentativa de recuperação da PIDE para a criação de um projetado Serviço Nacional de Informação (proposta do general Galvão de Melo, membro da Junta de Salvação Nacional). Aliás, a justeza desta preocupação encontra-se hoje vastamente comprovada pelo facto de um único agente da polícia política, Casimiro Monteiro, ligado aos assassinatos de Humberto Delgado e de Eduardo Mondlane, ter sido julgado e condenado, para mais à revelia.

Muito útil ainda para aquilatar do processo de reformulação da memória preservada de um passado então ainda recente será também, com toda a certeza, um estudo que permita entender o processo que

conduziu, em inúmeras localidades do país, à profunda alteração da toponímia, e em particular aquela associada a vias ou espaços mais nobres ou mais utilizados. Sabendo-se, todavia, que este processo foi bastante irregular e diferenciado, consoante a região do país e o grau de equilíbrio que nela mantivessem as diferentes forças políticas em presença.

Durante o período revolucionário, as urgências da mudança e a proximidade de um passado necessariamente traumático, bem como as incertezas do próprio processo político, mantiveram assim a presença deste passado no quotidiano dos portugueses. Ao mesmo tempo, porém, as circunstâncias impediram uma reflexão devidamente documentada e criteriosa sobre a experiência acumulada. Destaco, para concluir, duas ideias que podem permitir lançar algumas reflexões acessórias sobre o papel da relação entre memória e história em ligação com as ocorrências deste período.

Por um lado, é necessário sublinhar a dificuldade necessariamente sentida por um discurso historiográfico que, na época, pretendesse abordar o período que acabava de ser encerrado. Em *O Passado, Modos de Usar*, Enzo Traverso recorda que «para ter lugar, a prática historiográfica exige um distanciamento, uma separação ou mesmo uma rutura com o passado, pelo menos na consciência dos contemporâneos», sendo esta uma premissa essencial para proceder a uma historicização, ou seja, uma perspetiva histórica do passado (Traverso, 2011). Mesmo os avanços teóricos trazidos pela chamada história do presente – à época, aliás, ainda a dar os primeiros passos, e de modo algum em Portugal – incluem essa possibilidade: a história tem sempre o passado como referente e este só pode ser entendido como tal se quem o observa o entender dessa maneira. Ora essa não era, de forma alguma, naquela época de intensa e dramática mudança, a situação dos historiadores ou dos interessados na observação da história recente: para estes, o tempo era ainda de viragem e o passado estava demasiado presente para ser percecionado como passado.

Basta lembrar a este respeito que o primeiro, e durante muito tempo o único, congresso académico sobre o salazarismo, *O Fascismo em Portugal*, organizado na Faculdade de Letras de Lisboa por iniciativa de Fernando Piteira Santos, Manuel Villaverde Cabral e António Costa Pinto, entre outros, apenas teve lugar em 1980 (Santos, 1982). E foi visto, na época e durante ainda alguns anos mais, com alguma desconfiança crítica por parte significativa da comunidade dos historiadores, que considerava ser ainda «muito cedo» para observar o Estado Novo, no seu todo, do ponto de vista documentado e compreensivo que é próprio do trabalho historiográfico.

A enunciação exacerbada e muitas vezes simplificada da atividade da Oposição e da resistência ao regime derrubado a 25 de Abril, revelada num registo essencialmente heroico e militante, muitas vezes instrumentalizado pelas forças políticas em presença, terá sido também um obstáculo a este trabalho de apropriação da memória do Estado Novo, sistematicamente confrontado com opções ideológicas ou formas de propaganda que dificultavam a construção de um discurso tanto quanto possível objetivo, isento e diversificado no plano temático.

Por outro lado, a observação da memória através do testemunho colocava também problemas. Em *Le Syndrome de Vichy*, o historiador Henry Rousso refere-a [à memória] como atravessando três etapas: «primeiro um acontecimento marcante, uma viragem, muitas vezes um trauma; depois uma fase de recalçamento, seguida, mais tarde ou mais cedo de uma [terceira fase, correspondendo a] uma inevitável anamnese, integrando o regresso do recalçado, que pode por vezes converter-se em obsessão memorial.» (Rousso, 1987: 17-18) Ora, como foi visto já, o nosso período revolucionário fez ainda parte daquele primeiro momento, o processo de viragem, contendo, pois, um conjunto de fatores e de processos que estavam ainda na fase de ser absorvidos pela memória (fosse esta a individual, fosse a partilhada). A urgência da mudança, e os objetivos do combate político e social, onde a luta «contra o fascismo» foi substituída pela luta «contra a reação», que era também, inúmeras vezes, a luta «contra a burguesia, o capitalismo e o colonialismo», sobrepuseram-se à possibilidade um inventário rigoroso e tão objetivo quanto possível, impedindo o acesso, mesmo no plano testemunhal, a uma memória forte que permanecia em construção.

Por isso pode dizer-se que os dezanove meses da revolução foram vividos como um tempo sem tempo para a memória. A sua recuperação tem sido, de facto, um esforço ainda relativamente recente, pois já só neste século pôde contar com o contributo assumido, e menos sujeito a constrangimentos de natureza disciplinar, dos historiadores.

Bibliografia

- ANTELME, Robert, (2004), *L'espece humaine*. Paris, Gallimard.
- BEBIANO, Rui, (2013), «“O cativo constrói” - A ideia de redenção na literatura do Gulag», in *Holodomor. A Desconhecida Tragédia Ucrainiana (1932-1933)*, org. de Béata Cieszyńska e José Eduardo Franco. Coimbra, Grácio Editor: 183-190.
- COLMEIRO, José F., (2005), *Memoria histórica e identidad cultural. De la pstrguerra a la postmodernidad*. Barcelona, Anthropos.
- CUNHAL, Álvaro, (1974), *Discurso de Álvaro Cunhal no 1º de maio de 1974 em Lisboa*. S.l., s.e.
- FUNKENSTEIN, Amos, (1989), “Collective Memory and Historical Consciousness”, *History and Memory*, vol. I. Bloomington, Indiana University Press: 5-26.
- Memorando sobre o Serviço de Coordenação de Extinção da PIDE/DGS e LP, apresentado no Conselho da Revolução em 16/10/1975, 1975*. Lisboa, EMGFA- SCE.PIDE/DGS e LP. [Arquivo do Centro de Documentação 25 de Abril]
- QUINTAIS, Luís, (2000), *As guerras coloniais portuguesas e a invenção da história: memória e trauma numa unidade psiquiátrica*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- RIBEIRO, António Sousa, (2010), “Memória, identidade e representação: os limites da teoria e a construção do testemunho”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 88: 9-21.
- ROUSSO, Henry, (1987), *Le syndrome de Vichy (1944-1987)*. Paris, Seuil.
- SANTOS, Fernando Piteira; CABRAL, Manuel Villaverde; e PINTO, António Costa, (1982), *O Fascismo em Portugal*, Actas do Colóquio, FLUL, Mar. 1980, Lisboa, A Regra do Jogo.
- SPÍNOLA, António de, (1975), «Discurso de 10 de Junho de 1974», *Dossier 2º República*, org. de Fernando Ribeiro de Mello, vol. I. Lisboa, Afrodite: 63-66.
- TRAVERSO, Enzo, (2011), *L'Histoire comme champ de bataille. Interpréter les violences du XXe siècle*. Paris, La Découverte.

O REVISIONISMO HISTÓRICO EM PORTUGAL: ORIGENS E EFEITOS NA MEMÓRIA DA REVOLUÇÃO E DO ESTADO NOVO

Luciana Soutelo.

Instituto de História Contemporânea, FCSH/UNLe FLUP

Tratar do *revisionismo histórico* em Portugal exige, em primeiro lugar, um esclarecimento preciso sobre o conceito. Enzo Traverso considera “revisionismo” uma palavra camaleónica, que ao longo do século XX adquiriu diferentes significados e foi utilizada de múltiplas formas e com variados objetivos. Segundo Traverso, pode-se identificar três momentos principais na história deste conceito: uma controvérsia marxista; um cisma comunista; e, de forma mais ampla, uma série de debates historiográficos posteriores a II Guerra Mundial. Assim, pode-se dizer que o termo é introduzido no vocabulário da cultura política moderna em finais do século XIX, com um debate no seio da social-democracia europeia e que logo se estendeu ao conjunto do movimento socialista internacional. Eduard Bernstein, antigo secretário de Engels, passou a defender a necessidade de revisar certos conceitos de Marx; de acordo com Traverso, Bernstein tirava conclusões políticas de tais revisões teóricas, tentando harmonizar a teoria da social-democracia alemã com a prática de um grande partido de massas que tinha abandonado a via revolucionária e que se encaminhava para uma política reformista. Este *revisionismo* foi fortemente criticado por Kautsky, Rosa Luxemburgo e Lenine, contudo o conflito – por vezes de alto nível teórico – esteve sempre nos limites de um debate de ideias.

Segundo Traverso, tal controvérsia socialista ganha contornos dogmáticos após o nascimento da URSS e a transformação do marxismo em ideologia de Estado. A palavra *revisionista* converte-se, então, em sinónimo de “traição” (Traverso, 2007: 93-95). Antes de tratar do terceiro momento de desenvolvimento do termo *revisionismo* – aquele que diretamente interessa aos propósitos deste trabalho –, é importante ressaltar que, num sentido mais geral, *revisionismo* pode significar *revisão*, ou seja, a renovação de interpretações com base na crítica a uma perspetiva dominante, à qual se contrapõe um ponto de vista de inovador. Traverso enumera muitas destas *revisões*, como as análises de politólogos norte-americanos que questionaram a tese das origens soviéticas da Guerra Fria, ou as interpretações de soviétólogos que, desde os anos 1970, se afastaram das explicações anticomunistas da época da Guerra Fria e passaram a estudar a história social do mundo russo e soviético (Traverso, 2007, 95-96). Nesta aceção ampla do termo, todo historiador é *revisionista*, já que a *revisão* corresponde a uma tarefa inerente ao trabalho científico; pois o desenvolvimento científico implica uma multiplicidade de modelos teóricos e paradigmas interpretativos, os quais são progressivamente substituídos sempre que a atividade

de investigação suscita novos pontos de vista, e a consequente adoção de novos paradigmas (Pisanty, 1998: 7-8).

Com efeito, Traverso sublinha que algumas *revisões* podem inclusive desenvolver-se de maneira natural – ou seja, como decorrência imediata do método científico –, como resultado da adoção de novas fontes, da exploração dos arquivos ou da mudança de paradigmas interpretativos. Este último aspeto, por vezes, pode originar-se da modificação de questionamentos que naturalmente se opera ao longo dos tempos, conforme as épocas históricas, as gerações, as transformações na sociedade e as reconstruções da memória coletiva. Em uma tal aceção, as *revisões* da História são não apenas legítimas como também necessárias. No entanto, as *revisões* comumente denominadas *revisionistas* adquirem uma conotação negativa, uma vez que implicam “uma viragem ético-política” na forma de compreender o passado. Conforme menciona Traverso, é evidente que os historiadores *revisionistas* não são repreendidos pela iniciativa de debruçar-se sobre arquivos inexplorados ou por basear seus trabalhos numa documentação nova; são criticados pela visão política subjacente à sua leitura do passado (Traverso, 2007: 97-98).

O sentido mais recente do conceito de *revisionismo*, portanto, abrange a tendência de reescrita da história. Mas o que impede que esta tendência seja entendida simplesmente como mais um exemplo de *revisão historiográfica*? Segundo Traverso, tais *revisões*, para além de questionarem uma interpretação dominante, rejeitam uma consciência histórica compartilhada e uma responsabilidade coletiva em relação ao passado. Ao abordar sempre acontecimentos fundacionais das sociedades contemporâneas – desde a Revolução Francesa, passando pela Revolução Russa, as guerras mundiais, diversas ditaduras, guerras, revoluções e movimentos revolucionários do século XX –, esta releitura da história ultrapassa a situação de reinterpretações historiográficas próprias de uma época; pois afeta diretamente a visão do mundo e identidade social presente. Neste sentido, de acordo com Traverso, estas *revisões* transbordam as fronteiras da historiografia, enquanto disciplina científica, e adentram o campo mais amplo do *uso público da História* (Traverso, 2007: 99) – ou seja, penetram na esfera da memória.

Em geral, são desconsiderados processos, especificidades e contextos históricos de modo a confirmar certos posicionamentos político-ideológicos. Portanto, do ponto de vista histórico é possível dizer que interpretações *revisionistas* procedem a negligências metodológicas com o fim de manipular a história. O historiador alemão Ernst Nolte, por exemplo, defende que o regime nazista foi uma resposta à ameaça de expansão bolchevista, e que a decisão do extermínio judeu pode ser explicada como uma tentativa de “autodefesa”, dada a “tradicional” relação entre bolchevismo e judaísmo. Segundo os críticos, uma tal interpretação ignora que os fundamentos originários da política nazista são muito anteriores à eclosão da Revolução Russa (Wehler, 1989; Poggio, 2006). De acordo com Traverso, mais grave do que a manipulação das fontes é o facto de que esta interpretação sugere uma releitura do passado em que a Alemanha já não ocupa a posição de opressor, e sim de vítima do bolchevismo soviético (Traverso, 2007: 98).

Segundo Domenico Losurdo, a origem do *revisionismo histórico* remonta ao contexto inicial de Guerra Fria. Durante a I Guerra Mundial desenvolveu-se, segundo este autor, a ideia de *revolução*

democrática internacional, no sentido de vencer definitivamente a ameaça reacionária do *Antigo Regime* representada pelos Impérios Centrais, e particularmente pela Prússia; neste contexto, promoveu-se a relegitimação dos valores da Revolução Francesa. Da mesma forma, durante a II Guerra Mundial recuperou-se também esta noção de *revolução democrática internacional*. Uma tal valorização da Revolução Francesa diante das experiências que negaram seus princípios, e que originaram as guerras mundiais, conferiu, além disso, uma apreciação positiva à Revolução Russa – identificada com a luta contra o imperialismo e a opressão dos povos. Portanto, a mobilização contra o Terceiro Reich provocou a legitimação da tradição revolucionária – situação que se sustentou, mais ou menos, até ao desenrolar da Guerra Fria. A partir de então – devido à incompatibilidade entre a valorização da tradição revolucionária, justificadora dos conflitos mundiais, e o contexto de Guerra Fria –, é possível identificar a origem primária do *revisionismo histórico* como corrente de pensamento político (Losurdo, 1996).

Do ponto de vista teórico, o *revisionismo histórico* define-se a partir do ataque ao pensamento marxista e à tradição revolucionária – que apesar de já ser evidente desde meados do século XX, encontrou um novo impulso a partir da década de 1970, e especialmente a partir do fim do “socialismo real”, em finais dos anos 1980. Eric Hobsbawm, ao tratar do *revisionismo histórico* sobre a Revolução Francesa, esclarece que um de seus principais eixos argumentativos é o ataque à noção de *revolução burguesa*. No entanto, segundo este autor, a interpretação da Revolução Francesa como *revolução burguesa* não se restringe à análise marxista; na verdade, esta conceção tem sua origem no surgimento da historiografia sobre a Revolução, no início do século XIX. Da mesma forma, os historiadores clássicos da Revolução, de princípios do século XX, não eram marxistas ou extremistas, e sim republicanos democráticos que valorizavam a tradição revolucionária jacobina. Com o desenvolvimento da resistência antifascista – tal como menciona Losurdo –, desenvolve-se a defesa dos valores da Revolução Francesa; e neste contexto, devido à influência do Partido Comunista na sociedade francesa dos anos 1930, ocorre uma fusão entre as tradições republicana, jacobina, socialista e comunista. A análise marxista, portanto, apropria-se da tradição jacobina e republicana da historiografia da Revolução Francesa, e dessa forma o ataque ao marxismo no final do século XX significa também o ataque àquela historiografia (Hobsbawm, 1996: 98-101).

Segundo Losurdo, a releitura dos conflitos mundiais consiste em apenas mais um dos aspectos do *revisionismo histórico*. Levando-se em conta a deslegitimação da tradição revolucionária, na qual a interpretação desses fenómenos estava baseada desde o pós-guerra, fascismo e nacional-socialismo ganham uma conotação mais branda. É possível afirmar que se num período inicial, entre as décadas de 1950 e 1970, o *revisionismo histórico* se desenvolve na esfera intelectual e incide especialmente sobre releituras da II Guerra Mundial, a partir dos anos 1990, com o colapso do “socialismo real”, esta tendência generaliza-se para variados outros casos nacionais de passados autoritários e revolucionários. Ao mesmo tempo, verifica-se nas sociedades contemporâneas um crescente processo de mediatização da história, uso público e político do passado recente no espaço público das sociedades. Neste contexto, as

tendências de *revisionismo histórico* tornam-se um fenômeno social, não mais restritas ao âmbito da historiografia, já que passam a ter expressão significativa na esfera da memória pública das sociedades.

É possível dizer que o fim do “socialismo real” impulsiona o desenvolvimento e visibilidade social do *revisionismo histórico*, como resultado da *erosão* que ocasiona na credibilidade social de todo o pensamento e prática política de esquerdas, ao passo que as direitas passam a reivindicar a *naturalização* do capitalismo liberal com base na ideologia do *fim da história*. Segundo Traverso, após 1989 a própria ideia de revolução foi criminalizada e verificou-se um fenômeno de fusão entre a memória dos crimes nazistas e a memória do “socialismo real” (Traverso, 2007: 75-76). Portanto, o *revisionismo histórico* pode ser sucintamente definido como tendências interpretativas que, ao rejeitar a tradição revolucionária, promovem, por um lado, a recuperação, desculpabilização e *branqueamento* de experiências de autoritarismos do passado recente e, por outro lado, depreciam e deslegitimam a atuação de movimentos sociais, organizações e processos revolucionários.

Neste sentido, o caso português é paradigmático, uma vez que o fim da ditadura de carácter fascista se deu através de uma revolução social, e, dessa forma, constatam-se tendências de *revisionismo histórico* em ambos os sentidos, tanto no sentido de desculpabilizar a ditadura, aligeirando o seu carácter repressivo e mitigando os seus custos sociais, quanto no sentido de condenar a Revolução por seu radicalismo. Muitas vezes, estas duas tendências manifestam-se simultaneamente, sendo difícil separá-las: porque, por um lado, muitas interpretações da ditadura passam a sofrer os efeitos de uma leitura retrospectiva e comparada, ou seja, a ditadura é analisada retrospectivamente e de forma em que saem ressaltados os excessos do período revolucionário; e por outro lado, interpretações da Revolução que são baseadas na sua condenação acabam por alcançar o efeito de *branquear* a ditadura, ainda que em alguns casos não seja esta a intenção dos autores.

O *revisionismo histórico* em Portugal, como fenômeno social, surge em finais dos anos 1980, podendo-se considerar o ano de 1989 como um ponto de inflexão que aponta o desenrolar de um processo de releitura da história no sentido de desvalorizar o passado revolucionário. Isto não significa um surgimento repentino de visões *revisionistas* da história no espaço público português: as tendências de *revisionismo histórico* sempre existiram na interpretação do passado recente³¹, sendo possível identificar desde antes opiniões que desvalorizavam a Revolução, e que abrangiam principalmente os aspetos da descolonização e da radicalização do processo revolucionário. A diferença é que até 1989 estas tendências *revisionistas* ainda eram minoritárias e pouco relevantes no conjunto dos discursos públicos sobre o passado revolucionário, e eram amplamente ultrapassadas por opiniões críticas a essas visões. Contrariamente, a partir de 1989 há um incremento na visibilidade social do género de opiniões baseadas na condenação do período revolucionário (Soutelo, 2012).

³¹De uma forma geral, abrangendo também os demais casos nacionais, pode-se afirmar que as visões *revisionistas* representam culturas políticas de direita e, como tal, com frequência se apresentam no espaço público das sociedades no próprio calor dos debates políticos contemporâneos aos acontecimentos históricos. Não se tratam, portanto, de argumentos novos, de modo algum desconhecidos do debate político. Contudo, o que caracteriza o *revisionismo histórico* como fenômeno social é que tais argumentos transbordam as fronteiras do debate político, passando a ser reivindicados, de forma banal e recorrente, como chaves de explicação histórica.

Este processo atinge o seu ápice por ocasião do vigésimo aniversário da Revolução, em 1994, quando a significativa visibilidade de visões *revisionistas* da história, tanto sobre a Revolução quanto sobre o Estado Novo, provoca um amplo debate sobre o passado recente no espaço público português. Neste ano, verifica-se na sociedade uma excepcional quantidade de iniciativas comemorativas; o auge da polémica deu-se a propósito de um debate televisivo, promovido pela SIC, em que um dos convidados era um ex-agente da PIDE, Óscar Cardoso – um dos dois ex-membros da polícia política da ditadura que, dois anos antes, em 1992, tinha sido agraciado pelo Estado em virtude de *altos e assinalados serviços prestados à pátria*. Neste quadro, a crítica ao *branqueamento* do Estado Novo e à paralela desvalorização do 25 de Abril dominou o tom das intervenções do vigésimo aniversário da Revolução.

É possível identificar várias nuances na argumentação *revisionista*. Fernando Rosas salienta que o discurso ideológico negacionista de demonização da Revolução *contesta cada um e o conjunto dos três «D>s que o MFA reivindicou como o sentido essencial das aquisições da revolução: democratizar, desenvolver, descolonizar (sendo que neste caso não se trata de negar a descolonização, mas de atacar o seu processo e resultados)*. (Rosas, 2004:17-18)

Com efeito, é possível considerar que as três negações que menciona Rosas conformam os variados matizes da argumentação *revisionista* sobre o caso português e que podem ser sintetizados da seguinte forma: a *revolução desnecessária*, que corresponde às interpretações que pretendem reabilitar, recuperar e *branquear* aspetos do Estado Novo; a *dérapage à portuguesa*, ou as visões que condenam o período revolucionário – com destaque para o aspeto da intensificação das movimentações populares, entendidas como ameaçadoras da democracia, e a ideia de tentativa de tomada do poder pelo PCP com vistas à instauração de um regime *totalitário* –; e a *revolução como desastre*, o que abrange especificamente a problemática da descolonização e por vezes comporta também a legitimação da guerra colonial. Finalmente, existem as interpretações *revisionistas* mais radicais, que abrangem todos os âmbitos anteriores e defendem uma condenação irrestrita da Revolução, sem se ressaltar nem mesmo os aspetos consensuais de liberdade e democracia, cuja conquista é deslocada para períodos históricos posteriores à *normalização democrática* – aqui se ultrapassa, portanto, as visões que negam a democracia e a liberdade ao período revolucionário mas que as reconhecem no 25 de Abril; tais interpretações que entendem a Revolução como um *equivoco histórico* não consideram haver qualquer legitimidade nem no movimento que derrubou a ditadura em 25 de Abril de 1974 nem na revolução social que se lhe seguiu. Curiosamente, existem opiniões que combinam críticas ao *revisionismo* a respeito do *branqueamento* da ditadura, com posições *revisionistas* na interpretação da Revolução, o que demonstra haver maior tolerância social – e, em consequência, maior poder de penetração nas versões da memória – no que diz respeito à vertente *revisionista* que condena a Revolução.

A tendência de *revisionismo histórico* mais comum em Portugal é aquela que defende a condenação do período revolucionário, e que pode ser situada no espectro político da direita e de setores socialistas. A intensificação e radicalização dos movimentos sociais é um dos aspetos mais sensíveis a estas interpretações, o que por vezes se reflete na conceção de tentativa de tomada do poder pelos

comunistas ou na ideia de total submissão dos movimentos sociais às forças políticas e militares. Estas versões *revisionistas* valorizam positivamente os princípios consensuais de democracia, liberdade, fim da ditadura; no entanto, há o predomínio de um sentido negativo sobre a Revolução e o seu legado.

Num artigo de 1992, de José Augusto Seabra³², a importância da memória para as sociedades é o argumento central da análise sobre o 25 de Abril. No entanto, avança-se com visão a *revisionista* segundo a qual todo o processo revolucionário é condenado, afirmando-se a tese da *resistência contra a revolução*:

*Prolongando-se a oposição à ditadura, os partidos políticos democráticos, ao mobilizarem depois do 25 de Abril a imensa maioria dos portugueses para a salvaguarda da liberdade, dotando o país de uma Constituição e de instituições representativas sólidas, souberam impedir as forças extremistas de sinal oposto de qualquer veleidade de se alcandorarem ao poder. A derrota do projecto comunista em Portugal foi um elemento importante não só para que o nosso país pudesse ser admitido no seio da Comunidade Europeia, mas para que se evidenciasse a crise dessa ideologia já em estertor, mostrando aos povos por ela dominados que era possível resistir à sua engrenagem aparentemente implacável*³³.

As versões *revisionistas* que tratam da descolonização, e que podem ser sintetizadas na ideia da Revolução como *desastre*, desfrutam de uma significativa maior capacidade de penetração no seio da esquerda moderada, o que denota a especificidade da questão da descolonização e guerra colonial. Porque muitas vezes as mesmas vozes que manifestam visões *revisionistas* sobre estes temas se insurgem contra as tendências *revisionistas* que pretendem reabilitar a ditadura ou, até mesmo, contra as opiniões que desvalorizam o período revolucionário.

Um artigo de 1994, de Manuel Coelho dos Santos³⁴, sinaliza a dificuldade em lidar com este passado recente. Inicialmente, o articulista critica a lógica dominante nos debates televisivos sobre o vigésimo aniversário do 25 de Abril, que evidenciou a tentativa de reabilitar o passado do Estado Novo:

É saudável que, como povo, saibamos assumir o nosso passado na sua integralidade, mesmo nos erros e desvarios susceptíveis de nos envergonhar. Mas nos debates a que assisti não pude deixar de sentir certa impaciência ao voltar a ver na minha frente múmias do passado, com a aura da beatitude e a dar-nos a certeza de que, se tivessem prosseguido no comando do país, se abriria na nossa frente um futuro radioso. E voltei a ouvir, neste final do século XX, que a pátria era una e indivisível e que o portuguesismo era o mesmo em Angola ou na Beira Baixa. E voltou até a insinuação de que a guerra

³²José Augusto Seabra (1937-2004): Professor universitário; diplomata. Aos 17 anos foi preso pela PIDE pela primeira vez. A partir de 1961 exilou-se em França, e só regressou a Portugal após o 25 de Abril. Integrou a Assembleia Constituinte; foi deputado à Assembleia da República pelo PSD. Ocupou o cargo de Ministro da Educação no governo do Bloco Central (1983-1985). A partir 1985 foi embaixador de Portugal na UNESCO; após ser nomeado para a embaixada de Nova Delhi, demitiu-se em protesto por seu afastamento compulsivo do Conselho Executivo da UNESCO por parte do governo Cavaco Silva.

³³O 25 de Abril, a liberdade e a memória”, *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1992, p. 9.

³⁴Manuel Coelho dos Santos (1928-2012): Advogado. Foi opositorista ao Estado Novo; atuou como advogado de presos políticos. Foi deputado à Assembleia Nacional eleito pelas listas da CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática). Após o 25 de Abril, foi deputado independente, eleito pelo PSD.

ultramarina estava ganha e de que ainda hoje poderíamos ser donos das colónias, tal como no tempo de Salazar.

No entanto, a seguir, apesar de manifestar-se compreensão acerca do contexto histórico em que se produziu a descolonização, predomina a reprovação do processo, assim como do período revolucionário:

A descolonização faz-se tardiamente, na sequência de uma revolta militar que visava exactamente pôr termo à guerra colonial, numa altura em que o Estado se encontrava pulverizado e o Exército depunha as armas antes ainda de qualquer acordo com os movimentos de libertação das colónias. Nestas circunstâncias, ninguém seria capaz de fazer uma descolonização satisfatória, porque faleciam os meios – sobretudo os de natureza militar – para a poder levar a cabo com êxito. Isto não quer dizer, porém, que os actores militares da descolonização devam ser isentos de culpa ou de imprevidência ou até de propósitos ocultos na forma desastrosa como conduziram esse processo de descolonização. Ou seja: apesar das circunstâncias adversas, poderemos hoje dizer, desapassionadamente, que teria sido possível uma descolonização menos desastrosa e menos traumatizante do que aquela que foi realizada. Em última instância, a culpa é também de cada um de nós, que permitimos que um grupo minoritário tomasse o comando do país na fase subsequente ao 25 de Abril.³⁵

É possível considerar que a descolonização e guerra colonial constituem os aspetos – a respeito da Revolução e do Estado Novo – em que o *revisonismo histórico* penetra com maior facilidade na memória pública e social. Conforme observa Manuel Loff a respeito dos efeitos na opinião pública decorrentes da polémica que envolveu o vigésimo aniversário do 25 de Abril:

É admissível concretamente que as dispersas alegações revisionistas dos neo-salazaristas, chamemos-lhes assim, em torno do que em 1994 sistematicamente se chamou o branqueamento do regime salazarista, especificamente quanto ao que foram as suas características e práticas definidoras, terão tido, apesar de tudo, menos sucesso entre a maioria da opinião pública que o conseguido naquele outro campo particular da memória do Portugal salazarista que se tem mostrado permeável, muito permeável até, à imposição de uma versão revisionista da História. Estamos aqui, obviamente, a referir-nos à questão colonial, quer na interpretação do conflito armado, quer sobretudo no do reconhecimento do direito à autodeterminação dos povos africanos e à descolonização que se lhe seguiu. Esta tem sido a plataforma onde se tem conseguido inscrever mais solidamente uma versão geral dos acontecimentos com intenções amplamente desculpabilizadoras da prática e da responsabilidade do anterior regime, ao mesmo tempo que se tem revelado a mais eficaz das armas apontadas contra a consolidação do 25 de Abril como valor fundamental da democracia portuguesa. (Loff, 1996: 75)

³⁵O tema da descolonização”, *Jornal de Notícias*, 10 de Abril de 1994, p. 6.

As versões *revisionistas* que se baseiam no *branqueamento* do Estado Novo, e que entendem que a Revolução foi *desnecessária*, restringem-se ao âmbito da direita, não sendo compartilhadas nem mesmo por alguns setores de opinião da direita moderada. Por ocasião dos aniversários do 25 de Abril não são muito comuns na imprensa as versões da memória cujo objetivo é exclusivamente *branquear* a ditadura. Quando ocorrem, são opiniões que implicam, direta ou indiretamente, uma condenação da Revolução, como no seguinte artigo de 1994, de Jaime Nogueira Pinto³⁶:

*O regime anterior não poderia ter continuidade institucional, para além do poder pessoal – e da vida física – de Salazar. Marcelo Caetano pôs o problema da própria legitimidade. A falta de soluções políticas significou o suicídio. O 25 de Abril, mais que morte, foi eutanásia. A evolução para um regime de liberdades políticas era fatal, na falta de uma proposta institucional alternativa. O País – e o Ultramar – transcendiam o regime.*³⁷

Mais comuns na imprensa são as opiniões que entendem o processo revolucionário como uma espécie de compensação para as arbitrariedades do Estado Novo, o que significa, explicitamente, um *branqueamento* da ditadura. Este argumento transparece em comentário de Vasco Graça Moura³⁸, de 1994:

*Na semana passada, muita gente se encarregou de vir recordar na comunicação social toda uma série de crimes da PIDE que convirá não esquecer. Ninguém se lembrou das prisões arbitrárias, da censura, dos processos de intimidação, das denúncias, das manipulações, das calúnias, das ameaças de morte, das torturas e sevícias, das ocupações, saneamentos, destruições e outras selvajarias do pós-25 de Abril. Já não foi a PIDE quem as praticou. Deve-se à aliança MFA-PCP de rejubilante memória, esse autêntico escarro no processo de democratização do nosso país. Mas há quem entenda que a democracia deve escamotear estes acidentes de percurso, num enlevo edulcorado e manso.*³⁹

Por fim, nas versões *revisionistas* mais extremas, que são bastante raras na grande imprensa até 1994, a reprovação da Revolução vai além do período de radicalização revolucionária e da descolonização: todo o processo histórico é condenado. Trata-se de uma condenação irrestrita da Revolução, sem se ressaltar nem mesmo os aspectos consensuais de liberdade e democracia. Em outro texto de Vasco Graça Moura, de 1994, a Revolução é avaliada nos seguintes termos:

³⁶Jaime Nogueira Pinto (n.1946): Professor universitário; empresário. Colabora regularmente na imprensa, rádio e televisão. É administrador e acionista de empresas.

³⁷"Debates e balanços", *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1994, p. 12.

³⁸Vasco Graça Moura (1942-2014): Advogado; escritor e tradutor. Militante do PSD, foi eleito para a Assembleia Constituinte por este partido. Exerceu funções no IV e VI Governos Provisórios, respetivamente como Secretário de Estado da Segurança Social, e dos Retornados. Integrou o grupo do Partido Popular Europeu como deputado ao Parlamento Europeu entre 1999 e 2009. Foi diretor da RTP em 1978; administrador da Imprensa Nacional – Casa da Moeda (1979-1989); Comissário Geral da Exposição Universal de Sevilha (1988-1992); presidente da Comissão Executiva do Centenário de Fernando Pessoa (1988) e da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses (1988-1995); diretor do serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura da Fundação Calouste Gulbenkian (1996-1999).

³⁹"Cemitérios à Lua", *Diário de Notícias*, 24 de Abril de 1994, p. 6.

A revolução não instaurou a liberdade. Derrubou um regime autoritário mas tentou erguer um regime totalitário em seu lugar. A liberdade e a democracia pluralista fomos nós que as instaurámos depois, todos os que nos opusemos a isso. Mas Portugal ainda não digeriu a sua própria má consciência de ter sido o único país da história cujas forças armadas, não tendo sido derrotadas, tiveram a singularidade destemida de entregar de bandeja tudo quanto lhes apeteceu. Preferiram uma insubordinação corporativa por patrióticas razões de pré e promoções no quadro, seguidas de soviéticas motivações que por pouco iam tomando conta disto tudo. Preferiram abandonar heroicamente ao seu destino milhões e milhões de pessoas que entretanto morreram, numa das catástrofes mais pavorosas da história da humanidade e cuja responsabilidade lhes cabe por inteiro. Preferiram culminar numa rendição sem dignidade, perante interlocutores que, afinal, como agora se reconhece com todo o impudor, não tinham então a mínima representatividade em Angola e em Moçambique.⁴⁰

Portanto, tendo em vista estas várias manifestações do *revisionismo histórico* em Portugal, é possível concluir, em primeiro lugar, que a memória da Revolução funciona como um *eclipse* para a memória do Estado Novo, da mesma forma como a memória da descolonização condiciona a memória da guerra colonial. O que significa dizer que a discussão sobre o passado ditatorial quase sempre passa pela discussão sobre o passado revolucionário mais recente, e isto muitas vezes favorece a tendência de reabilitação da ditadura, devido à significativa aceitabilidade social de certas interpretações condenatórias do processo revolucionário – ou seja, devido ao facto de o *revisionismo histórico* encontrar maior capacidade de penetração na memória da Revolução. Em consequência, as interpretações *revisionistas* sobre o Estado Novo mais comuns no espaço público são aquelas que se baseiam na *comparação relativizadora* com o período revolucionário, o que provoca o efeito de *branquear* a ditadura. Nesse sentido, é suficientemente significativo que a “revolta da memória” (Loff, 1999), que vem à tona em 1994, surja a propósito dos discursos *revisionistas* sobre o Estado Novo e não diretamente a propósito das formulações *revisionistas* sobre a Revolução, que contam com um considerável maior grau de tolerância social.

Em segundo lugar, pode-se concluir que o desenvolvimento do *revisionismo histórico* como fenómeno social em Portugal insere-se no marco de 1989. Pois, assim como ocorre em outros casos nacionais, o colapso do mundo soviético reforça o ímpeto de analisar o passado recente com base em comparações depreciativas com o modelo político comunista, suscitando, além do mais, a difusão de preconceitos anticomunistas. Uma tal opção comparativa, mais comprometida em reiterar valores políticos do presente do que em compreender historicamente o passado, incorre invariavelmente em anacronismos, simplificações e incorreções históricas.

⁴⁰Portugal e o passado”, *Diário Notícias*, 10 Abril de 1994, p. 6.

E finalmente, é importante ressaltar que a função do historiador não é julgar e sim compreender. Ou seja, o objetivo do historiador não é julgar as memórias que analisa, estabelecer se são verdadeiras ou falsas, legítimas ou ilegítimas. Porque o que mais interessa ao estudo da memória é compreender as razões que levam os grupos sociais a cultivar certas memórias, independentemente de seu rigor histórico. No caso em questão, interessa perceber por que as memórias *revisionistas* conhecem tão evidente desenvolvimento nos anos 1990, por que algumas destas versões da memória podem inclusive ser consideradas como memórias dominantes – como é o caso, por exemplo, dos relatos baseados na ideia da Revolução como *dérápaga à portuguesa* ou das versões que condenam a descolonização – e por que, em consequência, a sua identificação e compreensão crítica se torna uma questão tão polémica.

Bibliografia

- HOBSBAWM, Eric, (1996), *Ecoss da Marselhesa. Dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo, Companhia das Letras.
- LOFF, Manuel, (1996), *Salazarismo e Franquismo na época de Hitler (1936-1942)*. Porto, Campo das Letras.
- LOFF, Manuel, (2000), “Esquecimento, revisão da História e revolta da memória”, DELGADO *et al* (orgs.), De Pinochet a Timor Lorosae. Impunidade e direito à memória. Lisboa: Edições Cosmos: Pp. 189-199.
- LOSURDO, Domenico, (1996), “Due secoli in discussione: il revisionismo storico”, *Il Revisionismo Storico. Problemi e miti*, Roma-Bari, Laterza: 3-35.
- PISANTY, Valentina, (1998), *L'irritante questione delle camere a gas. Logica del negazionismo*. Milão, Bompiani.
- POGGIO, Pier Paolo, (2006), *Nazismo y revisionismo histórico*. Madrid, Akal.
- ROSAS, Fernando, (2004), “Notas para um debate: a revolução e a democracia”, Fernando Rosas; Francisco Louçã (org.), *Ensaio geral. Passado e futuro do 25 de Abril*. Lisboa, Dom Quixote: 17-49.
- SOUTELO, Luciana, (2012), “Visões da Revolução dos Cravos: *combates pela memória* através da imprensa (1985-1995)”, Raquel Varela (coord.), *Revolução ou Transição? História e Memória da Revolução dos Cravos*. Lisboa, Bertrand: 229-249.
- TRAVERSO, Enzo, (2007), *El pasado, instrucciones de uso. Historia, memoria, política*. Madrid, Marcial Pons.
- WEHLER, Hans-Ulrich, (1989), *Le mani sulla storia. Germania: riscrivere il passato?* Florença, Ponte Alle Grazie.

2. DITADURAS, REVOLUÇÕES E TRANSIÇÕES

LOS TESTIMONIOS RECUPERADOS DE LOS JUECES CONTRA EL FRANQUISMO.

Pilar Díaz Sánchez.

Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Autónoma de Madrid

Estas páginas quieren ser una contribución al uso de las fuentes orales en el estudio del pasado reciente en torno a una asociación que jugó un papel determinante en el fin de la dictadura y la transición democrática española: Justicia *Democrática*. Ésta agrupaba a un número reducido de jueces y fiscales, también había algún secretario, todos pertenecientes a las capas medias y altas del funcionariado español, que conspiró contra Franco y combatió su dictadura.

El interés por el estudio de este grupo de juristas radica, sobre todo, en que se trata de una asociación que no tiene equivalencia en ninguna dictadura de ningún país y de cualquier época. Ni en la Alemania nazi, ni en la Italia de Mussolini, ni en la Francia de Vichy, ni en ninguno de los países que ha pasado por una dictadura militar en el continente americano, ha habido una asociación de profesionales de la justicia que se haya organizado para luchar contra la dictadura. Han existido en diversos lugares jueces, que de forma individual, se han enfrentado o resistido a una dictadura negándose a cubrir sus demandas si éstas iban en contra de sus principios o valores éticos o democráticos. Estas individualidades han sido recogidas en la literatura recreando sus vidas. Pero no constituyeron grupo.

Las fuentes escritas, de las que se sirve la historia de forma mayoritaria, aportan muy poca información sobre ellos, hasta el punto de que su experiencia se iba perdiendo en la medida que iban desapareciendo sus protagonistas. Un proyecto de recuperación de testimonios de Justicia Democrática realizado por el Seminario de Fuentes Orales de la Universidad Complutense de Madrid⁴¹ ha recogido hasta ahora ocho entrevistas e importante material que asegura la posibilidad de cubrir esa laguna documental poniéndola al servicio de la comunidad científica⁴².

La segunda razón para abordar este estudio radica en el interés por enfatizar el papel que la sociedad civil a través de los movimientos sociales ha jugado en la transición democrática española. Este papel se ve desplazado por el protagonismo que la historiografía va otorgando a determinadas personalidades políticas o a los partidos políticos que existieron en ese periodo, estas páginas intentarán

⁴¹ La Asociación Seminario de Fuentes Orales nació en 1982 para contribuir al estudio de la Historia del Tiempo Presente en España, a través de las Fuentes Orales.

⁴² Se trata del PROYECTO "JUSTICIA DEMOCRÁTICA" EN LA DICTADURA FRANQUISTA: ESTUDIO CON FUENTES ORALES", realizado por el Seminario de Fuentes Orales de la Universidad Complutense de Madrid subvencionado por el Ministerio de Cultura Subdirección de Archivos y Bibliotecas.

demostrar que un grupo de profesionales de la justicia supieron unir sus fuerzas y dejar contribuir a la democratización del país.

Las asociaciones y la lucha colectiva.

Lo primero que quiero destacar es que el estudio de los denominados “nuevos movimientos sociales”⁴³, que tanto peso tuvieron en los años setenta en España, y por extensión en otros países que pasaban por situaciones políticas similares, deben estudiarse como una totalidad. Es decir la movilización social era un fenómeno interclasista que unía obreros, estudiantes y profesionales de todo tipo y no se pueden analizar de forma aislada. A través de los testimonios de vida recogidos con fuentes orales, podemos constatar como con frecuencia las mismas personas militan y actúan en varias asociaciones de forma simultánea. De este modo los militantes sindicales son a su vez responsables de la actividad en los barrios y en otras asociaciones afines. Las mujeres están en asociaciones feministas y en otras de carácter profesional y los jueces, objeto de nuestro interés en estas páginas, estaban detrás de movimientos como el de Unión de Militares Demócratas (UMD) o de otras asociaciones profesionales (Sartorius y Sabio, 2007).

De este modo los Jueces demócratas tuvieron un importante papel asesorando a particulares y colectivos que podían tener problemas con la justicia en esos años. Se produce de este modo una especial “democratización” y extensión de los movimientos sociales en los que se engendra una confluencia de intereses más allá de la adscripción a una determinada clase social. El resultado es un gran poder movilizador de la sociedad que determina, más que responde, la actuación de los partidos políticos. En cierto modo los partidos de la oposición más combativos en las décadas finales del franquismo, el PCE y en menor medida el PSOE, se ven impulsados por esa fuerza social que les impele a la lucha antifranquista.

Los testimonios recogidos nos hablan de las buenas relaciones entre todo ellos a pesar de sus diferencias ideológicas. Y a través de sus testimonios vemos como se recoge la existencia de un grupo frente a otro: un “nosotros” frente a “ellos”, consiguiendo un consenso a pesar de las diferencias. Sus relaciones con la corriente de la iglesia católica más progresista fueron siempre muy buenas, hasta el punto de que según Martínez Zato: “las (*monjas*) Clarisas y el Abad de Montserrat nos publicaban los documentos”. Se servían de sus imprentas para publicar aquellos escritos a los que querían dar difusión. A veces con problemas para los propios sacerdotes que se prestaban a ello.

Los testimonios del juez Martín Pallín en relación a la UMD son muy elocuentes:

“Tuvimos mucha relación con ellos (...) establecemos contactos personales, a Joaquín Delgado (..) le llamaron al Tribunal de Honor y entonces preparamos la defensa en mi casa hasta las seis de la madrugada, salieron directamente de casa para el Tribunal de Honor”.

⁴³ Por “nuevos movimientos sociales” se entiende aquellas movilizaciones que tuvieron lugar en la segunda mitad del siglo XX en los países occidentales y que se distinguen de los primeros por su finalidad, modos de actuar y composición social.

Lo mismo se puede decir con los sindicatos y sindicalistas más importantes y con otras asociaciones de diversas características.

El peso de la profesionalidad y el respeto de la profesión.

La judicatura es una de las profesiones que más prestigio social ha tenido y tiene, ya que se relaciona con la meritocracia y la afirmación de una clase burguesa que consigue afianzarse frente a privilegios de sangre o nacimiento (Sosa Wagner, 1978).

Durante la dictadura los tribunales franquistas, y sobre todo el Tribunal de Orden Público, sirvieron para fortalecer la dictadura, actuando de órgano represor de primer grado (Álvaro Dueñas, 2006)

Los Tribunales de Guerra se crearon en la España franquista desde el inicio de la guerra civil, en concreto en noviembre de 1936, (Decreto 55), en donde se organizan Consejos de Guerra permanentes en todas las provincias en donde había triunfado la sublevación. Nada más terminar la guerra civil, en la década de los cuarenta, la "justicia militar" llenó las cárceles de presos políticos. En enero de 1940 había 270.719 y tres años más tarde quedaban 92.477, cifra que se mantuvo a lo largo de los años con más o menos variaciones. Los juicios carecían de las más elementales garantías procesales. Se podía hacer detenciones sin causa justificada y además se podían mantener encausados sin control judicial. La práctica de la tortura fue habitual durante todo el periodo franquista. Los jueces militares estaban al servicio de la justicia de Franco, no conocían la imparcialidad y estaban sometidos al Ejecutivo de forma directa. Los procesos judiciales eran una farsa, siempre bajo el régimen de secreto sin que el abogado defensor interviniera. El 1 de marzo 1940 se creó además el *Tribunal especial para la represión de la Masonería y el comunismo* y el 2 de diciembre de 1963 el Tribunal de Orden Público con el fin de reformar la represión persiguiendo: "aquellos delitos cometidos en todo el territorio nacional, cuya singularidad es subvertir, en mayor o menor gravedad, los principios básicos del Estado o sembrar la zozobra en la conciencia nacional". El denominado popularmente TOP fue el encargado de enjuiciar todos los asuntos que tuvieran que ver con la lucha contra la dictadura hasta 1977 en que fue disuelto. La pena de muerte estuvo vigente en España todo el periodo de la dictadura produciéndose las últimas ejecuciones semanas antes de la muerte del dictador.

Éste era el panorama de la justicia en España cuando en 1970 surgió la asociación clandestina *Justicia Democrática* que actuó en un doble frente. Por una parte conspiró contra la dictadura organizando la resistencia y difundiendo en el exterior la mala praxis de la justicia española. Por otro tratando de paliar, en la medida de lo posible, los abusos represivos. Llegó a agrupar a unas 200 personas, la mayoría jueces y fiscales, aunque también hubo secretarios judiciales, apenas un diez por ciento de la profesión total, pero a pesar de su escaso número su influencia fue mucho mayor ya que ellos mismos se encargaban de magnificar su asociación haciendo ver que eran muchos más de los que en realidad estaban asociados. Su ideología conocía un amplio espectro ya que iban desde liberales democristianos hasta socialistas y comunistas. Esta pluralidad ideológica no impidió el completo entendimiento sin que se evidenciaran tensiones partidistas. Estaban mayoritariamente implantados,

primero en Barcelona y luego en Madrid, aunque también había un núcleo importante en Valencia y otras capitales de provincia. Los asociados a *Justicia Democrática* tenían entre 30 y cuarenta años, de término medio, algo que determinaba su actuación. A los jueces comunistas, Antonio Carretero o Jesús Vicente Chamorro, los entrevistados les conceden un mayor carisma, sin duda el PCE (Partido Comunista de España) era el más organizado y con mayor capacidad de movilización durante la dictadura.

Su primer Congreso se organizó en enero de 1977, todavía en clandestinidad, a pesar de haber muerto el dictador dos años antes y haberse aprobado la Ley para la Reforma Política. Sus objetivos en ese Congreso fueron piedra angular de la democracia en España. Sus demandas seguían siendo las mismas: abogaban por una amnistía general, la eliminación de la Ley antiterrorista, la abolición de la pena de muerte, la discriminación sexual o racial, el control por parte de los tribunales de justicia de la policía judicial, el rechazo de la capacidad sancionadora de la administración y la recuperación de una justicia independiente y profesional.

¿Qué implantación tuvieron estos profesionales en la judicatura? ¿Cómo eran vistos por sus compañeros no implicados? ¿Qué tratamiento recibían de la policía?

Estas cuestiones difícilmente se hubieran podido contestar si no hubiera sido por las fuentes orales. Esta metodología proporciona una gran riqueza de datos al recoger las experiencias vividas, yendo más allá de los eventos puntuales y aportando información sobre pensamiento, mentalidad y cambio social en unas décadas cruciales para entender el desarrollo posterior a la dictadura (Bertaux, 1989). Es muy difícil que cualquier texto escrito tenga esta información, pero según los testimonios de vida recuperados podemos concluir que uno de los objetivos de estos jueces y fiscales, era ser escrupulosos cumplidores de su tarea profesional. Una de las razones por las que consiguieron el respeto de sus compañeros era por la profesionalidad que demostraban. La justicia en España estaba burocratizada en extremo, la práctica de los juzgados era lenta, precaria y sometida a arbitrariedad sin control del juez de turno, el resultado eran unos juzgados atascados de papeles y de una enorme inoperancia. Los componentes de *Justicia Democrática* eran, además de más jóvenes que la media de los colegas, personas de una gran formación. La mayoría de ellos estaban en los primeros números del escalafón, con implicaciones en la Universidad.

Dice el juez entrevistado Perfecto Andrés:

... la particularidad de este movimiento es que aunque porcentualmente no fuera muy importante, la verdad es que tenía una dimensión de calidad importante, era gente... (..) Era gente buena, eran unos buenos profesionales... yo creo que sí, yo creo que en general eran buenos profesionales y en un contexto hiper-burocrático como era éste, esta era gente con otras actitudes, no sé... yo creo que aportaban algo muy diferente..

Este cumplimiento escrupuloso del deber procuraba un gran respeto y el reconocimiento de todos los compañeros. Por otro lado los jueces se caracterizaban, independientemente de su adscripción ideológica y política, por ser “servidores de la ley”, aunque, podía haber jueces especialmente fascistas,

la mayoría de los jueces se regían por las leyes que estaban vigentes en ese momento, limitándose a ejecutarla sin mayor crítica ni oposición, por lo que todos, en mayor o menor medida valoraban la eficacia en el trabajo y los juzgados de los jueces demócratas funcionaban bien, por encima de la media y esto era algo a lo que no se escatimaba reconocimiento.

De hecho cuando se instaló la democracia un gran porcentaje de los asociados a *Justicia Democrática* llegaron a los puestos más altos en la profesión, y también de la política, por ejemplo: Fernando Ledesma, Ministro de Justicia, Presidente del Consejo de Estado, Fernando Giménez Lablanca, Fiscal de Sala del Tribunal Supremo, Fiscal Jefe de Madrid y Vocal del Consejo del Poder Judicial Luis Burón, Fiscal General del Estado; Carlos de la Vega, Magistrado del Tribunal Constitucional; Eduardo Jauralde, Vocal del Consejo y Fiscal de Sala del Tribunal Supremo, Jesús Chamorro, Fiscal de Sala del Tribunal Supremo; Francisco Huet, Magistrado del Tribunal Supremo y Director General de Justicia; Rafael Estévez, Magistrado del Tribunal Supremo; Clemente Auger, Magistrado del Tribunal Supremo y Presidente de la Audiencia Nacional; Por citar solo unos pocos.

Para estos jueces y fiscales el derecho era “un arma para transformar la sociedad”. Ellos piensan que el estricto cumplimiento del derecho basado en los principios liberales y democráticos está por encima de ideologías y que su profesionalidad es prioritaria sobre otras consideraciones. El testimonio del fiscal José M^a Mena relata así su formación en el año 1961-62:

(..) Manuel Luzón era un fiscal muy puesto, muy de derechas, muy riguroso, del que aprendí mucho y al que tengo excelente recuerdo. Por lo que él sabía y por lo bien que me atendió, con mucho rigor. No me mimó lo más mínimo, no me hizo ningún paternalismo, me trató con... con seriedad y me enseñó mucho, y me hizo trabajar mucho, cosa que no era nada frecuente y que entonces agradecí... si fijate si han pasado años de eso y se lo agradezco...

(...) Porque se puede ser un excelente juez o fiscal con ideologías distintas, siempre que se tenga lealtad a la realidad democrática. A la otra no hace falta, a la otra había que traicionarla y traicionarla todo lo posible obviamente. Pero con la legalidad democrática, hay que ser leal.

Jueces y fiscales: oficios de varones.

Es necesario señalar que hasta 1966 las mujeres tienen vetada su entrada a la judicatura y la primera mujer que llega a ser juez es en 1977, fue Josefina Triguero. La figura del juez o fiscal estaba unida en el ideario franquista de forma indeleble al varón⁴⁴. En 1972 un juez del Tribunal Supremo afirmaba que “juzgar era una profesión en esencia varonil que puede entrar en colisión con la sensibilidad femenina”.

⁴⁴ el Art. 3.2.c) de la Ley 56/1961, de 22 de julio, sobre *derechos políticos, profesionales y de trabajo de la mujer*, estableció su acceso a los puestos de la función pública en idénticas condiciones que el hombre, para participar en oposiciones, concursos-oposiciones y cualesquiera otros sistemas para la provisión de plazas de cualesquiera Administraciones públicas pero exceptuó su ingreso en los tres ejércitos, la marina mercante, los institutos armados y los cargos de magistrado, jueces y fiscales en la Administración de Justicia. De este modo las mujeres no pudieron incorporarse a la judicatura hasta que se promulgó la Ley 96/1966, de 28 de diciembre, que permitió su participación en las carreras judicial y fiscal derogando aquel artículo de 1961. En esta nueva Ley se justificó la exclusión de las mujeres en la anterior normativa explicando que no era por entender falta de capacidad de las mujeres sino para evitarles situaciones comprometidas que podrían dañar su sensibilidad.

El camino de acceso de las mujeres a la judicatura tiene un itinerario marcada por los prejuicios anti igualitarios. La primera mujer juez lo fue del Tribunal Tutelar de Menores en febrero de 1971, Concepción Carmen Venero, se pensaba que la dedicación a la infancia era una “vocación femenina” y por lo tanto se “justificó” la dedicación de una mujer al tema de la infancia por su especial capacidad de comprensión y bondad. En 1973 la asturiana M^a Belén del Valle Díaz fue la primera mujer fiscal.

Poco a poco las mujeres fueron rompiendo barreras y entrando en la judicatura. Margarita Sainz Robles fue la cuarta mujer juez en España y entró en 1981, tenía 23 años y fue la primera de su promoción. Ella relata una anécdota significativa para entender la idiosincrasia masculina en el cuerpo:

Y sí, entonces se produjo una pequeña conmoción. Recuerdo que un forense respetabilísimo, el señor Pérez de Petinto, tenía la costumbre de regalar un libro al primero de la promoción. Eligió Mujeres españolas, de Salvador de Madariaga, con una dedicatoria en la que me felicitaba pero a la vez me recordaba que lo más importante para mí debía seguir siendo convertirme en una buena esposa y madre. Al segundo de mi promoción le regaló El Quijote, por la caballerosidad que había demostrado cediéndome el primer puesto. Supongo que el señor Petinto veía cómo el mundo al que estaba acostumbrado se desmoronaba⁴⁵.

En realidad se pensaba que ser juez o notario era un privilegio del que solo podían gozar los varones. Durante la República, en 1931 se aprobó que las mujeres pudieran ejercer la profesión de Notario, pero en 1944 Franco decidió que no era una profesión para mujeres y no se pudo revocar hasta 1977.

Por lo tanto cuando se constituye *Justicia Democrática* no había todavía mujeres ni jueces ni fiscales, aunque sí secretarías judiciales, como lo fue M^a Teresa Fernández de la Vega que en 1974 era Secretaria de Magistratura de Trabajo, sin embargo en las reuniones de *Justicia Democrática* no hubo nunca ninguna mujer. El testimonio de José M^a Mena es elocuente:

“¡Ni una sola mujer en Justicia Democrática! Ni una ni media... lo cual es un dato también, porque entonces ya era momento de que ya entraban en la Carrera... No tuvimos ni una mujer en J.D”

Los jueces progresistas no escapaban al modelo de prejuicios machistas imperante en la época. Lo que sí es justo decir es que fue la primera asociación que, con cuando entraron los más jóvenes, fueron aceptando a las mujeres como compañeras. De ahí que del entorno de *Justicia Democrática* saldrán los primeros cargos que ostentados por mujeres. M^a Teresa Fernández de la Vega, asociada a Justicia Democrática fue Secretaria de Estado de Justicia (1994-1995); militante del PSOE llegó a ser Vicepresidenta con el gobierno de José Luis Rodríguez Zapatero. (2004-2010). Margarita Sainz de Robles, afín a este grupo, fue la primera mujer magistrada en presidir la Audiencia Provincial de Barcelona, con apenas 34 años. En 1993 llegó a ser Subsecretaria del Ministerio de Justicia con un gobierno socialista y miembro del Consejo General del Poder Judicial. Dentro de esta asociación se pueden advertir estos cambios que poco a poco fueron transformando la sociedad española que pasó de

⁴⁵ <http://www.elmundo.es/larevista/num177/textos/juzgan1.html>

ser un modelo de sociedad masculinizada y machista, a otra en la que las mujeres fueron ocupando espacios de responsabilidad.

Se puede hablar de una primera generación en Justicia Democrática, los que crearon la asociación estaban diseminados por la geografía española y pasaron de actuar de forma individual a ir agrupándose hasta constituirse en asociación. En Barcelona estaba Cesáreo Rodríguez Aguilera y Antonio Carretero, en Madrid Jesús Vicente Chamorro, Luis A. Burón y Clemente Auger, en Andalucía Plácido Fernández Viagas, en Galicia Claudio Movilla, en Valencia Manuel Peris, por citar solo algunos nombres. Enseguida se fueron incorporando otros, jueces o fiscales que tienen en alguno de aquellos sus mentores, según lo reconocen en sus testimonios. Por ejemplo a Perfecto Andrés se le apodaba *el eleve* por estar muy unido a su maestro Antonio Carretero, José M^a Mena reconoce en Jesús V. Chamorro a su mentor al que debe su dedicación a la fiscalía y José A. Martín Pallín se siente especialmente atraído por la figura de Luis A. Burón. Son la primera y la segunda generación de jueces demócratas que aseguran el relevo generacional y dan continuidad a la organización.

Las estrategias de actuación contra la dictadura

Estos profesionales se movieron siempre entre la legalidad del régimen franquista y la ilegalidad de la disidencia. Pero sin duda utilizaron todos los recursos legales para obstaculizar la acción represiva de la policía y la guardia civil.

El anterior juez citado Perfecto Andrés relata su actuación en un juzgado en los años críticos de la dictadura de este modo:

(..) En las guardias, en el año 73, yo iba a las guardias (...) y si llegaba un señor detenido y (...) a la menor sospecha de malos tratos, de torturas, eso se indagaba..., luego había una cierta preocupación por las garantías del imputado, un cierto control de la policía, no se daban los mandamientos de registro de cualquier manera. Yo llego a Toro (pueblo de la provincia de Zamora) y me encuentro con un movimiento: "La unión de campesinos zamoranos", que es un movimiento que en ese momento se mueve en la ilegalidad, pero que empieza a sacar, un poco, la cabeza, pues bueno los panfletos de "Unión de campesinos zamoranos", a mi me los lleva la Guardia Civil al juzgado, y el fiscal me pide abra diligencias y que dé traslado a Orden Público, y yo digo que no, que eso no es político, que es una manifestación, que es una expresión de la sociedad civil, que no tiene no sé qué..., y entonces lo archivo (..)

(..) ..un día me dicen que van a tirar el teatro Latorre, porque los propietarios..., tienen una autorización administrativa y van a derribar el teatro Latorre que es un teatro monumental, del XIX, un poco abandonado..., y entonces me lo denuncian, (..), me voy a un artículo del código penal que dice que es delito en los bienes públicos de utilidad social, y digo, vamos a ver cómo está ese expediente administrativo, lo reclamo, y resulta que han ocultado el verdadero carácter del teatro, entonces lo paralizó, no se tira, y hoy está ahí.

(..) con la policía, yo con la Guardia Civil, tuve tensión, sobre todo con un sargento, porque me preocupé por cosas que no generaban mucha preocupación, es un poco.... El espacio era el que era, pero ibas haciendo lo que se podía...

Otros testimonios nos relatan como recibía la policía a los detenidos por delitos políticos y como de forma muy sutil se les orientaba hacia posiciones más favorables para ellos.

...allí había que hacer lo que fuera posible pues para evitar.., para anular esas sanciones porque realmente en el fondo ..., te agarrabas a lo que podías, es decir a defectos formales de procedimiento, a falta de motivación...., pero en el fondo lo que estabas defendiendo era pues, la ilicitud de sancionar a la gente por la expresión de unas opiniones o por el intento de constituir un sindicato, o por quejarse de una situación de persecución y tal... (Entrevista a Fernando Ledesma).

Ningún miembro de *Justicia Democrática* llegó a firmar nunca una pena de muerte. Estos jueces tenían claro que era necesario desterrarla en España mucho antes de que la Constitución de 1978 la eliminara (art. 15). Se dio el caso de que uno de ellos se vio implicado en un juicio en que se iba a solicitar. Se trataba del fiscal Martínez Zato que le dijo a su Jefe Territorial: “..Me voy de la Carrera fiscal, porque yo pena de muerte no quiero dar a nadie “.

No fue necesario porque sobrevino en ese tiempo la muerte de Franco y el reo pudo beneficiarse del primer indulto de la transición.

El fiscal José M^a Mena relata la situación de la judicatura que él conoció en la dictadura:

(...) (los jueces eran) fanáticos empujados, había cínicos, había alcohólicos en abundancia... normal (...) yo también conocí los Consejos de Guerra. He tenido gente próxima en Consejo de Guerra y he visto Consejos de Guerra... lo recuerdo como una cosa... ... casposa y patética, aparte de peligrosísima... al que le pillaban, lo habían pillado y la cárcel era la cárcel. Pero sociológicamente visto desde dentro me preguntas, ¿cómo era?: pues casposo y patético, y... y que les parecía normal todo aquello, les parecía normal... era una cosa normal, como hablar de fútbol, pues a uno le metían 20 años de cárcel porque estaba en un articulo y no tenían mayor problema... No... no consideraban que estuvieran reprimiendo a nadie ni nada. Les parecía normal...

Había muy pocos, muy pocos, que tenían una actitud militantemente... fascista y persecutoria. Muy pocos. Eran deplorablemente burócratas, con esa peculiaridad que eran burócratas pero le metían a uno 20 años en la cárcel por pertenecer a un partido político.

Represalias y coacciones contra los jueces: la prevención de la policía

Los integrantes de esta Asociación sufrieron, de una u otra forma, la represión del estamento judicial, por parte de sus propios colegas. Algunos de ellos vieron imposibilitado su ascenso en el escalafón y su paso al Tribunal Supremo. Se requería tener la “idoneidad” y los jueces más conservadores se negaban a concederla a los jueces y fiscales que no eran decididamente afines al

régimen de Franco. Así mismo los destinos solicitados a capitales importantes, les fueron también denegados tratando de aislarlos en poblaciones y destinos más pequeños y con menor incidencia social. A veces recibieron apercibimientos y sanciones de privación de sueldo un periodo limitado. El fiscal Jesús Vicente Chamorro en 1978, ya muerto el dictador, fue apercibido con una sanción por participar en un programa de talante democrático en la Televisión Española. Otro juez, Fernández Viagas sufrió un mes de baja sin sueldo por asistir a una manifestación exigiendo democracia y libertad en Sevilla. Eran sanciones leves, lo cual evidencia la delicada situación que estos “jueces delincuentes” planteaban al régimen. Castigar y sancionar a los jueces suponía atentar, se quiera o no, contra la columna del sistema. Era algo difícil de asimilar por lo tanto para la policía franquista, que detenía con tanta alegría a cuanta persona se saliera de las normas establecidas, y sin embargo, se lo pensaba mucho con los jueces. Martín Pallín, un juez demócrata, relata como en una concentración ilegal en la que se encontraba él mismo, con otros compañeros de *Justicia Democrática* oyó a un famoso policía de la Brigada Política Social que decía: *Dejar a éstos, que son de Justicia Democrática y no se atrevió a detenernos.*

El espíritu de consenso de *Justicia Democrática* y su herencia en la Transición.

El espíritu de consenso de *Justicia Democrática*, del que se hablaba más arriba, fue una práctica que impregnó la política de la Transición y que hasta ahora ha sido poco reconocida por los historiadores e historiadoras. Cuando en julio de 1974, un año antes de la muerte del dictador, el PCE auspició la creación de una *Junta Democrática* que uniera a todos los grupos políticos disidentes en España para poner fin a la dictadura, los jueces y fiscales demócratas apoyaron sin fisuras el proyecto. Y cuando el PSOE, en la pugna latente con los comunistas, organizó la réplica a la anterior promoviendo la *Plataforma Democrática*, estos mismos apoyaron la fusión de ambas organizaciones con el fin de sumar fuerzas en momentos tan cruciales del proceso de transición⁴⁶. Cuando finalmente se procedió a la fusión de las dos en la asamblea constituida al efecto, algunos miembros de *Justicia Democrática* actuaron de moderadores:

Martínez Zato:

(..) moderábamos porque nos lo pedían ellos ¿no?... para que no fuera el partido este ni el partido el otro (decían) pues que presida Justicia Democrática..

De nuevo vemos el valor de la sociedad civil organizada frente a los partidos políticos tradicionales. El espíritu de consenso tantas veces alabado en España, tiene en la organización *Justicia Democrática* un gran referente.

Sin duda este espíritu de consenso provenía de la forma de actuación de estos jueces y fiscales. Las reuniones de *Justicia Democrática* tenían como objetivo casi exclusivo el debatir asuntos que atañían directamente al Derecho y al desempeño de las funciones de los profesionales de la política. Estas

⁴⁶ Organizaciones de oposición al franquismo, Plataforma Democrática desde 1974 y liderada por el PCE, en la que participó JD junto a otras organizaciones como el Partido del Trabajo (PT), Partido Socialista Popular, de Tierno Galván, Partido Carlista y Comisiones Obreras (CCOO), ya que no en vano uno de los puntos del programa era La independencia y la unidad jurisdiccional de la función judicial. La Plataforma de Convergencia Democrática desde 1975, estaba encabezada por el PSOE y partidos de extrema izquierda como el Movimiento Comunista (MC) y la Organización Revolucionaria de Trabajadores (ORT).

reuniones se disfrazaban de tertulias familiares en los domicilios de algunos de los miembros. No había un orden del día, pero alguien llevaba un escrito e inmediatamente se debatía sobre el mismo. El ideario de *Justicia Democrática*, según se ha podido concluir de las entrevistas llevadas a cabo, era muy escueto: defensa de los valores democráticos y derechos humanos. De estas reuniones salió el germen de lo que más adelante serían el ideario democrático que se plasmó en la Constitución y en las normativas legales más específicas. José M^a Mena, fiscal demócrata, militante comunista, recuerda:

Yo pienso que... en una relativa medida, no quiero cuantificar para no presumir, pero las reformas del 78 al 81 de la Ley Orgánica del Poder Judicial, del Estatuto del Ministerio Fiscal, del Código Penal e incluso del Código Civil del tema de familia, mujer etcétera... proceden, entre otras cosas, de aquellas reflexiones...

En la redacción de la Constitución uno de los ponentes, de los llamados “padres de la Constitución”, Gregorio Peces Barba, del PSOE, tuvo una relación muy estrecha con Fernando Ledesma, miembro de *Justicia Democrática*. José M^a Mena afirma:

Yo... participé en debates no desde Justicia Democrática, sino desde PSUC (Partido Socialista Unificado de Cataluña) con Jordi Solé Tura en alguno de los temas relacionados con derechos fundamentales: artículo 17 y artículo 24 de la Constitución...

Incluso hay una frase que... de la que estoy orgulloso de ser uno de los padres, aunque a lo mejor a ese artículo le pasa como a los que decía Quevedo: <<Que son hijos de 40 padres>>... no me extrañaría... Pero cuando dice que: <<El detenido tiene que ser puesto a disposición judicial, el primer borrador, era en 72 horas>>, y yo dije: <<Cuidadito: <<inmediatamente en cuanto concluyan las declaraciones y a lo sumo 72 horas>>, para evitar lo que yo llamaba que el detenido sea un alieni iuris en manos de la policía durante 72 horas francas..

Estos testimonios dan fe de la importancia de esta asociación en la elaboración de la Constitución española de 1878 y sobre todo del espíritu conciliador que animó todo el periodo. Una vez aprobada la Constitución, esta Asociación decidió su autodisolución. Aunque tuvo su continuación en una nueva asociación: *Jueces por la Democracia* en la que se incorporaron algunos, otros decidieron pasar a un segundo plano con la satisfacción de haber quemado una etapa y haber conseguido sus objetivos. La historiografía posterior ha hecho recaer en algunos nombres propios de políticos adscritos a partidos políticos el éxito de lo que hicieron otros que trabajaron en grupo y supieron supeditar sus intereses personales y aspiraciones de medro personal a un objetivo común: traer la democracia a España.

Bibliografía

- ÁLVARO DUEÑAS, Manuel, (2006) *“Por ministerio de la ley y voluntad del Caudillo”. La jurisdicción Española de Responsabilidades Políticas (1939-1945)*, 2006, Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.
- ANDRÉS IBÁÑEZ, Plácido, (1978), “Acerca del poder judicial”, *Argumentos*, n.º15, septiembre; “Poder judicial y Estado de derecho: la experiencia de Justicia Democrática”, en *Sistema*, n.º 38-39/1980 (refundido en el siguiente); *Justicia/conflicto*, Tecnos, Madrid, 1988, p.59 y ss; “Estos diez años”, en *Jueces para la Democracia*. *Información y debate*, n.º 30/1997.

- BERTAUX, Daniel, (1989), "Los relatos de vida en el análisis social". *Historia y fuente oral*, Barcelona: Universidad de Barcelona.
- BURÓN BARBA, Luis Antonio, (1998), *Democracia y Derecho*, Córdoba, ed. CajaSur.
- DE LA CUADRA, Bonifacio, (1986), "Democracia para los jueces" en la revista Carta de España, pp. 8-11.
- EMBED, Antonio, (1978), «El derecho de huelga de los funcionarios», *Argumentos*, n. °14, julio.
- FERNANDEZ-CREHUET LOPEZ, Federico, (2011), *Jueces bajo el franquismo: once historias (y una nota sobre la depuración de los funcionarios judiciales)* ed. Comares.
- FERNÁNDEZ VIAGAS, Plácido, (1977), *¿Qué es la Justicia Democrática?*, Barcelona, ed. La Gaya Ciencia, Biblioteca de divulgación política.
- GALLEGO DÍAZ, Soledad y DE LA CUADRA, Bonifacio, (1989), *Crónica Secreta de la Constitución*, Madrid, ed. Técno.
- JUSTICIA DEMOCRÁTICA, (1978), "Los jueces contra la dictadura" (Texto impreso Biblioteca Nacional), Madrid, ed. Tucar.
- GALLEGO DÍAZ, Soledad y DE LA CUADRA, Bonifacio, (1989), *Crónica Secreta de la Constitución*, Madrid, ed. Técno.
- GARCÍA ZURDO, José María, (1978), «Constitución y poder judicial» *Argumentos*, n.°11, abril.
- GOR, Francisco, (2012), *Entre Supremo y Supremo. Historias de los últimos tribunales del franquismo*, Madrid, ed. La hoja del Monte.
- LASO PRIETO, José María, (1978), "Sobre el uso alternativo del Derecho" En *El Basilisco: Revista de filosofía, ciencias humanas, teoría de la ciencia y de la cultura*, N° 2.
- MARÍN GÁMEZ, José Ángel, (2003), «"Vale más un buen juez que una buena ley": apuntes a propósito de la corriente Justicia Democrática, en el XXV aniversario de la Constitución española de 1978», *Revista del poder judicial*, n° 70, pp. 329-343.
- MARTÍN RETORTILLO, Lorenzo, (1978), «Protección y garantía de los derechos y libertades», *Argumentos*, n.°10, marzo.
- MOVILLA, Claudio, (1999), *El compromiso cívico del juez demócrata, la labor periodística*, Prólogo de Perfecto Andrés Ibáñez, Barcelona: Ronsel editores.
- MOVILLA, Claudio, (2000), *Un juez en la sociedad civil*, Pontevedra: Ed. Ir Indo, Biografías.
- ORTELLS, Manuel, (1978), «Asociación y sindicación de jueces» *Argumentos*, n.°9, enero.
- PECES BARBA, Gregorio, (1988), *Elaboración de la Constitución de 1978*, Madrid, ed. Centro de Estudios Constitucionales.
- PERIS, Manuel, "Antonio Carretero Pérez, recordando a un juez demócrata" [www.dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?codigo=2529964].
- RUIZ ROMERO, Manuel, (2004), *Plácido Fernández-Viagas, presidente y juez*, Sevilla, Instituto Andaluz de la Administración Pública.
- SARTORIUS, Nicolás y SABIO, Alberto, (2007), *El final de la dictadura La conquista de la democracia en España. Noviembre 1975 – junio 1977*. Madrid, ed. Temas de Hoy, Historia.
- SOSA WAGNER, Francisco, (1978), «Libertades públicas y funcionarios», *Argumentos*, n. °14, julio.

Fuentes orales

- D. Fernando Ledesma 19/12/2011 y 09/01/2012.
- D. José Antonio Martín Pallín 21/12/2011 y 22/01/2011
- D. Bonifacio de la Cuadra 30/01/2012.
- D. Clemente Auger 20/03/2012.
- D. Perfecto Andrés 29/03/2012, 12/04/2012 y 14/05/2012.
- D. Juan José Martínez Zato 16/04/2012
- Dña. Elisa Polanco 09/05/2012
- D. José Mª Mena 29/06/2012 y 28/01/2013.

MEMORIAS INDIVIDUALES DE ACCIONES COLECTIVAS – LA COORDINADORA OBRERO ESTUDANTIL DURANTE EL TUCUMANAZO (1969-1972)

Rubén Isidoro Kotler.

Universidad Nacional de Tucumán / Argentina; Asociación de Historia Oral de la República Argentina

Introducción

El período 1966 – 1976 marca el auge y apogeo de las luchas de los sectores populares en todo el país. El proceso abierto el 28 de Junio de 1966 con el Golpe militar que depuso al gobierno del presidente Illia y coloca a Onganía en el poder como presidente de facto, acentuó las contradicciones de clase. El programa económico liberal implementado por la dictadura golpeó fuertemente a los sectores obreros y a un importante sector de la clase media, sobre todo a los estudiantes universitarios, que a partir de algunas medidas en contra de la autonomía universitaria, comenzaron a tomar conciencia y decidieron enfrentar abiertamente al régimen en las calles.

La provincia de Tucumán fue una de las más afectadas con las medidas de Onganía dentro del conjunto del país. El cierre de 11 ingenios tras su intervención en 1966, la intervención en la Universidad Nacional de Tucumán, y otras disposiciones de la dictadura golpearon duramente en la estructura social, económica, política y cultural de la provincia, convirtiéndose en una de las de mayor número de movilizaciones y alzamientos tanto urbano como rural, en una combinación de sectores que podría caracterizarse como una alianza obrero – estudiantil.

Los Tucumanazos⁴⁷ fueron diversos movimientos de rebelión obrero estudiantil que se inscribieron en el marco de los movimientos de protestas que se produjeron en Argentina en los años '70. En el testimonio de los militantes que han participado en aquellas manifestaciones, encontramos la subjetivación de un proceso que condujo inevitablemente a una alianza entre dos sectores que se vieron directamente afectados por las políticas dictaminadas de manera arbitraria y por medio de la fuerza por parte de la dictadura encabezada por Onganía. Los testimonios de los obreros y estudiantes revelan contradicciones que al mismo tiempo sintetizan la conflictividad de esos años. El objetivo del presente artículo es analizar la dualidad que recorre lo colectivo del movimiento y las actuaciones individuales de los dirigentes sociales, sus percepciones acerca del proceso y adentrarme en la verificación de la existencia de una solidaridad entre obreros y estudiantes, aún cuando sus reclamos e intereses fueran por caminos divergentes. Mientras los obreros del azúcar reclamaban el no cierre de las fábricas azucareras, principal motor de la economía tucumana y el sostenimiento de sus fuentes de trabajo, los

⁴⁷ Para una profundización en el estudio de los Tucumanazos léase: CRENZEL, Emilio. El Tucumanazo. Tucumán: UNT, 1997; KOTLER, Rubén (2010): El Tucumanazo, los tucumanazos 1969 – 1972. Entre el recuerdo individual y la memoria colectiva. En Revista Testimonios n° 2, 2010: <http://testimonios.historiaoralargentina.org/download/n2/testimonios02.pdf>; KOTLER, Rubén (2012): Villa Quinteros se rebela: el Tucumanazo de 1969 y la lucha contra el cierre de los ingenios. Historia, Voces y Memorias. Buenos Aires: Programa de Historia Oral de la Universidad de Buenos Aires, n° 4, p. 171, 2012; NASSIF, Silvia. Tucumanazos. Una huella histórica de luchas populares. Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, 2012; Véase además de Heluani y Kotler el documental El Tucumanazo: en línea www.eltucumanazo.net / <http://www.youtube.com/watch?v=AEpm5I3O7C4>.

estudiantes universitarios, en concordancia con el estudiantado de todo el país, reclamaban el no cierre de los comedores y residencias universitarias, en peligro tras la intervención del gobierno de facto a las Universidades.

En los testimonios es donde es factible reconstruir el entramado político y social de las diferentes etapas del proceso que va desde 1969 hasta 1972. Los tres momentos que enmarcan el recorrido histórico del periodo son un primer Tucumanazo en mayo de 1969, en los días previos al Cordobazo; el Tucumanazo propiamente en noviembre de 1970 donde los estudiantes tomaron la ciudad capital durante más de cuatro días con barricadas, poniendo en jaque a las fuerzas represivas; y finalmente el Quintazo de Junio de 1972, con la toma de un predio universitario que albergaba a una cantidad de facultades. Si bien los tres movimientos responden a la misma lógica de enfrentamiento a la dictadura y por la lucha a favor de las reivindicaciones propias tanto de estudiantes como de obreros, cada uno supuso, al mismo tiempo, particularidades y diferencias.

El golpe de Onganía, aspectos generales

El golpe militar que derrocó al gobierno de Arturo Illia el 28 de junio de 1966, impuso como dictador al General (R) Juan Carlos Onganía. Las Fuerzas Armadas comandaron lo que ellas mismas denominaron “La Revolución Argentina”, destituyendo al presidente y su vice y a todos los gobernadores del país, disolviendo el Congreso Nacional y las Legislaturas provinciales, separando de sus cargos a los miembros de la Corte Suprema de Justicia y desarticulando a los Partidos Políticos. El golpe contó con el apoyo de la Iglesia Católica, miembros del ala derecha del sindicalismo y amplios sectores de clases medias.

Una de las primeras medidas mostró sin embargo el propósito del nuevo gobierno de facto, al intervenir las universidades obligando a numerosos intelectuales a exiliarse. Dicha intervención fue un golpe de gracia a un sector que hasta ese momento no se oponía abiertamente al gobierno militar, como ser parte del estudiantado, que luego de la intervención y sobre todo, tras de producirse la tristemente célebre *Noche de los Bastones Largos*, comenzaron a salir a la calle y a manifestarse abiertamente contra el régimen. Desde el punto de vista económico el golpe militar vino a implementar una política ultra liberal que favorecía a sectores del llamado *stablishment* económico nacional e internacional (Sobre todo recibió el apoyo de sectores agropecuarios e industriales). La autoproclamada *Revolución Argentina* estuvo enmarcada en el contexto de la guerra fría, dominada hacia el interior del país por lo que se conoce como la *Doctrina de Seguridad Nacional*, que pretendió combatir al *comunismo extranjerizante* para consolidar un proyecto ultra-liberal.⁴⁸ La concentración económica y política del régimen privilegió a las grandes industrias y a las inversiones extranjeras en detrimento del comercio y la pequeña industria. Por lo tanto, en un plano general afectó al conjunto de actores económicos sobre todo del interior del país, quitándole al mismo tiempo poder y recursos a los obreros y a los sindicatos más combativos, los

⁴⁸Sobre el desarrollo del golpe de 1966 se puede consultar: Anzorena, Oscar (1998): *Tiempo de Violencia y Utopía. Del golpe de Onganía al golpe de Videla*, Ediciones del pensamiento nacional, Buenos Aires, Bonavena, Pablo y otros (1998): *Orígenes y desarrollo de la guerra civil en la Argentina, 1966 – 1976*. EUDEBA, Buenos Aires, y De Riz, Liliana (2000): *Historia Argentina, Tomo 8: La política en suspenso, 1966/1976*. Editorial Paidós, Buenos Aires.

que fueron incorporados al sistema siendo intervenidos o directamente clausurados (James, 2003). El proyecto dictatorial en Argentina adquirió las características minuciosamente analizadas por Guillermo O'Donnell acerca de los Estados burocráticos – autoritarios. (O'Donnell, 1997) Al mismo tiempo se acentuaron las contradicciones de clases y se produjo a lo largo del período 1966 – 1976 una profundización de la lucha popular contra el régimen que sólo pudo ser derrotada desde febrero de 1975, desde el denominado *Operativo Independencia* que tuvo por objetivo terminar con la oposición popular de toda índole, tanto en el campo de la lucha armada, como así también con la oposición política e intelectual no armada. En este contexto la dictadura instaurada el 24 de marzo de 1976 procuró terminar el trabajo iniciado por Onganía y sus sucesores aunque de manera mucho más violenta y con un sistema represivo que afectó al cuerpo social de manera directa y eficaz.

Desde una perspectiva provincial, el golpe de Onganía implicó el final del mandato del gobernador de Tucumán Lázaro Barbieri, haciéndose cargo, de manera provisoria del gobierno el Comandante de la V Brigada de la Infantería Gral Delfor Félix Elías Otero quien al poco de iniciarse el gobierno militar sería reemplazado por Carlos Imabud. La provincia de Tucumán, a pesar de la intervención y militarización se constituyó desde el golpe mismo en un foco de preocupación para el gobierno de facto de Onganía. Con motivo de cumplirse el 150 aniversario de la Independencia Argentina, el 9 de julio de 1966, Onganía viajó a Tucumán para presidir los actos centrales.⁴⁹ Frente a dirigentes de la FOTIA (la Federación de Obreros de Trabajadores de la Industria Azucarera)⁵⁰ realizó un anuncio que trazaba de alguna manera el rumbo de lo que sería la política que asumía el nuevo gobierno: “La espada de la revolución se desencadenaría sobre Tucumán, para transformarlo de manera revolucionaria” (Crenzel, 1997: PAGINA) Hasta ese momento el golpe no ofrecía mayores resistencias entre algunos sectores de clase media.

Según recuerda Héctor Marteau, ex dirigente estudiantil durante esos años:

El golpe se da el 28 de junio. El 9 de julio, (...) se hace el desfile tradicional nacional en Tucumán, y va Onganía con toda la fanfarria nacional, desfile de aviones, granaderos y los estudiantes nos preparábamos para repudiar la dictadura militar, el golpe militar, sabiendo que había cierto compromiso de muchos sectores de poder como la dictadura que estaban haciendo pero no medíamos el alcance de su presencia cuando fuimos esa mañana a la calle, a la avenida Aconquija, donde se realizaba el desfile principal, nuestra sorpresa fue que éramos una minoría absoluta a los cientos de estudiantes, porque decenas de miles de tucumanos aclamaban la dictadura, pero decenas de miles, toda la avenida Aconquija aclamaba a Onganía.⁵¹

Las medidas del Poder Ejecutivo Nacional afectaron particularmente a la provincia y el objetivo fijado para la transformación económica produjo una concentración económica en los grupos dominantes y una desestructuración social de los trabajadores del azúcar. La política que afectó a la industria del llamado

⁴⁹ La tradición de visitas presidenciales a Tucumán para encabezar los actos centrales por el día de la Independencia se explican históricamente por haber sido la provincia donde se declaró dicha Independencia el 9 de julio de 1966.

⁵⁰ La Federación Obrera Tucumana de la Industria del Azúcar (FOTIA) es el principal sindicato de trabajadores del azúcar de la Provincia de Tucumán, fundado en 1944.

⁵¹ Testimonio de Héctor Marteau, ex dirigente estudiantil.

oro blanco y la intervención de la Universidad Nacional de Tucumán – UNT – fueron dos medidas que a la postre se volverían en contra del régimen y de sus representantes locales.

En lo que se refiere a la Universidad Nacional de Tucumán (UNT), la intervención producida a partir del decreto - ley 16.912, del 29 de julio de 1966, condujo en el corto plazo a un proceso de resistencia y de lucha contra el régimen dentro del estudiantado, sector que desde un comienzo no había rechazado abiertamente el golpe. La supresión de la autonomía universitaria, ganada después de largos años de lucha estudiantil, se veía resquebrajada y la defensa del comedor estudiantil en Tucumán sería un factor de permanente conflicto no sólo dentro de las distintas sedes universitarias sino también y sobre todo en las calles de San Miguel de Tucumán, la ciudad capital.

La juventud volvía a experimentar elevados niveles en la conciencia política y a involucrarse directamente en la discusión, a militar en un sentido amplio del término, realizando trabajos de base y adquiriendo experiencia de participación política con el transcurrir de los conflictos como no había sucedido en años. La influencia de lo que la *Nueva Izquierda* fue fundamental y numerosos jóvenes pasaron a integrar incluso alguno de los grupos que optaron por la lucha armada del país. A Tucumán, llegaron por esos años, numerosos dirigentes nacionales con la idea de armar y conducir a los grupos locales. El contacto entre las diferentes universidades era constante, en un diálogo fluido y las manifestaciones de apoyo entre una y otras determinaron en más de una oportunidad el devenir de la lucha en claros gestos solidarios que se repetían en distintas provincias argentinas. También la solidaridad con la clase trabajadora comenzó a experimentarse a partir del encuentro que habría de determinar el enfrentamiento entre estos dos sectores y las fuerzas del régimen.

En cuanto a la crisis azucarera el golpe de gracia lo dio el gobierno nacional cuando decidió intervenir algunos ingenios considerados como un freno al desarrollo económico. El 22 de Agosto de 1966 por medio de la sanción del decreto - ley 16926, se intervinieron 8 ingenios, llegando con el tiempo a ser 14 las plantas afectadas. El intento de implementar lo que se dio en llamar el Operativo Tucumán⁵², no logró recomponer el cuadro social que produjo la desocupación entonces producida. Según el gobierno de Onganía se ponía en marcha en la provincia de Tucumán un nuevo programa de reestructuración “agro - industrial”, atrayendo al mismo tiempo capitales nacionales e internacionales para la instalación de nuevas y más modernas industrias, que habrían de ocupar la mano de obra desocupada por la industria azucarera. El proceso al final del camino implicó el cierre de 11 de los 14 ingenios intervenidos, generándose una desocupación a gran escala que a su vez produjo una desestructuración al interior de la clase trabajadora de Tucumán. Los ingenios que fueron cerrados en general correspondieron a los de menor promedio diario efectivo de molienda y a los de menor producción. La desocupación aumentó a niveles insostenibles provocando incluso, que muchos miles de trabajadores tuvieran que migrar hacia otras regiones del país como *trabajadores golondrinas*.⁵³ Si bien es difícil cuantificar qué población migró

⁵² El Operativo Tucumán supuso la implementación de una serie de medidas a fin de favorecer la instalación de nuevas industrias que absorbieran la mano de obra desocupada dejada por el cierre de los ingenios, sin embargo esta medida nunca logró recomponer el cuadro de crisis social y económica que supuso el cierre de los ingenios.

⁵³ Se denomina trabajador golondrina en Argentina a aquel asalariado que por razones de desempleo estacional debe migrar a otra zona productiva y repartir su trabajo por temporadas en distintas regiones.

de la provincia hay quienes calcular que el desempleo afectó a más de un tercio de la población económicamente activa y que alrededor de entre 150.000 y 200.000 trabajadores tuvieron que migrar. Para comprender mejor el proceso algunos datos ayudan a completar el entramado que muestran de manera más acabada la cuestión aquí planteada. La provincia de Tucumán cuenta con una superficie de poco más de 22.000 kilómetros cuadrados, y tenía en 1970 una población que rondaba los 766000 habitantes, de los cuales más del 40% residían en San Miguel, la capital. Las empresas instaladas en la provincia tras la implementación del Operativo Tucumán, no alcanzaron a cubrir entonces el cupo de mano de obra desempleada que había dejado el cierre de los ingenios.

La crisis estructural desatada provocó por lo tanto una profundización en las contradicciones de clase por un lado, y una mayor presencia de conflictos tanto urbanos como rurales. Crenzel ha cuantificado el nivel de conflictividad entre 1969 y 1972 y con los datos aportados es posible concluir que a mayor profundización de la crisis se produjo al mismo tiempo una mayor desestructuración social la cual invariablemente condujo a un aumento significativo de los conflictos. (Crenzel, 1997: 135 a 149).

Alianza obrero-estudiantil para enfrentar a la dictadura

A partir de la crisis producida en lo político, económico y social, es que los sectores directamente afectados por las diferentes medidas del régimen se plantearon como alternativa enfrentar al gobierno abiertamente en las calles. Cerrados los canales tradicionales de manifestación, la política adquirió entonces características novedosas. La violencia como recurso de manifestación política fue la vía que le quedó como alternativa a los sectores populares para resistir a la dictadura, la cual también recurrió a la violencia para reprimir dichas manifestaciones.

Es posible plantear que en Tucumán, al igual que en otras zonas del país se produjo una toma de conciencia tal en algunos sectores medios urbanos y en la clase obrera, que le permitió pasar de la discusión teórica a la acción. Por lo tanto no es exagerado decir que el campo popular entre 1968 y 1975 se encontraba en un proceso prerrevolucionario, donde las fuerzas del régimen tuvieron que reprimir violentamente cada manifestación, cada pueblada, cada rebelión o revuelta, tanto urbana como rural, para proseguir el plan de implementación de las políticas ya mencionadas. En algunas provincias del país se produjo entonces una especie de alianza de dos sectores que serán los protagonistas de las luchas de aquellos años. Tanto el movimiento estudiantil como la clase trabajadora participaron en diverso grado y de acuerdo a cada momento y situación, en ese proceso prerrevolucionario. La mancomunidad entre estudiantes y obreros no sólo se deduce de los testimonios de los dirigentes, sino también, de las lecturas de los diarios de la época, tanto nacionales como locales, e incluso en alguna de las publicaciones periódicas.

En los tres momentos los obreros ocupan un lugar central junto a los estudiantes, siendo el momento de mayor presencia noviembre de 1970. Sobre la protesta de mayo de 1969 en concreto, Crenzel discrimina la participación en la que “predominan los estudiantes universitarios de las facultades de Derechos, Ciencias Económicas, Filosofía, Arquitectura y Educación Física” sumándose además

estudiantes secundarios. En 1969 participaron también obreros de la “coordinadora de ingenios cerrados”⁵⁴ Villa Amalia y San Ramón, entre otros del sector; trabajadores de los talleres ferroviarios de Tafi Viejo, además de jornaleros y desocupados del barrio San Cayetano, los cuales tuvieron poca participación.⁵⁵

Ya en 1970, según Crenzel, la composición en el segundo Tucumanazo es mucho más heterogénea sumando mayor presencia obrera al reclamo propiamente estudiantil. Es así como se sumaron los obreros de la localidad de los Ralos o de las fábricas instaladas a partir del Operativo Tucumán, entre otros. Cabe mencionar que el Tucumanazo de 1970 coincidió además con una huelga general convocada por la CGT de los Argentinos, la Confederación combativa. Y para 1972, durante el denominado Quintazo, además de sumarse participación estudiantil de otras facultades como Arquitectura o Medicina, contribuyeron trabajadores de servicios básicos, empleados públicos, maestros y judiciales. Asimismo también jornaleros y desocupados de los barrios Ciudadela y Villa Alem, colindantes con el predio de la Quinta Agronómica, epicentro de los enfrentamientos de los estudiantes con las fuerzas del régimen. Se incorporaron nuevos actores como los sacerdotes para el tercer mundo y en el crimen de un estudiante salteño a manos de las fuerzas de la represión, Víctor Villalba, los entrevistados recuerdan una misa en su honor en las inmediaciones de la Quinta celebrada por tres sacerdotes tercermundistas. (Crenzel, 1997: 155 a 158)

En un trabajo de reciente aparición, Silvia Nassif destaca en varios trayectos del proceso la participación conjunta de obreros y estudiantes que se reflejó, por ejemplo, en recordadas asambleas conjuntas entre los dirigentes del principal gremio de los trabajadores del azúcar, la FOTIA y dirigentes estudiantiles a los fines de coordinar acciones. Es así como destaca, por ejemplo, un acto realizado el 28 de mayo de 1969 en la sede de la FOTIA en la que participaron obreros y estudiantes apuntando que de los 17 oradores, 8 eran obreros, 5 estudiantes y 4 de otros sectores sociales. (Nassif, 2012: 161 a 167)

En estas mismas direcciones caminan los recuerdos de Marcos Taire, periodista y activo participante del Quintazo. En su memoria le asiste el recuerdo de la colaboración de los obreros con los estudiantes:

Bueno, ya cuando ocurre el Quintazo, ya teníamos nosotros alguna experiencia, veníamos adquiriendo experiencia en el terreno gremial, yo era junto a un compañero que se llama Ángel Gutiérrez, que éramos los delegados ante la CGT regional. Eh... un fin de semana, no me acuerdo si era viernes o sábado, se desata una gran represión contra la gente que ocupaba la Quinta agronómica, y ahí en una escuela cercana a la Avenida Roca y Bernabé Araoz, asesinan a un estudiante salteño que se llamaba Víctor Villalba. Le pegaron a pocos metros de distancia con una granada de gas lacrimógeno y le destruyeron el cerebro, hay testimonios de esto (...) Esto fue jueves o viernes. Nosotros desde la Asociación de Prensa, más algunos pocos sindicatos que tenían conducción bastante combativa y en esto no me puedo olvidar de un gran dirigente que se llamaba Juan Alberto Pacheco del sindicato gráfico,

⁵⁴ Véase al respecto más adelante el testimonio de Marcos Taire y Hugo Andina Lizárraga.

⁵⁵ Cabe mencionar que la escalada de violencia de los sectores obreros del azúcar no comenzó en 1969, sino que venía incrementándose desde el cierre mismo de los ingenios. En una manifestación de trabajadores el 12 de enero de 1967, en la localidad de Bella Vista había sido asesinada por las fuerzas del régimen, Hilda Guerrero de Molina, militante de la FOTIA.

que fue un hombre combativo como pocos en esos años, junto a los compañeros de la Unión Tranviario Automotor y uno que otro que en este momento no recuerdo, impulsamos la realización de un plenario de la CGT. Se hizo ese plenario, la conducción de Damián Márquez y compañía lo convocó a regañadientes, como para decir que se hacía, pretendían sacar una declaración y con eso dar por terminado todo y me acuerdo que la importancia que tuvo esto, que se hizo en el Salón de Actos de la FOTIA. Ellos no calcularon que nosotros estábamos muy vinculados con el movimiento estudiantil y cuando empezó el plenario como a las 10 u 11 de la noche, llegó una enorme caravana de dirigentes y militantes estudiantiles que se apostaron como barra alrededor del lugar donde se estaba haciendo el plenario, entonces cuando nosotros propusimos, yo lo hice personalmente, que se hiciera un paro activo en repudio al crimen de Villalba y a la represión indiscriminada que se estaba desatando contra el pueblo tucumano, al ver que había dos o tres gremios que apoyaban, que estaba esa barra que cantaba a favor de la realización del paro no le quedó otra cosa que aceptarlo y se hizo. Para nosotros fue una experiencia inolvidable en el sindicato de prensa, un sindicato pequeño, éramos 300 afiliados, pero bueno, junto con eso, trabajamos muchísimos con las dos organizaciones que paradójicamente eran, las mejores, las más organizadas, las más combativas de Tucumán y que no estaban en la CGT, que eran, la FOTIA por un lado y ATEP por otro lado. Este... porque bueno, la verdad que la FOTIA sola representaba mucho más que toda la CGT y ATEP prácticamente lo mismo, la CGT era un sello representativo, unos cuantos burócratas pícaros que hacían negocios con el poder y nada más. Y bueno, ahí, este... tuvimos la oportunidad junto a activistas de distintos gremios de sumarnos a la lucha de los muchachos que estaban en la Quinta Agronómica. Nunca olvidaré, para mí también es un recuerdo que me emociona, cada vez que me viene a la mente, el día que una delegación de obreros de la fábrica de Laporte, que estaba ahí cerca de la Quinta Agronómica, no sabría decir ahora yo dónde, exactamente sobre qué calle, pero debe haber sido sobre Rondeau o Bolívar, sin que nadie los llamara, o los invitara o les pidiera, se llegaron hasta la Quinta Agronómica con bolsas de recortes para proveer a los que estaban ocupando ahí la Quinta, para defenderse con las hondas, y me acuerdo que al frente de esa delegación estaba el que para mí fue en esa época el dirigente que más pintaba para ser un "Tosco" de Tucumán, digamos, Juan Carlos Guía, un hombre maravilloso que después fue asesinado por la burocracia sindical peronista (...)⁵⁶

La solidaridad obrero estudiantil se fue gestando de a poco como cauce natural al enfrentamiento de estos dos sectores con la dictadura. A medida de las políticas dictatoriales se fueron endureciendo, estos sectores entendieron que sólo podrían librar la batalla en las calles, en cada pueblo donde las fabricas azucareras habían sido cerradas y en los comedores estudiantiles, donde los jóvenes resistían las distintas intentonas a su cierre. A continuación presentaré entonces dos testimonios que rememoran esa solidaridad que se fue tejiendo entre estudiantes y obreros. Si los indicios nos confirman que a lo largo del periodo la gestación de la cooperación obrero-estudiantil se fortaleció en acciones concretas, la modalidad en cómo fue surgiendo es lo que queda indagar, de qué manera estudiantes y obreros, con intereses de clase incluso hasta contrapuestos, confluyeron en la lucha contra la dictadura del 66 y

⁵⁶ Entrevista a Marcos Taires.

emprendieron distintas acciones conjuntas que se plasmaron a lo largo de los tres Tucumanazos. La memoria si bien se presente individual y subjetiva a partir de las propias experiencias de los actores sociales, la colectividad que atravesó al movimiento social que se gestó, atraviesa también los relatos de los testigos. Esto último es importante tenerlo presente ya que si bien la narración testimonial habla de una singularidad en la participación, tácitamente recoge la experiencia colectiva de la organización en la que cada sujeto ha tenido participación.

Según el proceso explicado, recuperar las voces de los militantes obreros y estudiantiles se vuelve necesario para comprender, desde la subjetividad individual y la propia experiencia, cómo se gestó lo colectivo que cobró forma orgánica en la coordinadora. Recogemos dos testimonios que nos permiten dar cuenta de aquel complejo proceso, poniendo negro sobre blanco las percepciones de la construcción social de un movimiento amplio y heterogéneo pero que al mismo tiempo logró poner en jaque a las fuerzas represivas del régimen en variadas oportunidades.

El primero de los testimonios corresponde a un histórico dirigente de la comisión de las fábricas azucareras cerradas, Hugo Andina Lizárraga, militante de la resistencia peronista en Tucumán y que desde su perspectiva, explica la compleja madeja desde la que se entretejió la relación de obreros y estudiantes. El segundo corresponde a José “el macho” Luna, quien siendo de extracción obrera, tuvo su paso por la Universidad y fue uno de los “caudillos” del comedor estudiantil en los Tucumanazos del 69 y el 70. Como veremos en los testimonios escogidos, no se vislumbra con total claridad de qué manera se hizo orgánica la coordinadora que reunió a trabajadores con estudiantes, aunque sirven ambos testimonios para comprender el complejo proceso que hay detrás de la urdimbre en la historia reciente de Tucumán.

“¡Compañeros, vamos a la Universidad!”⁵⁷

(...)

Pregunta: ¿Y ahí (durante los Tucumanazos) cómo organizan...?

Hugo Andina Lizárraga: Y ahí hacemos la movilización, ahí está, era una cosa, una cosa...

P: Como una especie de estado de asamblea permanente...

Andina Lizárraga: Ahí está, ahí quiero llegar, vos hablas de los estudiantes, toda esta historia que te estoy contando es para ver cómo desemboca. Estábamos en la Plaza Independencia, que se yo, protestando... bueno, un quilombo bárbaro y se me ocurrió ir a la Universidad, estos hijos de puta, la isla por isla y que nunca participan en nada... “¡Compañeros, vamos a la Universidad!”, justamente se da la casualidad de que había huelga de FATUN⁵⁸, ese fue el motivo que me permitió más o menos que se vayan todos los compañeros del Operativo Tucumán, que eran más de mil, todos a la Universidad Central –el rectorado-, total quedaba cerquita, llegamos ahí adentro y le copamos toda la Universidad Central, el patio ese grande que tiene, nos metimos hasta en las oficinas, nos sentamos ahí, que se yo, y todos con machetes⁵⁹, el “inca-Paz”⁶⁰ que estaba de rector o no recuerdo quién

⁵⁷ Entrevista a Hugo Andina Lizárraga realizada a fines de 2010 por Gustavo Cortés Navarro, Gustavo Correa y Rubén Kotler.

⁵⁸ La FATUN es la Federación de Trabajadores de las Universidades Nacionales y bajo la cual se encontraba afiliado el sindicato local, la Asociación del Personal de la Universidad Nacional de Tucumán, APUNT. En aquella oportunidad el gremio de APUNT estaba dirigido por Juan Martín Figueroa.

⁵⁹ El machete es la herramienta utilizada por los trabajadores de los cañaverales para la cosecha de la caña de azúcar.

estaba de rector en ese entonces, no me acuerdo... el asunto es que se escondió ahí arriba y empezaron a tomar participación por primera vez en la historia los estudiantes, por fin dejaron de pedir prestado overoles (...)

P: ¿Y de ahí surge la coordinadora obrero – estudiantil?

Andina Lizárraga: No, después se hace, después se hace, una vez que entra todo esto se hace ahí y empiezan a participar (...) bueno, algo había en Córdoba... y ahí se empieza a hacer la coordinadora obrero estudiantil, y yo era representante encumbrado por la comisión obrera, por FOTIA como delegado directamente ante los estudiantes (...) Y bueno, nosotros partimos desde la zona de tribunales, son las primeras barricadas que se van haciendo y aparte se hacen con materiales de obras, tal es así que nosotros agarramos a mujeres policías que estaban infiltradas, las detectamos, milicos que estaban también infiltrados los detectamos (...)

P: ¿Con qué dirigentes estudiantiles se acuerda usted que trataban?

Andina Lizárraga: Con todos, por ejemplo Marteau que estaba con el Trosco Salvatierra, pero no sé, Marteau me daba la sensación, y siempre era el comentario nuestro, que pateaba para que los milicos lo pongan preso, o se hacía poner preso, porque en la Junín él no aparece sino solamente cuando estaba preso...

(...)

P: Para sostener la barricada había que tener una organización...

Andina Lizárraga: Y sí. Ahí empiezan los compañeros estudiantes a tener una participación permanente, Salame, los hermanos Valenzuela, el ciego Mercado, el “gringo” Ponce, la compañera Mabel, esa que es de las madres de Desaparecidos, tiene al esposo desaparecido, la hermana de la Mrad, también que es la Madre de Plaza de Mayo, la hermanita... y bueno, un grupo de compañeros, a parte del “macho” Luna, todos, todos, y entonces poníamos el nombre nuestro, cada barricada tenía nombre, cada barricada tenía su respectivo nombre, la barricada Gral. Valle, la barricada Gral Cogorno (...) la barricada Eva Perón, la barricada Evita, la barricada 17 de octubre, teníamos barricadas hasta en la Plazoleta Dorrego...

P: Después de esto, cuando se levantan las barricadas...

Andina Lizárraga: Teníamos la barricada más avanzada en la calle Crisóstomo y Congreso, esa era la barricada más avanzada, que es la que nos permitió ya avanzar a la Plaza Independencia.

P: Se produce el Tucumanazo del 69 y luego el Tucumanazo del 70, ¿ustedes siguen participando de esa coordinadora obrero - estudiantil?

Andina Lizárraga: Sí, sí... siempre y tan es así que el Tucumanazo dura más de lo que pudo haber durado el Cordobazo, un poco pedante, no quiero ser, pero creo que sí. Tan es así que yo me pongo a pensar a veces como hice para resistir sin dormir y sin nada, a parte subíamos a los techos y con bombas molotov a los carros hidrantes, a los carros de asalto, a la misma Federal que iba contra la pared, le tirábamos desde arriba de los techos...

(...)

P: Ustedes tenían una conciencia de la lucha, pero, y ¿los estudiantes tenían una conciencia o cómo era?

Andina Lizárraga: Mirá, era una coordinación de militantes pero yo no puedo hablar de si ellos lo hacían con conciencia o sin conciencia, porque cada organización que ellos representaban, creo que se mueven a través de un proyecto político, que tienen todo ya directamente desarrollado y planifican hasta si es posible la toma del poder, cosa que nosotros también comenzamos ya a visualizar, a ver directamente la necesidad de la formación, de una organización, y tan es así que yo empecé allá a leer a Marx, (breve silencio) leer a Marx...

⁶⁰ En referencia al entonces rector de la Universidad Nacional de Tucumán, el Dr. Paz, apodado entonces como el “Incapaz” en un claro juego de palabras entre su apellido y el reconocimiento de su incapacidad para gobernar la institución durante el conflicto.

P: Y la influencia...

Andina Lizárraga: La influencia de los estudiantes repercute un poco y le agradezco a muchos que yo he aprendido gracias a ellos, a las discusiones políticas que hacíamos en la propia universidad, yo iba en representación directamente del movimiento obrero y escuchaba hablar en términos un poco bastante que no les entendía porque aparte eran muy lenguaraz (...) y ahí me vi obligado a tener que leer varios libros que nunca pensé leerlos, empecé a sacarme la brutalidad de encima, ya dejé de ser un poco embrutecido, ya tenía más claridad, ya desarrollaba más, ya veía aparte yo un poco más lo importante era sí o sí, porque yo era un compañero militante en la JRP original que surge con Gustavo Urrearte que después hacemos el MRP, la Juventud Revolucionaria que viene a Tucumán y forma zona (...)

“...Nosotros tratamos de enseñarles a hablarle a los estudiantes...”⁶¹

José Luna: El tema con los idas y vueltas con los conflictos que había en la provincia, nos hace que, así como nosotros pedíamos apoyo para poder mantener ese comedor los trabajadores también nos pedían apoyo porque habían cerrado su ingenio, habían cerrado al Textil Escalada, habían cerrado una cantidad enorme de fábricas, muchísima gente que no tenía trabajo, otras a las que no le pagaban, toda la provincia era un hervidero muy especial, digamos. La dirección del movimiento obrero no había podido llevar adelante una lucha más férrea para tratar de no seguir retrocediendo porque era pérdida tras pérdida, retroceso tras retroceso, o sea, las batallas eran por tratar que no te quiten algo más, o sea, la concentración del capital era tan fuerte que iba como una topadora contra todas las conquistas anteriores, todas las fuentes de trabajo, iba aniquilando todo eso e iba acorralando a toda clase obrera. Obviamente que con el cierre de ingenios el 95% de los mejores dirigentes se fueron, porque era la planta permanente, eran los que mejor preparados estaban, los que quizás no fueron a formar parte de los cordones de villas miserias en Buenos Aires sino que consiguieron algún otro trabajo un poquito más especializado porque sabían manejar una máquina en el ingenio, porque tenían una preparación (...)

P: Un viejo militante peronista nos decía, cuando le preguntamos sobre la unidad obrero – estudiantil que siempre se menciona, que se fue haciendo en las calles ¿esto fue así o de qué manera se fue conformando y si es que existía esa unidad?

José Luna: Al comienzo no había nada, no había nada y al revés, había una desconfianza de algún sector, sobre todo del peronismo, de la CGT, del peronismo, con respecto a los estudiantes por lo que había pasado en el '55 y en otros momentos en los que los estudiantes estuvieron en contra del movimiento obrero, entonces había hasta una desconfianza. Después, para mí el trabajo de Raymundo Ongaro acá con la “CGT de los Argentinos”⁶², fue clave, que él hacía un trabajo abarcativo más poblacional, llamaba a todas las fuerzas y el programa de la CGT de los argentinos como el programa de Huerta Grande y La Falda, eran programas mucho más amplios, que no contemplaban los intereses del movimiento obrero solamente sino que había un proyecto de país entonces hablaba de la nacionalización de la banca y hasta llegó hablar de socialismo nacional en esos programas, entonces eso abrió las puertas para que el movimiento obrero y los sectores de la población... yo creo que allí es donde se da, desde mi punto de vista, los que algunos escritores, ya en la década del 60 o 70 vienen a llamar los movimientos poblacionales. Nosotros ya no éramos la típica clase obrera que se movía con su mameluco o de acuerdo a la Revolución Rusa, Cubana, etc, sino el resto que había quedado de la clase trabajadora, el resto de

⁶¹ Entrevista a José el “macho” Luna.

⁶² La Confederación General del Trabajo de los Argentinos -CGT de los Argentinos o CGT- fue una central obrera argentina que nucleó entre 1968 y 1973 a dirigentes y movimientos sindicales que se oponían al establecimiento de un pacto con la dictadura encabezada por Juan Carlos Onganía.

ingenios cerrados, una bandera atípica, nos movemos los ingenios cerrados, o sea... ya no tenés más tu trabajo, ya no tenés nada más eso, era la población que vivía en condiciones muy paupérrimas o ibas a un sector de la gastronomía y le preguntabas cuánto ganaba a ese compañero y toda la vida eran unos sueldos de mierda, en condiciones de mierda y en negro e ibas a otro sector de todos los que trabajaban aquí y se diferenciaban del que andaba juntando basura o cartón solamente porque tenía un miserable sueldo y punto... entonces ese sector, que también es trabajador y mal pagado, explotado, etc etc, vivía con los dientes de punta viendo qué podía hacer, con ese trabajo no le servía para nada, etc etc. Y nosotros que nos abrimos hacia el sector de los trabajadores por unir nuestros intereses para tratar de ver si juntos podíamos vencer a la dictadura, porque veníamos de derrota en derrota, de denunciar y de perder y de perder, y ahí un poco, en el caso particular nuestro acá en la capital nuestra primera alianza, de los estudiantes, es con los “no docentes”, eso sirve para que le planteemos al resto de los estudiantes que era necesaria la alianza obrero – estudiantil y se forma una comisión, todo el mundo avala, dice que sí, y una comisión obrero – estudiantil, y esa comisión obrero – estudiantil ya sí tenía relación con la Textil Escalada... es más, los de la Textil Escalada, realmente nosotros, como pequeño grupo, así, que nos íbamos formando, realmente yo en esa época comienzo mi correlato popular era que en el ingenio los trabajadores eran peronistas entonces yo entendía que eso era luchar por el sector que se interesaba por los trabajadores, por los pobres, y en la Universidad trataba de ver cómo se interesaban por los trabajadores, entonces con un grupo de compañeros que venían un poco del humanismo (...) empezamos a armar una corriente que fue la base un poco del trabajo en los ingenios y en las villas. Entonces yo veo que algunos empezaban a hacer un trabajo sobre todo en Tafí Viejo y en algunas villas miserias de aquí, y ya con la comisión obrero – estudiantil formada nosotros entramos a hacer trabajo más puntual en la Textil Escalada básicamente, y, el gran problema que se presentaba básicamente era que varios de los trabajadores de esos lugares, un poco los que dirigían el sindicato nos planteaban un tema: “nosotros no podemos ir a hablar a la universidad, nosotros no sabemos hablar, qué vamos a ir a decirles a los estudiantes, nosotros no sabemos hablar, nosotros nos sabemos reunir aquí nada más, entre nosotros y de ahí ver qué vamos a hacer y resistir, pero ir a hablarle a la masa de los estudiantes nosotros no podemos hablar, no sabemos”, entonces nosotros tratamos de enseñarles a hablarle a los estudiantes en el caso del Salinas y de varios compañeros que venían, empezaron a venir, los trajimos al comedor, se paraban y les hablaban a los estudiantes con su lenguaje, tartamudeando, etc., etc., etc. Entonces los estudiantes también entran a tener mayor sensibilidad y otras corrientes, que uno al detalle no conoce, también hacían algún trabajo en los lugares donde tenían algún trabajo popular, incipiente, etc. Surge en el movimiento obrero varias corrientes aquí en la provincia que podemos llamarles combativas, por ejemplo el compañero Pacheco del sindicato gráfico, el que tenía muy buena posición era el compañero Juan Olmos de la municipalidad de Famaillá, que era un compañero honesto, con la FOTIA teníamos una relación, bueno, cabecéandola por ahí teníamos algunas cosas o por ahí no, o cuando venía Ongaro nos acercábamos un poco más, no fue fácil la relación, porque bueno, yo no sé si sería por las corrientes políticas, teníamos una relación, pero una relación así, más distante. Nosotros teníamos más relación con los sindicatos de base, con los sindicatos en sí mismos, era más proclive el sindicato de La Providencia, el sindicato del San Juan (los ingenios)...

P: Más con los sindicatos que con la Federación...

José Luna: Con la Federación, lo mismo con la CGT...

P: ¿Qué relación tenían con Leandro Fote o con Atilio Santillán?⁶³

⁶³ Leandro Fote y Atilio Santillán fueron dos históricos dirigentes de la FOTIA.

José Luna: Claro, es más difícil, con Leandro (Fote) sí o con el “chueco” Rodríguez; con Santillán no la teníamos mala (a la relación), la tenía mejor lo que después fue la JP⁶⁴ que nosotros, pero había una buena relación... (Silencio), Arancibia de ATEP⁶⁵, había toda una línea de sindicatos combativos muy importante, muy bueno, que después salieron a la palestra en ese momento. Todos luchaban pero nadie podía avanzar para su sector porque la dictadura tenía todo un plan de concentración para Tucumán que pasaba primero por doblegar los brazos a Tucumán de manera que tal, que como dice el capitalismo, ordenar socialmente la zona y después aplicar los paquetes....

Palabras finales, un mapa por trazar

Visto desde el presente, el proceso de luchas sociales presentado en este trabajo plantea una serie de cuestiones, muchas de las cuales todavía quedan por ser resueltas. El devenir de la historia personal de cada uno de los militantes que han tenido cierta participación en alguno de los tres Tucumanazos, las contradicciones propia de los actores sociales y de la propia historia del país, los olvidos, tanto los personales como los colectivos, la influencia de los medios masivos de comunicación en la formación de la opinión pública sobre los '70, entre otras cuestiones, asumen en los testimonios datos reveladores que indican lo contradictorio del propio proceso histórico. Entre lo individual de las acciones y lo colectivo del movimiento se desenvuelve una trama que solo es posible rastrear a través del testimonio de los ex militantes setentistas.

Las contradicciones del pasado se vuelven contradicciones en el presente, ya que se habla desde el aquí y el ahora, mirando a ese pasado desde muy diversas ópticas. Los recuerdos que parecían difusos se vuelven un poco más claros a medida que los entrevistados recuerdan y revisan su propia experiencia vivida. Jelín, citando a Ricouer sostiene que “lo que puede cambiar es el sentido de ese pasado, sujeto a reinterpretaciones ancladas en la intencionalidad y en las expectativas hacia ese futuro. Ese sentido del pasado es un sentido activo, dado por agentes sociales que se ubican en escenarios de confrontación y lucha frente a otras interpretaciones, otros sentidos, o contra olvidos y silencios. Actores y militantes “usan” el pasado, colocando en la esfera pública de debate interpretaciones y sentidos del mismo”.⁶⁶ Siguiendo a Jelín, el “sentido del pasado es un sentido activo, dado por agentes sociales que se ubican en escenarios de confrontación y de lucha frente a otras interpretaciones, otros sentidos, o contra olvidos y silencios. Actores y militantes “usan” el pasado, colocando en la esfera pública de debate interpretaciones y sentidos del mismo”.⁶⁷ Es aquí donde nos situamos a la hora de analizar los testimonios de los militantes setentistas. En la confrontación del pasado con el presente por un lado, y del enfrentamiento entre la interpretación personal y otras interpretaciones de ese pasado. Aquí la lucha contra el olvido o los silencios, es la lucha contra los modelos oficiales de interpretación que pretenden una mirada hacia el futuro sin revisión del pasado, una vuelta de página que se supone cerrará las heridas abiertas. El recuerdo individual se enfrenta a un proyecto oficial de olvido, por un lado, y al

⁶⁴ La Juventud Peronista.

⁶⁵ ATEP es el principal gremio de docentes de la provincia de Tucumán, el cual tuvo una destacada participación en aquellos años en la figura del dirigente desaparecido Isaura Arancibia.

⁶⁶ JELÍN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Edit. Siglo XXI, 2002.

⁶⁷ JELÍN, Op. Cit.

recuerdo de otros actores sociales que han participado de un mismo suceso y que tienen una visión diferente, por otro.

Donde mejor se aprecia esta confrontación es en la evaluación que de ese pasado hacen los propios militantes. El mismo Marcos Taire, citado más arriba, concluía en la entrevista que muchos de los objetivos que hoy son una utopía, en aquella época parecían estar al alcance de la mano. La glorificación de ese pasado de lucha se deja traslucir en las actuaciones individuales: “el yo lo hice” o el “yo estuve allí” retorna a lo colectivo en la presencia individual dentro de cada espacio de actuación. Mientras Andina Lizárraga destaca su participación en la coordinadora de ingenios cerrados desde un espacio vinculado al peronismo, José Luna lo hace ubicándose como dirigente en el comedor estudiantil dentro de una fuerza política vinculada al socialismo. Sin embargo ambos enfatizan la modalidad de acción bajo la cual sin la participación conjunta de los dos sectores, obreros y estudiantes, hubiera sido imposible alcanzar determinados objetivos. La emergencia de la alianza se dio en la acción y la evaluación que se hace hoy resulta positiva. Andina Lizárraga insiste que tuvo que salir de “bruto” leyendo incluso a Marx; por su parte Luna explica las dificultades de conseguir convencer al estudiantado la necesidad de acercarse a los trabajadores. La compleja trama se vislumbra también en los testimonios citados cuando mencionan las relaciones de cada sector, sea estudiantil u obrero, en determinados grupos, pues queda claro también que la heterogeneidad de organizaciones, posiciones políticas y adscripciones partidarias marcaban diferencias en la visión sobre tácticas y estrategias e incluso sobre objetivos. Este primer acercamiento a la cuestión de la relación entre obreros y estudiantes en el marco de las luchas de los Tucumanazos, es un intento por comenzar a echar luz sobre algunos aspectos de una historia reciente que todavía está por escribirse. A los escasos estudios sobre la historia del movimiento obrero en Tucumán, se suma la dificultad de contar con documentación que dé cuenta de la trayectoria de los trabajadores del azúcar. Si bien este primer acercamiento ha buscado recuperar la memoria obrera y estudiantil del proceso, nos proponemos seguir indagando en esta etapa aún inconclusa desde una mirada analítica. Los Tucumanazos fueron bisagra en la historia local marcando un antes y un después, y aún hoy repercute en la memoria de las luchas presentes, una generación que hace más de 40 años se puso de pie para enfrentar en las calles a una feroz dictadura que vino, a partir de 1966, a quitar por la fuerza derechos adquiridos.

Bibliografía

- AGUIAR, Fernando Comp., *Intereses individuales y acción colectiva*. Buenos Aires: Editorial Pablo Iglesias.
- ANZORENA, Oscar, (1998), *Tiempo de Violencia y Utopía. Del golpe de Onganía al golpe de Videla*, Buenos Aires: Ediciones del pensamiento nacional.
- BONAVENA, Pablo y otros, (1998), *Orígenes y desarrollo de la guerra civil en la Argentina, 1966 – 1976*. Buenos Aires: EUDEBA.
- CRENZEL, Emilio, (1997), *El Tucumanazo*. Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán.

- DE RIZ, Liliana, (2000), *Historia Argentina*, Tomo 8: La política en suspenso, 1966/1976. Buenos Aires: Editorial Paidós.
- GONZÁLEZ, Roque y GONZÁLEZ TIZÓN, Patricia, (2003), "Tucumán, el entramado represivo (1975 – 1978)", AAVV, *Construcción de la Memoria*, EUDEBA, Buenos Aires.
- HILB, Claudia y LUTZKY, Daniel, (1984), *La nueva izquierda argentina: 1960 – 1980*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.
- JAMES, Daniel (Dir. de número), (2003), *Nueva Historia Argentina*. Buenos Aires: Tomo 9, Cap. 4. Editorial Sudamericana.
- KOTLER, Rubén, (2010), "El Tucumanazo, los Tucumanazos 1969 – 1972. Entre el recuerdo individual y la memoria colectiva", Revista *Testimonios* n° 2.
<http://testimonios.historiaoralarArgentina.org/download/n2/testimonios02.pdf>
- KOTLER, Rubén, (2012), "Villa Quinteros se rebela: el Tucumanazo de 1969 y la lucha contra el cierre de los ingenios", *Historia, Voces y Memorias*. Buenos Aires: Programa de Historia Oral de la Universidad de Buenos Aires, n° 4, p. 171.
- MURMIS, Miguel, WAISMAN, Carlos, (1969), "Monoproductión agroindustrial, crisis y clase obrera; la industria Azucarera tucumana". Revista *Latinoamericana de Sociología*, Vol. 5, N° 2.
- NASSIF, Silvia, (2012), *Tucumanazos. Una huella histórica de luchas populares*. Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán.
- O' DONNELL, Guillermo, (1997), *Contrapuntos. Ensayos escogidos sobre autoritarismo y democratización*. Buenos Aires, Editorial Paidós.
- POZZI, Pablo y SCHNEIDER Alejandro, (2000), *Los setentistas. Izquierda y clase obrera: 1969 – 1976*. Buenos Aires, EUDEBA.
- SIGAL, Silvia, (1970), "Crisis y conciencia obrera: la industria azucarera tucumana", *Revista Latinoamericana de Sociología*. Buenos Aires, Vol. 6, N° 1.

Fuentes periodísticas

La Gaceta de Tucumán – Clarín – La Nación – Revista Primera Plana

Filmografía

- Anguita, Eduardo (2006): Azucar y Sangre, Tucumán 1966 – 1976. Disponible en línea: <https://vimeo.com/28880595>
- Heluani, Diego y Kotler, Rubén (2007): El Tucumanazo. Disponible en línea: <https://www.youtube.com/watch?v=AEPm5I3O7C4>
- Reynoso, Ricardo (2013): Tucumanazo, Poder popular. Disponible en línea: <https://www.youtube.com/watch?v=SKj8pRU-U48>

Fuentes orales

Héctor Marteau, ex dirigente estudiantil durante los Tucumanazos; Marcos Taire, periodista y ex militante del Frente Antiimperialista por el Socialismo; Hugo Andina Lizárraga, ex militante del peronismo combativo; José "el macho" Luna, ex militante del Frente Antiimperialista por el Socialismo – FAS – y uno de los líderes estudiantiles durante los Tucumanazos.
Todas las entrevistas fueron realizadas por el autor.

MEMÓRIA – POTENCIALIDADES E INTERDITOS ENTRE OS DIRIGENTES DA LUTA ARMADA

Ana Sofia Ferreira.

Instituto de História Contemporânea, FCSH/UNL

“A princípio é simples, anda-se sozinho. Passa-se nas ruas bem devagarinho. Está-se bem no silêncio e no burburinho. Bebe-se as certezas num copo de vinho. E vem-nos à memória uma frase batida. Hoje é o primeiro dia do resto da tua vida. Pouco a pouco o passo faz-se vagabundo. Dá-se a volta ao medo, dá-se a volta ao mundo. Diz-se do passado que está moribundo. Bebe-se o alento num copo sem fundo”.

O Primeiro dia, Sérgio Godinho

1. O reemergir da memória da luta armada contra a ditadura

A letra desta canção “O Primeiro dia”, de Sérgio Godinho fala sobre a memória, o passado, os momentos marcantes da vida, os desafios, a luta, o desalento, a esperança. Tudo questões que foram focadas nas entrevistas que realizei aos dirigentes das organizações de luta armada que realizaram acções em Portugal entre 1968 e 1974.

Quando iniciei a minha tese de doutoramento sobre a luta armada em Portugal vi-me colocada perante duas questões pertinentes: a primeira, era a falta de arquivos e de fontes escritas sobre estas organizações; a segunda, era o facto de os protagonistas ainda estarem vivos, o que tornava inevitável o recurso à história oral.

Em Portugal, o recurso à história oral é ainda bastante recente e o debate sobre a objectividade deste tipo de fontes continua muito presente. Segundo alguns historiadores o depoimento oral não constitui uma prova, pois o testemunho oral é dado sempre num tempo diferente daquele acontecimento que o actor viveu, pelo que é já o resultado de uma mediação e reflexão. Além disso, memória é selectiva e tem imperfeições, é condicionada pelo esquecimento e pela selecção das lembranças. Ao mesmo tempo, o testemunho oral é provocado pelo historiador que interroga a testemunha, em função de um saber prévio, e constrói a sua própria fonte com base numa narrativa que já foi por si previamente estabelecida⁶⁸.

Por outro lado, nos últimos anos vários historiadores têm vindo a salientar as características específicas e as potencialidades desta fonte, considerando que a sua subjectividade pode ser uma vantagem e não uma desvantagem epistemológica. Actualmente, a história oral tem vindo a encarar a memória como um objecto de estudo considerando que a credibilidade da fonte não está no grau de exactidão do que é dito, mas, também, no que é silenciado e que possibilita a análise do sentido dado

⁶⁸ PIMENTEL, Irene, 2007, *A história da PIDE*, Mem Martins, Círculo de Leitores/Temas e Debates pag.43

aos acontecimentos. Segundo Miguel Cardina “Se é verdade que os testemunhos nos podem alertar para factos desconhecidos, eles permitem igualmente abordar temas como a subjectividade, a imaginação, o desejo, a estrutura da memória e a relação entre indivíduo e os contextos sociais, políticos, económicos e culturais que o circundam”⁶⁹.

Apesar de todos os constrangimentos as entrevistas orais permitem colocar o historiador frente a frente com o protagonista da história, e, ainda que a memória seja um processo filtrado pelo tempo, reconstruída pelas vivências e passagem dos anos, a fonte oral é uma peça indispensável para os trabalhos históricos de épocas mais recentes e é incontornável no quadro do esforço da reconstituição histórica.

Em relação às organizações de luta armada que existiram em Portugal nas décadas de 60 e 70 (Liga de União e Acção Revolucionária – LUAR; Acção Revolucionária Armada – ARA; Brigadas Revolucionárias - BR) confrontamo-nos com a falta de documentos escritos, pelo que o recurso à história oral se torna essencial. Os poucos documentos escritos existentes restringem-se a comunicados publicados pelas organizações armadas, algumas notas de reuniões que fazem parte do arquivo pessoal de alguns dos militantes, notícias nos jornais da época sobre os atentados e ao arquivo da PIDE/DGS, a polícia política do Estado Novo. Sendo os arquivos um depósito do passado conservado pelo Estado, as fontes escritas sobre as organizações de luta armada portuguesas são escassas e imprecisas, resultando, sobretudo, de notícias submetidas à censura e de confissões à polícia obtidas através do recurso à tortura. Nos últimos anos também saíram alguns livros de memórias dos dirigentes destas organizações em que os autores fazem o confronto entre a sua memória, a de outros operacionais e as fontes escritas, destacando-se as obras de Raimundo Narciso, dirigente da ARA, e de Hipólito dos Santos e Camilo Mortágua, dirigentes da LUAR.

A memória dos dirigentes dos organizações de luta armada portuguesas insere-se dentro das chamadas por Enzo Traverso *memórias fracas*, subterrâneas, escondidas, dos “perdedores da história”, que se opõem às *memórias fortes*, associadas aos grupos “ganhadores”, que ganharam visibilidade e que se tornaram oficiais⁷⁰, pois os discursos memorialísticos e historiográficos também se constroem em função da força social dos seus detentores. A predominância de determinadas memórias em detrimento de outras, insere-se num espaço de confronto ideológico, surgindo memórias com maior “visibilidade” que outras em função do contexto socio-económico e político do país e de acordo com aqueles que detêm o poder⁷¹. Neste sentido, e como analisou Manuel Loff, os primeiros 20 anos de democracia em Portugal foram de apagamento da memória da resistência à ditadura e à guerra colonial em nome de um discurso em torno da necessidade do perdão e da reconciliação, que se dirigia às vítimas da repressão e da violência salazarista, e que tinha como “pressuposto um modelo de sociabilidade descrito como normal(izado) e adequado a um contexto democrático, no qual, aparentemente, todos aqueles que se

⁶⁹CARDINA, Miguel, 2011, *Margem de Certa Maneira: O Maoismo em Portugal (1964-1974)*, Lisboa, Tinta-da-china, pág. 36

⁷⁰TRAVERSO, Enzo, 2007, *El pasado, instrucciones de uso. Historia, memoria, política*, Madrid, Marcial Pons, pag. 48

⁷¹LOFF, Manuel, 2015, “Estado, democracia e memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014)”, in LOFF, Manuel, PIEDADE, Filipe, SOUTELO, Luciana Castro (coord.), 2015, *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas de memória*, Coimbra, Almedina, pag. 23-145

sentiam agredidos tanto pela ditadura como pela Revolução deveriam ser integrados”, insinuando-se, assim, a comparação história entre a ditadura e o Processo Revolucionário⁷².

Apenas nos últimos anos do século XX começou a reemergir a memória da resistência à ditadura e guerra colonial. Por um lado, parecia ter-se superado a moral comunista que dava sobretudo importância aos feitos colectivos em detrimento das experiências individuais na clandestinidade, o que significou o silenciamento do discurso memorial de muitos daqueles que suportaram a repressão. Provavelmente, o avanço e mediatismo do revisionismo histórico fez com que, a partir de finais dos anos 90, dirigentes e militantes comunistas comesçassem a perceber que, no campo da luta ideológica, era necessário dar o seu testemunho para que não caísse no esquecimento a luta antifascista e a repressão da ditadura. Será por isso que, a partir desta altura, começaram a surgir várias autobiografias de dirigentes comunistas. Dentro destas, tenho de destacar as de Jaime Serra, dirigente do PCP e membro do Comando Central da ARA entre 1970 e 1974, que escreveu um livro sobre a sua experiência na luta armada, tendo sido a primeira obra memorialística de um dirigente de uma organização armada⁷³. É de ressaltar que as memórias de Jaime Serra são a primeira obra em que é assumido oficialmente por parte de um dirigente comunista que a ARA era uma organização do PCP. Francisco Miguel, autor de dois livros de dois dos primeiros livros memórias publicados por dirigentes comunistas, em 1977 e 1986, e que pertenceu ao Comando Central da ARA, refere, em 1977, que “Da ARA nada sei, mas posso dizer que estava de acordo com a sua orientação e com as suas acções”⁷⁴, o que poderá ser visto como uma tentativa do PCP de se afastar de um tema polémico, como era o uso da violência política, três anos após a Revolução e numa altura em que o discurso já começava a ser o de o país caminhar para a *normalização democrática* e da necessidade de *reconciliação* com o passado sob ditadura. No ano 2000, foi a vez de Raimundo Narciso, membro do Comando Central da ARA desde 1970 a 1974, escrever um livro de memórias sobre a ARA, não ocultando todo o processo que levou à sua formação e as acções efectuadas por esta organização⁷⁵.

O século XXI parece ter propiciado um novo interesse pela memória da resistência ao Estado Novo, aparecendo um vasto conjunto de obras sobre a luta contra a ditadura. Simultaneamente, surgem vários documentários e séries televisivas que se centram em testemunhos da luta contra a ditadura. É dentro deste contexto que vemos reemergir um interesse pela história da luta armada, embora tardiamente. Apenas em 2011, foi publicada a primeira obra de memórias sobre a LUAR⁷⁶, da autoria de Hipólito dos Santos, um dos principais dirigentes desta organização entre 1968 e 1970, e somente em 2013, Camilo Mortágua, fundador e dirigente da LUAR, se refere, no segundo volume das suas memórias, à sua passagem por esta organização⁷⁷. Em 2012, a *Biblioteca-Museu República e Resistência* realizou uma série de debates entre os dirigentes das organizações de luta armada. Em 2014, quando se comemorou

⁷² LOFF, Manuel, 2015, “Estado, democracia e memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014)”, in LOFF, Manuel, PIEDADE, Filipe, SOUTELO, Luciana Castro (coord.), 2015, *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas de memória*, Coimbra, Almedina, pag. 114

⁷³SERRA, Jaime, 1999, *As explosões que abalaram o fascismo: o que foi a ARA (Acção Revolucionária Armada)*, Lisboa, Edições Avante

⁷⁴ MIGUEL, Francisco, *Uma vida na Revolução*, 1977, Porto, A Opinião, pag. 162

⁷⁵ NARCISO, Raimundo, 2000, *ARA: Acção Revolucionária Armada: a história secreta do braço armado do PCP*, Lisboa, D. Quixote

⁷⁶SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente Houve a LUAR: Para a História da Luta Armada Contra a Ditadura*, Âncora, Lisboa

⁷⁷MORTÁGUA, Camilo, 2013, *Andanças para a Liberdade*, Vol. 2, Esfera do Caos, Lisboa

o 40º aniversário da Revolução, notou-se um interesse crescente por parte dos média pela história da luta armada, com a multiplicação de entrevistas dos dirigentes destas organizações a vários órgãos de comunicação social; com a divulgação, na RTP2, do documentário *O Império dos Românticos Armados*, que conta com o depoimento de antigos dirigentes das organizações de luta armada e de historiadores que se dedicam ao estudo das oposições à ditadura ; e com a apresentação do documentário *Outra Forma de Luta*, de João Pinto Nogueira, no âmbito do DocLisboa, que retrata uma parte da história das Brigadas Revolucionárias.

Desta forma, hoje, perante a situação económica, política e social do país, numa altura de falta de esperança, em que a crise enche as manchetes dos jornais, abre as notícias nas televisões e se faz sentir no quotidiano dos portugueses, tocando, de forma mais nítida a classe média e as classes mais desfavorecidas, volta-se a recuperar a memória de formas mais radicais de luta. Perante a aparente falta de eficácia das manifestações pacíficas, os ouvidos surdos dos políticos, o discurso da inevitabilidade e a sensação de impotência para alterar a situação vigente, voltam a ouvir-se discursos de que se calhar só é possível alterar a situação utilizando a força. No entanto, a violência lembrada centra-se sobretudo no período do marcelismo em que a luta contra a ditadura e a guerra colonial e o facto de não terem sido cometidos crimes de sangue parecem justificar uma certa benevolência para com a violência política.

2. Potencialidades e interditos da memória dos dirigentes da luta armada

O recurso à memória e à oralidade tornou-se uma fonte central do meu trabalho e permitiu-me aceder a um conjunto de informações que não estavam presentes nos documentos escritos, podendo destacar: o fascínio que a revolução cubana e o guevarismo exerceram sobre os dirigentes das organizações armadas portuguesas; a importância e a influência das lutas emancipacionistas dos povos do Terceiro Mundo; as correntes ideológicas que influenciaram cada uma das três organizações estudadas; a estrutura hierárquica, as divisões, tensões e problemas que foram surgindo no seio de cada uma delas; assim como aceder a expressões de sentimentos de medo, angústia, euforia, desalento, entre outros. Desta forma, as entrevistas revelaram-se uma fonte de riqueza histórica ainda que seja necessário confrontá-las com as fontes escritas, sempre que estas existam.

Quando falamos de memória temos de ter em consideração que ela é subjectiva, fica ancorada às impressões que os factos deixaram nos espíritos dos protagonistas e é sempre uma construção filtrada por conhecimentos adquiridos posteriormente, pela reflexão que se segue ao acontecimento, por experiências que modificam a recordação. Como refere Fernando Rosas:

“A memória histórica dos factos sociais não é só nem principalmente uma faculdade psíquica de retenção ou convocação do passado. É um processo social de construção das representações e dos acontecimentos pretéritos e das suas causalidades, um processo complexo e frequentemente contraditório de tentar fixar um discurso interpretativo e, a esse título, um terreno de disputa pela hegemonia de distintas concepções, na realidade, acerca do sentido do presente e do futuro”⁷⁸.

⁷⁸ROSAS, Fernando, 2012, “Memória da Violência e Violência da Memória”, in GASPAS, Carlos, PATRIARCA, Fátima e MATOS, Luís Salgado (Org.), 2012, *Estado, Regime e Revoluções. Estudos em Homenagem a Manuel de Lucena*, Lisboa, ICS, pag. 271

Nas entrevistas efectuadas aos dirigentes das organizações de luta armada portuguesas verificamos que todos eles consideram a passagem por estas organizações como um dos acontecimentos mais marcantes da sua vida, como uma experiência única e da qual não se arrependem, mesmo que acentuem que só defenderam esta forma de luta porque ela estava inserida num contexto muito específico de luta contra um regime ditatorial e contra a guerra colonial.

É também comum a referência ao sentimento de medo, de receio que precedia a realização de cada acção, uma vez que havia sempre o risco de serem descobertos e presos ou de morrer. Afinal, aquele poderia ser, como disseram alguns entrevistados “o último dia das suas vidas”, mesmo que as acções tivessem sido detalhadamente planeadas⁷⁹.

É interessante verificar a importância que cada um dos entrevistados dá aos acontecimentos. Factos que para uns foram importantes e são pormenorizadamente descritos nas entrevistas, são completamente esquecidos por outros e são comuns as divergências quanto a dados concretos (por exemplo, o nome e o número de presentes numa reunião) mas raramente são esquecidos os nomes ou os pseudónimos daqueles que participaram nas acções, o que permite ao historiador fazer uma listagem de todos os operacionais que participaram em cada uma das acções armadas.

Uma ideia corrente é que a adesão a organizações de luta armada pressupunha um certo nível de politização e de formação ideológica prévia. Porém, as entrevistas acabaram por revelar que nem todos os militantes destas organizações eram politizados ou tinham uma consciência ideológica definida. Na LUAR é facilmente identificável o grupo daqueles que não tinham qualquer formação política e militavam na organização porque ela era a única que lhes aparecia como capaz de fazer alguma coisa prática e concreta para derrubar o regime. Estes elementos, considerando-se antifascistas e contra a guerra colonial, mas consideravam-se sobretudo homens de acção. Como dizia Fernando Pereira Marques, um dirigente da LUAR, numa entrevista realizada em 2012:

“O Palma [Hermínio da Palma Inácio, principal dirigente da LUAR] era essencialmente um homem de acção e pouco um dirigente político embora tivesse ideias claras sobre o que queria fazer: unir esforços em torno de um projecto de acção directa que contribuisse para criar um clima favorável ao derrube do regime. Por isso, quando se recrutava para uma determinada estratégia que implique uma disponibilidade muito grande do ponto de vista de enveredar por acções perigosas, de arriscar a vida, não se pede um atestado de formação ideológica ou provas às pessoas. Quando eles apareciam eram bem-vindos embora isso também tivesse como consequência que tivessem entrado para a organização pessoas que só se interessavam pela acção em si e que estavam na fronteira entre o banditismo e a consciência política. Embora, alguns destes indivíduos, com este tipo de personalidades e motivações, acabavam por ser pessoas que sempre se comportaram condignamente dentro da organização”⁸⁰.

É verdade que o recrutamento dentro da ARA e das BR era mais exigente do ponto de vista ideológico, e que na LUAR também existiam dirigentes e operacionais com preparação política, mas,

⁷⁹Entrevista a Camilo Mortágua, Alvito, 3 de Outubro de 2012; Entrevista a Carlos Antunes, Lisboa, 17 de Julho de 2012; Entrevista a Raimundo Narciso, Odivelas, 10 de Outubro de 2012

⁸⁰Entrevista a Fernando Pereira Marques, Lisboa, 26 de Setembro de 2012

pertencer a uma organização de luta armada implicava, antes do mais, estar preparado para realizar acções que punham em causa a própria vida.

As entrevistas também permitiram esboçar a rede de apoio que cada uma das organizações tinha no interior do país, salientando-se as ligações da LUAR e das BR ao grupo dos católicos progressistas e mesmo a alguns padres e seminaristas. Através das entrevistas consegue-se compreender melhor a radicalização de um sector do catolicismo português e as motivações destes para dar apoio a organizações que defendiam a luta armada⁸¹. Por seu lado, a ARA tinha a sua rede de apoio no Partido Comunista Português que lhe facultava armas, dinheiro, casas e sítios para “esconder” o armamento, chegando a haver um laboratório em Arruda dos Vinhos⁸².

As entrevistas também revelaram que existem alguns temas interditos dentro destas organizações, que os militantes têm alguma dificuldade em abordar. Um dos temas mais difíceis é a questão do financiamento das organizações. Comprar armas e material explosivo, planejar acções, fazer treinos militares e manter uma estrutura de “revolucionários profissionais” implicava que estas organizações tivessem recursos financeiros elevados. A ARA recebia dinheiro, armas e material explosivo do Partido Comunista Português que também financiou o treino de alguns operacionais em Cuba e na União Soviética. Porém, a LUAR e as BR não eram sustentadas por qualquer organização política nacional ou estrangeira, pelo que tiveram de recorrer ao que eles chamam de “acções de obtenção de fundos”, ou seja assaltos a bancos. Ficou célebre o assalto à agência do Banco de Portugal na Figueira da Foz, realizado pela LUAR mas esta organização efectuou ainda assaltos a bancos e carrinhas de valores de bancos portugueses em França que nunca foram reivindicados e até hoje ainda não foi descoberta a autoria desses assaltos, pelo que os dirigentes entrevistados têm algumas reticências em falar deles⁸³. Também as BR realizaram vários assaltos a bancos portugueses, alguns dos quais nunca reivindicados⁸⁴. E Jaime Serra refere um assalto realizado pela estrutura das “acções especiais” do PCP, que virão a dar origem à ARA, em 1966, e que nunca foi reivindicado⁸⁵.

A questão dos assaltos a bancos coloca o problema moral de estarem a roubar dinheiro de bancos portugueses, ou seja, dinheiro do povo português, apesar de nunca ninguém ter ficado pessoalmente lesado com estes assaltos.

Outra questão delicada é a obtenção de armas, que na sua maioria eram roubadas ao exército português ou compradas no mercado negro. Sabe-se que a LUAR obtinha as armas na Checoslováquia, através de contactos estabelecidos com a direcção de uma fábrica de armamento deste país⁸⁶. Porém, os dirigentes da ARA e das BR são vagos quanto a este assunto. Os da ARA apenas referem que as armas eram fornecidas pelo Partido Comunista Português que, provavelmente, as obtinha através dos seus

⁸¹Entrevista a Francisco Fanhais, Alvito, 18 de Julho de 2012; Entrevista Joaquim Alberto Lopes Simões, Riachos, 15 de Julho de 2012; Entrevista a Joana Lopes, Lisboa, 20 de Julho de 2012

⁸²Entrevista Raimundo Narciso, Odivelas, 10 de Outubro de 2012

⁸³Entrevista a Jacinto Rodrigues, Esposende, 18 de Setembro de 2012; Entrevista Joaquim Alberto Lopes Simões, Riachos, 15 de Julho de 2012

⁸⁴Entrevista a Carlos Antunes, Lisboa, 17 de Julho de 2012

⁸⁵Cf: SERRA, Jaime, 1999, *As explosões que abalaram o fascismo: o que foi a ARA (Acção Revolucionária Armada)*, Lisboa, Edições Avante

⁸⁶Entrevista a Fernando Pereira Marques, Lisboa, 26 de Setembro de 2012; Entrevista a Hipólito dos Santos, Lisboa, 29 de Abril de 2012

contactos no exército⁸⁷. E os dirigentes das BR somente dizem que tinham poucas armas, sendo muito vagos quanto à forma como as obtiveram⁸⁸. Pode-se deduzir que algumas tenham sido roubadas ao exército português, outras compradas no mercado internacional de armas, outras obtidas através de ligações a organizações de luta armada europeias e africanas, porém, as referências a este assunto são sempre vagas. No entanto, sabe-se que as organizações de esquerda radical portuguesa obtinham armas através dos desertores das Forças Armadas que desertavam com armas e as entregavam a estas organizações a troco de ajuda na passagem clandestina de fronteira, pelo que esta seria outra forma de obter armamento.

Foi igualmente difícil compreender as ligações entre as organizações de luta armada portuguesas e as suas congéneres europeias. A posição assumida é que não havia qualquer tipo de ligação embora muitos dos dirigentes das organizações portuguesas tivessem vivido no estrangeiro e exercido actividade política nos países onde estiveram emigrados. Porém, é sabido que em finais de Dezembro de 1969, Hermínio da Palma Inácio, o principal dirigente da LUAR, esteve em Itália, onde a LUAR contava com o apoio do grupo *Lotta Continua*, organização de esquerda radical italiana, cujos dirigentes mantiveram relações com vários sectores da oposição portuguesa no exílio⁸⁹. A LUAR, aliás, sempre procurou manter contactos solidários com organizações revolucionárias de vários continentes: em África manteve contactos com o PAIGC; na América do Sul, com os *Tupamaros*, no Uruguai, fornecendo a LUAR apoio logístico na deslocação dos dirigentes desta organização, sobretudo em França e na Bélgica; na Europa, com a ETA, no País Basco, a quem a LUAR forneceu os primeiros materiais de guerra e os contactos para a aquisição de armas na Checoslováquia, e com o grupo Baader-Meinhof, na Alemanha, a quem dispensavam apoio logístico nas deslocações de militantes⁹⁰. Por seu lado, as Brigadas Revolucionárias terão contado com o apoio do governo da Argélia, país onde estava sediada a FPLN, que terá facultado os meios técnicos e logísticos para que a FPLN continuasse as suas actividades após o afastamento do PCP da Frente e a aproximação desta às BR. Aliás, foi também na Argélia que alguns operacionais da BR foram receber treino militar em 1972⁹¹. Por seu lado, a ARA, era um caso diferente, uma vez que era o “braço armado” do PCP que mantinha relações com os outros partidos comunistas.

A via da luta armada para o derrube da ditadura em Portugal gerou discussões, debates e rupturas no seio da oposição portuguesa muito antes de terem surgido as primeiras acções armadas. É preciso compreender o aparecimento destas organizações num contexto muito específico de luta contra a ditadura e contra a guerra colonial. Em Portugal, os anos 60 e 70 foram marcados pela extrema violência. A guerra colonial marcava toda a sociedade e todos, directa ou indirectamente, sentiam a sua presença. Ou porque iam para a guerra, ou porque viam familiares, amigos, vizinhos, conhecidos a partir para a frente de combate, ou porque, apesar da censura, viam as imagens da guerra na televisão e/ou em

⁸⁷Entrevista Raimundo Narciso, Odivelas, 10 de Outubro de 2012

⁸⁸Entrevista a Carlos Antunes, Lisboa, 17 de Julho de 2012; Entrevista a Isabel do Carmo, Lisboa, 18 de Junho de 2012

⁸⁹Entrevista a Camilo Mortágua, Alvito, 3 de outubro de 2012

⁹⁰Entrevista a Camilo Mortágua, Alvito, 3 de outubro de 2012; IAN/TT – PIDE/DGS, Pr. pr. 9712 CI(2), vol. 1, U.I: 7572 - “Informação Relações da LUAR com a ETA”, s.d, fls. 53 a 55

⁹¹LINDIM, Isabel, 2012, *Mulheres de Armas*, Editora Objectiva, Carnaxide.

jornais. Para amplos sectores, principalmente os mais ligados às actividades da oposição, a reivindicação do fim da guerra marcava as suas actividades políticas e de contestação ao regime. Ao mesmo tempo, defendia-se o recurso às armas para derrubar um regime que teimava em permanecer imóvel e surdo aos anseios dos portugueses.

Resgatar a memória da luta armada em Portugal durante estes anos é trazer para o debate historiográfico a questão da violência política dos grupos de esquerda radical que durante anos permaneceu como um assunto tabu dentro da historiografia portuguesa. E, ao mesmo tempo, é um contributo para a compreensão da história da luta contra o Estado Novo e a guerra colonial, pois como diz Sérgio Godinho “*Enfim dum a escolha fez-se um desafio. Enfrenta-se a vida de fio a pavio. Navega-se sem mar, sem vela ou navio. Bebe-se a coragem até de um copo vazio. E vem,-nos à memória uma frase batida. Hoje, é o primeiro dia do resto da tua vida*”.

Bibliografia

- CARDINA, Miguel, (2011), *Margem de Certa Maneira: O Maoismo em Portugal (1964-1974)*, Lisboa, Tinta-da-china.
- LOFF, Manuel, (2015), “Estado, democracia e memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014)”, in LOFF, Manuel, PIEDADE, Filipe, SOUTELO, Luciana Castro (coord.), *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas de memória*, Coimbra, Almedina.
- MIGUEL, Francisco, (1977), *Uma vida na Revolução*, Porto, A Opinião.
- MORTÁGUA, Camilo, (2013), *Andanças para a Liberdade*, Vol. 2, Esfera do Caos, Lisboa.
- NARCISO, Raimundo, (2000), *ARA: Acção Revolucionária Armada: a história secreta do braço armado do PCP*, Lisboa, D. Quixote.
- PIMENTEL, Irene, (2007), *A história da PIDE*, Mem Martins, Círculo de Leitores/Temas e Debates.
- ROSAS, Fernando, (2012), “Memória da Violência e Violência da Memória”, in GASPARGAR, Carlos, PATRIARCA, Fátima e MATOS, Luís Salgado (Org.), *Estado, Regime e Revoluções. Estudos em Homenagem a Manuel de Lucena*, Lisboa, ICS.
- SANTOS, José Hipólito, (2011), *Felizmente Houve a LUAR: Para a História da Luta Armada Contra a Ditadura*, Âncora, Lisboa.
- SERRA, Jaime, (1999), *As explosões que abalaram o fascismo: o que foi a ARA (Acção Revolucionária Armada)*, Lisboa, Edições Avante.
- TRAVERSO, Enzo, (2007), *El pasado, instrucciones de uso. Historia, memoria, política*, Madrid, Marcial Pons.

Fontes Orais

- Entrevista a Camilo Mortágua, Alvito, 3 de Outubro de 2012
- Entrevista a Carlos Antunes, Lisboa, 17 de Julho de 2012
- Entrevista a Carlos Antunes, 4 de Abril de 2014, Lisboa
- Entrevista a Fernando Pereira Marques, Lisboa, 26 de Setembro de 2012
- Entrevista a Francisco Fanhais, Alvito, 18 de Julho de 2012
- Entrevista a Hipólito dos Santos, Lisboa, 29 de Abril de 2012
- Entrevista a Isabel do Carmo, Lisboa, 18 de Junho de 2012
- Entrevista a Jacinto Rodrigues, Esposende, 18 de Setembro de 2012
- Entrevista Joaquim Alberto Lopes Simões, Riachos, 15 de Julho de 2012
- Entrevista a Joana Lopes, Lisboa, 20 de Julho de 2012
- Entrevista Raimundo Narciso, Odivelas, 10 de Outubro de 2012

Arquivos

Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo | Arquivo da PIDE/DGS

Arquivo & Biblioteca da Fundação Mário Soares | Casa Comum – Fundo Isabel do Carmo/Carlos Antunes

MEMORIAS DEL SINDICALISMO SOCIALISTA DURANTE LA TRANSICIÓN ESPAÑOLA

Pilar Domínguez Prats.

Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, ULPGC, España.

La dictadura que gobernó en España desde el final de la guerra civil en 1939 hasta la muerte del general Franco en 1975, había obligado a los españoles a renunciar a sus derechos civiles y sociales imponiendo a los trabajadores el denominado Sindicato Vertical (Confederación Nacional de Sindicatos, CNS), una copia del modelo corporativo fascista italiano en el cual los trabajadores y los empleadores estaban unidos en un mismo sindicato (Cazorla, 2010: 43). En el panorama de la protesta social antifranquista, el sindicalismo fue el principal movimiento social de oposición a la dictadura. A partir de los años sesenta, la actividad sindical creció de manera exponencial dentro del marco de oportunidades que ofrecía la nueva ley de convenios colectivos de 1958. La acción sindical se desarrollaba en los centros de trabajo de las regiones más industrializadas, donde se había ido formando una cultura de la protesta que sale a la luz de nuevo en el período conocido como tardo-franquismo (1960-1975). Sin embargo, el papel del sindicato socialista, la Unión General de Trabajadores, UGT⁹², del que vamos a ocuparnos, fue bastante reducido hasta la década de los setenta, cuando empieza a tomar fuerza. La negativa de esta organización histórica a usar las plataformas legales del “Sindicato Vertical” franquista y participar en las elecciones sindicales organizadas por esa institución le restó mucha influencia en el movimiento obrero⁹³.

Del período de la llamada “Transición” a la democracia -desde 1976 a 1982- es necesario recordar algunos hechos significativos. Aunque el dictador Franco murió en noviembre de 1975, hasta abril de 1977 no se legalizaron en España los partidos y sindicatos democráticos, desapareciendo también la organización del Sindicato Vertical. No obstante, durante aquel primer periodo la permisividad hacia los sindicatos democráticos todavía ilegales era grande. En abril de 1976 la UGT pudo celebrar por primera vez en 40 años su XXX Congreso Confederal en Madrid, bajo el lema “A la unidad sindical por la libertad” (Vega 2011).

En junio de 1977 fueron las primeras elecciones democráticas al Parlamento; en ellas ganó el centro, UCD, con el 34% de los votos y los socialistas del PSOE, consiguieron un gran número de escaños, pues fueron la segunda fuerza política más votada del país, 28,9% de los sufragios. Ello

⁹²La UGT, creada en 1888, fue la primera organización sindical española,

⁹³Esa postura quedó fijada en 1960 cuando el Consejo General de UGT estableció el boicot a las elecciones sindicales, el cual se mantuvo hasta el final de la dictadura. La central anarquista CNT y la nacionalista STV coincidieron con la UGT en ese boicot. Las Comisiones Obreras que sí participaron en la CNS, fueron la principal plataforma del movimiento obrero.

repercutió positivamente en el desarrollo del sindicato UGT, que dependía políticamente del Partido Socialista. En aquel año, “hubo una avalancha de gente que venía a afiliarse” a la central socialista, dice Anastasio Travieso. Su desarrollo fue muy rápido en esta primera etapa de la transición; por ejemplo en Canarias, la UGT fue la primera fuerza sindical en las elecciones de 1980⁹⁴.

La estrecha vinculación al Partido Socialista⁹⁵ hizo que la UGT estuviera representada en el Congreso de los Diputados y en el Senado por un nutrido grupo de miembros del sindicato socialista, entre los cuales se encontraba Jerónimo Saavedra, uno de nuestros entrevistados. El Congreso fue para los diputados sindicalistas un espacio de socialización fundamental en la cultura política socialista de la Transición, recordada por ellos con emoción en la entrevista. Esos recuerdos de los entrevistados han quedado marcados por los discursos de los altos dirigentes del sindicato en el Parlamento. Son retazos de la memoria colectiva del sindicato especialmente visibles en sus narraciones sobre la transición democrática.

El camino de la dictadura a la democracia que siguió España ha sido objeto de múltiples análisis y mitificaciones que influyen sobre los discursos de los protagonistas de aquel período. La visión de la Transición que transmiten sus narraciones se ve muy influenciada por la memoria pública de este período histórico, pues la memoria individual se adapta a los relatos oficiales construidos por los propios partidos triunfantes en la Transición, convertidos en gestores de memoria. Esa memoria oficial se ha construido a partir de los testimonios orales y escritos de los “grandes actores” del cambio democrático y se basa en el supuesto análisis de las actuaciones personales de esos líderes. Se hablaba de la audacia de Adolfo Suárez, la sensatez de Santiago Carrillo, de Felipe González, Alfonso Guerra, etc. (García Cárcel, Ricardo).

Junto a este enfoque personalista centrado en los grandes hombres de la transición, otra de las mitificaciones más repetidas es la idea de la “excepcionalidad” del proceso de cambio democrático español, considerado un modelo a imitar por los países que intentaban salir de una dictadura.

Estas interpretaciones del pasado reciente se han transmitido a través de los medios de comunicación, en especial la televisión, por lo que han penetrado fácilmente en la sociedad civil. Según el relato dominante los actores principales de la transición fueron esos mismos líderes, junto al rey, mientras que se minimiza la influencia de otros aspectos como el desarrollo de los movimientos sociales, incluido el movimiento obrero, en la transición de la dictadura a la democracia. El desarrollo de una nueva cultura política ligada a estos movimientos sociales y a los medios de comunicación, que defendían los valores democráticos y criticaban el continuismo franquista fue otro factor decisivo para el cambio político, que no suele ser tenido en cuenta⁹⁶.

⁹⁴Según los datos de la UGT de Las Palmas en esa provincia pasó de tener 45 afiliados en su creación (mayo del 76) a 10.000 en 1977; en *Informe III Congreso Insular*, Las Palmas, 1978.

⁹⁵La afiliación a UGT era obligatoria para los miembros del PSOE.

⁹⁶Pradera, Javier, *La transición española y la democracia*, FCE, 2014 se refería a la importancia de los medios, el llamado “Parlamento de papel”.

Las entrevistas

En este análisis nos centramos en las historias de vida de dos dirigentes del sindicato UGT durante la transición, Jerónimo Saavedra y Anastasio Travieso. Ambos fueron entrevistados en el marco de un proyecto sobre la reconstrucción de la central socialista desde el final del franquismo hasta la consolidación de la democracia⁹⁷. Los protagonistas, originarios de Gran Canaria, son muy distintos en su procedencia social y en el papel que jugaron en el sindicato. El primero, J. Saavedra, pertenece a una familia acomodada, pudo estudiar la carrera de derecho en Madrid y ocupó importantes cargos públicos (diputado, presidente de la autonomía canaria, senador y ministro). Mientras que A. Travieso procede de una familia campesina, fue empleado de una empresa petrolera en el puerto, dirigente local del sindicato, ocupando cargos en la política local. Como dice metafóricamente Sandro Portelli (2011)⁹⁸, las historias de vida son algunas de las piezas de un mosaico que conforma la experiencia humana, parte de la cual podemos conocer a través de las historias de vida de estos dirigentes sindicales.

La memoria dota de sentido a los acontecimientos del pasado, vivido por el individuo o por un grupo o transmitido por otra persona. En este caso los protagonistas de las entrevistas recuerdan principalmente los acontecimientos vividos en el ámbito público y compartidos por los militantes del sindicato socialista. Nos hablan de su activo papel en la reconstrucción del sindicato a finales del franquismo y durante la transición democrática e incluso de su papel en el desarrollo de la legislación laboral española.

Las circunstancias en que se desarrolló este proyecto de investigación, encargado por la Fundación Largo Caballero, una institución vinculada a UGT, influyeron en el desarrollo de las entrevistas. El hecho de que el cuestionario estuviera centrado en la esfera pública, en el trabajo y la actividad sindical y política fue en detrimento de los aspectos de la vida privada, que ocupan poco espacio en la narración, si exceptuamos los recuerdos de la infancia y juventud.

A pesar de ello, en este tipo de entrevistas abiertas el sujeto escoge una identidad narrativa, que es reveladora de su yo individual y nos acerca más a la dimensión narrativa y personal de los hechos históricos, que es la más propia de la historia oral. Además, la forma de contar su historia es muy reveladora de su actitud en la entrevista; el entrevistado escoge un punto de vista, sea éste institucional, colectivo o personal, que puede ir combinando a lo largo del relato (Portelli, 1997).

Por otra parte, estos relatos orales refuerzan la identidad colectiva del sindicato socialista. A través de la rememoración personal en las historias de vida podemos conocer los rasgos de la cultura obrera ugetista durante la transición democrática, que es el objetivo de este texto. Como toda cultura política, estaba integrada por concepciones de la sociedad, la política, y el individuo, un conjunto de ideas y

⁹⁷Ver Aroca, Manuela (dir) *El sindicalismo socialista y la recuperación de la democracia (1970-1994)*, Madrid, Ed. Cinca, 2014.

⁹⁸Portelli, A. *They Say in Harlan County. An Oral History*, New York: Oxford University Press, 2011.

valores arraigados emocionalmente, tanto de forma subliminal como consciente, que el sujeto hace suyos (Sierra 2014).

El relato oral de Jerónimo Saavedra

Profesor universitario especialista en derecho del trabajo, fue uno de los artífices de la reconstrucción del sindicato socialista en la transición. En su historia de vida, desarrollada a lo largo de dos entrevistas, se auto-representa como uno de los actores del cambio de la dictadura a la democracia en el terreno sindical, mostrándose orgulloso de su papel de hombre de estado. Se trata de un personaje fundamentalmente público tanto en el pasado reciente (la transición) como en el presente. En el momento de la entrevista era el alcalde de la ciudad de Las Palmas de Gran Canaria, la principal ciudad del archipiélago y como tal nos recibió en su despacho oficial del Ayuntamiento, lo cual acentuaba la imagen de “hombre de estado” que quería transmitir. Para ello adoptaba en la narración un punto de vista institucional, usando la tercera persona; también aparece con frecuencia en el relato un yo colectivo, el “nosotros” con referencia al grupo socialista con el que se identifica. En contraposición, su narración oral no entra en cuestiones personales y transmite pocas emociones.

Su relato pormenorizado de las negociaciones, en los inicios de la transición, entre el gobierno de la UCD de Adolfo Suárez y los socialistas es muy interesante; evidencia cómo los socialistas y la oposición siguieron el camino del pacto y la negociación y no el de la ruptura con los partidos herederos del franquismo:

En septiembre de 1976 ya empezaron a estrecharse los contactos entre la Platajunta⁹⁹, a la que pertenecían los sindicatos también, y el Gobierno de Suárez, y a partir de ahí empieza el camino a la transición, que va a desembocar en el reconocimiento de la libertad de partidos, que permitirá al PSOE celebrar sus congresos en la primavera del 77.

Destaca en esta cita de la entrevista el uso del plural, “nosotros”, que indica una identificación con el Partido Socialista del que forma parte.

En las conversaciones con el Ministro, estaba Chaves, yo no sé si éramos tres o éramos dos. Hablamos con él y le dijimos que había que ir a la ratificación de los dos convenios de la Organización Internacional de Trabajo (...) España que presumía de ratificar más que ningún otro país los convenios de la OIT, la Organización Internacional de Trabajo, qué curioso que no había ratificado lo que es la sustancia en la que se apoya la libertad sindical, el derecho a la negociación colectiva y en consecuencia también a la presión sindical... Esos son los temas que en varias reuniones abordamos con un responsable de la organización vertical, y entonces es el momento de convocar el organismo representativo coordinador de UGT, Comisiones y USO, que convocamos

⁹⁹Era el organismo Coordinación Democrática que se constituyó en marzo de 1976, para agrupar a de las fuerzas políticas y sindicales

una huelga general en todo el país para reivindicar la libertad sindical, en noviembre, primera quincena de noviembre de 1976.

A través de su rememoración personal podemos conocer cómo se va conformando la cultura política del sindicato socialista en la transición. Entre estas concepciones, Saavedra destaca la idea de la “libertad sindical” que, según su relato, les distanciaba del otro sindicato mayoritario, las Comisiones Obreras:

Comisiones Obreras seguía mirando hacia el modelo portugués; la Revolución de los Claveles había dado paso a la ocupación de los edificios del corporativismo fascista o salazarista, a una entrada y llegada, pum, de repente aquí están todos estos nuestros, sindicato único que sustituía a otro sindicato único o pseudo-sindicato único. Y eso chocaba con la visión plural que el sindicalismo democrático siempre ha tenido y que la CIOSL de Bruselas siempre defendió, que la unidad puede ser a través de la libertad, pero no imponer la unidad sin respeto a la libertad sindical, y nuestro congreso insistió en ese momento de la transición, en que lo imprescindible era la libertad sindical. Yo creo que eso tuvo un gran impacto porque evitó riesgos que encontraba en sectores determinados del verticalismo franquista, eco, porque les preocupaba sobrevivir ellos. Eran gran aparato, lo que se denominaría luego la AISS (...).

Su relato expone con claridad cuáles eran esos otros valores propios del sindicalismo socialista que surgen en la transición y que les diferenciaban de sus “rivales”:

Frente al carácter radical, más de choque de Comisiones, UGT era un sindicato que tendía la mano, estaba disponible para negociar en mejores condiciones, de los trabajadores presionar si era necesario, pero no como cuestión previa a que estamos en conflicto y ahora vamos a sentarnos a hablar. Esa fue la diferencia fundamental. Y eso en las elecciones, dos años más tarde me parece, o tres años más tarde, ya supuso un cambio radical en las cifras de resultados. Y UGT terminará colocándose en cabeza en el número de delegados y miembros del Comité de Empresa elegidos ante esa imagen más moderna de disponibilidad para los grandes temas, abordarlos en una mesa de interlocutores sociales que da su fruto, hasta que se produce el 23 F.

Así se va conformando una cultura sindical con una “imagen mas moderna”, caracterizada por valores como la moderación, el pragmatismo, el consenso, el espíritu de pacto y negociación. Estas ideas dieron cohesión a los miembros del sindicato socialista en aquellos años y se reconocen ya como característicos de la transición a la democracia. Eran unos valores que se enfrentaban a las actitudes de confrontación propias de la cultura política del antifranquismo.

Desde las primeras elecciones de junio de 1977 Saavedra fue diputado por el PSOE, representando también a la UGT canaria en el Congreso. Sus aportaciones en las Cortes a la

elaboración de las nuevas leyes sindicales, propias de un país democrático, partieron de la redacción de la Constitución de 1978 y fueron especialmente relevantes. De la primera legislatura, él recordaba su defensa ante las Cortes del derecho de huelga sin limitaciones:

“En el debate final, en el Congreso de los Diputados del texto constitucional, 31 de octubre del 78, a mí me toca intervenir en relación con el derecho de huelga explicando el voto frente a las enmiendas y las pretensiones del Grupo Popular, el incipiente Grupo Popular, la Alianza se llamaba.

El se muestra orgulloso de su papel en las Cortes y en concreto de aquella defensa del derecho de huelga. Así lo expresaba a continuación:

Y de mi intervención que estaba en el Diario de Sesiones, se va a utilizar cuando hay el primer ejemplo de supuesta huelga política contra el Proyecto de Ley de Pensiones, de reforma de las pensiones en el año 85, que UGT y Comisiones convocan. Y frente a la posición de nuestros compañeros del partido que eso era una huelga política y que no era legítimo una huelga política, después de la primera sentencia del Tribunal Constitucional donde quedaba claro que prácticamente no existe huelga política sino que es una huelga subversiva de derribar el régimen, pues ahí se utilizó mucho mi intervención, me acuerdo en las radios...

El relato de la redacción y los debates dentro de la Comisión de Política Social y Empleo en torno a la elaboración del nuevo Estatuto de los Trabajadores de 1980 es bastante detallado, resaltando aquí también sus aportaciones personales desde el ámbito jurídico.

En contraste con ese estilo narrativo más impersonal, tenemos su narración de un acontecimiento fundamental, el intento de golpe de estado del 23 de febrero de 1981. Aunque breve, es el relato más emotivo de su experiencia política, por lo que se realiza en primera persona:

Y el 23 F fue un toque de atención para todos nosotros y los que estábamos allí, en mayor medida (...) Allí estaba yo sentado en el escaño. A mí me produjo la única depresión que yo he tenido en mi vida, en esas horas, 16 o 17, pues como no podíamos hablar durante muchas de ellas, yo hice un repaso de toda la historia de España, de en qué nos hemos equivocado esta vez, en la República es posible que nos hubiésemos equivocado, pero ahora, si ahora no se ha quemado nada, si ahora no se ha matado a nadie, el único problema era el de la ETA que estaba con muchísima actividad, un terrorismo disparado, pero la transición, todo el mundo ha admirado la tolerancia, la Constitución como resultado y que hubiese luego unos bárbaros que volviesen a los sistemas del siglo XIX, la historia tremenda de nuestro país, pues claro, a mí me pareció... yo me ponía de yo aquí no me quedo, me voy de profesor a Italia o a Austria que eran los idiomas lo que yo conocía por mi estancia en esos países y eso fue un impacto.

A continuación, retomando su argumentación analítica, volviendo al tono impersonal, destaca las consecuencias positivas que tuvo aquel intento de golpe de estado sobre la política sindical:

Eso tuvo su efecto porque la negociación ya no se planteará a nivel sólo de interlocutores sociales, sino también fueron a tres bandas, se incorpora el Gobierno, y es el ANE, el Acuerdo Nacional de Empleo el que se celebrará en el año 81, y ahí está Comisiones también, ¿por qué?, pues porque se ha dado cuenta de los riesgos, de la debilidad, de la fragilidad que tenía nuestra democracia en esos primeros años, y que había que ser racionales, defender lo importante y renunciar a cosas que no tenían tanta importancia. Y ahí se combinó esa renuncia, diríamos, de estrategia, más radical o menos radical, con los compromisos del Gobierno de abordar un plan de inversiones que contribuyera a mejorar la situación económica.

Sin embargo, desde otro punto de vista, el historiador Francisco Espinosa señala los efectos negativos de la intentona del 23F al afirmar que, tras el intento de golpe militar “el miedo paralizó a la sociedad española que tuvo que esperar, callada y sumisa, la resolución del conflicto y a que la izquierda asumiera los límites del proceso reformista” (Espinosa 2003). Desde hace unos años existe una enconada polémica en torno a la transición y su legado. Saavedra se alineaba con la teoría dominante sobre los acontecimientos de ese período que considera la política de pactos como uno de los principales valores de la transición (Javier Pradera, 2014).

Así defendía los pactos en el terreno sindical:

Sin embargo, pues hoy ya es difícil negar la existencia y la necesidad de acuerdo social a tres bandas permanente, haya buena situación económica, haya mala situación económica, y los grandes temas se abordan ahí, que obliguen al Gobierno a optar medidas legislativas en unos casos, y que obliguen también a señalar unos límites a la negociación colectiva.

El relato oral continúa con una explicación más concisa de su trayectoria política posterior hasta los años noventa.

Tras las elecciones del 82 me nombra el Grupo Parlamentario Presidente de la Comisión y Empleo y aprobamos la jornada, la modificación del Estatuto estableciendo la semana laboral en 40 horas, que venía desde la Segunda República en 48 horas, y cuando llega mayo del 83, yo tengo que renunciar al Congreso de Diputados porque soy diputado autonómico y salí Presidente de la Comunidad Autónoma Canaria desde el 83 al 87 y luego de nuevo en el 91 al 93”.

La entrevista finaliza contando uno de sus más relevantes nombramientos dentro del Partido Socialista, cuando “en el 90 me eligieron en el Congreso para la Ejecutiva Federal del partido. Estuve ahí desde el 90 al 96. En fin. Se acabó.”

El relato de Anastasio Travieso

Este entrevistado procede de una familia campesina humilde (de “clase media-baja”, dice él). Estudió perito mercantil y trabajó como administrativo en la empresa Shell de Las Palmas. Llegó a ser líder de la UGT en la Transición. La entrevista en una sesión única fue hecha como historia de vida; tuvo lugar en un despacho de la Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, en junio de 2012.

El tono de la entrevista fue más personal que el empleado por Saavedra, pues Travieso usaba en su relato la primera persona con bastante frecuencia. Casi al iniciarse la entrevista, se presenta como un “contestatorio”, jugando con el significado de su apellido, Travieso:

Yo siempre, además de ser mi apellido Travieso, siempre he sido muy inquieto, muy contestón... no contestatario, pero sí ¿Por qué es así? ¿Por qué tengo que hacer eso? ¿Pero por qué ocurre eso... dime por qué?... Siempre fui así. Me ha creado muchos problemas en mi vida. Cuando joven, inconscientemente, preguntar ‘por qué’ puede traer consecuencias y las tenía en algunas ocasiones: reprimendas, una torta de mi padre... pero en el trabajo yo era un hombre, no era un niño y sí preguntaba por qué, pero lo preguntaba de otra manera.

Esta forma de auto-representación como rebelde es común que aparezca en las narraciones personales de los miembros de las clases populares (Passerini 1984). Más adelante, casi al final de la entrevista, se autodefine como un hombre de principios cuando comenta “mi fama era de hombre duro, de hombre enérgico, de hombre autoritario, que lo puedo llegar a ser, pero cuando defiendo una idea, no es que imponga, no, cuando mis ideas son contrarias yo mantengo la mía y me voy, y eso lo hice siempre”.

Su historia de vida partía de un rechazo “al sistema” desde su juventud, fundamentado en algunas experiencias que le marcaron:

Tengo que dar un detalle que me acabo de acordar porque creo que fue lo que a mí interiormente me provocó un despertar en contra de aquel sistema, no políticamente consciente pero sí contrario. Yo estaba estudiando todavía, mi padre trabajaba en la empresa aquella de construcción; mi padre era un simple subalterno. Y un día hacen una reestructuración de personal y a mi padre lo dejaron en la calle. Aquello fue un drama en la casa... Yo aquello lo viví traumáticamente, me quedó grabado. Aquel edificio para mí, el Sindicato Vertical, era parte del Sistema, aquello no servía.

Pese de ese rechazo del sindicato oficial, patente en la frase final, su actividad laboral le llevó a la lucha sindical dentro de los cauces establecidos:

“Yo me presento por primera vez en mi vida a la elección como enlace sindical, luego había que presentarse entre los enlaces sindicales, un segundo escalón, los enlaces sindicales de cada categoría para buscar al Jurado de la empresa¹⁰⁰ y del Comité Provincial de la OSE”.

Como tantos otros sindicalistas en aquellos años, aproveché las escasas posibilidades que ofrecía del sistema como plataforma para la actividad sindical. Así llegó a ser el más alto cargo del Sindicato Vertical, al ser nombrado Presidente del Consejo Provincial de la CNS en Las Palmas. Como muchos otros sindicalistas no hicieron caso de la política oficial de la UGT que proclamaba el boicot a las elecciones sindicales oficiales¹⁰¹. Recuerda con emoción aquellos años de “infiltrado” en el sindicato vertical, cuando pertenecía ya al PSOE y al sindicato socialista; entonces, “el que se afiliaba al partido, tenía que afiliarse a la UGT (pero) el que se afiliaba a la UGT, no tenía que afiliarse al partido”.

No decíamos que éramos de la UGT, aunque corrían panfletos que decían “¿A dónde nos llevas Tito?” y Tito era yo. Mi nombre familiar es Tito. Entonces era: “Tito es un cripto-comunista, Tito es miembro del Partido Socialista, de la UGT, quiere hundir esto, no se qué”. Eso se repartía en panfletos. Y ocurría que en ocasiones, cuando había reuniones del Consejo, la gente se encontraba otros panfletos nuestros o El Socialista en la mesa del Consejo de Trabajadores. ¿Cómo lo conseguíamos? Logramos infiltrar como Responsable de Prensa del Sindicato Vertical a Jesús Montesinos, el periodista. Llegó un miembro del Partido y llegó a ser responsable de prensa (...).

Al narrar cómo se produjo uno de los hechos más significativos de la transición, el pasó de las estructuras del sindicato vertical franquista a la creación de la UGT en Las Palmas, Travieso enfatiza el carácter colectivo de esas acciones haciendo ese relato en plural. Según explicaba, esas decisiones las llevó a cabo con otros socialistas miembros del Consejo Provincial de la CNS y a la vez de la UGT clandestina, el año 1976:

Luego, el punto fue que un día decidimos marcharnos (del Sindicato) y decidimos que fuera un Primero de Mayo. Entonces proponemos una manifestación para el Primero de Mayo, sabiendo que no nos lo iban a permitir. Montamos el tinglado, salimos en la prensa y dimitimos en bloque. Con escritos a la prensa, en la prensa... Y se publicaban en “La Provincia”, en “El Diario”(…) Entonces nos reuníamos y llevamos eso, sabiendo y teniendo todo preparado para decir “Nos vamos, aquí no podemos seguir, salgamos ya a la calle y demos la cara.”Corríamos el riesgo de que aún no se había aprobado la Constitución... El presidente del Consejo y todos los vocales que eran de la UGT y nos fuimos a este local en San Bernardo con el nombre de una Fundación porque UGT no era

¹⁰⁰Los Jurados de Empresas estaban compuestos por el presidente (propietario de la empresa o gerente) y los vocales, representando a los trabajadores. Desde 1958 participaban en la negociación de los convenios colectivos: www.archivoshistoricos.ccoo.es

¹⁰¹Sobre este tema ver Domínguez, Pilar, “La reconstrucción de UGT en Andalucía, del franquismo a la transición”, en Soto y Aroca (dirs), *Los sindicatos de la dictadura a la democracia (1938-1994)*, Madrid, UAM, 2012.

legal. Se toleraba y se permitía, hasta que llegó el Congreso de UGT en Cuatro Caminos (Madrid) que estaba Fraga de Ministro del Interior, no sé si era todavía de Gobernación pero era tolerado.

A partir de entonces dimitieron todos los cargos directivos del Consejo Provincial de la CNS, empezando por él mismo. Como miembro clandestino del sindicato socialista, Travieso pasó a ser su Secretario General y uno de los fundadores de la nueva UGT de Gran Canaria, la cual celebró su Primer Congreso en Las Palmas en mayo de 1976, consiguiendo una afiliación considerable al poco tiempo (Informe Congreso Insular, 1978). La mayor parte de la entrevista se centra en este primer período de desarrollo de la UGT, más agradable de recordar para él, dado el protagonismo que tuvo en esos acontecimientos.

Posteriormente, en Canarias, el triunfo aplastante de la Unión de Centro Democrático, el partido del presidente de gobierno de Adolfo Suárez, en las primeras elecciones generales (1977) no permitió una amplia representación del Partido Socialista Canario en el Parlamento (un sólo diputado por cada provincia). No obstante, los sindicalistas sí pudieron ocupar puestos relevantes en las instituciones autonómicas, como el Cabildo Insular de Gran Canaria, donde Travieso fue consejero.

Pese a haber ocupado varios cargos políticos de relevancia en Canarias, su relato no se detiene apenas en esa etapa de su vida, contrastando con la extensión que le dedicaba Saavedra a narrar sus experiencias políticas. Travieso se auto-representa como un honrado trabajador y no un profesional de la política:

Los gastos personales me los pagaba de mi bolsillo. Yo nunca pasé una factura a la UGT. Ni de un café, de nada, no cobré nunca nada de la UGT [énfasis]. Mi mujer no se enteraba que yo pagaba de mi bolsillo el avión. Me iba por la noche y a las 8 de la mañana estaba en mi trabajo trabajando. Y para sacarlo adelante me iba el sábado y el domingo a trabajar para sacar el trabajo adelante. No me podían decir que el enlace sindical no cumple con su trabajo y porque yo tenía que vivir y mi familia también. Yo no quería vivir de la política y de ahí que la política la dejé hace unos años. Me presenté a unas elecciones en el número dos al Parlamento y al Cabildo y salió solo Jerónimo Saavedra al Parlamento y yo al Cabildo y dimité del Cabildo por el tema de la Universidad.

Aunque ocupó importantes puestos durante la transición, recalca que no quiso vivir de la política. Quizás el poco prestigio que tiene la actividad política en la sociedad española actual pudo influir en sus palabras:

Yo siempre defendí, y aquello era un debate interno dentro del partido, que un hombre un puesto, una persona no puede ser consejero del Cabildo, senador del Reino, secretario general del partido... ¡No!, usted no puede dedicarse a todo, usted dedíquese a una cosa en cuerpo y alma, y yo siempre

defendí eso, y consecuente con eso, dimití, y me fui a mi casa, y me fui a trabajar, que fue cuando ya me había olvidado... me había decidido a abandonar la política y todo. Y fue cuando luego más tarde me llamaron, no sé si tres años después, y luego me llamaron en el 83 creo que fue, para que me hiciera cargo de la gerencia de Emalsa, de ahí al año me nombraron para presidente del puerto, donde hubo tela, ahí están los periódicos, unos follones tremendos, con la reforma del gobierno de Felipe González, con la reforma de los puertos, muy duro, y luego a la Delegación del Gobierno seis años. Y cuando salí de ahí, ya abandoné la política, y completo.

(P): O sea que luego sí que estuvo en la política...

(T): Muy dura, pero además muy dura, yo siempre dije que yo siempre fui del batallón, de un batallón de maniobra del partido, que me decían por teléfono de una manera... "ponte el casco y coges el fusil" y me tiraban en paracaídas en un terreno minado, "y ahí arréglatelas".

Esa última reflexión acerca de su dura experiencia en la política, como miembro del PSOE, denota una cierta desafección del colectivo socialista, con el cual se había sentido tan identificado durante años anteriores. Quizás el contexto de la entrevista hizo que no mostrara con más claridad las causas de ese malestar.

Como vemos aquí, estas experiencias políticas significaron la asunción de nuevas ideas y valores que conformaban la cultura política socialista de la transición. A cambio irrumpen los razonamientos y valores compartidos entonces por los líderes de la UGT, que les daban cohesión como miembros del sindicato y del Partido Socialista.

A lo largo de los dos relatos orales analizados se aprecia cómo sus narraciones se adecúan a determinadas formas de representación. Algunos sindicalistas - como es el caso de Anastasio Travieso - se identifican con frecuencia con el estereotipo de "rebelde" y de hombre que va "a contracorriente". Sin embargo el otro entrevistado, Jerónimo Saavedra, adopta un tono institucional en la mayor parte de la entrevista, que se corresponde con su papel de "hombre de estado", orgulloso de su labor política durante los años de la Transición.

La actividad política y sindical es el eje temático de sus historias de vida y el espacio donde se sitúan los conflictos sociales principales que aparecen en las narraciones orales. La cultura política socialista que surge en los inicios de la Transición fue conformando una identidad colectiva en los líderes sindicales que ha dado cohesión al sindicato. Una cultura caracterizada en aquellos años por valores como la moderación, el pragmatismo y los pactos en las relaciones laborales entre trabajadores y empresarios. Esas concepciones de la política fueron interiorizadas por los entrevistados en aquellos años, aunque sus narraciones muestran diferentes actitudes. Mientras que aquellos que continuaron con responsabilidades políticas, como Saavedra, se sienten totalmente identificados con esa memoria colectiva del sindicato, otros, como Travieso, fueron tomando con el tiempo una actitud más crítica hacia la política socialista y sus dirigentes.

Entrevistas consultadas

-Entrevista a Jerónimo Saavedra (Las Palmas, 1936), realizada en Las Palmas, 18 de febrero y 4 de marzo de 2009. Archivo Oral de la Fundación Largo Caballero, Madrid, AFLC. Realizada por Pilar Domínguez

-Entrevista a Anastasio Travieso (Las Palmas, 1942), realizada en Las Palmas, 22 junio de 2012. Archivo Oral de la Fundación Largo Caballero, Madrid, AFLC. Realizada por Pilar Domínguez

Bibliografía

AROCA, Manuela (dir), (2014), *El sindicalismo socialista y la recuperación de la democracia (1970-1994)*, Madrid: Ed. Cinca.

CAZORLA, José, (2010), *Fear and Progress. Ordinary Lives in Franco's Spain (1939-1975)*, Oxford: Wiley-Blackwell.

DOMÍNGUEZ, Pilar, (2012), "La reconstrucción de UGT en Andalucía, del franquismo a la transición", en Soto, A. y Aroca, M. (dirs), *Los sindicatos de la dictadura a la democracia (1938-1994)*, Madrid: UAM.

PASSERINI, Luisa, (1984), *Torino operaria e fascismo*, Roma: Laterza.

PORTELLI, Alessandro, (1997), "There's Gonna Always be a Line", en *The Battle of Valle Giulia. Oral History and the Art of Dialogue*, Madison, pp.24-39.

PORTELLI, Alessandro, (2011), *They say in Harlan County. An Oral History*, New York: Oxford, Univ. Press.

PRADERA, Javier, (2014), *La transición española y la democracia*. Madrid: FCE.

ROMEO, María Cruz, SIERRA, María (coords.), (2014), *La España liberal 1833-1874. Historia de las culturas políticas en España y Latinoamérica*, vol. 2. Madrid: Marcial Pons.

VEGA, Rubén, (2011), *Historia de la UGT. La reconstrucción del sindicalismo en democracia, 1976-1994*. Madrid: Siglo XXI.

Informe

ESPINOSA, Francisco, "La investigación del pasado reciente: un combate por la historia". [<http://biblioteca2.uclm.es/biblioteca/ceclm/websCECLM/transición>. Consultado el 15/3/2015].

GARCÍA CÁRCEL, Ricardo, "Memoria histórica en la transición política española" [[http://ubedu/pdf/memoria histórica](http://ubedu/pdf/memoria%20hist%C3%B3rica). Consultado el 5/11/2014].

O 25 DE ABRIL, A MARINHA E UMA REDE CLANDESTINA.

Luísa Tiago de Oliveira.

CIES – ISCTE /IUL

1. Introdução

Deve-se aos militares, anteriormente envolvidos numa prolongada guerra colonial, o acto inicial de libertação que foi o dia 25 de Abril de 1974. Na conjuntura revolucionária subsequente, desempenharam também indiscutível papel em órgãos de poder (como a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado, o “Conselho dos Vinte” e o Conselho da Revolução), na resposta a solicitações e problemas da sociedade civil dada a paralisia das forças policiais e militarizadas, nas Campanhas de Dinamização Cultural, e na Descolonização, para citar alguns exemplos relevantes¹⁰².

Como é sabido, o golpe do Movimento das Forças Armadas (MFA), também conhecido na sua fase inicial pelo nome de “Movimento dos Capitães”, assentou nos oficiais de baixa patente do Exército¹⁰³. Mas agora interessa sobretudo ressaltar que a conspiração e o grosso da acção do dia 25 de Abril foram obra sobretudo de um dos ramos militares, o Exército, enquanto os outros, a Força Aérea e a Marinha, tiveram escassa participação operacional¹⁰⁴.

No caso da Marinha, contrasta a modéstia do seu lugar na conspiração e no próprio golpe com o seu forte papel no período revolucionário posterior (1974-76). Concretamente, oficiais de Marinha desempenham cargos cruciais: na referida Junta de Salvação Nacional, Conselho de Estado, “Conselho dos Vinte” e Conselho da Revolução; nos Governos Provisórios, incluindo um Primeiro-Ministro; como Altos-comissários (em Angola, Moçambique e Cabo Verde); no Serviço Director e Coordenador da Informação, dependente do Conselho da Revolução; na 5ª Divisão do Estado Maior General das Forças Armadas e nas já mencionadas Campanhas de Dinamização Cultural; e como delegados do MFA em numerosas empresas e Ministérios.

¹⁰²A título de exemplo, ver respectivamente: TÍSCAR SANTIAGO, Maria José, 2012, *O 25 de Abril e o Conselho de Estado. A questão das Actas*, Lisboa, Edições Colibri; REZOLA, Maria Inácia, 2006, *Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*, Lisboa, Campo da Comunicação; PALÁCIOS CEREZALES, Diego, 2003, *O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa (1974-1975)*, Imprensa de Ciências Sociais; DURAN MUÑOZ, Rafael, 1997, *Acciones Colectivas y Transiciones a la Democracia. España y Portugal, 1974-1977*, Madrid, Centro de Estudios Avanzados en Ciencias Sociales; ALMEIDA, Sónia Vespeira de, 2009, *Camponeses, Cultura e Revolução. As Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do M. F. A. (1974-1975)*, Lisboa, Colibri; FARIA, Ana Mouta & MARTINS, Jorge, 2014, *Voices de Abril na Descolonização*, Lisboa, CEHC-IUL; DUARTE, Rui de Brito Camacho, 2010, *Os Militares Portugueses na Guiné-Bissau, da Contestação à Descolonização*, dissertação de mestrado, Lisboa, ISCTE-IUL; MACQUEEN, Norrie, 1998, *A Descolonização na África Portuguesa*, Mem Martins, Editorial Inquérito; PEZARAT CORREIA, Pedro, 1991, *Descolonização de Angola. A Jóia da Coroa do Império Português*, Mem Martins, Editorial Inquérito.

¹⁰³Como mostram Aniceto Afonso e Manuel Braz da Costa, dos participantes no golpe recenseados pelos autores, 52% tinham o posto de capitão e 29% eram maiores - AFONSO, Aniceto, 2014, “Caracterização sociológica do Movimento dos Capitães (Exército)”, in Luísa Tiago de Oliveira (Org.), *Militares e Política: o 25 de Abril*, [Setúbal], Estuário, p. 21-39; AFONSO, Aniceto & COSTA, Manuel Braz da, 1985, “Subsídios para a caracterização sociológica do Movimento dos Capitães - Exército”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 15/16/17, p. 97-122.

¹⁰⁴Ver artigos de Aniceto AFONSO, Pedro LAURET e Luís Alves de FRAGA in Oliveira (Org.) 2014.

Este contraste evidente entre o lugar dos oficiais da Armada antes e depois do 25 de Abril parece ser paradoxal.

O artigo “O 25 de Abril, a Marinha e uma rede clandestina” resulta de uma investigação mais vasta sobre a estruturação, percurso e papel de uma organização política de militares (oficiais de Marinha), num contexto de transição para a democracia por via revolucionária. Esta organização política desaguou naquilo que, no Portugal de 1974-76, se chamou “MFA da Marinha”. Porém, os oficiais daquela organização representam apenas uma parte, ainda que com importância preponderante, do “MFA da Marinha”. Tal facto decorre não só do MFA ter vindo a incluir os outros corpos profissionais (sargentos, praças) mas também de mais sensibilidades políticas integrarem o MFA - num período caracterizado aliás por uma certa indiferenciação entre MFA e Forças Armadas, como é próprio numa época de transição e como até é conveniente para um certo apaziguamento e o melhor fluir dos acontecimentos¹⁰⁵.

A acção de uma Organização Clandestina de Oficiais da Armada foi recentemente analisada por Pedro Lauret, na senda de texto de Martins Guerreiro, autores que foram também personalidades do MFA da Marinha¹⁰⁶. E o paradoxo do excesso de fardas azuis no processo revolucionário comparado com a sua modéstia na preparação do golpe e no próprio dia 25, há pouco referido, foi notado não só pelos coevos como pelo historiador Sánchez Cervelló, que propôs como explicação a existência desta Organização Clandestina de Oficiais da Armada, ligada ao PCP, com uma estratégia clara e discreta, que não quis arriscar a sua organização face a um Movimento dos Capitães de que desconfiava inicialmente, enquanto depois do 25 de Abril procurou intervir no processo¹⁰⁷. Acrescente-se que, para além do facto de os comunistas se preocuparem fortemente com a correlação de forças, nas entrelinhas de Sánchez Cervelló pode ler-se que aquelas duas posições (“neutralidade activa” primeiro, e forte intervenção depois) são compatíveis e se podem compreender atendendo ao objectivo maior de salvaguarda desta Organização; na conclusão do seu artigo, afirma mesmo que esta Organização controlou a Armada e conseguiu que esta tivesse uma posição institucional afim à do PCP.

Neste artigo, tentar-se-á situar o que foi esta Organização Clandestina de Oficiais da Armada, que papel teve na conspiração, no dia 25 e dias imediatos, deixando o período 74-76 para outras comunicações e textos.

2. Percursos marinhos

A estruturação de uma Organização Clandestina de Oficiais da Armada

Com uma aura liberal e republicana que vem do 5 de Outubro, gente da Marinha, de facto, interveio politicamente na Primeira República, agindo em acções pontuais e participando em revoltas e golpes, que

¹⁰⁵Veja-se o envolvimento de outras classes da Marinha no MFA por exemplo em: PINHEIRO, Vaza, 1999, *579 Dias de Revolução: Retrato de uma Época*, Porto, Campo das Letras; BOTO, José (Coord.), 2014, *A Revolução de Abril. Praças da Armada*, Lisboa, Edições Colibri. A indiferenciação entre MFA e Forças Armadas é analisada em AFONSO, 2014 in Oliveira (Org.) 2014.

¹⁰⁶LAURET, Pedro, 2014-a, “A Marinha e o dia 25 de Abril de 1974” in Oliveira (Org.), 2014, p. 40-53; artigos de Pedro LAURET na obra *Os Anos de Abril*, 8 volumes, Aveleda, Verso da História; e GUERREIRO, Martins, 1994, “O 25 de Abril e o Movimento da Marinha”, in *Anais do Clube Militar Naval*, Vol. CXXIV, Janeiro-Março, p. 9-17.

¹⁰⁷SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep, 1999, “La Marina Portuguesa en el epicentro de la conspiración contra la dictadura (1967-1974)”, in *Los Fines de Siglo en España e Portugal*, Jaén, Universidad de Jaén.

levaram a mudanças no poder político. Esta prática foi depois mitigada pela Noite Sangrenta (1921) e, já num novo quadro político ditatorial, seriamente interrompida pela repressão da revolta dos marinheiros de 1936¹⁰⁸.

Apesar de posteriormente as suas intervenções na vida política durante o Estado Novo terem sido mínimas, esta imagem da Marinha à esquerda manteve-se. Na realidade, a tradição anterior, as viagens e o relacionamento internacional, bem como a modernização técnica com todas as suas implicações no pós-Segunda Guerra Mundial, criaram um clima favorável à estruturação e consolidação de atitudes e comportamentos abertos ou mesmo críticos face ao regime do Estado Novo.

Os oficiais de Marinha lembram frequentemente a liberdade vivida nas câmaras dos oficiais: assim, por exemplo, na fragata *Diogo Gomes*, a *Guernica* de Picasso, emoldurada, decorava uma das paredes da respectiva câmara. No mesmo sentido, as bibliotecas de bordo incluíam literatura crítica, com destaque para os neo-realistas portugueses, a literatura realista americana e autores russos, obras também presentes em muitas bibliotecas oposicionistas¹⁰⁹.

É neste quadro, com uma socialização de maior ou menor afastamento face ao regime, que se vão estruturar redes de oposição explícita que vêm mesmo a resultar numa Organização Clandestina de Oficiais da Armada.

Assim, a partir de 1967, alguns oficiais de Marinha procuram um espaço até certo ponto “abrigado”, por estar longe da corporação, para se reunir. Foi assim que, no Ateneu Comercial de Lisboa, discutiram vários problemas sociais, por vezes com convidados civis especializados nas matérias em debate.

Mas as movimentações também chegaram ao Clube Militar Naval, associação de inscrição voluntária de oficiais de Marinha, com um estatuto independente das estruturas militares, criada em 1866.

Caso invulgar na sua longa história, em 1968, surgem duas listas candidatas aos corpos dirigentes do Clube Militar Naval, sendo derrotada a lista patrocinada por Henrique Tenreiro, almirante que comandava a Brigada Naval da Legião Portuguesa, membro dos dois órgãos do poder legislativo no Estado Novo (deputado à Assembleia Nacional e procurador da Câmara Corporativa), e muito envolvido em actividades comerciais. Nos anos seguintes, gente aberta dirigia o Clube, não obstante os órgãos dirigentes nem sempre terem sancionado algumas reivindicações mais radicais. Em 1970, formou-se uma Comissão Cultural responsável por um sem-fim de debates sobre os mais variados temas profissionais, económicos, sociais, culturais e de actualidade. Nesse ano, oficiais criaram um colorido “jornal de parede” com os mais diversos recortes de periódicos, anúncios de livros, filmes, exposições, peças de teatro, e cheio de comentários manuscritos, tendo este jornal mural em vetusta casa causado melindres, sendo interrompido no seu nº 2. Mas os debates continuaram com muita participação e vivacidade. Entre 1970 e 1974, gente como Urbano Tavares Rodrigues, João Bénard da Costa, António Pedro de Vasconcelos, Maria Lamas, Isabel da Nóbrega, Sérgio Ribeiro e Armando Castro proferiram palestras e animaram

¹⁰⁸FREIRE, João, 2010, *A Marinha e o Poder Político em Portugal no Século XX*, Lisboa, Colibri; FREIRE, João, 2003, *Homens em Fundo Azul Marinho*, Oeiras, Celta Editora.

¹⁰⁹Ver uma lista de livros orientadora da formação de bibliotecas em: LAURET, Pedro, 2014-a, “A Marinha e o dia 25 de Abril de 1974” in Oliveira (Org), 2014, p. 49.

debates assim como Alfredo de Sousa aí leccionou um curso de Economia. De algum modo, esta apostar no Clube Militar Naval poderá ter representado uma certa procura de protecção numa instituição respeitável, agora que o grupo era maior, para além de permitir alargar a área de influência da Organização Clandestina de Oficiais da Armada.

Outro campo de actuação se desenhou. Em 1971, oficiais começam a ministrar cursos liceais a praças nas próprias instalações do Ministério da Marinha, assim como na Margem Sul, na sequência do que já tinha sido feito pontualmente em navios em longas comissões. Esta iniciativa partilha duma visão da cultura (e da instrução) como rimando com politização, abrindo espaços de diálogo com outras classes e a possibilidade de debates. Nesses anos, aliás, a cultura e política articulavam-se (e nos dois sentidos) no activismo estudantil, sindical e nos círculos de sociabilidade oposicionista.

Também a partir de 1971, a Organização Clandestina de Oficiais da Armada promoveu a organização dos oficiais no chamado “Movimento dos Cursos”, um movimento associativo “para-sindical”. Apoiando-se nas actividades habituais de confraternização entre camaradas, cada curso da Escola Naval constituiu uma Comissão de Curso que se articulava com as outras comissões dos outros cursos. Deste modo, chegaram a existir 10 Comissões de Cursos, as quais editavam boletins, reuniam e organizavam actividades, abrangendo os oficiais formados na Escola Naval de 1958 a 1972. Formaram-se comissões inter-cursos e comissões específicas a fim de tratar de assuntos profissionais e sociais. Em 1972, o Ministro da Marinha acabou por proibir este Movimento dos Cursos, embora não tenha exercido represálias sobre os seus dirigentes. No livro que escreveu após o 25 de Abril, também Marcello Caetano se queixou do Movimento dos Cursos, sintoma da contaminação pela “democracia e socialismo” e pela “aversão à guerra” de uma “pequena corporação com um corpo de oficiais que [até 1961] se distinguiu pela cultura, pelo aprumo e pela disciplina e onde todos se conheciam”¹¹⁰.

A própria Escola Naval viu surgir no seu seio actividades abertamente contestatárias. Em dias festivos, que permitiam alguma transgressão, como as comemorações da véspera do juramento de bandeira, os cadetes em despedida da Escola envolveram-se em brincadeiras mais ousadas contra figuras do regime e da corporação (1971). Mas os comportamentos críticos já tinham acontecido noutros momentos do calendário, agora nacional, como campanhas eleitorais. Foi o caso das eleições de 1969 para a Assembleia Nacional, em que os cadetes afixaram na Sala dos Alunos propaganda da CDE; tendo esta sido retirada por ordem superior, assinaram uma carta à direcção, manifestando que não estavam interessados em ter como leitura, na mesma sala de Alunos, o jornal *Diário da Manhã*, que entendiam como propaganda do regime, pelo que solicitavam o cancelamento da sua assinatura. Nas mesmas eleições, os cadetes da Escola Naval organizaram-se, recolheram fundos e entregaram-nos à CDE (Comissão Democrática Eleitoral), intitulando-se o “sector X”, e à CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática). Os cadetes efectuaram mesmo reuniões entre si para discutir a guerra colonial.

¹¹⁰CAETANO, Marcello, [1975], *Depoimento*, Rio de Janeiro/S. Paulo, Record, p. 177-178.

A participação em manobras internacionais, a necessidade de ir buscar e reparar navios, bem como de formar quadros, levou a visitas e estadias prolongadas fora de Portugal, podendo os marinheiros observar o quotidiano de países democráticos, com liberdade de imprensa, de reunião e de associação. Por vezes, sentiam uma hostilidade muda da parte dos estrangeiros, homens e mulheres. Em algumas ocasiões, depararam mesmo com manifestações contra o regime e o colonialismo português, o que não os podia deixar indiferentes. Experiência marcante, homens da Armada estavam em França em Maio de 1968 e, deste modo, trouxeram nova bagagem cultural e mesmo material. Livros cruzavam as fronteiras, os *Cadernos de Circunstância* chegaram a ser transportados por um submarino português de França para Portugal.

Nestes anos, esta oposição crescente ao regime fez-se sentir em acções contra casos precisos de perseguição. Como, por exemplo, na solidariedade com Ferraz Nunes devido à sua ida a Conselho Superior de Disciplina da Armada em 1972 por, dois anos antes, ter publicado um artigo em que questionava a guerra no jornal *Tridente*, dos alunos da Escola Naval. Ou, no mesmo ano, num abaixo-assinado, com assinaturas vindas inclusivamente das colónias, contra a entrada da PIDE na casa do oficial Miguel Judas, que foi revistada, supostamente à procura de um irmão, envolvido em actividades contra o regime¹¹¹. Ou ainda, em 1973, num abaixo-assinado com 312 assinaturas contra maus-tratos da polícia a “militares da Armada”¹¹².

Neste quadro, não é de espantar que mais de uma dezena de oficiais e cadetes tenham assistido, clandestina ou pelo menos discretamente, ao Congresso da Oposição Democrática de Aveiro, em Abril de 1973. E que dizer da distribuição de trinta e cinco *Avantes*, entre os oficiais de Marinha, lidos por mais do dobro das pessoas, sendo que a organização comunista dos oficiais deste Ramo não chegaria a uma dezena de militantes¹¹³?

Mesmo deixando de lado, por momentos, a organização comunista dos oficiais de Marinha, todos os exemplos dados evidenciam vários níveis de actuação, como o legal (nas aulas a praças e no Clube Militar Naval) e o semi-legal (Movimento dos Cursos), deixando ainda supor um núcleo clandestino.

De facto, em 1970, um pouco mais de 30 oficiais da Armada, liderados por Martins Guerreiro, Almada Contreiras e Miguel Judas, fundam uma Organização, a que nunca deram nome, talvez por precaução, para que não pudesse ser nomeada e, como tal, mais facilmente navegasse num mar adverso. Alguns pensaram em chamar-lhe ORA (Organização Revolucionária da Armada) mas, evocando este nome a congénere dos anos 30, acabaram por deixá-la sem nome, referindo-se-lhe apenas como “a Organização”. Chamemos-lhe nós Organização Clandestina de Oficiais da Armada.

Actuando em vários campos, estamos perante uma Organização com uma lógica e órgãos concêntricos: a Comissão Coordenadora, a Organização propriamente dita, e uma área de influência

¹¹¹GUERREIRO, 1994, p.12; SÁNCHEZ CERVELLÓ, 1999, p. 308.

¹¹²Arquivo Particular Martins Guerreiro, “Senhor Ministro da Marinha, Excelência”, Lisboa, 24/10/1973.

¹¹³Testemunho de Miguel Judas, 22/12/2008.

mais larga entre os oficiais da Armada. Esta organização estruturou-se por zonas de residência e, a partir de 1973, por unidades navais.

O seu modelo de acção permitiu criar redes alargadas, accionáveis a vários níveis, alguns dos quais com participação familiar - como no caso das actividades no Clube Militar Naval, de acções das Comissões de Curso ou até mesmo na ida colectiva ao Congresso de Aveiro. Mulheres de oficiais contribuíam também, traduzindo textos de apoio para sessões culturais, em que participavam, transportando materiais, discutindo a situação económico-social dos oficiais e a necessidade de creches e educação pré-escolar, por exemplo. Construam-se redes sociais e, através do alargamento às famílias, dos convites a personalidades externas para dinamizar sessões no Clube Militar Naval, da observação da vida estudantil por um número elevado de oficiais que frequentavam cursos universitários, estruturavam-se redes de sociabilidade, afinidades e suporte, que ultrapassavam o mundo militar.

A Marinha na conspiração

Formado no Verão de 1973, o Movimento dos Capitães, depois Movimento dos Oficiais das Forças Armadas, finalmente Movimento das Forças Armadas (MFA), foi desde cedo acompanhado por oficiais de Marinha.

A notícia da movimentação contestatária no Exército surgiu através de Costa Correia e Lima Bacelar. Logo em Outubro de 1973, alguns oficiais de Marinha (para além de Costa Correia, Almada Contreiras, Pedro Lauret e Vidal Pinho) participaram numa reunião como observadores. A esta, muitas outras reuniões de conspiração se seguiram, tendo estes oficiais estado presentes em bastantes, que acompanhavam como observadores. Convictos da sua Organização, não a quiseram arriscar com uma participação mais intensa numa conspiração de crescimento rápido, mas sobre cujo sentido político tinham dúvidas, nomeadamente quando se discutiam problemas como o dos “Chefes”, o do “Ultramar” e pouco se debatia o que se iria fazer depois da mudança.

Começando-se a falar de um golpe nas reuniões conspiratórias do final de 1973, a Organização Clandestina de Oficiais da Armada optou por centrar a sua acção na tentativa de que houvesse um programa político. Entretanto, os conspiradores do Exército encarregaram Melo Antunes, Costa Braz, José Maria Azevedo e Rodrigo Sousa e Castro de redigir um Programa, o que não resultou de imediato. Sigilosamente Melo Antunes reuniu com Almada Contreiras e Martins Guerreiro e elaborou um projecto de Programa. Apresentado por Melo Antunes, o projecto inicial do Programa foi sujeito a discussão e transformado em grupos de trabalho em que Vítor Alves, Franco Charais, Costa Braz, Hugo dos Santos, por vezes Oteló Saraiva de Carvalho, Vítor Crespo, Almada Contreiras, Pedro Lauret, Vidal Pinho e Simões Teles foram personagens relevantes. Vítor Alves encaminhou os sucessivos esboços para o general Spínola que os comentou, levando a alterações. Quando, a 22 de Março, Melo Antunes, o autor principal do Projecto inicial do Programa do MFA, partiu para os Açores, passou a Almada Contreiras os

seus contactos oposicionistas na imprensa, na pessoa de Álvaro Guerra, e teve de deixar a comissão de redacção do Programa, o qual será trabalhado até quase ao dia do golpe¹¹⁴.

Em certos momentos, oficiais envolvidos no Movimento verificaram a compatibilidade entre os rascunhos do Programa, por um lado, e, por outro, as Conclusões do Congresso da Oposição Democrática de Aveiro assim como contactaram forças de Oposição para, em termos muito gerais, aferirem da bondade dos seus propósitos.

Um Programa político integrou, assim, a bagagem do 25 de Abril.

Quer a versão do Programa de 25 de Abril quer a de 26, que o modificou, adiante abordadas, contêm 10 artigos, distribuídos por um grupo de Medidas Imediatas (2 artigos) e Medidas a Curto Prazo (8 artigos), muitas vezes com subdivisões, antecidos por um Preâmbulo e terminando com Considerações Finais.

De ambos as versões do Programa, constam o corte com o regime anterior, cujos órgãos legislativos e executivos são demitidos, criando uma Junta de Salvação Nacional, devendo formar-se um Governo de civis identificados com o Programa em 3 semanas e ser eleita uma Assembleia Constituinte no prazo máximo de 12 meses, devendo terminar os órgãos transitórios logo que a normalização democrática prevista estivesse concluída. São definidas questões urgentes de reorganização política e administrativa, termina-se com instituições repressivas, e afirmam-se as liberdades de reunião, associação, expressão, a liberdade sindical, a defesa da independência do poder judicial, uma nova política económica e social ao serviço dos portugueses, em especial dos “mais desfavorecidos”, o que implicaria “uma estratégia anti-monopolista”, e uma “política ultramarina” que conduzisse à paz, terminando com uma guerra cuja solução era “política e não militar”.

Com o Programa do MFA, em qualquer das suas versões, redefinem-se pois questões de organização política, acaba-se com estruturas repressivas, sublinham-se princípios de democratização (apesar de não serem imediatamente permitidos “partidos” mas apenas “associações políticas” e apesar de só uma vez ser referida a “via democrática”), refere-se uma nova política económica e social com uma dimensão antimonopolista, e pretende-se o fim da Guerra.

Mais tarde conhecido como o Programa dos 3 Ds (de Democratizar, Desenvolver e Descolonizar), o Programa é bem compatível com as Conclusões finais do Congresso da Oposição Democrática de Aveiro, que definem como objectivos imediatos, pelos quais lutar, “a conquista das liberdades democráticas”, “a luta contra o poder absoluto do grande capital monopolista”, e “o fim da guerra colonial”, não se esquecendo o objectivo final da “conquista do socialismo”¹¹⁵.

¹¹⁴REZOLA, Inácia, 2012, *Melo Antunes: Uma Biografia Política*, Âncora Editora; LAURET, Pedro, 2014-b, “A Componente Política do MFA”, in PedroLauret, *Os Anos de Abril, volume 3 - A conspiração do MFA*, Aveleda, Verso da História, p. 34-44; Testemunho oral de Manuel Martins Guerreiro, 2009.

¹¹⁵Os títulos “Democratizar”, “Desenvolver”, “Socializar” e “Descolonizar” aparecem, sim, na tese de José Medeiros Ferreira enviada ao Congresso da Oposição Democrática de Aveiro, abrindo caminho à imagem comunicacional dos 3Ds. O Programa do MFA herdou esta linguagem comunicacional, quando começou a ser difundido pelo país. Sobre a tese de José Medeiros Ferreira, ver: FERREIRA, José Medeiros, 1974, “Da necessidade de um plano para a nação” in *3º Congresso da Oposição Democrática: Teses 8ª Secção*, Lisboa, Seara Nova. Sobre as conclusões gerais do Congresso de Aveiro, ver: *III Congresso da Oposição Democrática: Conclusões*, 1973, Lisboa, Seara Nova.

Uma das reuniões conspirativas decisivas ocorreu a 5 de Março e nela participaram 165 oficiais do Exército, 29 da Força Aérea e 3 da Marinha como observadores (Costa Correia, Almada Contreiras, Vidal Pinho). A Marinha era apenas observadora participante pois a Organização Clandestina de Oficiais da Armada optara por manter aquilo que designou por “neutralidade activa”, isto é, a decisão de não participar no golpe mas também não defender o regime. Sendo defendida sobretudo pelos mais jovens e pelos comunistas, a posição era maioritária mas não unânime; dela divergiu, por exemplo, Almada Contreiras.

Continuando a conspiração e havendo várias transferências compulsivas de oficiais do Exército, a Organização Clandestina de Oficiais da Armada impulsionou acções de apoio aos oficiais do Exército que tinham sido transferidos de unidade por suspeita de envolvimento em actividades conspirativas. Assim, numa reunião, a 13 de Março, no Clube Militar Naval, resultou uma moção solidária com os camaradas do Exército, aprovada com cento e vinte cinco votos a favor e uma abstenção, em que a “neutralidade activa” é invocada¹¹⁶. Aquando da revolta das Caldas da Rainha de 16 de Março, os oficiais de Marinha seguiram a orientação da “neutralidade activa” (não participaram mas não interceptaram a coluna vinda das Caldas). Com o desenrolar e malogro desta revolta, reforçaram a sua desconfiança face aos reais intentos e capacidades dos militares revoltosos.

Não obstante, a Organização Clandestina de Oficiais da Armada continuou a acompanhar as reuniões conspiratórias e contou com a adesão à movimentação e o forte empenho de um elemento mais antigo, Vítor Crespo. Nestas reuniões, os oficiais discutiam o projecto do Programa mas também missões possíveis como a libertação dos oficiais da revolta das Caldas, presos na Trafaria, e a ocupação da sede da PIDE/DGS¹¹⁷.

O dia do golpe chegava. Para além do grupo dirigente, constituíram-se 3 comissões fundamentais: a Comissão Política, a Comissão Militar e uma Comissão de Ligação. Apesar da “neutralidade activa”, gente da Marinha estava em todas elas.

No âmbito das reuniões finais, e face ao sucedido com a revolta das Caldas, Otelio Saraiva de Carvalho solicita a Almada Contreiras (portanto, a um oficial de Marinha) que conceba um sinal-rádio, audível em todo o país, para que, reconhecendo o sinal, as unidades militares envolvidas no golpe saíssem para as suas missões, de acordo com o Plano de Operações. Não foi possível criar um sinal pelas comunicações militares. Entretanto, na Páscoa, em Espanha, Almada Contreiras conheceu refugiados chilenos que lhe ofereceram um livro, pelo qual se via que a Esquerda pró-Salvador Allende tinha previsto um sinal pela rádio para que todos saíssem a defender o Presidente eleito, caso houvesse

¹¹⁶A formulação da “neutralidade activa” exprime-se no seguinte ponto constante dessa moção: “A [...] determinação em não colaborar em quaisquer medidas contra camaradas de qualquer ramo das Forças Armadas”: Arquivo Pessoal de Martins Guerreiro, “Entre 130 camaradas, oficiais da Armada, reunidos em 13 de Março de 1974, havendo 5 abstenções, 125 manifestaram:”, 13/03/1974. Sobre a “neutralidade activa”, ver também: LAURET, Pedro, 2014-c, “Marinha, a Neutralidade Activa”, in Pedro Lauret, *Os Anos de Abril, volume 4 – Blindados no Terreiro do Paço*, Aveleda, Verso da História, p. 80-85.

¹¹⁷Testemunhos orais de: Vítor Crespo, 2009/10; Abrantes Serra, 16/10/2010; João Galdes Freire, 2009/10 e Fernando Vargas de Matos, 2012.

um golpe fascista¹¹⁸. Não tendo funcionado no Chile, o mecanismo talvez pudesse funcionar em Portugal. Feitas as ligações com a comunicação social, é escolhida uma emissora que cobria todo o país, a Rádio Renascença, e uma canção de José Afonso como sinal a transmitir. À última hora, é adicionado mais um sinal, numa rádio de pequeno alcance, que só serviria para quem o conseguisse ouvir na área de Lisboa e proximidades. E, a 23, já com o Plano de Operações pronto e impresso, sabe-se que a canção de José Afonso inicialmente escolhida estava proibida de passar na Rádio Renascença. Confrontado com a necessidade de escolher uma outra canção imediatamente, o alentejano Almada Contreiras escolhe o *Grândola*, também de José Afonso, com uma parte coral, ouvida e cantada também em coro nas colectividades da Margem Sul, canção que evoca o povo e o Alentejo, região vermelha portuguesa¹¹⁹. O Plano de Operações teve de ser novamente dactilografado e policopiado, para poder ser distribuído.

A Marinha no 25 de Abril e dias imediatos

Antes de mais, saliente-se que não há qualquer missão atribuída à Marinha no Plano de Operações.

Este facto essencial deve-se à referida posição de “neutralidade activa”, assumida pela Organização Clandestina de Oficiais da Armada. Contudo tinham-se ouvido vozes, nas últimas reuniões, a sugerir a definição da ocupação da sede da PIDE/DGS como objectivo operacional, e houve idas a alguns locais (Trafaria) para averiguar da viabilidade de possíveis acções. Porém, estas vozes ficaram no ar e estes passos não levaram a objectivos definidos, ficando portanto goradas as tentativas de encarar como missões da Marinha, designadamente dos fuzileiros, a ocupação da sede da PIDE/DGS, bem como a libertação dos militares presos na Trafaria, por envolvimento no Golpe das Caldas.

Passe-se, agora, ao dia 25. Em conformidade com a posição de “neutralidade activa” da Organização Clandestina de Oficiais da Armada face ao golpe, a Marinha não saiu em defesa do regime, nomeadamente no caso da Fragata *Gago Coutinho*. Efectivamente, quando o Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada ordenou ao comandante da fragata que saísse dos exercícios NATO em que participava, se posicionasse em frente ao Terreiro do Paço e bombardeasse as forças de Salgueiro Maia que cercavam o Ministério do Exército e da Marinha, a ordem não foi executada. O comportamento da guarnição – na qual alguns oficiais, enquadrados pela Organização Clandestina de Oficiais da Armada, não obedeceram à ordem dada – impediu o bombardeamento, recusando-se pois aquele navio a defender o regime. Para além da orientação prévia da Organização Clandestina de Oficiais da Armada, a tomada de conhecimento da ordem de bombardeamento, conseguida através da rede do Centro de Comunicações da Armada, operada por Almada Contreiras, e a sua transmissão ao Posto de Comando da Pontinha, onde estava Vítor Crespo, tinha permitido a este Posto de Comando decidir e fazer comunicar à fragata que, havendo ataque a Salgueiro Maia, o navio seria atacado pelas forças militares de artilharia sitas no Cristo-Rei.

¹¹⁸ *Libro Blanco del Cambio de Gobierno en Chile. 11 de Septiembre de 1973*, Santiago, Editorial Lord Cochrane S: A., [1973? 1974?].

¹¹⁹ CONTREIRAS, Carlos de Almada, 2004, “Cinco instantes para uma canção”, in José Jorge Letria & José Fanha (Introd. e Org.), *José Afonso: o que faz falta*, Porto, Campo das Letras; SALVADOR, José A., 2014, *Zeca Afonso. Livra-te do Medo*, Porto, Porto Editora; PIMENTEL, Irene, 2010, *José Afonso*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores.

No Terreiro do Paço, um dos lugares-chave para a vitória do golpe, evitou-se assim um confronto, eventualmente de grandes proporções¹²⁰.

Analisando este acontecimento, vê-se como um membro da Organização Clandestina de Oficiais da Armada, Almada Contreiras, e alguém próximo da Organização, Vítor Crespo, actuam respectivamente a partir do Centro de Comunicações da Armada e do Posto de Comando da Pontinha. A partir deste último local, dirigiram o golpe, no seu decurso, Otelo Saraiva de Carvalho, o seu responsável estratégico, vários militares do Exército e um oficial da Marinha.

Como já foi referido, para a Organização Clandestina de Oficiais da Armada, o Programa do MFA sempre se afigurara crucial pelo seu conteúdo e pelo norte que teria de existir para um golpe militar ter sentido.

Em harmonia com esta perspectiva, e admitindo que o golpe pudesse falhar, a população portuguesa deveria saber o que queriam os revoltosos, isto é, deveria poder ter uma perspectiva política dos confrontos e da situação do país que urgia mudar. Deste modo, na manhã de dia 25, o oficial de Marinha Martins Guerreiro levou o Programa em mão a um jornal da Oposição, o *República*, para que a comunicação social o possuísse e eventualmente pudesse ser divulgado¹²¹.

Ao longo do processo conspirativo, os oficiais menos politizados e os spinolistas desvalorizavam o Programa, não debatendo as linhas estruturais da mudança (que não queriam) ou bastando-lhes o livro *Portugal e o Futuro*, escrito por Spínola. Porém, o general acompanhou repetidamente a feitura do Programa, obstaculizando algumas ideias e expressões, e concordou com a sua última versão. Havia, assim, um Programa na bagagem política dos principais dirigentes, na madrugada do 25 de Abril.

Tal como era previsível, Spínola mudou de opinião quando, ao fim da tarde, chegou ao Posto de Comando da Pontinha, imbuído de novo poder, advindo de ter acabado de receber a rendição de Marcello Caetano, no Quartel do Carmo. Não se atenderia ao Programa, havia quem soubesse de política, exprimiu o general. Deparou com a forte oposição de militares que aí estavam há longas horas e de outros que entretanto tinham chegado. Discutiram fortemente. A discussão teve de ser interrompida para o novo órgão de poder, a Junta de Salvação Nacional, presidida por Spínola, ir à RTP para ler uma proclamação ao país, sendo que o Programa não foi apresentado. Regressados à Pontinha, a discussão continuou, passando por momentos tensos, em especial com Franco Charais e Vítor Crespo (como, por exemplo, aquele em que este último lembrou ao general que era aos revoltosos que os tanques, ainda na rua, obedeciam). Finalmente, chegou-se a um acordo¹²². Por insistência de Spínola, mas também de Costa Gomes no que toca ao primeiro dos seguintes aspectos, o programa foi mudado nestes três pontos:

- é mantida a PIDE/DGS nas colónias, devendo ser saneada;

¹²⁰Dossier completo em Centro de Documentação 25 de Abril/Universidade de Coimbra, Espólio António Seixas Louçã, *Dossier "Fragata Gago Coutinho"*, 4 dossiers com 68 documentos, datados de 27/05/1974 a 15/01/2015, nomeadamente textos de António Louçã e Caldeira dos Santos. Testemunhos orais de José Botelho Leal, 21/7/2012; Carlos de Almada Contreiras, 2008/9 e Vítor Crespo, 2009/10.

¹²¹Testemunho de Manuel Martins Guerreiro, 2009 e *República*, 26/04/1974, p. 11.

¹²²SANTOS, Boaventura Sousa (Org.), 2004, *A Fita do Tempo da Revolução. A Noite que Mudou Portugal. Amadeu Garcia dos Santos, José Eduardo Sanches Osório, Nuno Fisher Lopes Pires, Otelo Saraiva de Carvalho, Vítor Crespo*, Porto, Afrontamento.

- não são libertados os presos políticos que supostamente tenham cometido crimes de delito comum;

- é suprimida uma alínea que afirmava o direito dos povos à autodeterminação.

O novo Programa foi apresentado à Nação na manhã seguinte.

No que ora interessa, sublinhe-se que o Programa se revelou um campo de batalha e também que o texto do dia 25 difere do texto de dia 26. Apesar de no jornal *República* ter sido publicado o programa original, ninguém se apercebeu, na voragem dos acontecimentos, e aqueles que o sabiam não o revelaram em momento tão sensível e instável como aquele.

As mudanças no Programa entre 25 e 26 de Abril tiveram sérias consequências, que só não foram mais porque o rápido curso dos acontecimentos se sobrepôs e as ultrapassou.

Deixe-se, agora, de lado o grande problema da descolonização.

A libertação de todos os presos políticos, que constava do Programa do dia 25, constituía também uma questão maior, não só para muitos militares como para a população¹²³.

Assim, familiares, amigos, a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos e alguns advogados acorreram às prisões políticas a partir da vitória do golpe e da percepção do seu sentido. Esta gente, que se dirigia a Caxias e a Peniche, manifestava-se e queria a libertação dos presos. Apesar da orientação spinolista e das alterações ao Programa do MFA de 25 para 26, esta movimentação da população, a acção dos próprios presos no interior das cadeias, e a actuação de militares pró-libertação-de-todos-os-presos, conseguiram que as prisões se abrissem na noite de 26 para 27, e que, na tarde de 27, os últimos presos de Peniche fossem incondicionalmente libertados.

Em Caxias, estiveram forças de pára-quedistas e forças de fuzileiros ao longo das dúvidas e das negociações do dia 26. Se os pára-quedistas cumpriram as ordens dos seus comandantes e de Spínola, as forças de fuzileiros, comandadas por Abrantes Serra, enviado para o local por Almada Contreiras, libertaram inicialmente os presos das celas e estes puderam sair para os corredores e recreios. Por ordem do comandante dos pára-quedistas, os presos voltaram às celas. Mais tarde, decorreram reuniões em que eram responsáveis da PIDE/DGS a indicar quem podia e quem não podia sair, em atenção à natureza dos crimes que teriam praticado. À prisão de Caxias, em que os presos tinham acabado por decidir “sair todos ou não sair nenhum”, com uma multidão à volta, falando cada sector dos militares com os seus chefes, chegou finalmente a ordem da Junta de Salvação Nacional para que todos fossem libertados. Destacaram-se neste processo negocial, do lado dos libertadores, Franco Charais e Menino Vargas, com o acordo tácito de Costa Gomes.

Em Peniche, numa sessão que contou com a presença de advogados, do director da prisão, do militar do Exército José Maria Azevedo e do oficial de Marinha Machado dos Santos, estes procederam à

¹²³O processo detalhado está analisado em OLIVEIRA, Luísa Tiago de, 2014, “O fim da PIDE/DGS e a libertação dos presos políticos” in Oliveira (Org.), 2014, p. 79-102 e GODINHO, Jacinto, 2015, *Os Últimos dias da PIDE*, documentário emitido em 25 e 26 de Abril na RTP2; ver também BASTOS, Joana Pereira, 2013, *Os últimos presos do Estado Novo: tortura e desespero nas vésperas da Revolução*, Alfragide, Oficina do Livro; e TÍSCAR SANTIAGO, Maria José, 2014, *A Contra-Revolução no 25 de Abril: Os “Relatórios António Graça” sobre o ELP e AGINTER PRESSE*, Lisboa, Colibri. Sobre a situação nas colónias, ver FÁRIA, Ana Mouta, 2014, “A descolonização: libertação dos presos políticos e extinção da PIDE/DGS nas colónias de África”, in Oliveira (Org.), 2014, p. 105-122.

libertação dos presos, excepto de um grupo de 4 que supostamente teriam cometido crimes de delito comum. Este grupo saiu mas ficou à guarda de um advogado, em sua casa. Regressados da sua missão a Peniche, os militares envolvidos encontraram, na Junta de Salvação Nacional, Rosa Coutinho, membro da Marinha nesta Junta, que assinou então a libertação definitiva deste último grupo de presos, encarregando os mesmos militares de a fazer cumprir.

Outra questão crucial para a definição do carácter do golpe era a do destino da PIDE/DGS¹²⁴.

Embora a extinção da PIDE/DGS constasse do Programa do dia 25, a ocupação da sua sede em Lisboa e de outras sedes regionais não constituía um objectivo militar do Plano de Operações. Os dois generais líderes da Junta de Salvação Nacional tinham uma atitude contemporizadora em relação à PIDE/DGS. Spínola pretendia mantê-la, Costa Gomes argumentava que, havendo uma guerra colonial na Guiné, em Angola e em Moçambique e, dependendo o curso da guerra do sector das Informações, em larga medida fornecidas pela PIDE/DGS, esta teria de ser mantida.

Na prática, o processo de ocupação da sede da PIDE/DGS foi induzido no decorrer dos acontecimentos.

Logo de manhã, um suposto “tenente Barata” (na realidade Almada Contreiras que utilizou aquela identificação defensiva já que o edifício do Terreiro do Paço onde estava o Centro de Comunicações da Armada, o seu posto de trabalho, ainda estava na posse do Regime) telefonou ao comandante dos fuzileiros, Pinheiro de Azevedo, e pediu-lhe forças para irem à sede da PIDE/DGS. Anuindo este, enviou um destacamento de fuzileiros (80 homens) comandados por Eugénio Cavalheiro e Vargas de Matos, tendo o destacamento falhado a sua missão, aliás delineada de improviso. Em contacto permanente com Vítor Crespo, que estava no Posto de Comando da Pontinha, Almada Contreiras continuou a insistir junto de Pinheiro de Azevedo. À tarde, este voltou a enviar forças, substancialmente reforçadas (230 homens), e comandadas por Costa Correia, Vargas de Matos e Lobo Varela. Tendo a força ido inicialmente ao Estado-Maior da Armada, na Ribeira das Naus, dirigiu-se depois para a sede da PIDE/DGS, na rua António Maria Cardoso, bem próximo. Entretanto, a Cavalaria de Estremoz já havia também chegado ao local, onde já corria sangue. É que, durante o dia, a população manifestara-se em frente à sede da PIDE/DGS e esta disparara repetidamente sobre os manifestantes desarmados, fazendo mortos e dezenas de feridos.

A um outro nível, na Pontinha, onde já estava Spínola, este estabelecia contactos com o director da PIDE/DGS, intimando-o a render-se. Durante a atribulada noite, a mesma em que discutia o Programa do MFA e em que foi à RTP apresentar a Junta de Salvação Nacional, Spínola enviou Campos Andrada para contactar com as tropas estacionadas junto à sede da PIDE/DGS e para receber a rendição ou adesão ao novo regime desta polícia política.

¹²⁴OLIVEIRA, Luísa Tiago de, 2014, “O fim da PIDE/DGS e a libertação dos presos políticos” in Oliveira (Org.), 2014, p. 79-102 e GODINHO, 2015; ARAÚJO, António, 2005, “O fim da PIDE/DGS: narrativa de um passado recente”, partes I e II, in *Atlântico*, respectivamente n.º 5, Agosto, p. 40-48, e n.º 6, Setembro, p. 38-47. Sobre a situação nas colónias, ver FARIA, Ana Mouta, 2014, “A descolonização: libertação dos presos políticos e extinção da PIDE/DGS nas colónias de África”, in Oliveira (Org.), 2014, p. 105-122.

De manhã, Costa Correia e Campos Andrada entraram nas instalações da sede da PIDE/DGS, cercadas por forças da Marinha e do Exército, e receberam a rendição. Sabe-se hoje que, antes, já Campos Andrada lá havia entrado. No fundo, houve pois duas rendições paralelas e desconhecendo a segunda a ocorrência da primeira: uma aos homens de Spínola, outra aos homens com uma postura mais radical face à PIDE/DGS, entre os quais estavam os da Marinha.

Não obstante ter havido mortos junto à sede da polícia política, os únicos do 25 de Abril, o general Spínola nomeou um novo director-geral para a PIDE/DGS, nomeação que foi invalidada por Costa Correia – que a fez chegar à imprensa imediatamente – e pela indignação da opinião pública. Ou seja, a conjugação da pressão popular, da “nova” imprensa e a acção decidida de alguns militares impediu a continuação da polícia política.

Acabou, assim, por ser esta a “neutralidade activa” da Marinha.

3. CONCLUSÃO: ACÇÕES E SENTIDOS

Tente-se responder a uma pergunta inicial: qual o papel da Organização Clandestina de Oficiais da Armada na génese do 25 de Abril e nos dias seguintes?

Uma das contribuições evidentes e, para além disso, essencial para que o golpe de Estado significasse uma real mudança de regime e não pudesse ser instrumentalizado por um qualquer regime caudilhista ou de continuidade foi a própria existência de um Programa e sobretudo o seu conteúdo.

Muito embora tivesse sido o resultado de um acordo entre sensibilidades diversas (nomeadamente não-spinolistas e spinolistas), e tivesse mantido problemas relevantes em aberto, o cumprimento do Programa do MFA implicava a descontinuidade com o regime anterior. Era este corte que boa parte dos militares revoltosos defendia e que pretendia, desde o início, o grupo que tinha trabalhado na sua feitura, entre os quais Melo Antunes e representantes da Organização Clandestina dos Oficiais da Armada.

Para além do facto de Martins Guerreiro ter ido entregar o Programa do MFA ao *República* quando ainda não se sabia o resultado do golpe, também sintomático desta valorização do Programa pela Organização Clandestina de Oficiais da Armada é o facto de a Marinha ser o único Ramo das Forças Armadas cujos membros, na Junta de Salvação Nacional, conheciam as suas linhas gerais.

Do mesmo modo, no precoce Plenário da Casa da Balança, realizado a 29 Abril, os 700 oficiais da Armada presentes afirmaram a sua vontade de não permitir desvios ao Programa do MFA e respeitar a hierarquia, sem prejuízo do anterior. Por esta resolução se constata mais uma vez como as gentes da Marinha atribuíam importância ao Programa¹²⁵.

Coube também em boa parte a pessoal da Marinha o corte mais fundo com estruturas do Estado Novo como a polícia política e as prisões políticas. A PIDE/DGS e as prisões de Caxias e de Peniche constituíam os principais símbolos do carácter violento e ditatorial do Estado Novo em Portugal

¹²⁵Arquivo Histórico-Militar, Fundo Almada Contreiras, Caixa 10-4, “Moção”, Lisboa, 29/04/1974.

Continental – tal como a Bastilha era emblemática do carácter discricionário do Antigo Regime na França de 1789. A inesperada ocupação da sede da PIDE/DGS, o final desta polícia política bem como a libertação de todos os presos políticos de Caxias, Peniche e da sede da PIDE/DGS no Porto constituem a Bastilha portuguesa. Foram objectivos em parte não previstos ou que depararam com resistências entre os militares revoltosos ou entre os que ocuparam o poder depois do 25 de Abril. Contudo, estes objectivos foram alcançados devido a uma conjugação de circunstâncias e de forças civis e militares, entre as quais estava gente da Marinha e da Organização Clandestina de Oficiais da Armada¹²⁶.

Finalmente, ainda hoje se faz sentir um efeito da escolha efectuada por um homem da Organização Clandestina de Oficiais da Armada para sinal do desencadear do 25 de Abril. O *Grândola*, referente do reportório de intervenção, entoa-se em Portugal, nos mais diversos contextos, em Espanha, na Grécia ou na Alemanha. Tal como os cravos vermelhos, ergue-se como símbolo da Revolução e elemento fundador da estética do 25 de Abril.

Nomeadas estas evidências da acção da Organização Clandestina de Oficiais da Armada e de parte da Marinha, sintetizem-se os sentidos das práticas destes “homens de farda azul”. No fundo, pretenderam a politização do golpe e forçaram no terreno a conquista de objectivos próprios de boa parte das culturas oposicionistas.

Voltemos por breves momentos a uma questão mais geral levantada por Sánchez Cervelló: a relação entre a organização do PCP dos oficiais da Armada, por um lado, e, por outro, a Organização Clandestina de Oficiais da Armada.

Situemos, precisamente no 25 de Abril, os principais dirigentes desta última Organização. Dos líderes, Martins Guerreiro, Almada Contreiras e Miguel Judas, apenas 1 é do PCP. Miguel Judas, de facto, pertencia ao PCP e ao núcleo dirigente da Organização Clandestina de Oficiais da Armada. Quanto a Martins Guerreiro, embora tenha desempenhado funções de amigo do PCP, com transporte de pessoas e materiais, era alguém que se tinha entusiasmado com a Primavera de Praga, que tinha vivido o ambiente estudantil em Itália, onde estudou na 2ª metade dos anos de 1960, tendo sido conhecido por alguns como o Berlinguer português. Já Almada Contreiras (sobrinho de Jacinto Palma Almada, da Rede Shell na Segunda Guerra Mundial, antigo militante do PCP do qual se distanciara) era casado com uma antiga dirigente estudantil católica espanhola, próxima dos círculos de oposição socialistas e católicos progressistas, tendo tido este oficial desde a Escola Naval uma postura oposicionista e frequentando as colectividades da Margem Sul.

Para além destes, citem-se outros oficiais da Armada relevantes no 25 de Abril. Não sendo da Organização Clandestina de Oficiais da Armada e tendo-se empenhado na conspiração em Março de

¹²⁶OLIVEIRA, Luísa Tiago de, 2014, “O fim da PIDE/DGS e a libertação dos presos políticos” in Oliveira (Org.), 2014, p. 79-102; GODINHO, 2015.

1974, Vítor Crespo também nunca pertenceu ao PCP. Costa Correia, que colaborou na conspiração de Outubro de 1973 a Março de 1974, era uma figura sobejamente independente¹²⁷.

Feito este apontamento sobre os referidos cinco oficiais, e continuando na Armada, evoquem-se ainda Pinheiro de Azevedo, Rosa Coutinho, Abrantes Serra e Carlos Machado Santos, pela sua acção no 25 de Abril e dias imediatos. Bem como Pedro Lauret, Vidal Pinho e Simões Teles pelo seu papel em reuniões conspiratórias e na elaboração do Programa, para além dos já mencionados.

Em suma, dos três grandes dirigentes da Organização Clandestina de Oficiais da Armada, só 1, Miguel Judas, pertencia ao PCP, mas há meses que cumpria uma missão em Cabo Verde, não estando em Portugal em 25 de Abril. Para perfazer a dezena mal contada de membros da organização dos oficiais da Armada do PCP anteriormente referida, ainda faltam muitos militantes. É certo que pertenceram à Organização Clandestina de Oficiais da Armada, no quadro da orientação geral de “unidade anti-fascista”. Porém, tendo actuado no 25 de Abril, foram envolvidos na acção e comandados por quem não pertencia ao PCP.

Sendo assim, não havia tanto “comunismo” assim entre os dirigentes e os operacionais da Marinha no dia 25 de Abril e imediatos. Mais do que directrizes de um partido, o que funcionou foram uma cultura e uma rede longamente experienciadas. A acção da Organização Clandestina de Oficiais da Armada e dos círculos que animou evidencia o papel das redes organizativas, de sociabilidades e de ideários partilhados e passo a passo construídos. Quanto ao destino desta Organização, ao papel do MFA da Marinha no contexto revolucionário e à politização dos seus oficiais no pós-25 de Abril, a questão é outra.

Para conhecer o real perfil e textura da Marinha, importaria atender à acção da Marinha indiferente ou oposta à Organização Clandestina de Oficiais da Armada, que não constituiu objecto deste estudo. Contudo existia. Como se vê, por exemplo, pelas ordens dadas à fragata *Gago Coutinho* ou ainda pela acção de Alpoim Calvão, responsável em boa parte pelo fracasso da primeira tentativa de ocupar a sede da PIDE/DGS e pelo projecto de “calar” a rádio controlada pelo MFA¹²⁸.

Agora, para avaliar o peso da Organização Clandestina dos Oficiais da Armada no seio da Marinha, com os seus múltiplos campos de acção e estrutura concêntrica, retomem-se alguns factos anteriormente apontados, tendo agora em atenção a sua dimensão numérica:

- Quase uma dezena de militantes do PCP, 35 exemplares do *Avante* distribuídos, que chegavam a 70/80 pessoas, cerca do 25 de Abril;
- 10 Cursos envolvidos no Movimento dos Cursos até 1972;
- Abaixo-assinado com mais de 150 assinaturas de protesto contra a busca a casa de Miguel Judas (1972);

¹²⁷Ver biografias de Martins Guerreiro, Almada Contreiras Miguel Judas, Costa Correia, efectuadas por Luísa Tiago de Oliveira, e a biografia de Vítor Crespo, feita por João Freire, a publicar em *Dicionário do 25 de Abril*, organizado por António Reis, Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos, a editar no Porto, pela Figueirinhas, em 2015.

¹²⁸Sobre o primeiro aspecto, ver Dossier completo em Centro de Documentação 25 de Abril/Universidade de Coimbra, Espólio António Seixas Louçã, Dossier “Fragata Gago Coutinho”, 4 dossiers. Sobre o segundo aspecto, atender a: CALVÃO, Alpoim, 1976, *De Conakry ao M.D.L.P. Dossier Secreto*, Lisboa, Intervenção; HORTELÃO, Rui & BAËNA, Luís Sanches & SOUSA, Abel Melo e, 2012, *Alpoim Calvão: Honra e Dever: Uma Quase Biografia*, Porto, Caminhos Romanos. Testemunho de Guilherme Alpoim Calvão, 26/10/2010.

- Abaixo-assinado com 312 assinaturas de protesto contra maus-tratos infligidos a oficiais, uma causa menos politizada (1973);

- Moção aprovada no Clube Militar Naval com 125 votos a favor na altura da transferência de militares do Exército para outras unidades (1974);

- 700 oficiais presentes no Plenário da Casa da Balança, após a vitória do 25 de Abril.

É evidente o carácter limitado destes números, já que não podiam participar em várias destas realizações quem estivesse de serviço nas unidades, embarcado nos navios, no estrangeiro, doente ou com afazeres familiares. Mas, atendendo aos vários contextos e aos números apontados, parece-nos realista o cálculo de que a Organização chegava a cerca de 250 oficiais, feita pelos seus dirigentes¹²⁹.

Sendo que, em 1974, havia 1503 oficiais de Marinha, a estimativa de 250 oficiais envolvidos em acções impulsionadas pela Organização Clandestina dos Oficiais da Armada significaria 16,6% do Ramo.

No caso do Exército, segundo Aniceto Afonso e Manuel Braz da Costa, num total de 4165 oficiais, 703 participaram na conspiração e no golpe, o que corresponde a 16,9% deste outro Ramo.

É certo que os valores são dificilmente comparáveis, dada a diferença entre o universo dos oficiais de Marinha (1503) e o dos Oficiais do Exército (4165) e dado o facto de, no último caso, o valor respeitar mesmo ao envolvimento numa acção que resultou num golpe. Porém, não se pode deixar de notar que 16,6% é um valor muito próximo dos 16,9% de oficiais do Exército participantes no Movimento, estimados por Aniceto Afonso e Braz da Costa.

Porém, não é tanto pelo número que se vê o peso da Organização Clandestina de Oficiais da Armada, mas sobretudo pela atenção e intervenção no terreno e pelos sentidos de politização que caracterizaram a sua acção ao longo dos anos. Bem como pela sua decisiva contribuição para a estética do 25 de Abril e para a tomada das nossas Bastilhas, sinal inequívoco do fim do regime e, portanto, porta aberta para muitas outras mudanças e movimentos.

Bibliografia Referida

- AFONSO, Aniceto & COSTA, Manuel Braz da, (1985), "Subsídios para a caracterização sociológica do Movimento dos Capitães - Exército", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 15/16/17, p. 97-122.
- AFONSO, Aniceto, (2014), "Caracterização sociológica do Movimento dos Capitães (Exército)", in Oliveira (Org.), 2014, p. 21-39.
- ALMEIDA, Sónia Vespeira de, (2009), *Camponeses, Cultura e Revolução. As Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do M. F. A. (1974-1975)*, Lisboa, Colibri.
- ARAÚJO, António, (2005), "O fim da PIDE/DGS: narrativa de um passado recente", partes I e II, in *Atlântico*, respectivamente n.º 5, Agosto, p. 40-48, e n.º 6, Setembro, p. 38-47.
- BASTOS, Joana Pereira, (2013), *Os últimos presos do Estado Novo: tortura e desespero nas vésperas da Revolução*, Alfragide, Oficina do Livro.
- BOTO, José (Coord.), (2014), *A Revolução de Abril. Praças da Armada*, Lisboa, Edições Colibri.
- CAETANO, Marcello, (1975), *Depoimento*, Rio de Janeiro/S. Paulo, Record.

¹²⁹Testemunhos orais de Miguel Judas, 2008/9; Carlos de Almada Contreiras, 2008/9 e Manuel Martins Guerreiro, 2009.

- CALVÃO, Alpoim, (1976), *De Conakry ao M.D.L.P. Dossier Secreto*, Lisboa, Intervenção.
- CONTREIRAS, Carlos de Almada, (2004), “Cinco instantes para uma canção”, in José Jorge Letria & José Fanha (Introd. e Org.), *José Afonso: o que faz falta*, Porto, Campo das Letras.
- DUARTE, Rui de Brito Camacho, (2010), *Os Militares Portugueses na Guiné-Bissau, da Contestação à Descolonização*, dissertação de mestrado, Lisboa, ISCTE-IUL.
- DURAN MUÑOZ, Rafael, (1997), *Acciones Colectivas y Transiciones a la Democracia. España y Portugal, 1974-1977*, Madrid, Centro de Estudios Avanzados en Ciencias Sociales.
- FARIA, Ana Mouta & MARTINS, Jorge, (2014), *Vozes de Abril na Descolonização*, Lisboa, CEHC-IUL.
- FARIA, Ana Mouta, (2014), “A descolonização: libertação dos presos políticos e extinção da PIDE/DGS nas colónias de África”, in Oliveira (Org.), 2014, p. 105-122.
- FERREIRA, José Medeiros, (1974), “Da necessidade de um plano para a nação” in 3º Congresso da Oposição Democrática: Teses 8ª Secção, Lisboa, Seara Nova.
- FRAGA, Luís Alves, (2014), “A Força Aérea Portuguesa. Uma realidade militar e sociológica”, in Oliveira (Org.) 2014, p. 52-75.
- FREIRE, João, (2003), *Homens em Fundo Azul Marinho*, Oeiras, Celta Editora.
- FREIRE, João, (2010), *A Marinha e o Poder Político em Portugal no Século XX*, Lisboa, Colibri
- GODINHO, Jacinto, (2015), *Os Últimos dias da PIDE*, documentário emitido em 25 e 26 de Abril na RTP2.
- GUERREIRO, Martins, (1994), “O 25 de Abril e o Movimento da Marinha”, in *Anais do Clube Militar Naval*, Vol. CXXIV, Janeiro-Março, p. 9-17.
- HORTELÃO, Rui & BAËNA, Luís Sanches & SOUSA, Abel Melo e, (2012), *Alpoim Calvão: Honra e Dever: Uma Quase Biografia*, Porto, Caminhos Romanos.
- III Congresso da Oposição Democrática: Conclusões*, (1973), Lisboa, Seara Nova.
- LAURET, Pedro, 2014-a, “A Marinha e o dia 25 de Abril de 1974” in Oliveira (Org.), (2014), p. 40-53
- LAURET, Pedro, 2014-b, *Os Anos de Abril*, 8 volumes, Aveleda, Verso da História.
- Libro Blanco del Cambio de Gobierno en Chile. 11 de Septiembre de 1973*, Santiago, Editorial Lord Cochrane S: A., [1973? 1974?].
- MACQUEEN, Norrie, (1998), *A Descolonização na África Portuguesa*, Mem Martins, Editorial Inquérito
- OLIVEIRA, Luísa Tiago de (Org.), (2014), *Militares e Política: o 25 de Abril*, [Setúbal], Estuário.
- OLIVEIRA, Luísa Tiago de, (2014), “O fim da PIDE/DGS e a libertação dos presos políticos” in Oliveira (Org.), 2014, p. 79-102.
- PALÁCIOS CEREZALES, Diego, (2003), *O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa (1974-1975)*, Imprensa de Ciências Sociais.
- PEZARAT CORREIA, Pedro, (1991), *Descolonização de Angola. A Jóia da Coroa do Império Português*, Mem Martins, Editorial Inquérito.
- PIMENTEL, Irene, (2010), *José Afonso*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- PINHEIRO, Vaza, (1999), *579 Dias de Revolução: Retrato de uma Época*, Porto, Campo das Letras
- REIS, António & REZOLA, Maria Inácia & SANTOS, Paula Borges, no prelo, *Dicionário do 25 de Abril*, Porto, Figueirinhas, biografias de Martins Guerreiro, Almada Contreiras, Miguel Judas, Costa Correia, efectuadas por Luísa Tiago de Oliveira, e biografia de Vítor Crespo feita por João Freire.
- REZOLA, Inácia, (2012), *Melo Antunes: Uma Biografia Política*, Âncora Editora.
- REZOLA, Maria Inácia, (2006), *Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*, Lisboa, Campo da Comunicação.
- SALVADOR, José A., (2014), *Zeca Afonso. Livra-te do Medo*, Porto, Porto Editora.
- SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep, (1999), “La Marina Portuguesa en el epicentro de la conspiración contra la dictadura (1967-1974)”, in *Los Fines de Siglo en España e Portugal*, Jaén, Universidad de Jaén.
- SANTOS, Boaventura Sousa (Org.), (2004), *A Fita do Tempo da Revolução. A Noite que Mudou Portugal. Amadeu Garcia dos Santos, José Eduardo Sanches Osório, Nuno Fisher Lopes Pires, Otelo Saraiva de Carvalho, Vítor Crespo*, Porto, Afrontamento.
- TÍSCAR SANTIAGO, Maria José, (2012), *O 25 de Abril e o Conselho de Estado. A questão das Actas*, Lisboa, Edições Colibri.
- TÍSCAR SANTIAGO, Maria José, (2014), *A Contra-Revolução no 25 de Abril: Os “Relatórios António Graça” sobre o ELP e AGINTER PRESSE*, Lisboa, Colibri.

3.TRANSMISSÃO, SOCIEDADE E FAMÍLIA

MEMÓRIA E RESISTÊNCIA DA CULTURA SERINGUEIRA (1976-2011).

Marcos Montysuma.

Universidade Federal de Santa Catarina

Considerações Iniciais

As questões que proponho discutir aqui envolvem pessoas que surgem anonimamente na história, quando a região do Acre, situada na Amazônia brasileira, será entendida como aquela que elevará a produção da borracha – resultante da manufatura do látex extraído da seringueira (*Hevea brasiliensis*) – como segundo elemento na balança de exportação do Brasil, no período analisado por Roberto Santos entre 1850 a 1920 (SANTOS, 1980: 290). É nesse contexto que teremos o surgimento de homens e mulheres não indígenas interagindo na região e formando um contingente populacional que, junto a outros grupos, constituiria depois os setores extrativistas – responsáveis, a partir da década de 1970, pela luta em defesa da floresta.

A expressiva migração para a Amazônia – e particularmente para o Acre – ocorrida neste período se deu em função do desenvolvimento da indústria automobilística e a relativa popularização do automóvel, que exigiu aplicação do pneu fabricado a partir da borracha. Até então, a região apresentava uma produção de borracha limitada e de tecnologia rudimentar; voltada, basicamente, para a manufatura de utensílios de uso local: o espaço de extração ocorrera nas ilhas situadas próximas à cidade de Belém, estendendo-se daí até o rio Xingu. Era a época da produção tapuia baseada na mão de obra familiar (MARTINELO, 2004: 34).

Um panorama que mudaria por completo graças à exigência da indústria pneumática por maior produtividade. Como a Amazônia possuía as maiores reservas de seringueiras, logo despertou o interesse do capital internacional – que passou a financiar a produção local, direcionando-a aos mercados da Europa e Estados Unidos da América. E a exploração da borracha, antes limitada, avançaria sobre os altos rios da Amazônia, chegando ao Madeirae ao Purus, na região do Acre, transpondo a frágil fronteira do Brasil com a Bolívia.

A necessidade de mão de obra para atuar na extração do látex exigiu o deslocamento de pessoas que viviam em outras regiões do País, pois a população local, a maioria formada por indígenas, não tinha recursos técnicos ou hábitos no trato com a borracha que pudesse atender às demandas do mercado. Para tal fim, as empresas do setor se valeram do contingente da população nordestina que fugia das secas intermitentes na região: desviadas da migração para a região Sudeste, essas pessoas eram conduzidas para a Amazônia e incorporadas ao extrativismo da borracha. Isso talvez explique o salto populacional regional de 332.847 em 1872, para 1.217,024 em 1910 (SANTOS, 1980: 109).

Depois de 1910, os seringais de cultivo da Malásia entraram em produção e inundaram o mercado internacional com borracha mais barata e de melhor qualidade que a de origem amazônica, provocando o declínio e a falência de muitos seringais da região. Boa parte dos capitalistas se afastou do Brasil por não haver mais interesse em financiar a produção – que se tornara tecnologicamente obsoleta, de baixa qualidade e cara, em relação à de origem asiática.

Apesar do impacto na economia local, com a falência das empresas seringalistas, a atividade gomífera nos seringais da Amazônia não foi completamente eliminada. Tanto para alguns setores do interior quanto para diversas indústrias da região, ela permaneceu como único meio econômico e continuou sendo praticada, mesmo sem atingir os índices de outrora. E o fato de não haver ocorrido uma migração em massa – a redução da população foi de 1.217.024, em 1910, para 1.090.545, em 1920 (SANTOS, 1980: 109) – mostra que o sistema produtivo da região, mesmo com perdas econômicas, não foi destruído por completo.

As populações remanescentes do período áureo da borracha se adequaram aos novos tempos, sobrevivendo por meio de engenhosidades, adaptações e do aprendizado decorrente do contato com os indígenas da região. Foi nesse contexto que conheceram e dominaram os meios que possibilitaram viver nas matas, como caçar e pescar usando técnicas apropriadas; coletar todo o tipo de produtos como frutos, tubérculos, amêndoas, óleos, ervas e seivas; e a andar na floresta sem se perder.

Também pesou para a permanência dessas populações na floresta o fato de o sistema produtivo implantado no seringal ser bastante centralizador, coercitivo e até mesmo violento – ao ponto de aprisionar a pessoa por dívida e, nos casos extremos, eliminar a vida de quem transgredisse as normas (MONTYSUMA, 1990: 65). Nesse sistema, o seringueiro era obrigado a continuar anos a fio trabalhando para o mesmo patrão, sem nunca obter saldo, em uma operação matemática que retroalimentava anualmente a dívida. Ali o ser humano tornava-se uma espécie de escravo moderno.

Essa cultura patronal era apoiada por um código de trabalho severo, no qual certos padrões chegavam a registrar em cartório as obrigações que os seringueiros tinham de cumprir. As regras, em geral, determinavam o período de sangria das árvores e os meses para a extração do látex. A rigidez proibitiva pesava também sobre qualquer atividade comercial fora da estrutura do seringal: o seringueiro era obrigado a vender sua produção de borracha no armazém do patrão, e comprar ali seus mantimentos; estava proibido de extrair e comercializar madeira, assim como de fazer qualquer tipo de plantio – mesmo que fosse apenas para consumo próprio.

As medidas e a maneira de seringueiro efetuar a incisão na casca da seringueira para extrair o látex também eram determinadas. Essas orientações, de modo geral, tinham por princípio preservar a árvore – pois se a casca das seringueiras fosse dilacerada, elas fatalmente morreriam, provocando o colapso da empresa. Do mesmo modo, o fato de não poder constituir plantios nem extrair madeira de lei para vender – suprindo, por exemplo, a necessidade de lenha dos navios a vapor que efetuavam o comércio na região – contribuiu para evitar a destruição da floresta. Essas regras coercitivas acabaram, de certa maneira, acomodando o seringueiro, e desestimulando-o a efetuar qualquer tipo de desflorestamento. Essas

atitudes na lida com a floresta perduraram nas práticas cotidianas, e contribuíram para forjar os sujeitos que chegaram aos anos de 1980 como seringueiros *preservacionistas* (MONTYSUMA, 2006: 87-94).

Resistência e cultura nas matas

São estes aspectos, constitutivos de um *mito fundador* do seringueiro preservacionista ou ecologista (como alguns preferem), que veremos surgir nos idos de 1970-1980, no Acre, período das lutas que os seringueiros enfrentaram junto com Chico Mendes.

A figura do seringueiro como preservacionista/ecologista resulta da ideia de que por pertencerem a um ambiente dominado por florestas, todos se comportariam dentro de um padrão esperado. Tal visão ocorre como idealização de sujeitos e instituições externas ao meio; ocorre como fruto de uma projeção idílica, de quem não pertence ao lugar, de que aqueles seres representam o *bom selvagem*. Contrariando esta ideia, preferimos incorporar a categoria subjetividade, como matriz que orienta a atitude de cada pessoa na relação com o espaço e com os seres das matas, forjando em cada indivíduo o modo como este interpreta e age de acordo com as circunstâncias e recursos de que dispõe para enfrentar os problemas do dia a dia – o que vai constituindo, paulatinamente, a chamada cultura extrativista seringueira. Assim, os sujeitos agem *no* e *com* o espaço, e as demais pessoas do lugar. Há um sentimento de pertencimento comum, que é compartilhado com os demais moradores das florestas, e assim entendemos que são constituídas essas culturas das matas.

No período da segunda guerra mundial, por exemplo, o contingente populacional que adentrou a floresta seguiu o que as famílias que viviam há mais tempo na região ensinaram. Assim, esses sujeitos – a maioria homens (designados pelos locais por *arigó*, para diferenciá-los dos antigos moradores) – foram incorporando os modos de vida nas matas. E todo um sistema que determinava evitar grandes desmatamentos e a extração de madeiras foi repassado e disseminado sem maiores resistências entre os recém-chegados. Naquela altura, a produção dos seringais havia declinado de tal modo, que os seringueiros se permitiam abrir pequenos roçados para a subsistência da família. Os plantios ocorriam/ocorrem longe das áreas com alta incidência de seringueiras, castanheiras, mogno e outras madeiras de lei, que continuavam/continuam sendo entendidas como objeto de proteção, junto com todos os demais signos que visavam (e visam) preservar a floresta.

São estes perfis comportamentais, que entendemos constituírem a cultura extrativista dos sujeitos que atuarão na segunda metade do século XX, e que entrarão em confronto com o Estado, apontando que outras políticas para a região, que outros modos de se relacionarem com aqueles espaços seriam possíveis.

As populações da Amazônia, quando impactadas pelas políticas econômicas do regime militar para a região, carregavam consigo uma forte identificação com aqueles espaços: as pessoas consideravam a floresta como parte de si mesmas, sentiam-se integradas a ela, e isso serviu de motivação para o enfrentamento.

No período de 1968 a 1973, o Brasil viveu o chamado Milagre Econômico Brasileiro. Os militares implantaram uma política que visava modernizar e integrar economicamente o País às dez maiores economias do mundo. E de 1972 a 1974, a Amazônia, entendida pelos técnicos do governo federal como região atrasada, isolada e desabitada foi objeto de contundentes intervenções delineadas pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento (PNE) – que previa a integração econômica, territorial e cultural da Amazônia ao resto do Brasil.

Várias obras de perfil gigantesco caracterizaram a intervenção do governo naquele período. Entre as quais, a Rodovia Transamazônica, que foi apresentada aos brasileiros como a obra da integração nacional porque iria interligar a região Nordeste à Amazônia – partindo de Cabedelo, na Paraíba (Nordeste), até a cidade de Cruzeiro do Sul, no Acre. Com isso, os militares almejavam facilitar a transferência das populações desempregadas do Nordeste para servirem de mão de obra barata no novo polo de desenvolvimento econômico. A medida também visava prevenir tensões sociais, principalmente na região Sudeste, que recebia a massa populacional desempregada. A estratégia, portanto, era diminuir as tensões sociais enviando essas populações para a Amazônia, onde ficariam isoladas pela floresta ou pelas grandes distâncias.

No conjunto das intervenções ocorridas na região encontrava-se a edificação de grandes hidrelétricas, exploração mineral, a instalação de indústrias, agroindústrias, e a construção de grandes rodovias ligando pontos estratégicos. Não esqueçamos que no período militar havia a preocupação com as fronteiras móveis, constituídas pelas populações indígenas, caboclas e ribeirinhas que transitavam entre os países fronteiriços. Na época da chamada guerra fria, esse era um grande problema, que explicava a preocupação em fixar essas populações como mão de obra das grandes obras e das empresas que ali se instalariam.

Afinados com o PNE, os governos locais executaram a política de concessão de milhares de hectares de terras a grupos nacionais e multinacionais, na expectativa de que os mesmos investissem na região. Nada que surtisse muito efeito. Ou melhor, os empresários atuaram enquanto vigorava a política de abonos fiscais e juros subsidiados. Muitos pegaram o dinheiro e investiram nas suas propriedades fora da Amazônia. Depois que as benesses cessaram, deixaram a região.

Na Amazônia, de modo geral, a terra era item muito barato, o que representava baixo impacto na abertura de uma empresa agroindustrial. Um pequeno agricultor da região Sul do Brasil, com alguns artifícios – e dentro da lei – podia se tornar um médio agricultor ou grande latifundiário no Acre. Esse contexto tomou forma no estado entre os anos de 1971 a 1975, sob a administração do governador Francisco Wanderley Dantas, nomeado pelo ditador Emílio Garrastazu Médici. Foi este governo que inseriu o Acre na política nacional de desenvolvimento da Amazônia, agindo em consonância com as políticas econômicas federais. Durante a administração de Dantas, o Acre foi propagandeado no eixo Sul-Sudeste do Brasil como um lugar de terras fartas, baratas e agricultáveis, um novo eldorado para a agropecuária. Levas de famílias chegaram em caminhões à procura das terras anunciadas. Esse processo não ocorreu sem confrontos culturais, ou sem disputa pela terra.

O acesso à terra se dava normalmente por meio de transações legais, mas também podia ocorrer às margens da lei, como no caso da grilagem, que funcionava do seguinte modo: o sujeito comprava alguns hectares de terra e depois anunciava aos vizinhos que sua propriedade era maior do que as fronteiras conhecidas até aquele momento. Tal argumento se fundamentava na posse de um título falsificado – para parecer antigo e de fé pública, o documento era colocado em uma gaveta com borra de café, que amarelava o papel, e gafanhotos (grilos, daí o nome grileiro), que o furavam. Em casos como este, o seringueiro tinha duas opções: acatava a mentira como verdade, fazia um acordo, aceitava uma indenização dos bens; ou resistia e lutava.

Outro tipo de violência, que ganhou projeção ainda maior, ocorria quando um seringal era vendido a um fazendeiro e este, com o pretexto de plantar pastos para o gado, iniciava a expulsão dos seringueiros residentes na área. Os paulistas, como eram chamados genericamente os fazendeiros de outras regiões que chegavam ao Acre, lançavam mão de milícias e recebiam apoio de autoridades coniventes. Para tomar posse de uma terra, eles ameaçavam, pilhavam, incendiavam moradias, destruíam plantações, matavam animais e espancavam pessoas.

A partir de 1975, quando foram fundados os sindicatos dos trabalhadores rurais na bacia dos rios Acre e Purus, o quadro antes desfavorável, começou a mudar em favor dos seringueiros. Animados com a presença de advogados para lhes defender nos tribunais, mais a mensagem de união e defesa dos interesses da categoria, os seringueiros partiram para enfrentar seus algozes.

Uma das estratégias encontradas para evitar a expulsão de um companheiro ou a destruição da floresta foi o *empate*. Empate na linguagem dos seringueiros tem significado de impedir; obstruir algo; obstaculizar. Os empates tiveram início através das ações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, sob a presidência de Wilson Pinheiro, que foi assassinado em 21 de julho de 1980, em decorrência da sua combatividade. Porém, esse método de defesa da floresta ganhou notoriedade quando praticado pelos seringueiros reunidos no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, sob a liderança de Chico Mendes – assassinado em 22 de dezembro de 1988.

Em Xapuri, quando o sindicato era avisado que um companheiro estava sob a ameaça de um fazendeiro, ou que determinada área de terra teria a floresta destruída, a direção sindical enviava mensagens cifradas, para reunir o maior número possível de seus associados, indicando o local, horário de encontro e o que cada pessoa deveria fazer.

O grupo, invariavelmente, ia ao lugar onde estavam trabalhadores e milícias do fazendeiro e desfechavam ação rápida, normalmente durante a madrugada, para que não houvesse tempo de reação. Eles tomavam as armas dos homens, identificavam os chefes e faziam um breve discurso explicando que defendiam a floresta porque precisavam dela para viver. E que a ação não era contra aqueles que também estavam ali trabalhando, mas contra seus patrões-fazendeiros, que violavam o espaço das pessoas que dependiam da floresta. Depois mandavam que todos fossem embora.

Ocorre que muitos peões (como são designados os trabalhadores que atuam no corte da floresta) nem esperavam o desfecho e saíam correndo antes dos seringueiros proferirem qualquer palavra. A

simples presença dos seringueiros, portando suas armas de caça, era o suficiente para intimidar a todos. Alguns seringueiros permaneciam escondidos nas árvores, no interior da floresta, em lugares estratégicos, com rifles, para revidar algum incidente. Isso era informado aos seus interlocutores. Depois disso, os seringueiros voltavam para suas casas, pelo interior da floresta, sem serem mais molestados, até que outro problema surgisse. Intimidado, o fazendeiro recuava da devastação da floresta, ou entrava com ação judicial visando seguir seu intento. Daí até sair a sentença demorava um pouco. Enquanto isso os seringueiros sobreviviam e se preparavam para novos confrontos.

Compreendemos melhor os enfrentamentos que justificam defender a floresta quando lidamos com o relato do seringueiro Raimundo de Barros, em duas passagens. Na primeira, ele aponta a importância da floresta em plena vida afirmando que *a seringueira e a castanheira são as verdadeiras mães. Apesar de ser a mulher que pare o filho, mas quem cria na realidade são essas duas árvores. A castanheira e a seringueira através do leite* (BARROS, 1999). A seringueira tem o leite que proporciona ao seringueiro comprar todos os produtos e utensílios que não são possíveis extrair da floresta. Ao passo que a castanheira produz uma amêndoa que ao ser beneficiada resulta em um leite, com o qual se alimentam crianças e adultos, através de uma infinidade de pratos que podem ser elaborados.

Na segunda passagem, Barros argumenta que *era preciso os seringueiros se juntar (...) para defender a floresta das mãos do latifúndio. Nos já tivemos conquistas (...) se não, um determinado momento (...) retomam aquilo que a gente conquistou* (BARROS, 1999). Por essa passagem percebemos a lucidez e a sabedoria com que interpreta um passado de confrontos e sofrimentos; e que apesar de haverem conquistado a terra, sua preocupação incide no presente, para evitar que as conquistas de outrora não sejam suprimidas. Convém registrar que no final dos anos de 1980 e início dos anos 1990, o governo federal criou e implantou as chamadas Reservas Extrativistas, que são unidades agrárias em que os seringueiros compartilham a administração, e praticam um tipo de uso coletivo da terra. Ainda assim, essa condição inspira cuidados, porque teme uma mudança de conjuntura, em que a perda das terras conquistadas está no horizonte. Por isso manifesta-se defendendo a necessidade dos seringueiros manterem-se mobilizados, como forma de enfrentar os inimigos da floresta.

A preocupação de Raimundo de Barros não representa algo fora de propósito, porque com a adoção de políticas de sucessivos governos estaduais do Acre que valorizam e estimulam o manejo madeireiro, nos dias de hoje pesa a ameaça contra a floresta, que está situada no próprio campo político dos seringueiros. Quem melhor expressa a situação é a sindicalista Derci Teles quando afirma que *apesar de ser pregado (para o seringueiro) que o manejo madeireiro é sustentável... mas com base em quê nos vamos garantir a sustentabilidade do manejo madeireiro?* (TELES, 2006). Derci interpreta por sua experiência de vida, naquilo que observou andando nas matas, que a floresta, quando tem elementos destruídos, não se recompõe conforme a dinâmica pregada pelos engenheiros florestais que atuam a serviço do estado e da indústria madeireira. Para convencer aos seringueiros a aderir ao programa de corte seletivo de madeiras, os engenheiros dizem que em determinado prazo a floresta estará apta a ser cortada novamente, sem prejuízo para a fauna e flora, porque ela teria uma dinâmica própria de

recomposição. E que com a adesão ao corte seletivo de madeiras ou manejo de madeira, a renda aumentaria e as famílias teriam como melhorar a qualidade de vida. Derci Teles entende que isto representa um engodo, que fragiliza a vida dos seringueiros, pois daqui a algum tempo a floresta estará destruída, sem retorno.

Esse é o embate que a sindicalista vem enfrentando. Para ela, essas políticas comprometem a estrutura florestal que sustenta a cultura extrativista, contrariando os ideais construídos pelo movimento junto com Chico Mendes. E contesta as pessoas que usam indevidamente o nome do líder seringueiro, quando invertem os princípios que ele defendia em vida – os quais giravam em torno da exploração da floresta apenas através dos produtos não madeireiros.

Considerações Finais

Trouxemos aqui alguns apontamentos relativos ao processo de ocupação, se é que podemos assim chamar, o modo como abordamos a entrada de pessoas do Nordeste brasileiro na Amazônia com o fim de produzir borracha. Mensurámos brevemente a política militar para a região amazônica, que provocou verdadeira intervenção nas culturas locais, quando foram confrontadas com a chegada da agropecuária, que requeria a eliminação da floresta. A região foi tomada por clima de insegurança e confrontos violentos, e como método de defesa os seringueiros apelaram para um modo peculiar de resistência chamado de *empate*. Depois de tantos confrontos e passado o assassinato de Chico Mendes, o governo brasileiro instituiu as Reservas Extrativistas (RESEX), concedendo a terra aos moradores da floresta.

Apesar da conquista da terra, percebemos claramente que ocorreu um embate entre os seringueiros, em torno da adoção de modelos de envolvimento econômico a partir da morte de Chico Mendes, no que tange ao uso dos recursos florestais. Ainda que tenhamos apontado relatos que refletem um mesmo posicionamento, interpretamos que embora as outras formulações não sejam aqui apresentadas, isso não as invalida, porque acreditamos que a tensão faz parte da rotina de pessoas como Raimundo e Derci, que se posicionaram acima. E cremos ainda que as políticas governamentais, que apontam para o manejo da madeira, ainda que seus idealizadores não tenham consciência, alimenta um debate profícuo no que diz respeito ao status da cultura extrativista como um todo. De modo particular, porque identificamos o sujeito no grupo a que pertence, proporciona questionamentos a respeito da cultura política dos seringueiros de Xapuri, dado que foram tomados como modelo de mobilização e luta em defesa da floresta, a floresta compreendida como um bem mais valioso da sociedade. Estes sujeitos protagonizaram mobilização e luta em defesa de suas culturas, modos de vida e dos espaços que habitavam. Mas ressalte-se que sujeitos caminham na contracorrente alertando para os riscos inerentes àquilo que se projeta como salvacionista.

Fontes

- Derci Teles, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri/Acre. Entrevista gravada por Marcos Montysuma e Tereza Almeida Cruz, em 23/12/2006.

- Raimundo de Barros, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri/Acre. Entrevista gravada por Marcos Montysuma, em 19/07/1999.

Bibliografia

MARTINELO, Pedro, (2004), *A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial*, Rio Branco, EDUFAC.

MONTYSUMA, Marcos, (1990), *Seringal, Terra e Conflito: Trilogia da Ocupação do Acre (1900-1910)*, Rio de Janeiro, PPGH/UFRJ.

MONTYSUMA, Marcos, (2006), “Entre o Proibido e o Permitido na Floresta Amazônica: Uma Historicidade da Formação Preservacionista Entre Seringueiros de Xapuri”, Antônio Bosi, *et alHistoria, Poder e Práticas Sociais*, Cascavel, EDUNIOESTE: 83 - 107.

MONTYSUMA, Marcos, (2006), “Um Encontro com as Fontes em historia Oral”, *Estudos Ibero-Americanos*, 6: 117-25.

SANTOS, Robertto, (1980), *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*, São Paulo, TAQ.

INSPIRAÇÃO DOMÉSTICA. AS FORMAS FAMILIARES DE TRANSMISSÃO DA MILITÂNCIA POLÍTICA ENTRE O OPERARIADO PORTUENSE DURANTE O ESTADO NOVO.

Bruno Monteiro¹³⁰

Instituto de Sociologia – Universidade do Porto e Albert Ludwigs Universität Freiburg

Depois de um período de excepcional criatividade e expectativas durante os anos 60 e 70 do século passado, os estudos sobre a socialização política conheceram subsequentemente o estiolamento e o impasse em termos da capacidade de renovação e circulação das suas teorias, métodos e objectos de estudo, um malogro que somente dos anos 90 em diante parece ter sido contrariado (Percheron, 1985; Niemi e Hepburn, 1995). Numa tentativa coeva para compreender e, com isso, limitar ou suspender a situação de crise epistemológica que havia entretanto grassado por este campo de estudos, Robert Connel apontava críticas a um programa conceptual marcado por uma concepção funcionalista da política, pela relutância em reflectir sobre o Estado, por uma visão individualizada dos sujeitos políticos e por um entendimento mecanicista dos trajectos de aquisição de normas e valores políticos (1987: 216-217). A estas críticas, somam-se outras sobre os métodos de pesquisa.

Na parcela de estudos em que a hipertrofia da especulação não substituiu de todo a investigação empírica, o uso de instrumentos e unidades de medida que eram uniformes e abstractas, que presumiam a universalidade e ahistoricidade dos conceitos que utilizavam e que excluía todas as respostas que escapavam aos critérios pré-construídos, não só contribuíram para a imposição de uma problemática aos sujeitos inquiridos como também serviram, ao actuarem como um modelo hegemónico que excluía ou menosprezava as aproximações heterodoxas ao universo da *política*, para coarctar a propagação e a regeneração das teses, temas ou casos em estudo (idem: 219). Em virtude deste movimento de *auto-crítica* epistémica, tornou-se viável rever e repor o horizonte de interrogação sobre os processos de socialização política, o que passou, em parte, por tomar explicitamente consciência dos limites e pressupostos que traziam o uso de variáveis e questões homogéneas para todos os terrenos de inquérito, as interpretações estáticas e psicologizantes sobre as tomadas de posição políticas, as concepções solipsistas, parciais e moralistas acerca dos sujeitos políticos vistos unicamente como votantes, como calculadores rigorosos, ou como idealistas natos (Sapiro, 2004).

¹³⁰ Bruno Monteiro é investigador do Instituto de Sociologia (Universidade do Porto) e do Instituto de História Contemporânea (Universidade Nova de Lisboa). Actualmente, é bolseiro de pós-doutoramento com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. (Endereço electrónico: bjrmonteiro@gmail.com).

Na medida em que podemos tomar posse de tais críticas, iremos expor neste texto o nosso trabalho de pesquisa sobre as trajetórias de militantes comunistas do Porto (para mais pormenores, vd. Monteiro, no prelo: 11-15). O horizonte temporal da militância comunista que tomamos em consideração compreende o hiato entre 1945 e 1974, respeitante a uma conjuntura histórica vivida sob o regime autoritário do «Estado Novo». Foi por recurso a entrevistas biográficas aprofundadas, complementadas com sucessivos exercícios de objectiva sócio-histórica das práticas militantes situadas, que procedemos a uma interrogação dos processos de incorporação da vocação militante entre o operariado do Porto. Na óptica das pesquisas sobre as estruturas sociais da «personalidade» política (cf. Greenstein, 1992), procurámos, porém, introduzir procedimentos de investigação sociológica que focassem a relevância dos encontros situados para o apuramento das competências militantes dos operários comunistas do Porto. No nosso trabalho de pesquisa, tentámos, em particular, explorar as virtualidades de um programa de pesquisa sobre os processos de formação dos esquemas de acção e pensamento da militância política que se encastram no interior de um espaço visto frequentemente como apenas «privado», os locais de socialização familiar. No entanto, começando com a salvaguarda de que recusamos postular o isolamento de uma esfera familiar, tivemos que proceder a uma série de operações de circunscrição do espaço de inquérito. Ao considerar os processos de *politização*, vistos como os trajectos de paulatina constituição e apropriação dos esquemas de pensamento e acção que permitem uma visão política sobre o mundo social, que ocorrem com uma vinculação sócio-histórica particular à cidade do Porto, procurámos, em primeiro lugar, considerar os constrangimentos e oportunidades que as estruturas sociais contemporâneas introduzem sobre os modos de contacto, actuação e enunciação de tomadas de posição políticas, evitando usar acriticamente um conceito universal de um “cidadão”. Nesse sentido, tomamos em consideração o sistema de oportunidades e constrangimentos que pesa sobre os ocupantes de uma determinada posição social, o operariado industrial do Porto, condicionando e regulando os modos de *uso* do universo político que são imaginadas e exequíveis a um certo momento da história.

Em segundo lugar, evitámos ler isoladamente as características pessoais de tais operários, considerando, ao invés, que as peculiaridades e as singularidades biográficas só adquirem uma expressão sociológica precisa depois de terem sido objectivamente colocadas entre o molho de trajetórias singulares que é constituído pelas histórias de vida de outros membros de um mesmo círculo, comunidade ou colectivo (Pudal, 1994; Pudal 1999). Nesse sentido, lemos os pontos de articulação, as etapas, os ritmos e os acontecimentos tomando em consideração as variações e as regularidades que caracterizam a biografia colectiva de um certo conjunto de militantes operários, o que nos permitiu explorar teoricamente as virtualidades de recentes interpretações sócio-históricas que recusam as oposições convencionais entre “micro” e “macro” ou “qualitativo” e “quantitativo” (Best, 2008; Keller, 2001; Cohen, 2007).

Em terceiro lugar, tentámos situar estes processos de socialização política sobre os contextos temporais e geográficos precisos do Porto, em particular, inscrevendo-os sobre os locais de habitação e

sociabilidade do operariado do miolo da cidade característicos da época após a Segunda Guerra Mundial. Esta operação de enraizamento procurou mostrar a pertinência dos quadros de interacção territoriais para a constituição, transmissão e actualização das práticas políticas e, ao mesmo tempo, trazer para o interior do horizonte de questionamento sociológico lógicas de acção, redes de conexões e formas de poder das classes populares que costumam ser omissas ou menosprezadas quando são vistas de um ponto de vista absoluto (Auyero, 2012). Dado que procurávamos conhecer os processos de estruturação das simpatias e representações políticas destes operários, tivemos, em quarto lugar, que reconstruir os estados *pré-cursivos* (cf. Herbert Hyman) que os susceptibilizaram e preparam gradualmente para um compromisso político com a oposição ao Estado Novo.

Escolhemos compreender os ritmos, os investimentos, os mecanismos e os trajectos que acompanham o surgimento e apuramento das orientações militantes destes operários a partir dos seus contextos domésticos, locais onde podia ocorrer um contacto redundante com as expressões escritas e orais, as regras e normas da moral quotidiana, ou as personificações de uma certa maneira de ser, estar e fazer politicamente. Estas precisões são tão mais necessárias quanto sabemos, por um lado, que os contextos domésticos estavam longe de constituir a única instância de socialização do oposicionismo operário, o que nos leva a ter presente toda a constelação de locais que contribuía simultaneamente para constituir a existência operária de então (Monteiro, no prelo: 31-37). Por outro lado, sabe-se também as situações económicas e culturais destas famílias, em especial ligadas a situações de antiguidade, estabilidade e prestígio locais e a projectos de reprodução ou promoção social, têm um impacto sobre as orientações políticas que a mera consideração da transmissão de conhecimentos ideológicos e esquemas de percepção e apreciação políticos não consegue esgotar (Monteiro, no prelo: 47-131). Neste texto, contudo, iremos precisamente lidar com os processos concretos de estruturação das opiniões, sentimentos e comportamentos oposicionistas que eram suportados pelos lares de operários portuenses. Iremos, em particular, prestar atenção aos momentos reiterados de contacto, impregnação e habituação com uma memória familiar de oposição política, sem com isso sugerir que a socialização primária tenha uma tal carga de prioridade ou irreversibilidade que possa obstar ao surgimento de conversões ou reconversões mais tardias (vd. Greenstein, 1992).¹³¹

¹³¹De igual maneira, estamos longe de pretender avançar com a ideia da existência de uma continuidade do *mesmo* ao *mesmo* nas relações entre as *gerações* (Passeron 1990; Passeron 2007), tendo que entrar em consideração, primeiro, que as gerações correspondem não apenas a critérios etários mas a *modos de geração* específicos (Bourdieu, 1984) e, segundo, que a actualização de uma orientação ideológica implica, de todas as vezes que é articulada sobre o terreno, uma relação contingente e pontual entre as disposições incorporadas e as conjunturas de enunciação, em particular o estado da oferta ideológica e política, os limites do espaço do pensável e fazível politicamente ou as vinculações positivas e negativas que pesam a uma determinada etapa do ciclo de vida dos indivíduos, entre outras. (Percheron, 1989; Bourdieu 1980; Bourdieu, 2005). Nem sequer estamos a avançar com a ideia da existência de uma causalidade linear que tem exclusivamente origem paternal, tendo que contar com a possibilidade de influências e contágios de sentido inverso, que surgem iniciados em contexto doméstico pelos descendentes.

Podemos justificar teórica e historicamente a pertinência do processo literal de *familiarização* com a política a partir das circunstâncias que rodearam os processos de politização operária durante o Estado Novo. Em primeiro lugar, os princípios específicos de estruturação do espaço político durante o Estado Novo tornam insustentável a manutenção de uma oposição estanque e inconciliável entre espaço público e espaço privado. Expostos a procedimentos de vigilância, inculcação e repressão das instituições oficiais do Estado, a conservação, a recriação e a transmissão das memórias de *oposição política* têm as suas expressões mais ou menos evidentes a serem supervisionadas e censuradas logo que transgridam os parâmetros restritivos que eram prescritos e tolerados para a actuação política, o que as levava, por conseguinte, a terem que procurar tácticas de equívoco e simulação que as inscreviam em procedimentos e rotinas que parecessem cumprir as regras da conveniência e legalidade em vigor ou, então, a procurarem internar-se sob a *invisibilidade* em lugares de sociabilidade com um acesso limitado para um círculo de interconhecimentos particular ou para os portadores de sinais de pertença ou provas de integridade específicos (Godinho, 2001; Ferreira, 2006).

Os constrangimentos do espaço público criados pelo regime estatal tiveram como consequência, em muitos casos, que a política encontrasse, em Portugal, uma tendência de remissão e oclusão que, em parte, vem inverter o itinerário que Roger Chartier, Keith Baker ou Jürgen Kocka sinalizam para explicar a emancipação cruzada de um espaço público criado pela *livre circulação* de opiniões trocadas entre uma comunidade de cidadãos com prerrogativas e interesses políticos, e a emergência correlativa de um redil exclusivo e resguardado para os temas privados (Chartier, 2000; Baker, 1987; Kocka, 1999). Os mecanismos estatais de contenção, opressão e exclusão aplicados sobre certas maneiras de exprimir, publicitar e comunicar as opiniões se não significaram a supressão de todo o pluralismo, oposicionismo, e controvérsia característicos do espaço político, tiveram como consequência que a concentração e circunscrição a locais privados surgissem como recurso para as poder preservar e proteger depois de terem sido extintos, ou submetidos a um circuito de aprovações e ratificações constantes, os colectivos que as sustentavam, tais como os partidos políticos, os sindicatos livres, as cooperativas de consumo ou certas colectividades culturais e recreativas. Sob esta reserva de privacidade, que, contudo, era passível de ser comprometida, violada ou revogada por recurso a expedientes legais ou discricionários, tornou-se possível, apesar de tudo, a conservação e a transmissão de objectos, conhecimentos, recordações ou sensibilidades que eram oficialmente depreciados, sancionados ou proibidos. Nestas circunstâncias, não só é possível constatar que a separação entre o público e o privado é historicamente contingente, tendendo a constituir, aliás, uma *parada em disputa* entre os poderes concorrentes da época, como é preciso sinalizar que, a recepção e evicção do oposicionismo operada, em parte, para o interior de lares contribuiu para o surgimento de uma variedade de práticas que têm um estatuto ambíguo e miscigenado quando avaliadas unicamente segundo os critérios da política formal. Em segundo lugar, é preciso ter em atenção os constrangimentos sociais e políticos que caracterizavam operários que, por um lado, estavam submetidos a uma situação de privação económica e cultural significativa, o que tendia a inibir, ou a

impedir até, a aproximação ao universo das práticas políticas oficiais e dominantes, e que, por outro lado, estavam abrangidos por uma série de dispositivos de enquadramento cultural, orientados para uma domesticação dos comportamentos potencialmente disruptivos e insidiosos que pudessem ter em relação à ordem simbólica vigente.

Ainda antes de concluir esta introdução, é preciso notar que temos presentes as implicações que podem ter as escolhas metodológicas que acompanham o recurso a entrevistas biográficas, entre elas o risco de reconstrução do passado recordado segundo a perspectiva do presente da recordação ou a utilização condescendente e implícita das convenções de um certo tipo de narração memorial (Monteiro, 2012). No entanto, tal como sugere Maurice Halbwachs quando voltando sobre si mesmo os seus procedimentos de inquérito sobre a memória social, lembra ter visto em criança os habitantes da Sibéria que esperavam por Louis Pasteur à Rua de Ulm, tais recordações só podiam ter sido conservadas tanto tempo e sido carregadas emocionalmente porque elas se mostraram ulteriormente significativas, ou seja, a *relevância* que têm os acontecimentos, personagens ou objectos quando são verbalizados em entrevista não tem que ser somente accidental ou imaginária: ela é uma consequência dos mecanismos sociais de fixação e confirmação da memória pessoal. Tudo somado, procuramos verificar e minimizar o impacto de transfigurações retrospectivas ao centrar-nos em relatos que expõem sequências de acontecimentos e estilos de actividade em detrimento de testemunhos que constituem julgamentos de valor, ou seja, quando estudamos os modos de absorção, apropriação e reinvenção que estes operários desenvolveram em relação a um património familiar de experiências e memórias políticas interessamo-nos mais pelo *como* do que pelo *porquê*. Esta é uma consequência de objectivarmos um conjunto de trajetórias biográficas que não nos permite pensar a sua selecção, composição ou extensão em termos de representatividade estatística, nem pretender a uma generalização de um contributo que é extremamente sensível às vicissitudes locais da história (vd. Suaud 2009).

Tendo em atenção as circunstâncias, iremos introduzir sumariamente os eixos de centralidade sobre o papel das memórias familiares de oposição política para a constituição de uma competência técnica e estatutária de militância política destes operários, tentando, com isso, contribuir para uma aproximação a uma noção de modos de formação das disposições políticas que eles irão, a seu tempo, aplicar como militantes (vd. Federini, 2007).

Uma questão de família.

Nestes trajetos militantes surgem repetidamente indicações quanto à existência de uma relação de convivência com um familiar próximo (normalmente o pai, o avô ou um irmão) que tinha opiniões, sentimentos, atitudes e comportamentos de descomprometimento, desprezo, censura ou hostilidade em relação ao Estado Novo. Sobretudo, quando contava com um passado de militância política, o que não era de todo raro, esse contacto próximo com a ideologia em modo doméstico, contribuía

ininterruptamente para a constituição e reconstituição de uma memória pessoal e familiar de militância. De facto, são frequentes os militantes operários que assumem ter mantido, desde cedo, um contacto doméstico com expressões de oposição à ordem social e política vigente, expressões que passavam pela recordação de compromissos com o “revirinho”, pela indicação de “simpatias” de natureza anarcossindicalista ou comunista ou, enfim, pela menção de posturas de desafeição elementar (“democrata”, “contra o regime”, “opositor”). Serão encontradas, nestas atmosferas domésticas de contestação e aversão ao Estado Novo, uma escala de distintos graus de formalização e de ideologização das experiências de militância. Em termos de formalização, uma tal escala passava, através de uma sucessão de patamares intermédios e transitórios, da ocupação de cargos públicos durante a República ou o protagonismo de funções elevadas entre as organizações políticas até a uma simpatia oposicionista muito diluída que resistia a ser expressa pela ação partidária. Em termos ideológicos, as situações extremas que constituem os pólos da escala são, por um lado, a imersão em existências familiares que pareciam ser totalmente orientadas em termos políticos – o que podia significar, entre outros aspetos, que as preferências políticas governavam as escolhas dietéticas, como sucedia com o vegetarianismo – e, por outro lado, a afeição apenas eticamente fundada (“sentido de justiça”), que era frequentemente ocultada, e que tendia a exprimir a sua dissensão em relação ao Estado Novo em termos exclusivamente morais. Por entre a diversidade de situações familiares que podia ser assim encontrada, mais ou menos formalizadas, mais ou menos ideologizadas, a politização doméstica tinha lugar, contribuindo para uma impregnação de um estrutura de sentimentos do que é interdito ou permitido, do que é desejável ou temível, atuando quer pela transmissão de uma memória política quer pelas utilizações familiares das coisas e signos políticos.

Para a sua iniciação à militância política, estes operários militantes contaram, desde logo, com um património acumulado pelas suas famílias na forma de recordações e histórias de relacionamentos privilegiados com acontecimentos, personalidades e organizações operárias. Ao mesmo tempo, eram frequentes as demonstrações de interesse por problemas, assuntos e temas propriamente políticos, que passam, então, a motivar uma atenção especial, sem qualquer carga de diletantismo, quase que naturalmente, a determinados aspetos selecionados como especificamente políticos. Em regra, essa atenção à política passava pela utilização de classificações estritamente políticas do mundo social, estabelecendo conseqüentemente as divisões e as hierarquias entre pessoas e coisas que são baseadas em categorias políticas (“progressista ou “reacionário”, “esquerda” ou “direita”). Por fim, este envolvimento com a política, contribuía para a formação de uma sensibilidade específica, uma estrutura sinestésica feita de simpatias e antipatias, afinidades e afastamentos, predileções e aversões, que corresponde a um princípio de orientação e ação capaz de engendrar, perante novos e inesperados dilemas, reações e respostas em conformidade com as “ideias” (literalmente) perfilhadas, sem precisar, contudo, de ter uma consciência desperta e clara dessas “ideias”. Exatamente aquilo que poderia ser considerada uma intuição do mundo social que integra critérios de apreciação e categorias de perceção que são

politicamente relevantes. Para além do mais, esta domesticidade da política operária significou o acréscimo das oportunidades de interseção com determinados eventos, indivíduos e objetos que podiam ter, após ter sido sugerida e imposta a sua interpretação em termos políticos, um significado presente ou potencialmente político por cima da sua aparência mais comum. Desta maneira, quando ainda criança se é levado pela mão do pai a ver as manifestações de júbilo pela vitória aliada na Segunda Guerra Mundial, a nossa atenção podia ser dirigida para determinados aspetos que passariam despercebidos a um olhar distraído – e, assim, um filho de operário foi sensibilizado para reconhecer um significado político sob uma aparentemente anódina “bandeira sem pano”. Por entre a confusão e a complicação de uma miríade de impressões sensoriais, ele foi sensibilizado para fazer uma percepção e apreciação do acontecimento que lhe imprime um sentido contestatário.

Uma dissidência simbólica

Estas vinculações a uma memória de oposição são também pertinentes porque vêm usualmente acompanhadas por uma contraparte de desvinculação em relação ao consenso político preconizado e prevalecente durante o Estado Novo. Isso permitia que, logo aos dez anos, a renitência em prestar-se docilmente às atividades da Mocidade Portuguesa encontrava propulsão e sustentação nas tradições familiares de “oposição”. Para tanto, era dispensada qualquer resolução demoradamente ponderada – tudo parecia ser sensorialmente *óbvio*, até o desprezo e a repugnância. A (auto-)exclusão dos mecanismos de enquadramento material e espiritual que o Estado Novo preconizava para as classes laboriosas significava uma isenção ou uma diminuição das consequências trazidas pelos dispositivos estatais de desculturação e aculturação. Até para romper com a submissão física e mental ao catolicismo, característico de muitos operários militantes, que, para lá daqueles, poucos, que não frequentaram a catequese, ou que não foram sequer batizados, que gozavam uma adesão puramente ritual da religião (e que, normalmente, terminava com a comunhão), foi preciso que existisse um afastamento em relação às rotinas concretas e compromissos espirituais da Igreja Católica, que disputavam a fidelidade não só ideológica – que parece ter sido conciliável com o oposicionismo – mas sobretudo *prática* da atividade política destes operários (Michelat e Simon, 1977: 81-84, 106-109). Em certo sentido, é permitido reconhecer aqui a *desculturação* e a *aculturação* que, segundo Erving Goffman, acompanham concomitantemente a instituição de uma condição social particular.

Uma pedagogia sem intenção pedagógica

Para que um operário pudesse aperceber-se e identificar a série de transições cromáticas do espectro político, designadamente, reconhecendo os gradientes que estão, em termos simplistas, mais ou menos “à esquerda” ou “à direita”, mais ou menos “oposicionista” ou “situacionista”, foi certamente necessário ter acesso a “leituras” e escutar a história das organizações políticas (“Bento Gonçalves”, “Álvaro Cunhal”), como foi indispensável poder acumular a experiência vivida de proximidade com as

personificações do passado militante, únicas que podiam transmitir-lhe as maneiras de ser, estar e fazer tácitas, posturas, condutas, entoações, sensibilidade, intuições que nenhum manual pode conter e que raramente um discurso toma por tema. Isto é, foi necessário – e, de início, teve que ser suficiente – contactar circunspectivamente com a política, de uma maneira sentimental (“acreditava”) que é distinta de qualquer saber especulativo e abstrato (“teoricamente”). Não basta o conhecimento abstrato das fórmulas, expressões, siglas da política, porque elas não têm um significado trans-histórico mas sim, pelo contrário, têm sempre um uso que é historicamente situadas e datadas consoante o espaço do que é politicamente pensável (“divisões”, “desvios”) e do estado de repartição vigente no sistema social de oportunidades contemporâneo (“ter emprego”, “podíamos mudar de um sitio para o outro”, “eu ali pude andar a aprender”, “depois podemos apresentar a lista para o sindicato”) (Manza et al, 2005: 201-225). Desta maneira para poderem ser eficaz e inteligivelmente atualizadas – “a palavra certa”, “ver logo em que me estava a meter”, “saber falar”, “não se podia ir a direito” – têm de permitir improvisações que sejam simultaneamente regulares e pertinentes, isto é, que estejam orientadas pelos princípios de organização da realidade herdados do passado (“a linha do partido”) mas também ajustadas e apuradas às circunstâncias enfrentadas a um determinado momento. Estes primeiros contactos com a militância tinham, muitas vezes, um carácter inicial genericamente moral (“bom” e “mau”, “vergonha” e “orgulho”, “honra” e “fraqueza”), junção que, aliás, permanecerá ao longo do tempo (“o meu pai era um homem de palavra”, “homem sério”, “honrado”).

Mais do que inventariar ou traçar filiações de ideias, tratamos de descrever as incrustações e as inscrições nas trajetórias operárias dos episódios, representações, relações de proximidade, materiais de uso e saberes que foram trazidos pelas *filiações* militantes. Esta é uma iniciação ténue e subtil a um entendimento propriamente político do mundo social, que estando também apoiada na transmissão e aquisição de *informação*, está sobretudo alicerçada numa *convivência* e numa *convivência* mantidas quotidianamente. Ou seja, se se pode servir dos meios típicos da criação e difusão do conhecimento intelectual, ela é especialmente uma modalidade de discernimento transmitida e adquirida sorrateiramente pela submersão contínua na emulsão de cultura militante existente, em estado fragmentário e difuso, no interior dos lugares comuns frequentados por estes operários desde muito cedo. Independentemente de serem notórios os procedimentos de ilustração ideológica (“ele explicava-me”), são os atos e acontecimentos trazidos pelas simpatias e compromissos militantes, que, até quando estavam, nesse momento, desligados de uma militância assumida e efetiva numa organização política, instilam duravelmente uma propensão e um discernimento políticos. Fazem-nos usualmente através de expedientes aparentemente inócuos, que ignoram, aliás, qualquer cálculo a respeito das consequências sobre o aprendiz, que, ele próprio, pouco desconfia de participar em qualquer tipo de educação política. Se era possível participar em comícios e em reuniões (“eu vi o comício do Norton de Matos”) sem sequer ter uma noção absoluta do conteúdo programático das convocatórias e dos discursos (“eu não tinha

consciência nenhuma de nada”), a verdade é que a impressão do momento seria, após um percurso militante, retraduzida pela linguagem militante do comunista, tornando-se um prenúncio para a militância.

Para além de ser uma memória construída retrospectivamente, é certo que os acontecimentos foram acomodados, inicialmente sem uma consciência plena, pelas maneiras de ser, estar e fazer destes operários. De igual maneira, unir-se a romagens, desfiles ou manifestações de protesto ou homenagem (“no Primeiro de maio e no 31 de janeiro era sempre certinho”; “arrancaram a placa do «Santo António» para pôr o «31 de janeiro») ou, então, contribuir para coletas, abaixo-assinados ou jantares de comemoração (“quando acabou a guerra fui com o meu pai para o desfile”), haveria de compatibilizar prolongadamente o operário com as exigências do militantismo, para lá, é claro, de o familiarizarem com certos vocabulários, com certas normas, e com certas posturas que podiam parecer, vistos por um estranho, incompreensíveis, imoderados, irracionais. Assistir a cenas em casa, cafés, coletividades ou festas populares, como conversas entre antigos militantes operários (“havia lá na associação um homem que tinha estado preso”, “um colega do meu pai que estava no café era dos anarquistas”) ou ouvir clandestinamente rádio (“tinha aquilo ligado na Rádio Moscovo”), são recorrentes por entre as histórias de vida destes operários, demonstrando que a separação entre a arena pública, política, e a arena privada, doméstica ou comunitária, é nefasta para a compreensão da aquisição de interesses e intenções políticos através de modos que parecem ser apolíticos. Até ver, simplesmente, o mero exemplo oferecido pelo pai e por conhecidos, sem qualquer acompanhamento de palavras, pode, como todas as outras modalidades de contacto com as coisas, os nomes, as pessoas da política que inventariamos, operar uma muito concreta e palpável familiarização com o universo de sentido político da “oposição”, precisamente aquela que sustenta, pela empatia e pelo mimetismo, a transferência de disposições militantes entre gerações. “Eu não sei mas talvez viesse um pouco de família, o meu pai e o meu avô eram republicanos, andaram fugidos no tempo da monarquia e talvez por isso fiquei consciente, comecei-me a dedicar um pouco... lembra-me também das campanhas com aquele avental que ele usava, aquilo não era uma avental era uma veste qualquer com uma cruz, chamaria-lhe [sic] uma cruz maçónica, não sei se era se não, mas lembro-me disso” (António Andrade). Por via desta perspectiva, poder-se-á compreender, sem ter que transigir com as explicações idealistas ou materialistas da “tomada de consciência” ou da “doutrinação do partido”, as metáforas do contágio e da iluminação que são frequentemente usadas pelos próprios militantes para descrever a adesão militante.

Nota de conclusão

A prolixidade e a redundância de eventos que solicitavam e disseminavam palavras e atos políticos, tais como as romagens, os jantares ou os comícios, a repetição e continuação de leituras e conversas marcadas por temas e finalidades políticas, a paulatina modelação dos esquemas de acção e pensamento através do mimetismo voluntarista ou do exercício acompanhado, que vão permitir subsequentemente o espontâneo engendramento de actos e opiniões perante circunstâncias inusitadas

sem desmentir “o espírito” ou a “letra” de propósitos didáticos, estimulam uma *saturação* que, a partir de uma nuvem de partículas vaporosas, cria uma militância tangível. Por outro lado, a autoridade sobre as maneiras de fazer, ser e estar destes operários ia sendo retirada a determinadas instituições oficiais, para a transferir para outros aglomerados de jurisdição, que eram usados e que usavam o seu trabalho militante. Pela domesticidade deste relacionamento com o universo da política estabelecia-se um primeiro contacto com um vocabulário politicamente carregado, com memórias de certos acontecimentos e personalidades (“havia lá um velho militante”, “no trabalho tinha lá comunistas, que eu nem sabia que eram”), com rotinas ou eventos expressamente políticos (“ouvir rádio”, “ir a comícios”, “escutar conversas sobre o «regime»”, “celebração”), com uma determinada iconologia (emblemas, sinais), com uma narrativa escrita, literária nomeadamente, e uma narrativa oral assumida ou obliquamente «oposicionistas», enfim, com todo um sistema particular de apreciações e depreciações, reprovações e elogios, censuras e incentivos. Dissolvida que estava nos momentos menores e vulgares da vida familiar, laboral e vicinal, a aquisição difusa e silenciosa de uma mundivisão política ia orientando, subtilmente, tacitamente, enfim, *naturalmente*, os esquemas de pensamento, sentimento e comportamento segundo a divisão “nós”-“eles”, ou seja, entre “amigos”-“inimigos”, “simpatias”-“antipatias”, “justiça”-“injustiça” e, certamente, “oposição”-“situação”. Para recusar a “imagem mental” que parece convir ao papel da *intenção* para a militância operária, podemos repetir o que escreveu Ludwig Wittgenstein, para quem “a intenção está imersa na situação, nos costumes e nas instituições dos homens.” “Se não houvesse a técnica do jogo de xadrez, então também eu não podia intencionar jogar uma partida de xadrez. (...) Só se pode dizer alguma coisa quando se aprendeu a falar. Logo, quem quer dizer alguma coisa, tem que para isso ter aprendido a dominar uma linguagem” (2001: 374-375). Precoce e prolongado, este contacto com o universo de significado e acção da política oposicionista, permitia a instilação implícita e paulatina de uma competência estatutária e prática de apropriação e manipulação dos materiais ideológicos que era capaz de atenuar ou suspender as mais graves consequências da privação cultural que pesavam genericamente sobre estes operários, uma pedagogia sem intenção pedagógica explícita que acomodava a sua sensibilidade, o seu entendimento e a sua percepção segundo os princípios de classificação do mundo social tidos pelo “oposicionismo” como relevantes.

Bibliografia

- AUYERO, Javier, (2012), “Poor people’s lives and politics: The things a political ethnographer knows (and doesn’t know) after 15 years of fieldwork”, *New Perspectives on Turkey*, 46, 95-127.
- BAKER, Keith, (1987), “Representation”, Keith Baker (ed.), *The Political Culture of the Old Regime*, Oxford, Pergamon Press, p.469-492.
- BEST, Heinrich, (2008), “Wenn Quantität in Qualität umschlägt: Die Prosopographie der DDR-Funktionseleiten als ein Beitrag zur Hermeneutik der realsozialistischen Lebenswelt”, *Historical Social Research (Supplement)*, 20, 195-210.
- BOURDIEU, Pierre, (1980), “La représentation politique”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 36(1), 3-24.

- BOURDIEU, Pierre, (1984), "La greve et l'action politique", Pierre Bourdieu, *Questions de Sociologie*, Paris, Éditions du Minuit, 251-263.
- BOURDIEU, Pierre, (2005), *Propos sur le Champ Politique*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon.
- CHARTIER, Roger, (2000), *Les Origines Culturelles de la Révolution Française*, Paris, Éditions du Seuil.
- COHEN, Gidon, (2007), "Towards a mixed-methods social history: combining quantitative and qualitative methods in the study of collective biography", K. S. B. Keats-Rohan, *Prosopography. Approaches and Applications. A Handbook.*, Oxford, Oxford Occasional Publications.
- CONNEL, Robert, (1987), "Why the "Political Socialization" Paradigm Failed and What Should Replace It", *International Political Science Review*, 1987, 8 (3), 215-223
- FEDERINI, Frederique, (2007), "Prolegomenes à une théorie des modes de formation des dispositions politiques", *Sociologies*, 2.
- FERREIRA, Ana Sofia, (2006), "As eleições no Estado Novo As eleições presidenciais de 1949 e 1958", *Revista da Faculdade de Letras HISTÓRIA*, 3(7), 197-212
- GODINHO, Paula, (2001), *Memórias da resistência rural no Sul – Couço (1958-1962)*, Oeiras, Celta Editores.
- GREENSTEIN, Fred, (1992), "Can Personality and Politics Be Studied Systematically?", *Political Psychology*, 13 (1), 105-128.
- KELLER, Udo, (2001), "Sociological explanations between the micro and the macro and the integration of quantitative and qualitative methods", *Qualitative Sozialforschung / Qualitative Social Research*, 2 (1).
- KOCKA, Jürgen, (1999), *Industrial Culture & Bourgeois Society - Business, Labor, and Bureaucracy in Modern Germany*, New York, Berghahn Books.
- MANZA, James et al, (2005), "Money, participation, and votes: social cleavages and electoral politics", Thomas Janoski et al (eds.), *The Handbook of Political Science. States, Civil Societies, and Globalization.*, Cambridge, Cambridge University Press, 201-226.
- MICHELAT, G & SIMON, M (1977), *Classe, Religion et Comportment Politique*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- MONTEIRO, Bruno, (2012), "Que é afinal o tempo?. Recomposição económica e estruturas da temporalidade numa comunidade (des)industrializada do Ave", Virgílio Borges Pereira (Org.), *Ao cair do pano. Sobre a formação do quotidiano num contexto (des) industrializado do Vale do Ave*, Porto, Afrontamento, pp.385-444.
- MONTEIRO, Bruno, (no prelo), *A incorporação da vocação militante. A militância comunista entre o operariado portuense durante o Estado Novo (1945-1974)*, Porto, Edições Afrontamento.
- NIEMI, Richard & HEPBURN, Mary, (1995), "The rebirth of political socialization", *Perspectives on Political Science*, 24(1).
- PASSERON, Jean-Claude, (1990), "Biographies, flux, itinéraires, trajectoires", *Revue Française de Sociologie*, 31, 3-22.
- PERCHERON, Annick, (1985), "Le domestique et le politique. Types de famille, modèles d'éducation et transmission des systems de norms et d'attitudes entre parents et enfants", *Revue Française de Sociologie Politique*, 35(5), 840-891.
- PERCHERON, Annick, (1989), "Âge, cycle de vie, generation, période, et comportement electoral", Daniel Gaxie (ed.), *L'Explication du Vote. Bilan des Études Electorales en France*, Paris, Presse de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 228-262.
- PUDAL, Bernard, (1994), "Du biographique entre "science" et "fiction" Quelques remarques programmatiques", *Politix*, 27, 5-24.
- PUDAL, Bernard, (1999), "Biographie et biographique", *Le Mouvement Sociale*, 186.
- SUAUD, Charles, (2010), "As lutas religiosas do ponto de vista de uma sociologia da incorporação. O corpo sacerdotal (católico) entre doutrina e inovação", *Sociologia*, 15, 47-69.
- WITTGENSTEIN, Ludwig, (2001), *Tratado Lógico-Filosófico / Investigações Filosóficas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

BIOGRAFÍA DE MIGUEL BURGAS, EL PRIMER DIPUTADO COMUNISTA ARGENTINO.

Mariana Mastrángelo.

Facultad de Filosofía y Letras - Universidad de Buenos Aires

Miguel Burgas fue el primer diputado comunista de América Latina en el año 1924. El relato de vida de este militante comunista es un micromundo, que puede ser tomado como una *muestra* o un *indicio* de otras biografías de militantes de izquierda que se politizaron en las primeras décadas del siglo XX en la Argentina. Según Daniel Bertaux, la hipótesis central de la perspectiva etnosociológica sugiere que:

“Las lógicas que rigen el conjunto de un mundo social o mesocosmos, se dan igualmente en cada uno de los microcosmos que lo componen. Observando con atención uno solo, o mejor varios de estos microcosmos, se deberían poder captar al menos algunas de las lógicas sociales del mesocosmos mismo” (Bertaux, 2005:18).

Siguiendo los lineamientos de la perspectiva etnosociológica, en este trabajo reconstruiremos la trayectoria de vida de este militante de izquierda. Su itinerario repasa sus primeros años de vida, marcados por las mudanzas que él, junto a su familia, experimentó en la ciudad de Buenos Aires y luego en el interior de la Argentina. Estos cambios geográficos lo nutrieron de nuevas relaciones y vivencias. En Jesús María, una pequeña ciudad del interior cordobés, su familia adquirió un Hotel. En este lugar, Burgas comenzó su proceso de politización e ingresó a militar en un partido de izquierda. Pocos años después, se convirtió en el primer diputado comunista de la época. Recorrer la experiencia de vida de Miguel Burgas nos ayudará a comprender, por un lado, la entrada a la militancia, en este caso de izquierda, de generaciones de argentinos que de esta manera ingresaron a la política. Por el otro lado, su itinerario echará luz sobre los siguientes interrogantes: ¿Por qué las personas se politizan? Y ¿Qué los lleva a optar por un partido de izquierda? Estas preguntas serán el hilo conductor de esta *pequeña* biografía (Sá Avelar y Bisso Schmidt, 2012) sobre Miguel Burgas, tomada de su relato de vida que la Colección Testimonios publicó en el año 1985 (Burgas, 1985).

Miguel Burgas nació en el barrio San Telmo, ciudad de Buenos Aires, en el año 1891. Su padre, José, era carpintero; y su madre, Ángela Bergéz era planchadora. La familia Burgas, en el transcurso de pocos años, se mudó primero de barrio. De este modo, la familia se cambió a la calle Corrientes y Pueyrredón y él concurrió a la escuela primaria del Círculo Católico de la Iglesia Balvanera, que no logró completar. Poco tiempo después, los Burgas se mudaron nuevamente, pero ya al interior del país. Según recuerda este militante comunista, *“la presión política del ambiente en donde se desenvolvían mis padres,*

sumado al deseo de progresar económicamente, llevaron a la familia a radicarse en la provincia de Catamarca, allá por el novecientos, donde compraron un modesto hotel" (Burgas, 1985: 7).

Como expresa Burgas, sus padres no practicaban actividad política ni entendían lo que eso significaba, en un contexto donde había ya un importante desarrollo de las tendencias socialista y anarquista. Veremos a lo largo de su narración cómo este recuerdo irá modificándose, sin que él lo perciba ni note las contradicciones que surgen al respecto. Una de nuestras hipótesis iniciales plantea cómo influyen las tradiciones familiares o la *"acumulación del pasado"* (Hobsbawm, 1999: 57)¹³² en las personas a la hora de ingresar a la militancia. Estas herencias familiares están presentes en los relatos de vida y su incidencia es imperceptible o inconsciente en ellas. Esto se hace visible a lo largo del testimonio de Burgas con pequeños indicios que van surgiendo y que pueden reconstruirse como un gran rompecabezas.

En la provincia de Catamarca la familia permaneció hasta el año 1909. Aquí, recuerda Burgas, tenían más comodidades. Además, él pudo continuar con sus estudios. Estudió hasta tercer grado de la Escuela Normal y luego su padre contrató a un profesor particular, Juan Grillot. Éste era anarquista y sabía un poco de todo, pero sobre todo, dominaba idiomas. Según Burgas, es probable que este profesor anarquista tuviera cierta influencia en su hermano mayor (que murió a causa de neumonía mientras cumplía el servicio militar), ya que éste frecuentaba el círculo de trabajadores catalanes de una colonia catamarqueña y también había tomado contacto con literatura anarquista y marxista. Estos pequeños indicios dan cuenta de la presencia de la política en la vida familiar de estas personas. No habría sido casual que el profesor anarquista se cruzara con los Burgas. Seguramente algún conocido se los recomendó, o también, que fuera alguien cercano a sus padres. Lo cierto es que el profesor catalán tuvo más influencia en el hermano mayor de Burgas, y no así en él, ya que no le generaba confianza. Recuerda Burgas que años más tarde lo volvió a encontrar al profesor anarquista en el hotel que sus padres compraron en Jesús María, provincia de Córdoba, en momentos en que ellos fundaban el Centro Comunista. Según Burgas, se acercó a ellos de manera oportunista, buscando solo prestigio. Prueba de ello, continúa el relato, *"es que aceptaba atender a los hijos Burgas porque tenían plata, pero a los hijos de Decanini, que era un pobre quintero ¡qué los iba atender! 'A estos no ¡qué van aprender! ¡Solo sirven para trabajar el campo! Decía"* (Burgas, 1985:10). Habría sido de nuevo el azar o la casualidad que el profesor anarquista apareciera años más tarde por el hotel de sus padres, en otra provincia, a cientos de kilómetros de distancia.

Como ya se adelantó en el párrafo anterior, en el año 1909, sus padres decidieron cambiar el hotel de Catamarca por otro en un lugar de veraneo, más concurrido. De esta manera la familia se trasladó a Jesús María, una ciudad de 12 000 habitantes, en el interior de la provincia de Córdoba. En esa época, la ciudad de Jesús María se dedicaba básicamente a la producción de vino, y por esta razón, dependía de

¹³²Este concepto lo hemos tomado de Eric Hobsbawm de su libro *Gente poco corriente*. El autor sugiere *que desde la perspectiva histórica, el proceso de construcción de nuevas instituciones, nuevas ideas o nuevas teorías, pocas veces empieza siendo una tarea deliberada de ingeniería social. Los hombres viven rodeados por una amplia acumulación de mecanismos institucionales del pasado, y es natural que escojan los más convenientes y los adapten a sus propios fines*. E. Hobsbawm. *Gente poco corriente. Resistencia, rebelión y jazz*. Barcelona: Editorial Crítica, pág. 57, año 1999.

Colonia Caroya, ciudad vecina. Asimismo, era un centro turístico de nivel medio y también, constituía un lugar de reunión para los políticos de la zona.

En Córdoba, el hotel de sus padres era uno de los mejores en esos años. Allí la familia Burgas mantuvo relaciones con personajes importantes, incluso ministros y gobernadores. Recuerda Burgas que todos los diputados socialistas iban al hotel familiar. De esta manera, de muy joven, se afilió al Partido Socialista. Aunque desde el principio le molestaba la actitud aristocratizante de sus dirigentes. Según Burgas,

“No nos dirigían la palabra. Ellos iban a hablar con el jefe político que comía en el hotel...Para el Partido Socialista la clase obrera existía en la medida en que podía aumentar su caudal electoral. Fuera de ello, nadie pensaba en los obreros” (Burgas, 1985: 12).

Es interesante remarcar lo que Burgas expresa como la actitud *aristocratizante* del Partido Socialista. Esto revelaría la base social de este partido de izquierda, obreros calificados y sectores medios. Evidentemente, en este contexto, Burgas no se sentía representado.

Como puede observarse, en el hotel de Jesús María es más visible la relación que la familia Burgas conservaba con la política. El hotel era un centro de reunión donde continuamente había políticos, funcionarios y sobre todo, el jefe político del Partido Socialista comía allí todos los días. También en el hotel, Burgas comenzó su proceso de politización. Un hecho puntual despertó en él el gusto por el debate y la discusión. Burgas narra que:

“Por entonces me apasionaba el proceso de la guerra imperialista de 1914. Leía todo lo referente a ella acompañado por un viejo radical; hasta reconstruíamos los planos estratégicos y todo lo concerniente al aspecto militar. Con los demás parroquianos lo que hacíamos era discutir acaloradamente” (Burgas, 1985: 13).

Aquí el proceso de la Primera Guerra Mundial y la lectura fueron fundamentales en la relación que Burgas entabla con la política. Ahora él se siente protagonista, puede leer, discutir y defender su postura. Asimismo, es reconocido por sus interlocutores. Así fue que Burgas conoció en el hotel al sastre Santerini, que le dio un número de *La Vanguardia*, según Burgas le dijo: *“si querés saber cosas de la guerra, tenés que leer esto”* (Burgas, 1985: 13). De esta manera, en el hotel de sus padres, Burgas tomó contacto, a través de Santerini, con la base del Partido Socialista. Allí conoció también a un zapatero remendón, de apellido Pafún. Burgas recuerda que

“Cuando me podía hacer una escapada del hotel, me corría hasta la panadería que quedaba a una cuadra y allí leía y comentaba con los demás los artículos de La Vanguardia. Corría el año 1916 y ya me sentía socialista” (Burgas, 1985: 13 y 14).

Burgas ya se *“sentía socialista”* y sus pares también lo reconocían como tal. El zapatero Pafún, que según Burgas tenía una formación política superior a la del sastre Santerini, ya que había participado en el movimiento socialista italiano, le dijo un día: *“Por qué no te afiliás al Partido, si vos sabés más que nosotros, vos podrías ser socialista, leés e interpretás cosas que nosotros, socialistas, desconocemos”*

(Burgas, 1985: 14). Al tiempo, comenta Burgas, lo buscó a Santerini y le pidió que lo anotara. Recuerda que recibió el carnet el día 7 de julio de 1917.

Esta descripción que hace Burgas sobre su ingreso en la militancia nos da pistas de cómo era el proceso de politización en las primeras décadas del siglo XX en la Argentina. Por un lado, como ya se mencionó con anterioridad, las tradiciones familiares juegan un rol importante en la formación y en la vida cotidiana de las personas. El padre y la madre de los Burgas creían en la educación y por todos los medios hicieron que sus hijos tuvieran una instrucción formal. Al punto que les contrataron un profesor particular, que era anarquista. Si recordamos el lema de los anarquistas, *la educación te hará libre*, podemos entender la preocupación de los padres de Burgas sobre este tema. Asimismo, es probable que el padre tuviera vinculaciones o fuera cercano al anarquismo. Algunos indicios al respecto darían cuenta de ello. Su padre tenía presiones políticas según recuerda Burgas de su infancia, seguramente en su ambiente, socialistas y anarquistas eran muy cercanos a la familia. Este sería el caso del profesor anarquista, que aparece en varios fragmentos del relato de Burgas. La última conjetura que tenemos sobre la presencia de la política en la familia Burgas es el hotel de Jesús María. Allí, por lo que relata Burgas, se desenvolvía una constante actividad política. Era lugar de reunión de los jefes políticos de la zona, incluso, los del Partido Socialista, como ya se mencionó. También Burgas se reunía con sus parroquianos a discutir sobre los acontecimientos de la guerra, relacionándose con los socialistas Santerini y Pafún, personas muy importantes en la formación política de Burgas. Asimismo, su madre también tuvo un proceso de politización en el hotel familiar, recuerda que ella:

“Era una mujer de convicciones católicas, pero la fuimos ganando con nuestro ejemplo militante. Ella no llegó a afiliarse, pero era una verdadera amiga de los compañeros a pesar de su edad. Todas las delegaciones contaban con su colaboración, incluso el mismo Rodolfo Ghioldi que pernoctó unos días en el hotel. Ella conocía toda nuestra actividad. Ella siempre nos decía: ‘cualquier cosa que necesiten, si llegan a hacer un acto, yo me encargo de la comida’... Cuando el hambre provocado por la guerra civil en la naciente Rusia Soviética, se nos planteó el problema de adoptar niños a distancia. Nuestro Centro tomó dos y mi madre uno de ellos. Ella pagó todos los meses la cuota convenida” (Burgas, 1985: 17 y 18).

Como puede observarse, en la memoria de Burgas, su madre también fue permeable a las nuevas ideas que él mismo iba experimentando. Si recordamos la novela *La madre* de Máximo Gorki, podemos hacer una analogía de este mismo despertar a la política. Lo que vive el hijo es también vivenciado por su madre, sensible y de buen corazón. Asimismo su relato contiene una valoración positiva sobre la militancia en el partido. Los valores morales del partido eran fundamentales para este militante ya que en palabras de él, su madre: *“en todo momento nos agradecía su reconocimiento por haberla ayudado a experimentar ese cambio en su modo de pensar y ver el mundo”* (Burgas, 1985: 18).

Sin embargo, antes que su madre, él experimentó ese cambio en su percepción y en el modo de ver el mundo. La Gran Guerra fue el inicio de una toma de conciencia para Burgas. Este hecho puntual, el de la guerra, fue uno de los detonantes en la politización de militantes de izquierda de la época. Se suma al

hecho de la guerra, la lectura en este proceso, como ya hemos indicado. Recuerda Burgas que “*el material básico de nuestras lecturas era la prensa que llegaba al hotel, La Nación o La Prensa*”. Luego se sumaría *La Vanguardia* que le pasaba el sastre Santerini. Asimismo, habían pedido el *Manifiesto Comunista* y otros libros, que según Burgas “*leía con fruición metido detrás del mostrador*”. Por el año 1918, recuerda Burgas escribió a París pidiendo un ejemplar de *L'Humanité*. Con el tiempo llegó a tener cuenta corriente con el periódico del Partido Comunista Francés y cuando pedía un material se lo mandaban por correo. Asimismo tuvo que aprender francés para poder leer en ese idioma la prensa partidista y otras publicaciones que pedía por correspondencia.

En este momento del relato, Burgas se detiene y realiza una llamativa consideración: pide que se tome en cuenta que todo lo que narra ocurría en una pequeña comunidad del interior del país, tan lejos de Buenos Aires, en la década de 1920. Esta observación de Burgas tiene sentido ya que existía y subsiste en la actualidad una fuerte tradición que considera que el desarrollo de las tendencias de izquierda ocurrió sólo en los grandes centros urbanos, en este caso para la época, Buenos Aires, Rosario y Córdoba Capital en menor medida. Sin embargo, el desarrollo de la izquierda se dio contemporáneamente en el interior de la Argentina (Mastrángelo, 2011).¹³³ Jesús María era un microcosmos de esta realidad.

Uno de los factores a considerar en este proceso es el de la inmigración. A estos pueblos y ciudades pequeñas llegaban inmigrantes con experiencias de militancia y de lucha de sus países de origen. La vía del ferrocarril era un medio fundamental para que estas “tendencias” llegaran a lugares remotos. Se los encuentra en los informes policiales como “payadores” o “guitarreros” que en algunos casos sabemos que existieron ya que estas crónicas los tienen en sus fojas como “alteradores del orden público”. Otros inmigrantes llegaban con algún oficio, como el sastre Santerini o el zapatero Pafún, o el mismo profesor Grillot. Estas tradiciones que traían los inmigrantes al interior de la Argentina se fusionaron con una cultura criolla local, dando como resultado una cultura que denominamos *izquierdista*. Esta fusión hizo posible que en el año 1928, en la Estación Cañada Verde, provincia de Córdoba, saliera electo intendente el peón rural José Olmedo, por el Block Obrero y Campesino, fruto de una alianza entre el Partido Comunista y peones rurales criollos.

De esta manera, la confluencia de las tradiciones familiares, el hecho de la Gran Guerra, la lectura y también sus propias inquietudes personales, hicieron que Burgas se politizara y entrara a militar en un partido de izquierda, en una ciudad de 12. 000 almas del interior cordobés. Si tomamos el ejemplo de Miguel Burgas como una muestra o *mesocosmos* de lo que sucedía alrededor de él, podríamos proyectar su experiencia en otras prácticas de militantes de izquierda. A esto podemos comprobarlo si analizamos las memorias de obreros y militantes de izquierda que tienen similares trayectorias en la misma época,

¹³³Véase sobre cultura obrera en el interior Mariana Mastrángelo. *Rojos en la Córdoba obrera, 1930-1940*, Buenos Aires: Imago Mundi, 2011

como son los casos de los comunistas Jesús Manzanelli, Miguel Contreras o el anarquista Domingo Varone¹³⁴.

El segundo interrogante que nos planteábamos era por qué optaron estas personas por la militancia en un partido de izquierda. Nuestra hipótesis sugiere que estos indicios que hemos mencionado se aglutinaron en una cultura cuyas características son izquierdistas. Esta cultura se expresa no sólo en el arte o en las instituciones, sino también en el modo de percibir el mundo. De esta manera, diría Raymond Williams, se establecen *estructuras de sentimiento* que están implícitas en estas personas. Siguiendo al autor, *estructuras del sentir* sonsinónimos de conceptos más formales como “concepción del mundo” o “ideología”. Definimos “estructura” como un conjunto de relaciones internas específicas, entrelazadas, y a la vez, en tensión. También estamos definiendo una *experiencia social* que todavía se halla en *proceso* (Williams, 1980: 154 y 155). En el caso de Burgas, su contexto social estaba embebido de estas estructuras de sentimiento. Su familia, las personas con las que se relacionaba en el hotel, sus propios camaradas. Cuando este militante afirmaba que se sentía *socialista*, estaba expresando una forma de ver el mundo, que él consideraba correcta. Su pasaje a la militancia de izquierda fue imperceptible para Burgas. Fue un proceso natural. Burgas en el siguiente párrafo narra cómo ingresó a militar en el Partido Comunista:

“También en Jesús María fue dibujándose internamente una fracción internacionalista dentro del socialismo. Pero, y esto es muy importante, esta fracción no recibió influjo alguno del movimiento que paralelamente se desarrollaba en Buenos Aires... Los opositores a la guerra llegamos a ser mayoría absoluta en el Centro Socialista local. De esta manera conquistamos la dirección del mismo, eligiendo como secretario a un compañero de apellido Decanini, que había sido quintero¹³⁵ en la estancia de Roca. Y aquí viene otra anécdota significativa. La policía se pone de parte de la minoría reformista desplazada del Centro y ordena a los flamantes dirigentes la devolución del local a aquellos. Los jóvenes dirigentes marchan entonces a Córdoba y allí establecen su primer contacto con el núcleo internacionalista del Partido Socialista. ‘Nosotros los apoyamos fraternalmente’, fue la respuesta del viejo [Pablo] López, patriarca y fundador del Partido Comunista... Así fue que cuando retornamos a Jesús María ya nos considerábamos integrantes del Partido Socialista Internacional... ¡Que los reformistas se guarden el local! Nosotros somos el Centro Comunista de Jesús María. ¡Los verdaderos revolucionarios!” (Burgas, 1985: 16 y 17).

Como expresa Burgas, ellos se sentían “verdaderos revolucionarios”. Esta connotación positiva sobre ellos mismos da cuenta de los valores morales y éticos que tenía Burgas en ese momento. Asimismo, porque el Partido Comunista en esos primeros años encarnaba las mismas valoraciones de Burgas. Hernán Camarero, al analizar los periódicos de fábricas editados por los comunistas en la década de 1920 encuentra que:

¹³⁴Véanse las memorias de Miguel Contreras, *Memorias*, Buenos Aires: Ediciones Testimonios, 1978. Jesús Manzanelli, *La vida de un dirigente obrero comunista cordobés*, Buenos Aires: Centro de Estudios Marxistas-Leninistas “Victorio Codovilla”, 1971. Domingo Varone, *La memoria obrera*, Buenos Aires: Editorial Cartago, 1989.

¹³⁵Un quintero es un pequeño productor agrícola.

“Aparecen una serie de valores y nociones, como la valentía, la honradez, la dignidad, la humillación que se sufre de los poderosos, el portador de la justicia, que operan a manera de construcciones imaginarias que conforman al ‘mundo de los obreros’; el atropello, el vocabulario soez y despectivo, la arbitrariedad, la alcahuetería, la discriminación racial, junto a la explotación, claro está, son las características del mundo de ‘ellos’, de los jefes y capitalistas” (Camarero 2007, :55).

Siguiendo a Camarero, estos valores enaltecieron las características del nuevo militante obrero comunista en la Argentina en la década de 1920. A diferencia de socialistas y sindicalistas que buscaban márgenes de negociación con la patronal, los comunistas siempre pretendían enfrentarlo, convocando al despertar de la conciencia y llamando a comenzar o reiniciar la lucha (Camarero, 2007: 54). En este sentido, la inacción y pasividad eran consideradas como valores innobles, una expresión de una mentalidad esclava. En cambio, la resistencia era vista como algo heroico. Como sugiere Raphael Samuel, la lucha de clases era al mismo tiempo una condición universal y también una absoluta buena moral; templaba el carácter; era la real educación de las masas; hacía de las clases subalternas el verdadero artífice de su propio destino (Samuel, 2006: 172). Al respecto narra Burgas:

“Recuerdo la actuación pionera de destacados camaradas como el citado Decanini, también Del Soto y Varverde, apreciados en la población por su ejemplo de moral, combatividad y nivel político, ya que fueron en ese medio promotores del nacimiento de nuestro partido” (Burgas, 1985: 17).

A pesar del optimismo por un partido que estaba naciendo, Burgas sabía que era una tarea difícil la de ser comunista en esa época: *“En el Centro seríamos unos diez o doce afiliados. Es que ser comunista no era nada fácil. Ya la policía había amenazado con meterlo preso a nuestro secretario”*. Sin embargo, la represión no los amedrentaba. Se seguían reuniendo en la sastrería de Santerini a leer la prensa y a discutir. Concluía Burgas sobre este naciente proceso de politización: *“En aquel rincón tan pequeño de Córdoba, nosotros hacíamos una vida realmente internacionalista, saturada de izquierda, de luchas, de marxismo. El Centro de Jesús María, por un tiempo, pasó a ser el único que funcionaba en la provincia”* (Burgas, 1985: 19).

Desde este rincón de Córdoba, Burgas fue electo diputado. En el año 1924 hubo elecciones a diputados en la provincia de Córdoba. El gobernador de la provincia, Julio A. Roca (h), había modificado la Constitución provincial para que los radicales¹³⁶ tuvieran mayoría absoluta. Como respuesta a esta reforma, el Partido Radical no presentó candidatos¹³⁷. Se presentaron a elecciones los demócratas (conservadores), los católicos, los socialistas y los comunistas. El candidato por el Partido Comunista fue Miguel Burgas. En esa elección obtuvieron 400 votos, obteniendo un escaño. Los socialistas también alcanzaron tres diputados en estas elecciones. Recuerda Burgas que *“este hecho tuvo una importante repercusión en la prensa cordobesa en los diarios Los Principios y La Voz del Interior (Burgas, 1985: 23)”*.

¹³⁶Se refiere a los partidarios de la Unión Cívica Radical (UCR)

¹³⁷Véase sobre este período en Córdoba Efraín Bischoff, *Historia de Córdoba*, Buenos Aires:Editorial Plus Ultra, 1979.

Asimismo, en el propio Partido Comunista la elección fue todo un suceso, al punto que Rodolfo Ghioldi viajó a Jesús María a felicitarlos.

Luego del triunfo, recuerda Burgas que se preguntaba:

“Para qué demonios servía ser diputado. Porque uno estaba preocupado en los problemas de la clase obrera y el pueblo, en sus luchas, en su organización. Y, viendo el ejemplo nada edificante de los diputados conservadores o socialistas, me decía ¿Qué tenía que hacer allí un representante obrero? ¿Qué pito toco yo en todo esto? ¿Qué discurso me toca hacer a mí? Era evidente que aún tenía mucho que aprender” (Burgas, 1985: 24).

Mudado a la ciudad Capital, de a poco fue aprendiendo por medio de lecturas sobre Lenin y los consejos de sus camaradas. Así llegó a elaborar un proyecto sobre la condición de vida del campesinado. Su proyecto planteaba la incorporación de los peones rurales en la jornada de ocho horas (Ley 2784). También buscaba la mejora en el alojamiento y en el salario mínimo del campesinado. En estas mismas elecciones, como ya se mencionó, el Partido Socialista obtuvo los primeros tres diputados nacionales del interior del país: Ricardo Belisle, Juan Remedi y Edmundo Tolosa, este último reemplazado por Isidro Oliver. Éstos, junto a Burgas, trabajaron conjuntamente para que se sancionaran en la provincia de Córdoba las leyes del descanso dominical, la prohibición del trabajo nocturno en las panaderías y el sábado inglés.

En sus ratos libres, cuando no había sesiones, Burgas iba a la imprenta del Partido, a ayudarlo a Pablo López. De esta manera aprendió el oficio de gráfico. Recuerda Burgas que:

“Así me fui formando como obrero yo también... Y cuando llegaba alguna persona con trabajo, solía decir López: ‘Se los da al diputado’ Si alguno se extrañaba, exclamaba el inolvidable camarada López’ ¿Y qué?’ ‘¿Acaso el diputado comunista no puede barrer, no puede limpiar?’ ‘Si los otros diputados no lo hacen, allá ellos. Pero si el diputado Burgas cree que debe ayudar al compañero López en el trabajo de hacer la prensa comunista provincial, está bien hecho” (Burgas, 1985: 28).

Este último fragmento da cuenta de la estructura del sentir de Burgas y de su camarada Pablo López. El trabajo era la única fuente de valor que tenían estos obreros comunistas. Su formación política y la militancia se fusionaban y era parte de sus vidas cotidianas. Una de las características de los militantes del Partido Comunista cordobés era que sus cuadros políticos eran obreros, de los más diversos oficios, y combinaban la militancia y la tarea sindical con el trabajo. Ninguno de los militantes de la época carecía de oficio, ni dejó de trabajar para militar. La militancia política venía después de las interminables jornadas de trabajo.

En las siguientes elecciones, los comunistas se volvieron a presentar. Obtuvieron 900 votos, pero no lograron colocar un nuevo diputado en la Legislatura. Concluida su tarea como diputado, Burgas decidió mudarse a Buenos Aires y continuar allí con la militancia. En Buenos Aires se casó con Margarita Müller (hija de Enrique Müller, un reconocido militante comunista de la época), tuvieron una hija y continuó con el

oficio de gráfico primero y luego ingresó al gremio de la construcción. Como obrero de la construcción, fue uno de los protagonistas de la huelga de la construcción en el año 1936, junto a Guido Fioravanti y Ángel Ortelli. Por organizar a los obreros de la construcción cayó preso. Así conoció, junto a dirigentes obreros como José Peter, Rubén Iscaro, la escuela de la cárcel como él mismo recordaba. Seis o siete meses estuvo preso, ya en libertad, fue uno de los encargados de organizar, desde el gremio de la construcción, la solidaridad para la Guerra Civil Española. De esta manera viajó a España y estuvo en el frente, peleando contra el avance franquista.

De regreso a la Argentina, continuó con su tarea sindical en el gremio de la construcción hasta 1943, año del golpe militar. En ese período llegó a conformarse la Federación Nacional de Obreros de la Construcción, ejemplo que se diseminó a otras grandes federaciones nacionales como la carne, metalúrgicos y madera, entre otras.

Hasta aquí llega el relato de vida de este militante comunista. Después de su labor sindical en el gremio de la construcción Burgas se volcó al trabajo partidario. Según recuerda *“el resto del tiempo lo dediqué a cumplir las diversas tareas que me encomendó la dirección del Partido”* (Burgas, 1985: 56). De esta manera concluye su testimonio. Miguel Burgas murió a los 80 años de edad en Brasil, al poco tiempo de que falleciera su compañera de toda la vida, Margarita.

El recorrido de esta biografía ha tenido como objetivo rescatar el relato de vida de Miguel Burgas como un microcosmos que deja entrever, a partir de su experiencia personal, cómo fue el proceso de politización de generaciones de argentinos que ingresaron a militar en un partido de izquierda en las primeras décadas del siglo XX. En la trayectoria de este militante comunista se entremezclan, como pudimos observar, las tradiciones familiares, la lectura, los valores éticos morales que enunciaba el Partido Comunista en sus primeros años y las estructuras del sentir que sintetizan el modo de percibir el mundo de uno de los militantes de izquierda más comprometido de la época.

Bibliografía

- BERTAUX, Daniel, (2005), *“Los relatos de vida. Perspectiva etnosociológica”*, Barcelona, Edición Bellaterra.
- BURGAS, Miguel, (1985), *El primer diputado comunista. Año 1924*, Buenos Aires, Editorial Anteo.
- CAMARERO, Hernán, (2007), *A la conquista de la clase obrera. Los comunistas y el mundo del trabajo en la Argentina, 1920-1935*, Buenos Aires, Editorial Siglo XXI.
- HOBSBAWM, Eric, (1999), *Gente poco corriente. Resistencia, rebelión y jazz*. Barcelona, Editorial Crítica.
- SÁ AVELAR, Alexandre y BISSO SCHMIDT, Benito (comp.), 2012, *Grafía da vida. Reflexões e experiências com a escrita biográfica*, Sao Paulo, Letra e Voz.
- SAMUEL, Rafael, (2006), *The lost World of British Communism*, London, Verso.
- WILLIAMS, Raymond, (1980), *Marxismo y literatura*, Barcelona, Ediciones Península.

“SOBRE ISSO, VOCÊ DEVIA ERA ENTREVISTAR A MINHA IRMÃ” – A FAMÍLIA FLOR E OS DITOS E NÃO DITOS SOBRE A CRISE DA LISNAVE NA DÉCADA DE 1980.

Inês Fonseca.

CRIA/FCSH-UNL

O presente texto pretende reflectir sobre algumas situações de memórias inaudíveis, silenciadas, ou bloqueadas, com que todos os investigadores que trabalham com fontes orais se deparam.

As etnografias referidas dizem respeito, sobretudo, a duas investigações realizadas com um intervalo de cerca de 12 anos. Uma, na aldeia de Aivados (concelho de Castro Verde, no Baixo Alentejo), que se interessou pelos processos de rememoração relacionados com a situação peculiar vivida pelos moradores da aldeia (todos assalariados rurais), que detêm em regime de co-propriedade uma herdade com cerca de 500 ha e que protagonizaram ao longo do século XX um conflito com dois latifundiários vizinhos, que tentaram (sem sucesso) usurpar parcelas da sua propriedade (Fonseca, 2006). A segunda, na Baixa-da-Banheira (concelho da Moita, na *cintura industrial* de Lisboa na margem sul do Tejo), surgiu a partir desse primeiro trabalho. Nos momentos de presença dos emigrantes na aldeia dos Aivados, a que assisti, tomei contacto com eles e fui estabelecendo uma relação de amizade com alguns deles e respectivas famílias a residir na Baixa da Banheira. Acompanhei as suas trajectórias (e eles a minha) desde essa altura. Muitas vezes os ouvi referir o facto de terem tido que sair da sua aldeia de origem (em busca de melhores condições de vida e de trabalho) e entretanto, em época de crise pós-industrial, a sua situação laboral ter-se tornado igualmente precária. Foram comentários deste tipo e a relação estreita estabelecida com muitas destas pessoas que me levaram, posteriormente, a realizar uma investigação consagrada ao tema da precariedade, do desemprego e das práticas de que as pessoas se socorrem para fazer face a momentos de dificuldades económicas (Fonseca, 2011).

Em ambos os casos, tratou-se de tomar como objecto de estudo as memórias das pessoas sobre acontecimentos das suas vidas e em ambos, também, confrontei-me com esquecimentos, silêncios, ausências nos discursos produzidos. Aliás, frequentemente, esses factos (que fazem parte dos trabalhos da memória) são apontados de forma crítica e como constituindo uma falha inerente às fontes orais e aos trabalhos dos antropólogos (Fonseca, 2012).

1. Os Bastidores da Investigação Etnográfica

No contexto do *I Encontro da Red(e) Ibero-Americana Resistência e (y) Memória*, que reuniu investigadores de diversas áreas em torno da temática da memória e da utilização de fontes orais nas investigações dedicadas à resistência e movimentos sociais, não resisto a referir o seguinte episódio.

Um dos primeiros trabalhos de campo que realizei (quando terminei a licenciatura), foi na aldeia de Aivados, onde permaneci de Maio a Outubro de 1995. Tendo muito presentes os ensinamentos e conselhos recebidos nas aulas de métodos e técnicas, estive sempre muito preocupada (talvez demasiado) em mostrar-me disponível para participar em todas as actividades do dia-a-dia dos moradores da aldeia. Foi assim que comecei a ajudar algumas das minhas vizinhas na realização de diferentes tarefas: ajudar a carregar garrafões de água ou sacos de produtos das hortas, descascar legumes para a sopa do dia, lavar e torcer roupa à mão no tanque público da aldeia (inicialmente, tratava-se de calças de ganga ou casacos e depois, tapetes, mantas ou cortinas). Também assumi algumas tarefas de mais responsabilidade, tais como: nas minhas viagens semanais à sede de concelho, receber as pensões de reforma de algumas pessoas e fazer o pagamento das suas despesas fixas; fazer a compra dos medicamentos na farmácia (levando a respectiva receita médica e cartão de utente); ou durante as festas da aldeia, ficar na caixa do bar ou da quermesse (recebendo os pagamentos, fazendo trocos e apresentando as respectivas contas no final).

Estas últimas correspondiam a momentos de grande tensão para mim, pois, no caso de alguma coisa correr mal ou de haver algum engano, podiam comprometer a minha relação com aquelas pessoas e conseqüentemente, pôr a investigação em causa. Contudo, sem que eu me apercebesse, com o decurso do trabalho e à medida que a investigação avançava eu estava cada vez mais envolvida nestas actividades que me eram atribuídas e que eu aceitava sem regatear – o que me consumia grande parte das horas do meu dia de trabalho. Até que, finalmente, por ocasião dos preparativos de uma das festas a que assisti, foi-me pedido que descascasse 3 kgs de alhos, ao que acedi.

Foi, provavelmente, a tarefa mais penosa e desagradável que me foi proposta, o que foi reconhecido pelas minhas companheiras que, no final, acabaram por vir em meu socorro. No momento do trabalho de campo em Aivados, além dos moradores da aldeia, conheci também a sua comunidade migrante (maioritariamente instalada na Baixa da Banheira). Anos mais tarde, no âmbito de uma outra investigação com algumas destas pessoas, ainda se faziam comentários jocosos sobre o tema – o que, além de significar um reconhecimento relativamente ao exagero da tarefa que me foi dada, do meu ponto de vista, significa também um reconhecimento da minha proximidade com estas pessoas e portanto, da minha boa integração no terreno (condição essencial para a investigação).

Assim, se me perguntam qual é a diferença entre a história oral (expressão utilizada pelos historiadores para designarem uma metodologia de trabalho assente nas fontes não escritas) e o método etnográfico (metodologia utilizada pelos antropólogos, que implica a presença do investigador no terreno, a observação directa e sempre que possível, a participação do investigador nas actividades observadas, bem como a recolha de narrativas e depoimentos), eu direi que esta consiste em 3 kgs de alhos descascados numa manhã!

Na verdade o trabalho de campo, tal como é praticado pelos antropólogos, depende inteiramente da relação de confiança que se estabelece entre o investigador e as pessoas com quem e sobre as quais

trabalha. E essa relação só é possível porque o investigador permanece no terreno, partilha das condições de vida existentes, observa directamente o que as pessoas fazem e estabelece um contacto próximo com elas e com o seu objecto de estudo.

Quando se trata de investigar sobre resistências quotidianas, movimentos sociais e as memórias associadas a estes, essa proximidade constitui uma enorme vantagem, pois permite, além do acesso aos discursos das pessoas sobre o que dizem que fazem e a observação do que verdadeiramente fazem e das suas rotinas de trabalho e familiares, também o acesso a dados que não constam em outras fontes de investigação e que só é possível obter com a presença do investigador no terreno, bem como a escuta daquilo que as pessoas têm a dizer sobre as actividades em que participam e da sua maneira de ver a realidade / a sua visão do mundo.

É, então, graças à presença do investigador no terreno e à sua relação com os sujeitos da investigação, que se torna possível aceder a muitas informações que de outra forma permaneceriam invisíveis. Exemplos disso mesmo são algumas das situações ocorridas no âmbito da minha investigação na Baixa da Banheira.

Como eu não estava a viver no terreno de investigação (como aconteceu em trabalhos precedentes), tentei frequentar o máximo possível os espaços públicos da vila. Um dos locais de observação privilegiados que elegi durante esse trabalho de campo foi a sede da *Sociedade Recreativa e Cultural União Alentejana*, uma das muitas colectividades existentes na freguesia, fundada em 1960 e conhecida entre todos como “*os alentejanos*”.

Durante o verão de 2009, esta colectividade levava a cabo os trabalhos de construção do edifício para a sua nova sede (localizada no terreno vago mesmo ao lado do edifício da primeira sede). E os trabalhos eram realizados por alguns dos associados da colectividade, que eram observados por outros que estavam sentados na esplanada ali mesmo ao lado. Nessa altura o trabalho de campo que realizei consistia em juntar-me aos grupos das mesas (onde se jogava cartas e se passava um momento com os amigos) e sobretudo, ouvir as conversas. Ouvir os comentários e picardias que se geram por esta situação e que se referem às relações patrões-empregados, aos direitos e protecções sociais dos trabalhadores, seguros de trabalho, assistência médica ou a participação sindical. Posso dizer que, a partir destas informações obtive algumas pistas que segui posteriormente em entrevistas formais com outras pessoas

Além disso, a minha presença na esplanada permitiu-me assistir ao vivo à “*economia do desenrascanço*”. O objecto de estudo central deste trabalho eram as práticas relacionadas com a sobrevivência económica de uma população em dificuldades e vivendo em precariedade laboral. A minha presença continuada na esplanada d’“*os alentejanos*” permitiu-me observar que essas práticas existem não só na vida familiar destas pessoas, mas também na sua vida colectiva. Sem grandes apoios estatais para a construção de uma nova sede, a direcção da colectividade recorre às mesmas práticas de sobrevivência que as famílias dos seus associados e que designaríamos de “*armas dos fracos*” (Scott,

1986 e 1990). Por exemplo, utilizam o trabalho gratuito ou mais barato e usufruem das doações por parte dos seus associados (muitos deles trabalhadores ou comerciantes no sector da construção civil). Ou, então, recorrem aos seus conhecimentos junto de amigos, trabalhadores em obras locais, para arranjar o material necessário (que é desviado dessas obras) ou para obter o “*empréstimo*” de máquinas e de trabalhadores especializados. Foi isso que aconteceu (e a que assisti) durante os trabalhos de construção da segunda sede d’“os *alentejanos*” que coincidiu e usufruiu dos trabalhos uma grande obra pública que decorriam mesmo nas traseiras da sede da colectividade.

Contudo, a proximidade à comunidade de aivadenses no novo terreno também me trouxe alguns problemas (Fonseca, 2012). A colectividade “os *alentejanos*” é responsável pela realização de uma *Semana Alentejana*, um evento (organizado anualmente e de cada vez, é dedicado a um concelho daquela região) durante o qual ocorrem diversas actividades culturais promovidas pela autarquia em destaque. No último dia desta semana, realiza-se um desfile de grupos corais alentejanos e é oferecido um almoço aos seus participantes. Em 2009, eu participei nos trabalhos de preparação desse almoço, junto com a direcção da colectividade e algumas pessoas recrutadas para o efeito.

Apressadamente, considerei que estava em terreno já conhecido e que podia comportar-me como na aldeia. Acontece que, no contexto da Baixa da Banheira, existem outras regras e formas de comportamento (não só para mim como também para os meus interlocutores que circulam entre os dois espaços). Em Aivados, por exemplo eu participava nas actividades colectivas em que os moradores e os migrantes dão o seu trabalho voluntário para determinadas realizações. Na Baixa da Banheira, quando estas pessoas foram para lá viver, essa situação também se verificou com o trabalho voluntário no seio das colectividades locais; contudo, a situação de precariedade em que muitas destas pessoas vivem modificou a maneira de entenderem a sua participação associativa. Quando se está numa situação de precariedade laboral (como aconteceu a muitas destas pessoas) a preocupação principal passa a ser encontrar uma actividade remunerada. Consequentemente, qualquer pedido de trabalho voluntário é mais dificilmente atendido. Simultaneamente, estas colectividades demonstram estar muito atentas às condições de vida dos seus associados e também tentam, na medida do possível, remunerar todas as colaborações.

Assim, quando uma das pessoas que conheci em Aivados referiu a realização de um almoço-convívio no âmbito da semana cultural da colectividade “os *Alentejanos*” e comentou que ia “*ajudar*” na confecção desse almoço, desastadamente, ofereci-me para também “*ajudar*”. Não compreendi imediatamente que estava a ser irreflectida e precipitada. Só no próprio dia, depois de ter estado lado-a-lado a fazer o almoço e a servir às mesas com um grupo de pessoas, é que compreendi que essas horas de trabalho lhes iam ser pagas. No momento de fazerem as contas, elas comentaram que o meu trabalho era voluntário. E também me fizeram saber (embora de forma gentil) que, pelo facto de eu ter participado, uma das cozinheiras habituais tinha trabalhado menos tempo (pois ficou apenas a coordenar as

actividades). Compreendi, assim, que a expressão “*ajudar no almoço*” não tinha o mesmo significado na Baixa da Banheira que na aldeia dos Aivados.

Mas, além destas aprendizagens, a minha relação com estas pessoas (que se prolonga no tempo) permite o acesso a um outro tipo de informação.

2. Memórias Silenciadas

A margem Sul do Tejo da *cintura industrial* de Lisboa (em que se integra a Baixa da Banheira) conheceu, desde a década de 1940, um forte processo de industrialização, com a instalação de várias unidades de preparação e transformação de cortiça e com a construção das linhas de caminho-de-ferro. Consequentemente, verificou-se um crescimento demográfico e urbano acelerado, com a chegada de uma grande quantidade de mão-de-obra vinda do sul do país (das regiões rurais e piscatórias do Alentejo e do Algarve) e também das regiões de Trás-os-Montes e Beira-Baixa. A partir dos anos 1960, deu-se uma segunda fase de crescimento económico e urbano, com o aparecimento de novas indústrias: agro-química (CUF), estaleiros navais (Lisnave e Setenave), siderurgia (Siderurgia Nacional) e diversas fábricas têxteis (onde se empregava maioritariamente a população feminina).

A população trabalhadora, que se instalou na região, vai levar a cabo alguns dos conflitos sociais mais importantes em Portugal durante o Estado Novo e no pós-25 de Abril. E os operários dos estaleiros navais da Lisnave destacam-se como protagonistas destas lutas. Assim, a memória histórica que tem vindo a ser construída sobre a população trabalhadora desta região apoia-se predominantemente em referências ao processo de industrialização, celebrando sobretudo as grandes empresas e respectivos patrões ou o movimento operário vitorioso (com as lutas durante o Estado Novo ou as do pós-25 de Abril). De fora, ficam todos os episódios que não se encaixam nesses períodos ou nessa imagem de progresso industrial ou operário.

No decurso desta investigação deparei-me com duas situações diferentes de ausência de memórias. A primeira, prende-se com o trabalho feminino.

Nas entrevistas que fiz e nas conversas que tive com as mulheres, quando lhes perguntava se alguma vez tinham tido um emprego, todas começaram por responder “*Não! Sou doméstica*”, isto apesar de no seguimento da minha relação com elas eu compreender que exerceram várias actividades assalariadas (prestadas ao / exercidas no domicílio).

Esta dificuldade que a maior parte das mulheres revelou em reconhecer os seus trabalhos remunerados, que muito contribuíram e continuam a contribuir para os rendimentos dos agregados familiares, não constitui propriamente uma novidade – este facto tem sido referido por vários autores (Leydesdorff *et al.*, 1996; Narotzky, 1988 e Nash, 1983). As investigações que referem este silenciamento sobre o trabalho feminino, levado a cabo pelas próprias mulheres, concluem que quando elas negam a existência de um trabalho, geralmente querem significar a inexistência de um trabalho remunerado,

regular e qualificado, através do qual fazem os descontos sociais devidos e usufruem dos respectivos direitos associados à condição salarial.

Nas narrativas biográficas femininas que recolhi todas as actividades laborais, que saem desse quadro de trabalho regulamentado, são totalmente silenciadas. Sucedeu, com frequência, que a referência a algumas das actividades remuneradas que as mulheres desenvolveram surgiu apenas porque me explicavam como tinha sido possível a subsistência da família durante momentos de desemprego ou de salários do marido em atraso.

Simultaneamente, também é apenas no contexto destas explicações que surgem as referências à designada “*crise da Lisnave*”. Esta expressão refere-se ao momento dramático (já aqui referido) em que as famílias dos operários daquela empresa viveram cerca de 4 anos com o salário do marido em atraso. Tratou-se, no período contra-revolucionário, do processo de desmantelamento e estruturação da empresa, que conduziu à designada “*crise da Lisnave*”. Esta, vai durar vários anos e tem uma fase mais aguda que corresponde a um período de 4 anos (1982-1986), em que a empresa praticou uma política de salários em atraso com o objectivo de desmoralizar os trabalhadores e quebrar ou enfraquecer o movimento operário existente.

Este momento da história daquela empresa surge no contexto de crise mundial de início dos anos 1980. Por um lado, existe a pressão exercida pela Comunidade Económica Europeia no sentido de reduzir o volume da construção e reparação naval. O objectivo é deslocalizar esses trabalhos para países com mão-de-obra mais barata. Por outro lado, esta situação coincide com um momento de intervenção no país pelo Fundo Monetário Internacional, que impõe uma flexibilização das leis laborais. Este conflito, tal como descreve Varela (2011), corresponde a uma viragem no movimento operário da região depois do 25 de Abril e marca o início dos conflitos defensivos pela conservação dos postos de trabalho.

E esta é precisamente a segunda situação, bem como as suas consequências, que estão recorrentemente ausentes das memórias e que fazem parte dos não ditos nos discursos sobre o passado (desta vez, sobretudo, pelos homens).

A frase que serve de título a esta comunicação (“*Sobre isso, você devia era entrevistar a minha irmã*”) foi pronunciada por um antigo operário nos estaleiros navais, que integrou uma comissão de trabalhadores durante a designada “*crise da Lisnave*”. Ao longo da entrevista resistiu de todas as maneiras possíveis a falar-me sobre o tema: desviou o assunto para falar sobre outras questões (contou-me a sua participação numa cooperativa de consumo, a sua entrada para o partido comunista, etc.), fingiu que não ouvia as minhas questões e finalmente, ao juntar uns papéis que tinha à sua frente e batendo com eles na mesa à qual nos sentávamos, deu a entrevista por terminada. Depois, talvez porque reparou no meu ar desapontado, enviou-me para falar com a sua irmã (ex-operária de uma fábrica de cortiça, viúva de um ex-operário da mesma empresa, ambos sem qualquer relação com os estaleiros da Lisnave). E isto, quando tem um outro cunhado que, vim a descobri-lo mais tarde, também foi operário daquela empresa.

3. Comparações entre diferentes ditos e não ditos

Ao contrário do que se passa com a referida “*crise da Lisnave*”, cuja memória está bloqueada e sobre a qual todos resistem em falar. A primeira situação, de silenciamento ou esquecimento, constitui um obstáculo com o qual antropólogos e outros cientistas sociais (que trabalham com fontes orais) estão habituados a lidar e a ultrapassar durante o próprio trabalho.

Eu própria, no decurso da minha actividade de investigadora deparei-me com várias situações semelhantes. Foi o caso, por exemplo, quando trabalhei sobre a população habitante do Parque Natural da Serra de São Mamede. Sempre que interrogava alguém sobre se era caçador ou se tinha caçadores na família, recebia invariavelmente respostas negativas. Só depois, com a continuação da conversa, o estabelecimento de uma relação de confiança ou a distração dos meus interlocutores, é que acabavam por me revelar a verdade: iam à caça todas as quintas-feiras.

Numa outra investigação, no âmbito de um projecto colectivo consagrado à resistência rural durante o Estado Novo (Freire *et al*, 1999), também me deparei com outro tipo de não ditos. Neste caso, tratou-se sobretudo da auto-censura exercida pelos nossos interlocutores, militantes comunistas de Montemor-o-Novo. Durante o tempo que durou a entrevista, na sede local do partido e com a presença controladora de um funcionário, obtivemos muito poucas informações relevantes para o nosso trabalho. Parecia que nada se tinha passado. Só quando já estávamos de partida e nos acompanharam pelas ruas da vila até ao carro, é que a palavra se libertou: e cada esquina, cada porta de casa, cada largo, suscitavam recordações de acontecimentos e de pessoas.

Também no caso da investigação que realizei sobre os mineiros de Aljustrel, encontrei outro tipo de dificuldades. A repressão que se abatera sobre aquela população trabalhadora e resistente, na década de 1960, conduziu à saída da vila de muitas pessoas (que migraram) e teve como consequência o silêncio dos que ficaram sobre os acontecimentos passados. Recorrentemente, ouvi da parte dos meus interlocutores a expressão de um receio: “-*Se isto ainda vira... nunca se sabe, é melhor não falar muito dessas coisas*”. Um dos meus interlocutores recusou mesmo deixar-me gravar a nossa conversa e no lugar desse registo, propôs-me a entrega de um depoimento escrito. Dessa forma, como ele próprio afirmou, poderia ter total controlo sobre o seu discurso (eliminando a intervenção da investigadora).

Uma das conclusões a que cheguei nesse trabalho, prende-se com a observação de uma ruptura na transmissão das memórias sobre esses tempos. Na actual investigação na Baixa-da-Banheira, entrevistei precisamente uma mulher cuja família havia saído de Aljustrel para se instalar na margem sul. Tanto o pai como o irmão foram presos políticos, quando voltaram à vila não puderam arranjar trabalho e viram-se forçados a migrar. No entanto, ela não sabia dizer-me em que situações tinham ocorrido essas prisões,

pois essa informação não tinha sido transmitida no seio da família. Fui eu que pude fornecer-lhe essa informação, com o auxílio da documentação do arquivo da polícia política, sobre a qual trabalhei.

Finalmente, um último exemplo, prende-se com a situação que encontrei na aldeia de Aivados, cujos habitantes detêm uma propriedade em regime comunal. Nessa investigação, interessei-me por dois momentos: aquele em que dois latifundiários vizinhos se apropriaram de forma ilegal de parcelas da herdade e posteriormente, o momento do processo de recuperação desses terrenos pela população da aldeia. Durante a minha estadia no terreno todos me prestaram espontaneamente, com grande empenho e muita paciência todas as informações solicitadas. No entanto, nem sempre foi assim na aldeia dos Aivados. Na década de 1960, um jornalista que fez uma reportagem sobre esta aldeia deparou-se com uma situação muito diferente. Na época, imperava um silêncio sobre os assuntos da aldeia e o facto de as parcelas terem sido usurpadas pelos vizinhos. Quando, já nos anos 1990, a população da aldeia foi a Tribunal defender a recuperação dos limites da sua propriedade, o juiz perguntou porquê que só a seguir ao 25 de Abril tinham agido e recebeu como resposta: “-*Antes, até tínhamos de comer com a boca fechada*”. Quer dizer, não podiam falar nem agir com receio da repressão.

Ou seja, em todos os exemplos que acabo de referir, as situações em que existem acontecimentos ou assuntos que são evocados nas recordações e nos discursos produzidos sobre o passado prendem-se com momentos e contextos inapropriados para a sua rememoração. É quando surge uma conjuntura social / política favorável que emergem as memórias silenciadas até aí.

A questão que se coloca é, então, a de tentar compreender porque é que a designada “*crise da Lisnave*” está ausente do discurso do meu interlocutor (referido atrás).

4. A “*crise da Lisnave*”

Investigar sobre precariedade e momentos de crise económica também implica lidar com uma série de não-ditos, não só da parte dos entrevistados, mas até da parte do próprio investigador. Simultaneamente, a teoria produzida em torno da utilização de fontes orais alerta-nos para a necessidade de tomar em consideração, para além dos discursos afirmados, também o que fica por dizer: os silêncios, as metáforas, as recusas em falar, os gestos e os discursos performativos.

Na realidade, o caso daquele antigo operário da Lisnave não é único. Também uma mulher (viúva de outro trabalhador na empresa), relatou-me toda a sua vida durante o período da “*crise*”. Explicou-me detalhadamente como geria os poucos recursos do agregado familiar (quais as despesas prioritárias, o que comiam, como conseguia enviar os filhos à escola, etc.), quais as ajudas recebidas (da família, dos colegas do marido), falou-me da solidariedade e partilha generalizada entre a população, etc.. Contudo, foi apenas duas semanas mais tarde, em conversa com outra pessoa, que fiquei a saber que o seu marido foi um dos homens que se suicidou em consequência do que se estava a passar (houve outros casos).

Na Baixa-da-Banheira, situações de salários em atraso existiram em muitos momentos, em diferentes empresas e afectando mais do que um elemento das famílias. Afectaram praticamente todos os agregados familiares num ou noutra momento. E fala-se sobre isso. Conta-se como foi possível sobreviver e afrontar essas dificuldades. Quais as consequências que marcaram para sempre estas famílias.

Mas quando interroguei concretamente sobre a “*crise da Lisnave*”, instalou-se o silêncio. Existem casos em que vários membros do mesmo agregado passaram por uma situação de salários em atraso, falam abertamente sobre esses episódios das suas vidas, contudo silenciam esta mesma situação quando ela foi vivida por alguém nos estaleiros navais. As informações recolhidas surgiram quase por acaso: uma pequena referência aqui, um deslize acolá. Sobretudo, são as mulheres que falam: referem as dificuldades que enfrentaram quando o marido esteve com os salários em atraso, como fizeram pela subsistência da família. Na divisão sexual das tarefas, coube-lhes a elas suprir o ordenado em falta e fizeram-no de mil e uma maneiras. Quanto aos homens (e esse é o único comentário que fazem) apenas me dizem “-*E nós vamos trabalhar todos os dias*”.

5. Trabalhos da memória e o trabalho dos antropólogos

A situação mais recorrente que tenho encontrado nas investigações que realizo tem sido a da facilidade da palavra prestada pelos meus interlocutores. Muitas vezes, acontece mesmo escutar detalhes e informações que não pedi.

A reflexão que aqui apresento tenta compreender como e porque é que algumas memórias são construídas e transmitidas em detrimento de outras. Parto da ideia de que o esquecimento e a subalternização de determinadas memórias derivam de outras formas de dominação.

Desde os trabalhos de Halbwachs (1968 e 1994), sabemos que a continuidade e estabilidade dos grupos são condições essenciais à transmissão de memórias. Contudo, os grupos guardam e transmitem as memórias relativamente aos factos e acontecimentos que tiveram e continuam a ter um significado para eles. As memórias (ou a invisibilidade das memórias) sobre os trabalhos femininos ou sobre determinados acontecimentos representam memórias com género e com classe, no sentido em que as condições da sua emergência dependem dos grupos que a produzem.

Por outro lado, as memórias da população trabalhadora da Baixa-da-Banheira sobre a “*crise da Lisnave*” tendem, não a tornar invisíveis ou secretos os acontecimentos ocorridos durante aquele período, mas a negá-los mesmo. São disso exemplo as entrevistas e situações descritas. Os discursos produzidos na actualidade e as recordações sobre a experiência vivida durante aquele período estão marcados pelas diferentes visões do passado (relativos aos acontecimentos dessa época e ao período revolucionário) em Portugal. Na época e ainda hoje, o discurso dominante sobre todos estes acontecimentos, tende a culpar

os trabalhadores pela situação: a existência de um movimento operário forte e as greves que conduziram às conquistas laborais destes trabalhadores, faziam parte da explicação sobre os problemas na empresa.

A memória (ou a negação desta) sobre estes acontecimentos resulta de uma recusa em recordar um momento traumático e de derrota para esta população trabalhadora, mas também um momento de que são responsabilizados (ainda hoje) e de que deveriam envergonhar-se. Não estamos aqui em presença de uma “*memória fora da memória*” (na expressão de Halbwachs, retomada por Namer [1987]), uma memória de um grupo dominado que, apesar disso, circula em determinados contextos. A memória sobre os acontecimentos daquele período, ao ser bloqueada e negada nunca chega sequer a ser transmitida.

Num texto que intitulou “os abusos da memória”, Berliner (2005) apresenta uma reflexão sobre o crescendo de trabalhos antropológicos dedicados à temática da memória e alerta-nos para possíveis riscos derivados de uma excessiva utilização do conceito (que tenderia a tornar-se num conceito pouco significativo). Contudo, do meu ponto de vista, faz parte do nosso trabalho como antropólogos resgatar estas memórias (marginalizadas / estigmatizadas) e através desse processo devolver a dignidade às pessoas.

Bibliografia

- BERLINER, David C. (2005) “The abuses of memory: reflection on the memory boom in anthropology”, *Anthropological Quarterly*, vol.78 (1), pp.197-211.
- FONSECA, Inês (2006) *Posse de Terra, Resistência e Memórias no Alentejo. Quando tinham de «comer de boca fechada»*. Lisboa, Edições Dinossauro
- FONSECA, Inês (2011) “«Tive crise da Lisnave, mas sempre melhor que a do meu irmão»: precarização da população trabalhadora e redes de solidariedade na Baixa da Banheira”; in: SILVA, Pedro Gabriel; Octávio Sacramento e José Portela (coords.) *Etnografia e Intervenção Social por uma Praxis Reflexiva*. Lisboa, Edições Colibri
- FONSECA, Inês (2012) “Aivados/Baixa da Banheira/ Movimentos de precários. Considerações em torno do trabalho etnográfico”; in: *Ler História*, nº62, pp. 145-156
- FREIRE, Dulce; Inês Fonseca e Paula Godinho (1999) *Resistência e Conflito no Contexto Rural Português 1926-1974*. (Relatório final do projecto de investigação «Resistência e Agitação no Contexto Rural Português 1926-1974», texto não publicado) Lisboa, Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa / FCSH – Universidade Nova de Lisboa
- HALBWACHS, Maurice (1968) *La mémoire collective*. Paris, Presses Universitaires de France
- HALBWACHS, Maurice (1994) *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris, Edition Albin Michel

- LEYDESDORFF, Selma; Luísa Passerini e Paul Thompson (1996) “Gender and memory”; *in: International Yearbook of Oral History and Life Stories*, vol.IV, Oxford, Oxford University Press
- NAMER, Gerard (1987) *Mémoire et Société*. Paris, Méridiens Klincksieck
- NAROTZKY, Susana (1988) *Trabajar en Familia. Mujeres, Hogares y Talleres*. Valencia, Edicions Alfons El Magnànim
- NASH, June (1983) “The impact of the changing international division of labor on different sectors of the labor force”; *in: June Nash & María Patricia Fernández-Kelly (dirs.) Women, Men and the International Division of Labor*. Albany, State University of New York Press, pp.3-38
- SCOTT, James C. (1986) “Everyday forms of peasant resistance”, *in: The Journal of Peasant Studies*, 13 (2), pp.5-35
- SCOTT, James C. (1990) *Domination and the Arts of Resistance – Hidden Transcripts*. New Haven and London, Yale University Press
- SCOTT, James C. (1998) *Seeing Like a State*. New Haven and London, Yale University Press
- SCOTT, James C. (2009) *The Art of Not Being Governed*. New Haven and London, Yale University Press
- VARELA, Raquel (2011) “Greves na revolução dos cravos (1974-1975)”, *in: Varela, Raquel; Ricardo Noronha e Joana Dias Pereira (coords.) Greves e Conflitos Sociais em Portugal no Século XX*. Lisboa.

NOTAS HACIA UNA CONCEPTUALIZACIÓN DEL EXILIO OBRERO CHILENO: MARCAS Y CLAVES IDENTITARIAS.

Mónica Gatica.

FHCS-UNP, Sede Trelew

En esta ponencia procuraremos a partir del testimonio de José Fica problematizar y dar cuenta de la necesidad de atender las especificidades del exilio obrero.

Ahora bien, al caracterizar al exilio chileno en el contexto internacional y local, y atendiendo a las escasas producciones que dan cuenta del universo obrero en estas experiencias traumáticas, supuso cuestionar los límites estrictos entre exilio y migración económica o política, ya que dicha conceptualización encierra una mirada que invisibiliza derroteros que en principio, o superficialmente, pueden ser leídos como poco organizados. Si revisamos la distribución de las víctimas de acuerdo a su ocupación, es dable señalar que el 30,1 % de los represaliados pertenecían a la clase trabajadora y eran mayoritariamente varones de entre 16 y 35 años (Roniger y Sznajder, 2005: 43-45), lo que no ha sido sintomáticamente reflejado en las pesquisas realizadas.

No existen cifras oficiales sobre la cantidad de chilenos que fueron obligados a exiliarse o lo hicieron voluntariamente. Se han formulado cifras fluctuantes: desde alrededor de 30.000 hasta un millón de chilenos abandonaron su país por razones políticas entre el 11 de septiembre de 1973 hasta 1988, aproximadamente. En estas cantidades señaladas están los chilenos registrados por la dictadura y los organismos de derechos humanos como exiliados, y aquellos que voluntariamente, y por sus propios medios, se fueron del país por razones políticas. Desde un punto de vista sociológico los exiliados provenían de heterogéneos grupos sociales, étnicos y profesionales. Prácticamente el universo plural de la sociedad chilena estuvo representada en el exilio. Lo caracteriza su masividad, dispersión geográfica y su pluriclasismo, ya que afectó tanto a ministros de Estado, altos funcionarios del Gobierno de la Unidad Popular, dirigentes sindicales, obreros, estudiantes, campesinos y profesionales que salieron acompañados de sus grupos familiares. Por su parte ACNUR (Alto Comisionado de Naciones Unidas para los Refugiados) registró en Argentina por lo menos 9.000 refugiados políticos chilenos y otros 2.900 en Perú.¹³⁸ Según la Liga Chilena de los Derechos del Hombre fueron 400.000 los chilenos y chilenas que debieron abandonar el país por razones políticas, cifra que duplica la entregada por otros organismos.¹³⁹

¹³⁸ Ver Rebolledo y Acuña, 1999:2.

¹³⁹ Ver Bolzman en Rebolledo y Acuña, 1999: 2. Es ilustrativo a efectos de comprender la disparidad numérica en la evaluación del exilio chileno a partir de 1973. A continuación transcribimos la nota al pie N° 15 del trabajo de Bolzman, 2006: "Estamos conscientes de que las cifras sobre el número de exiliados son estimaciones, que estas pueden ser bastante variables según la fuente de información y que es muy difícil conocer a ciencia cierta la magnitud del fenómeno. En el caso chileno, que estudiamos más en detalle, observamos de

De acuerdo a las cifras manejadas en 1990 por la Oficina Nacional de Retorno (ONR), el Servicio Universitario Mundial y el Comité Intergubernamental para las Migraciones (CIM), los exiliados políticos representaban alrededor de 200.000 personas dispersas entre los cinco continentes y en una diversidad amplia de países. Esta cifra es cercana a la que da la Vicaría de la Solidaridad, que calcula que alrededor de 260.000 personas habían sido obligadas a vivir fuera del país por razones políticas.¹⁴⁰

Carmen Norambuena ha sostenido que según los antecedentes y la documentación obrante en la Vicaría de Solidaridad habrían salido 408.000 personas, contándose como principal destino Argentina, con un 50,785 % (Rebolledo en Del Pozo, 2006: 170), lo que no se traduce en la producción historiográfica que aborda el exilio chileno, ya que son muy escasas y acotadas las producciones referentes a Argentina, como claramente se vislumbra en la compilación de José del Pozo antes referida.

Más allá de las discrepancias de las cifras, la magnitud de éste exilio es importante, al igual que sus efectos en las vidas de múltiples familias y personas. Coincidimos con Loreto Rebolledo en que, en mérito a los distintos mecanismos que utilizaron los chilenos para salir del país, a la dispersión en el mundo, a la duración, y también a las causales legales, “es difícil determinar de manera definitiva cuántos chilenos debieron vivir exiliados” (Rebolledo en Del Pozo, 2006: 169).

Claudio Bolzman, citando a José Donoso, da cuentas del exilio chileno reforzando la imposibilidad de cristalizar la experiencia exclusivamente de acuerdo a la legalidad. Sostiene:

“Todos como nosotros, huyendo, algunos perseguidos, la mayoría en exilio voluntario porque ahora resultaba imposible vivir allá si uno quería seguir siendo quien era [...] Pero fueron pasando los años y muriendo las causas y las esperanzas: el olvido adquirió el carácter de bien necesario para sobrevivir” (Del Pozo, 2006: 24).

Aun considerando la distancia intelectual que expresa el narrador, es dable atender que su experiencia europea es semejante a las trayectorias de quienes nos narraron su vivir en el noreste de Chubut.

Debe considerarse que:

“El exilio ha tendido a ser conceptualizado básicamente como una experiencia masculina, debido a que la mayoría de las personas con prohibición de ingreso eran hombres. Esto fue reforzado posteriormente por los medios de comunicación de masas, que cuando comenzaba el retorno destacaron a través de entrevistas la experiencia del exilio de los altos dirigentes políticos del Gobierno de Allende. Estos discursos han tendido a hacerse hegemónicos, y desdibujaron y marginaron la experiencia del exilio de las mujeres y niños, así como la de los hombres comunes, y crearon una “versión oficial” del exilio que lo minimiza al circunscribirlo a los dirigentes políticos” (Rebolledo y Acuña, 1999).

manera concreta y tratamos de explicar la gran variación de las cifras (Bolzman, 1993). En todo caso, el carácter masivo de la emigración no es puesto en duda.

¹⁴⁰Ver Bolzman, 2006: 23; Rebolledo y Acuña, 1999: 14; Rebolledo, 2006: 170.

Del Pozo (2006) destaca el cambio profundo que implicó la presencia de chilenos en el exterior de su país a partir del golpe de Estado de septiembre de 1973; y entre las transformaciones y cambios radicales que implicó, señala que involucró a miles de personas, con distintos destinos y en un contexto absolutamente traumático. También ha señalado la carencia de análisis para muchos contextos nacionales, por ser la mayor parte de las producciones con que se cuenta referentes al exilio en los países centrales como antes sosteníamos.

Es necesario explicitar la coincidencia en la bibliografía consultada, en torno a la consideración del exilio como un tema *menor* en el contexto de las violaciones a los derechos humanos ocurridos en Chile, razón por la cual ha tendido a ser invisibilizado en el país de origen, y, a la fecha, tampoco existe una consideración particular para el período en la región¹⁴¹.

Hasta ahora existen una cantidad apreciable de publicaciones sobre el tema: artículos, monografías, entrevistas, etc. cuyos autores en la mayoría de los casos fueron víctimas del exilio. Los trabajos a los que accedimos mayormente abordan *la nobleza del exilio* (Meyer y Yankelevich, 2000), es decir las vivencias de intelectuales, artistas y profesionales que militaron y analizaron su propio exilio, lo explicaron y lo denunciaron; y no las particularidades de un colectivo de hombres y mujeres jóvenes, que han sido opacados.

La aplicación del análisis de red contribuyó a hacer visibles a estos migrantes, y los transformó en actores racionales con objetivos que se movilizaron a partir de los recursos de que dispusieron, a la vez que nos permite superar el paradigma que hacía de ellos seres desesperados: fueron mujeres y hombres que eligieron un destino posible, siempre atentos al doble carácter de la experiencia en que estuvieron inmersos: la salida de su país por un lado los liberó, pero también los privó; lo que se asoció indisolublemente con sentimientos de dolor por el desprendimiento de lo propio –de los afectos personales y colectivos–, agravados por los efectos de la derrota y la incertidumbre. Fueron sujetos que pusieron su identidad en riesgo.

La problemática del exilio en Chile es un tema olvidado, y sólo un componente subalterno de la Memoria Colectiva; en tanto, el olvido ha sido la estrategia de reconciliación por la que se ha optado (Cancino, 2001). Por lo antes referido, pretendemos inscribir nuestra tarea en los estudios que aportan al proceso ya iniciado de reconstrucción de la memoria colectiva y de relectura de la historia.

Bien sostiene Silvia Dutriénit Bielous que “la *expulsión* que representa el exilio es una parte de la destrucción del tejido social. Es un componente de un *pasado ausente* que de manera *tardía* se fue haciendo presente en el espacio público”¹⁴² (2008: 15).

Realizamos una aproximación crítica en la que fuimos aprehendiendo y tratando de actuar con el suficiente cuidado para comprender sus esquemas mentales y representaciones; atendimos al impacto que les produjeron las vivencias que compartieron con nosotros: apareció el dolor, la impotencia, pero se suscitó cierto empoderamiento, al saberse y pensarse como sujetos menos anónimos. Sus historias

¹⁴¹ Exceptuando los trabajos de Nicoletti sobre la Pastoral de Migración en Neuquén, indicados en la bibliografía, y los de Baeza en Comodoro Rivadavia.

¹⁴² Cursiva de la autora.

recogidas y escritas les otorgan visibilidad no sólo en la comunidad de referencia en el NE de Chubut, sino que vienen a completar y complejizar el relato más tradicional del exilio que no los ha considerado; dando cuenta de una operación del presente sobre el pasado, e incluso generando cierta proyección sobre el porvenir.

Gestar un espacio para que el testimonio de estos sujetos fuese posible requirió no sólo comprender la voluntad de hablar y generarles condiciones, sino también dar cuenta de las dificultades que han tenido para preservarse.

Aunque mayormente no se han constituido como un colectivo institucionalizado, sus voces nos permiten sortear la narración paradigmática del exilio, desmontando la censura y la manipulación que las dictaduras impusieron, haciendo públicas experiencias y recuerdos personales o familiares que han permanecido ocultos, y que, si no se contraponen, por lo menos cuestionan y complejizan la memoria que la Concertación y los grupos organizados políticamente han propiciado del exilio al reservarlo a figuras emblemáticas: intelectuales, políticos o artistas.

Ellos para vivir la vida cotidiana silenciaron el miedo y guardaron el dolor y la rabia de haber perdido, y aquello que entendieron al principio como provisorio, se fue transformando en una permanencia en la que pasaron del destierro a la diáspora.

Siguen “hablando en chileno”, develando una identidad que aunque soterrada, los sigue definiendo: es un modo de no dejar de ser.

Al utilizar la represión como instrumento, se logró generar un miedo generalizado, con la consecuente secuela de desmovilización; se generaron suspicacias, despolitización y renuencia incluso a reconocer los vejámenes perpetuados, lo que indujo a una privatización o confinamiento de las acciones y sentimientos de quienes los padecían. Es dable consignar que la relación entre la privatización psicológica y la privatización económica instrumentada por la dictadura se correspondieron. Los mayores esfuerzos se hicieron para sobrevivir, y la solidaridad social fue debilitada, proyectándose en lo que puede aludirse como “cultura del miedo”, que incluso ha permanecido en democracia como “miedo de baja intensidad”, especialmente exacerbado por contextos de crisis e inseguridad social.

Trabajamos con historia desde abajo para conocer las circunstancias exiliares, analizando las memorias y subjetividades que estas vivencias gestaron y que ahora han compartido con nosotros quienes fueron sus protagonistas; avanzamos así reconstruyendo multiplicidad de prácticas y experiencias; poniendo fin a muchos silencios impuestos por la represión que disciplinó a nuestras sociedades activando miedos y silencios; pero también, por cierto, dando cuenta de complicidades que por mucho tiempo han sido inasibles, o develando gestos y solidaridades. Las relaciones políticas, acuerdos o compromisos en aquel Chile de los años 70, o las actuales adscripciones, encuadran y tiñen, en muchos casos llegando incluso a resignificar lo vivido.

Han sido experiencias que fueron estigmatizadas, pero debemos atender que “gran parte de la vida del exiliado se gasta en la compensación de una pérdida desorientadora a través de la creación de un nuevo mundo gobernable; [y] por ello muchos exiliados son novelistas, jugadores de ajedrez, activistas

políticos e intelectuales (Said, 2003: 93). Y, aunque por cierto la mayoría de los obreros no llegaron a destacarse en ninguna actividad intelectual, siempre los envuelve un halo pálido que los distingue, mientras intentan resistir y preservar una memoria que sólo cuando encuentran las condiciones para evocar se manifiesta: son gente triste que mantiene en reserva un dolor no saldado.

Sabemos, y compartimos con Coraza de los Santos, que “las corrientes migratorias, incluido el exilio, o, mejor dicho, vistas a través del exilio, tienen consecuencias y establecen correspondencias más allá de las circunstancias que las generan” (Dutrénit Bielous, Silvia; Allier Montaño, Eugenia y Coraza de los Santos (2008). Esta aseveración puede ser prístinamente ilustrada con los trabajos de Bruno Groppo (2000) y Grinberg y Grinberg (1984) por ejemplo.

Es muy pertinente revisar que hay una cuestión de clase que subyace, y que no se ha atendido hasta ahora con demasiada profundidad. Como bien ha expresado Zito Lema, los trabajadores también salieron, pero “viajar es costoso y escapar a las dictaduras muy difícil” (Jensen en Yankelevich (2004): 123).

Si “la migración y el exilio suponen “una forma de ser discontinua”, una disputa con el lugar de origen [...] [y si] presupone una morada (home) inicial y la promesa final de una vuelta, las cuestiones que deben enfrentarse *en route* necesariamente abren una brecha en las fronteras de este itinerario. [Con lo que] la posibilidad de seguir identificándose con dichas premisas se debilita y se extingue. La memoria de esta pérdida radical, inscripta de manera persistente en la incierta suerte del viaje al extranjero, ha convertido al exilio en un símbolo sugestivo de nuestra época” (Chambers, 1995).

La perspectiva de redes para analizar estos procesos fue una alternativa al enfoque estructuralista que identificó como variables más relevantes las condiciones de salida y arribo de los emigrantes, y las posibilidades de inserción en la sociedad receptora. Así aportamos a empoderarlos, transformándolos en actores racionales, con objetivos que se movilizan a partir de los recursos de que disponen; y, justamente, tratando de superar el paradigma que hacía de ellos seres desesperados, compelidos a abandonar su origen a partir de una situación catastrófica; transformándola en una elección vital, llevada a cabo por individuos movilizados. Fueron mujeres y hombres que eligieron destinos posibles, que se valieron y reutilizaron vínculos culturales y políticos. Hay un componente racional que guió su acción, fue una búsqueda de ciertos objetivos, valiéndose de estrategias de movilización, y utilización de recursos del entorno.

Es importante atender que cualquier estudio migratorio vinculado al mercado de trabajo debe revisar la importancia de mecanismos formales e informales, lo que permite cuestionar el principio de la anulación de las relaciones personales con la industrialización, ya que reviste una sumaria significación (Bjerg y Otero, 1995: 17).

José Fica Ojeda es carpintero y pudimos entrevistarlo en su hermosa casa, construida en uno de los faldeos que prácticamente constituye el límite de la urbanización en Trelew, con un emplazamiento excepcional. Los árboles que rodean la vivienda, al igual que la cabreada del techo y el mobiliario, enmarcaron su relato, que en algunos momentos compartió con su esposa, quien muy amablemente nos cebaba mate.¹⁴³ Fue un importante dirigente de la reforma agraria que militó en el Partido Socialista y en el MIR en Osorno. Nos dijo:

“Para mí no fue muy sorprendente el cambio de vida, me hallé en Argentina desde el primer día que llegué, venía escapando de Pinochet pero el problema es que yo fui dirigente de una federación de campesinos en Chile. Apenas pasó el golpe tuve que esconderme; el mismo día del golpe a las once de la mañana tuve que pasar a la clandestinidad. Yo era de Osorno, así que nunca pensé que me tendría que venir a Argentina, pero cuando estuve en clandestinidad hice contacto con gente de Santiago y me ofrecieron irme a Canadá; todavía tengo los papeles, no me fui porque me hallé acá. Anduve hasta vestido de cura en Santiago, así fui a la embajada de Argentina, entonces me hicieron unos papeles para llevarme a Canadá, y ahí me tuvieron en un lugar llamado Calera de Tango, en Chile [en la Región Metropolitana], una parte muy histórica donde había estado San Martín alojado –habían cartas de él en las paredes, una parte muy sola, es un monasterio de los curas [jesuitas] eso–, así que ahí estuve tres meses escondido, me tenía un sacerdote escondido [...] Claro, con la Iglesia católica, sí, fueron los que me sirvieron a mí; en realidad fueron los que más me ampararon del primer momento. Yo nunca pensé que ellos... Incluso cuando me llevaron, vi que venía un furgón negro en la noche que me vinieron a buscar en Santiago, y pregunté quienes eran. Cuando me fueron a dejar al lugar que era a 70 kms, ¡la sorpresa mía fue cuando me di cuenta que el que me llevaba era hijo de Jorge Alessandri! [quien fue presidente de Chile], ¡eran todos de derecha, no podía creer!. Yo pensé: “¡Mas rato me viene a buscar la DINA, de Pinochet!” No fue así y estuve tres meses escondido en ese monasterio solo. Nunca supe quién me llevó la comida, tenía prohibido preguntar, eran puros Fiat que venían a dejar la comida. Después de tres meses me sacaron de ahí y dijeron que me llevaban al extranjero, pero no podíamos entrar a las embajadas; hicieron los papeles para llevarme a Canadá, y al ver yo que embromaban tanto, después dijo el presidente de Canadá que era imposible llevarme porque había muchos chilenos a los que todavía no le habían hecho casas todavía... Y entonces yo pedí venirme para Argentina y esperar ahí un tiempo y me vine por Mendoza. Cuando llegué ahí la primera tarde que llegué, yo veía, y así fue que decidí quedarme, yo dije: “Yo no me muevo mas de acá”, y así fue que renuncié a viajar a

¹⁴³ Realizamos la entrevista en octubre de 2007.

ninguna parte más. Los otros compañeros, el Chenque, lo encontré en Bariloche que ya se iba para Canadá, pero yo no me quise ir; él decía: “Vamos, dale”, pero yo le dije: “No, déjate de joder, me quedo acá”, y me quedé acá, en la Argentina, porque me hallé acá en la Argentina; la verdad la gente muy sincera y aún digo que en ese tiempo, donde yo fui alojado y todo la primera vez eran policías, y es raro que los policías, que ya estaban por dar un golpe y todo; pero viera que bien esa gente...”

Al iniciarse la dictadura en Chile, la relación entre el movimiento sindical y la Iglesia católica fue bastante importante, como de ello da cuenta José, quien, refiriéndose al mismo día 11 de septiembre de 1973, recordó:

“A las once de la mañana encontré la patrulla de carabineros en la calle, y el teniente carabiniere era amigo mío, García el apellido, y él me dice: “Fica, no trate de sacar su gente”, porque eso era así como los piqueteros acá, yo por cualquier cosa sacaba mi gente y reclamábamos. Y me dijo: “¡ No trate de sacar su gente porque esto es un golpe de Estado, es peligroso, nosotros no estamos a cargo de nada acá, incluso vamos a quedar bajo las órdenes del jefe!” Y yo le dije: No, no voy a hacer nada, y me fui a la casa, en ese tiempo la casa de la alcaldesa, y estaban ahí todos llorando porque había muerto Allende, y entonces les dije que no sacaban nada llorando como los chicos, acá, ¡había que salir ahora, ya, a la clandestinidad porque si no ahora van a venir, nos van a llevar y nos van a matar!; y todos me contestaron: “No, no, hombre, si yo tengo amigos en el Ejército”, y esas cosas... A las ocho los vinieron a buscar y en la misma noche los fusilaron. Y yo me fui, tenía que guardar unas cosas lejos así del pueblo, y me fui hasta allá y no volví porque vino una persona de a caballo y me dijo que estaba lleno de milicos, que no vuelva, que estaba poblado de milicos...”¹⁴⁴

¹⁴⁴Joel Fierro Inostroza, casado, 7 hijos, obrero maderero, militante socialista, Regidor de la Comuna de Entre Lagos, fue detenido en su domicilio el 17 de septiembre de 1973, alrededor de las 17 hrs., junto a su esposa Blanca Valderas Garrido, ex Alcaldesa de Entre Lagos. Hasta la vivienda llegó un grupo de aproximadamente ocho carabineros pertenecientes al Retén de Entre Lagos al mando del Sargento Raúl Oyarzún Blanco quien informó al matrimonio que era portador de una orden, que no exhibió, emitida por el Intendente de Osorno para detenerlos; mientras ocurría esta conversación, otros carabineros, identificados como los Cabos Abelardo Rojas y José Rocha, allanaban la casa al parecer en busca de armas. Luego, Joel Fierro y Blanca Valderas fueron sacados a empujones de su hogar en presencia de sus siete hijos e introducidos a un furgón de color verde con distintivo del S.A.G. (Servicio Agrícola y Ganadero). En este vehículo ya se encontraban otras personas que habían sido detenidas momentos antes en sus respectivos domicilios, ellos eran: Luis Sergio Aros Huichacán, Martín Núñez Rosas, dirigente del Comité Sin Casa de Entre Lagos y José Ricardo Huenumán Huenumán, regidor de la comuna de Entre Lagos, los tres militantes del Partido Socialista.

Según testimonio de la señora Blanca Valderas, los cinco arrestados fueron llevados al Retén de la localidad y allí separados quedando ella sola en un calabozo y los cuatro hombres en otro; señala también que en el cuartel fueron vistos por el Alcalde de la comuna, señor Walter Lausen. En ese recinto policial permanecieron alrededor de ocho horas. Aproximadamente a la una de la madrugada del día 18 de septiembre fueron sacados de las respectivas celdas y llevados hasta la calle donde había un furgón de color negro colocado en posición de retroceso y con sus puertas abiertas; ubicados alrededor del vehículo se encontraba un grupo de aproximadamente 10 individuos armados con metralletas y vestidos con ropas de color oscuro (azul o negro), guantes y botas de tipo militar; cubrían sus rostros con máscaras que semejaban vampiros y en la cabeza portaban cascos. Estos individuos introdujeron a los detenidos al furgón, los cuatro hombres tenían las manos amarradas a la espalda. El vehículo se dirigió al antiguo puente colgante sobre el río Pilmaiquén donde se detuvo en su entrada norte; allí descendieron los ocupantes del vehículo e ingresaron al puente, a unos cinco o seis metros de la entrada, el grupo se detuvo y los detenidos fueron obligados a arrodillarse e inclinarse hacia el río. Detrás de cada uno de ellos se ubicó uno de sus aprehensores, les dispararon y los arrojaron luego a las aguas. Sólo logró salvarse la señora Blanca Valderas debido a que el arma de su captor no funcionó y molesto por esto, el sujeto la golpeó con la culata del arma y la empujó hacia el río; ella logró nadar y salir del agua en un lugar alejado donde pudo buscar ayuda. Su testimonio ha servido para reconstruir los hechos que dieron lugar a la desaparición, hasta hoy, de los otros cuatro detenidos, entre ellos su esposo. Todos estos antecedentes fueron conocidos 5 años

Ya en el testimonio antes referido, don José explicita parte de su imaginario y da cuenta de las decisiones que tomó a efectos de salvar su vida, insinuando la crítica y la incapacidad no sólo de las organizaciones político-sindicales a las que pertenecía, sino enfatizando la falta de una lectura estratégica por parte de la Unidad Popular del proceso en que estaban inmersos. Desde su análisis clasista hay un explícito reproche a la ingenuidad pequeño burguesa de los responsables políticos (alcaldesa y otros), quienes no pudieron leer correctamente los límites de la represión desatada. Al momento de pasar a la clandestinidad dejó librada a su familia, constituida por su esposa y seis hijos, a su suerte; y cuando decimos a su suerte lo hacemos de un modo literal, en tanto la vivienda familiar fue destruida en busca de armas. A él se lo dio por muerto e, incluso, la noticia se publicó en la prensa. Sólo contó con la solidaridad de campesinos –hombres de a caballo– que lo mantenían al tanto de los avatares que se vivían. En su discurso, el tiempo se condensa “y es el mismo día” en que se los llevan y los matan; en tanto de acuerdo a lo reseñado en la nota anterior, la detención se produjo seis días después. José, apelando a la fidelidad de algunos compañeros, narró como consiguió enterrarlos provisionalmente, buscando cubrir pudorosamente sus cuerpos que eran expuestos obscenamente por el régimen:

“Yo volví por el otro lado de la carretera, porque es una distancia como de acá a Madryn mas o menos, y fui hacia el río porque me llevaron la noticia que los perros estaban comiendo los cadáveres y fui a ver, pero habían salido para el lado de Valdivia, porque ese río divide las provincias, y entonces yo fui a ver de noche con otro muchacho, y si los cadáveres estaban comidos. Era cierto. Entonces subimos a un asentamiento ahí arriba de Valdivia; ya habíamos andado por ahí y hablé con el presidente del asentamiento y le pedí que bajara con los tractores y los colosos esos que echan tierra y taparan los cadáveres esos, y dicen que lo hicieron, pero como era la noche yo nunca pude reconocer a los cadáveres; estaban todos maltratados, y ellos le tiraron tierra de arriba... Y ahí puede estar mi compañero Huenumán, Ricardo, ¡muy compañero ese! ¡Pero han tirado tantos cadáveres en ese río que hasta llegaron los lobos del mar atraídos por la sangre!, así me comentaba la gente después... Dicen que en las mañanas miraban y estaba el río lleno de cadáveres, ni los sepultaban siquiera...”¹⁴⁵

La percepción de la violencia y el peligro obviamente fue subjetiva, pero muchas de las advertencias que desde el MIR se hicieron al Partido Socialista y al mismo Gobierno de la Unidad Popular, y que en el

después, cuando su cónyuge Blanca Valderas logró encontrar el apoyo que necesitaba para denunciar lo que había pasado y sufrido. Una vez que ella logró salir del río con vida, empezó su largo peregrinar. De Osorno se trasladó a Valdivia y a los 7 meses a Santiago donde debió emplearse como asesora del hogar con otra identidad. En cinco años nunca pudo ver a sus hijos, que quedaron con su madre. Ella y los niños pasaron momentos muy difíciles, muchas veces no tuvieron qué comer. Además habían perdido su casa y parte de sus enseres. La casa donde vivían en septiembre de 1973 fue totalmente desvalijada por los Carabineros que practicaron las detenciones. En relación a las actuaciones Judiciales y/o Administrativas se inició proceso rol 23.862 por querrela criminal interpuesta el 12 de noviembre de 1979 por los delitos de secuestro y homicidio calificado en la persona de Joel Fierro Inostroza y secuestro y homicidio calificado frustrado de Blanca Valderas Garrido. La causa fue tramitada en el Primer Juzgado de Letras de Osorno y estuvo a cargo de la Ministro en Visita Juana González Insunza. (<http://www.memoriaviva.com>).

¹⁴⁵ Realizamos la entrevista con José Fica en su casa, en octubre de 2007.

caso de José le costó la expulsión del partido, le permitió contar con una lectura crítica para salvar su vida:

“Sí, yo tenía muchos conocidos, casi toda la gente del campo era conocida porque yo era dirigente de la reforma agraria en ese tiempo; entonces nosotros le entregábamos tierra a la gente, se la quitábamos a los gringos y le dábamos a la gente y por eso más peligraba mi vida, porque los tipos tenían la sangre en el ojo conmigo, porque le habíamos quitado a muchos terratenientes para darle a los campesinos. Yo pienso que al que buscaban era a mí preferentemente, porque la casa me la hicieron pedazos; toda mi familia abandonó la casa, debió hacerlo, no volvieron más... Ahora se pueden hablar esas cosas, porque antes no se podía ni acá en la Argentina.”¹⁴⁶

Es interesante hacer explícita su visión contrastante de Argentina y Chile, en tanto encarna una percepción que es común a quienes nos brindaron sus experiencias:

“¡Chile siempre fue un país pobre porque no tiene recursos económicos, en cambio Argentina tiene muchos recursos, es el granero del mundo casi! Yo antes de venirme hacía años que me quería venir, porque se venía la juventud de Chile y yo siempre decía si alguna vez me voy de Chile va a ser a la Argentina, y cuantas veces estuve por venirme y nunca podía, así que sucedió lo del golpe de Estado... La verdad que uno siempre quería cambiar de ambiente, Chile es un país así muy oprimido, allá el que no trabaja no come, no como acá: acá uno ve que hay gente que no trabaja nunca y nunca se muere de hambre; [allá] nadie te presta, nadie te da.”

José, que debió salir con 36 años, tuvo la posibilidad de trabajar y ser reconocido por sus destrezas, e incluso por su formación política, su honestidad y su transparencia, que se traducen en el eje articulador de su existencia:

“Cuando llegué a Mendoza, primero estuve sin trabajar porque traía dinero para estar seis meses en la Argentina –me lo habían dado los curas, en dólares–; yo podía estar seis meses en un hotel y no tenía problemas, pero yo quería trabajar. Después de eso estuve algo de un mes allá en Mendoza así, sin hacer nada. Ya me empecé a juntar con otros chilenos que andaban acá, y un día de mucho calor les dije: vamos a San Rafael, y nos vinimos a San Rafael; y ahí me encontré con gente muy buena, un señor que era dueño de un hotel, y ese señor me decía: “¿Quiere quedarse acá?, quédese acá; ¿quiere trabajar?, dele...”. Yo le conversaba cosas que no son éstas, por cierto, porque no se podían conversar, y después seguía el calor en San Rafael, mucho calor, así que a la noche como a las once nos tomamos el colectivo nosotros, y nos vinimos para Río Negro, [a] Cipoletti. Y ahí yo le decía a

¹⁴⁶ *Ibíd.*

mis compañeros que nos quedemos unos quince días y ellos me decían: “Bueno, trabajemos”, y nos íbamos a trabajar recogiendo manzanas, y no sabíamos recoger manzanas, la gente se reía de nosotros que nos caíamos con escaleras y todo: ¡hasta las mujeres se reían de nosotros! Y ahí estuvimos unos veintiún días, y nos volvíamos a dormir a Cipoletti; dormíamos ahí en la chacra debajo de los manzanos, cada uno se traía una frazada y la tirábamos nomás; como hacía calor, no volvíamos y eso que teníamos hotel pagado y todo. Así que después volvimos al residencial ese, ahí donde antes que nos fuéramos para la chacra yo encontré un reloj en el patio, en el césped y se lo entregué a la señora; era del hermano de la señora, que a su vez era un empresario; tenía como trece camiones... Y cuando volvimos después de esos días en la chacra, pensé que estaba todo pagado y yo le dije a la señora y ella dice: “No, no, ustedes no han ocupado las piezas y viendo la honradez que tienen les voy a dar veinte días más”. ¡Así que nos dio esos días más sin pago!, porque el reloj era de oro, no era un reloj cualquiera... Y nos dijo al ver la honradez de los chilenos... Y ahí si anduvimos atorranteando; nos íbamos a Neuquén por ejemplo, hasta que un día dije: “Me voy a Bariloche”, ¡y me fui a Bariloche! Y cuando llegué vi que había muchos chilenos ahí, vi que había mucho trabajo con la madera y me dije: “Acá tiene que haber chilenos trabajando, así que fui a dejar mis valijas y cuando volví me encontré con un chileno muy jovencito que había venido también así por política, pero después vi otros que estaban jugando al naipe así, y no me conocieron, y una era que yo había corrido por muerto en Chile, había salido en el diario ya como muerto, y ahí me entero por uno que había estado preso, y me contó que lo sacaban todas las mañanas a recoger muertos, y él me contó: “Te enterramos en una de esas mañanas, todo tenías: tus zapatos, tu chaquetón, el reloj y otras cosas que usabas”. ¡Quizás eso me salvó y no me buscaban por la provincia! Y lo más lindo cuando llegué ahí, que el tipo estaba, y todos se pusieron contentos: “¡Compañero Fica, está vivo! ¡La pucha, nos había mentido este que lo había enterrado! Así que una fiesta a la noche... Asado y todo... Se lloró, y el que decía que me había enterrado llegó cuando ya estaba el asado y todo: ¡ni se imagina la sorpresa y la emoción! Y recordamos todo, los cinco compañeros míos los habían fusilado la misma noche del golpe, algo terrible eso [...] Ahí me quedé en Bariloche, esa misma noche, y ahí mismo conseguí trabajo. Resulta que vino uno que era contador en la fábrica de muebles, y me dice: “Compañero, si quiere trabajar acá...”. Era un peronista... ¡Por eso yo siempre ayudo al peronismo, porque de ahí ellos salieron a ayudar! Y esa misma noche a mi me dijeron: “Tiene trabajo, si se quiere quedar a trabajar, trabaje nomás”. Un local muy grande, más de 60 mueblistas había. De Rossi era la fábrica. Fabricaban puertas y ventanas para Mar del Plata,

Córdoba; así que no tuve que ni buscar trabajo y me quedé nomás en Bariloche; estuvimos como ocho años en Bariloche. [...] me hice amigo de Gendarmería, en Bariloche yo me hice amigo de un gendarme; nunca me llevaron a Chile por nada. En Bariloche me quedé un tiempo, porque yo enseñaba carpintería a Gendarmería; entonces, tanto chileno para acá y para allá, a mi me dejaron porque era su profesor [...] Después yo me puse a trabajar y me olvidé de la política, no quise saber mas cosas de éstas ya... Entonces fui a Buenos Aires a hacer unos techos de los tipos dueños de los aviones Australes –son norteamericanos–, y yo tuve que ir a hacérselos porque ellos compraron las tejuelas en Chile y el hombre que me mandaba a mí era un coronel del Ejército, allá en Bariloche; entonces, él fue el que me mandó a mí a hacer ese trabajo... Y fui a Lomas de San Isidro a hacer ese trabajo, y allá me junté con gente que venía de Comodoro Rivadavia y me decía que me vaya con ellos a trabajar a Comodoro, y al final me fui yo. Me vine unos ocho días a Bariloche y después se me dio por irme para allá; en ese tiempo teníamos vehículo. Dije: “Vamos a Comodoro a ver qué hay de cierto”, y era cierto, había mucho trabajo, ¡y me quedé en Comodoro unos ocho años o algo así! Y de ahí me vine para acá por cuestiones de amistades media políticas así... Nosotros no conocíamos este pueblo, lo habíamos visto desde un avión nomás; entonces, nosotros teníamos unos amigos que vivían acá, que nos invitaron a pasar una navidad y vinimos, y lo que es la casualidad: nosotros salimos por un camino de tierra, con ella salimos, y en esta esquina nos paramos y yo miré para allá para el lado del valle; había una carretera toda de tierra nomás, todavía estaban empezando a mover tierra ahí en Luz y Fuerza, y yo le dije a ella: “Mirá qué lindo acá tener una casa, porque este camino va a salir a la carretera alguna vez”, y parece que Dios me estaba escuchando...A la noche nos invitaron a una despedida de Año Nuevo y Navidad, y a la noche nos encontramos con Corchuelo Blasco¹⁴⁷ en ese lugar, y él nos presentó a Mario Das Neves.

Y bueno, y ahí en una de las vueltas estábamos tomando una cerveza con Mario y él me preguntó si quería quedarme a trabajar acá? Y yo le dije que sería lindo, así que llamó a un tal Bogarín y le dijo: “Búscales un lugarcito donde haga su casa”. Bueno, así que nos pusimos a conversar con Bogarín y llegado un momento le dije: “Mirá, mañana pásame a buscar y yo te voy a decir dónde quiero la casa”. “Acá”, le dije, y cuando le dije dónde, me dijo: “No, no, acá no va a poder ser”, porque acá era toda pampa este terreno, y me dice que estaban todos los terrenos de este lado pedidos por los curas. Entonces le pregunté por donde podía ser y me

¹⁴⁷ Manuel Corchuelo Blasco fue ministro de Bienestar Social y diputado por el Partido Justicialista en Chubut entre 1989 y 2001, y Mario Das Neves fue gobernador entre 2003 y 2011.

llevó por allá abajo y decía: “Acá hay un solar, allá hay otro solar”, y me mostraba pero feos por los rincones. Y le dije: “Mirá, ¡si no es ahí dónde te dije, mejor me voy! Después buscaremos”. Y me fui para Comodoro, y a los seis meses me llegó un telegrama que venga urgente. Llegué acá y estaba cerrado ya esto; nunca me sacaron un metro de tierra para nada... Esto fue hace ya diecinueve años...”¹⁴⁸

Don Fica así encontró *su sitio* en la nueva sociedad, y en los días en que lo entrevistábamos recibía a las hijas, hoy ya mujeres grandes, que habían quedado en Chile, y que atravesaban distintas dificultades, pero recibían el apoyo solidario de su padre que las cobijaba en Trelew.

Su identidad con la migración se alteró, pero al obtener una categoría de trabajo semejante como carpintero, y al tratarse de una destreza que había aprendido en su juventud; al poder participar del mismo medio social, afianzó su confianza; aceptó las pérdidas, y con el apoyo de su segunda compañera, más joven, pero también chilena, a quien conoció en la huida, pudo elaborar aparentemente sus duelos, lo que hace que incorpore de forma diferenciada los dos países, los dos tiempos, conjugando el grupo de antes, y el grupo actual, consolidándose y siendo él mismo a pesar de lo traumático de su pasado. (Grinberg y Grinberg, 1984: 162).

En relación a la situación bélica planteada con Chile contrastó lo acontecido en 1978 y en 1982, que da cuenta de la inserción que habían logrado en la comunidad:

“En la época de Malvinas nosotros ayudamos mucho allá en Comodoro, ¡y parece increíble, pero quince mil chilenos habíamos en Comodoro, que marchamos en contra de los ingleses!”¹⁴⁹

Esa visibilidad que incluso el mismo colectivo propició se distingue sustancialmente de lo vivido durante el conflicto del Beagle, en que el ambiente, y su situación, eran mucho más precarios:

“En el tiempo que estuvo en peligro la posibilidad de una guerra con Chile, nosotros estábamos en Bariloche [...] y a todos los chilenos los llevaron, y a mi también me llevaron. ¡Yo en ese tiempo tenía bicicleta nomás y con bicicleta y todo nos llevaron! Como cuatrocientos chilenos éramos, ¡y estaban que se peleaban entre ellos ahí... ¡Un oficial argentino quería dispararle a un muchacho chileno! Entonces viene un suboficial mayor y lo encontró malo eso, entonces le dijo al oficial [...] que había que comprender que el padre y la madre de él habían sido chilenos también; entonces no debemos pelearnos entre nosotros... Y ahí me acordé yo, y pregunté si no estaba un tal Ávila por ahí... Y me dijo: “¿Usted conoce a Héctor Ávila?”. “Sí”, le dije. Entonces lo fue a buscar, y resulta que ese Ávila era uno a los cuales yo enseñe carpintería... Y vino y me dijo: “¡Como te van a llevar, a ti no te pueden llevar!”. Así que fuimos para adentro y hablamos con el comandante Nave

¹⁴⁸ Realizamos la entrevista con José Fica en su casa en octubre de 2007.

¹⁴⁹ Baeza sostiene que fue el 2 de abril de 1982 el día en que se creó el Centro de Residentes Chilenos en Comodoro Rivadavia, como estrategia para adherir a la recuperación de las islas Malvinas, que expresaron en una multitudinaria marcha por el centro de la ciudad, y uno de los fundadores recordó incluso que hicieron una calcomanía con la silueta de las islas y los colores de la bandera argentina. (Baeza, 2007:404)

de Gendarmería, que dijo: “Nooo, no nos pueden llevar al profesor”, y ahí nomás me dio un papel amarillo con sello y me dice: “Donde a usted lo molesten presente este papel que le dieron en Gendarmería y listo. Y me hicieron llevar a mi mujer y a mi nenito recién nacido al otro día y nos dieron a cada uno un papel para que no nos molesten... Andábamos con las tarjetas...”¹⁵⁰

Sin duda hay elementos subjetivos de la nacionalidad que funcionan como puntos de enlace, y que dan cuenta de la larga historia de migraciones a través de la cordillera de los Andes, que en mucho excede el período de las migraciones políticas a que nos abocamos; hay un nosotros, recortado a través de la intervención del oficial, que el narrador utilizó para poner en cuestión las diferencias posibles entre argentinos y chilenos. Otra vez fueron sus saberes y destrezas, su reconocimiento como un buen carpintero, como maestro, lo que garantizó su propia seguridad y la de su núcleo familiar.

Érica, compañera de José Fica, nos comentó que cuando vino hacia Argentina no pensaba ni sabía nada del nuevo país; ella cruzó por Bariloche sola con sus papeles y sin haber sentido miedo. Así nos contó su experiencia:

“Ni mi familia sabía, y pedí permiso porque era menor de edad, y tampoco nunca supo papá que me venía con él. Nosotros éramos diez hermanos, pero como éramos del campo se pasaba bien, porque trabajábamos y no veíamos la pobreza de los centros; teníamos la carne, la comida... Cuando yo fui a Santiago vi la pobreza, nunca miré mas allá, no imaginaba que mi país estaba pasando todo eso, yo tenía 16 años... A él le dicen profanador de cunas... [risas] Estuve en la casa de una prima en Santiago, y ahí pasaba hambre; el desayuno era una taza de agua y un trozo de pan, y se trabajaba, ¿eh? Ella tenía pensión en la casa; ni así alcanzaba...”¹⁵¹

Ciertamente no podemos entender su migración como exilio, pero las condiciones socioeconómicas la empujaron, y aunque la relación sentimental que había entablado con un hombre mucho mayor que ella, del que no conocía su militancia, ni tampoco su clandestinidad, es un indicador de la asimetría con que constituyó su pareja, es interesante su narración porque le permite revisar un mote o apodo puesto por una amiga del matrimonio a su esposo: *profanador de cunas*, que parece risueño, pero que ciertamente encierra una verdadera sentencia.

Al preguntarle a él por la fecha de su primer regreso a Chile, nos dijo:

“En el 78,¹⁵² ¡ahí me llevé otra sorpresa! Ese año llamó Pinochet a firmar la amnistía, entonces yo fui allá a eso, y cuando fui a firmar la amnistía, el hombre que antes era mi patrón, Lausen, un alemán, en ese momento era intendente. Y cuando fui a firmar era invierno, hacía frío y estábamos en la calle, y había un grupo de

¹⁵⁰ Entrevista con José, en su casa, en octubre de 2007.

¹⁵¹ Realizamos la entrevista en su casa en octubre de 2007.

¹⁵² En 1978, la dictadura chilena dictó el Decreto 2191 de Amnistía, que permitió el regreso de muchos chilenos entre los que se cuenta nuestro entrevistado.

músicos, “Los manantiales”. Esos chicos eran mis amigos, y me encuentran en la calle y nos pusimos a conversar sobre todo lo que había pasado, y ya alguno de ellos sabía que yo estaba en la Argentina, así que una alegría cuando nos juntamos. Así que vamos a la whiskería a tomar un traguito de oporto. Allá las whiskerías no son como las que se dicen acá, así que fuimos y conversamos. Así que siempre en las whiskerías hay un espejo grande, y yo estaba de espalda y de frente al espejo. Veo así que está entrando el intendente, ¡y yo miraba y no podía creer que era mi patrón! Yo lo miraba por el espejo y era él, y vino y pidió un whisky, unas copitas chiquitas que se sirven, y me conoció. Se puso nervioso, se tomó la copa y se fue. Y los muchachos me dijeron: parece que te conoció... y yo ya había firmado la amnistía, ya tenía el papel, así que me quedé tranquilo ahí, y el alemán, uno grandote que medía como dos metros, se fue a dar una vuelta; se había quedado con la espina y como a los diez minutos entró otra vez y se puso atrás mío así, y se pidió otro whisky. Entonces no se aguantó, se tomó el whisky, vino y me agarró del hombro y me dijo –porque él siempre me decía maestro Fica–, y me dijo: “¿Usted no es el maestro Fica?... ¡Oiga, yo pensé que se había muerto!”. Y yo le dije: “Seguramente que no, ya ve que ando acá”. Y nos saludamos y lloramos los dos, siendo que éramos contrarios de la política nosotros, nos abrazamos y lloramos los dos, porque me dice: “¡Muy mal hecho todo lo que se hizo!, porque el golpe de Estado nos dio la derecha con el consentimiento de nosotros, pero nunca pensamos que los milicos iban a hacer esto”, me dijo, ¡y así que ahí hasta nos tomamos una copa juntos!”¹⁵³

Ciertamente, la narración de la vuelta de José a Chile se transforma en una verdadera y dinámica herramienta de reafirmación identitaria: no sólo se acoge a la amnistía del dictador, sino que puede compartir la copa con amigos y enemigos, y aun siendo su ex patrón el representante de la dictadura, éste admite la culpa y el error.

Al preguntarle acerca de viajes posteriores nos dijo:

“Sí, después de eso he vuelto a Chile, ¡pero con la frente bien alzada, porque ganamos! Él mismo me dijo, el alemán, ¿sabe qué?: “¡Ustedes nos ganaron políticamente, porque si no no tendrían que haber sacado las Fuerzas Armadas!”. Claro, el error fue haber sacado las Fuerzas Armadas, y no haber sabido actuar políticamente, y se hubiera evitado todas las muertes y todo eso... Y él me dijo, que bueno, pero aquí la izquierda nunca va a volver; y entonces yo le dije: “No, ¡se equivoca!, porque ustedes la pobreza no la pueden esconder, y mientras haya pobreza va a haber izquierda”. Y así tuvimos un gobierno democrático a los diecisiete años, y después uno socialista y otro socialista, ¡y ya no pierde más el

¹⁵³ *Ibíd.*

socialismo! [...] ¡Antes en Chile era peor!, había un capitalismo salvaje, trabajábamos quince horas y no teníamos zapatos; en Chile no corre eso de las ocho horas, no, todavía la gente trabaja hasta doce horas, catorce, quince, y antes era igual, se trabajaba quince y comíamos basura, por eso uno se hace revolucionario; es como cuando uno tiene un animalito y lo apalea mucho, entonces se pone rebelde, y eso pasó en Chile, que mucha gente sin ser de izquierda se fue a la izquierda.”¹⁵⁴

La dignidad, la frente alta, están dando cuenta de un análisis crítico que supera la inmediatez de la fuerza y evidencia un firme convencimiento. Otra vez vuelve didácticamente a explicar a su adversario las razones, que no sólo remiten a condiciones objetivas, sino a la impericia, a la falta de análisis: esconder las condiciones de explotación no alcanza, *comíamos basura por eso uno se hace revolucionario*.

En concordancia con lo antes referido, al preguntarle por la reparación que el Estado de Chile ha instrumentado, señaló:

“Yo hice el reclamo por exonerado, para la pensión; pero después me pidieron papeles, y papeles, y no hice nada más... Así que me quedé acá, porque yo estaba desaparecido y me correspondía. Una vez fui, y el presidente de la federación me dijo algo que no me gustó: “Ahora vienen todos para que les paguen”, me dijo, y yo le dije: “Claro, estaban pensando que yo también vengo a eso”, y entonces la hija de él, que era secretaria del intendente, me estaba haciendo los papeles, y dije: “¡No hago más!”, porque a lo mejor están pensando que vengo nada mas que a eso; porque el viejito me dijo así; primero conversamos mucho, porque él también pensaba que estaba desaparecido, y bueno, después, quizás no me lo quiso decir a mí, se lo dijo a otro; en fin, ¡pero dijo que ahora vienen muchos a buscar esa plata! Unos tres millones de pesos chilenos. ¡“Después que se escaparon”, dijo! “Ah, bueno”, dije yo, y él me tenía que firmar los papeles. No sé si los habrá dejado firmados o no; falleció después...”¹⁵⁵

José no vuelve, pero mantiene la certeza de que el único destino posible es el socialismo. Hay momentos o ciclos, y claramente distingue el primer gobierno de la Concertación, demócratacristiano, que nombra sólo como democrático, del destino ineludible que supone una sociedad más justa que ponga límites al capitalismo salvaje. Hay también en sus palabras cierto dejo de intemperancia, y asigna las responsabilidades de lo vivido a un anacronismo no asumido por los sectores dominantes.

A pesar de las críticas que hacen con respecto a la política en Argentina, todos revisan y asignan a esta sociedad un carácter más moderno, dinámico y continente.

Una de mis hipótesis es que cuando se los necesitó como mano de obra se los toleró para construir la sociedad del amo como dice Cristin Ferrer.

¹⁵⁴ *Ibidem*.

¹⁵⁵ *Ibidem*.

Nos parece importante atender que a partir de documentos como, por ejemplo, el Oficio Reservado N° 318/5 del Consulado de Chile en Estocolmo al Ministerio de Relaciones Exteriores, del 16 de agosto de 1979, se insistió en la necesidad de distinguir a refugiados económicos de refugiados políticos (Camacho Padilla en Del Pozo, 2006: 48). No contamos con documentación de esas características, pero tal vez la artificial diferenciación entre refugiados económicos y políticos pueda aplicarse y explicar la invisibilidad por lo menos de parte de nuestro colectivo.

Bibliografía

- BAEZA, Brígida (2007) "Cruzar la frontera en los '70. Chilenos en Comodoro Rivadavia" en Baeza, Brígida; Crespo Edda y Carrizo, Gabriel (Compiladores) *Nuevas miradas, nuevos actores, nuevas problemáticas*. Municipalidad de Comodoro Rivadavia, Certamen Fondo Editorial 2007, Comodoro Rivadavia.
- BJERG, María y Otero, Hernán (Comp.) (1995) *Inmigración y redes sociales en la Argentina Moderna*, CEMLA – IEHS, Tandil.
- CANCINO, Hugo (2001) "Exilio chileno e historia. Contribución a un debate sobre los problemas teórico-metodológicos de una investigación historiográfica sobre nuestro exilio". Actas de CIEL Número 4- Noviembre. IV Congreso Internacional de Estudios Latinoamericanos. Universidad de La Serena – Chile.
- CHAMBERS, Ian (1995) *Migración, cultura, identidad*. Amorrortu editores, Buenos Aires.
- DEL POZO ARTIGAS, José.(Coordinador) (2006) *Exiliados, emigrados y retornados. Chilenos en América y Europa, 1973 – 2004*. Ril editores, Santiago de Chile.
- DUTRÉNIT BIELOUS, Silvia; Allier Montaño, Eugenia y Coraza de los Santos (2008). *Tiempos de exilios. Memoria e historia de españoles y uruguayos*. Textual, Uruguay.
- FERRER, Christian (1993 a) "Los intrusos" en *La caja revista de ensayo negro*, Nro.6, Buenos Aires.
- GRINBERG, León y Grinberg, Rebeca (1984) *Psicoanálisis de la migración y del exilio*. Alianza Editorial.
- GROPPO, Bruno (2000) *Los exilios europeos en el siglo XX*, París. Traducción Silvia Kiczkovsky. (mimeo).
- MEYER, Eugenia y YANKELEVICH, Pablo (2000) "Memoria e identidad del exilio sudamericano en México" en *Voces recobradas. Revista de Historia Oral*, Año 3 Nro.7, Buenos Aires.
- NICOLETTI, María Andrea (2002) "El obispo De Navares y la Pastoral de Migraciones: la defensa de los derechos humanos en los migrantes chilenos. (1973-1990) *Revista de Estudios Trasandinos*, Santiago de Chile
- REBOLLEDO, Loreto y ACUNA, María Elena (1999) "Narrativas del Exilio Chileno" Proyecto DID Nro.314/1999 "El exilio y el retorno en la experiencia de hombres y mujeres chilenos: del recuerdo individual a la memoria colectiva" en http://gupea.ub.gu.se/dspace/bitstream/2077/3219/1/anales_3-4_rebolledo_acuna.pdf, pp.
- REBOLLEDO, Loreto (2006) *Memorias del desarraigo. Testimonios de exilio y retorno de hombres y mujeres de Chile*, Ed. Catalonia, Chile.
- RONIGER, Luis y SZNAJDER, Mario (2005) *El legado de las violaciones de los Derechos Humanos en el Cono Sur. Argentina, Chile y Uruguay*. Ediciones al Margen. La Plata.
- SAID, Edward W. (2003) *El legado de Edward W. Said*, Saad Chedid Editor, Ed.Canaán, Bs. As..
- YANKELEVICH, Pablo (Compilador) (2004). *Represión y destierro. Itinerarios del exilio argentino*. Ediciones Al Margen, La Plata.

LUTAS PELO PASSADO E USOS DO PASSADO EM CONTEXTO DE INOVAÇÃO INDUSTRIAL: O BICENTENÁRIO DA FÁBRICA STEPHENS NA MARINHA GRANDE.

Emília Margarida Marques.

CRIA-IUL

É certamente sinal dos tempos que um mesmo autor tenha em 1989 publicado um livro sobre os processos de memória social e vinte anos depois outro sobre o “esquecimento estrutural” da modernidade (Connerton, 1989; 2009). Neste último, Connerton ocupa-se do modo como certas dinâmicas contemporâneas (urbanísticas, económicas, laborais) crescentemente privam os sujeitos das referências, materiais e relacionais, que lhes permitem estabelecer relação com o passado. Focando especificamente o mundo do trabalho, havia já Sennet (1998) assinalado como o capitalismo contemporâneo desvaloriza o passado do trabalhador, exigindo-lhe disponibilidade para começar do zero a cada passo. Mais recentemente, tem-se observado a que ponto a precariedade e a incerteza laborais e económicas condicionam a vivência do tempo, coarctando a possibilidade de viver uma “incremental temporality” (Smith, 2015) – isto é, a possibilidade de acumular sequencialmente recursos, relações e memórias, e dispor deles num contexto de relativa previsibilidade. Um número crescente de pessoas vive, assim, num tempo pontuado (Guyer, 2007) em que tanto o passado como o futuro, mesmo o mais próximo, lhe são usurpados.

O caso de estudo que aqui se discute (usos conflitantes do passado na fábrica vidreira Stephens da Marinha Grande, aquando da sua submissão à tutela do Instituto Nacional de Investigação Industrial, na década de 1960¹⁵⁶) exemplifica precisamente uma tentativa de usurpação do passado colectivo e socialmente construído em contexto laboral. Aqui, essa diligência é enquadrada não por um ambiente de incerteza e precariedade mas pela intenção de introduzir inovação organizacional 'racionalizante', com prejuízo de um estabelecido património operário de controlo do próprio trabalho e reprodução social – sugerindo que o despontar de dinâmicas de usurpação temporal não se associa a uma determinada época mas sim a determinadas distribuições de poder e lutas em seu torno.

Os usos conflitantes do passado local desencadeados, no caso vertente, pela configuração dessa distribuição e dessas lutas, bem como o que deles actualmente subsiste, corroboram aquisições clássicas e até hoje reafirmadas dos estudos de memória social, nomeadamente a plasticidade das narrativas do

¹⁵⁶Este texto, resultante de uma comunicação apresentada ao I Encontro da Red(e) Ibérica Resistência e/y Memória, retoma também parte da pesquisa em que se baseia um texto anterior (Marques, 1998a). Agradeço a Ana Carina Azevedo a gentileza de me comunicar alguns documentos que aqui utilizei.

passado, às quais são inerentes processos de selecção e re-significação e, de modo relacionado, o seu forte potencial enquanto recursos na relação e no conflito sociais (Halbwachs, 1925; French, 2012)

O INII: da 'investigação industrial' à 'racionalização' do trabalho operário

Embora muito esteja ainda em debate, na historiografia portuguesa, relativamente ao percurso da indústria e da política industrial ao longo do século XX, são geralmente reconhecidos o arranque, pelos anos 1950, de uma vaga industrializante que se avolumou nas duas décadas seguintes, alterando drasticamente a paisagem económica nacional, bem como o papel essencial do Estado, mais ou menos empurrado pelo contexto internacional, nesse arranque (Lains, 2003; Rosas, 1994; Rollo, 1994; Madureira, 1998). É nesse âmbito que se assiste, na década de 1950, à criação de vários organismos públicos de estudo e planeamento e/ou de apoio à actividade económica¹⁵⁷, entre os quais o Instituto Nacional de Investigação Industrial. Formalmente criado em 1957 (Lei 2 089), é efectivamente instituído apenas em 1959 (Decreto-lei 42 120), no âmbito do II Plano de Fomento (Murteira, 1964: 496), de imediato sendo a Fábrica Stephens colocada sob sua alçada.

Nos diplomas legais que o criam e enquadram, o INII anuncia-se como uma instância de investigação científica aplicada à indústria, à qual cabia disponibilizar documentação científica e técnica, realizar e difundir investigação “de utilidade para a indústria”, apoiar eventuais actividades de investigação e desenvolvimento realizadas pelas empresas (Lei 2 089). Na prática, porém, uma das suas principais acções foi a difusão entre nós de conceitos e práticas de gestão empresarial, nomeadamente de índole taylorista (incluindo a decomposição, standardização e cronometragem do gesto produtivo) com o objectivo explícito de promover o aumento da produtividade do trabalho industrial (Lima, 1982: 1349). Assim, no catálogo das edições do instituto relativo ao período 1962 / 74 (INII s.d.), os estudos de economia e de gestão têm lugar destacado. O catálogo organiza-os sobretudo em duas séries: “Economia” e “Produtividade”. Nesta última, o primeiro volume intitula-se *Métodos, movimentos e tempos de trabalho* (Santos, s. d.) e, embora indo já na quinta edição, encontra-se esgotado à data de elaboração do catálogo; juntam-se-lhe numerosas avaliações da evolução dos níveis de produtividade em vários sectores da indústria transformadora.

Como é geralmente sabido e como nota, para o caso português, Lima (1982: 1300) longe de revestir carácter estritamente técnico, “o *scientific management* permitiu aos capitalistas industriais o ataque ao poder e ao saber dos operários de ofício” (Lima, 1982: 1300, itálico do autor). Na verdade, uma separação clara entre decisão e controlo, por um lado, e execução, por outro, é intrínseca à diligência taylorista. Ora, como assinala o mesmo autor, a difusão do taylorismo entre nós, embora de início acompanhando cronologicamente, ainda que num plano quase exclusivamente doutrinário, no resto da

¹⁵⁷Casos, entre outros, do Centro de Estudos Económicos, em 1951 (Morais e Violante, 1985: 128) do remodelado Conselho Superior da Indústria, no mesmo ano (*idem*: 132) ou da própria Comissão Interministerial do Plano de Fomento, em 1959 (*idem*: 161).

Europa (primeiro vinténio de Novecentos), é depois travada pelas condições económicas, laborais e empresariais associadas às primeiras décadas da ditadura, no âmbito das quais a intensificação do trabalho e da acumulação se faz essencialmente por via do aumento de horários de trabalho e da descida salarial. Só no final dos anos 1950 as tendências racionalizadoras voltam a difundir-se, através de “gabinetes de estudo e organização estrangeiros e, ainda mais tarde, do Instituto Nacional de Investigação Industrial” – numa altura em que eram já outras as modas de gestão empresarial no mundo industrializado (Lima, 1982: 1310).

Pode talvez propor-se que esta insistência tardia no taylorismo terá simultaneamente respondido à preocupação do INII – partilhada, de resto, por vários círculos, inclusive oposicionistas, do pensamento económico no país – com o aumento da produtividade do trabalho industrial (associado, nalguns discursos de pendor mais fordista, a um correspondente e desejado aumento salarial) e, ao mesmo tempo, aos receios, alimentados no núcleo do regime, de que a industrialização pudesse trazer o indesejável crescimento de um proletariado industrial propenso à agitação laboral e política (Amaro, 1980, *apud* Lima, 1982: 1312). Uma industrialização associada à promessa de controlo taylorista das massas trabalhadoras, e um INII empenhado nessa tarefa, seriam ambos certamente mais aceitáveis do ponto de vista da ditadura.

A fábrica Stephens e os seus vidreiros

Em qualquer enumeração que se fizesse, em 1959, de “operários de ofício” na indústria portuguesa, teriam indubitavelmente lugar destacado os vidreiros da Marinha Grande. Num processo já então bissecular, haviam estes operários sabido mobilizar a seu favor as circunstâncias materiais da produção vidreira manual, acentuando e instituindo (i.e., tornando socialmente visível e reconhecido) as exigências de destreza manual e conhecimento da matéria-prima sobre as quais assentava o carácter qualificado do seu trabalho. Construindo e dominando autonomamente o saber técnico indispensável à marcha fabril os vidreiros detinham, assim, um assinalável controlo sobre o processo produtivo e o exercício do seu trabalho. Tanto o fabrico de objectos de vidro como a transmissão do conhecimento técnico decorriam no seio de equipas hierarquizadas – as obragens – cada uma encabeçada por um oficial que detinha considerável latitude de decisão relativamente a ambos os processos. Coexistindo e reforçando-se mutuamente, hierarquia interna e coesão face ao exterior salientavam-se como traços fundamentais deste grupo sócio-ocupacional¹⁵⁸.

A fábrica Stephens era talvez, em 1959, precisamente aquela onde melhor se poderiam observar estas particularidades. Alguns dos seus operários eram largamente reconhecidos, na Marinha Grande e fora dela, como “artistas”, e o seu trabalho como “arte”, classificação que elevava uns e outros acima de um nível prosaicamente fabril, e que evidentemente alastrava aos vidreiros e produção da fábrica no seu

¹⁵⁸Para fontes e desenvolvimento relativamente a todo este parágrafo, ver Marques (2000; 2009).

conjunto¹⁵⁹. Desde o final do século XIX (muito provavelmente desde o estabelecimento da linha férrea do Oeste) a fábrica (com algumas outras vidreiras locais, mas mantendo destaque) tornara-se lugar de visita por parte de forasteiros, num precoce exemplo de turismo industrial¹⁶⁰. Entrevistas com antigos vidreiros da Stephens, que aí trabalharam precisamente na época em causa, dão a ver o elevado nível de autonomia exercida pelos oficiais e obregens (Marques, 2000). Aliás, tanto o regulamento da fábrica de 1928 (Decreto-lei 15 716) como, mais tarde, o de 1954 (Decreto-lei 39 840) prevêm a presença operária na comissão consultiva do estabelecimento.

Criada pelo negociante inglês Guilherme Stephens em 1769, a partir de uma manufactura anterior, entretanto arruinada, que viera c. 1747 transferida de Coima (Barreiro) para a Marinha, a Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande passara à propriedade do Estado em 1826, por determinação testamentária do irmão e único herdeiro do proprietário inicial. Recebido com a má vontade que se calcula por um governo empenhado em afirmar-se liberal, o estabelecimento foi, ao longo dos noventa anos seguintes, objecto de sucessivos contratos de arrendamento (alguns deles intercalados por períodos sem laboração) até 1919, repetidamente tendo os vidreiros tentado influenciar a escolha do arrendatário, ou mesmo constituírem-se arrendatários eles próprios. Como corolário, a fábrica esteve entre 1919 e 1924 sob gestão de uma comissão administrativa com participação operária – que, contudo, recebendo uma fábrica com os fornos apagados, enfrentando crise económica e instabilidade política e tendo tido que se haver com resistências locais de várias ordens, não conseguiu fazê-la singrar¹⁶¹.

Assim, em 1924 o governo envia para o estabelecimento, com a missão inicial de avaliar a situação, um engenheiro estreitamente ligado aos círculos republicanos, que acabará por ser nomeado director em 1927 e radicar-se na localidade. Apesar das suas simpatias republicanas, e provavelmente por ter sabido reequilibrar o estabelecimento e manter uma paz laboral considerada suficiente, Calazans Duarte continua no cargo quando, mais de 30 anos depois, a fábrica passa à tutela do INII. Interessado pela história da fábrica, em particular pelos tempos stephenseanos (Marques, dir, 1996), os textos que deixou (Duarte, 1942, por exemplo) mostram a que ponto tornou suas as representações locais sobre os vidreiros 'artistas' e a especificidade marinhense que da sua presença decorre, tendo contribuído também para a narrativa de um Stephens 'iluminista', interessado em elevar o nível cultural dos seus operários. Chegado à fábrica numa altura em que esta se encontrava em grandes dificuldades e em que da comissão administrativa já só restavam os representantes dos trabalhadores (tendo os restantes debandado) é nestes que vai, muito verosimilmente, apoiar a sua acção inicial. Os elementos disponíveis indicam que, ao longo das décadas, a sua relação, enquanto administrador da fábrica, com os vidreiros de topo e com um pequeno grupo de encarregados se manteve e reforçou, numa gestão que reconhecia

¹⁵⁹O vidreiro 'artista' é uma figura constante das narrativas do passado e identidade locais desde pelo menos meados de Oitocentos (Marques, 1995). Como exemplo do reconhecimento exterior dessa representação, um documentário de 1947 conservado no ANIM / Cinemateca Nacional (*Sinfonia de Cristal*, de Vítor Raposo) divulga e enaltece os 'artistas' vidreiros, especificando, entre outros, o caso de um gravador à roda que então apresentava regularmente o seu trabalho na Feira Popular, em Lisboa.

¹⁶⁰A referência mais precoce encontra-se no periódico local *Autonomia*, 12.05.1871; cem anos depois o *Jornal da Marinha Grande* (JMG) confirma a persistência deste fluxo (13.08.1971) que noutras ocasiões a imprensa local refere também.

¹⁶¹Para todo este parágrafo, ver fontes e desenvolvimento em Marques (1998b).

e coexistia com os modos instituídos de funcionamento e reprodução dos vidreiros enquanto grupo sócio-ocupacional¹⁶².

O INII trazia, porém, outro mandato, de resto condizente com o ponto de vista da administração central, a quem a fábrica surgia, desde havia muito, como um problema – em particular como um sorvedouro de dinheiros públicos¹⁶³– do qual os operários e a sua autonomia eram parte fundamental. Veja-se, por exemplo, esta passagem do relatório sobre a fábrica Stephens encomendado pelo governo ao químico Sebastião Betâmio de Almeida em 1860. Surpreendido pela utilização de chumbo, matéria-prima cara, na produção de copos ordinários, adianta:

"o vidro calcário alcalino, sob pena de se estragar, precisa de ser manobrado na obragem com agilidade, com prontidão vigorosa, com brio fogoso... e os oficiais de cristal da Marinha Grande, quase todos da fundação da Real Fábrica, e com tradições e hábitos de fazer as coisas pausadamente como cumpre a prudentes funcionários, não desestimam a adição de um pouco de chumbo que lhes permite intervalar o improbo trabalho com o resfolegar do cavaco e da competente pitada." (Almeida, 1860)

O INII na FEIS: do passado que se combate ao passado a que se recorre

Um século depois de Almeida ter assim deplorado certas opções sócio-técnicas dos vidreiros marinhenses (as quais, sintomaticamente, faz radicar no passado fundador: eles seriam “quase todos da fundação da Real Fábrica”¹⁶⁴) cabia ao recém-criado INII pôr em prática um novo ensaio de mudança nos modos de gestão do estabelecimento e de controlo dos seus vidreiros.

Em 1959, a Stephens chamava-se já FEIS – Fábrica-Escola Irmãos Stephens, designação estabelecida cinco anos antes pelo Decreto-lei 39 840, que pretendia transformá-la num estabelecimento formador e experimental, capaz de “promover a elevação do nível técnico e artístico da indústria vidreira nacional”. Na verdade, este decreto-lei, que surge justificado, no respectivo preâmbulo, por uma situação de “crise” do estabelecimento a reclamar reorganização consentânea com o “moderno condicionalismo económico”, correspondeu a uma primeira tentativa de modernização e racionalização da administração fabril. A segunda figura da gerência deixava de ser o “mestre geral” instituído pelo regulamento de 1928 para passar a ser um “engenheiro-chefe, habilitado com o curso de engenharia química”, e a fábrica passava a reportar à direcção-geral dos Serviços Industriais. Mas à chegada do INII, cinco anos depois, quase tudo estava ainda por realizar.

A documentação disponível, em particular as informações e propostas do INII à respectiva tutela (secretaria de estado da Indústria)¹⁶⁵ nas quais a a FEIS marca uma presença assídua, revela as dificuldades experimentadas pelo instituto na Marinha Grande. Como medidas imediatas, é nomeado

¹⁶²Como o INII viria, muito mais tarde a deplorar, os seus colaboradores mais próximos encontravam-se “ao nível de mestre e contramestre” – INII, informação 15/1963).

¹⁶³Ver por exemplo INII, informação 19/1963.

¹⁶⁴Tendo esta fundação ocorrido 90 anos antes, a afirmação encerra um erro de aritmética revelador.

¹⁶⁵A documentação do INII aqui citada foi consultada no arquivo do LNEG. Trata-se essencialmente de informações e propostas do INII à tutela, a algumas das quais se encontram anexos ofícios e cartas vários associados ao respectivo assunto. Esta documentação encontra-se arquivada por ordem cronológica em volumes anuais (ano civil).

para presidir ao conselho consultivo da FEIS um técnico superior do INII licenciado em económicas e financeiras, que se revelará bastante bem escudado pela direcção do instituto¹⁶⁶, e em abril de 1961 arranca um vasto “estudo de reorganização” do estabelecimento, com duração entre 26 e 30 meses¹⁶⁷, encomendado a uma firma francesa de consultoria: a *Paul Planus*, cujo fundador publicara em 1930 uma brochura intitulada *Le Chronométrage* (Planus, 1930).

Ao olhar do INII, tal como se encontra expresso nas fontes, a FEIS surge profundamente desorganizada, particularmente em termos administrativos e contabilísticos (por exemplo INII, informação 59/1962) e insuficientemente provida de conhecimento pertinente, tanto técnico como organizativo: “Na FEIS trabalham cerca de 600 homens, que não poderão evidentemente manter-se por muito tempo sem o indispensável enquadramento técnico superior”, (INII, proposta 82/1962). Assim, o instituto promove a contratação de engenheiros e outros licenciados (*idem*; também INII, proposta 42/1969) e, ao mesmo tempo, impõe uma presença cada vez mais interveniente na gestão do estabelecimento por parte do técnico que inicialmente nomeara para o conselho consultivo da fábrica (cf nota 11).

A importância destes quadros é tanto maior para o INII quanto existe, por parte da sua direcção, a noção clara de que pelo menos parte das mudanças que pretende implementar dificilmente serão bem recebidas na fábrica. Assim, por exemplo, em agosto de 1963 o INII informa a tutela de que o trabalho de reorganização contratado à firma consultora se encontra concluído – “com excepção dos problemas em relação aos quais poderiam vir a verificar-se de momento reacções particularmente graves de ordem social (como remuneração do trabalho à peça, simplificação dos postos de trabalho, etc)” (INII, proposta 19/1963). E em 1966 constata que pouco sobra do trabalho de reorganização levado a cabo três anos antes: “o sector de produção nunca utilizou e deixou desaparecer as implantações deixadas pela Planus” (INII, informação 32/1966). O INII é portanto forçado a recuar em pontos relacionados com a estrutura e a reprodução social do grupo vidreiro, embora estes fossem fundamentais para o seu programa de aumento da produtividade do trabalho.

Mas, embora nunca tivesse esperado encontrar no administrador da Fábrica em funções um aliado para a sua acção¹⁶⁸, dificilmente a direcção do INII teria previsto que, quatro anos após assumir a tutela da fábrica, viria a intervenção dos tribunais na sequência da “posição de franca e ostensiva rebeldia contra essa orientação e disciplina” reiteradamente assumida por Calazans Duarte, inclusive com “tentativa de modificação e até de anulação” da reorganização Planus (INII, proposta 85/1963).

¹⁶⁶Que o faz sucessivamente nomear encarregado da contabilidade (INII, proposta 133/1962) substituto do administrador nos impedimentos deste (*idem*) e finalmente administrador (INII, proposta 120/1967) louvando oficialmente o seu trabalho no estabelecimento (INII, proposta 123/1967) e acolhendo sempre favoravelmente, tanto quanto a documentação disponível permite seguir, as suas informações propostas sobre a Fábrica.

¹⁶⁷Ver por exemplo INII, proposta 6/1963.

¹⁶⁸Em vários documentos se refere que só por prudência fora Calazans Duarte mantido no cargo aquando da entrada do INII na Fábrica (ver por exemplo INII, informação 15/1963, informação 14/1966).

Ao mesmo tempo que se abstém, por considerar não ter condições de intervenção, de dar pareceres explícitos sobre matérias de gestão da Fábrica¹⁶⁹, o INII começa a explorar caminhos para afastar Calazans Duarte (INII, proposta 15/1963, proposta 14/1966). Mas só em 1966, empurrado por um despacho relativo à prestação de serviços ao estado por parte de reformados e aposentados publicado no ano anterior, deixa Calazans Duarte o lugar de administrador. O INII rejubila: “Com a saída do Snr. Engº. Calazans Duarte de administrador da FEIS, torna-se possível retomar a tarefa de reorganização interrompida em 30 de Junho de 1963, por motivo da resistência e lamentáveis atitudes tomadas por aquele senhor” (INII, proposta 112/1966). Na verdade, a presença na fábrica do que o INII percebia como uma figura de outros tempos (tal como Betâmio de Almeida percebera os oficiais vidreiros de 1859 como se fossem de 90 anos antes) fora sempre sentida como um incómodo. Apenas “por razões bem compreensíveis e de óbvia prudência – em que ressaltavam então os gravíssimos riscos que se poderiam correr, até de ordem social, se o INII assumisse abruptamente a responsabilidade da direcção de uma fábrica sem quadros técnicos, nem a menor organização, e cujo passado e problemas se desconheciam totalmente” fora o instituto inicialmente favorável à permanência do antigo administrador (INII, proposta 14/1966).

Efectivada, com a saída anunciada de Calazans Duarte, a posse da fábrica pelo INII, é formalmente nomeado administrador o funcionário da casa que desde início fora destacado para a FEIS (INII, proposta 120/1967). Rompendo ainda uma vez com o passado, José Garcia Jr decide, ao contrário do que fizera o seu antecessor, não habitar o edifício residencial do complexo fabril, que ficaria destinado unicamente a escritório da fábrica. Contudo, embora já aí não resida, Calazans Duarte recusa entregar a chave, exigindo uma ordem por escrito. O INII vê-se forçado a novas diligências, e o chefe de gabinete da secretaria de estado emite a respectiva ordem de entrega, a que Duarte corresponde¹⁷⁰.

Quando tudo indicava que o assunto estivesse encerrado, porém, o INII toma conhecimento de que a Câmara Municipal da Marinha Grande solicitara ao ministro da Educação a instalação, precisamente naquele edifício, do Museu Nacional do Vidro, pedindo também à Gulbenkian que apoiasse o projecto (INII, informação 15/1967). Mas a esta nova perturbação, mais uma vez directamente ancorada no passado da fábrica, da sua acção modernizadora no estabelecimento, o INII riposta pronta e facilmente: a correspondência entre o director do instituto e o presidente da Gulbenkian a propósito deste assunto, assim como o tom dos ofícios que ambos dirigem ao edil marinhense, é transparente a respeito da proximidade social entre os dois primeiros, da distância a que deles se encontra um obscuro presidente de câmara de província, e do modo como esta topografia social interfere no funcionamento e na árvore de decisão do aparelho burocrático.

¹⁶⁹O director vai dando conhecimento à tutela de documentos e informações relacionadas com a Fábrica, mas sempre escusando-se a explicitamente comentar ou dar parecer (embora, ao fazê-lo, de algum modo vá comentando). Por exemplo INII, proposta 40/1965, informação 32/1966.

¹⁷⁰INII, informação 1/1967; ofício do chefe de gabinete do secretário de estado da Indústria ao administrador substituto da FEIS, 13.01.1967 (arquivado junto ao anterior).

Não é criado qualquer museu, o edifício continua a abrigar os escritórios da FEIS, e os trabalhos de reorganização prosseguem, agora com um novo consultor. Contudo, ao invés de continuar a ignorar ou combater as narrativas locais do passado da fábrica, o INII prepara-se agora para tomar esse passado como recurso capaz de apoiar os seus propósitos. Escrevendo, em outubro de 1967, ao presidente da empresa que prosseguirá a reorganização, o director do INII assinala que pretende vê-la terminada em 1969, altura em que “se comemorará com grande solenidade os primeiros dois séculos de existência da fábrica”¹⁷¹.

O bicentenário da Fábrica: equívocos e polémicas de uma comemoração

Como é sabido, a manufactura (e depois a indústria) vidreira permitiram à localidade e aos seus habitantes construir significativas práticas e narrativas de distinção e identidade no contexto regional e, mesmo, nacional. As muito variadas fontes disponíveis atestam, de facto, um longo e complexo processo de identificação simbólica entre a localidade e o trabalho do vidro, entre marinhenses e vidreiros, entre a história da terra e a história da fábrica Stephens (Marques, 1995; 1998b).

Nestas dinâmicas de memória e identidade locais radica a improvável aliança entre o republicano Calazans Duarte e o presidente de uma câmara municipal da ditadura, assim como o eco que, apesar da censura, a acção do INII na fábrica e o seu conflito com o antigo administrador vão tendo na imprensa local – que se toma invariavelmente o partido deste último, cuja notoriedade local, de resto, amiúde documenta¹⁷². Assim, a imprensa marinhense lamenta que a comemoração dos dois séculos da Fábrica não tenha trazido o desejado Museu do Vidro, falha que atribui à má vontade do INII perante uma proposta municipal (JMG, 20.02.1970), acolhe rumores, que espelham a desconfiança local face ao instituto, sobre a alegada intenção daquele organismo de privatizar o estabelecimento (JMG, 18.07.1969, 16.10.1969) – sendo a primeira destas peças objecto de desenvolvida informação do INII à tutela (INII, informação 37/1969), deplora a atitude pouco favorável do INII face às visitas turísticas à fábrica (*Voz da Marinha Grande* 26.04.1963) e considera que o instituto menospreza os periódicos locais (VMG, 25.06.1966, JMG, 27.02.1970).

Existe, contudo, ambivalência na atitude da imprensa local face ao INII: o discurso de progresso, desenvolvimento e prosperidade associado às doutrinas que este propaga, mormente na sua versão fordista, encontra aí ressonância, num tempo em que a emigração para o Norte da Europa vai proporcionando a muitos locais conhecimento directo de outros modos de organização do trabalho industrial e de outros níveis remuneratórios. São também aplaudidas iniciativas de formação e extensão

¹⁷¹Datada de 31.10.1967, esta carta do director do INII a Roger Forest encontra-se arquivada no volume 'Propostas e informações' desse ano.

¹⁷²Divulgando, por exemplo, a homenagem que lhe é prestada por antigos alunos (*Voz da Marinha Grande* 30.04.1959, p ex) à qual o próprio director do INII, então recém-chegado à fábrica, assiste vindo de Lisboa; a criação do Prémio Engenheiro Calazans Duarte, destinado aos alunos do curso de Vidraria da Escola Industrial (VMG 31.12.1959); a inclusão de Duarte na toponímia local e sua nomeação como cidadão honorário da terra (JMG 08.05.65); ou, ainda, publicando um texto em que este acerbamente deplora não ter sido convidado para a tomada de posse do seu sucessor na fábrica (JMG 17.02.1968).

realizadas ou apoiadas pelo INII (VMG 25.06.1966, JMG 25.06.1966, 16.07.1966, 11.03.1967). Mas esta adesão não se encontra, porém, isenta de reserva: “Porque será que os trabalhadores portugueses não produzem cá como lá fora?” – pergunta o JMG em 16.10.1969 (pleno período comemorativo do bicentenário da Stephens) para responder com três “aspectos fundamentais: falta de cultura, falta de condições de trabalho, falta de remuneração justa”. Ou seja, do ponto de vista local o caminho não seria aumentar a produtividade para depois subir os salários (tese implícita no discurso do director do INII aquando das comemorações – JMG, 27.02.1970) mas, precisamente, o inverso.

Gozando assim, na localidade, de escassa simpatia, vai então o INII, aquando do bicentenário da fábrica, fazer por entrar efectivamente no contexto local participando, também ele, na narração e comentário do passado vidreiro marinhense. São incluídos nas comemorações momentos rituais dedicados aos Stephens, e o embaixador britânico é convidado para os festejos. Mais ainda, os responsáveis do INII incorporam no seu discurso parte das elaborações locais sobre o passado da fábrica – com o director do instituto, por exemplo, a colocar-se na directa continuidade da acção dos proprietários iniciais: “preparação técnica, educação artística, formação humana ... [o INII tem] a mesma gama de preocupações que já há duzentos anos ocupava o espírito dos irmãos Guilherme e João Diogo Stephens” (JMG 27.02.1970).

E o INII toma ainda uma iniciativa de maior fôlego: encomenda e publica “uma monografia, de feição condigna, sobre a história da FEIS” (INII, proposta 68/1969) da autoria de um conservador do Museu de Arte Antiga. Mas, com isto, de novo vai colidir com relevantes representações e expectativas locais.

De facto, muitos na Marinha Grande suporiam que, a escrever-se algum dia a história da Fábrica, seria obrigatoriamente seu autor o jornalista Alfredo Gândara, natural da localidade e radicado há décadas em Lisboa, que vinha fazendo conferências e publicando opúsculos sobre história da indústria vidreira em Portugal pelo menos desde 1923 (*O Marinhense*, 14.04.1923). Mais do que estudar a história da Fábrica, Gândara aí interviera directamente, desenvolvendo, em 1924, uma campanha na imprensa contra o fecho do estabelecimento, então eminente (ver Marques, dir, 1996) e estabelecendo amizade com Calazans Duarte. Segundo afirma (JMG, 31.10.1969), chegara a ser, em 1965, “convidado oficialmente, por um organismo do Estado, a escrever a história da Fábrica”. Mas o convite fora posteriormente retirado, “sem tir-te nem guar-te”, e Gândara substituído “por outra pessoa, sem dúvida distinta, mas que teve de aceitar a mendicidade, por anúncios em diários de Lisboa e semanários da Província, de documentos para o fabrico da história da Nacional Fábrica” (*idem*). Assim, em janeiro e fevereiro de 1969, antecipando-se ao lançamento do livro do INII, o JMG publica, em vários números, um longo artigo de cariz historiográfico da autoria de Gândara, intitulado “Vai fazer dois séculos a Nacional Fábrica de Vidros de Marinha Grande, bela e solidamente erguida com vista à perpetuidade” (JMG 30.01.1969 e segs.) e inclui textos do mesmo autor nos vários números em que noticia os festejos do bicentenário (JMG 16.10.1969, 14.11.1969, 14.02.1970). No rescaldo das comemorações, em

22.02.1970, insere em primeira página uma referência fortemente crítica ao facto de Gândara não ter sido convidado para qualquer dos eventos comemorativos.

Mas Gândara representava, precisamente, a perspectiva marinhense sobre o passado da Fábrica (que os seus escritos, de resto, em muito contribuíram para construir) e o INII pretendia obviamente outro discurso. Escolhendo um autor não ligado à Marinha Grande – e a quem foi recomendado, aliás, “que se fizesse um estudo de carácter estritamente científico” (Barros, 1969: 14), isto é, sem o pendor encomiástico que constitui uma das marcas da referida perspectiva local – o INII está a construir um novo lugar de elaboração do passado da Fábrica, uma outra narrativa, adequada aos seus propósitos, dessa história a que não pôde afinal furtar-se.

Apropriação e reapropriação: o improvável legado do INII

Observámos, assim, como evolui a atitude do INII face ao passado da Fábrica. Num primeiro momento, esse passado e o que dele se materializa num presente entendido como desorganizado, improdutivo e insuficientemente, ou incorrectamente, hierarquizado, apresenta-se-lhe como um terreno resvaladiço (do qual a dado passo se vê mesmo forçado a retirar) e como um obstáculo poderoso aos seus intentos modernizadores. Toda uma teia de relações, hierarquias, preceitos e procedimentos, sedimentada num processo secular de produção e reprodução operária e fabril, tolhe a acção do INII na Fábrica, impede que se concretizem as relações e práticas de trabalho 'eficientes' e 'produtivas' aconselhadas pelos reconhecidos e dispendiosos consultores que contrata. Num segundo momento, experiente destas dificuldades, perante uma ocasião de elevado potencial simbólico como eram os 200 anos da fábrica e tendo apreendido a importância local do passado vidreiro, o INII entra nesse trabalho de memória, tomando agora, também ele, o passado como argumento.

Mas a eficácia da narrativa que as suas práticas e discursos então compõem é limitada no contexto local, até pelos conflitos que as enquadram, exemplificados pelas polémicas em torno de Calazans Duarte e de Alfredo Gândara. E sabemos, também, que nem a evocação dos Stephens como paladinos da “preparação técnica” dos vidreiros, nem a conseqüente denominação “Irmãos Stephens” aposta a um projectado Centro de Formação Profissional para trabalhadores vidreiros” (INII, informação 19/1972) puderam alterar os seculares modos de transmissão do conhecimento do ofício entre os operários da Fábrica. Longe de corresponderem às injunções do INII (ainda que enroupadas em alusões aos Stephens) para que se posicionassem num tempo exclusivamente presente, inteiramente disponível para a mudança, estes mantiveram na sua posse, e utilizaram nas suas relações com a nova tutela, um passado vivido e diariamente reproduzido nos gestos e interacções do trabalho fabril¹⁷³.

Já o livro do bicentenário, esse, foi fazendo o seu caminho nas representações marinhenses do passado fabril – até ser reeditado pela câmara municipal, em 1998, quando se comemoravam 250 anos

¹⁷³Muito mais tarde, em 1992, num contexto económico e laboral muito diferente, a extinção da Fábrica concretizaria a extorsão desse passado.

de vidro na localidade e finalmente se abria o Museu. Assim se re-apropriou localmente a narrativa que o INII a si chamara em 1969. Deste modo, não apenas foi impossível ao instituto confiscar ou contrariar o passado vidreiro como, ironicamente, da sua acção na Marinha Grande o que resta ainda é precisamente o livro com que até hoje contribui, *malgré-soi*, para a elaboração local daquele passado.

Bibliografia

- ALMEIDA, Sebastião. B., (1860), *Relatório sobre a Fábrica Nacional de Vidros da Marinha Grande*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- AMARO, Rogério R., (1980), *Développement et Industrialisation de L'Économie Portugaise dans le Contexte de la Division Internationale du Travail*, Thèse de Doctorat de Troisième Cycle, Grenoble, Université des Sciences Sociales.
- BARROS, Carlos V. S., (1969), *Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande – II centenário*, Lisboa, FEIS / INII.
- CONNERTON, Paul, (1989), *How societies remember*, Cambridge, Cambridge UP.
- CONNERTON, Paul, (2009), *How modernity forgets*, Cambridge, Cambridge UP.
- DUARTE, Acácio C., (1942), *A indústria vidreira na Marinha Grande - conferência na Casa do Distrito de Leiria*, Marinha Grande, NFV.
- FRENCH, Brigittine, (2012), “The semiotics of collective memories”, *Annual Review of Anthropology*: 337-353.
- GUYER, Jane, (2007), “Prophecy and the near future: Thoughts on macroeconomic, evangelical, and punctuated time”, *American Ethnologist*, 34 (3): 409–421.
- HALBWACHS, Maurice, (1925), *Les cadres sociaux de la mémoire*, Paris, Alcan.
- INII, s. d., *Lista das publicações editadas*, Lisboa, INII.
- LAINS, Pedro, (2003), *Os progressos do atraso. Uma nova história económica de Portugal*. Lisboa, ICS.
- LIMA, Marinús. P. (colaboração de Duarte Pimentel, Fernanda Fialho, Maria de Jesus Botelho e Pedro Rivera), (1982), “Notas para uma história da organização racional do trabalho em Portugal (1900-80) – alguns resultados preliminares de uma investigação em curso”, *Análise Social*, 72-73-74: 1299-1366.
- MADUREIRA, Nuno L., (1998), “O Estado, o patronato e a indústria portuguesa (1922-1957)”, *Análise Social*, 148: 777-822.
- MARQUES, Emília M., (1995), ‘*Cantigas e cristais*’. *Actividade cultural, passado, identidade*, dissertação de Mestrado em Antropologia, Lisboa, UNL (manusc.).
- MARQUES, Emília M., dir., (1996), *Vidas passadas, obras presentes. Um olhar sobre estudiosos locais, no centenário de Alfredo Gândara*, Marinha Grande, CMMG.
- MARQUES, Emília M., (1998a), “O livro do II Centenário – contextos de um texto comemorativo” (prefácio à reedição), BARROS, Carlos V. S., *Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande – II Centenário*, Marinha Grande, CMMG / Magno: III-VIII.
- MARQUES, Emília M., (1998b), “A Marinha Grande e o vidro. 250 anos de identidade”, *Programa oficial das comemorações. 250 anos da indústria do vidro na Marinha Grande – 1748-1998*, Marinha Grande, CMMG: 22 pp. inum.
- MARQUES, E. M., (recolha de entrevistas: Ana Mafalda Ventura), (2000), “Resultados parcelares – vidreiros”, AAVV, *Memória e identidades profissionais - reprodução de sistemas sócio-técnicos (relatório final do projecto PRAXIS/PCSH/P/ANT/44/96, coord. Jorge Crespo)*, Lisboa, manusc.: 211-68.
- MARQUES, Emília M., (2009), *Os operários e as suas máquinas. Usos sociais da técnica no trabalho vidreiro*, Lisboa, FCG / FCT.
- MORAIS, João e VIOLANTE, Luís, (1986), *Contribuição para uma cronologia dos factos económicos e sociais, Portugal, 1926 – 1985*, Lisboa, Horizonte.
- PLANUS, Paul, (1930), *Le chronométrage*, Paris, Comité National de l'Organisation Française.
- ROSAS, Fernando, (1994), “Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária”, *Análise social*, 29: 871-887.

- ROLLO, Maria F., (1994), *Portugal e o Plano Marshall. Da rejeição à solicitação da ajuda financeira norte-americana, 1947-1952*, Lisboa, Estampa.
- SANTOS, Mário C., s. d. [1970, 5ª ed.], *Métodos, movimentos e tempos de trabalho*, Lisboa, INII.
- SENNETT, Richard, (1998), *The Corrosion of Character: The Personal Consequences of Work in the New Capitalism*, London, WW Norton.
- SMITH, James H., (2015), "'May it never end'. Price wars, networks, and temporality in the '3 Ts' mining trade of the Eastern DR Congo", *Hau: Journal of Ethnographic Theory*.

4.0 GÉNERO DAS MEMÓRIAS

VOCES DE MUJERES DEL MOVIMIENTO SOCIAL EN ARGENTINA. PERSPECTIVAS Y EXPERIENCIAS.

Cristina Viano.

Centro Latinoamericano de Investigaciones en Historia Oral y Social, Universidad Nacional de Rosario
CLIHOS-UNR, Argentina

1. En Argentina, el movimiento de mujeres ha adquirido un protagonismo que no ha cesado de incrementarse, transformarse y re-significarse a lo largo de los años transcurridos entre el fin de la última dictadura militar y la actualidad, al punto de constituirse en una presencia relevante de la escena política y social. Un haz de problemas ha cobrado visibilidad y se ha incorporado en la agenda y el debate público y político como producto de su andar y por la fuerza de una multidireccional experiencia transitada entre la que se cuenta en un lugar de significación la realización del Encuentro Nacional de Mujeres (en adelante ENM). Esta iniciativa, pensada y concretada en 1986 por pequeños grupos de feministas cuando los miedos que había impuesto la dictadura eran muy palpables aún, constituyó el comienzo de una tradición que se recrea cada año en distintos puntos de la geografía nacional.

Ya hacia mediados de los años '90 los encuentros devinieron fuertemente heterogéneos, principalmente por la afluencia de mujeres que se proyectaban desde el amplio universo de movimientos sociales que germinó a la sombra del neoliberalismo. Comenzaba también a verificarse un proceso de crecimiento en la participación que se intensificaría en torno a la rebelión destituyente de diciembre del 2001: las apenas mil mujeres que un centro cultural porteño (el San Martín) había podido albergar en aquel lejano 1986, devinieron en miles y miles de voluntades que se dan cita durante tres días de manera autónoma y horizontal.

Persiguiendo las huellas del movimiento de mujeres a través de ese mirador excepcional que constituyen los encuentros, este trabajo se adentra en las experiencias, perspectivas y expectativas moldeadas alrededor de esa participación en los ENM desde las voces de mujeres pertenecientes a espacios sociales y organizacionales diferenciados que se manifiestan en este tiempo presente y que expresan (solo en parte) la diversidad que hoy habita tanto al encuentro como al movimiento de mujeres. Nos ocupamos exclusivamente de los grupos feministas fundadores de los ENM y de quienes forman parte de una organización vinculada al Partido Comunista Revolucionario (PCR) y que, si bien presentes desde los '80, en los años '90 conmovieron con su masiva presencia los encuentros (Amas de Casa del País).

2. Durante el primer período post dictatorial, el protagonismo de las mujeres supuso entre otras acciones la salida del movimiento de mujeres a las calles y que muchos asuntos considerados históricamente de naturaleza privada ingresaran al espacio público. También se sentarían las bases para los nuevos lenguajes y categorías con que más adelante se pondría nombre a situaciones silenciadas y extendidas por las que atravesaban las mujeres. Asomaba a la acción colectiva una generación de feministas (hoy son las “históricas” del movimiento) que se caracterizó por haber tenido acceso (en su mayoría) a la educación universitaria, fueron y son docentes de distintos niveles, abogadas, psicólogas, médicas, sexólogas, ensayistas, periodistas. Parte de ese activismo se plasmó en heterogéneas instancias organizativas, la conformación de incipientes ONGs, centros académicos y espacios de articulación tanto como en experiencias marcadamente autónomas. Y si bien ese momento fue particularmente prolífico en la creación de espacios y en la toma de iniciativas conjuntas, cabe destacar algo que una y otra vez se nos ha señalado: “éramos muy pocas”. Esta etapa implicó que se dieran los primeros pasos para la incorporación de políticas públicas específicas (no encuadradas en tema familia o cuidado) y también constituyó un avance en la conquista de derechos para las mujeres. (Anzorena, 2010).

Esta generación de feministas que asomó con la recuperación democrática provenía de campos experienciales diversos, que se extienden desde aquellas que se iniciaron en un camino militante en los grupos feministas de los primeros años '70, a otras que se habían sumado a las organizaciones políticas y político-armadas del período, que vivieron la experiencia del exilio externo e interno durante la dictadura e intentaron luego reconstruir intervenciones políticas cuya especificidad las fue derivando en asumirse feministas. También estuvieron otras que formando parte de una similar franja etaria que las anteriores solo participaron episódicamente en la vida política (y lo hicieron en espacios diversos). Se sumarían pronto mujeres que con pocos años menos despliegan en la militancia feminista sus primeros intentos organizativos. En general y a diferencia de las militantes feministas que posteriormente harían su irrupción, esta primera generación en muchos casos “ya no era tan joven” y “venía de una previa muy combativa”. Ellas fueron quienes gestaron principalmente los ENM.

Encuentros que para mediados de los años '90- y muy acusadamente desde el 2001- incorporaron a un creciente número de mujeres en muchos casos de sectores muy sumergidos. Al decir de una entrevistada “...un feminismo urbano, blanco y de clase media... hoy cada vez más aparecen feministas indígenas, campesinas y de sectores populares” que se expresan a través de organizaciones socio territoriales, culturales, partidos de izquierda o espacios sindicales. Ello obedece a que como respuesta a la salvaje lógica neoliberal imperante, se gestaron en distintas geografías del territorio nacional novedosas experiencias de auto organización que, surgidas en muchas ocasiones de las más duras condiciones, lograron generar y sostener espacios de resistencia y construcción social alternativos al modelo dominante.

Los movimientos sociales y las acciones de protesta se diversificaron notablemente hacia la segunda mitad de la década del '90 y se convirtieron en una referencia constante de la vida cotidiana. Las mujeres adquirieron un intenso protagonismo en ese ciclo de conflictividad social que surgía en la Argentina, dotando de nuevos registros simbólicos y políticos a un conjunto de organizaciones de contenidos ideológicos y políticos muy heterogéneos. Ampliación y diversificación pueden ser vocablos adecuados para marcar algunas de esas transformaciones que se operaron en el movimiento de mujeres cuando avanzaba la década y la altísima concentración de la riqueza, la desocupación masiva, la precarización laboral y el empobrecimiento sistemático mostraban su fase más dura.

Así cuando los efectos del neoliberalismo se hacían sentir duramente en la sociedad argentina las mujeres cortaron rutas, hicieron piquetes, participaron en asambleas, nutrieron movilizaciones, tomaron tierras, abrieron zanjas y caminos, barrieron calles, fundaron comedores, roperitos, cultivaron huertas y para todo ello salieron del ámbito doméstico y se involucraron en la vida política y pública a partir de distintas organizaciones sociales y políticas; también irrumpieron en los ENM en forma creciente.

También el movimiento feminista, como parte del más amplio movimiento de mujeres, se diversificó desde esos orígenes connotados por la participación de mujeres de clase media. Esta transformación ocurrida principalmente en las dos últimas décadas ha sido denominada como "*feministas por todas partes*" (Masson, 2007) y ha supuesto derivas de distinta naturaleza ya que no solo las mujeres que comenzaron a nutrirlo daban cuenta de una mayor heterogeneidad social y cultural sino que las organizaciones que las albergaban se expandieron en modalidades y número y tendieron a configurar un universo más ancho.

Es precisamente en los ENM donde se produce el contacto cara a cara del movimiento amplio de mujeres al mismo tiempo que adviene en un vehículo para su propia articulación, organización, fortalecimiento y visibilización. Pero ello no se produjo sin conflictos. Cabe preguntarnos entonces ¿Cómo fue percibida entonces la llegada de miles de mujeres a los ENM, mujeres orientadas por partidos de izquierda, por organizaciones socio-territoriales? Aun advirtiendo que el universo de la militancia feminista no constituye un bloque¹⁷⁴, ni está exento de desacuerdos y que ello en parte se visualiza en los años '90 en el alto grado de fragmentación y diversidad adelantemos que las relaciones estuvieron y están teñidas por tensiones, críticas y desacuerdos de variada naturaleza (que es necesario historizar) entre quienes se definen como feministas y quienes provienen de otros grupos, ¿cuáles son esos elementos que "perturban", que generan conflictos y a veces duros enfrentamientos?, ¿qué se objeta desde las organizaciones feministas?, ¿con que argumentos?

¹⁷⁴Se ha sostenido que si los años '80 representaron un tiempo de auge, de recuperación de los foros públicos y de visibilidad, la siguiente década, en cambio, constituyó un periodo de repliegue, de defensa de lo conquistado y de profundización de las disputas y tensiones en el interior del movimiento feminista. (PITA Valeria, 2007). También que en la década del '90 el movimiento feminista se academizó e institucionalizó en América Latina, al tiempo que se expandieron las políticas sociales de "equidad de género", los encuentros y proyectos de mujeres financiados por la ONU y los programas de micro-crédito del Banco Mundial para las mujeres pobres; programas "oficiales" que conviven con las variadas iniciativas de grupos de mujeres que luchan por la autonomía. (García y Valdivieso, 2006).

La organización política que primero irrumpió en los ENM fue el Partido Comunista Revolucionario¹⁷⁵ (en adelante PCR), a través de Amas de Casa del País, una organización de mujeres¹⁷⁶ que creada durante el alfonsinismo salió al espacio público propiciando las marchas de los bolsos vacíos de los días jueves (“los jueves no compre”) como medida de protesta frente a los aumentos de precios en el marco del intenso proceso inflacionario de entonces; más tarde (en 1994) lo hizo a través de la Corriente Clasista y Combativa (CCC) que se conformaba como corriente política y sindical orientada por el PCR y dando cuenta de la gigantesca desocupación que asolaba a la sociedad argentina. Ello provocó no pocos cimbronazos entre las antiguas organizaciones militantes feministas; al decir de una entrevistada de los grupos históricos “... *el PCR tomó la manija de los Encuentros y de esto te estoy hablando 91’, 92’, 93”*.”

En primer lugar tendríamos que referenciar que el carácter de diferencias está muy claramente asumido por las feministas y que en las mujeres de Amas de Casa del País no se juegan figuraciones tan potentes sobre las “otras” (o al menos ello no se ha manifestado abiertamente en el proceso de entrevistas). Relevemos que la ya larga controversia que se arrastra desde los primeros años ’70 en las filas del feminismo sobre la doble militancia (en grupos feministas y en partidos políticos) parece reeditarse aquí en un nuevo capítulo con la incorporación de otras actrices y otros contenidos. Para muchas ex militantes de las organizaciones político revolucionarias de los años ’70, el feminismo expresaba una posibilidad cierta de volver a organizarse frente a la profunda crisis de representatividad de los partidos políticos de entonces. Basta recordar que cuando se fundó el primer encuentro la consigna fue “*crear un frente de lucha prescindente de nuestras ideologías y de nuestro compromiso en la coyuntura nacional*”. (Calvera, 1990: 116). Por tanto una de las críticas más frecuentes de las feministas deviene de la visualización de que sea desde el “partido” y no por la acción de las propias mujeres que se impulse la participación orgánica con líneas y directrices precisas de trabajo. Ello se traduce tanto en la disputa por espacios en las comisiones organizadoras de los ENM como por los contenidos de los talleres.

El ingreso de mujeres de sectores populares organizadas partidariamente trajo consigo además la presencia de varones que “acompañaban” y si bien no participaban del ENM, sí se encargaban de la seguridad de la Marcha que se realiza en cada Encuentro y que constituye, hasta hoy, el momento más convocante. Esa presencia generaba un conjunto de fricciones ya que no solo aparecía como una situación de “apriete” contra mujeres de otras organizaciones sino que también se cuestionaba el hecho de que la seguridad tuviera que aparecer asociada a la presencia masculina y por ende, a una suerte de división del trabajo militante que reproduce un rol tradicional¹⁷⁷.

¹⁷⁵El PCR ha sido una de las organizaciones que más ha movilizado a mujeres y varones en los momentos en que la desocupación y la pobreza se extendían incansablemente por la Argentina. Además -y esto no es menor- sus organizaciones de masas estuvieron nutridas principalmente por mujeres. Asimismo es preciso relevar que el PCR fundó en los primeros ’80 el Partido del Trabajo y del Pueblo (PTP) por la necesidad de contar con un aparato con reconocimiento y personería jurídica, con el que nunca contó desde su fundación en 1968 con excepción del período 1973/76.

¹⁷⁶En la jerga de algunos grupos se las nomina como “las chinas”.

¹⁷⁷La división sexual del trabajo tiene como característica la asignación prioritaria de los hombres a la esfera productiva y de las mujeres a la esfera reproductiva así como, simultáneamente, la captación por parte de los hombres de las funciones con fuerte valor social

*“Nosotras antes nunca habíamos tenido gente acordonada a los costados con la seguridad. Era una estética, digamos una metodología que traen las piqueteras ¿no?..” Si vos comparas los encuentros actuales o ese encuentro, el último de Rosario con el primero al que yo fui que éramos 1200 mujeres, la mayoría de clase media, abogadas, profesionales, que se yo; la diferencia es muy grande”.*¹⁷⁸

Es interesante cómo este relato, argumentando desde un perfil de clase, asocia experiencia piquetera -y ello supone experiencia de mujeres empobrecidas o pobres estructurales, o trabajadoras pobres- con cordones de seguridad masculina. Y si bien es cierto que las organizaciones vinculadas al PCR estimularon esa “vigilancia” masculina no todas las mujeres piqueteras estaban de acuerdo en ello, precisamente por sus propias experiencias autonómicas que las había llevado a ellas (no a ellos) a tomar la iniciativa de cortar rutas. (Andujar, 2014). En el encuentro de Salta (2002) la presencia de piqueteras, assembleístas, sindicalistas, campesinas, indígenas, de fábricas recuperadas en suma militantes de movimientos de mujeres diversos marcaba la consolidación de nuevas expresiones del activismo de las mujeres, situación que se intensificaría el año siguiente en Rosario (2003) (Di Marco, 2011:270). Allí los derechos relacionados con la salud sexual y reproductiva estuvieron entre los más reclamados; a esa trama hace referencia el siguiente relato.

*“Bueno reconozco haber opinado sobre el color de los pañuelos... recuerdo una anécdota bien interesante en el taller dónde yo estuve. Nosotras en la Campaña queríamos el aborto seguro, libre. Y hubo en los talleres, un grupo de piqueteras que venían de San Juan y dijeron “pero tiene que ser gratuito también porque sino ¿cómo accedemos nosotras?” Yo dije “**esa es una cachetada de clase**”. Ahí me está marcando lo que a mí no me pareció que hiciera falta pero esta me está planteando que la palabra “gratuito” tiene que estar porque sino miles de mujeres no van a poder acceder. Y ahí nace la palabra “gratuito” en el slogan de la Campaña que antes no estaba y lo hacen las piqueteras. Porque ese encuentro estaba lleno de piqueteras, ese encuentro fue de una composición social totalmente distinta del de los anteriores”*¹⁷⁹.

“Esa es una cachetada de clase” resonó en nuestra escucha de una manera peculiar en tiempo real y cuando retomamos a posteriori la entrevista. Su reflexión y su clara memoria sobre la circunstancia marcan a través de un acto que llega vertiginoso y que coloca lo concreto (la cachetada) junto a la clase; es allí precisamente en esa juntura donde se revelan aquellas otras actrices que las extremas injusticias han sabido parir: las piqueteras. Y son ellas las que reclaman eso que aparecía como lo no necesario de

agregado (políticas, religiosas, militares), posee además dos principios organizadores: el de separación (hay trabajos de hombres y trabajos de mujeres) y el jerárquico (un trabajo de hombre “vale” más que un trabajo de mujer). (Kergoat, 2000: 34).

¹⁷⁸Susana Ch., militante política en los primeros '70, activista feminista-INSGENAR (Instituto de Género, Derecho y Desarrollo). Entrevista, 2011.

¹⁷⁹Idem.

plantear, lo no urgente frente a lo urgente. Son las piqueteras las que lo reclaman, esas piqueteras que ya desde hace unos años pueblan los encuentros¹⁸⁰.

Aunque para entonces otras mujeres, militantes orgánicas de partidos políticos, estaban presentes en los encuentros y en el movimiento. Sin embargo su participación se producía desde una perspectiva personal y no desde una búsqueda de representación político partidaria. Ello no producía choques por la coincidencia en torno a ejes comunes; como la lucha contra la discriminación de género, por la adquisición de derechos o por la legalización del aborto en una comunidad donde se partía y se compartía lo personal como base imprescindible de entendimientos más amplios.

“una etapa donde debatíamos (con mujeres de partidos políticos) desde lo personal más que desde lo institucional y lo político. Íbamos descubriendo cosas que nos pasaban a nosotras. Era cómo esos grupos de conciencia en donde las mujeres se reúnen en absoluta confianza. Después la misma organización del Encuentro se fue politizando con la presión del PTP – PCR. Ahí ya entran con mucha fuerza, cuando se vienen a ofrecer como coordinadoras de todos los grupos las estudiantes de psicología social y nosotras, digamos, como que no previmos la movida política que había detrás. No sé qué opinarás vos de la agrupación esa.(interpela directamente a la entrevistadora)... En esa época solo planteaban el tema de clase, de la pobreza. Ellas el aborto no lo planteaban”. ¹⁸¹

Señalemos que en las entrevistas que realizamos a militantes partidarias de amplia trayectoria en trabajo con mujeres tanto desde lo social como desde la labor legislativa apareció el cuestionamiento hacia el lugar de las mujeres al interior de sus propios espacios políticos; ello no afloró en los relatos de ACP. Los relatos de las feministas son coincidentes en la demarcación de una toma de posición frente a la visualización de un problema: la necesidad de mantener la autonomía ante los intentos de injerencia orgánica de los partidos políticos que como el PCR posee alta capacidad de movilización de mujeres. En general, este cuestionamiento se extendió luego a otras organizaciones de izquierda que más tarde marcarían su presencia y su potencia.

*“Y me acuerdo que los partidos de izquierda fueron, primero nos criticaron y después fueron a poner la mesita ahí, yo los saqué, los saqué del hall, ¿sabes porque? No pueden venir a capitalizar esto que es un espacio nuestro, que además lo hicimos con toda... pónganse afuera fenómeno, pero adentro no”*¹⁸²

El movimiento crecía y crecía pero se cobraba un costo muy alto para las feministas que se sentían impotentes para contrarrestar la fuerza de los aparatos partidarios. Una prueba de ello la constituye que una de las demandas más visibles (y más “pesada”) como el aborto, no podía ser consensuado con ACP (“porque lo que hacían las PCR siempre eran...dejar de lado el debate por el aborto, como tenían un marco de acuerdo con la Iglesia”). El significativo crecimiento de los ENM convocó la atención de

¹⁸⁰Desde sus orígenes el movimiento piquetero no fue uno ni homogéneo, sino que estuvo atravesado por diferentes tradiciones organizativas y corrientes político ideológicas. Se subraya el alto componente de mujeres en las organizaciones piqueteras de base territorial -como la CCC entre otras-desde los momentos iniciales, aunque se las retrata desposeídas de experiencia política previa y sin trayectoria laboral en el mercado de trabajo formal.(Svampa y Preyra, 2004).

¹⁸¹Susana Ch. 2011.

¹⁸² Mabel G. Militante en los primeros '70, exiliada en Francia, fundadora de Indeso-Mujer. Entrevista 2011.

sectores sociales fuertemente conservadores; de hecho, las feministas debieron enfrentar el desembarco organizado de las mujeres de la Iglesia Católica apoyado en muchos casos por poderes estatales provinciales. El aborto (en los años '90) quedó confinado a sus persistentes planteamientos y marcaría en adelante uno de los centros de controversia más intensos de los ENM.¹⁸³ Asimismo, ello se anuda al diagnóstico más general que realizaron varias feministas y que abrió otro frente de batalla significativo; es que durante los años '90 los temas que ganaban los talleres iban “*desfeminizándose*” y se imponían con fuerza debates sociales y gremiales (también de política nacional e internacional) que si bien enfrentaban en duros combates a distintas organizaciones de las izquierdas partidarias tenían en común el argumento que los debates por los intereses estratégicos de género no debían imponerse a las urgencias que planteaba la gigantesca crisis social argentina, desatendiendo así al hecho más que evidente de que no se trata de cuestiones antagónicas ni sucesivas.

*“Bueno empezamos a sacar volantes en los Encuentros, eran las diez... las diez cosas del feminismo, no sé qué cosas eran, prejuicios sobre el feminismo, un volante largo que decía todas las cosas que pensaban los demás del feminismo y que no era así... hasta el taller de feminismo empezaba a vaciarse, vaciarse, porque nosotras tampoco íbamos para encontramos entre nosotras. Esto después empieza a cambiar, y cuando se arma toda la cuestión del derecho al aborto ahí empieza a reflotar pero a partir de la campaña, siempre hubo articulaciones, de todo el país de todas las mujeres, no tuvimos nunca la organización ni la fuerza necesaria, ni teníamos aparato”.*¹⁸⁴

En relación a ACP hemos recogido distintos testimonios que insisten en que “*el PCR llevaba sus mujeres, porque además las cuidan y las llevan y las llevan a los talleres que quieren... y nosotras estábamos muy en contra de eso*”. El retrato de mujeres desprovistas de agencia propia, que solo aparecen guiadas por la mano invisible del partido ya sea por el ejercicio de una actitud paternalista que orienta y cuida y por tanto inhibe la autonomía o bien por el ejercicio de poder que se ejerce a través del manejo de los planes sociales ha sido coincidente entre las feministas. No obstante, algunas manifestaciones, que si bien no discuten directamente sobre esas convicciones, nos informan sobre otras formas de percibir la participación en los ENM, y que aun sin abandonar un tono general crítico aprecian aspectos oscurecidos en otras perspectivas.

*“Pueden viajar, está legitimado el ENM. Los convocan los mismos referentes que manejan planes sociales o demás. Entonces mujeres de sectores muy pobres pueden viajar y conocer. Pobres y no tan pobres, que a lo mejor con su ingreso podrían pensarlo. Pero ¿viajar solas? ¿Sin la familia? Cosas impensables. Y ese espacio les da la posibilidad de viajar. Y son experiencias vitales muy poderosas”*¹⁸⁵

¹⁸³Si bien a partir de las entrevistas que poseemos no podemos explicar acabadamente el explosivo crecimiento de las organizaciones orientadas por el PCR en los años '90 si necesitamos señalar que las mujeres del PCR entablaron una dura confrontación con las manzanas de la peronista Hilda “Chiche” Duhalde, quienes tuvieron mucho menos éxito para insertarse en el movimiento de mujeres. La disputa más general por las bases sociales con el peronismo, en parte, explica la línea política del PCR que despliega una línea de acción y acumulación donde se retoman ejes reivindicativos hacia las mujeres que eluden entrar en polémica con la Iglesia. Y concomitantemente la negativa a sostener el derecho al aborto. Cabe aclarar que durante el kirchnerismo la organización cambió su posición.

¹⁸⁴Mabel G., 2011.

¹⁸⁵Lucrecia A.2011.

Por su parte, los relatos de las militantes que se referencian en ACP o en la CCC no pueden establecer un diálogo directo (aunque imaginario) con los de las feministas; sencillamente tienen otras tonalidades y registros que comienzan por sus propias historias de vida, siguen por la incorporación a la militancia a partir de situaciones de pobreza, pérdida de empleo, marginalidad, violencia de género, maternidades y en líneas generales, ponderan muy abierta y positivamente las posibilidades que los ENM suponen tanto en sus vidas personales como para sus prácticas militantes.

Las militantes de ACP no dejan de insistir en la importancia que para ellas poseen los ENM, al punto de atribuirles una condición matricial. El **“somos hijas del encuentro”** fue una de las expresiones más contundentes que recogimos; también la aseveración que **“la mayoría surgimos a partir de haber ido a un Encuentro...”**. ¿Cuáles son los significados de todo ello? Se desprende que el “surgir” tiene que ver con elementos que hacen al propio empoderamiento individual pero al mismo tiempo colectivo, que cobra una dimensión en la historia personal y en la del grupo de mujeres; que en su mayoría –en este caso- se organizaron alrededor de la coyuntura del 2001. Miriam, militante de la CCC y de ACP contribuye con otra potente afirmación: **“una nunca vuelve igual (ríe). Es así. No volvés igual”**.

Mónica:- Y la mayoría de las mujeres que se involucran un poco con todo esto tiene que ver con... con haber conocido, haber hecho la experiencia de los Encuentros... con lo que implica lo del Encuentro en general, tres días, compartir con otras mujeres, con otras ideologías eh... tanto políticas como religiosas, culturales, económicas eh... o sea, vos compartís... aparte el hecho de irte de tu casa 3 días, dejar

Libia:- Tres no, este año fueron cinco (risas).¹⁸⁶

Mónica:- Bueno este año fueron cinco. Tres días que... a veces es muy difícil que... sumar a las mujeres, por ejemplo este año que fue un año más largo, que eran más días, se complicó para muchas mujeres el viajar, muchas optaron por no viajar, o sea que salimos, salieron 2 colectivos pero, que podrían haber salido más pero, más mujeres, pero el hecho de los trabajos, muchas mujeres no han podido viajar por condiciones de laborales...

Eva:- Perdían un día de trabajo.

Mónica:- No se lo daban, en muchas fábricas no se lo daban, perdían viernes y lunes. Y si trabajaban el sábado eran tres...¹⁸⁷

Los relatos nos informan sobre el significado que posee alejarse unos pocos días de sus obligaciones cotidianas y a tal fin organizarse previamente, tanto desde lo individual como en lo colectivo. Dejar a sus hijas e hijos y para ello, enfrentar los mandatos e imposiciones y también pedir la colaboración para el cuidado de las y los que quedan, en general a otras mujeres o de la familia o bien de

¹⁸⁶Se refiere a Bariloche, donde se realizó el ENM en el 2011 y que queda a casi 2000 km de su ciudad de origen.

¹⁸⁷Estos fragmentos fueron extraídos de una entrevista colectiva realizada en un local de Amas de Casa del País de Villa Gobernador Gálvez (Provincia de Santa Fe), en cuyo frente hay un cartel que dice *“mientras exista un pibe con hambre y una mujer golpeada seguiremos luchando”*. 2011.

la organización. Para algunas de estas mujeres el viaje a los ENM es un hecho excepcional, que tiene un sentido distinto que para las mujeres de clase media, tanto que para muchas ha constituido la primera oportunidad de sus vidas de realizar un viaje, de conocer algunos lugares y en ese marco de gestar, de reforzar o de anudar una sociabilidad con otras mujeres libre de presiones, mandatos u obligaciones. Resulta muy sugerente cómo aparece la dimensión festiva y la alegría cuando se evocan los ENM. Y ello es fuertemente contrastante además con las valoraciones actuales de muchas de las feministas históricas donde se percibe una suerte de cansancio en relación a los encuentros, una suerte de rutina que se repite. Ello da cuenta asimismo que en cada encuentro se anudan, yuxtaponen, crean y recrean muy distintas experiencias y expectativas.

La realización anual del encuentro funciona como un motor que impulsa a las mujeres a organizarse para asistir; no hay improvisación en ello. Más aún podríamos arriesgar que en el calendario militante de muchas mujeres el viaje al encuentro se ha constituido en el evento más significativo.

“...mujeres que a lo mejor no han salido de sus casas, siendo amas de casa, toman la iniciativa y por su cuenta van invitando. Y se plantean, volantear en las triperías, en las fábricas, para que vayan las mujeres de la fábrica al encuentro, en la puerta del supermercado, en la plaza también, ... es algo que está prácticamente instalado acá, lo del encuentro, que se autosostiene, una comisión que funciona, que se juntan desde distintos... y mientras se va armando lo del viaje, se va hablando de la problemáticas de las mujeres, armar lo del viaje implica que aparecen todos los problemas específicos: “no tengo con quien dejar a los chicos”... las mujeres vamos aprendiendo a resolver colectivamente...”¹⁸⁸

Llama la atención el señalamiento que la entrevistada hace sobre los lugares por los cuales las mujeres se desplazan para militar y organizar el viaje al encuentro: no solo lugares de trabajo (como fábricas o triperías), sino también la puerta del supermercado, el mercado y la plaza pública; espacios que podríamos pensar con Nancy Fraser como escenarios contrapúblicos subalternos; es decir espacios paralelos donde los sectores sociales subordinados crean y hacen circular contradiscursos para construir interpretaciones opositivas de sus identidades, intereses y necesidades (Fraser, 1993).

Podrá decirse que en tanto las feministas ponen en juego y análisis a la organización y realizan un diagnóstico sobre los alcances que la misma proyecta sobre las vidas de las mujeres, los relatos de las mujeres de ACP nos informan desde su propia experiencia individual y no remiten a la vida de la organización. No obstante, desde registros tan distintos es posible poner bajo sospecha o bajo la carga de la interrogación los efectos atribuidos a la participación de las mujeres como meras transmisoras o apéndices de decisiones externas a ellas, ya que hay un más allá en sus vidas y sus subjetividades que reclama ser explorado. Se ha señalado acertadamente que más allá de lo deliberado y buscado por las organizaciones la participación en los encuentros caracterizados por su horizontalidad, por la libertad para nominar y explorar las incomodidades, malestares y sinsabores de las mujeres de manera autónoma a la injerencia masculina estimula a las mujeres a tomar la palabra y hacerse oír en las organizaciones que

¹⁸⁸Laura D. Psicóloga social, militante del PCR/AC. Entrevista, 2011.

integran y a actuar en pos de demandas y objetivos comunes en sus propias comunidades. (Andujar, 2014). Y tal vez no sea ocioso volver a plantear esta imagen tan potente que nos proveyó una entrevistada: *“no volvés igual”*.

Ese no volver igual nos habilita la pregunta sobre qué efectos se producen tanto en sus vidas privadas como en el plano de los vínculos entre las mujeres de la organización y en el mismo partido. Este interrogante está abierto en el marco de la investigación, por ejemplo para considerar en qué medida la experiencia militante de las mujeres influyó o no en el cambio de línea del partido en relación al aborto durante el kirchnerismo. Tenemos múltiples evidencias de las dificultades que les acarrea su tratamiento en los barrios: *“un tema difícilísimo”* sostiene una entrevistada. También subraya que:

“ACP no está todo de acuerdo con el tema del aborto, grandes discusiones... grandes discusiones, y entendés que eso es un proceso y después los Encuentros ayudan a discutir y debatir todo eso, me entendés? porque la verdad que vos decís: la consigna del Encuentro es buenísima ¹⁸⁹ ...en los barrios ... abortan en muy malas condiciones y son las que más riesgo tienen, entonces cuando nosotros planteamos lo del aborto, porque el aborto es un problema social, ¿me entendés? si no se toma, no es privado es social y es gravísimo, mueren cientos de mujeres por año, y bueno en los barrios como ya se sabe, en las condiciones que se hacen son terribles no...10 años atrás hablar del aborto era... nada, todas locas que estaban hablando del aborto, me entendés?”¹⁹⁰.

3-Si bien las entrevistadas conforman un heterogéneo universo hay un elemento que resulta común: todas ellas se han organizado o están organizadas actualmente en grupos u organizaciones de mujeres, territoriales, sindicales o políticas. Vale decir que más allá de las distintas divisiones del trabajo militante al interior de sus organizaciones (sobre todo en las que nuclean mujeres y varones), todas han salido al espacio público y han roto de un modo u otro el cerco del mundo privado agenciándose para tratar de alterar los contornos de la opresión de género.

El recorte analítico que hemos realizado pone de manifiesto la tensión existente entre las estructuras partidarias que traen consigo un cierto modo de hacer política “con las mujeres” y no “desde las mujeres” como se propone desde los ENM, pero es apenas eso: un recorte en los relatos de mujeres que traman incansablemente sus vidas a partir de prácticas militantes que están impregnadas por escenas que desnudan realidades, describen experiencias, ensayan pensamientos y reflexiones desafiantes y diversas. Ello nos obliga a desarmarlos, a bucear en sus intersticios y a confrontarlos para rearmar un mosaico que al modo de un nuevo relato asuma esa diversidad que compone hoy al movimiento de mujeres en Argentina.

Hemos atravesado relatos de mujeres que como las de ACP/CCC/PCR forman parte de una organización de alcance nacional con fuerte desarrollo territorial y amplias bases sociales, las hemos puesto en diálogo con voces de mujeres que provienen de grupos feministas que asomaron a la acción

¹⁸⁹La entrevistada se refiere a la consigna central de la Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito: *“Educación sexual para decidir, anticonceptivos para no abortar, aborto legal para no morir”*.

¹⁹⁰Liliana Z. Militante de ACP. Entrevista, 2011.

colectiva sobre la primera mitad de los años '80. Y en esa dirección recuperamos el balance que realizara Irene (2011), una militante feminista. Ella sostiene que aunque de eso mucho no se habla “alteran los encuentros” pero al mismo tiempo “... si no fuesen ellas no sé quien más podría mantener el encuentro de mujeres porque si fuese por las feministas ya habrían 28 encuentros de mujeres distintos”.

Bibliografía

- ANDUJAR Andrea, (2014), "Rutas argentinas hasta el fin". *Mujeres, política y piquetes, 1996-2001*. Buenos Aires, Ediciones Luxemburg.
- ALMA Amanda y Paula LORENZO, (2009), *Mujeres que se encuentran. Una recuperación histórica de los Encuentros Nacionales de Mujeres en Argentina (1986-2005)*, Argentina, Feminaria Editora.
- ANZORENA, Claudia, (2010). "De ciudadanas a administradoras. Reflexiones en torno a la relación entre mujeres y Estado en los últimos 25 años en Argentina" en ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys (coord.) *Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano*. Buenos Aires, En la frontera.
- CALVERA, Leonor, (1990). *Mujer y feminismo en la Argentina*. Buenos Aires, GEL.
- DI MARCO Graciela, (2011). *El pueblo feminista. Movimientos sociales y lucha de las mujeres en torno a la ciudadanía*. Buenos Aires, Editorial Biblos.
- FALQUET Jules, (2007). "La división sexual del trabajo militante: reflexiones en base a la participación de las mujeres en el proceso revolucionario en El Salvador (1981-1992)" en FEMENIAS María Luisa (comp.); *Perfiles del feminismo iberoamericano*. Vol. 3, Catálogos, Buenos Aires.
- FRASER Nancy, (1993). "Repensando la esfera pública: una contribución a la crítica de la democracia actualmente existente". *Debate Feminista*, 4, México.
- GARCIA Carmen Teresa y Magdalena VALDIVIESO, (2006). "Una aproximación al Movimiento de Mujeres en América Latina. De los grupos de autoconciencia a las redes transnacionales" Buenos Aires, OSAL; CLACSO, Año VI, 18.
- MASSON, Laura, (2007). *Feministas por todas partes. Una etnografía de espacios y narrativas feministas en Argentina*. Buenos Aires, Prometeo libros.
- MAFFIA, Diana, PEKER Luciana, MORENO Aluminé y MORRONI, Laura editoras, (2013), *Mujeres pariendo historia. Cómo se gestó el Primer Encuentro Nacional de Mujeres. Reseña íntima y política de las integrantes de la Comisión promotora*. Buenos Aires, Imprenta de la Legislatura de la CABA.
- PITA Valeria, (2007). "Voces en conflicto, espacios en disputa. Experiencias feministas en la Argentina de los '90", *Feminaria*, vol. XIII, Buenos Aires.
- SVAMPA Maristella y Sebastian PEREYRA, (2004). "Las dimensiones de la experiencia piquetera: Tensiones y marcos comunes en la organización y movilización de desocupados en Argentina". *Revista Trayectorias*, nº 16, Revista de Ciencias sociales, Universidad Autónoma de Nuevo León.

MEMÓRIAS FEMININAS DA DITADURA CHILENA: RESISTÊNCIA E CONTRA-HEGEMONIA.

Sónia Ferreira.

CRIA/ISCTE-IUL

Nas situações de ditadura e no seio dos regimes repressivos encontramos em geral situações em que os processos de controlo, manipulação e erradicação de memórias, desde histórias singulares a processos e percursos colectivos, são bastante visíveis. A prática de retocar fotografias e reescrever biografias que Milan Kundera refere de forma marcante no “Livro do Riso e do Esquecimento”, estão fortemente presentes nesses regimes específicos.

Connerton (1993), ao definir reconstrução histórica por oposição à memória social, aponta para o facto de a primeira poder adquirir contornos extremos quando, por exemplo, um Estado totalitário procura despojar os seus cidadãos de uma memória social anterior. Nesses contextos, destaca-se frequentemente uma posição contra-hegemónica (Scott, 1990), uma história da oposição como reconstrução histórica que procura preservar a memória de grupos silenciados, como bem relembra Passerini (1992). Tal como refere o narrador/realizador, Patricio Guzmán, no documentário “A Nostalgia da Luz” (2010) parece haver uma imensa força centrípeta no que que à memória diz respeito, nas suas palavras: “Estou convencido de que a memória tem força gravitacional, atrai-nos sempre. Os que têm memória são capazes de viver no tempo frágil do presente, os que não a têm não vivem em lado nenhum”.

Este artigo¹⁹¹ centrar-se-á num conjunto de reflexões suscitadas por uma investigação realizada no Chile, em 1998/99 (Ferreira, 2003), focada no período do Governo da Junta Militar (1973-1990) e décadas subsequentes. Nessa investigação procedeu-se à recolha de memórias sobre o período ditatorial, memórias essas que no seu conjunto se apresentavam como profundamente traumáticas, não só pelas experiências de violência para as quais remetiam mas igualmente pelo profundo silêncio a que foram submetidas tanto pelo regime repressivo da Junta Militar do General Pinochet (1973-1990), como nos anos subsequentes caracterizados como de “reconciliação” no seio de um processo denominado por “transição democrática”, apresentando-se como memórias sub-expostas e fragilizadas (Traverso, 2012). As quatro mulheres entrevistadas¹⁹², casadas com “detidos-desaparecidos” (indivíduos que foram detidos e desapareceram às mãos das autoridades e cujo destino nunca foi oficialmente reconhecido), viveram no período do Governo de Salvador Allende (1970-1973) experiências estruturantes em termos de

¹⁹¹ Uma parte deste texto foi publicada anteriormente em: Almeida, S. V.; Ferreira, S. (2015) “Dictatorships and Revolutions in Portugal and Chile: Ethnography, Memory and Invisibilities”, *History and Anthropology*, Routledge. <http://dx.doi.org/10.1080/02757206.2015.1066371>

¹⁹²As quatro mulheres entrevistadas correspondem a duas gerações distintas, a primeira nascida entre 1915 e 1920 (duas entrevistadas) e a segunda no início da década de 50 (duas entrevistadas).

construção biográfica, lidando com sentimentos e vivências intensos e naturalmente difíceis de transmitir a quem não participou e viveu o período. Período esse onde tanto se lutou pela concretização de um projecto político, onde vida familiar, pessoal e militância política se fundiam de forma particularmente intensa - “porque ele era mais que meu marido, ou pai dos meus filhos, era o meu companheiro, tínhamos uma relação diferente. Juntos tínhamos um projecto, íamos mudar a sociedade” - como, no regime repressivo que se sucede, se assiste não só ao aniquilamento desse projecto como à insinuação se não mesmo à prática efectiva de violência sobre os indivíduos próximos do sujeito, nomeadamente a sua família, os seus camaradas, os seus amigos e os seus vizinhos¹⁹³.

1. Detidos Desaparecidos – “não é estar morto, é estar desaparecido”

No Chile, os desaparecimentos atribuídos ao regime militar de Pinochet até à ocorrência do último caso, a 14 de Novembro de 1989, somam várias centenas, de acordo com as estatísticas dos diferentes organismos denunciadores dos crimes, não existindo contudo unanimidade entre estes sobre o número total de casos de detidos-desaparecidos. A Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação apresentou, como relatório oficial do Governo, novecentos e cinquenta e sete casos. A Vicaria da Solidariedade da Igreja Católica, recolheu novecentos e oitenta e quatro casos e a Associação de Familiares de Detidos Desaparecidos refere, em 1995, um total de mil cento e noventa e dois casos¹⁹⁴.

Os primeiros desaparecimentos verificam-se no próprio dia do golpe de Estado (11 Setembro 1973) com os sobreviventes do bombardeamento ao Palácio Presidencial. Meses depois, mantém-se a repressão, as execuções extrajudiciais, as detenções maciças e a prática da tortura. E neste contexto de caos, censura e falta de informação começa a emergir um problema, que nos primeiros meses não havia sido detectado, o dos “detidos não reconhecidos” ou “presumíveis desaparecidos”, que mais tarde serão denominados “detidos desaparecidos”.

Grupos de familiares e amigos procuram incansavelmente em quartéis policiais e militares, organismos governamentais, hospitais e instituto de medicina legal. Em muitos casos existiam testemunhas da sua detenção, noutros o desconhecimento sobre a sorte das vítimas era quase total, tornando as esperanças dos familiares mais remotas. Finalmente a situação agrava-se do ponto de vista institucional, quando em finais de 1974, o Governo Militar declara que só tinham existência como detidos os indivíduos que fossem reconhecidos como tal pelos organismos envolvidos – a questão estatutária e simultaneamente identitária começa a impor-se.

Neste contexto, no início de 1975, sob os auspícios do Comité Pró Paz (futura Vicaria de la Solidaridad), o Monsenhor Cristián Precht do Arcebispado de Santiago propõe que se comece um

¹⁹³Uma das mulheres entrevistadas perdeu às mãos do regime cinco familiares próximos, o marido, o filho, o irmão, a cunhada e o sobrinho.

¹⁹⁴Sobre estes dados ver Ballesteros (1995), Allende (1976) e Amnistia Internacional (1978, 1983, 1996, 1981).

trabalho de assistência aos familiares de detidos não reconhecidos, organização que mais tarde dará origem à Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos (AFDD), instituição que se tornará emblema, nacional e internacional, da luta em torno da busca destes presos e, mais tarde, do reconhecimento da sua morte.

Ainda em 1975, no final do ano, o governo militar alega, em relatórios entregues a organizações como as Nações Unidas e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que a grande maioria das pessoas desaparecidas não se encontravam em tal situação e que, em alguns casos, as supostas vítimas nem sequer tinham existência legal. Outros supostos desaparecidos teriam falecido de morte natural ou em confrontos armados, no Chile ou no estrangeiro. A partir desse momento muitas organizações de direitos humanos ocupar-se-ão a demonstrar a falsidade da maior parte destas afirmações oficiais, numa luta legal, política e simbólica sobre o branqueamento vs reconhecimento das atrocidades perpetradas pelo regime ditatorial.

Neste processo de validação e branqueamento, em 1978, utilizando o poder constituinte que se auto-outorgou mediante o decreto-lei 128 de 1973, a Junta Militar dita a 19 de Abril de 1978 um outro decreto (número 2191) onde estabelece uma amnistia geral para os autores, cúmplices e encobridores de factos de origem criminosa ocorridos entre 11 de Setembro de 1973 e 10 de Março de 1978. Decreto que tendo sido aprovado numa época em que o país se encontrava sob o estado de emergência (decreto-lei 640/74) vai prevalecer sobre a Constituição vigente. Este decreto, conhecido como a “lei da amnistia”, vai neutralizar a maior parte dos processos judiciais interpostos pelos familiares das vítimas.

Neste período, do ponto de vista dos actos cometidos com vista ao desaparecimento forçado de pessoas, podemos distinguir duas fases: uma primeira, que vai de Setembro a Dezembro de 1973 e da qual se conhecem seiscentos e trinta e um casos. E uma segunda, que se prolonga de Janeiro de 1974 a Novembro de 1989, com um total conhecido de quinhentos e sessenta e dois casos. No primeiro período não prevalece a ideia do desaparecimento como método especial de repressão e terror, sendo constituído mais por crimes cometidos com ocultamento dos corpos, e em sítios onde existem testemunhos de familiares, vizinhos, colegas de trabalho, etc. A ideia do desaparecimento preconcebido, sem testemunhas e com impunidade absoluta, corresponde à segunda fase, onde a técnica aplicada é mais organizada e sofisticada. Nesta segunda fase, as detenções ocorridas em casa da vítima são efectuadas geralmente à noite (23,48%), com o menor número de testemunhas possível, por agentes não identificados que utilizavam veículos sem matrícula ou roubados. Simultaneamente, acontecem também muitas detenções na via pública, que vão desde 18,41% em 1974 a 64,44% em 1976 (Ballesteros, 1995).

Do ponto de vista político, visando o aniquilamento dos seus adversários, existiu também um plano de acção por parte do regime militar que tinha como estratégia o extermínio faseado de determinados grupos políticos. Entre 1973 e 75, a repressão será mais centrada no Partido Socialista (PS), em 1974 no Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) e em 1976 no Partido Comunista (PC). Existindo no

entanto também casos de desaparecidos sem actividade política conhecida e sem militância partidária. Em termos percentuais, estão notificados mais casos de desaparecimentos de homens do que mulheres. No primeiro período de repressão, registam-se seiscentos e vinte e três casos de homens e oito de mulheres; no segundo período, quatrocentos e noventa e seis casos de homens e sessenta e seis de mulheres. No entanto e apesar de serem percentualmente menos atingidas, as mulheres não receberam qualquer tipo de tratamento diferenciado associado a questões de género, tendo sido quando detidas igualmente torturadas e violentadas, existindo variadíssimos testemunhos sobre agressões sexuais e o registo de, pelo menos, oito casos de mulheres grávidas à data da detenção, ignorando-se totalmente o seu destino e o da criança.

2. Hegemonia, contra-hegemonia e género - uma memória obstinada

Um aspecto importante da recolha biográfica num contexto desta natureza, que remete para discussões metodológicas interessantes e questões éticas pertinentes, sobretudo no que diz respeito ao papel do investigador enquanto catalisador de memórias, gestor de silêncios e indutor de discursos que são frequentemente dolorosos e traumáticos passa em grande medida pelo momento do “encontro etnográfico” (Fassin, 2008).

Neste, numa primeira fase, o investigador depara-se com a presença de um discurso memorabilístico estruturado que é formado a partir do momento em que os indivíduos se organizam em grupos e associações de denúncia. No caso chileno, durante anos os familiares dos detidos-desaparecidos lutaram, gritaram, defenderam e organizaram um discurso de denúncia e no momento em que o investigador questiona sobre aquele período, este discurso é naturalmente o primeiro que surge. Assim, constitui-se como um grande desafio ir para além dele, ou seja, incorporar e analisar esta produção memorabilística produzida por um colectivo mas não esquecer quer o seu contexto histórico e político de produção, quer as histórias e vozes individuais que o preenchem. Procurar uma história de vida é mais complexo que estudar o discurso organizado que aparentemente a estrutura, e é na relação humana e pessoal que se estabelece entre investigador e informante que se consegue ultrapassar a referência a números, dados e citações oficiais. Neste caso, passando a referir-se o marido desaparecido já não como um trâmite legal mas como o indivíduo que se conheceu, se amou e com quem se partilhou experiências significativas. Este discurso mais íntimo e fragmentado possui outros contornos e revela dimensões menos estudadas da resistência e da organização das memórias contra-hegemónicas que se constroem também no interior do dia-a-dia tomando-se *habitus* (Bourdieu, 1999) e *praxis* quotidiana (Certeau, 1990).

Em termos gerais, o processo de esquecimento organizado visando uma amnésia colectiva, como relembra Connerton, conduz a uma luta dos cidadãos contra o Estado, a uma luta “da sua memória contra o esquecimento compulsivo (...) não só para se salvarem a si próprios, mas também para sobreviverem como testemunhas para as gerações vindouras, tornando-se incansáveis arquivadores.”

(1993: 18). No Chile, a promulgação da “lei da amnistia” (1978), visando os crimes cometidos no pós golpe de Estado, constitui um mecanismo institucional mas igualmente político de encobrimento e de afastamento das memórias destes “não acontecimentos” (Veyne cit em Blok, 1992; Farge, 2002), remetendo-as do público e oficial para o privado e clandestino. Cria-se uma cisão na realidade social, onde a memória da violência e da morte constituíam fenômenos subterrâneos mas omnipresentes. As experiências de torturas, sequestros, desaparecimentos, assassinatos, exílio, etc, que implicam a destruição física e psíquica das vítimas, constituíam uma memória subversiva, perigosa e que devia ser “calada”.

Num contexto com estas características, o processo através do qual se manteve a memória das mulheres entrevistadas ficou indubitavelmente marcado pela intervenção de um regime político, que as levou a serem testemunhas de uma realidade que não fazia parte da que se pretendia inscrever na história oficial da sociedade onde viviam. A luta para manterem viva a sua memória e poderem transmiti-la e oficializá-la perante as gerações vindouras deu origem a um processo de constante revisitação do passado que condicionou radicalmente a sua vida futura, pois assumem-se, tal como referido por Connerton (1993), como “incansáveis arquivadoras” procurando continuamente legitimar e inscrever na história a sua vida e a sua experiência, recolhendo incessantemente dados para o arquivo dessa memória subjugada - “A minha vida é um círculo que não está fechado, eu tenho uma vida incompleta que nunca vou poder fechar”.

Os processos judiciais em curso, dentro e fora do país, que se iniciam nos finais da década de 90 tornaram algumas destas vozes públicas pois como refere Hartog, “la justice et la mémoire ont affaire au passé, et sont, l'une et l'autre, des façons de convoquer du passé dans le présent” (Hartog, 2013: 32). O reconhecimento interno e externo do desaparecimento dos familiares das mulheres entrevistadas a partir de finais dos anos 90¹⁹⁵, abriu assim algumas brechas no silêncio imposto e conferiu alguma força aos detentores desta “memória obstinada” (Patricio Guzmán, 1997). Como refere hoje uma das entrevistadas: “A minha opção na vida é não esquecer, não tenho vontade de perdoar e não o vou fazer.”. Traverso refere igualmente como a visibilidade e o reconhecimento de uma memória dependem também da força dos que a carregam (Traverso, 2012: 71-72).

A memória deve assim ser analisada nas suas múltiplas componentes, ou seja, em termos de classe, género, etnicidade e todos os outros constituintes da hierarquia social, dependendo dos contextos e épocas analisados. Pois tal como os indivíduos carregam consigo a sua posição social, as suas memórias partilham esse posicionamento e podem ou não poder ocupar um lugar social específico, seja nos discursos políticos, na história oficial, na investigação académica ou, nos casos de subordinação mais extrema, serem mesmo banidas do espaço público como muitos dos opositores do regime do General Pinochet podem, ainda hoje, testemunhar.

¹⁹⁵Uma chegou mesmo a depor em Espanha no quadro da investigação comandada por Baltasar Garzón.

A análise deste processo memorial não pode por isso ser afastada de uma compreensão mais lata do contexto social, político e ideológico em que ocorreram as vivências evocadas e do momento em que se evocam. Esta ubiquidade apresenta-se como indispensável para uma percepção densa dos fenómenos, pois como adverte Bensa (2006) as abordagens descontextualizadoras não conseguem dar conta das tensões existentes entre passado, presente e futuro e o “déli de l’histoire” amputa o social da sua principal propriedade que é a de ser consubstancial ao tempo. Neste exemplo em particular, uma das variáveis que se apresenta como bastante relevante é a da construção de género (Bourdieu, 1999¹⁹⁶), pois as entrevistadas constroem discursos onde a sua identidade de género se apresenta como essencial, não só no relacionamento com as autoridades repressoras mas com a sua envolvente social e política.

As mulheres dos detidos desaparecidos viveram sob um regime patriarcal repressivo que, neste caso, negava o assassinato dos seus companheiros e mutilava memorabilisticamente a sua experiência de vida. Os seus actos eram negados ou condenados pelo Estado e foram frequentemente depreciados não só por provirem de militantes políticos mas também de mulheres. Igualmente no seio do seu grupo político as questões de género se impuseram e as suas vivências foram frequentemente vigiadas em termos morais, condenando-se, por exemplo, o estabelecimento de novas relações amorosas.

“Os companheiros do partido olhavam-nos como se fôssemos algo intocável, proibido. Têm-nos num nível muito alto, olham-nos para cima e vêm mais do que tu na realidade és. Apesar de serem progressistas, isto não passa de um problema de machismo.”

“... os companheiros do partido, tinham como regra que a mulher de um companheiro detido-desaparecido era intocável. Era uma questão de lealdade.”

“Para muita gente ainda somos um bicho raro, mulheres que foram abandonadas pelo marido. E ainda pior para mulheres como eu, que refizeram a sua vida com outros homens. Para certas pessoas tu também abandonaste o teu marido, porque não lhe guardaste respeito, não fizeste luto, não conservaste a castidade. Pressionam-te muito.”

Atribuindo-se com frequência uma relação de causa-efeito entre o aparecimento de novos parceiros e o abandono da luta em torno do desaparecido, ou pelo menos um menor envolvimento nesta.

“Não houve muita gente a desistir, mas algumas tiveram de ir para fora porque tinham filhos para criar e precisavam de ganhar dinheiro, cá ninguém lhes dava trabalho. Outras refizeram a sua vida, principalmente as mais novas.”

Em termos gerais esta subordinação de género é igualmente visível na forma como se constroem memórias grupais. No caso das mulheres militantes chilenas, encontramos frequentemente um discurso que enaltece mais fortemente a sua luta e capacidade de resistência pós-golpe de Estado, aquela que

¹⁹⁶Bourdieu refere o “longo trabalho colectivo de socialização do biológico e biologização do social” para “fazer surgir uma construção social naturalizada (os “géneros” enquanto habitus sexuados)(...)” (1999: 3).

remete para a busca dos maridos e filhos, do que a sua biografia de militante pré-golpe. A sua identidade fica congelada na busca dos familiares e é essa devoção que é publicamente reconhecida em determinados sectores da sociedade chilena e junto de alguns grupos políticos e militantes internacionais. A resistência e as resistentes, assim como as suas memórias, devem contudo ser entendidas na sua globalidade, pois se são muitas vezes os regimes repressivos a mutilar as suas memórias, os seus grupos de pertença não deixam frequentemente de lhes imputar uma subordinação de género, enaltecendo acima de tudo a “devoção” e a “dedicação” marital ou maternal. Por isso a análise da resistência não deve ater-se apenas aos registos públicos ou institucionais mas incluir elementos que possibilitem aferir as invisibilidades e as ambiguidades, para que uma grelha analítica demasiado rígida não oblitere da ciência os contextos reais de acção e os eternos confrontos entre hegemonias e contra-hegemonias, onde o passado e a história são, como bem refere Enzo Traverso (2012) “um campo de batalha”.

4. Os espaços, os lugares e a materialidade da memória

Esta memória contra-hegemónica que podemos encontrar nos discursos e junto das organizações sociais que enquadraram as práticas de busca e denúncia também se vai ancorar em diversos espaços e suportes materiais, pois como refere Connerton “as nossas memórias estão localizadas no interior dos espaços materiais e mentais do grupo.” (1993: 45). Neste sub-capítulo procurar-se-á assim apresentar alguns desses espaços e suportes, divididos cronologicamente entre aqueles que surgem durante o período ditatorial, caso da manufactura de *arpilleras* e já no período designado de “reconciliação nacional”, através de exemplos de patrimonialização desta memória em museus, arquivos, monumentos, páginas no Facebook e práticas artísticas.

A confecção de *arpilleras*¹⁹⁷ é prática comum em vários países da América Latina como o Peru ou a Bolívia, sendo no entanto no Chile que estas se encontram ligadas de forma premente à luta política levada a cabo durante o regime ditatorial. Alguns autores colocam esta tradição chilena numa herança universal de têxteis que contam histórias de violência e que podem ser encontrados no Afeganistão, no Vietname, no Laos, na Guatemala, etc. Sobre esta temática uma obra de relevo é a de Agosín (1996) assim como as reflexões de Adams (2002).

No Chile, os primeiros anos de fabricação das *arpilleras* podem ser situados entre 1973 e os anos 80, época em que estas são fabricadas de forma clandestina. Com a posterior detenção de Pinochet em Londres em 1998, as *arpilleras* assumem vivamente o seu papel como instrumentos de denúncia sobre um passado e uma memória esquecida ou truncada. Alpert (cit em Agosín, 1996: 27) propõe uma cronologia tripartida para o movimento das *arpilleras*: 1) 1973-1983 – início e consolidação do movimento que se organiza em torno essencialmente da luta pelos direitos humanos e procura dos desaparecidos,

¹⁹⁷Telas têxteis (tapeçarias) de pequenas dimensões realizadas por mulheres com temas que procuram denunciar violações de direitos humanos, condições sociais precárias, etc.

em que os temas bordados são essencialmente de denúncia dos crimes cometidos pela Junta Militar. As primeiras *arpilleristas* são 14 mulheres que irão incentivar muitas outras nas décadas subsequentes. No início, existia igualmente um conjunto de voluntárias com formação em artes plásticas a dar apoio técnico à produção. Valentina Bonne, uma dessas voluntárias, refere como as *arpilleras* nasceram estética e tecnicamente de uma mistura entre as *molas* panamianas (espécie de tapeçaria indígena) e a arte do patchwork; 2) 1983-1993 – o enquadramento continua a ser ainda fortemente o dos direitos humanos, no entanto as causas ligadas à justiça social (pobreza, desemprego, etc) começam a emergir com alguma recorrência. Os workshops de *arpilleras* chegam a constituir uma forma de sustento económico importante junto de algumas famílias pobres e os locais de produção tornam-se centros de solidariedade e fonte de apoio social, político e económico. A entrada no período de transição democrática permite que as *arpilleras* saíam da clandestinidade e se tornem uma arte pública, apesar das ainda inúmeras fragilidades do sistema democrático chileno; 3) *arpilleras* produzidas no seio de uma sociedade democrática, onde, para além dos temas ligados aos direitos humanos, à memória e aos problemas sociais ainda existentes, começam a surgir trabalhos que evocam temáticas mais positivas relacionadas com o futuro. Os detidos desaparecidos deixam de constar como tema central mas continua-se a espelhar como pano de fundo preocupações de carácter social e político, ou seja, a intenção de denúncia continua presente. Na década de 90, existiam mais de 1 800 *arpilleristas* no Chile.

Adams (2002), que irá trabalhar sobre a utilização da arte por parte de grupos opositoristas ao regime de Pinochet no Chile, analisa em detalhe o caso das *arpilleras* observando-as como meio de transmissão de uma mensagem política, aquisição de recursos económicos e organização social e política das suas praticantes. Uma questão interessante passa pelo facto de estas mulheres se organizarem num primeiro momento como “mães de desaparecidos”¹⁹⁸ e mais tarde como cidadãs políticas, tendo nascido de forma espontânea uma arte politizada que se materializava na produção clandestina de tapeçarias cuja mensagem assumia contornos expressamente ideológicos. Apesar de o trabalho de confecção, segundo Adams (2002), ocorrer num ambiente de silêncio e medo, onde se construíam histórias através de cores e formas, produzindo imagens de grande inocência e força, a questão sociológica de fundo é a que diz respeito à produção, construção e contestação de sentidos. No âmbito dos regimes autoritários, a arte pode ser uma ferramenta de refutação e disputa, materialidade que rompe com a cumplicidade do silêncio e que permite uma circulação iconológica dentro e fora do país, possibilitando a adesão a uma causa ou movimento através da aquisição de objectos. Neste caso, a quase totalidade dos compradores, chilenos ou não, vivem no estrangeiro e são promotores ou frequentadores de actividades que dão visibilidade à denúncia política e às práticas artísticas a si associadas. Em Washington, por exemplo, Isabel Letelier, cujo marido foi assassinado pela polícia secreta chilena, reuniu um grande conjunto de *arpilleras* e expô-las em locais públicos. Nos anos 80, o

¹⁹⁸Duas das fundadoras são Violeta Morales e Irma Muller. A Associação dos Detidos Desaparecidos acolherá igualmente um grupo de *arpilleristas*.

Human Rights Project produz igualmente um calendário com *arpilleras* e a Amnistia Internacional publica-as enquanto cartões festivos.

Em termos temáticos, as produtoras de *arpilleras*, que são na sua maioria de proveniência sócio-económica baixa, utilizavam os poucos recursos disponíveis para a manufactura, nomeadamente tecido, lã, cabelo, contendo muitas das tapeçarias erros ortográficos reveladores da fraca escolaridade que as suas produtoras possuíam. E os temas são igualmente reveladores de problemáticas de género - as crianças e os problemas familiares surgem com frequência assim como a *olla común* (panela comum), uma espécie de “sopa dos pobres” montada nos bairros populares em colaboração com a Igreja e outras associações de solidariedade, uma prática que se tornou um dos símbolos das privações económicas sofridas durante a Ditadura. Esta arte assume-se assim, pela forma e conteúdo, como uma expressão artística tipicamente feminina. No que diz respeito aos detidos desaparecidos, as inscrições tinham por vezes fotos, imagens e os nomes dos desaparecidos em frases como “Donde Están!”.

Para terminar, é importante referir uma importante prática performativa associada à produção de *arpilleras*. Em 1983, algumas *arpilleristas* decidem criar um grupo de dança e cantares onde se possam expressar sobre as suas vidas enquanto mulheres sozinhas. A sua mais memorável performance é a da *cueca sola* que se torna, enquanto expressão musical, a marca identitária das mulheres de desaparecidos, constituindo uma manifestação cultural que manipula um símbolo identitário nacional, já que a *Cueca* é considerada a dança tradicional do Chile. Num processo de visibilidade internacional, o cantor Sting compôs uma música sobre esta dança que intitulou “They Dance Alone” (1987). Ao dançarem a dança nacional desta forma, sozinhas, as mulheres denunciam de forma pública a actuação do Estado e emergem enquanto seres históricos com identidade própria. Através do ritual público da dança, as mulheres mostram através do corpo o que mostram as *arpilleras* através do tecido e do bordado, uma vida de ausência e de luto (Adams, 2002). Elas vivem e dançam sozinhas.

Na actualidade, as associações de direitos humanos, os media de suporte tradicional ou expressões artísticas como a confecção de *arpilleras* não são os únicos canais de denúncia ou as únicas instâncias onde se pode encontrar informação sobre as vítimas, os perpetradores e os crimes cometidos durante a ditadura chilena. Existem outras instituições que promovem a salvaguarda, o estudo e a difusão dessa memória como, por exemplo, o “Archivo Chile” (<http://www.archivochile.com/>) do CEME (Centro de Estudios Miguel Enriquez¹⁹⁹). Na página da internet desta instituição pode ler-se a frase “Nuestra Historia Vive en la Memoria”, declarando a instituição como objectivo: “(...)Es una contribución parcial al esfuerzo aún fragmentario y débil, de recuperar la memoria social colectiva del movimiento popular chileno. Fuentes que la “historia oficial” trata de silenciar o mostrar sesgadamente. (...)”²⁰⁰. Um processo semelhante é o que podemos encontrar no “Museo de la Memoria y de los Derechos Humanos”

¹⁹⁹Miguel Enriquez Espinosa é um dos fundadores do MIR - Movimiento de Izquierda Revolucionaria.

²⁰⁰<http://www.archivochile.com/entrada.html> (consultado em 20 de Abril de 2015)

(<http://www.museodelamemoria.cl/>)²⁰¹, do qual faz parte da direcção a actual presidente da República Michelle Bachelet que anunciou, em 2007, a criação do Museu e para o qual colocou simbolicamente a primeira pedra. O Museu, que acolhe um centro de documentação sobre o período da ditadura, encontra-se actualmente no epicentro de uma acesa controvérsia ao ser acusado pelos seus detractores de só mostrar uma faceta da história nacional e de não contextualizar devidamente o período ditatorial, nomeadamente o que os seus críticos consideram como essencial que são os antecedentes políticos que justificam, em seu entender, o golpe militar. Consequentemente, estes críticos acusam o Museu de não estimular a reconciliação nacional e o processo de pacificação social e político, encontrando-se no centro deste aceso debate um discurso proferido em Junho de 2012, por Juan González (Presidente da “Fundación 11 de Septiembre”) no âmbito de uma cerimónia de homenagem ao general Augusto Pinochet em que este proclama que um “Museo de la Verdad” será erigido como oponente do “Museo de la Memoria y de los Derechos Humanos”. Outra instituição, como o famoso “Memorial del Detenido Desaparecido y del Ejecutado Político” inaugurado no Cemitério Central de Santiago do Chile a 26 de Fevereiro de 1994²⁰², também se apresenta como lugar de validação das memórias traumáticas do tempo da ditadura, sendo um lugar de inscrição pública e reconhecimento dessa memória, não ausente de tensões e conflitos.

E, finalmente, as redes sociais contemporâneas, também incorporam esta disputa memorabilística. Em 2013, é inaugurada a página do facebook “Comunidade Detenidos Desaparecidos de Chile”²⁰³ assim como o grupo do facebook “Amigos de Detenidos Desaparecidos y Exiliados Chilenos” que reclama como objectivo colocar em contacto as crianças e as famílias de detidos desaparecidos e os chilenos que se encontram no exílio²⁰⁴. Outro exemplo de rede social é o grupo de facebook “Detenidos Desaparecidos y Ejecutados Políticos de Chile” que é descrito como grupo de apoio às vítimas da ditadura chilena²⁰⁵.

Simultaneamente, se durante algum tempo as denúncias se centram no caso vivido, ou seja, na luta pelo seu reconhecimento interno e na sua denúncia internacional, os activistas começam a partir de determinado momento a comparar e indicar situações semelhantes e a trabalhar em diferentes escalas, denunciando a ditadura chilena, comparando a ditadura chilena e a argentina, abrangendo o denominado “Cone Sul” (Chile, Argentina e Uruguai), a América Latina e finalmente incorporando todos os países que sofreram ou sofrem de violações dos direitos humanos. Um exemplo é o da participação de uma das entrevistadas referidas neste texto numa reunião de familiares de detidos desaparecidos de países como a Colômbia, Sri Lanka, Marrocos e Turquia, em 1996, na Turquia. A procura de apoios e o alargamento da discussão, a construção e consolidação de redes mais amplas permite a inscrição desta memória não só

²⁰¹O Museu abriu ao público a 11 de Janeiro de 2010.

²⁰²O Memorial foi renovado em 2009 devido a erros nas inscrições apontados pela “Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos”, já que tinha sido provado que alguns nomes inscritos não pertenciam a “detidos desaparecidos”. Antes do processo de renovação alguns militantes já tinham coberto esses nomes com tinta branca de forma a apagar provisoriamente a inscrição.

²⁰³Página do Facebook consultada a 20 de Abril de 2015. Última entrada a 19 de Abril de 2015.

²⁰⁴Página do Facebook intitulada “Amigos de Detenidos Desaparecidos y Exiliados Chilenos”, consultada a 20 de Abril de 2015. Na data consultada com 9 211 participantes.

²⁰⁵Página de Facebook, consultada a 20 de Abril de 2015. Última entrada de Junho de 2012.

no enquadramento do Estado-Nação mas igualmente num território mais abrangente, universalizando o que os regimes políticos tentam circunscrever no domínio do privado.

Conclusão

Como refere Nelly Richards: “within the entire symbolic repertoire of the last two decades of Chilean history, the figure of memory has been most strongly dramatized by the unresolved tension between recollection and forgetting” (2004: 1). Neste processo a autora aponta três momentos como caracterizadores do processo memorabilístico chileno: 1) ameaça de perda da memória; 2) processo de recuperação dessa memória; 3) já no período pós ditatorial, pacificação da memória num contexto em que o binómio punição/perdão se impõe. Do contributo de Richards’ (2004) é particularmente importante reter as referências às heterodoxias do processo memorabilístico porque assim como não existem verdades totais e finais também não existem memórias e reminiscências definitivas, irrefutáveis, organizadas e monovocais mesmo que assim sejam apresentadas já que o passado a que se referem não o é. Neste sentido, muitas das produções culturais e artísticas contemporâneas chilenas reflectem estas tensões como, por exemplo, o “Teatro La Memoria” de Alfredo Castro no qual a sua denominada arqueologia da memória “made fragments of consciousness collide, juxtapose in disorder, thereby preventing any meaning of history from resting on a precomposed structure” (Richards, 2004, 20).

Os testemunhos biográficos referidos no início deste texto, as expressões culturais pré e pós-ditatoriais enunciadas, as páginas nas redes sociais e outros conteúdos digitais, assim como o “Museo de la Memoria” y de los Derechos Humanos” e o “Memorial del Detenido Desaparecido et del Ejecutado Político” e as polémicas que os rodeiam, esgrimem narrativas sobre verdade histórica, procurando legitimar memórias e formas de as expressar, transmitir e institucionalizar que revelam as tensões inerentes não só ao processo de recolher, difundir e (re)conceptualizar essas memórias e as experiências biográficas a si associadas mas também de as patrimonializar. Neste caso numa disputa sobre a história e a memória da nação, sobre hegemonia e contra-hegemonia, sobre poder e conflito, sobre “memórias fortes” e “memórias fracas” e quem obstinadamente as carrega.

Bibliografia

- AGOSÍN, Marjorie, (2008), *Tapestries of Hope, Threads of Love. The Arpillera Movement in Chile*, Lanham/Boulder/New York/Toronto/Plymouth, Rowman & Littlefield Publishers.
- ADAMS, Jacqueline, (2002), “Art in Social Movements: Shantytown Women’s Protest in Pinochet’s Chile”, *Sociological Forum*, vol. 17, nº 1: 21-56.
- ALLENDE, Andres Pascal, (1976), *A Situação dos Direitos Humanos no Chile*, Porto, Afrontamento.
- AMNISTIA INTERNACIONAL, (1996), *Chile: la transición en la encrucijada*, Madrid, Amnistia Internacional (Edai).
- AMNISTIA INTERNACIONAL, (1978), *Prisioneros Desaparecidos en Chile*, Londres, Amnistia Internacional (Edai).
- AMNISTIA INTERNACIONAL, (1983), *La Tortura en Chile*, Madrid, Editorial Fundamentos.

- AMNESTY INTERNACIONAL, (1981), *Chili: Rapport sur la torture et sur les prisonniers «disparus»*, Paris, Editions Francophones d'Amnesty International.
- BALLESTEROS, Elías, (1995), *La Memoria del Olvido: detenidos desaparecidos en Chile*, Santiago do Chile, Ediciones Orígenes.
- BENSA, Alban, (2006), *La Fin De L'Exotisme*, Toulouse, Anacharsis.
- BLOK, Anton, (1992), "Reflections on 'making history'", Kirsten Hastrup (ed.), *Other Histories*, London/New York, Routledge: 121-127.
- BOURDIEU, Pierre, (1999), *A Dominação Masculina*, Oeiras, Celta.
- CERTEAU, Michel (1990) *L'invention du quotidien. 1 – Arts de faire / 2 – Habiter, cuisiner*. Paris, Gallimard
- CONNERTON, Paul, (1993), *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras, Celta.
- FARGE, Arlette, (2002), "Penser et définir l'événement en histoire. Approche des situations et des acteurs sociaux", *Terrain*, nº 38, Mars: 69-78 (<http://terrain.revues.org/document1929.html>).
- FASSIN, Didier, (2008), "Introduction: L'inquiétude ethnographique", Alban Bensa & Didier Fassin (dir), *Les Politiques de l'enquête. Épreuves ethnographiques*, Paris, La Découverte: 5-15.
- FERREIRA, Sónia, (2003), *Mulheres de Desaparecidos*, Lisboa, Ela por Ela.
- HARTOG, François, (2013), *Croire en L'Histoire*, Paris, Flammarion.
- KUNDERA, Milan, (2009), *O Livro do Riso e do Esquecimento*, Alfragide, Ed. ASA.
- PASSERINI, Luisa, (ed), (1992), *Memory and Totalitarianism*, International Yearbook of Oral History and Life Stories, vol. I, Oxford, Oxford University Press.
- RICHARDS, Nelly, (2004), *The Insubordination of Signs. Political Change, Cultural Transformation, and Poetics of the Crisis*, Durham, NC, Duke University Press.
- SCOTT, J. (1990) *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*, New Haven & London, Yale University Press
- TRAVERSO, Enzo, (2012), *O passado, modos de usar. História, memória e política*, Lisboa, Edições Unipop.

Filmografia

PATRICIO GUZMÁN

"La memoria obstinada", 35mm, 58m, 1997.

"Nostalgia de la Luz", 35mm, 90m, 2010.

O MERGULHO NA CLANDESTINIDADE.

Vanessa de Almeida.

IELT/FCSH-UNL

Num artigo sobre militantes que se opuseram à ditadura militar brasileira, Maria Auxiliadora Arantes descreve da seguinte forma a passagem à clandestinidade:

«Tornaram-se clandestinos. Nos nomes, nos rostos, nos documentos pessoais. Afastaram-se de seu grupo familiar, de amigos e de suas profissões. Deixaram suas casas, seus bens, suas roupas. Formaram a coluna vertebral de resistência aos militares. Reuniram-se febrilmente, fizeram planos estratégicos e de acção. Brigaram entre si e se abraçaram como nunca. Cada despedida, talvez fosse a última.» (Arantes, 1999:65)

Lá como cá. De 1929 a Abril de 1974, até que as léguas a separar Portugal do Brasil como que aumentaram, tanto mar, tanto mar, nós em festa e Chico Buarque pedindo urgentemente um cheirinho a alecrim.

Na esteira de Dawn Linda Raby (1988:15), assume-se a distinção entre resistência e oposição. Se a primeira implicou uma luta activa contra a ditadura, a segunda adoptou uma actividade política mais reduzida e pacífica, existindo momentos em que chegou a ser tolerada pelo regime. Resistência pressupõe uma oposição clandestina com uma perspectiva estratégica de longo prazo (Martins, 2006:56), transformando-se por isso no alvo privilegiado da repressão. Até meados da década de 60 do século XX, foi o Partido Comunista Português quem protagonizou a resistência contra a ditadura no tempo longo.

Embora 1929 seja considerado como o ano em que o PCP surge como partido clandestino, fruto da reorganização promovida por Bento Gonçalves (Pereira, 1993:56), foi a reorganização de 1940-1942, mediante a implementação de uma rígida compartimentação e conspiratividade, sistema aperfeiçoado através de medidas correctivas constantes, que permitiu ao PCP resistir às investidas policiais. Como pode ler-se n' *O Militante* de Fevereiro de 1942:

«Pensa-se que a polícia dos nossos dias é a mesma polícia bronca dos primeiros anos do fascismo, que só actua de chofre e sem estratégia; quando a verdade é que a polícia nos últimos anos conseguiu ultrapassar muitas vezes o Partido em estratégia. Enquanto que o Partido se mantinha sectariamente amarrado a velhas concepções de trabalho conspirativo, a polícia industriada pelos dirigentes da "Gestapo" que a Portugal vieram por várias vezes, sobretudo durante a guerra de Espanha, ultrapassou-o facilmente. (...)

Devemos sempre encarar a nossa posição em relação à polícia como aquilo que de facto é: duas forças inimigas que estão em luta constante; aqui como na guerra, a que souber usar uma melhor estratégia, será aquela a quem pertencerá a vitória.»

De facto, as técnicas conspirativas implementadas em 1929 eram bastante rudimentares. No seu livro de memórias, Joaquim Pires Jorge refere que nos primeiros anos de clandestinidade, o número de funcionários clandestinos era muito reduzido, os fundos praticamente inexistentes, não existindo separação entre o trabalho de organização e o aparelho técnico. Em 1942 foi preso pela PVDE²⁰⁶, devido à falta de cuidados conspirativos, concluindo «era uma clandestinidade que não era clandestinidade nenhuma» (Jorge, 1984:37).

Também Aida Paula dá conta da evolução das práticas clandestinas após a reorganização dos anos 40, comparativamente à década de 30. Como a própria recordou:

«O meu primeiro período de clandestinidade, no decorrer dos anos 30, não foi tão difícil como viria a ser aquando da reorganização do Partido Comunista. É que então, a disciplina não era tão severa, já que se podia ter contactos com a família. Depois de 1941-1942, as coisas mudaram muito. Não só pelo corte total com o exterior a que nos obrigava, particularmente a nós mulheres, guardiãs das casas do Partido, a completo isolamento, como pelas dificuldades a que a guerra nos sujeitava.» (Melo, 1975:36)

A análise das circunstâncias em que ocorriam as prisões e a localização de instalações pelas forças policiais impunha-se, na medida em que as normas de conduta estabelecidas assentavam em experiências concretas, ou seja, era um conhecimento alicerçado numa prática que vai ser construída ao longo de décadas e que era transmitido no seio da organização. É o que permite a Cristina Nogueira definir a clandestinidade comunista enquanto “contexto de formação”, o qual possibilitou aos militantes adquirirem uma nova identidade – a de serem clandestinos. (Nogueira, 2009). Era um conhecimento transmitido de boca em boca, em reuniões de militantes, mas também em conversas informais, artigos publicados no *Avante!* e n’*O Militante*, bem como em circulares emanadas do Secretariado. Como narra Manuel Pedro no seu livro de memórias:

«...no seu todo, não há livro nenhum que nos ensine a defender, no concreto, uma casa clandestina. É (foi), no trabalho real, no controlo de execução, nas discussões à volta da movimentação, da disciplina no cumprimento das decisões tomadas para a defesa, com aspectos sempre diferentes, de uma instalação, que se vai obtendo a sensibilidade, a acuidade que temos do que se passa à nossa volta, da maneira como nos olham ou até nem olham.» (Pedro, 2004:197)

Apesar de serem definidas regras, o trabalho conspirativo caracteriza-se sobretudo por uma grande maleabilidade e adaptação às circunstâncias, por uma “historicidade” (Álvarez, 2003:93), adquirindo características de organismo vivo, em constante mutação.

²⁰⁶ Polícia política.

De facto, no decorrer dos anos, o PCP foi adaptando a prática clandestina, as designadas “regras conspirativas”²⁰⁷, o que nos remete para a teoria de Michel Foucault, quando afirma que o poder não está exclusivamente na posse de alguns, antes funciona em rede, perpassa pelos indivíduos, existindo relações de poder múltiplas que atravessam o tecido social, não podendo o exercício de poder ser encarado apenas do ponto de vista negativo, mas também como produtor de outras realidades (Foucault, 2004:179, 183).

No seu trabalho dedicado à história do Partido Comunista Chileno nos anos da ditadura, Rolando Álvarez perfilha da mesma noção, «Es desde esta perspectiva que entenderemos el dispositivo clandestino como una producción del artefacto repressivo de la dictadura; en este caso, como un efecto que produjo la resistência a dicho régimen» (Álvarez, 2003:24), o que justifica a sua caracterização da clandestinidade como contrapoder.

Citando Cristina Nogueira, «A clandestinidade comunista emana de uma cultura política particular e caracteriza um modo de vida próprio, ao serviço de determinados objectivos» (Nogueira, 2014:169).

Mais do que uma cultura comunista, devemos falar de culturas comunistas já que, e apesar dos traços comuns, o contexto histórico em que ocorre a militância justifica práticas distintas, não sendo a mesma coisa ser militante comunista em democracia ou num contexto de ditadura. De facto, é neste último caso que podemos falar do partido comunista enquanto instituição total, já que o contexto repressivo justificava um maior controlo sobre a conduta diária dos militantes, assim como um “encerramento” face à sociedade exterior ou seja, aos não-militantes (Goffman, 2005 [1961]:16). A conflitualidade com outras forças políticas, o recurso a uma metalinguagem, bem como práticas e observâncias específicas permitem construir «una memoria común y una cultura colectiva própria.» (Girard i Féron, 2009:45)

Assim, nos anos seguintes à Reorganização dos anos 40, assiste-se à criação e reforço do aparelho clandestino, traduzido no aumento do número de quadros de funcionários e, conseqüentemente, no número de instalações e tipografias.

O espaço clandestino apresenta características diferentes do espaço comum, as quais radicam na distinção entre espaço seguro e espaço não seguro (Pereira, 1993:137). A casa clandestina é para o funcionário comunista o espaço seguro por excelência, delimitando-se do espaço exterior (hostil) através de sinais previamente combinados, que o avisavam ser ou não seguro avançar em direcção à instalação.

«Assim ficara combinado o sinal para que, ao regressar a casa, António tivesse a certeza que não havia necessidade. Essa era uma medida instituída em todas as casas do Partido para evitar os desastres anteriores. A polícia assaltara casas do Partido na ausência dos camaradas e estes, ao regressarem, iam meter-se na boca do lobo.» (Tiago, 1989: 115)

Para garantir a segurança das casas e dos funcionários, e de modo a evitar levantar suspeitas à polícia, as instalações clandestinas necessitavam de ter a aparência de casas normais de acordo com os

²⁰⁷ Por cuidados ou regras conspirativas entende-se as normas de conduta que deviam ser adoptadas pelos funcionários.

valores da época, sendo para isso fundamental a presença de uma figura feminina, o que justifica que a passagem à clandestinidade seja feita muitas vezes por um casal, ou quando tal não era possível, ser destacada uma funcionária para desempenhar o papel de “dona de casa”, necessidade que vai justificar a funcionalização de muitas mulheres solteiras nesses anos pós-reorganização. Como recordou Sofia Ferreira, clandestina que em 1949 será presa juntamente com Álvaro Cunhal e Militão Ribeiro,

«(...) após a Reorganização do Partido, em 41, 42, o Partido começou a alargar, começou a procurar casas clandestinas para se apoiar, defender, trabalhar. Tinha necessidade de mulheres e naquela altura de Vila Franca, de mulheres foram as minhas irmãs, foi outra camarada que é a Gertrudes Paulina (...) Nessa altura depois eu fui abordada, já as minhas irmãs estavam na clandestinidade, em 46, devia ser, nos princípios de 46, porque foi em Julho que eu passei à clandestinidade.»

Com o decorrer do tempo, esse papel viria a ser assegurado por mulheres cujos companheiros haviam sido presos, tendo muitas delas decidido permanecer na clandestinidade, como foi o caso de Teodósia Gregório:

«(...) eu tinha falado com o meu Afonso e tínhamos chegado a um acordo: “Mesmo que tu vás preso ou que eu vá, que haja qualquer coisa, nós – tanto um como o outro – continuamos a dar tudo o que a gente puder para a luta, para que as coisas se modifiquem. E o Afonso sabia que eu ia ficar e os camaradas sabiam que eu ia ficar. (...) E ele nunca criou problemas nesse sentido, nunca criou problemas.»

Teodósia Gregório, que passara à clandestinidade ainda solteira, em Abril de 1954, manter-se-ia nessa situação nos 10 anos em que o seu companheiro Afonso Gregório esteve preso, de 1959 a 1969, dando apoio a diferentes funcionários durante essa década. Só em 1970 passa a viver na legalidade, para dar assistência a Afonso, que fora libertado com a saúde bastante debilitada.

A tarefa da defesa da casa clandestina era da responsabilidade da funcionária destacada para o efeito. Embora nem sempre a importância dessa tarefa seja reconhecida, a verdade é que a mesma era fundamental para a continuidade da actividade do funcionário com tarefas de organização. Sujeitas a uma enorme pressão psicológica, as clandestinas deveriam ter uma atenção contínua e constante aos mínimos pormenores, fosse em relação ao meio ambiente exterior, fosse ao nível da sua própria conduta e demais habitantes da casa.

«A gente ia para um sítio, era um prédio. Nós tínhamos de saber tudo, o que é que faziam, como é que era, a vida que tinham (...) que era para a gente identificar (...) Eu tinha de saber o que é que os fulanos faziam, ou as fulanas, também havia, a gente também sabe que havia mulheres [na PIDE]. E a gente tinha que saber mais ou menos que é para ficar descansados. (...). Agora temos é que nos comportar para as pessoas não desconfiarem de nós.» (Teodósia Gregório).

A importância da tarefa desempenhada justifica que muitas das antigas clandestinas refiram a duração das instalações ou a saída das mesmas por razões diversas, e não directamente relacionadas

com a defesa e a vigilância, tentando desta forma valorizar o seu trabalho face à subvalorização ainda hoje praticada comparativamente ao trabalho de organização maioritariamente assumido por homens.

«Essa casa da Quinta da Lomba não tinha condições, durou muito pouco tempo, uns meses só. Depois alugou-se outra casa, essa durou muito tempo, durou três anos, foi das casas clandestinas que duraram mais tempo, das casas clandestinas não só minhas, das casas clandestinas do Partido que duraram mais tempo, na Rua Sidónio Pais, no Barreiro. (Francisca Caeiro)

Aquele trabalho era um trabalho político. Isso é o que eu penso (...). (Teodósia Gregório)

Para a segurança da instalação era fundamental a boa integração do funcionário clandestino no meio envolvente ou seja, não destoar, passar despercebido, no fundo, conseguir apagar todos os traços da sua personalidade e condição de clandestino. Como refere Paula Godinho,

«Ser clandestino é, assim, ter uma nova identidade que só episodicamente toca a anterior. Por exemplo, o sotaque e o acento de classe dos indivíduos que passem à clandestinidade aconselha a que se lhes incumbam papéis que satisfatoriamente consigam cumprir.» (Godinho, 1998:334)

Havia portanto que observar com atenção o meio exterior e, em simultâneo, estar atento a quaisquer deslizes que pudessem levantar suspeitas. Daí que conseguir manter boas relações com a vizinhança se revele como um dos aspectos fundamentais para a defesa da instalação, devendo-se conciliar entre um comportamento cortês mas simultaneamente distante de modo a evitar uma convivência que poderia acarretar consequências nefastas. É o que permite considerar a clandestinidade como palco, uma constante performance face ao mundo exterior, performance essa assegurada essencialmente pelas funcionárias (Nogueira, 2014).

Havia um camarada que me dizia assim: “Conversa, não tenhas medo. Está visto [que] nestas coisas de vizinhança, as vizinhas muitas vezes, diariamente, não falam menos de duas, três horas por dia, a média é essa, duas, três horas”. Tive aí bons mestres, por acaso. Até posso dizer, foi o [Sérgio] Vilarigues. Era uma coisa...esse ensinou-me várias coisas. (Maria Carvalho).

O que levou a que dezenas de mulheres se decidissem a passar à clandestinidade? A dimensão subjectiva e o percurso individual de cada uma dessas mulheres são componentes fundamentais para a compreensão e conhecimento da motivação que levou cada uma delas a optar por um percurso de vida que nenhuns benefícios lhes viria a trazer, antes pelo contrário, as obrigou a um exílio no próprio país, a uma “morte civil” (Ferreira, 1996:60), privando-as do contacto com os familiares, à separação dos filhos, confinando-as a anos de isolamento e, como é sabido, conduzindo-as tantas vezes a anos de prisão e a serem vítimas de tortura por parte da polícia política.

Neste ponto começamos por sublinhar que a passagem à clandestinidade nem sempre era feita por mulheres militantes ou por mulheres que, embora não sendo militantes, tinham já noção das razões que justificavam a passagem do marido e, por isso, decidiam-se a acompanhá-lo. Todavia, todas elas sabiam

o que lhes era exigido – manter a aparência de um agregado familiar, garantir a execução das tarefas domésticas e, mais importante, garantir a segurança da instalação clandestina. Passaram à clandestinidade na condição de mulheres de funcionários mas, e tal como as demais, sujeitaram-se aos riscos inerentes, que conduziram muitas vezes à sua prisão. Como recordou Elídia Caeiro, que seria presa pela PIDE em 1963 sob a acusação de ser «membro e funcionária do Partido Comunista Português»:

«Os meus pais não eram do Partido. Porque é que eu hei-de estar a dizer? Eles não compreendiam nada disso, como eu também...pronto, acompanhei o meu marido, e pronto, fui para o lado dele porque era para ir, não é verdade?»

Margarida Tengarrinha, militante desde 1952 e na clandestinidade a partir de 1955 onde, durante algum tempo assumiu a tarefa de editar o boletim *A Voz das Camaradas*, divide as clandestinas em três categorias:

«E quando eu te digo que havia três era: as mulheres que vinham acompanhando os maridos ou o companheiro, mas em geral maridos (...). As que tinham vindo e que tinham encontrado o seu companheiro. Portanto (...) já mais conscientes, porque tinham vindo por elas próprias – é o caso da Teodósia. Veio por ela própria mas depois encontrou o companheiro. E havia ainda a outra categoria, das que vieram para ter logo trabalho político.»

É importante dizer que a clandestinidade comunista existiu em dependência directa com regime ditatorial vigente, isto é, ninguém vai para a clandestinidade porque quer. Nas palavras de Teodósia Gregório,

«(...) as pessoas às vezes não percebem. “Ah, foste porque quiseste”. Não foi bem porque quis. Se fosse por eu querer, eu não queria de forma nenhuma que isso acontecesse. O que é que, se a gente vai voltar as costas às coisas, as coisas não vão para a frente. Nunca, se a gente pensar só em nós e não pensar nas coisas, o 25 de Abril não se tinha dado.»

E mergulhava-se na clandestinidade – termo recorrente usado pelos clandestinos para referir essa passagem – pelas condições sociais e políticas vigentes à época, já que era a única forma possível de desenvolver actividade política de resistência num regime de ditadura. E era um projecto sem prazo para terminar, era um projecto para a vida, um projecto que significava uma escolha, mas uma escolha não livre, já que feita em condições desfavoráveis à luta política. Como salienta Maria Auxiliadora Arantes no seu trabalho sobre ex-militantes da Acção Popular do Brasil:

«É feita exactamente em condições desfavoráveis, e por isso não é uma livre-escolha e nem uma escolha livre. É uma escolha, no sentido político, determinada pela situação de excepcionalidade do país, e de perseguição declarada pelo poder militar.

Aqui é que se “instaura” a escolha.» (Arantes, 1999:69)

Segundo a autora, ex-militante da AP, o momento inicial da opção pela clandestinidade pressupõe uma escolha entre a legalidade ditatorial e a liberdade possível que a vida clandestina oferecia (Arantes, 1999:124), concluindo que:

«A clandestinidade é uma tentativa de viver, estabelecendo as defesas contra o aniquilamento externo, das quais o militante se assenhoreia. Ele estabelece os limites e os objectivos que então a norteiam em seu modo de estar no mundo.» (Arantes, 1999, 126)

Sobre a adesão ao Partido Comunista Francês, Georges Lavou distingue quatro tipos de motivação: a emocional, ocorrida após uma greve ou manifestação; a adesão-regularização, de simpatizantes activos, por exemplo; a adesão-impregnação, resultante da hegemonia comunista num ambiente determinado, como seja a família ou o local de trabalho; e, por último, a adesão dos intelectuais, que considera como caso específico. Ginard e Féron vai considerar ainda a acção-repressão no que concerne ao Partido Comunista Espanhol, ou seja a opção da clandestinidade como forma de escapar à iminência de prisão. (Ginard e Féron, 2009:50-51)

As antigas clandestinas citadas neste artigo são, na sua maioria, oriundas do sul do país e de localidades onde o PCP exercia forte influência, fosse no seio do operariado (Vila Franca de Xira, Portimão, Barreiro), fosse no seio dos assalariados rurais, nas diferentes localidades alentejanas. São mulheres oriundas de localidades que Pacheco Pereira caracterizou como destituídas de qualquer relevância histórica ou monumental, mas conhecidas por serem terras de resistência, o que contribui para a construção de uma identidade comum partilhada pelos seus habitantes, tornando-se conhecidas por serem terras de recrutamento de clandestinos, onde o contacto com a organização partidária ocorria com facilidade (Pereira, 1993).

Comum à maioria destas mulheres, a origem social, tornando profícuas as memórias de infância dominadas pela penúria e dificuldades económicas, onde a frequência escolar é inexistente ou mínima e o trabalho desde tenra idade uma realidade. As leituras de materiais do PCP – o *Avante!*, o *Camponês*, o *Têxtil* – ajudam a cimentar uma consciência de classe, advinda das dificuldades vividas no quotidiano, mescladas com imagens de manifestações populares e actos de repressão exercida pelas forças da Guarda Nacional Republicana. São leituras que decorrem no seio da célula doméstica ou muitas vezes em colectivo, em redes de socialização específicas, com colegas de trabalho, gerando um clima de partilha, não apenas no seio da comunidade, mas com outras localidades do país que sofriam as mesmas carências. Como recorda Lourença Cabecinha:

«Foi sempre, logo de pequenina, no Partido comecei com 15 anos, menos de 15, foi quando eu quis aprender a ler com o meu pai, aos 12. Depois comecei a ler o *Avante!*, os papelinhos todos que apareciam, o *Camponês*, adorávamos ler o *Camponês*, depois líamos as lutas do campo que vinham no *Camponês*, [e] a gente começava a lutar também, a pedir salários, foi assim.»

Outro elemento determinante na aproximação à organização partidária e para a passagem à clandestinidade é própria célula familiar. Verifica-se muitas vezes a continuidade com as tradições

familiares, se não quanto à militância ou funcionalização propriamente dita, pelo menos ao nível dos ideais e de um sentimento de revolta face ao regime instituído, o que alerta ainda mais para as dificuldades vividas, mediante a troca de ideias, leituras e experiências.

Maria Carvalho, filha de um médico e de uma empregada doméstica, sublinha a influência do pai no seu processo de tomada de consciência, acabando por ligar-se ao PCP por intermédio de um irmão que entretanto já militava na organização. Sofia Ferreira, que irá mergulhar na clandestinidade após as suas duas outras irmãs recordava assim momentos da sua infância, quando trabalhava como criada de servir:

«E depois na casa onde eu estava em Lisboa, o tio que era casado com a minha tia, era operário da construção civil. E ele era também uma pessoa democrata, antifascista, era muito admirador da revolução socialista, soviética, e acompanhava e discutia naquela altura o problema da guerra, da guerra mundial, da guerra de Espanha, daquela situação. E ele era uma pessoa entusiasmada e depois eu também fui influenciada por ele, também conversávamos, também discutíamos.»

Outro factor, o contexto político internacional. Verificámos a rememoração de acontecimentos considerados fundamentais, não apenas a Guerra Civil de Espanha ou a II Guerra Mundial, mas acontecimentos à partida com menos reflexos no contexto político nacional, como sejam a guerra da Abissínia, cujos ecos nos chegaram pela voz de Maria Carvalho, o julgamento do casal Rosenberg ou a questão da Guerra Fria, pela voz de Margarida Tengarrinha:

«E o período da guerra fria é um período em que se intensifica a repressão e, inclusivamente, a repressão contra os partidários da Paz. (...).

Portanto, isto para qualquer pessoa que esteja com interesse em observar o mundo que as rodeia, já dá algumas indicações e obriga a algumas opções. E estas opções são opções anti-imperialistas, antifascistas, e daí facilmente se entra numa linha em que se entende que por detrás disto, desta luta, há um Partido Comunista, e eu começo como tantos outros a insistir, a gente não precisa só de ser do MUD Juvenil, a gente quer entrar no Partido Comunista.»

É pela voz destas duas clandestinas, a par de Francisca Caeiro, que o MUD Juvenil – organização política de oposição ao regime criado no pós-guerra, é mencionado como mais uma etapa no processo de aproximação ao Partido Comunista, o que ilustra a necessidade de se falar numa evolução no sentido do envolvimento político, ou seja, num contexto de ditadura, aderir a uma organização legal como o MUD Juvenil ou posteriormente, a Comissão de Socorro aos Presos Políticos, funcionou como uma etapa decisiva no caminho para a clandestinidade, tornando essa passagem um desenvolvimento natural e não uma situação de ruptura. Segundo Maria Tengarrinha:

«Quando entrei, quando fomos convidados para funcionários do Partido, foi quase uma entrada natural. Quer dizer, foi uma sequência natural, não é? Eu não acho, não senti que fosse propriamente uma...como para algumas mulheres foi, uma situação de grande alteração ideológica nem nada. Foi um percurso natural.»

De um modo geral, estas mulheres tinham noção do que eram chamadas a cumprir, havendo obviamente situações contrárias. Caso de Elídia Caeiro, que só posteriormente saberia do envolvimento político do marido, aquando da prisão deste. Quando por sua vez foi presa, na condição de funcionária do PCP, Elídia cumpriu 6 meses de prisão, por desconhecer totalmente as actividades do marido.

Também Maria Fernanda Alves Rodrigues, que opta pela clandestinidade para acompanhar o marido, apesar de uma prisão anterior. Como a própria relatou:

«Quando fomos convidados – foi ele convidado – para ir para a clandestinidade (...) a proposta foi que nós casássemos, depois seguíamos para a ilegalidade. (...). Eu não tinha noção do que era a ilegalidade, nem tive explicação, quer dizer, não me explicaram (...). O Chico era um entusiasta terrível (...) o Partido estava acima de toda a gente e mais alguma e eu fui, porque estava muito apaixonada, porque ia casar...»

Já Teodósia Gregório, embora tivesse contacto com os materiais do partido e soubesse da condição de militante do seu pai, quando este lhe faz a proposta de passar à clandestinidade, tem dúvidas quanto à decisão a tomar:

«Fiquei um bocado sem saber o que havia de fazer. Porque, perante ir sem conhecer e estar com os meus pais, eu preferia estar com os meus pais. Mas ao mesmo tempo, o que eu pensava era isto: “Eu não quero, de forma nenhuma que os meus filhos amanhã, a nossa juventude amanhã, tenha a mesma vida que eu tenho (...). E vim, mas foi um bocado difícil de decidir, e um bocado difícil deixar os meus pais, os meus irmãos.»

Para alguns militantes ainda, a passagem à clandestinidade podia ser precipitada face à eminência de prisão. Como contou Aida Magro: «Em Maio de 1945 o meu marido foi denunciado, e isso veio apressar a nossa funcionalização». Também Lourença Cabecinha o refere:

«(...) nessa altura tínhamos o receio que todos tinham, o receio de sermos presos de um momento para o outro mas isso, vivíamos desde miúdos assim, era mesmo porque era necessário vir [para a clandestinidade], eram necessários quadros para o Partido, eram necessários funcionários para o Partido, e foi por essa razão mesmo que nos puseram o problema e a gente esteve de acordo.»

Mesmo num regime ditatorial onde era prática quotidiana a gestão política do medo, houve segmentos da população que souberam resistir aos dispositivos de dominação e controlo social do regime. Neste caso concreto, o PCP através dos seus militantes e corpo de funcionários. Foi mediante o seu aparelho clandestino que o PCP conseguiu sobrepor-se à hegemonia do regime de Salazar e propor uma outra visão do mundo. Segundo Rolando Alvarez, é isso que permite considerar os clandestinos como “agentes criadores de futuro” (Álvarez, 2005:15), o que inevitavelmente permite a formação de uma identidade colectiva no seio do grupo. Se laços afectivos e redes de socialização, a par das experiências de vida e leituras, facilitam a transição para a clandestinidade, o isolamento face ao exterior inerente à mesma reforçou a lealdade para com os demais funcionários, situação ainda mais agravada com a quebra dos laços familiares que o mergulhar obrigava. O partido e os laços que se estabelecem entre

funcionários como que substituem de algum modo esses laços perdidos, daí que a organização partidária possa ser considerada como “a” família. Por último, estamos a falar de mulheres que aderiram ao PCP durante a sua juventude, vivendo numa situação de clandestinidade, nalguns casos, por décadas, o que reforça, mesmo no presente, os laços com a organização. Mas é a consciência da importância do papel desempenhado – fosse em tarefas de organização ou mais comumente, em tarefas de vigilância que leva muitas destas mulheres hoje, já em democracia, já com o balanço feito e conscientes das perdas que a sua opção implicou, dizerem como Maria Carvalho disse em entrevista, «Eu fazia a mesma coisa hoje. Não era obrigada, fi-lo porque achava que devia, era o rumo da minha vida», palavras aliás tão próximas em sentido como aquelas que escreveu em missiva dirigida à família por ocasião do Natal de 1958:

«Talvez que consigamos que o ano de 1959 seja já o ano da libertação do nosso povo do jugo fascista de Salazar. Se assim for, 1959 será um ano verdadeiramente de felicidade. Se não for, não vamos desanimar por isso, pois comprometemo-nos a acabar com a opressão e a exploração no nosso país sem data marcada.»

Bibliografia:

- ÁLVAREZ, Rolando, (2003), *Desde las sombras. Una historia da clandestinidade comunista (1973-1980)*, Santiago do Chile, LOM Ediciones.
- ARANTES, Maria Auxiliadora, *Pacto Re-velado. Psicanálise e clandestinidade política*, (1999), São Paulo, Editora Escuta.
- BLANCO, Claudia Cabrero, (2009), «Militancia, resistencia y solidaridad. Las mujeres comunistas y la lucha clandestina del primer franquismo», Manuel Bueno Lluh & Sérgio Gálvez Biesca (eds), *Nosotros los Comunistas*, Sevilla, FIM/Atrapasueños:205-229.
- FERREIRA, Elisabeth F. Xavier, (1996), *Mulheres, Militância e Memória*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- FOUCAULT, Michel, (2004), *Microfísica do poder*, São Paulo, Editora Terra e Paz.
- GINARD i FÉRON, David, (2009), «Sobre héroes, mártires, tumbas y herejes. Culturas militantes de los comunistas españoles (1939-1962)», Manuel Bueno Lluh & Sérgio Gálvez Biesca (eds), *Nosotros los Comunistas*, Sevilla, FIM/Atrapasueños:43-91.
- GODINHO, Paula, (1998), *Memórias da Resistência Rural no Sul (Couço 1958-1962)*, dissertação de Doutoramento em Antropologia, Lisboa, UNL-FCSH.
- GOFFMAN, Erving, (2005) (1961), *Manicômios, Prisões e Conventos*, São Paulo, Ed. Perspectiva.
- JORGE, Joaquim Pires, (1984), *Com uma imensa alegria*, Lisboa, Ed. Avante!
- MARTINS, Herminio, (2006), *Classe, Status e Poder*, Lisboa, ICS.
- MELO, Rose Nery Nobre de, 1975, *Mulheres Portuguesas na Resistência*, Lisboa, Seara Nova.
- NOGUEIRA, Cristina, (2009), *De Militantes a Clandestinos: Práticas e Processos de Formação na Clandestinidade Comunista (1940/1974)*, Tese de Doutoramento em Ciências da Educação apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação, Porto, Universidade do Porto.
- NOGUEIRA, Cristina, (2014), «A performance do viver clandestino», Paula Godinho (coord.), *Antropologia e Performance – Agir, Atuar, Exibir*, Castro Verde, 100Luz:169-189.
- NOGUEIRA, Cristina, (2015), «Resgatar a memória: Os Jornais 3 Páginas para as Camaradas das Casas do Partido e A Voz das Camaradas das Casas do Partido», Manuel Loff, Filipe Piedade & Luciana Castro Soutelo (coord.), *Ditaduras e Revolução – democracia e políticas da memória*, Coimbra, Almedina: 169-193.
- PEDRO, Manuel, (2004), *Sonhos de Poeta, Vida de Revolucionário*, Lisboa, Editorial «Avante!»

PEREIRA, José Pacheco, (1993), *A Sombra – Estudo sobre a clandestinidade comunista*, Lisboa, Gradiva.

TIAGO, Manuel, (1989), *Até Amanhã, Camaradas*, Lisboa, Editorial «Avante!»

RABY, Dawn Linda, (1988), *A Resistência Antifascista em Portugal 1941/74*, Lisboa, Edições Salamandra.

LITERATURA SEM CORDEL: 3 PÁGINAS E A VOZ DAS CAMARADAS DAS CASAS DO PARTIDO. ESPAÇOS DE FORMAÇÃO NA CLANDESTINIDADE COMUNISTA.

Cristina Nogueira.

CIIE/IELT e Instituto de História Contemporânea, FCSH/UNL

“Literatura de cordel” é uma expressão comum a que recorremos quando pretendemos designar um tipo de literatura menor, de qualidade duvidosa. De acordo com Carlos Nogueira “a designação “literatura de cordel” recobre, no uso dos especialistas, um conjunto vasto e instável de obras que eram penduradas, para exposição e venda, em cordéis distendidos entre dois suportes, presos por pregos ou alfinetes, em paredes de madeira ou na rua, podendo também pender dos braços ou da cintura de vendedores ambulantes” (2012:195).

O título desta comunicação parte desta expressão recorrente na linguagem comum para designar um conjunto de jornais que, por serem clandestinos, não eram vendidos, nem expostos. Os jornais *3 Páginas para as Camaradas das Casas do Partido* e *A Voz das Camaradas das Casas do Partido* não podiam ser pendurados em cordéis!

O jornal *3 Páginas para as Camaradas das Casas do Partido* é por iniciativa de Cândida Ventura, dirigente do PCP, criado em 1946, dirigido às “amigas ilegais” (mas com uma caixa no nº8 deste jornal onde se lê “3 Páginas é para as camaradas mas os camaradas também devem ler”) e redigido por estas. Contrariamente ao jornal *Avante!* e a outra imprensa do PCP dirigida à população em geral, ou ao *Militante* dirigido aos militantes do PCP, estas publicações eram especificamente dirigidas às mulheres clandestinas, e os artigos refletiam essa especificidade.

Maria Lourença Cabecinha refere essa colaboração: “Escrevia-os em casa, depois nas reuniões havia um camarada que os recolhia e levava para publicar. Quando o jornal estava pronto, numa outra reunião, distribuíam-no. Era uma escrita simples porque nunca andei na escola, comecei a aprender a ler aos treze anos com o meu pai, o bê-à-bá, fazer as letras, a gramática só veio na cadeia e ainda aprendi um bocadinho de francês para falar com os meus netos” (Silva, 2006:69).

Nestes jornais encontra-se refletido o universo feminino. Havia colaborações de mulheres escolarizadas e intelectuais e outras, de mulheres muito pouco letradas. Havia colaborações de camponesas, operárias ou de algumas mulheres da pequena e média burguesia.

Os artigos eram assinados com pseudónimos diferentes daqueles que eram usados em tarefas de organização ou na casa que habitavam, o que dificulta atualmente a identificação das autoras dos artigos.

O jornal *3 Páginas para as Camaradas das Casas do Partido* contou com a edição de 68 números até 1956, altura em que é substituído por *A Voz das Camaradas das Casas do Partido*, editado até 1970, num total de 50 números. Entre os dois títulos foram publicados 119 números, entre 1946 e 1970.

A partir de 1956, Margarida Tengarrinha fica com a responsabilidade da edição do jornal, considerando que ele necessitava de ser graficamente melhorado. O jornal *A Voz das Camaradas* difere dos *3 Páginas* essencialmente devido à quantidade e qualidade de gravuras e desenhos que ilustram as suas páginas. Aproximando-se neste caso da literatura de cordel, as ilustrações não se resumiam à clarificação da mensagem e as suas funções também se podem classificar em “descritiva, narrativa, estética ou lúdica, ética e simbólica” (Nogueira, 2012:215). As ilustrações eram feitas por Margarida Tengarrinha e por José Dias Coelho.

Convém referir que existia na generalidade uma distinção de tarefas de carácter funcional que se refletia numa questão de género. Às mulheres estava sobretudo reservada a tarefa da *defesa da casa*, enquanto aos homens competiam tarefas no exterior, de transporte de imprensa ou de *controlo* de comités regionais, de zona, locais ou de empresa.

A *defesa da casa* consistia na vigilância exercida em torno da casa e no estabelecimento de relações com os vizinhos. Este era um trabalho desempenhado pelas mulheres e que originava um grande isolamento, pois estavam quase impedidas de se deslocarem, desenvolverem outros contactos, e desenraizadas do seu habitat de origem.

Eram elas que ficavam sozinhas em casa, enquanto os companheiros permaneciam no exterior por vezes durante vários dias. Eram elas que tinham de ter atenção constante e permanente a todos os movimentos, todas as conversas, todos os procedimentos. Tudo o que era dito e feito era controlado e tornado plausível. Era a elas também que competia a gestão do dinheiro, assim como as compras e restante trabalho doméstico. Sem estas mulheres, que desempenharam este trabalho, que algumas apreciações superficiais o classificam de menor, o aparelho clandestino do PCP não tinha sobrevivido e resistido durante as quase 5 décadas. Aliado a este trabalho de *defesa da casa*, estavam normalmente tarefas de dactilografia, recortes de jornais²⁰⁸, impressão e duplicação de documentos e outras tarefas de secretariado – o denominado *trabalho técnico*.

Esta discrepância de *tarefas* conforme o género é justificada com a defesa da organização e com os cuidados que se teriam de ter. Sofia Ferreira considera que era difícil e injustificável o encontro de uma mulher, muitas vezes com homens, em horários e locais “pouco convenientes”, sem que isso fosse sintoma de alteração das rotinas que, principalmente em meios rurais, eram particularmente sentidas e observadas.

Maria da Silva Carvalho justifica esta desigualdade com a necessidade de não existirem dois clandestinos, a habitarem a mesma casa, com tarefas de organização, muitas vezes em organizações

²⁰⁸A leitura de pelo menos um jornal diário era obrigatória e competia às mulheres o recorte e mesmo a catalogação de notícias que considerassem relevantes.

diferentes, ou seja, se a casa fosse tomada pela polícia política, só seria preso um clandestino com responsabilidades políticas e não dois.

Aliás o comportamento da polícia política durante largos anos pautou-se também por estabelecer esta distinção. As mulheres presas com os maridos eram consideradas pela polícia pouco responsáveis pela atividade partidária. Eram clandestinas, apenas porque se dispuseram a acompanhar os maridos, foram “arrastadas” por eles, e como, de acordo com os valores defendidos pelo regime, a mulher não era entendida como um elemento politicamente interveniente, mas como um elemento da família, cujo lugar era ao lado do homem, não mereciam o mesmo tipo de tratamento dispensado aos homens. Este comportamento foi mais tarde alterado e há relatos de torturas infligidas a mulheres, nomeadamente na década de 60, que em intensidade e formas de violência em nada se ficam a dever às dos homens. A título exemplificativo refira-se que Albertina Diogo²⁰⁹ foi a primeira mulher a ser sujeita à tortura do sono, estando 5 dias e 5 noites sem dormir, em 1960 e Irene Pimentel afirma que Fernanda Paiva Tomás²¹⁰, detida em 1961 “foi uma das primeiras mulheres a ser torturada pela PIDE segundo o padrão de tortura aplicado aos presos do sexo masculino” (2007:168). Convém referir que Fernanda Paiva Tomás era dirigente do PCP e tinha tarefas políticas importantes.

Apesar de existirem razões objetivas para uma assimetria de funções que se refletia no género, não podemos deixar de considerar que, independentemente da segurança da organização existia um estereótipo de género, que levava muitos homens na clandestinidade a considerarem que de facto existiam umas tarefas específicas das mulheres e outras específicas dos homens. O PCP não estava isolado na sociedade portuguesa e os clandestinos eram homens e mulheres, com um ideal, dispostos a dedicar a vida à luta pela transformação social, mas nem por isso impermeáveis aos estereótipos e preconceitos da sociedade portuguesa.

A edição dos jornais *3 Páginas* e *A Voz das Camaradas* demonstra a preocupação da organização partidária com a formação política e ideológica daquelas que se encontravam na clandestinidade. Com a edição de imprensa clandestina dirigida especificamente às *camaradas das casas do Partido*, pretendia-se acima de tudo valorizar a formação política das militantes, incentivando-as ao estudo e preparando-as para a possibilidade de realização de outras tarefas para além das tarefas domésticas e de *defesa da casa* a que se dedicavam especialmente. À semelhança de outras publicações clandestinas, este jornal tinha objetivos formativos e informativos, fornecendo indicações úteis sobre a forma como algumas tarefas deveriam ser realizadas, dando especial atenção aos *cuidados conspirativos*. O texto, escrito numa linguagem que hoje se consideraria paternalista, procurava ainda valorizar a realização das tarefas desempenhadas pelas clandestinas. No jornal *A Voz das Camaradas*, num artigo intitulado “Como

²⁰⁹Albertina Diogo *mergulhou* na clandestinidade em 1955, com 22 anos. Foi presa a 14 de Novembro de 1960 e libertada em 1966. Foi brutalmente espancada e foi submetida à tortura do sono durante 6 dias.

²¹⁰Fernanda Paiva Tomás nasceu em Mortágua em 1928 e estudou na Faculdade de Letras de Lisboa. Foi presa pela primeira vez em 1950, numa manifestação pela paz. Aderiu ao PCP e *mergulhou* na clandestinidade em 1952. Era membro da Organização Regional de Lisboa e foi cooptada para membro suplente do Comité Central em 1960. Até 1958 controlou o sector intelectual do Porto. Foi detida em 6 de Fevereiro 1961 e condenada a 8 anos de prisão, 15 anos de suspensão dos direitos políticos e medidas de segurança. Foi restituída à liberdade em 1970. Foi a presa política, membro do PCP, que mais tempo ficou detida.

encarar a nossa tarefa”, «Joaquina», depois de enunciar a relevância das casas clandestinas e o papel que desempenham, termina considerando: “Por aqui se vê que a tarefa, na aparência tão modesta, de defender uma casa ilegal do Partido, é muito importante. Seria um erro grande subestimarmos a esta tarefa e muito maior se esquecêssemos o seu valor para todo o trabalho do Partido”. Com efeito, o trabalho das mulheres revestia-se de grande importância e responsabilidade. Era mesmo vital para a manutenção da organização clandestina.. Através dos textos e artigos escritos pelas próprias mulheres, era favorecida a troca de experiências e criada a noção de que cada uma delas não estava só com os seus problemas e que estes eram sentidos por outras mulheres clandestinas na mesma situação.

Quebrar o isolamento era o primeiro objetivo destes jornais. Mais do que os homens que se deslocavam, falavam com outros, reuniam, as mulheres permaneciam por vezes dias consecutivos completamente sozinhas em atenção e alerta permanente a qualquer movimento suspeito. Como refere Aida Paula²¹¹, que esteve clandestina grande parte da sua vida “o mais difícil para mim, porém, foi o isolamento. Durante o tempo em que estive clandestina, tentei com a ajuda fraterna dos camaradas, que a solidão não me afetasse em demasia” (Melo, 1975:36).

As tarefas domésticas também não eram fáceis, sobretudo a gestão de um parco orçamento, que se agudizou nos anos da guerra com a inexistência de senhas de racionamento. Aida Paula refere que “como não tínhamos senhas de racionamento, nem tínhamos posses para comprar géneros no mercado negro, muitas vezes passamos fome” (Melo, 1975:36) e Aida Magro menciona que como não podiam obter senhas de racionamento “víamo-nos obrigados a recorrer ao mercado negro, onde, por muito favor, nos podiam dispensar azeite a 33\$00, açúcar e arroz a 16\$00, pão a 3\$60, etc., etc. é preciso notar que a mensalidade para os três era de quinhentos escudos” (idem:140).

Estes jornais desempenhavam ainda um importante papel na formação das mulheres clandestinas. A alfabetização era indispensável a qualquer clandestino. Por um lado tornava-se necessário saber ler e escrever para desempenharem as suas *tarefas*, em particular aquelas que obrigavam à existência de uma cultura escrita, como por exemplo a leitura obrigatória do jornal diário ou a redação de artigos e documentos; por outro lado a alfabetização era a arma indispensável para acederem à leitura, promovendo assim o acesso à cultura, ao conhecimento e à formação política e ideológica. Por isso, sempre que aqueles que passavam à clandestinidade não sabiam ler nem escrever, eram criadas condições para serem colocados junto de outros clandestinos que tinham como missão alfabetizá-los. É assim que tanto no jornal *3 Páginas* como em *A Voz das Camaradas* são constantes e veementes os apelos ao estudo e à alfabetização.

²¹¹Aida Paula nasceu a 9 de Dezembro de 1918 em Lisboa. Operária e filha de operários tornou-se militante do PCP aos 18 anos, em 1936, e foi presa pela primeira vez com 20 anos quando trabalhava numa tipografia clandestina. Voltou a ser presa em 2 de Dezembro de 1958 e condenada a 2 anos e meio de prisão e medidas de segurança. Ainda foi presa uma terceira vez, em 1967 e libertada em 1968 bastante debilitada. Faleceu a 5 de Outubro de 1993.

No nº 18 do jornal *A Voz das Camaradas*, de Abril de 1961, num artigo assinado por «Manuela»²¹² é referido que: “As amigas que não sabem ainda ler, ou lêem com dificuldade, devem colocar ao camarada da casa, muito seriamente a tarefa de auxiliá-las, porque saber ler faz muita falta”.

No jornal *3 Páginas* nº 21, de Abril de 1948, num artigo assinado por «Jorge» intitulado “Como se aprende bem a ler” é fornecido um guia de instruções em 7 pontos para ajudar aqueles que leem mal a aperfeiçoarem a leitura: ler todos os dias e em voz alta; escolher os assuntos de maior interesse e de leitura simples; variar os assuntos e ir dos mais simples para os mais difíceis; conversar sobre o que se leu; fazer um resumo.

Quando existiam mulheres mais qualificadas academicamente, era a elas que competia “ensinar” os seus camaradas homens. Podemos portanto considerar que as assimetrias de género que existiam na vida clandestina, nomeadamente quanto às *tarefas* de cada um, homens ou mulheres, eram atenuadas quanto à transmissão do saber escolar.

Não é no entanto de estranhar, se se considerar que as mulheres eram ainda mais afetadas do que os homens na ausência de escolaridade, e que portanto o apelo à alfabetização deveria ser primordialmente exercido junto delas.

A leitura adquiria uma importância prática e era ligada ao trabalho concreto de cada clandestino. A motivação que se procurava encontrar para a aquisição da leitura residia no melhor desempenho das *tarefas* de cada um, para o que era muito mais fácil motivar aqueles que estavam na clandestinidade.

Salientamos ainda, que a introdução na vida política e a aquisição do conhecimento que muitas destas pessoas tinham sobre o PCP se fazia a partir das leituras de jornais e panfletos, de que salientamos o *Avante!*, órgão central do PCP. As leituras em grupo do *Avante!* e de outros jornais e documentos por parte daqueles que eram alfabetizados e que liam em voz alta para os restantes elementos do grupo são referidas por vários clandestinos. O *Avante!* assumia um papel de agregação dos militantes, um papel simbólico e afetivo de construção da identidade do grupo, que se revê nas notícias que lê, não sendo portanto de estranhar que a possibilidade de leitura deste jornal fosse um dos fatores de motivação para a alfabetização. O *Avante!* fazia a ponte entre o local e o translocal, noticiando as condições de vida, os problemas e as lutas de outros que em terras distantes e desconhecidas tinham os mesmos problemas, o que levava a uma identificação dos que liam com aqueles que eram notícia. A existência da censura não permitia que as notícias das lutas, conquistas e vitórias dos trabalhadores fossem conhecidas, papel desempenhado por este jornal que, informando das lutas ocorridas e vitórias alcançadas, quebrava a sensação de isolamento que cada um ou que cada grupo na sua localidade ou local de trabalho sentia e, facilitava a criação de sentido para as lutas que desencadeavam.

A importância da alfabetização centrava-se no acesso que permitia à leitura e ao estudo, sendo estes meios fundamentais de politização. A leitura assumia ainda na cultura comunista um projeto de progresso fortemente associado às possibilidades de revolução. Podemos dizer de forma simplista e

²¹²«Manuela» era o pseudónimo usado por Maria Helena Magro

linear que a cultura e o conhecimento são condições necessárias à revolução e que sendo a alfabetização necessária para o acesso ao conhecimento e à cultura também esta é condição necessária à revolução.

A questão do conhecimento como chave do progresso e da transformação social não é restrita da cultura comunista, sendo um princípio importante do iluminismo e da racionalidade moderna. Republicanos, anarquistas, anarco-sindicalistas, socialistas todos viram no acesso à cultura e ao conhecimento uma forma de libertação e de emancipação do Homem, assumindo a leitura um papel relevante, como forma de politização, se “entendida no quadro dos processos genéricos de desenvolvimento da imprensa associados à emergência do Estado-nação, cujo espaço simbólico se afirma como terreno principal da disputa política e da formação das culturas políticas em geral” (Neves, 2006:676).

E. P. Thompson, na sua obra *A Formação da Classe Operária em Inglaterra* descreve o papel desempenhado pelo autodidatismo e pela imprensa na formação da classe operária no século XVIII. De acordo com este autor, durante a luta que se desenvolveu entre 1792 e 1836, os artesãos e operários converteram a tradição dos direitos de imprensa, da palavra, de reunião e de liberdade em algo particularmente seu. O mesmo autor refere ainda que todos os regeneradores da época consideravam que o único limite que se impunha à difusão da razão e do conhecimento era o que impunha a insuficiência de meios (2002:112). Já nesta época o conhecimento e a cultura surgiam como a resposta necessária à transformação da sociedade.

A alfabetização era uma arma indispensável na clandestinidade comunista, pois dela dependia o acesso à cultura e ao conhecimento e a formação política e ideológica dos militantes.

Numa análise efetuada ao jornal *A Voz das Camaradas das Casas do Partido*²¹³, verificamos que as questões do estudo, da formação política, da alfabetização estão dispersas em muitos artigos, mas surgem também alguns artigos dedicados especificamente à importância do estudo. Podemos pois considerar que esta não era uma questão menor.

“O nosso estudo”; “Estudemos a linha política do Partido”; “Para defender o Partido é preciso estudar”; “Em primeiro lugar o estudo”: são alguns dos títulos de artigos que encontramos nos jornais *A Voz das Camaradas*. Verificamos que o termo mais utilizado é “estudo”, muito mais do que leitura. A leitura aparece como uma forma de acesso ao estudo, assim como a alfabetização é necessária para o acesso à leitura. O estudo vai para além da leitura, sendo necessário para se conhecer e compreender algumas questões consideradas essenciais, nomeadamente a situação do país e do mundo, a posição política do PCP, assim como o comportamento a adotar para a *defesa conspirativa* ou em caso de prisão e para se adquirir uma “cultura geral”. Estas e outras questões não se deveriam ficar pela simples leitura dos documentos, mas pelo seu estudo, para o qual se dão indicações importantes, já que a grande

²¹³Referimo-nos aos jornais publicados entre 1956 (nº 0) e Março de 1970 (nº 50) excluindo o nº 23 do qual não possuímos nenhuma cópia. O jornal *3 Páginas* não foi objeto desta análise.

maioria destas pessoas era pouco escolarizada e não possuía anteriormente hábitos de estudo, de análise e de crítica.

Depois de termos verificado que o apelo ao estudo assumia um papel importante, torna-se necessário encontrar respostas para outras questões: O que se deve estudar? Como se deve estudar? Para que se deve estudar?

Parece, à primeira vista, que o estudo visava sobretudo a formação política e ideológica. Reforçando esta ideia do estudo como forma de preparação ideológica, salientamos a existência de uma coluna denominada “Campanha de Estudo Político”, publicada entre o nº 58 do jornal *3 Páginas* (Agosto de 1954) e o nº 6 do jornal *A Voz das Camaradas* (Novembro de 1956) que visava explicitamente a formação política e ideológica.

Podemos pois considerar que, tal como refere José Neves:

“A leitura é um indispensável lubrificante revolucionário que opera a dois níveis. Num primeiro nível, os quadros do Partido necessitam de ler os clássicos para encontrarem formas de direção política que sejam adequadas. Num segundo nível, a literatura do Partido, sob a forma de diferentes suportes textuais, em regra produzida por aqueles quadros, deve ser lida por uma comunidade de trabalhadores pensada como comunidade de leitores” (2006:678)

Salientamos contudo, que esta “comunidade de leitores” a que se refere José Neves é uma comunidade mais ampla do que os militantes clandestinos, e integra obviamente uma “comunidade de trabalhadores”, mas é também formada pelos clandestinos, isto é, a “literatura do Partido” a que se refere este autor é produzida por militantes comunistas, não por todos, mas é também lida por eles, daí os apelos entre os militantes clandestinos para que estudassem os “materiais do Partido”.

O estudo e a leitura visavam adquirir uma formação política através do texto escrito, pois a cultura política comunista dominante do século XX, considera que a politização dependente “da introdução de ideias – os elementos *vindos de fora*, tal como formulados por Lenine – é decisiva na cultura política marxista-leninista, sendo o livro e os jornais entendidos como materiais fundamentais a essa almejada introdução” (Neves, 2006:675). A experiência e a “ligação às massas”, enriquece-se com a relação dialéctica existente entre a prática e a teoria e entre a teoria e a prática.

No entanto, seria certamente redutor limitar a estes dois aspetos as questões a estudar pelos clandestinos. Embora o estereótipo tradicional do militante comunista aponte para um leitor quase exclusivo dos clássicos, leitor atento do jornal *Avante!* e seguidor dos comunicados emanados dos órgãos dirigentes, verificamos que as leituras na clandestinidade não se reduziam a estes materiais e obras, assim como nem sempre o apelo ao estudo e à leitura dos clássicos se consubstanciou nesse mesmo estudo, como veremos adiante.

Com efeito, tanto os testemunhos recolhidos, como a análise dos jornais *A Voz das Camaradas* indicam-nos que havia uma séria preocupação com a “cultura geral”, ou seja, com o estudo de diferentes ciências exatas e sociais.

Um auto de apreensão da PIDE a um clandestino refere que entre os documentos apreendidos estavam “os seguintes livros de estudo: ‘tabuada infantil’; ‘geografia’; um livro de ciências naturais sem capa; ‘problemas de aritmética e geometria’; ‘Yes sir’; ‘A Modern Reader’ livros um e dois”²¹⁴, o que demonstra a importância dada ao estudo.

Pode-se considerar portanto que a preocupação com a formação ia para além da formação política e ideológica, embora obviamente fosse este o cuidado principal.

Constata-se ainda que, apesar dos apelos veementes ao estudo dos clássicos – Lenine, Marx, Engels e em determinado período também Stáline – que são colocados numa esfera quase mítica, considerados como “os nossos mestres”, e de leitura fundamental à militância comunista, não desempenharam na prática um papel de formação política tão importante como à primeira vista pode parecer.

A literatura que circulava pelas *casas clandestinas* tinha notoriamente um sentido político e social. As obras do neorrealismo e do realismo soviético foram marcantes para a maioria dos clandestinos, podendo mesmo considerar-se que, mais do que através do estudo de Marx ou Engels, a formação política se fez por uma via mais afetiva, através da literatura.

Não podemos descurar a importância dos textos intermédios, isto é, aqueles que resumiam e davam a conhecer a obra teórica de Marx, Lenine ou Engels. Com efeito, as obras que de forma mais sucinta e por vezes mais simples davam a conhecer os clássicos eram uma leitura que substituíam por vezes os autores originais.

Podemos pois concluir que havia alguma diferença entre a prática e o apelo que era feito para não se “ler somente os materiais correntes do nosso Partido. Temos de ir à fonte dos conhecimentos políticos, temos de adquirir uma bússola política: temos de estudar os nossos mestres” (*AVoz da Camaradas* n.º 31).

Apesar de muitos terem lido as obras de Marx, Lenine ou Engels, não podemos deixar de considerar que a formação política e ideológica dos militantes clandestinos se fez através de textos intermédios, prioritariamente através da imprensa e restantes materiais editados pelo PCP e de outro tipo de obras, nomeadamente da literatura neorrealista. A cultura comunista estabeleceu fortes pontes com o mundo literário²¹⁵, nomeadamente com o neorrealismo, o que originou cumplicidades e afinidades afetivas com estes autores. A leitura das mesmas obras e dos mesmos autores, censurados e impossíveis de adquirir legalmente, constituíram marcos de um percurso calcorreado por inúmeros indivíduos que, concordando nas referências aos mesmos textos e autores, não pode ser reduzido a mera coincidência. A leitura destas obras criou um sentimento de pertença, uma identidade de grupo e uma cultura própria que se distinguia não só, mas também, pelo tipo de leituras que fazia. Os escritores brasileiros, onde se destaca

²¹⁴TT – PIDE/DGS – PC 1081/61

²¹⁵Ver a este propósito MADEIRA, João (1996) *Os Engenheiros de Almas. O Partido Comunista e os Intelectuais*. Lisboa: Editorial Estampa

Jorge Amado e as suas primeiras obras *Cacau*, *Jubiabá*, *Capitães da Areia* ou *Subterrâneos da Liberdade*, Gorki com *A Mãe*, alguns realistas americanos designadamente Steinbeck e *As Vinhas da Ira*, os franceses onde se destaca Zola e os neorrealistas portugueses, Alves Redol e Soeiro Pereira Gomes entre outros, constituíram um guia de leituras, cujos livros eram na sua maioria adquiridos clandestinamente e passados de mão em mão, funcionando como um meio de introdução ao marxismo, que captava de forma afetiva, pela emoção e pela exaltação de princípios éticos e valores morais.

Temos ainda de salientar que se a preparação política e ideológica era considerada fundamental, o conhecimento, a aquisição de uma “cultura geral” era fortemente estimulada. A formação era entendida não apenas no sentido instrumental, apenas como “formação política”, mas valendo por si mesma. Como já anteriormente foi referido este papel central do estudo, da leitura e da necessidade de aprender na cultura comunista, durante o período da clandestinidade, devem-se na nossa opinião, ao papel emancipador e revolucionário como o conhecimento era entendido. O conhecimento e a cultura eram necessariamente aliados da revolução e da transformação social, porque eram por si só sinónimos de progresso e fatores de dignificação humana. José Neves considera que, obedecendo à estratégia antifascista, a defesa da cultura se devia à atribuição que lhe era feita de uma essência histórica progressista, considerando que:

“para dirigentes e intelectuais comunistas, a cultura das classes dominantes – a cultura erudita – era tida como um património em que estava conservado o poder dos revolucionários de ontem (a burguesia) e um património de que as classes dominadas deveriam apropriar-se, num processo que concretizaria a passagem de testemunho entre os progressistas do passado e os progressistas do presente. A massificação da cultura por que pugnaram os intelectuais comunistas visou organizar esta transmissão do facho que iluminaria a história” (2008:297).

Não podemos deixar ainda de considerar que o conhecimento e a cultura desempenhavam um papel fundamental na luta ideológica, pois era necessário saber e conhecer para se discutir e argumentar.

Na situação de clandestinidade o estudo efetuava-se normalmente de forma isolada, pois o compartimento da organização partidária levava a que muito poucos conhecessem muito poucos, o que não facilitava a existência de formas de estudo em grupo. Era só que os clandestinos se dedicavam a estudar, no entanto, a discussão sobre os assuntos a estudar, a troca de ideias ou de opiniões deveria ser efetuada com o outro ou outros clandestinos com que viviam ou com quem estabeleciam contacto.

A aprendizagem da escrita, da leitura e mesmo de uma língua estrangeira, geralmente o francês, dado o impacto que a cultura francófona tinha na época, realizavam-se à semelhança da escola, ou seja, o clandestino que desempenhava a função de “professor” ensinava, muitas vezes com livros escolares as matérias ao outro que assumia o papel de “aluno”. No entanto, a assimetria existente na escola entre professor – aluno não se faziam sentir neste contexto.

Outra das tónicas colocadas em relação ao estudo é que a teoria não deveria ser separada da prática, isto é, prática e teoria deviam caminhar lado a lado, pois “uma cultura livresca, puramente teórica, sem aplicação prática de nada serve” (*A Voz das Camaradas* n.º 27, “O nosso estudo”, «Sara»)

Apesar de o estudo se fazer isoladamente, o clandestino deveria discutir as questões que estudou com outros, nomeadamente nas reuniões de célula. Em relação às mulheres clandestinas apelava-se a que discutissem com o clandestino com quem habitavam o conteúdo dos materiais estudados, sublinhando-se que “O amigo longe de ser um ‘mestre’ que nos vá fazer perguntas e inteirar se a ‘lição foi bem aprendida ou decorada’, deve travar connosco uma discussão frutuosa pondo-nos problemas práticos onde possamos aplicar aquilo que aprendemos” (*A Voz das Camaradas* n.º 27, “O nosso estudo”, «Sara»). Apesar de encontrarmos algumas similitudes entre a aprendizagem que se realizava na clandestinidade e a escolaridade formal, notamos aqui uma clara distanciação deste universo, quando se salienta que o resultado do estudo deve ser debatido e interligado à prática.

Pela análise efetuada aos jornais *A Voz das Camaradas* verificamos que a aquisição de uma maior consciência política é uma das razões apontadas para a realização do estudo, surgindo esta consciência como necessária para o cabal desempenho das *tarefas* que assumiam e como preparação para a realização de outras possíveis *tarefas* futuras. A formação de uma consciência política e de classe, ou seja, a consciência do que se é – um assalariado inserido num sistema de exploração capitalista – e da consciência do que se será na sociedade comunista é fundamental para a resistência na situação de clandestinidade. Esta consciência, embora fragmentária, de que se é membro de uma classe com um interesse histórico determinado, que se constrói (e desconstrói) historicamente com a construção da unidade da classe operária, faz-se pela *praxis* e também pelo estudo. Faz-se pelo conhecimento da realidade social. No entanto, esta formação da consciência política não valia por si só, mas com o objetivo de se ser mais eficaz na sua ação, ou seja, uma melhor consciência política permitia um desempenho mais perfeito das *tarefas* que tinham em mãos e ainda daquelas que poderiam vir a desempenhar. O estudo era necessário para a formação de uma melhor consciência política e esta era útil para a realização de um melhor trabalho político. Como refere «Marta»²¹⁶ o estudo era necessário para “aumentarmos a nossa capacidade política, dentro da ideia justa de que mesmo nas condições atuais, muito podemos aprender e ajudar o Partido na sua atividade diária” (*A Voz das Camaradas* n.º 3, “A nossa tarefa”). A mesma ideia é apontada por «Manuela»²¹⁷ quando refere que “a nossa instrução política é uma tarefa que não devemos esquecer. Quanto melhor conhecermos a linha do nosso Partido, as condições do nosso país e de outros países também, melhor trabalho poderemos fazer” (*A Voz das Camaradas* n.º 18, “Utilidade da nossa tarefa”).

²¹⁶«Marta» foi um dos pseudónimos usados por Aida Paula e Maria da Piedade Gomes. Escreveram as duas nos jornais *3 Páginas* e *A Voz das Camaradas* e portanto não podemos apontar com exatidão a autora deste artigo

²¹⁷Pseudónimo de Maria Helena Magro

«Alberto»²¹⁸ num artigo publicado em *O Militante* nº 90, de Janeiro de 1957,- defende que do estudo “depende em grande parte o futuro desenvolvimento e a defesa dos quadros do Partido”. Os clandestinos estudavam para poderem evoluir política e ideologicamente e também para se poderem defender melhor, cumprindo as *regras conspirativas* e resistindo às investidas policiais. Ainda no mesmo artigo o estudo deve atender ao “estado e o desenvolvimento atuais das organizações e dos quadros do Partido, as dificuldades que os rodeiam, assim como o resultado das experiências até agora verificadas no capítulo do estudo”, assim como à “quantidade e natureza das tarefas que são confiadas [aos quadros], isto é, as tarefas pelas quais são responsáveis e que desejam cumprir bem”. Assim sendo, o estudo deve partir das necessidades sentidas por cada um, ou seja, deve atender ao estágio de desenvolvimento de cada um e às *tarefas* que têm de desempenhar. Adiante é ainda referido que o estudo “deve tornar-se para cada organização, para cada camarada um auxiliar imediato, um meio de lhe abrir perspectivas, de lhe facilitar o cumprimento das suas tarefas e obrigações”. Pelos extratos deste artigo podemos considerar que o estudo desempenhava uma função primordialmente utilitária, ou seja, deveria em primeiro lugar atender às *tarefas* de cada um e ser um auxiliar para o cumprimento dessas *tarefas*. À semelhança da literatura de cordel, também aqui se pretende difundir conhecimentos úteis para a atividade diária dos clandestinos.

O estudo e a formação de uma forte consciência política e ideológica eram ainda fundamentais para a possibilidade de resistência no caso de prisão. Com efeito, só uma convicção profunda das causas por que lutavam podia permitir a resistência às torturas. Também era necessário um amplo conhecimento das técnicas usadas pela polícia para estarem preparados para aquilo que viesse a acontecer, não sendo surpreendidos, pelo que existia um apelo a que se estudassem os documentos que se dedicavam a esta questão. Como escreve «Teresa» o estudo ajuda, em caso de prisão “a analisar a situação e ter confiança na luta” (*A Voz das Camaradas*, nº 35 “Para defender o Partido é preciso estudar”).

É ainda natural que num contexto de ditadura fascista em que a censura assumia um papel crucial no controle da informação, os clandestinos utilizassem os seus documentos para estarem informados. O conhecimento da realidade que se vivia, o desenvolvimento de lutas, o êxito ou fracasso alcançado neste ou naquele lugar pelas reivindicações dos trabalhadores e também a posição que o PCP deveria defender quanto a este ou àquele assunto eram impressos em milhares de páginas de panfletos, jornais, manifestos e brochuras que conseguiam ultrapassar as malhas da censura. O conhecimento dos acontecimentos políticos e sociais do país e do mundo ajudavam os clandestinos a quebrarem o seu isolamento, a sentirem o resultado da sua ação e da atuação de outros como eles, ou seja, o resultado da ação do coletivo partidário, e a criarem um sentimento de confiança no futuro. A certeza da justeza da sua luta e a confiança na vitória que seria alcançada, a convicção de que estavam a trabalhar para a construção de um mundo mais justo e a crença na derrota do fascismo era-lhes dado pela leitura da

²¹⁸Pseudónimo de José Gregório

informação partidária que relatava as lutas desenvolvidas e as vitórias alcançadas. Era aí que viam os reflexos do trabalho anónimo, muitas vezes monótono e rotineiro que realizavam diariamente.

Sobre as questões políticas e aspetos internos organizativos do PCP, os militantes deveriam estudar a linha política e dar a sua opinião, numa atitude dialéctica, construtora de um trabalho coletivo, em que o resultado final seria a síntese das opiniões manifestadas. Exemplo disso é um documento da época da reorganização de 1940/41 com o título “Temas de Estudo”²¹⁹. Este documento debruça-se sobre vários aspetos da organização do PCP nesta época e num preâmbulo intitulado “O que se pretende” define-se porque e para que se deveriam estudar as questões apresentadas. De acordo com o Secretariado do Comité Central, órgão que assina este documento, o estudo dos temas propostos são necessários para que “cada militante, cada organização ou fração partidária fiquem perfeitamente inteirados dos pontos de vista dos seus quadros dirigentes”; “permitirá uma maior identidade de atuação, uma maior homogeneidade nas fileiras do Partido”; “o conhecimentos que os quadros dirigentes do Partido vierem a ter das críticas feitas por todos os militantes e organismos partidários ao seu trabalho dirigente, lhe será igualmente [sic] proveitosa”.

Através do estudo os militantes ficavam não só a conhecer a posição da direção do PCP como se pretendia que expressassem a sua opinião, promovendo a discussão e levando até à direção as opiniões dos militantes, formando a “opinião coletiva”.

Podemos portanto concluir que os motivos expressos para o estudo são sobretudo a formação de uma consciência política, necessária ao desempenho das *tarefas* que têm de realizar. No entanto, uma análise mais cuidada indica-nos também que a leitura e o estudo dos materiais editados pelo PCP pretendiam também uma formação para os valores morais e para a ética, uma formação do comportamento e do carácter dos clandestinos.

Verificamos que nos jornais *A Voz das Camaradas* os artigos sobre os “heróis” e “mártires”, ou seja, aqueles que deram provas de grande resistência e de grande dedicação ao PCP e que foram mortos ou presos e sofreram pesadas torturas, são bastante numerosos. Estes “heróis” e “mártires”: Maria Machado, Alfredo Dinis, Catarina Eufémia, Georgette Ferreira, Álvaro Cunhal, Soeiro Pereira Gomes, Maria Helena Magro, Militão Ribeiro, José Dias Coelho, Luísa Paula, entre outros – eram frequentemente apontados como exemplos de comportamento a seguir. Pela análise efetuada a estes jornais verificamos que não estava ausente a preocupação com uma formação para os valores, pois nem todos podiam ser comunistas e clandestinos era necessário “merecer sê-lo” (*A Voz das Camaradas* n.º 19). Assim, pela análise de conteúdo efetuada a estes artigos verificamos que são frequentemente expressas as qualidades que os clandestinos deveriam possuir: “sentido de responsabilidade”, “honestidade”, “firmeza”, “combatividade”, “abnegação”, “persistência”, “dedicação à luta”, “espírito de classe”, “simplicidade”, “sinceridade”, “modéstia”, “espírito de sacrifício”, “coragem”, “espírito revolucionário” e “amor ao trabalho”. Estas qualidades por contraponto aos defeitos apresentados, a “ vaidade”, o “aburguesamento” e o pior de

²¹⁹TT - ADL- Tribunal Criminal de Lisboa, Pç. 14499, vol. 6 Fl. 371. [Processo relativo a Álvaro Cunhal, Militão Ribeiro e Sofia Ferreira]

todos os males, “a traição” encontram-se em inúmeros artigos escritos pelas mulheres clandestinas. Os valores morais dos comunistas e o comportamento que deveriam adotar são objeto de mais de uma dezena de artigos, salientando-se que existiu nas páginas destes jornais um debate sobre o “aburguesamento”, lançado no nº 25 (Setembro de 1962) deste jornal por «Maria Iber»²²⁰ que alertava para o perigo de as clandestinas ao terem, por vezes, de representar papeis de burguesas virem a assumir esse comportamento, e que se prolongou até ao nº 32 (Maio de 1963).

Com efeito, a moral dos comunistas por contraponto à moral burguesa é apontada como marca distintiva. Os comunistas não se distinguem apenas pelos seus objetivos e pela sua ação revolucionária. Distinguem-se também pelos seus princípios morais. A moral dos comunistas, entendida como superior à moral burguesa, tem a “sua base objetiva nas condições de trabalho e de vida do proletariado” (Cunhal, 1974) e agindo como “força material” é voltada para o futuro. O desenvolvimento da moral dos comunistas caminha lado a lado com o desenvolvimento da luta de classes e com o processo de tomada de consciência política por parte do proletariado

O que o PCP defende é que os comunistas, conscientes dos seus objetivos e da sua missão histórica devem ter uma conceção de vida e do Homem diferente da burguesia, que se traduz numa ética própria. Os objetivos políticos estão fortemente associados a conceitos morais: a recusa das injustiças, a intransigência perante a exploração e a opressão, o reconhecimento de direitos iguais para todos os seres humanos. Esta moral contrapõe-se à moral burguesa, caracterizada pelo “individualismo e egoísmo ferozes, indiferença pela sorte dos seres humanos, rapacidade, venalidade, completa falta de escrúpulos, redução a simples mercadorias dos valores morais e espirituais” (ibidem), em suma no abandono de qualquer ética e na assunção de um comportamento amoral.

Assim, o papel educador do PCP fazia-se também sentir na criação de uma nova ética e na elevação da consciência moral de cada um. Fazia-se sentir no plano da moral, da ética e do comportamento “através da orientação política, das palavras de ordem e da ação quotidiana do Partido” (ibidem).

Salientamos ainda que a conduta moral de cada comunista não era um problema privado de cada um. O PCP entendia que a conduta e o comportamento de cada um tinham repercussões no coletivo partidário e que o exemplo era um grande motor de atração de outros e um dos trunfos dos comunistas.

Entendendo os comunistas, o seu partido não só como uma vanguarda revolucionária, mas também como uma vanguarda moral, naturalmente que através da vivência quotidiana, mas também através dos textos que publica tenta formá-los nesses princípios morais e valores éticos.

Estes valores, forjados no quotidiano da clandestinidade, até porque de acordo com a perspetiva marxista, as atividades mentais decorriam da prática social.

²²⁰Pseudónimo de Catarina Rafael

Bibliografia

Fontes primárias

Entrevistas

Entrevista a Margarida Tengarrinha, Lisboa, 21 de Junho de 2005, entrevista gravada, 1 cassete
Narrativa Biográfica de Américo Leal, Setúbal, 31 de Março de 2005, entrevista gravada, 2 cassetes
Narrativa Biográfica de Domicilia Costa, Porto, 25 de Outubro de 2004, entrevista gravada, 2 cassetes
Narrativa Biográfica de Maria da Silva Carvalho, Almada, 30 de Março de 2005, entrevista gravada, 4 cassetes
Narrativa Biográfica de Sérgio Vilarigues, Sintra, 14 e 28 de Maio de 2005, entrevista gravada, 5 cassetes
Narrativa Biográfica de Sofia Ferreira, Lisboa, 18 de Fevereiro de 2003, entrevista gravada, 3 cassetes

Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

TT – PIDE/DGS – Pç. 20GT - NT1385

Arquivo Distrital de Lisboa:

ADL – Tribunal Criminal da Boa Hora – Pç. 14499, vol. 6, fl. 371: “Temas de estudo” [Processo relativo a Álvaro Cunhal, Militão Ribeiro e Sofia Ferreira]

Fontes impressas

3 Páginas para as Camaradas das Casas do Partido (1946-1956)

A Voz das Camaradas das Casas do Partido (1956-1970)

Militante nº 90, Janeiro de 1957

Fontes secundárias

CUNHAL, Álvaro, *A Actuação do PCP Durante o Período de Ditadura*, [on-line], <http://historiaeciencia.weblog.com.pt/arquivo/011074.html>, acedido em 04-12-2003.

CUNHAL, Álvaro, (1985), *O Partido com Paredes de Vidro*, Lisboa, Edições Avante!

GORJÃO, Vanda, (2002), *Mulheres em Tempos Sombrios. Oposição Feminina ao Estado Novo*, Lisboa, ICS.

GOUVEIA, Fernando, (1979), *Memórias de um Inspector da PIDE*, Lisboa, Roger Delraux.

MADEIRA, João, (1996), *Os Engenheiros de Almas. O Partido Comunista e os Intelectuais*, Lisboa, Editorial Estampa.

MELO, Rose Nery Nobre de, (1975), *Mulheres Portuguesas na Resistência*, Lisboa, Seara Nova.

NEVES, José, (2006), “Da Alfabetização Leninista: O caso dos Irmãos Figueiredo”, Diogo Ramada Curto (Dir.) *Estudos da Sociologia da Leitura em Portugal no Século XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia.

NEVES, José, (2008), *Comunismo e Nacionalismo em Portugal. Política Cultural e História no Século XX*, Lisboa, Tinta da China.

NOGUEIRA, Carlos, (2012), *A Literatura de Cordel Portuguesa* [on line] http://www.ehumanista.ucsb.edu/volumes/volume_21/pdfs/mongraphic%20issue/7%20ehumanista21.nogueira.pdf, acedido em 18/06/2013.

PERDIGÃO, Rui, (1988), *O PCP visto por dentro e por fora*, Lisboa, Editorial Fragmentos.

PIMENTEL, Irene Flunser, (2007), *A História da PIDE*, Lisboa, Círculo de Leitores, Temas e Debates.

SILVA, João Céu, (2006), *Álvaro Cunhal e as Mulheres que Tomaram Partido*, Porto, Edições Asa.

THOMPSON, Edward-Palmer, (2002), *Obra Essencial*, Barcelona, Crítica.

WORONTSOV, Madeleine, (1977), *Lenine e a Imprensa*, Lisboa, Edições Antídoto.

5. LIMIARES E LUGARES DE MEMÓRIA

FRONTEIRAS DE LUTAS E MEMÓRIAS: AS NARRATIVAS DO PASSADO NOS CONFLITOS DO PRESENTE NA FRONTEIRA PARAGUAI-BRASIL.

José Lindomar C. Albuquerque.

Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo (Benjamin, 1994: 224).

Introdução

A discussão fundamental deste capítulo é pensar a relação entre guerra, memória e fronteira a partir de uma perspectiva fronteiriça dos países que perderam territórios para os seus vizinhos, vistos geralmente como mais poderosos. A noção de “fronteira em movimento” (frontier) tem como referência clássica o trabalho de Turner (2004[1893]). Trata-se de uma reflexão sobre a fronteira desde a experiência de conquista do Oeste pelos Estados Unidos, uma visão situada na perspectiva dos que expandem o seu território e compreendem a fronteira como “válvula de escape”, “espaço vazio”, “terra de oportunidades”, lugar de expressão da americanização, individualismo e democracia (Turner, 2004). Outra maneira de imaginar esta fronteira é a partir da experiência mexicana e da memória daqueles subalternizados que vivenciaram as perdas territoriais, que realizaram deslocamentos para o outro lado da nova fronteira, inclusive dos cemitérios, ou que tiveram que viver a nova experiência de “estrangeiros” no que antes era sua “pátria”. O divisor de águas dessa concepção de fronteira é a guerra de 1847 entre México e Estados Unidos, quando os mexicanos perderam quase a metade de seu território nacional para o vizinho do norte. Muitas das narrativas literárias de autores mexicanos que imaginaram a identidade nacional remetem a essa imagem da perda territorial, da identidade mexicana e da língua espanhola desvalorizadas devido à forte influência da cultura e da língua inglesa, inclusive “do lado de cá” dos limites internacionais entre os dois países. A partir desse ponto de vista mexicano, a fronteira é, sobretudo, “ruptura”, “perda”, “ferida aberta”, “rancor”, “mutilação territorial” (Valenzuela Arce, 2003).

As realidades fronteiriças expressam suas narrativas históricas específicas. Entretanto, a dupla imagem da fronteira entre Estados Unidos e México – expansão/movimento de um lado e ruptura/perda do outro - pode servir como analogia importante para pensarmos a situação entre imigrantes brasileiros no Paraguai e as lutas e resistências dos movimentos camponeses que lutam pela terra na zona fronteiriça, ocupada, em grande parte, por cidadãos do país vizinho. Podemos, portanto, imaginar uma

visão de fronteira em movimento ou frente de expansão do agronegócio da soja, comandada por imigrantes brasileiros no leste do Paraguai, em contraste com uma concepção de fronteira associada à história, à memória e aos ressentimentos das perdas territoriais e da venda das terras públicas para estrangeiros a partir da derrota paraguaia na Guerra da Tríplice Aliança. A imagem da guerra fronteiriça do século XIX como “ruptura”, “calvário”, “ferida aberta” ainda é bastante evocada nos conflitos fronteiriços do presente por parte dos setores paraguaios críticos à presença e influência brasileira no Paraguai.

O texto será construído em diálogo com alguns relatos orais de professores, alunos, líderes camponeses e imigrantes brasileiros que estabelecem elos de aproximação entre a guerra do passado e as situações de interação entre brasileiros e paraguaios no presente. Minha intenção é pensar nos entrelaçamentos entre história e memória coletiva e os usos políticos da memória nas tensões fronteiriças atuais. A memória coletiva não é somente aquilo que é vivido, aprendido e recordado como uma atividade espontânea, emotiva e desinteressada pelos indivíduos e grupos sociais, como definida por Nora (1993), mas também uma “reconstrução engajada do passado” ou uma “invenção do passado” que possibilita estrategicamente aos grupos reconstruírem identificações e um plano de luta política pelo reconhecimento social e pela cidadania (Seixas, 2004: 51).

Neste capítulo irei discutir primeiramente a maneira com algumas referências à guerra apareceram em minha experiência de campo no Paraguai. Em seguida, abordarei a forma como o movimento camponês paraguaio relaciona o problema da terra no presente à guerra da Tríplice Aliança. Por último, discutirei como esse evento histórico é ensinado e aprendido nas escolas dessa zona fronteiriça entre paraguaios e brasileiros.

1.Referências à guerra na pesquisa de campo: fronteiras emocionais e temporais

Realizei vários períodos de pesquisa de campo na fronteira entre o Paraguai e o Brasil desde 2002, especialmente na área de forte presença de imigrantes transfronteiriços. Durante as conversas informais e entrevistas, escutei várias referências situacionais à guerra do século XIX em que houve confronto armado entre Brasil, Argentina e Uruguai – a Tríplice Aliança - e o Paraguai. Recordo-me de uma fala indignada de um taxista paraguaio na pequena cidade de Naranjal, departamento de Alto Paraná, que afirmava que tudo no município já pertencia aos brasileiros, inclusive a prefeitura e a câmara dos vereadores, faltando somente substituir a bandeira paraguaia pela brasileira. Destacava que os paraguaios eram “tratados como cachorros” pelos meus “compatriotas” brasileiros em seu próprio país e que estes tinham tomado muita terra paraguaia na Guerra da Tríplice Aliança (1865-70). Seria necessário, segundo esse taxista, defender a terra que tinham conseguido preservar na Guerra do Chaco contra a Bolívia (1932-35). Por suas expressões faciais, percebia dimensões profundas de ressentimentos diante de uma tragédia coletiva ocasionada por meus “compatriotas”. Nesse instante da conversa, sentia que meu interlocutor estava me localizando como parte dessa alteridade nacional produtora de dominação e

destruição do povo paraguaio²²¹.

A referência à guerra também pode aparecer de maneira inusitada nas falas dos brasileiros que moram no Paraguai. Lembro-me de uma vez que estava entrevistando um brasileiro dono de uma borracharia na cidade de San Alberto, também no departamento de Alto Paraná. Estávamos falando de vários assuntos, sua trajetória migratória desde sua saída do estado do Espírito Santo até sua chegada ao Paraguai: casamento, filhos paraguaios e a inserção de seus descendentes nas escolas e no exército paraguaio. Seu filho mais velho estava servindo ao exército no Paraguai. Neste momento, ele me revelou que seu filho tinha dois registros de nascimento, um de cada lado da fronteira, inclusive com dois nomes diferentes. Perguntei então quais as razões dos filhos terem nomes diferentes de um lado e outro da fronteira. Sua justificativa era que com toda essa onda de conflitos entre brasileiros e paraguaios poderia ocorrer uma nova guerra entre os dois países e ele não queria que seus filhos servissem ao exército paraguaio. Em caso de declaração de guerra, os filhos cruzariam o limite internacional e acionariam somente os documentos brasileiros.

Em Assunção, durante uma entrevista com um intelectual estudioso dos movimentos camponeses paraguaios e da imigração brasileira na região fronteiriça, a referência à guerra também apareceu logo no começo de nossa conversa. Com bastante eloquência e detalhes da invasão das tropas aliadas à Assunção em 1869, este pesquisador narra algumas cenas sangrentas da guerra, dos estrangulamentos, dos massacres e dos saques à capital paraguaia pelas tropas brasileiras. Nessa narração compara com a guerra entre Estados Unidos e Iraque a partir de 2003 e conclui que os “meus compatriotas” fizeram, na guerra da Tríplice Aliança, foi algo mais devastador do que os estadunidenses estão fazendo com o Iraque. Percebi que esta guerra no Paraguai, particularmente para estes setores críticos, marca profundamente a narrativa da nação e da identidade nacional paraguaia e que no plano simbólico e sentimental ainda não foi concluída. Em termos metafóricos, trata-se de uma “ferida aberta” ainda não cicatrizada e que aciona novas camadas de sentido nas lutas sociais do presente nesta fronteira onde os antigos “invasores” comandam a economia do agronegócio e o Brasil é geralmente visto como país imperialista e colonizador.

A partir desses três breves relatos em que a referência à guerra apareceu na conversa de forma espontânea, comecei a me indagar sobre o lugar dessa guerra do século XIX nos atuais conflitos envolvendo novamente brasileiros e paraguaios nessa região de fronteiras. Ao escutar distintos relatos emotivos sobre a Guerra da Tríplice Aliança no Paraguai, tinha a sensação que se tratava de uma guerra recente, memória coletiva ainda bastante viva e que marcava outra duração temporal em relação àquela que eu tinha como brasileiro (Halbwachs, 2006). Eu somente tinha estudado sobre a guerra nos livros didáticos durante o ensino básico, geralmente um subtópico do Império de D. Pedro II, e alguns livros

²²¹. Neste recorte específico sobre as narrativas contrárias ao agronegócio dirigido por imigrantes brasileiros, podemos passar a impressão que o “ódio”, o “rancor” e o “ressentimento” da guerra contra os brasileiros é bastante disseminado na sociedade paraguaia. Entretanto, os paraguaios defensores e admiradores dos imigrantes brasileiros não fazem essa associação entre guerra do passado e “nova invasão” do presente. Muitos paraguaios não se referem mais à guerra do século XIX e outros lembram com outros fins políticos, por exemplo, críticas ao Tratado de Itaipu, ao controle brasileiro ao comércio fronteiriço, à suspensão do Paraguai do Mercosul com o juízo político de Fernando Lugo, entre outras situações.

críticos a essa guerra durante a graduação, como o *Genocídio Americano*, de Chiavenato (1979). Queria saber então por que essa guerra era tão esquecida do lado brasileiro e tão lembrada no Paraguai, pelo menos nesta região de fronteira e nestas situações específicas de conflito agrário. Parecia que estava não somente diante de uma fronteira territorial que dividia juridicamente o território do Brasil e do Paraguai. Mas também diante de uma fronteira temporal, limite entre o esquecimento e a memória (Pollak, 1989), o tempo distante e o tempo próximo, um passado encerrado e um presente que abre e atualiza as “feridas abertas” do passado. Passei a observar a maneira como essa guerra é acionada pelo movimento camponês paraguaio em situações que envolvem disputas pela terra na zona fronteiriça.

2. Memórias da guerra e luta pela terra na zona fronteiriça.

Milhares de imigrantes brasileiros vivem na região fronteiriça do leste do Paraguai, departamentos vizinhos aos estados brasileiros do Mato Grosso do Sul e Paraná. Estes imigrantes transfronteiriços ultrapassaram os limites políticos do Brasil em décadas anteriores. O contexto da construção da Usina Hidrelétrica na década de 1970 e de desapropriação de terras para a formação do Lago de Itaipu no início dos anos de 1980 é “um divisor de águas” na história dessa imigração transfronteiriça e da própria dinâmica da fronteira entre o Paraguai e o Brasil. Muitos imigrantes narram que chegaram ao Paraguai justamente neste período. Deslocaram-se, para além do limite internacional, atraídos pelo preço da terra, as facilidades de financiamento e os baixos impostos fundiários (Albuquerque, 2010). Conforme algumas estimativas, existem mais de 450 mil brasileiros e descendentes vivendo no Paraguai, especialmente nos departamentos fronteiriços com o território brasileiro (Brasil, 2013). Alguns desses brasileiros e seus descendentes são grandes proprietários de terras e se dedicam ao agronegócio do complexo da soja.

Por outro lado, a reorganização dos movimentos camponeses paraguaios após o fim da longa ditadura de Stroessner (1954-1989) acentuou os conflitos agrários e a percepção de uma “invasão brasileira” no território paraguaio. Os conflitos envolvendo diretamente empresários agrícolas de origem brasileira e camponeses paraguaios ocorrem especialmente em algumas áreas dos departamentos fronteiriços de forte presença brasileira. Essas tensões estão particularmente localizadas em torno do problema da propriedade da terra, dos agrotóxicos e de algumas prefeituras paraguaias administradas por brasileiros e seus descendentes (Albuquerque, 2010). Nestes confrontos simultâneos de classe e nacionalidade, os sentimentos nacionalistas afloram e determinadas referências de disputas passadas entre os dois países são acionadas, especialmente em relação à Guerra da Tríplice Aliança, como nomeiam os paraguaios, ou Guerra do Paraguai na versão brasileira.

Os acontecimentos imediatos ao final dessa guerra, especialmente em relação à estrutura agrária do país, são os mais lembrados e discutidos pelos movimentos camponeses atuais. As lutas a favor de uma reforma agrária no país se explicitam nas duas últimas décadas e os conflitos agrários se intensificam em várias partes do território nacional. A situação agrária contemporânea indica uma forte concentração fundiária e muitos latifúndios estão nas mãos de estrangeiros. As lideranças camponesas,

em seus diversos discursos, estabelecem uma relação direta entre a realidade presente e o início da privatização e venda das terras para estrangeiros no final da “grande guerra”. Conforme essa perspectiva camponesa, a guerra torna-se uma referência recorrente em relação ao problema da terra atual, especialmente nestas regiões de forte presença de latifundiários e empresários agrícolas estrangeiros. Uma história atualizada e estudada em função da luta camponesa pela terra.

Alguns movimentos camponeses paraguaios reivindicam as terras dos empresários agrícolas de origem brasileira e dos militares que ganharam essas terras durante a ditadura. Muitos dos brasileiros entraram no Paraguai no período daquela ditadura, muitas vezes incentivados por políticas de atração do governo de Stroessner (1954-1989). A leitura das lideranças camponesas é que o problema da terra começou com a guerra, mas foi intensificado com a ditadura recente, pois esta presenteou muita terra para militares e imigrantes de origem brasileira.

Os líderes camponeses estudam e reinterpretem a história da Guerra da Tríplice Aliança em seus cursos de formação a partir de alguns marcos de referência temporais:

Nosotros estudiamos más historia de la lucha del pueblo guaraní, antes y después de la llegada de los españoles, antes y después de la Guerra de la Triple Frontera, después de la Guerra del Chaco, porque de la guerra viene la consecuencia que tiene” (Luis Aguayo, 2004).

Esta narrativa apresenta o Paraguai como portador de um modelo de desenvolvimento nacional autônomo que foi brutalmente destruído pelo imperialismo britânico para que não se constituísse em um exemplo a ser seguido por outras nações dependentes. Esse tipo de interpretação geralmente idealiza o período anterior à guerra, especialmente o contexto do Doutor Francia (1811-40), como uma época positiva de autonomia e desenvolvimento econômico e social do país. Talvez olhar para esse passado idealizado sirva para recuperar os elos entre esse “tempo de glória” e as possibilidades de construção de um futuro com experiências sociais autônomas e autogestionadas.

Fue justamente una guerra preparada por el imperio inglés contra un modelo de desarrollo autónomo del Paraguay, que el imperio no miraba con buenos ojos porque se cresce ese modelo, eso va a desarrollar una experiencia de autonomía y desarrollo, de autogestión de los pueblos y hasta incluso un programa de industrialización. (...) Entonces va parar el mercado extranjero, las multinacionales del imperio inglés. Entonces fue esa la cuestión estratégica de la guerra: liquidar antes de ser un mal ejemplo para otros países, el Paraguay independiente, autónomo, de desarrollo de autogestión. (...) En esta época los países vecinos cumplieron un rol fundamental para atacar Paraguay (Luis Aguayo, 2004)

As leituras e interpretações da história da guerra, feitas por estas lideranças camponesas, estão especialmente centradas no período antes da guerra – tempo do “Paraguai independente, autônomo e de desenvolvimento de autogestão” – e no cenário posterior a guerra – momento da repartição, privatização e venda das terras para grupos estrangeiros. Estes dois momentos traduzem vinculações relevantes com as causas e horizontes das lutas pela terra no presente. Trata-se de uma leitura histórica de um contexto marcante da memória coletiva da nação e que estabelece vínculos entre a história, memória e os projetos

políticos dos movimentos camponeses. O contexto posterior à guerra indica as causas primeiras e recorrentes do problema a ser superado – o latifúndio apropriado por estrangeiros – e, o período anterior, o modelo que pode servir de parâmetro em uma nova sociedade capaz de superar todo o período histórico de destruição, exploração e de fortalecimento das injustiças sociais.

Os camponeses entrevistados estabelecem mais a relação entre a guerra e a privatização das terras públicas no final da tragédia nacional do século XIX. A questão da perda e diminuição do território nacional não apareceu diretamente nas entrevistas realizadas. Essa questão da mutilação do território está mais presente nos discursos e escritos dos intelectuais paraguaios críticos à presença brasileira no Paraguai. Nas leituras críticas sobre a expansão da soja hoje no país vizinho, intelectuais chegam a construir figuras cartográficas demonstrando a área que o país perdeu no final da “guerra de 70” para o Brasil e o novo território ocupado por brasileiros. A impressão que passa é que existe a possibilidade desta pequena nação perder uma nova extensão territorial para o “poderoso vizinho”.

De uma maneira geral, a tragédia da derrota paraguaia na guerra é associada à privatização das terras públicas, à mutilação territorial, à perda de soberania e de desenvolvimento autônomo. A narrativa nacional geralmente é construída a partir de um divisor de águas: o Paraguai “independente e desenvolvido” antes da guerra e um Paraguai “dependente e atrasado” depois da guerra (Laino, 1976). Essa narrativa está presente em muitos livros de história nacional e em diversos livros didáticos. Muitas vezes os livros didáticos de história ou estudos sociais no Paraguai dedicam mais de um capítulo para narrar as causas, batalhas e consequência dessa guerra “maldita”(Doratioto, 2002). Nessa perspectiva, parece que a escola nessa região de fronteira é um lugar privilegiado para observarmos a forma com a história da guerra é ensinada por professores paraguaios e a maneira com os alunos paraguaios e descendentes de brasileiros aprendem, imaginam e narram esse evento singular com profundas ressonâncias nos conflitos do presente.

3. Histórias e memórias da guerra nas escolas da região fronteiriça

Como a história dessa guerra é ensinada e aprendida nas escolas paraguaias? Que versões da guerra são narradas pelos professores de história? De que forma os estudantes descendentes de brasileiros aprendem essa história? Tendo em mente essas questões, tive a oportunidade de entrevistar Domingo Quiñonez, professor de história do ensino básico no colégio público de San Alberto. A cidade é formada por cerca de 80% de brasileiros e seus descendentes e já teve a sucessão de três prefeitos de origem brasileira nos últimos anos. A maioria dos estudantes do colégio é descendente de brasileiros, sendo o português a língua mais falada no momento que estes alunos estão fora da sala de aula.

O professor me relata que a versão da guerra mais ensinada no Paraguai até a reforma educacional de 1994 era aquela que apresentava Solano López como herói nacional e que o país havia sido atacado

por vizinhos mais poderosos. Durante a ditadura de Stroessner (1954-89) foi produzido todo um culto aos pais fundadores da pátria. Stroessner se apresentava como continuador da política nacionalista do Dr. Francia e dos López (Antonio e Francisco Solano López) e instituiu todo um calendário de cerimônias coletivas e lugares oficiais de culto à memória das datas marcantes das duas guerras que o país enfrentou. Atualmente ainda existe todo um calendário cívico com cerimônias comemorativas que celebram os marcos históricos da guerra (Connerton, 1999). Assim, a ditadura de Stroessner produziu muitos discursos oficiais e práticas ritualísticas em momentos comemorativos que estabelecem elos de aproximação entre as duas guerras. Nos discursos oficiais do 12 de junho ou 29 de setembro, datas específicas da Guerra do Chaco, geralmente se fazem referência ao herói da Guerra contra a Tríplice Aliança.

Hablar de la guerra del Chaco, hay que mencionar el conductor de la Guerra de la Triple Alianza. Por eso siempre hubo un relacionamiento, se hablamos del protocolo de paz de la Guerra del Chaco, en cualquier discurso que se haga ahí, siempre se irá recordar del Mariscal Francisco Solano López (Domingo Quiñonez, 2004).

A referência à guerra também está associada à maneira como parte dos paraguaios concebe sua identidade cultural linguística. O guarani é visto como a língua do segredo de guerra, arma simbólica importante nas duas guerras que o país enfrentou e que os inimigos brasileiros, argentinos, uruguaios e bolivianos não compreendiam essa língua de origem indígena:

Una de las armas fundamentales del Paraguay en las dos guerras fue el guaraní. Los brasileños y argentinos no entendían el guaraní. Entonces era más fácil despistar a sus enemigos. Se usaba el guaraní porque era el idioma que más nos acerca como paraguayo (Domingo Quiñonez, 2004).

As estratégias militares em campo de batalha eram comunicadas em guarani e algumas batalhas foram vitoriosas graças a esse segredo de guerra. A língua guarani é bastante associada à identidade nacional e à resistência do povo paraguaio por aqueles que valorizam esse idioma nacional.

E como são as aulas de história nessa zona de contatos interfronteiriços quando o assunto é a Guerra da Tríplice Aliança? Que eventos são mais lembrados por estudantes descendentes de brasileiros e por paraguaios? Conforme o professor Domingo Quiñonez, o nacionalismo brasileiro se expressaria na maneira como os alunos descendentes de brasileiros somente lembram a batalha de Riachuelo porque é ressaltada pela televisão brasileira, uma vez que são os canais brasileiros os mais assistidos nessa zona de fronteiras. Conforme o professor, nas aulas de história, são os alunos paraguaios os que mais lembram de várias batalhas da grande guerra:

*Nosotros analizamos con los alumnos los hechos y el paraguay es lo que más recuerda batallas de la Guerra de la Triple Alianza (...). Es muy fácil para el pueblo paraguayo hablar de esta guerra porque ahí empezó el **calvario** del Paraguay (Domingo Quiñonez, 2004).*

E o que os alunos brasileiros aprendem sobre essa guerra nas escolas paraguaias? Jackson

Bressen chegou ainda criança, sempre estudou naquele país e incorporou aspectos da versão histórica dos livros didáticos paraguaios. Ele relata o poder econômico e a extensão territorial do Paraguai antes da guerra e destaca a perda de território nacional, de vidas humanas e a raiva que os paraguaios continuam tendo dos brasileiros desde aquela época.

Eu acho que um pouco deste antibrasileiro vem já da época da guerra do Brasil com o Paraguai porque o Paraguai era uma superpotência aquela vez. O Paraguai era bem mais forte que o Brasil economicamente daquela vez nos anos de 1860, 70. Então o Paraguai estava muito perto do mar e ele queria ter uma saída pro mar por causa que ele tinha muita indústria e não tinha saída pro mar. Então ele tinha que pagar porto brasileiro, desde aquela época já havia problema deste porte. Então eles queriam chegar de qualquer jeito no mar e então queriam tomar um pedaço do Brasil. Tu vai ver mesmo na história onde abarcava o Paraguai, chega lá pertinho de Paranaguá, lá pra Curitiba, lá pra frente chega. Então ali começou e daí o Paraguai perdeu, tanta área ele perdeu para o Brasil, em vez de ganhar, ele perdeu. Perdeu todo homem paraguaio, acabou com a raça de homem dentro do país, inclusive aquela vez lá ancião e criança tinha que logo começar a procriar para aumentar de volta, só existia mulheres dentro do Paraguai no final desta guerra. Hoje se tu pegar um livro de história e ler bem certinho é tremendo o que aconteceu com o Paraguai (Jackson Bressen, 2004).

A memória não se restringe às recordações e reminiscências que os indivíduos vivenciaram ao longo de suas trajetórias, mas também àquelas que incorporam das gerações passadas por meio de conversas, leituras, filmes, histórias, músicas, pinturas e fotografias (Amado, 1995). O que esse imigrante aprendeu pela oralidade sobre o passado glorioso e trágico da sociedade paraguaia se entrelaça com o aprendizado através dos textos históricos e se mistura com suas vivências do presente. Para ele, o Paraguai era uma “superpotência” e em termos territoriais chegava “lá pertinho de Paranaguá, lá pra Curitiba”. A imagem cartográfica que tem do “Paraguai independente” é a representação dos primeiros mapas da província jesuítica do Paraguai no início da colonização espanhola. No período anterior à “Guerra do Paraguai”, o território desse Estado nacional já era bastante reduzido e a única área de litígio entre os dois países estava localizada no sul do Mato Grosso. Esse imigrante adota a autoimagem nacional de grandeza econômica e territorial da nação paraguaia antes da guerra. Ele também percebe esse conflito como o divisor de águas entre um grandioso país e uma nação derrotada e pobre.

Os imigrantes brasileiros e seus descendentes que estudaram no Paraguai visualizam nos mapas dos livros didáticos as dimensões territoriais do Paraguai antes e depois da guerra e as porções anexadas pela Argentina (província de Misiones e Formosa) e pelo Brasil (parte do Mato Grosso do Sul) no tratado de fronteiras de 1872. As representações cartográficas fazem parte das construções nacionais. A imagem dos países está fortemente relacionada com os mapas que são construídos ao longo de sua história (Anderson, 1993). Desde o período da colônia espanhola, os mapas paraguaios abordam as constantes perdas territoriais: a diminuição da Província Jesuítica do Paraguai por causa das incursões dos bandeirantes e a anexação de territórios pelos países vizinhos durante a Guerra da Tríplice Aliança.

No contraste com os territórios do Brasil e da Argentina, os paraguaios criam uma imagem nacional de um país que se tornou pequeno, mediterrâneo, isolado e com um território nacional ameaçado pelos “vizinhos mais poderosos”.

Os alunos descendentes de brasileiros que já estudaram no Paraguai e que hoje estudam em escolas brasileiras em Foz do Iguaçu acentuam que as versões da guerra são distintas de um lado e outro da fronteira. “Tem uma forma diferente, eles contaram diferente a história. A deles é verdadeira, a nossa que é diferente” (Mário, 2013). A versão brasileira da guerra é que “a Inglaterra tinha medo do Paraguai, então agarrou Brasil, Argentina, Uruguai e pagou tudo para que ocorresse a guerra” (Mário, 2013). Já o que eles aprenderam no Paraguai é que *o Paraguai estava se desenvolvendo rápido, mais do que o Brasil. O governo daqui não aceitava isso. O que seria o Paraguai, até Cascavel. Por isso até hoje o Paraguai sofre por causa da guerra. É pequeno, só aquele globo, ali é o centro das atenções, sendo que poderia ter mais meios, mais trabalho, essas coisas* (Gilberto, 2013).

A narrativa da guerra está geralmente associada, para estes estudantes, aos problemas presentes do trabalho e comércio fronteiriço. Segundo os alunos, a guerra ainda está muito viva no Paraguai, basta que os paraguaios vejam os brasileiros. “Na verdade, eles veem um brasileiro, eles lembram da guerra. Eles veem a placa brasileira [nos carros], eles ficam nervosos, com raiva por causa disso” (Gilberto, 2013).

A professora Valdez de Martins, que mora no Paraguai e ensina no Brasil, também destaca os “resquícios da guerra” presentes nas interações cotidianas entre paraguaios e brasileiros:

Ainda existe resquício daquela história da guerra do Paraguai. Lembra? Em seguida eles jogam isso na cara da gente (...) Os mais velhos e os mais jovens também lembram. Eles ainda tem, como a gente diz, esse sentimento que eles foram explorados.(...) O paraguaio ainda tem essa mágoa, que o Brasil é o...como a gente diz assim com o português é o... colonizador. Agora com o problema das terras, eles expulsaram muitos brasileiros de lá com pau, machado e foice. (...) Brasileiros que tomaram nossas terras na guerra, metade do nosso Paraguai, tem essas coisas, a gente sente (Valdez de Martins, 2013).

Esta professora e estes alunos entrevistados vivem essa “vida dupla” entre dois países com narrativas históricas nacionais contrastantes sobre um mesmo evento bélico. Eles percebem essas diferentes versões da guerra e destacam a atualidade desse conflito armado nas conversas diárias e nas situações tensas com os paraguaios. Nestes momentos de discussão, os dispositivos cotidianos e naturalizados de expressão de uma diferença nacional na fronteira - como moedas, línguas, as placas dos carros ou as bandeiras nacionais - marcam fronteiras simbólicas no contexto de zona de contatos e conflitos envolvendo brasileiros e paraguaios.

Considerações finais

A guerra é um marco divisório da memória nacional e suas narrativas e rituais são constantemente reatualizados, lembrados e acionados para os mais diferentes fins políticos. Isso causa a impressão que

a guerra no Paraguai, especialmente nessa zona fronteiriça, pertence a um tempo vivo da memória, enquanto no Brasil é algo pretérito, o tempo fugidio do esquecimento. Parece existir temporalidades diferentes de um lado e outro da fronteira nacional. No Brasil, algo distante e acabado. No Paraguai, um fenômeno próximo, experiência histórica inacabada e que marca negativamente o destino coletivo do país. Claro que essa divisão entre “o lado de cá” e o “de lá da fronteira” não obedecem necessariamente os critérios políticos e jurídicos dos limites internacionais. Os alunos que estudaram no Paraguai e hoje vivem no Brasil têm uma imagem diferente dessa guerra em comparação aos outros estudantes brasileiros. Por outro lado, não são todos os paraguaios que lembram e narram episódios dessa guerra, muitos, especialmente aqueles que estão mais afastados dessa zona de mais contatos e tensões com brasileiros, podem não fazer mais nenhuma vinculação entre a situação presente e aquela guerra do século XIX.

Os ressentimentos coletivos em relação à guerra são fontes importantes para a construção da identificação nacional paraguaia e para a compreensão das lutas e reivindicações políticas nesta zona fronteiriça. Os ressentimentos podem ser entendidos como sentimentos duradouros de raiva, inveja, rancor, desprezo, sensação de impotência e rivalidade, humilhação e desejo de vingança (Ansart, 2004).

De que forma os brasileiros interpretam essa “mágoa” dos paraguaios? Uma possível leitura é que esse ressentimento de perda já “está no sangue” dos paraguaios. “O que é paraguaio leva isso no sangue (...) porque já vinha no sangue dele da época da guerra do Paraguai e Brasil. Houve muita coisa má naquela guerra e veio no sangue deles daquela vez lá” (Jackson Bressen, 2004). A expressão “no sangue” aqui não se refere diretamente a uma herança biológica e hereditária dos “rancores da guerra”. O termo pode ser compreendido em seu sentido figurativo como algo que está intimamente relacionado à identidade de um grupo social, profundamente enraizado na memória coletiva do povo paraguaio e que vem sendo transmitido de geração em geração pela tradição oral camponesa. Como afirma o mesmo entrevistado: “eu acho que o problema vem porque os bisavós destas pessoas que estão vivas foram combatentes, os bisavós, avós, o que seja, vem passando de geração em geração, eles vem botando isso na mesa ainda”(Jakson Bressen, 2004). No sentido metafórico do sangue, recordo-me de José Saramago,

todo o sangue tem a sua história. Corre sem descanso no interior labiríntico do corpo e não perde o rumo e nem o sentido. Enrubesce de súbito o rosto e empalidece-o fugindo dele, irrompe bruscamente de um rasgão da pele, torna-se capa protetora de uma ferida, encharca campos de batalha e lugares de tortura, transforma-se em rio sobre o asfalto de uma estrada (Saramago, 2013).

O sangue, lido como metáfora dessa memória coletiva, pode ser indicativo das circulações, repetições, atualizações, transmissões, inovações e irrupções desses relatos da guerra nas diferentes situações conflituosas no passado e no presente. A “ferida aberta”, o “calvário”, as “amputações territoriais”, o “derrame migratório” são expressões metafóricas desta perspectiva de pensar a fronteira

entre o Paraguai e o Brasil e traduzem sentimentos de ruptura e perda de um “passado promissor” interrompido por uma guerra de extermínio, um divisor de águas e de sangue na história nacional. Os andaimes destruídos por esse passado de guerra ainda pesa sobre os ombros e cérebros de muitos paraguaios vivos. São correntezas de memórias que lutam contra esquecimentos e podem desenhar novas formas de resistências e lutas sociais na região de fronteiras.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, José Lindomar C, (2010), *A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios entre o Brasil e o Paraguai*. São Paulo: Annablume.
- AMADO, Janaina, (1995), “O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral”. *História*, 14:125-36.
- ANDERSON, Benedict, (1993), *Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- ANSART, Pierre, (2004), “Historia e memória dos ressentimentos”, Stella Bresciani & Márcia Naxara (orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Unicamp.
- BENJAMIN, Walter, (1994), *Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre a literatura e a história da cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- BRASIL. Ministério de Relações Exteriores, “Estimativas populacionais das comunidades brasileiras no mundo” (2013), [www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades], consultado em 12/12/2014.
- CHIAVENATO, Júlio José, (1979), *Genocídio americano: a guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense.
- CONNERTON, Paul, (1999), *Como as sociedades recordam*. Lisboa: Celta Editora.
- DORATIOTO, Francisco, (2002), *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HALBWACHS, Maurice, (2006), *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.
- LAINO, Domingo, (1976), *Paraguay: de la independencia a la dependencia*. Asunción: Ediciones Cerro Corá.
- NORA, Pierre, (1993), “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*, 10: 7-27.
- POLLAK, Michael, (1989), “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, vol. 2, 3: 3-15.
- SARAMAGO, José. “O sangue em Chiapas”, [http://caderno.josesaramago.org/58506.html], consultado 16/06/2013.
- SEIXAS, Jacy Alves de, (2004), “Percurso de memórias em terras de história: problemáticas atuais”, Stella Bresciani & Márcia Naxara (orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Unicamp.
- TURNER, Frederick Jackson, (2004), “O significado da fronteira na história americana”, Paulo Knauss. *Oeste americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Niterói: UFF.

Entrevistas citadas

- Domingo Quiñonez, professor de História, San Alberto, Alto Paraná, Paraguay, entrevista realizada em 25/11/2004.
- Gilberto, estudante do terceiro ano A do Ensino Médio, Colégio Estadual Costa e Silva, Foz do Iguaçu, entrevista realizada em 29/05/2013.
- Jakson Bressen, imigrante brasileiro e empresário agrícola, Santa Rita, Alto Paraná, Paraguay, entrevista realizada em 17/11/2004.
- Luis Aguayo, líder da Mesa coordenadora Nacional de Organización Campesina (MCNOC), Asunción, entrevista realizada em 26/10/2004.
- Mário, estudante do terceiro ano A do Ensino Médio, Colégio Estadual Costa e Silva, Foz do Iguaçu, entrevista realizada em 29/05/2013.

Valderez de Martins, professora de Biologia, Colégio Estadual Costa e Silva, Foz do Iguaçu, entrevista realizada em 28/05/2013.

MEMÓRIAS E RESISTÊNCIAS NA GUERRA CIVIL DE ESPANHA: PROCESSOS DE EMBLEMATIZAÇÃO NA RAIA LUSO-ESPANHOLA²²².

Dulce Simões.

INET-MD/FCSH-UNL

*O tumulto da Espanha abriu fundas ravinas nas nossas
vidas (...) Estaríamos todos de um lado ou do outro, e
mesmo os nossos problemas particulares, as nossas
amarguras, as nossas traições, tudo deixava de ter sentido, o
estrito sentido que teria antes, para só significar em função
disso (Jorge de Sena)²²³.*

*¿A dónde iré que no vaya mi perdición a buscar?(Miguel
Hernández)²²⁴.*

1. A fronteira luso-espanhola ligou e separou as populações em função de contextos específicos, pautados pela política dos estados ibéricos e pelos interesses locais, tecendo uma história partilhada. Durante as ditaduras ibéricas a fronteira representou um instrumento de proteção e de resistência, uma linha imaginária demarcando a vida e a morte de milhares de pessoas. A guerra civil espanhola (1936-1939) materializou um momento de rutura temporal na vida das populações fronteiriças, estabelecendo um antes e um depois, e adquiriu significância histórica ao ser socialmente apropriada pelas comunidades. Num passado anterior aos fluxos migratórios e à desvitalização da agricultura, as relações sociais entrelaçavam o trabalho rural com diversificadas redes de trocas informais, das quais o contrabando de café foi a mais duradoura. Hoje, encontramos novas modalidades relacionais em tempos festivos, ou dinamizadas por agentes culturais e representantes autárquicos, já que os quotidianos das povoações raianas estão esvaziados de gente. A memória de relações de interdependência fala-nos de solidariedades no contexto da guerra civil espanhola e do pós-guerra, de “matar a fome” e “salvar a vida” aos vizinhos espanhóis. A memória de um passado traumático e doloroso foi recentemente apropriada pelos interesses do presente, num processo de patrimonialização e visitação turística de povoações que

²²² Este texto foi realizado no âmbito do projecto de investigação *Cooperación Transfronteriza y (Des)Fronterización: Actores y Discursos Geopolíticos Transnacionales en la Frontera Hispano-Portuguesa*, coordenado por Heriberto Cairo Caro, na Universidad Complutense de Madrid, financiado pelo Plan nacional de I+D+I del Ministerio de Educación y Ciencia de España (Ref. CO2012-34677).

²²³ *Sinais de Fogo*, Circulo de Leitores, 1989, pp. 431-432.

²²⁴ *El Rayo que no Cesa*, Libro de www.interlectores.com, 2010. Versão eletrónica consultável em: <http://es.slideshare.net/interparaguay01/el-rayo-que-no-cesa-de-miguel-herandez>

se tornaram emblemáticas no acolhimento aos refugiados republicanos no contexto da guerra civil, como Cambedo da Raia na fronteira galaico-portuguesa (Godinho, 2012 e 2014) e Barrancos, no Baixo Alentejo (Simões, 2009 e 2013), ou através da criação de novos lugares e percursos de memória. A recuperação da memória revela uma necessidade das comunidades construírem identidades, num mundo que perdeu a utopia ou a capacidade de olhar o futuro com confiança (Cenarro, cit. em Espinosa, 2010: 53). No entanto, a memória colectiva (Halbwachs, 1950) não é apenas uma conquista dos grupos sociais, é também “um instrumento e um objectivo de poder” (Le Goff, 1989: 46), quando negociada e posteriormente patrimonializada em versões consensuais, “que não abrem caminho à esperança” (Godinho, 2014: 194).

Neste artigo questiono os usos políticos da memória da guerra civil espanhola, a partir de dois casos que resultam de uma etnografia intensiva e de revisitação da raia do Baixo Alentejo. Num tempo em que os fenómenos de emblematização local acompanham o processo de criação de patrimónios culturais materiais e imateriais à escala global. O primeiro caso interceta processos de construção da memória social com estudos que tenho desenvolvido nos últimos dez anos nas povoações raianas de Barrancos (Baixo Alentejo) e Oliva de la Frontera (Badajoz - Extremadura). Nestes processos estabelecem-se relações entre os acontecimentos e a ordem social vigente, por meio de iniciativas consensuais que se inscrevem no presente, objetivadas por diversas visões do passado e do futuro. O segundo caso provém da observação e interrogação sobre os “lugares de memória” (Nora, 1984) dedicados ao poeta Miguel Hernández, nas povoações fronteiriças de Rosal de la Frontera (Huelva - Andaluzia), Vila Verde de Ficalho e Moura (Baixo Alentejo), construídos a partir de um passado recriado e re-significado no quadro de relações institucionais.

2. Em 2009 o governo regional da Extremadura atribuiu ao “Povo de Barrancos” a “Medalla de Extremadura”, como símbolo de reconhecimento e gratidão pela solidariedade e acolhimento aos estremenhos forçados a fugir do seu País por conflitos sociais e políticos, e inscreveu a memória dos acontecimentos na história estremenha²²⁵. O reconhecimento institucional resultou de uma conjuntura política favorável, que entrelaçou a divulgação do meu primeiro trabalho de investigação com o movimento social pela recuperação da memória histórica da repressão franquista na Extremadura²²⁶. Como assinalou Paula Godinho (2014), relativamente ao trabalho que tem desenvolvido na fronteira entre Portugal e a Galiza, “a antropóloga não está fora dos eventos, porque não pode estar fora do mundo e das realidades que lhe foram descritas” (2014: 197). No mesmo sentido, participei em encontros

²²⁵ “A principios del siglo XIX para los liberales que escapaban de los Cien Mil Hijos de San Luis y, poco antes de la Guerra Civil, también para los propietarios de tierras que huían de las revueltas agrarias, y especialmente para los refugiados extremeños de la Guerra Civil Española, muchos de los cuales salvaron sus vidas gracias a la solidaria acogida dispensada a los centenares de republicanos que pudieron sobrevivir como consecuencia de la generosidad del pueblo de Barrancos.” Presidencia de la Junta, Decreto 172/2009, de 31 de julio, de concesión de la Medalla de Extremadura al pueblo de Barrancos. (2009040193).

²²⁶ O livro *Barrancos na Encruzilhada da Guerra Civil de Espanha. Memórias e testemunhos, 1936*, publicado pela Câmara Municipal de Barrancos e as Edições Colibri em 2007, foi traduzido para castelhano e publicado na Editora Regional de Extremadura em 2008.

académicos, jornadas e homenagens, a convite de diversas entidades e associações, e assumi compromissos com pessoas de ambos os lados da fronteira.

O caso dos campos de refugiados republicanos em Barrancos, que representava uma memória privada, circunscrita à vida dos seus protagonistas, familiares e testemunhas, gerou conexões entre indivíduos e grupos e emergiu como “objeto histórico” pela sua mediatização²²⁷. O trabalho de investigação serviu de base ao guião do documentário “Los Refugiados de Barrancos”, das Producciones Morrimer²²⁸, e mobilizou um grupo de cidadãos espanhóis a criar uma página no Facebook a favor da “Medalla de Extremadura para o Povo de Barrancos”²²⁹. A 9 de Setembro de 2009, no Teatro Romano de Mérida, numa cerimónia mediatizada, e perante uma audiência heterogénea, o presidente da Câmara Municipal de Barrancos exaltou os valores da comunidade que democraticamente representava: “a gente barranquenha transfigura-se nos momentos difíceis e reforça a sua identidade cultural com atitudes que a dignificam, foi no passado, é no presente! A força da sua autonomia moral renasce e reforça-se em momentos de crise”. A evocação do passado construía uma ideia de comunidade solidária, como valor unificador para as gerações futuras, numa versão consensual e patrimonial. Todavia, alguns barranquinhos que se deslocaram a Mérida para assistirem à cerimónia, atribuíram a homenagem ao tempo do contrabando, relembando as redes informais e as relações de interdependência económica construídas com os vizinhos espanhóis ao longo do tempo.

Em Abril de 2010, o município de Oliva de la Frontera (Badajoz - Extremadura) erigiu um memorial ao Povo de Barrancos e ao tenente da Guarda Fiscal António Augusto de Seixas, pelo acolhimento aos refugiados republicanos que fugiram ao extermínio perpetrado pelos sublevados em Setembro de 1936. No discurso inaugural, o presidente do governo regional da Extremadura, Guillermo Fernández Vara, atribuiu à Constituição Espanhola de 1978 a possibilidade de construirmos uma memória da resistência às ditaduras ibéricas, inserida no quadro das relações políticas e democráticas entre Portugal e a Extremadura. Para o alcalde de Oliva de la Frontera, Víctor Morera Mainar, a homenagem representava a gratidão dos oliveros que sobreviveram ao genocídio perpetrado pelas forças golpistas. Num discurso que dignificava a luta e os ideais dos resistentes republicanos ratificava publicamente o compromisso político pela recuperação da memória histórica da repressão franquista. Para o presidente da Câmara Municipal de Barrancos, António Pica Tereno, a cerimónia legitimava a solidariedade raiana como componente identitária de uma comunidade unida pela cultura, pela memória e pela história aos vizinhos espanhóis. O

²²⁷ Carlos Pessoa, jornalista do *Público*, começou por divulgar em 2007 estudos de caso a partir de trabalhos dos antropólogos Paula Godinho, Luís Cunha e Dulce Simões, contribuindo para a mediatização das memórias da guerra na fronteira. Da troca de correspondência ficaram as suas palavras sobre os obstáculos à produção destes trabalhos: “Desde 2007, quando saí a história sobre o Tenente Seixas, este é o quarto trabalho publicado. Muito pouco se pensamos no tempo entretanto transcorrido e no número de histórias sobre as quais estou a reunir informação, mas imenso se considerarmos o ambiente coletivo desfavorável a estes assuntos e o desinteresse e alheamento por parte dos *media*” (correspondência particular de 19/1/2011).

²²⁸ Documentário “Los Refugiados de Barrancos”, consultável em: <https://vimeo.com/21741732>

²²⁹ “La concesión de la medalla de Extremadura, por parte de la Junta de Extremadura, al pueblo de Barrancos, no sólo sería un gesto de agradecimiento histórico a tan humanitaria actuación, de verdad y de justicia; si no sería también un símbolo más de hermanamiento entre Extremadura y Portugal. Por todo ello la ARMEX, se suma a la iniciativa que desde el pasado 19 de enero de 2009, un grupo de usuarios de la red social Facebook, impulsan un colectivo “a favor de la medalla de Extremadura para Barrancos. Certificado da ARMEX assinado pelo seu presidente José Manuel Corbacho Palacios, a 16/2/2009.

memorial, erigido com pedras provenientes do rio Ardila e encimado por uma mão aberta, em mármore, representava o acolhimento e o percurso de centenas de republicanos que cruzaram a fronteira para escapar à morte. Numa placa de bronze foram inscritos os valores da solidariedade e da humanidade atribuídos ao tenente António Augusto de Seixas, como princípios orientadores para as gerações futuras. A audiência reunia representantes do governo regional e municipal da Extremadura, membros da Asociación de Recuperación de la Memoria Historica da Extremadura, familiares de refugiados republicanos e do tenente Seixas, pessoas de diferentes gerações e classes sociais que interpretaram a cerimónia em função das suas experiências de vida, das suas lutas presentes e das suas expectativas futuras.

Oliva de la Frontera foi a última povoação estremenha a ser ocupada pelos sublevados. Em Setembro de 1936 concentraram-se na vila e nos campos milhares de refugiados provenientes de povoações vizinhas da Extremadura e da província de Huelva, fugidos ao extermínio (Espinosa, 2003). Os comités de Defesa de Oliva, constituídos por diferentes grupos político-partidários, prestaram apoio às necessidades de alimentação destas pessoas, assaltando armazéns e celeiros dos proprietários mais abastados (Valero, 2007). A 21 de Setembro de 1936, após a ocupação pelas forças golpistas, centenas de republicanos ficaram encurralados entre o fogo dos sublevados e a fronteira portuguesa e decidiram cruzar o rio Ardila, sem a garantia de serem recebidos pelo governo de Salazar como refugiados políticos. À fronteira de Barrancos chegaram relatos de fuzilamentos de parentes e amigos, que contribuíram para portugueses e espanhóis partilharem o terror e a emoção coletiva do conflito (Simões, 2013).

Em Setembro de 1988, o alcalde Manuel Méndez (1987-1991), filho de um refugiado republicano, iniciou o processo de dignificação das vítimas da repressão, ao trasladar os corpos dos fuzilados, de uma fossa comum para um memorial no interior do cemitério. A iniciativa local antecipava a política que o Partido Socialista Obrero Español (PSOE) desenvolveu a partir de 1995, a favor da reparação dos “vencidos da guerra” e da condenação do franquismo (Molinero, 2015: 328). Em 2006 participei na “Homenagen a la Dignidad” no cemitério de Oliva de la Frontera, organizada a 21 de Setembro pelo PSOE local e pela Asociación para la Recuperación de la Memoria Histórica de Extremadura (ARMHEX). A homenagem realiza-se anualmente e reúne familiares dos republicanos fuzilados e represaliados, representantes políticos e membros de associações cívicas. A componente performativa da cerimónia, com rituais e símbolos (como a colocação da bandeira republicana na laje do memorial), constitui um meio privilegiado de transmissão e conservação da memória coletiva do grupo. Todavia, em Oliva de la Frontera permanece a “cultura do medo” (Narotzy & Smith, 2002), institucionalizada pelo estado franquista por meio da repressão violenta e indiscriminada, apoiada em jurisdição militar, que decretou “la muerte civil” (Casanova 2004: 23). A consequência social é o silêncio e o esquecimento (Valero, 2007, Simões, 2009) que a Lei da Amnistia (1977) e os discursos de reconciliação dos governos democráticos não libertaram, ao reabilitarem antigos opositores políticos e evitarem o julgamento dos responsáveis

pelos crimes da repressão franquista. Julian Casanova (2015) diz-nos que para combater o silêncio e a indiferença, face ao terror do passado, exigem-se políticas públicas de memória (2015: 305). No entanto, os usos políticos do passado a nível local não dependem das normativas impostas pelas políticas estatais, podem reunir o consenso e serem articulados em função de interesses políticos concretos, ou manter a amnésia social. Por outro lado, as populações fronteiriças continuam a partilhar realidades comuns, que impelem os agentes locais a substituírem as redes informais do passado, concorrentes com o campo estatal (Godinho, 2014: 197), por novas formas de cooperação transfronteiriça institucionalizadas.

3. Em Maio de 1990 realizou-se em Rosal de la Frontera (Huelva) uma homenagem ao poeta Miguel Hernández, no âmbito das comemorações do 50º aniversário da sua morte²³⁰. A iniciativa institucional partiu de uma comissão que envolveu representantes da cultura da Junta da Andaluzia, da Diputación de Huelva, do Ayuntamiento de Rosal, de associações culturais e agentes locais. O programa foi composto por cerimónias e atividades culturais em ambos os lados da fronteira, nas quais participaram o presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde de Ficalho, representantes autárquicos, professores, estudantes das escolas de Ficalho, e Lúcia Izquierdo, viúva do filho de Miguel Hernández. Na antiga prisão municipal de Rosal, convertida em Casa da Cultura, foi descerrada uma placa com o seu nome, e no largo principal de Vila Verde de Ficalho foi inaugurado um monólito em sua memória. Os “lugares de memória” (Nora, 1984) dedicados ao poeta Miguel Hernández, em ambos os lados da fronteira, recordam no espaço público a repressão e colaboração das autoridades portuguesas e espanholas durante as ditaduras, que conduziram ao assassinato e tortura de milhares de pessoas, entre as quais o jovem poeta. Todavia, são recriações do passado que geram alguma perplexidade junto de colectivos que não participaram nestes processos memoriais. Em finais de Maio de 1990, o historiador Francisco Espinosa descolou-se a Rosal de la Frontera para recuperar a memória de represaliados republicanos, no âmbito do seu trabalho de investigação sobre as memórias da guerra civil em Huelva (Espinosa, 1996). Ao longo das suas conversas confirmou que as iniciativas municipais de homenagem a Miguel Hernández indignavam um colectivo de resistentes republicanos, para o qual o passado assemelhava-se a “um país estrangeiro” (Lowenthal, 1985), pela barbárie e repressão vividas após a ocupação franquista e durante a longa ditadura.

Em 1936, quando as tropas golpistas entraram em Rosal de la Frontera a 28 de Agosto, encontraram uma povoação quase deserta e alguns resistentes que foram subjugados em escassos minutos. A maioria dos republicanos fugira ao extermínio no dia 26, uns procurando refúgio em Portugal, outros encetando uma longa caminhada para a zona republicana. Nas eleições municipais de 1936 tinha vencido a C.I. uma coligação de partidos de esquerda (Espinosa, 1996: 44), e após o golpe militar de 18 de Julho os mineiros de Riotinto controlaram a vila, encarceraram as pessoas conotadas com os

²³⁰ Miguel Hernández Gilabert (Orihuela, 30 de Outubro de 1910 - Alicante, 28 de Março de 1942) poeta e dramaturgo da literatura espanhola do séc. XX.

sublevados e ocuparam o quartel da Guardia Civil. Com a ocupação das tropas franquistas iniciou-se um período de terror, que encontrou no cura e no médico os principais instigadores dos assassinatos. Numa vila de 3.152 habitantes foram fuziladas 150 pessoas em 1936, e 100 em 1937 (Espinosa, 1996). A 15 de Agosto de 1988 foi colocada uma placa de homenagem aos republicanos fuzilados numa das fossas comuns do cemitério, que segundo o relatório das fosas comuns da repressão franquista na província de Huelva tem cerca de 200 pessoas²³¹. A iniciativa deveu-se a um colectivo que negou o esquecimento, por meio de uma placa que diz: “Homenaje a nuestros mártires por la democracia y la libertad 1936-1939”.

Em 2013 Rafael Moreno publicou o livro *Perseguidos*, com prefácio do historiador Francisco Espinosa, editado pela CGT de Andalucía, no qual reúne um conjunto de artigos resultantes do seu trabalho de investigação, entre os quais “Miguel Hernández Gilabert, el infortunio en La Raya” (Moreno, 2013: 89-105). No artigo diz-nos que no 1º interrogatório realizado a 4 de Maio de 1939, na prisão municipal de Rosal de la Frontera, Miguel Hernández declarou: “Llegué en camión hasta cuatro kilómetros de Aroche. Atardecía. En el pueblo merendé y me compré unas alpargatas esparteñas. Sobre las nueve de la noche, solo y sin conocer el terreno, crucé la frontera”. A 30 de Abril de 1939 entrou na vila de Santo Aleixo da Restauração pela Rua da Fonte de Aroche, que os vizinhos espanhóis designam por Caminho de Aroche, e deteve-se na fonte para saciar a sede. Um jovem, conhecido por Romão “Galinhas”, veio ao seu encontro e levou-o a casa dos pais, Romão Gonçalves e Lourença Marques²³². Na casa térrea da Rua da Fonte, Miguel Hernández foi acolhido por uma família de trabalhadores rurais. O seu objectivo era chegar a Lisboa para encontrar-se com Gabriela Mistral, embaixadora do Chile, e obter um visto para Santiago. No dia seguinte terá partido para Moura, onde tentou vender o único objeto de valor que possuía, um relógio de ouro, prenda de casamento do amigo Vicente Aleixandre²³³. Segundo Rafael Moreno (2013), o proprietário da loja denunciou-o à Polícia Internacional, e foi detido no dia 4 de Maio de 1939 e entregue no Posto Fronteiriço de Rosal de la Frontera. Segundo o autor, Miguel Hernández tinha 20 escudos no bolso, dois salvo-condutos inúteis, o livro “La destrucción del amor” (Premio Nacional de Literatura de 1933) do poeta Vicente Aleixandre, e um exemplar do auto sacramental “Quién te ha visto y quién te ve y sombra de lo que eras”, obra teatral que escrevera em 1933 na sua terra natal, Orihuela. Os agentes portugueses receberam cinco pesetas, valor atribuído pelo regime de Franco aos colaboracionistas por cada refugiado republicano que entregavam na fronteira. Na prisão de Rosal Miguel Hernández foi interrogado pelo agente de segunda classe Antonio Márquez Bueno e pelo agente auxiliar Rafael Córdoba Collado, do Cuerpo de Investigación y Vigilancia, que identificaram o poeta como “Miguel Hernández Gilabert, de 28 años, casado en la que fue zona roja, de profesión escritor e hijo de Miguel y Concepción. Fue entregado en este puesto fronterizo por haber pasado clandestinamente desprovisto de la documentación necesaria a este efecto”. A conclusão do

²³¹ Consultável em: http://www.todoslosnombres.org/sites/default/files/mapas_fosas/fosas_huelva.pdf

²³² Segundo a memória local o casal tinha três filhos, Lourença, José e Romão que não tiveram descendentes. Lourença e José morreram solteiros, vítimas de tuberculose. Romão nunca casou, e terminou os seus dias no Lar de Nossa Senhora da Conceição, em Barrancos.

²³³ Vicente Aleixandre (Sevilha, 1898 - Madrid, 1984) foi um poeta espanhol, Prémio Nobel de Literatura em 1977.

interrogatório foi condenatória: “Es de suponer que este individuo haya sido en la que fue zona roja por lo menos uno de los muchos intelectuales que exaltadamente ha llevado a las masas a cometer toda clase de desafueros, si es que él mismo no se ha entregado a ellos”. A 9 de Maio de 1939 Miguel Hernández ingresou na Prisão Provincial de Huelva, e a 11 de Maio foi transferido para a Prisão Provincial de Madrid. Os documentos do interrogatório levavam o selo da Jefatura de Seguridad del Puesto de Rosal de la Frontera e ocupavam as primeiras páginas do Procedimiento Sumarísimo de Urgencia 21.001 que condenou o poeta à pena de morte, segundo a sentença de 18 de Janeiro de 1940. Pela intervenção do seu amigo José María de Cossío, junto de outros amigos falangistas, a pena foi comutada para trinta anos e um dia de prisão, e conduziram-no a novos presídios e penas, até falecer a 28 de Março de 1942 na enfermaria do Reformatório de Adultos, de Alicante (Moreno, 2013: 89-105).

No arquivo da PIDE/DGS consultei o processo de Miguel Hernández, composto por três documentos: uma ordem de detenção, uma ficha cadastral e uma ordem de expulsão. A ordem de detenção está datada de 1 de Maio de 1939 e foi assinada pelo Encarregado do Sub-Posto da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) de Sobral D'Adiça, José Pereira Bento:

“Miguel Hernández Gilbert filho de Miguel Hernández Sanchez e de Concepción Gilabert Giner, de 28 anos, casado, escritor, natural de Oriluela, província de Alicante, que hoje foi entregue neste Sub-Posto pela Guarda Nacional Republicana do concelho de Moura, por se encontrar indocumentado”.

Na ficha cadastral está inscrito o nome, a filiação, a data de nascimento (30-10-1910), a altura (1,70cm), a “Instrução” (5º ano dos liceus), as impressões digitais e o “Motivo da captura”: *indocumentado*. Na rubrica “Marcas e cicatrizes”, o capitão João Amado de Vasconcelos escreveu e assinou a sentença, a tinta vermelha: “Expulso sumariamente pela fronteira de Vila Verde de Ficalho, em 2-05-1939, por ser indesejável”²³⁴. A ordem de expulsão, datada de 3 de Maio, foi assinada pelo Chefe do Posto da PVDE de Ficalho, Carlos Casaca Velez: “foi ontem expulso sumariamente por esta fronteira, por ordem do Exmo Senhor Capitão Amado”. Miguel Hernández cumprira os desígnios que Salazar e a polícia política determinaram para os refugiados republicanos: o de “indesejáveis” dentro e fora do seu país, expulsos e condenados sumariamente.

Em Rosal de la Frontera, a memória do extermínio, da repressão franquista e das ditaduras ibéricas está consensualmente representada na figura do poeta Miguel Hernández, por meio da reconversão de espaços de repressão em “lugares de memória”. Na Casa de Cultura Miguel Hernández, situada na Avenida de Portugal, encontramos o centro de interpretação da vida e obra do poeta e a recriação da cela onde esteve detido em 1939. O fenómeno de emblematização cruzou a fronteira num modelo institucionalizado, para reconstruir relações desarticuladas pelos fluxos migratórios, num tempo de construir património que sirva o presente. Em 2008 foi inaugurado o Largo Miguel Hernández em Vila Verde de Ficalho, por representantes do poder local de ambos os lados da fronteira. Em 2010 o município

²³⁴ ATT, Arquivo PIDE/DGS, Proc. cr: 532/939.

de Rosal de la Frontera assinalou o centenário de nascimento do poeta com a inauguração de um monólito, encimado por um busto de bronze. O memorial está situado na entrada da vila, junto à antiga Aduaneira, de costas voltadas para Portugal e de frente para Espanha. A cerimónia reuniu representantes do poder local, provincial e regional da Andaluzia e a nora do poeta. A imprensa divulgou amplamente o evento, designando Miguel Hernández como “un preso universal”²³⁵. Para Augusto Thassio, escritor e diretor do Centro de Cultura as iniciativas que tem impulsionado em ambos os lados da fronteira, são uma forma de “sara as feridas do passado”²³⁶.

Em Santo Aleixo da Restauração a memória de Miguel Hernández foi ativada por historiadores, jornalistas e investigadores espanhóis que inquiriram vizinhos e fotografaram a casa de acolhimento nos anos de efervescência memorial. Mas, o acolhimento ao poeta, não representou uma exceção à solidariedade local para com os refugiados republicanos, foi uma prática de resistência que exigiu a intervenção policial do Administrador do Concelho de Moura²³⁷. Na confidencial de 24 de Agosto de 1937, dirigida ao Diretor da PVDE, o Administrador do Concelho denunciava a existência de espanhóis refugiados nos campos de Santo Aleixo, que acusava de cometerem assaltos às herdades situadas junto à fronteira e de receberem proteção dos habitantes locais²³⁸. Os processos da PVDE aos vizinhos João Baptista Tomás, Luís Fernandes Rodrigues, Luís Cipriano e Joaquim Palma Machado, de Santo Aleixo da Restauração, detidos em Barrancos em 1937 por “auxiliarem com víveres os marxistas espanhóis refugiados em Portugal”, testemunham a repressão e a resistência das populações raianas²³⁹.

A 12 de Maio de 2012 foi inaugurado em Moura o “Jardim das Oliveiras «Miguel Hernández»”, no âmbito do programa da XII Olivomoura. Um projecto pensado numa lógica de interligação entre espaços museológicos relacionadas com a olivicultura, como espaço lúdico-pedagógico para divulgar a cultura da oliveira, um dos principais recursos económicos da região²⁴⁰. Segundo afirmou o então vereador Santiago Macias, historiador e atual presidente da Câmara Municipal de Moura:

²³⁵ Consultável em: <http://www.elmundo.es/elmundo/2010/06/12/andalucia/1276357884.html>

²³⁶ Consultável em: <http://huelvabuenasnoticias.com/2015/04/29/rosal-sana-las-heridas-de-miguel-herandez-recordando-su-figura-a-ambos-lados-de-la-frontera/>

²³⁷ Os administradores dos concelhos foram definitivamente suprimidos pelo Código Administrativo de 1936, continuando, todavia, a exercer funções policiais até 31 de Dezembro de 1937, que segundo o artº 80º do mesmo diploma, competiam ao Presidente da Câmara Municipal.

²³⁸ Arquivo Municipal de Moura, Correspondência do Administrador do Concelho, Confidencial de 24 de Agosto de 1937.

²³⁹ João Baptista Tomás “João Traga Cobras” (Proc. 1435/937) Natural de St.º Aleixo, 22/1/1905, filho de José Francisco Tomás e Rosalina Baptista. Preso pelo posto de Barrancos em 28/10/1937 por auxiliar com víveres os marxistas espanhóis refugiados em Portugal recolhendo aos calabouços do posto da GNR de Barrancos. Transferido para a cadeia civil de Moura, restituído à liberdade em 19/11/1937. Luís Fernandes Rodrigues (Proc. 1435/937) Natural de St.º Aleixo, 5/5/1910, Afonso Augusto Rodrigues e Manuela Fernandes Rodrigues. Preso pelo posto de Barrancos em 28/10/1937 por vender diversos artigos aos marxistas espanhóis refugiados em Portugal com conhecimento do seu destino. Recolhendo aos calabouços do posto da GNR de Barrancos (O.S. 306). Transferido para a cadeia civil de Moura a 30/10/1937. Restituído à liberdade em 19/11/1937. Luís Cipriano (Proc. 1435/1937), Natural de St.º Aleixo, 11/9/1893, filho de António Cipriano e Andreia Maria. Preso pelo posto de Barrancos em 28/10/1937 por auxiliar com víveres os marxistas espanhóis refugiados em Portugal. Recolhendo aos calabouços do posto da GNR de Barrancos (O.S. 306). Transferido para a cadeia civil de Moura em 30/10/1937. Restituído à liberdade a 19/11/1937. Registo Geral de Presos, livro 45, Joaquim Palma Machado (Proc. 1526/937) Trabalhador. Natural de St.º Aleixo, 15/2/1918, Filho de Manuel Machado e de Catarina da Palma. Preso pelo posto de Barrancos em 18/11/1937 por prestar auxílio aos marxistas espanhóis refugiados em Portugal. Recolheu à cadeia civil de Moura. Restituído à liberdade em 30/11/1937. ATT, PIDE-DGS, Registo Geral de Presos, Livro 44.

²⁴⁰ Consultável em: <http://www.cm-moura.pt/servicos.php?cp>

“O Jardim das Oliveiras passa a ser um espaço pedagógico, turístico e que tem objetivos também culturais, relacionados com o facto de lhe ter sido atribuído o nome de Miguel Hernández, um poeta da vizinha Espanha, que foi preso em Moura, na altura da guerra civil espanhola”²⁴¹.

A 18 de Agosto de 2009 Santiago Macias publicara no seu blogue o poema “Aceituneros” de Miguel Hernández, e designava o poeta como “um nome grande da poesia espanhola e de todo o mundo”, referindo que o concelho de Moura guardava “a duvidosa «honra»” de ter sido o local em que “o poeta foi preso ao tentar atravessar a fronteira, poucos dias depois de terminada a Guerra Civil de Espanha”²⁴². A 30 de Outubro de 2011 Santiago Macias recordava a homenagem ao poeta realizada em Moura, integrada nas comemorações do centenário de nascimento, e anunciava a inauguração do “Jardim das Oliveiras”, do qual foi um dos mentores:

“Poeta de grande sentido telúrico e de profundo lirismo. Podia aqui recordar o seu texto sobre os *aceituneros* (bela palavra, sem tradução direta em português), mas já foi alvo de uma publicação no blogue. Hoje, em Moura foi dia de evocar Miguel Hernández, e uma forma da Câmara Municipal se associar ao final das comemorações do centenário do nascimento do poeta. Foi no nosso concelho que Miguel Hernández foi detido pela Guarda, para depois ser devolvido aos franquistas. Morreu em 1942, vítima de tuberculose. Tinha 32 anos. A esta homenagem juntar-se-á, no próximo ano, a inauguração do Jardim das Oliveiras, a que, por proposta que tive o prazer de subscrever, a Câmara Municipal de Moura deu o nome de Jardim Miguel Hernández”²⁴³.

No “Jardim das Oliveiras”, situado na horta do edifício do antigo Grémio da Lavoura, foram plantadas as espécies mais representativas do Alentejo, junto ao Museu do Azeite, antigo Lagar de Varas do Fojo, e do Centro de Estudos e Promoção do Azeite do Alentejo, onde se realizam atividades pedagógicas ligadas à olivicultura. No placar que identifica o espaço foi colocada à esquerda uma fotografia do poeta com uma breve biografia em português, espanhol e inglês, e à direita o poema “Aceituneros”. Em Moura, a homenagem institucional resgatou a memória das ditaduras ibéricas por meio de um poema em que a cultura da oliveira, apesar de intensiva e mecanizada, estabelece a relação entre o passado e o presente de uma atividade agrícola comum, para além de constituir um investimento para o futuro do desenvolvimento económico local e regional do Alentejo.

4. A principal finalidade de uma política pública da memória é a de proclamar a vigência dos valores democráticos como fundamento do modelo de organização das sociedades, e projetar esses valores para o futuro. Nesta função de afirmação os memoriais servem para homenagear ações individuais ou

²⁴¹ Consultável em <http://www.vozdaplancie.pt/index.php?go=arquivo&id=17780>

²⁴² Blogue, consultável em <http://avenidadasaliquia34.blogspot.pt/2009/08/aceituneros.html>

²⁴³ Blogue, consultável em: <http://avenidadasaliquia34.blogspot.pt/2011/10/miguel-herandez.html>

colectivas alicerçadas nos valores da liberdade e da solidariedade. No entanto, os “lugares de memória”, resgatados do passado como elementos simbólicos do património da memória, nascem do sentimento que a memória coletiva dos grupos se perdeu, por isso é necessário assinalar aniversários, organizar celebrações e homenagens. Ao selecionarem pessoas e acontecimentos que foram inscritos no espaço público e na história local, em função das necessidades do presente e de “expectativas futuras” (Koselleck, 1979), remeteram para o esquecimento memórias coletivas traumáticas e conflituais, como nos casos de Rosal de la Frontera (Huelva) e de Oliva de la Frontera (Badajoz).

As lutas pela memória representam lutas pelo futuro, sujeitas a diferentes usos políticos, e não terminam com a dignificação dos fuzilados e represaliados das ditaduras, mas possibilitam às novas gerações a construção de sociedades mais justas e democráticas (Mate, 2004; Gordillo, 2007). No caso da atribuição da “Medalla de Extremadura” ao “Povo de Barrancos” estamos perante um processo de reconhecimento construído “de baixo para cima”, que entrelaçou movimentos sociais em ambos os lados da fronteira e foi institucionalmente apropriado no quadro das relações políticas entre Portugal e a Extremadura. A homenagem contribuiu para a autoestima dos barranquenhos, obstou o esquecimento das ditaduras ibéricas, mas não serviu à libertação da memória dos vizinhos espanhóis. No entanto, permitiu a edificação do memorial ao “Povo de Barrancos e ao tenente Seixas” numa das entradas principais de Oliva de la Frontera, que cumpre uma dupla função. Por um lado, a de negar o esquecimento de acontecimentos traumáticos, apesar de manter a amnésia interna dos republicanos que jazem na fossa comum do cemitério. Por outro, a de edificar uma memória solidária forjada nas relações de vizinhança como projecto de futuro. Celebrar e recordar são ações que conferem aos memoriais a função de monumento, no sentido de uma obra humana edificada com a finalidade precisa de manter vigente, na consciência das gerações futuras, a recordação de acontecimentos ou de um projeto social. Como sinais e cenários os memoriais incidem de forma ambivalente e complementar no espaço público. Por um lado, assinalam em lugares visíveis e permanentes os valores que proclamam, por outro, oferecem um espaço privilegiado para acolher rituais sociais e institucionais da memória democrática, por meio de celebrações, homenagens e festas que pretendem reconstruir relações e laços de vizinhança que apenas o passado pode reatar. Nestes processos, os antropólogos têm um importante papel no questionamento dos modelos consensuais, pelo compromisso epistemológico com as pessoas, na edificação de uma memória da resistência que legitime os seus lugares na História.

Bibliografia

- CASANOVA, Julián, (2015), “O castigo no(s) pós-guerra(s)”, *Ditaduras e Revolução. Democracia e Políticas da Memória*, Coimbra, Almedina, pp. 291:305.
- (coord.), 2004, *Morir, Matar, Sobrevivir; la Violencia en la Dictadura de Franco*, Barcelona, Crítica.

- ESPINOSA, Francisco, (2010), *Violencia Roja Y Azul. España, 1936-1950*, Barcelona, Crítica.
- 2003, *La columna de la muerte. El avance del ejército franquista de Sevilla a Badajoz*, Barcelona, Crítica.
- (1996), *La Guerra Civil en Huelva*, Diputación de Huelva.
- GODINHO, Paula, (2014), "A violência do olvido e os usos políticos do passado", in *Antropologia e Performance. Agir, Atuar, Exibir*, Castro Verde, 100Luz, pp: 191: 205.
- (2012), *Usos da Memória e Práticas do Patrimônio*, Lisboa, Edições Colibri.
- GORDILLO GIRALDO, Cecilio, (2007), "El interés por la recuperación de la memoria histórica", in *La recuperación de la memoria histórica. Una perspectiva transversal desde las ciencias sociales*, Sevilla, Centro de Estudios Andaluces, pp.117-121.
- HALBWACHS, Maurice, (2004) (1950), *A Memória Colectiva*, São Paulo, Centauro Editora.
- KOSELLECK, Reinhart, (2006) (1979), *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro, Contraponto.
- LE GOFF, Jacques, (1989), "Memória". Enciclopédia Einaudi. Vol.1, Memória-História, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp.11-50.
- LOFF, Manuel, PIEDADE, Filipe e SOUTELO, Luciana (coord), (2015), *Ditaduras e Revolução. Democracia e Políticas da Memória*, Coimbra, Almedina.
- LOWENTHAL, David, (1985), *The Past is a Foreign Country*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MATE, Reyes, (2004), "Por una cultura de la memoria", in *El Canal de los Presos (1940-1962). Trabajos forzados: de la represión política a la represión económica*, Barcelona: Crítica, pp. XXXVII- XLVII.
- MOLINERO, Carme, (2015), "A herança do passado. O franquismo e a direita espanhola", in *Ditaduras e Revolução. Democracia e Políticas da Memória*, Coimbra, Almedina, pp. 307-330.
- MORENO, Rafael, (2013), *Perseguidos*, Sevilla, CGT-Andalucía.
- NAROTZKY, Susana e G. SMITH, (2002), "«Being politico in Spain». An Ethnographic Account of Memories, Silences and Public Politics", *History & Memory*, Indiana, University Press, pp.189-228.
- NORA, Pierre, (1984), *Les lieux de mémoire, 1. Les France : conflits et partages*, Paris, Gallimard.
- SIMÕES, Dulce, (2013), *Frontera y Guerra Civil Española. Dominación, resistencia y usos de la memoria*, Badajoz, Diputación de Badajoz.
- (2009), "Movimentos públicos e memórias privadas. Silêncios e discursos da guerra civil espanhola", *Cadernos CERU*, Centro de Estudos Rurais e Urbanos/NAP-CERU, Universidade de São Paulo, Série 2, v. 20, n.1, pp. 85-111.
- SCOTT, James, (1985), *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Haven and London, Yale University Press.
- VALERO, Antonio, (2007), "La Guerra Civil en Oliva de la Frontera, 1936-2006, 70 años de silencio y miedo", *Revista Feria de Septiembre*, Ayuntamiento de Oliva de la Frontera, p. 45-61.

CONTRABANDO NA RAI DA IDANHA: ENTRE AS MÁSCARAS DA ILEGALIDADE E OS DISCURSOS NACIONALISTAS²⁴⁴.

Eduarda Rovisco.

CRIA/ ISCTE-IUL

A multiplicação de estudos sobre as fronteiras da Europa nas últimas duas décadas - resultante da desintegração da URSS e da Jugoslávia, da diluição das fronteiras internas da União Europeia e do complementar e simultâneo endurecimento e dilatação da sua fronteira exterior - fez-se acompanhar por profundas alterações conceptuais e metodológicas na abordagem às fronteiras políticas. Uma delas reside no enfoque que passou a ser colocado nas práticas e discursos das populações raianas que deixaram de ser consideradas recetoras passivas das políticas emanadas dos centros de poder (Donnan e Wilson, 1999: 11; Sahlins 1991), destacando-se aqui o contributo trazido pela antropologia das fronteiras. Descrita como a investigação da vida das populações raianas, do Estado e das relações entre ambos (Donnan e Wilson, 1999; Wilson e Donnan, 1998), esta área de estudos tem revelado a grande heterogeneidade dos processos de gestão prática das fronteiras e, conseqüentemente, das modalidades locais de experienciar Estado e nação.

Iniciada dez anos após a entrada em vigor do Mercado Único Europeu (1993), a investigação que suporta esta comunicação inscreve-se neste movimento. Desenvolvida no âmbito de um doutoramento em antropologia dedicado à análise de processos de gestão prática e representacional na fronteira luso-espanhola depois de 1940, esta investigação baseou-se num trabalho de campo realizado nos anos de 2003-2005 em três localidades: Salvaterra do Extremo e Penha Garcia (ambas situadas no concelho de Idanha-a-Nova) e Zarza la Mayor (povoação espanhola da Província de Cáceres que dista cerca de cinco quilómetros de Salvaterra do Extremo). Uma vez que é sobre a travessia da fronteira que as pessoas falam quando falam em fronteira, sendo esta travessia sistematicamente remetida para as práticas de contrabando²⁴⁵, este tema tornou-se central nesta pesquisa e o seu próprio fio condutor. Nesta comunicação, cujo propósito consiste em contribuir para um debate em torno dos usos da memória do contrabando na fronteira luso-espanhola, começo por proceder a uma caracterização sumária do

²⁴⁴ Este texto integra o CD-ROM que reúne algumas das comunicações apresentadas na X Reunión de Antropología del Mercosur realizada em Córdoba (Argentina) em Julho de 2013. Uma primeira versão deste texto foi apresentada no IV Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia, não tendo então sido publicado. A segunda parte do texto originou ainda o último capítulo de uma tese de doutoramento (Rovisco, 2013).

²⁴⁵ O termo 'contrabando' é aqui usado importando o sentido atribuído pelas populações, ou seja, a circulação clandestina de mercadorias através da fronteira, passando ou não pelas alfândegas, distinguindo-se assim das definições produzidas pelos Estados Ibéricos que contrapõem 'contrabando' a 'descaminho' (cf Rovisco 2013: 73, 74). Deve ser referido que o discurso passível de ser hoje colhido na raia de Idanha sobre este tópico raramente se refere ao contrabando praticado antes da Guerra Civil de Espanha.

contrabando efetuado na raia de Idanha - entre os anos de 1940 e a abertura da fronteira²⁴⁶ - caracterização que permitirá enquadrar a análise dos discursos sobre o contrabando na construção da alteridade e nos processos de fronteirização no flanco português.

As máscaras do contrabando na raia de Idanha

Apesar das dissemelhanças entre o contrabando praticado nas cinco freguesias raianas do concelho de Idanha²⁴⁷, detetáveis ao nível da participação feminina (mais elevada em Salvaterra e Monfortinho)²⁴⁸ e do mais precoce abandono destas práticas nas freguesias do sul (Rosmaninhal, Segura e Salvaterra), em comum deteta-se um corte nas práticas do contrabando produzido em finais dos anos de 1940, marcado pelo declínio da exportação clandestina de alimentos para Espanha e pelo aumento da exportação clandestina de café. Enquanto em Salvaterra do Extremo, este produto foi transportado às costas por homens que levavam 20 a 25 quilos de café, em Penha Garcia, este produto foi sobretudo transportado em cavalos. Em qualquer dos casos, a maioria destes contrabandistas não trazia quaisquer mercadorias para Portugal. A introdução de cavalos no comércio clandestino de café nesta última localidade, permitindo transportar maiores quantidades de café e vendê-lo em locais mais distantes da fronteira e, como tal, a preços mais elevados, possibilitou acumular capitais que foram, a partir de meados dos anos de 1970, investidos nos negócios de contrabando de gado que se estenderam até à década de 1990. Apesar de o comércio clandestino de gado ter perdurado ao longo de quase duas décadas, em Penha Garcia, a memória forte do contrabando edifica-se, como em toda a raia deste concelho, sobre a exportação clandestina de café, silenciando outro tipo de práticas²⁴⁹.

Os discursos sobre contrabando colhidos na raia de Idanha-a-Nova revelam vários traços comuns. Por um lado, deteta-se uma permanente afirmação de que os homens espanhóis, implicados nas redes de contrabando de café, muito raramente se deslocavam a Portugal. Esta parca presença de contrabandistas espanhóis na raia portuguesa poderá ser explicada através da experiência de terror da repressão franquista vivida na vila, mas também porque os contrabandistas portugueses poderão não ter facilitado o envolvimento dos seus parceiros espanhóis, salvaguardando assim as vantagens económicas da exclusividade do transporte transfronteiriço deste produto. De acordo com contrabandistas da raia portuguesa, as práticas de contrabando exigiam uma série de atributos como coragem, humildade e capacidade de trabalho, atributos que, segundo os locais, não seriam comuns nas populações situadas do outro lado da fronteira. As populações instituem, assim, um paralelismo entre ser português e ser

²⁴⁶Ver, sobre este assunto, Rovisco (2013), nomeadamente o capítulo sobre os contextos sociais e históricos que permite enquadrar o processo de intensificação do contrabando resultante da falta de alimentos e subida de preços em Espanha na sequência da Guerra Civil, bem como o declínio destas práticas a partir de 1960 devido ao êxodo rural. Note-se que o concelho de Idanha-a-Nova, possuindo 1.413 km², contava, em 2011, apenas 9.716 residentes e um dos mais elevados índices de envelhecimento do país (493%). Salvaterra do Extremo e de Penha Garcia perderam, respetivamente 85% e 67% da sua população entre 1960 e 2011 e contavam neste último censo à população portuguesa, respetivamente, 170 e 748 residentes.

²⁴⁷De norte para sul: Penha Garcia, Monfortinho, Salvaterra do Extremo, Segura e Rosmaninhal.

²⁴⁸Ao contrário dos homens envolvidos maioritariamente na exportação clandestina de café, efetuada durante a noite, não trazendo mercadorias de Espanha para Portugal, as mulheres transportavam, durante o dia, produtos nos dois sentidos embora em menores quantidades, o que as tornava muito mais vulneráveis à vigilância das autoridades. Esta vulnerabilidade, que resultou tantas vezes na sua prisão pelas autoridades espanholas e na apreensão dos produtos que transportavam por parte das autoridades dos dois países, tem implicações nos discursos sobre o Estado português e espanhol.

²⁴⁹Ver, sobre os ciclos de contrabando da raia do concelho de Idanha-a-Nova, Rovisco, 2013: 153-247.

contrabandista, justificado localmente pelo facto de os portugueses serem “melhores e mais contrabandistas” que os espanhóis e porque os segundos não possuíam os predicados adequados para o contrabando, sendo necessário “aportuguesarem-se” para se tornarem bons contrabandistas.

Uma vez que as histórias que se contam sobre contrabando se referem, fundamentalmente, a confrontos com autoridades, enfatiza-se também, tanto no lado espanhol como português, a maior tolerância por parte das autoridades portuguesas. Sublinhando a repressão das autoridades espanholas até à década de 1970, que passou por práticas de tortura e disparos sobre os contrabandistas, estes discursos salientam ainda a condescendência das autoridades portuguesas em relação à circulação clandestina de mercadorias de Portugal para Espanha. Apesar de ter sido também referida uma equivalente tolerância das autoridades espanholas em relação ao contrabando de produtos que circulavam de Espanha para Portugal, deve ser notado que, na segunda metade do século XX, o contrabando nestas localidades fez-se maioritariamente no sentido contrário. A tolerância das autoridades portuguesas relativamente à exportação clandestina de café, deixando-se apreender na documentação judicial, é recorrentemente referida não só pelos contrabandistas como também pelas autoridades portuguesas e espanholas, nomeadamente pelas suas chefias:

(Levar café contrabandeado para Espanha era um ato prejudicial à economia portuguesa?) Não era em virtude de nós cá termos muito café. Porque o nosso café vinha das colónias. E se não fosse assim, nós cá em Portugal não consumíamos tanto café. Sabe o que fizeram ainda no meu tempo? Fechámos os olhos ao café. Nós estávamos no campo e quando cheirava a café deixávamos passar porque eram divisas que entravam para o nosso país. Os espanhóis não tinham café. Eram mais rigorosos que nós porque o café era uma coisa que valia muito dinheiro lá na Espanha (E., ex-comandante da Secção da Guarda Fiscal da Zebreira).

Por último, estas narrativas realçam o elevado número de contrabandistas portugueses presos em Espanha e o reduzido número de contrabandistas (portugueses ou espanhóis) presos em Portugal. De um modo geral, as autoridades portuguesas limitavam-se a apreender as mercadorias deixando seguir os contrabandistas e registando em ata a impossibilidade de capturar os infratores²⁵⁰. Este comportamento contrastava com a atuação das autoridades espanholas que deu lugar a um elevado número de detenções de contrabandistas portugueses. A análise de 616 atas de apreensão de mercadorias efetuadas pelas autoridades de Zarza la Mayor (consultadas no Arquivo do Ayuntamiento de Zarza la Mayor) revelou que, de um modo geral, os contrabandistas espanhóis intercetados com produtos de contrabando pelas autoridades espanholas eram libertados e os portugueses detidos por terem passado clandestinamente a fronteira²⁵¹.

²⁵⁰O grosso das atas de apreensão que consultei no Arquivo do Tribunal Judicial da Comarca de Idanha-a-Nova (ATJJCIN) não identifica os arguidos, referindo recorrentemente que não conseguiram “capturar nem conhecer [o arguido] por se ter posto em precipitada fuga” (ATJJCIN, PCD nº 105/60).

²⁵¹Os contrabandistas do concelho de Idanha-a-Nova detidos em Espanha permaneciam, em média, uma semana nas prisões das localidades espanholas onde eram capturados, sendo depois transferidos para a prisão de Cáceres onde permaneciam entre dez a sessenta dias, embora existam casos de detenções de um ano. Depois de libertados, eram conduzidos à fronteira, sendo entregues às

A relação entre contrabandistas de café e autoridades portuguesas foi caracterizada de forma positiva, sublinhando-se continuamente que o contrabando era útil tanto para contrabandistas como para o próprio Estado português na medida em que permitia a exportação suplementar de grandes quantidades de café e a entrada de divisas no país. Assim, o contrabando é, na raia de Idanha, genericamente lembrado, não como uma prática reveladora de um conflito entre Estado e raianos, mas antes como uma prática que, em boa medida, beneficiou o próprio Estado português e que contou com a cooperação das autoridades portuguesas. A maioria dos guardas-fiscais entrevistados afirmou que à legislação em vigor durante o Estado Novo se contrapôs um conjunto de ordens verbais que circulavam verticalmente do gabinete do Ministro das Finanças para os Postos da Guarda Fiscal, contraditando ou atenuando a sua aplicação. Esta postura foi, no entanto, ocultada, como revelam as atas de apreensão de mercadorias enviadas pela Guarda Fiscal ao Tribunal, justificando a inexistência de réus através de narrativas sobre efabuladas perseguições em que, invariavelmente, o contrabandista escapava.

Neste sentido, os dados colhidos na raia de Idanha corroboram as teses de Sahlins (1991), Flynn (1997), Grimson (2003) e Donnan e Wilson (2003) sobre a impossibilidade de universalizar a ideia de total dissonância entre os interesses do Estado e das populações raianas, sugerindo a existência de um processo simultâneo de apropriação do Estado (e da nação) por parte do local e uma apropriação do local por parte do Estado. O conflito que atravessa os discursos sobre contrabando tem como alvo, não o Estado português, mas as autoridades espanholas e os próprios parceiros espanhóis que, segundo a população portuguesa, os burlariam nos negócios e os denunciariam às autoridades.

Memórias do contrabando e discursos nacionalistas

Na raia de Idanha, muitos episódios das histórias que se contam sobre contrabando são explicados pelos seus protagonistas com base em «traços de personalidade» que conferem a espanhóis e, por contraste, a portugueses. Um bom exemplo encontra-se na explicação de episódios de agressões ou detenções de portugueses efetuadas pelas autoridades espanholas, através da *maldade* que atribuem aos espanhóis:

No tempo do Salazar e do Franco aquilo [Espanha] era ruim. Se apanhavam lá um homem, matavam lá um homem à porrada. A polícia espanhola era muito pior do que a portuguesa. Então matavam a gente! Foram dois atingidos a tiro à minha frente. Um ficou sem uma perna. O outro foi atingido quase na espinha. Aquilo era um horror. Penduravam os rapazes nas árvores e batiam-lhes. Malhavam para lhes ensinarem as cargas. A mim atiraram, mas a bala ficou no saco de café. Os de cá nem prendiam. Porque o espanhol nunca gostou dos portugueses. O espanhol é contrário aos portugueses. O espanhol só quer o pão. O pão numa mão e o pau na outra logo. É ruim. O espanhol sempre gostou de fazer morcelas com o sangue dos portugueses (V., ex-contrabandista, Penha Garcia).

autoridades portuguesas e novamente julgados em Portugal pelo crime de emigração clandestina. Na sua maioria, estes contrabandistas foram, neste último julgamento, absolvidos ou condenados a uma pena de quinze dias dada como cumprida.

Apesar de este mesmo qualificativo ter sido também enunciado fora das narrativas sobre contrabando, quando, nestes casos, interrogava os meus interlocutores porque consideravam os espanhóis *maus*, a fundamentação convocava estes mesmos episódios de prisões e agressões ocorridas no contrabando, muitas vezes até por parte de quem nunca contrabandeou. Esta circularidade do discurso revela como o contrabando constitui aqui um recurso narrativo capital na definição do que significa ser espanhol ou português. Não pretendendo elaborar um exame detalhado e exaustivo dos discursos passíveis de serem hoje colhidos sobre a “experiência subjetiva da diferença” (Sahlins, 1991) que se suportam das narrativas sobre contrabando, detenhamo-nos em outros dois exemplos da circularidade discursiva acima apontada que revelam algumas das relações mais frequentes entre determinados estereótipos e situações específicas do contrabando:

1) *Os espanhóis não vinham a Portugal porque são cobardes, espertos e arrogantes / Os portugueses iam a Espanha levar as cargas porque são corajosos, parvos e humildes.*

O espanhol era mais fino do que o português. O espanhol só atravessava o Rio Erges se fosse obrigado porque nós éramos tão parvos que íamos levar a farinha e nós é que nos metíamos à água. Eles não vinham cá (G., ex-contrabandista, Salvaterra do Extremo).

2) *Os espanhóis denunciavam os portugueses e não pagavam as cargas porque são falsos e traiçoeiros / Os portugueses não denunciavam e pagavam o que deviam porque são honestos e leais nos negócios.*

Os espanhóis são falsos. Estão a combinar o contrabando com os portugueses e depois apresentam lá a guarda (J., ex-contrabandista, Penha Garcia).

No flanco português, as populações referem que as relações com os espanhóis são hoje melhores do que eram no passado marcado pelo contrabando. Frases como “os espanhóis agora já são nossos amigos mas antigamente não eram” ou “agora somos aliados porque estamos na Europa” foram recorrentemente ouvidas no decurso desta investigação, parecendo, à primeira vista, revelar um contágio de ideias veiculadas pelos discursos de líderes autárquicos que grifam a amizade, irmandade e igualdade das populações portuguesas e espanholas, remetendo a rivalidade para o passado. A maioria das pessoas que vive no lado português da fronteira, quando usa o presente como quadro comparativo, distingue mais Portugal de Espanha do que portugueses de espanhóis. A antítese alicerça-se agora em diferenças objetivas, assentes na descontinuidade económica entre Portugal e Espanha, onde as diferenças de salários, pensões, preços e produção agrícola são sistematicamente enfatizadas. Nesta confrontação, Portugal é negativizado. Contudo, no flanco português, pude constatar que a alteridade tende a suportar-se muito mais do passado do que do presente como fundamento empírico da estereotipia e que esse passado se identifica com o contrabando enquanto expressão de conflito entre portugueses e espanhóis.

Também do lado espanhol se verifica uma diferença nas formas de contrastar Portugal e Espanha com referência à interação passada e presente. Todavia, ao contrário do que acontece em Portugal, em que o passado é identificado com o contrabando, em Zarza este passado é definido pelo auxílio prestado

pelos portugueses no fornecimento de alimentos durante o pós-guerra. Neste auxílio é vincada a *bondade* e a *solidariedade* dos portugueses que lhes terão dado a pouca comida que possuíam (no decurso das suas incursões por Portugal em busca de alimentos) e/ou fornecido alimentos através do comércio clandestino. Em parte, encontramos também do lado espanhol a remissão do passado para o fenómeno do contrabando. Todavia, enquanto do lado português, este é usado como justificação empírica à estereotipia negativa, do lado espanhol, restringe-se ao período do pós-guerra, sendo genericamente lido como expressão da solidariedade portuguesa. No que se refere às expressões da diferença entre Portugal e Espanha com base no presente, verifica-se um processo coincidente com o do flanco português, ou seja, também definido pelos desequilíbrios económicos e por uma caracterização negativa de Portugal. Cabe referir que a semelhança entre portugueses e espanhóis é muito mais verbalizada no flanco espanhol do que no português. Em Zarza la Mayor, muitos afirmaram não ter opinião sobre os portugueses por não manterem com eles qualquer contacto ou por não os entenderem. Apesar de a localidade mais próxima de Zarza la Mayor ser portuguesa (Salvaterra do Extremo) encontrei várias pessoas que nunca tinham cruzado a fronteira, sendo que muitos a tinham cruzado apenas uma ou duas vezes.

As narrativas sobre contrabando colhidas na raia do concelho de Idanha estatuem-se sobre um corpo de estereótipos bastante desfavorável às populações situadas no outro flanco da fronteira que, de resto, não são exclusivos das narrativas do contrabando. Sendo coincidentes com representações persistentes dos portugueses sobre os espanhóis tendem aqui a ser explanados através da memória da interação produzida no contrabando. Esta coincidência aponta para uma sintonia entre modelos de identificação nacional encontrados na raia e modelos hegemónicos que fixaram as formas corretas de ser português, delineando um “super-português mitológico” (Valcuende del Río, 1998: 55) bondoso, corajoso, invejoso, fiel, humilde e triste e um “super-espanhol” seu contrário.

Avaliar se os modelos de identificação nacional foram impostos pelo centro ou surgiram primeiro na fronteira e se os contrabandistas de Idanha inteligiram, nas décadas de 1940-1970, os vizinhos espanhóis como *maus*, *cobardes* e *falsos* a partir da interação coeva, afigurou-se impossível no âmbito desta investigação. Neste sentido, julgo que a questão que deverá aqui ser formulada se prende com as razões que levam as populações do flanco português a suportarem-se tão generalizadamente do passado associado ao contrabando nos discursos sobre alteridade.

Em primeiro lugar, deve ser lembrado que o contrabando constitui o contexto de interação mais marcante no período e espaço em análise, constituindo assim um operador de distinção fundamental entre dois coletivos. Poder-se-ia ainda questionar se estes usos generalizados do contrabando na fundamentação empírica da estereotipia (e conseqüentemente, enquanto guia de interação futura) decorrem de estas práticas terem contribuído para a inscrição dos seus protagonistas nos respetivos coletivos nacionais. O contrabando pode, por exemplo, ter permitido apreender mais precocemente conceitos de “economias nacionais”. Por outro lado, estas práticas produziram um contacto mais direto com a máquina do Estado (alfândegas, autoridades, tribunais, prisões). Se este contacto se traduziu

muitas vezes em conflito, não devemos esquecer que este confronto esteve muito mais relacionado com o Estado vizinho do que com o seu próprio Estado que, de resto, recrutava os seus representantes no seio das comunidades e muitas vezes das famílias destes contrabandistas. Contudo, o que me parece importante sublinhar é que, contrariamente a interpretações do contrabando que se acomodam a formulações sobre a existência de uma “identidade raiana” comum às populações de ambos os lados da fronteira (e contraposta às identidades dos coletivos nacionais em que se encontram), o contrabando é usado pelas populações da raia de Idanha, não para legitimar a existência de uma identidade comum, mas para acentuar a alteridade e atualizar localmente modelos de identificação nacional hegemónicos.

Em segundo lugar, não devemos esquecer que o nacionalismo é uma “forma de cultura historicista” (Smith, 1997 [1991]) e que a nação, dita como “um legado rico em recordações” (Renan em Thiesse, 2000 [1999]: 16) ou como uma “comunidade de mitos e memórias comuns” (Smith 1997 [1991]: 57), nutre-se da memória social dos grupos nas suas relações com outros grupos (Cabecinhas, Lima e Chaves, 2006). Em Portugal, porque a identidade nacional foi construída contra Castela, boa parte destes mitos encontram-se em narrativas sobre conflitos com Castela, nos quais Portugal sai vitorioso. Como refere Cristiana Bastos: “Espanha não foi apenas o país ao lado, foi também o *outro*, contra o qual, a nossa própria nacionalidade tinha sido construída” (1998: 20, ver ainda Sobral, 2003). Deste modo, as narrativas sobre contrabando constituem uma atualização local destas narrativas de conflito. Com efeito, também as histórias sobre contrabando atribuem uma vitória a Portugal e aos portugueses: apesar de todas as tormentas causadas pela «maldade» e «falsidade» espanholas, foram os portugueses e Portugal que mais “lucraram” com o contrabando uma vez que este consistiu maioritariamente na exportação de mercadorias. Em suma, as narrativas sobre contrabando para além de permitirem distinguir e hierarquizar dois grupos, constituem um campo de explanação com características epopeicas, onde os portugueses ora são vistos como mártires, ora como heróis, perfeitamente ajustável à ideia de um conflito com Castela remetido para um tempo pretérito, em que os contrabandistas são lidos como heróis modelos das virtudes nacionais.

Em terceiro lugar, deve ser referido que o presente, marcado por uma evidente hegemonia económica de Espanha, acomoda-se mal à fundamentação sobre a superioridade portuguesa e, deste modo, as narrativas sobre contrabando podem constituir uma forma de compensar simbolicamente estas avaliações negativas. Estes usos do contrabando como fundamento da estereotipia podem ainda ter sido incrementados por modelos de identificação difundidos atualmente pelo poder local que propõem uma leitura do presente assente na cooperação, remetendo o conflito para o passado. Caberia agora interrogar se esta remissão do conflito para o passado constitui um dado novo posterior à abertura da fronteira, ou se, nesse passado para o qual é endereçado (as décadas do contrabando de 1940 a 1970), o conflito não seria ainda projetado para o passado desse passado, num jogo de recuo contínuo.

Nota final

Num texto de 2009 intitulado “Memórias de fronteira: o contrabando como explicação do mundo”, Luís Cunha afirmava que o contrabando tinha passado de “recurso material” a “recurso narrativo”, instituindo-se na raia como uma “metáfora do mundo”. Embora Luís Cunha não tenha analisado os usos da memória do contrabando nos discursos sobre identidade nacional, creio que o texto é muito pertinente para pensar também estas questões, sobretudo na raia de Idanha onde me parece que, se o contrabando constitui uma “explicação do mundo”, ele serve sobretudo para explicar o que distingue portugueses e espanhóis. Servindo ainda para restaurar uma fronteira que teve muito mais importância para as populações portuguesas do que para as espanholas, uma vez que eram e são ainda os portugueses que mais a atravessam.

Pelo que foi dito, podemos concluir que, na raia do concelho de Idanha-a-Nova, os discursos sobre contrabando sugerem uma identificação dos sentimentos nacionais com os sentimentos face ao Estado português, opondo o Estado-nação português ao Estado e nação “espanhola”. O carácter instrumental e conflitivo dos vínculos entre portugueses e espanhóis assentes no contrabando operaram no sentido de resignificar e reforçar as fronteiras simbólicas em vez de diluí-las, corroborando a ideia de Barth (1969) sobre a persistência das fronteiras apesar dos fluxos que a atravessam. Com efeito, a memória do contrabando serve para acentuar a alteridade e atualizar localmente modelos persistentes de identificação nacional hegemónicos e, neste sentido, constitui uma poderosa ferramenta de fronteirização, contribuindo para a diferenciação e hierarquização de dois coletivos nacionais, para a atribuição de coerência a estas diferenças e para a atualização local de discursos hegemónicos sobre o eterno conflito com Espanha. Assim, as narrativas sobre contrabando podem ser lidas como uma forma de discurso nacionalista, sendo, quanto a mim, este aspeto que torna o contrabando um tema ubíquo, persistente e espontâneo na raia de Idanha, mau grado tratar-se de uma prática clandestina. Inversamente, no flanco espanhol, o contrabando constitui um tema mais silenciado em parte por estar associado à guerra mas também por não ser essencial na diferenciação e definição dos dois coletivos nacionais. Esta diferenciação não só se declarou menos saliente como assenta num maior equilíbrio na utilização da interação do passado e do presente como quadro comparativo.

Deve, contudo ser sublinhado que estas conclusões poderão não ser passíveis de transposição para outros lugares da fronteira luso-espanhola. Desde logo porque o grande envelhecimento da população e a desvitalização social do concelho de Idanha-a-Nova (e conseqüente debilidade das relações transfronteiriças no presente) reforçam o papel da interação efetuada no passado, o que poderá não acontecer em outras áreas desta mesma fronteira. Mas também porque os vínculos que unem e/ou uniram as populações dos dois lados da fronteira podem ser e/ou ter sido distintos. Mesmo no caso de terem sido maioritariamente produzidos no contexto do contrabando, este pode ter tido características diferentes, alterando as relações das populações com o seu Estado e com o Estado vizinho, o que se verifica em lugares onde estas práticas consistiram sobretudo na importação clandestina. A confrontação destes resultados com os que foram colhidos por antropólogos que investigaram a fronteira norte patenteiam a diversidade e complexidade nas modalidades de experienciar nação e Estado por parte das

populações raianas e adquirem expressão nos modos como as ideologias nacionais se sobrepõem de forma mais ou menos intensa às solidariedades locais transfronteiriças (Moncusí, 2002: 73; Grimson, 2005: 91-93).

Bibliografia

- BARTH, Fredrik (ed.), 1976 (1969), *Los Grupos Étnicos y sus Fronteras: La Organización Social de las Diferencias Culturales*, México, Fondo de Cultura Económica.
- BASTOS, Cristiana, (1998), "(In)visible borders: ideologies of sameness and otherness in portuguese context", *Portuguese literature & cultural studies, Frontiers/Borders*: 19-32.
- CABECINHAS, Rosa, LIMA, Marcus & CHAVES, António, (2006), "Identidades nacionais e memória social: hegemonia e polémica nas representações da história", Joana Miranda & M. Isabel João (orgs.) *Identidades nacionais em debate*, Oeiras, Celta Editora: 67-92.
- DONNAN, Hastings & WILSON, Thomas, (2003), "Territoriality, anthropology and the interstitial subversion and support in European borderlands", *Focaal – European Journal of Anthropology* 41: 9-20.
- DONNAN, Hastings & WILSON, Thomas, (1999), *Borders. Frontiers of identity, nation and state*, Oxford, Berg Publishers.
- FLYNN, Donna K., (1997), "'We are the border.' Identity, exchange and state along Bénin-Nigeria border", *American Ethnologist* 24 (2): 311-330.
- GRIMSON, Alejandro, (2005), "Fronteras, estados e identificaciones en el cono sur", *Cultura, política y sociedad*: 89-102. (<http://www.globalcult.org.ue/pub/clacso2/grimson.pdf>).
- GRIMSON, Alejandro, (2003), *La nación en sus límites: contrabandistas y exiliados en la frontera Argentina-Brasil*, Barcelona, Gedisa.
- MONCUSÍ FERRÉ, Albert, (2002), *Meitat de França, meitat d'Espanya, o Cerdanya Catalana?: fronteres, identitats nacionals i espais de sociabilitat en una comarca del Pirineu*, Tese de doutoramento em antropologia, Universitat Rovira i Virgili (www.tdx.cesca.es).
- ROVISCO, Eduarda, (2013), '*Não Queirais Ser Castelhana*'. *Fronteira e contrabando na raia da Beira Baixa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- ROVISCO, Eduarda, (2011), "Fronteira e turismo no 'concelho mais português de Portugal'", *Geopolítica(s)* 2(1): 91-107.
- ROVISCO, Eduarda, (2009), "'La empresa más grande que tenía el gobierno portugués y español era el contrabando'. Prácticas e discursos sobre contrabando na raia do concelho de Idanha-a-Nova". Dulce Freire, Eduarda Rovisco & Inês Fonseca, *Contrabando na fronteira luso-espanhola: práticas, memórias e patrimónios*, Lisboa, Edições Nelson de Matos: 89-130.
- SAHLINS, Peter, (1991), *Boundaries: the making of France and Spain in the Pyrenees*, Berkeley, Los Angeles & Oxford, University of California Press.
- SMITH, Anthony, 1997 (1991), *A identidade nacional*, Lisboa, Gradiva.
- SOBRAL, José Manuel, (2003), "A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português", *Análise Social* XXXVII (165): 1093-1125.
- THIESSE, Anne-Marie, 2000 (1999), *A Criação das identidades nacionais*, Lisboa, Temas e Debates.
- VALCUENDE DEL RÍO, J. M., (1998), *Fronteras, territorios e identificaciones colectivas: interacción social, discursos políticos y procesos identitarios en la frontera sur hispano-portuguesa*, Sevilla, Fundación Blas Infante.
- WILSON, Thomas & DONNAN, H., (1998), "Nation, state and identity at international borders", T. M. Wilson & H. Donnan (eds.). *Border identities: nation and state at international frontiers*, Cambridge, Cambridge University Press: 1-30.

LISBOA, CIDADE DE RESISTÊNCIA.

Maria Alice Samara.

Instituto de História Contemporânea, FCSH/UNL

1.A investigação histórica sobre o Estado Novo

O século XX português está indelevelmente marcado pelo longo ciclo autoritário e de supressão da democracia, primeiro com a ditadura militar (1926-1933) e depois com o Estado Novo (1933-1974). Nos anos anteriores à revolução de 25 de Abril de 1974 começaram a surgir alguns trabalhos pioneiros sobre o Estado Novo, nomeadamente os de Hermínio Martins e de Manuel de Lucena, escritos em 1969 e 1971 respectivamente e publicados no estrangeiro (Maurício, 1999:176).

A abertura e consolidação deste campo historiográfico só teve lugar no período democrático depois de Abril de 1974 – decorrendo necessariamente das condições de produção propiciadas pelo novo ciclo político, mas, mesmo assim, tendo de enfrentar, numa primeira fase, “resistências ideológicas” e “preconceitos bloqueadores da investigação” (Rosas, 1987:10).

Nos anos oitenta há a registar um marco importante na história da historiografia sobre o regime salazarista com o colóquio sobre o *Estado Novo: das origens ao fim da autarcia* que teve lugar na Fundação Calouste Gulbenkian, em 1986 e, na década seguinte, surgiu a importante obra de síntese do período com o volume coordenado por Fernando Rosas para a *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso e publicado em 1994. A abertura e salvaguarda dos arquivos da ditadura foram, de igual modo, um importante fator de dinamização deste campo historiográfico.

Os trabalhos e as investigações centraram-se, na sua grande maioria, nos aspectos políticos e institucionais, nomeadamente a definição do regime e as suas características, não deixando, contudo, de ser possível surpreender o interesse pelos aspectos económico-sociais e culturais do Estado Novo.

No entanto, a análise deste período de quase meio século, também foi feita através do que podemos chamar de “reverso do regime”. Surpreendemos assim um conjunto relativamente vasto de estudos sobre as oposições – dos mais gerais aos particulares, focando um grupo ou uma tendência – e das dinâmicas oposicionistas e de resistência, que quebravam o desejado consenso que o regime queria forjar.

O período cronológico em análise neste trabalho – 1945 a 1974 – , inicia-se com o final da II Guerra Mundial e a queda do fascismo e do nazismo. Abre, assim, com renovadas esperanças para as oposições e para a resistência ao Estado Novo, rapidamente goradas. Corresponde, no que à história de Portugal diz respeito, à primeira crise do regime, às “mudanças invisíveis do pós-guerra” aos “anos de chumbo” e

das “mudanças invisíveis”, à segunda crise do regime, com o “terramoto delgadista”, para utilizar expressões de Fernando Rosas (Rosas, 1994), aos anos da guerra colonial e, finalmente, a partir de 1968, ao marcelismo.

A revolução de 25 de Abril de 1974, que abriu um novo ciclo político na história portuguesa do século XX, não é objecto de análise nesta investigação sobre a resistência na cidade de Lisboa.

Esta investigação baseia-se, essencialmente mas não exclusivamente, na recolha de testemunhos com base em entrevistas não diretivas, a um conjunto de indivíduos de ambos os sexos, de diferentes grupos etários, mas com memórias e atividade política ou cultural no período em análise e que não são apenas os mais conhecidos protagonistas do período da oposição e resistência ao Estado Novo. Nesse sentido, a ideia é encontrar outras vozes que permitam ampliar o conhecimento sobre o período em análise.

O denominador comum entre estas pessoas é a sua identificação como resistentes, de acordo com uma definição lata, adiante discutida. Este reconhecimento implica uma demarcação, feita desde logo pelos entrevistados, face aos que são entendidos como agentes e apoiantes do regime. De igual modo, acarreta a rejeição da imagem que o Estado Novo construía deles e, num sentido mais lato da política, no que tem de dissenso. Falar em resistentes não implica, contudo, defender a ideia de monolitismo, privilegiando este trabalho a procura de diversas tendências, grupos e comunidades que combatiam o Estado Novo e a sua mundividência.

Se é certo que os campos de estudos do regime e da oposição (que é aquele em que este trabalho se filia) não são novos, o recurso à história oral é relativamente pouco usual. Luísa Tiago de Oliveira – que utiliza a história oral como metodologia essencial, mas não única (Oliveira, 2010:151) – observou que “(...) os testemunhos orais não são significativamente citados ou nomeados como fonte de informação por vários autores de referência da história do Estado Novo e do 25 de Abril.” (Oliveira, 2010:140) No entanto, e segundo a mesma autora, há a registar uma “utilização substantiva” que se pode surpreender a partir da segunda metade dos anos 90, acelerando na viragem do século (Oliveira, 2010:150).

Além destas, há um conjunto significativo de memórias, escritas tanto pelos denominados “protagonistas” como por outras vozes que se constituem como essenciais para a prossecução deste trabalho, na medida em que, traduzem uma visão própria e particular do autor e a sua relação com o período salazarista e marcelista. São, pela sua natureza biográfica e pessoal, um importante complemento às entrevistas, na medida em que contam, como escreveu Mário Murteira no seu livro de memórias, “a «verdade» vivida e pessoal (haverá outras?) sobre histórias e a História do meu tempo.” (Murteira, 2002:14). São, recorrendo ainda às palavras de Emídio Santana, militante anarco-sindicalista, um depoimento (Santana, 1987:9). O que nos interessa é, exatamente, a multiplicidade de lugares – aqui na sua aceção simbólica – de onde os acontecimentos foram vividos e observados.

Por fim, resta ainda fazer menção à importância de outras fontes, como arquivos, nomeadamente o da polícia política (arquivo da PIDE/DGS). O artigo de Maria de Fátima Patriarca, *Sobre a leitura das*

fontes policiais (Patriarca, 1997), dizendo respeito à sua investigação sobre o 18 de Janeiro de 1934, traz uma importante base de reflexão sobre a forma como se deve pensar este tipo particular de fontes.

Miguel Cardina, que trabalhou o maoísmo em Portugal utilizando as fontes orais, na mesma linha de defesa de uma “vigilância crítica”, que o historiador deve aplicar a todas as fontes, defendeu que:

“No desenvolvimento deste trabalho foi possível perceber como alguns dos elementos presentes nos autos da PIDE/DGS apenas se clarificaram falando com os antigos protagonistas e confrontando-os com o conhecimento que foi possível obter do que eram as organizações políticas em causa.” (Cardina, 2011:25)

2. Pensar a cidade como local de resistência

A longevidade e a durabilidade do Estado Novo não exclui, nem deve obscurecer, a existência de diferentes oposições, diversas conjunturas de luta e de resistência ao regime salazarista. De igual modo, não tomando o regime pela imagem que construiu sobre si mesmo, reconhece-se neste trabalho, ao contrário do pretendido mundo de ordem e de consenso, a existência de conflitos, de rejeição da mundividência própria do Estado Novo, e de dissenso.

Neste sentido, um dos objectivos desta investigação é, precisamente, centrar-se nas diferentes formas e processos de resistência e não apenas de oposição. Esta premissa é devedora da distinção formulada por Dawn Linda Raby que considerou que “Há que fazer uma certa distinção entre “resistência” e “oposição”: enquanto a primeira implica uma luta ativa, a segunda implica uma atividade política mais reduzida e pacífica, que pode ser legal ou, pelo menos, “tolerada”.” (Raby, 1988:15)

Partindo desta ideia, pareceu-nos interessante começar por pensar como é que determinados indivíduos, grupos e comunidades podiam ser considerados “resistentes”, capazes de levar a cabo essa “luta ativa”, e o que poderia ser pensado como “resistência”, que seria, necessariamente, o contrário de uma atividade reduzida e pontual.

Nesta procura de uma definição, o trabalho de James C. Scott (Scott, 1985) foi fundamental para pensar a resistência como contínua e quotidiana, feita de múltiplos pequenos gestos persistentes, conscientemente levados a cabo.

O período em análise culminou na revolução de 25 de Abril de 1974, mas, nos longos e duros anos que a antecederam, outras transformações, a outra escala é certo, tiveram lugar e não deixaram de se constituir como um processo de mudança de formas de avaliar o Estado Novo, de pensar o mundo, de fazer política, de sacudir o que era entendido como velho e sonhar com o novo.

Assim, e abandonando uma visão estritamente política, procuramos conhecer, sobretudo através das entrevistas, as heterogéneas formas de resistência ao Estado Novo, enquanto regime opressor, cerceador das liberdades fundamentais, cívicas e políticas, mas também face à cultura hegemónica e à moral vigente. Neste sentido, resistência surge como o resultado de processos que incluem a luta política e cultural, que, muitas vezes, se sobrepõem e completam.

Se a ideia de resistência e, concomitantemente de resistentes, estrutura a definição do objecto de análise, este é construído também, não só pelo referente temporal mas, sobretudo, pelo referente espacial. Ou dito de outra forma, este trabalho tem como seu segundo pilar a articulação entre memória e espaço, utilizando duas operações: ouvir e mapear. A primeira recorre às metodologias próprias da História Oral. A segunda beneficia das possibilidades abertas pelas novas ferramentas próprias do mundo digital e, idealmente, espera poder criar um espaço de partilha e colaboração. O mapeamento visa compor diversas camadas de modo a complexificar o espaço – que deixa de ser neutro – da cidade e dos seus diferentes territórios.

Na impossibilidade de mapear um território muito extenso e assumindo uma preferência por uma escala de análise mais restrita, que permita a construção de diferentes camadas no processo de mapeamento, a escolha recaiu sobre a grande Lisboa, de modo a poder abarcar, por exemplo Vila Franca de Xira e Almada, de modo a não cortar redes de dinâmicas políticas, sociais e culturais que ligam diferentes localidades.

Reconhece-se a importância política, social e cultural da capital, mas Lisboa, já o sabemos, é composta de territórios muito distintos. Ian Chambers, falando de uma outra cidade (Londres), uma grande metrópole, considera que:

"The city exists as a series of doubles; it has official and hidden cultures, it is a real place and a site of imagination. Its elaborate network of streets, housing, public buildings, transport systems, parks, and shops is paralleled by a complex of attitudes, habits, customs, expectancies, and hopes that reside in us as urban subjects. We discover that urban 'reality' is not single but multiple, inside the city there is always an official city."(Chambers, 1993:183)

O que se define como uma unidade é, de facto, composto por uma série de "duplos": as mundividências que se agrupam no apoio ao Estado Novo e todas as outras "escondidas". Lisboa era simultaneamente um local real, mas o espaço onde os desejos (de liberdade e de libertação, de mobilidade social ascendente, de acesso a bens culturais, de uma vida melhor, de fuga à pobreza) se condensavam e podiam vir a tornar-se realidade.

"Realidade múltipla", Lisboa é, em certo sentido, uma sobreposição de diferentes cidades, que coexistem no mesmo espaço e tempo e que se reconstroem, a posteriori, pelas operações da memória dos entrevistados, a par de outras fontes históricas. A cidade oficial, pacificada e silenciada, articulou-se, sempre com outras, insubmissas e de resistência.

Num jogo entre o nível de análise micro e o macro, a investigação toma assim por referência a cidade e algumas das localidades à sua volta, partindo do princípio e na linha de Baurriaud (2005), que a própria cidade permite, propõe e impõe encontros, entendidos de uma forma intensiva. E nestes e destes encontros podem nascer "áreas livres" que podem, assim, ser mapeadas.

A análise começa exatamente pelo espaço de uma determinada prática social, o espaço onde se resiste. Em determinados contextos, estes espaços podem ser colectividades, cooperativas ou

associações de estudantes. Neste sentido, encontramos uma multiplicidade de lugares que se constituem como “territórios libertados” ou onde se procura ativamente promover estratégias de emancipação.

As histórias de vida e as formas de relacionamento com o espaço e com a cidade dos diferentes sujeitos permitem, em primeiro lugar, dar a conhecer a sua participação ou a sua visão sobre os “grandes acontecimentos” (por exemplo a participação nas campanhas eleitorais ou nas comemorações do 5 de Outubro) já analisados pela historiografia e pelas obras de síntese. Em segundo lugar, além destes, de carácter pontual e excepcional, interessa-nos para este trabalho, como aliás já foi referido, os processos continuados de luta ou de militância quotidiana. Em terceiro lugar, este trabalho pretende recuperar as vivências e o quotidiano de resistência em articulação com o espaço urbano onde tinham lugar.

Assumindo que o espaço não é neutro, interessa-nos perceber o espaço vivido e transformado e a forma como a própria cidade é sentida e lembrada por um determinado sujeito. Num segundo nível, é muito pertinente perceber como é que os entrevistados criaram (e recriaram) os seus mapas mentais, produtos de um conhecimento íntimo e direto (Tuan, 1977), não no sentido de um mapa imaginário, mas da memória.

Interessa-nos assim perceber e mapear a subjectividade da relação com o território e com a cidade dos diferentes entrevistados. Neste sentido, mais do que pensar o espaço como neutro, pretendemos surpreender o seu carácter relacional (Harvey, 2004), a forma como foi vivido e é recordado hoje, mais de quarenta anos depois do final do regime.

Se as entrevistas nos trazem uma desejada subjectividade em relação ao espaço, ao lugar e ao território, também nos permitem conhecer a forma como determinado indivíduo estava envolvido em redes políticas e culturais. Constituindo uma visão particular, permitem-nos analisar as sociabilidades políticas e culturais de diferentes agentes, grupos e comunidades. A narrativa pessoal entrecruza-se com a história da família, do bairro, do grupo e da comunidade e o individual relaciona-se necessariamente com o colectivo.

Não podendo recolher e analisar todas as vozes dos resistentes no período de 1945-1974, este trabalho pretende contribuir para os estudos deste campo, trazendo como enfoque distintivo a articulação entre memória e espaço de modo a reconstruir a Lisboa que era o local do poder, mas simultaneamente o de resistência.

Referências bibliográficas:

- CARDINA, Miguel, (2011), *Margem de certa maneira. O maoísmo em Portugal. 1964-1974*, Lisboa, Tinta da China.
- CHAMBERS, Ian, (1986) [1993], *Popular Culture, The Metropolitan Experience*, London and New York, Routledge.
- GODINHO, Paula, (1998), *Memórias da Resistência Rural no Sul. Couço (1958-1962)*, Dissertação de Doutoramento em Antropologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

- HARVEY, David, (2004), *Space as a Key Word*, Paper for Marx and Philosophy Conference, 29 May 2004, Institute of Education, London. [<http://frontdeskapparatus.com/files/harvey2004.pdf> acedido a 2 de maio de 2015]
- MAURÍCIO, Carlos, (1999), "História (no Estado Novo)" in Mónica, Maria Filomena e António Barreto (eds.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figuerinhas, Vol. 7, pp.172-176.
- MURTEIRA, Mário, (2002), *O Economista Acidental (e voador frequente)*, Lisboa, Ad Litteram.
- OLIVEIRA, Luísa Tiago de, (2004), *Estudantes e Povo na Revolução. O Serviço Cívico Estudantil (1974-1977)*, Oeiras, Celta Editora.
- OLIVEIRA, Luísa Tiago de, (2010), "A história oral em Portugal. Sociologia, Problemas e Práticas", *Mundos Sociais*, nº 63, 139-156.
[<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2436/1/n63a08.pdf>, acedido a 2 de maio de 2015]
- PATRIARCA, Maria de Fátima, (1997), "Sobre a leitura de fontes policiais", *Análise Social*, volume XXXII, nº 143/144, pp. 925-935.
- RABY, Dawn Linda, (1990), *A Resistência antifascista em Portugal 1941-1974*, Lisboa, Salamandra.
- ROSAS, Fernando, (1987), "Discurso de Abertura" in *O Estado Novo. Das Origens ao fim da Autarcia. 1926 1959*. Vol. I, Lisboa, Fragmentos.
- ROSAS, Fernando, (1994), "O Estado Novo (1926-1974)", vol. VII de MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, .
- SANTANA, Emídio, (1987), *Memórias de um militante anarco-sindicalista*, Lisboa, Perspectivas & Realidades.
- SCOTT, James C., (1985), *Weapons of the Weak. Everyday Forms of Peasant Resistance*, New Haven and London, Yale University Press.
- SCOTT, James C., (2013), *A Dominação e a arte da resistência: Discursos Ocultos*, Lisboa, Livraria Letra Livre.
- TORGAL, Luís Reis, (1988), "A História em tempo de ditadura" in Torgal, Luís Reis; Mendes, José Maria Amado; Catroga, Fernando, *História da História em Portugal, sécs. XIX-XX*, Volume I, A História através da História, Lisboa: Temas e Debates.
- TUAN, Y.F., (1977), *Space and Place: The Perspective of Experience*. London: Edward Arnold Ltd.

6. USOS POLÍTICOS DA MEMÓRIA

CAPTURAR O PASSADO. ETNOGRAFAR A REVOLUÇÃO PORTUGUESA DE 1974.

Sónia Vespeira de Almeida.

CRIA/FCSH-UNL

Se na memória do mundo não há nada a corrigir, a única coisa que resta fazer é corrigir a realidade onde ela não concordar com a memória do mundo.

Ítalo Calvino, *A Memória do Mundo* (1993)

Por que razão esses lugares de areia de que lhe falara a mãe, [...] haviam ficado sepultados na sua memória?

António Tabucchi, *O Tempo envelhece depressa* (2012)

Deveria ser possível, se a nossa percepção o permitisse, caminhar para trás no tempo, mas também para os lados e para cima e para baixo, e não apenas de trás para a frente, como fazemos.

Afonso Cruz, *Enciclopédia da Estória Universal. Arquivos de Dresner* (2013)

1. Capturas do passado

Neste texto pretendo expandir a análise sobre a etnografia retrospectiva (Almeida, 2007, 2009) contribuindo para uma reflexão em torno da abordagem ao passado através da minha investigação sobre as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do Movimento das Forças Armadas (MFA) uma das experiências ocorridas na conjuntura revolucionária do 25 de Abril de 1974. Apresentarei as diferentes etapas da pesquisa, destacando em particular as entrevistas em profundidade, visando dar conta das temporalidades que este acontecimento mobiliza, em particular como foi recordado pelos seus protagonistas.

Consciente que a etnografia resulta de uma série de aprendizagens e de ajustes, procurarei reflectir sobre a experiência de terreno, sublinhando a importância epistemológica de dar a ver os momentos dialógicos e os aspectos intrínsecos à produção do conhecimento antropológico. No trilho de Goldman (2006), defendo que a perspectiva antropológica se ancora na relação entre os saberes que os antropólogos constroem e os saberes das pessoas com as quais trabalhamos (2006:162).

Como se captura uma experiência passada? Como se acompanha a capilaridade de um acontecimento passado no presente etnográfico das nossas investigações?

Na investigação²⁵² realizada mobilizei uma “etnografia retrospectiva” (Almeida, 2007, 2009), atenta às múltiplas vozes e aos processos de rememoração na medida em que a memória é uma construção sempre peneirada por conhecimentos e experiências posteriores, pela reflexão que se segue ao acontecimento (Halbwachs, 1968 [1950]; 1971 [1941]; Traverso, 2012 [2005]). E, por isso, a memória é “um estaleiro aberto em contínua operação”, na imagem estilisticamente notável de Enzo Traverso.

Os processos de rememoração ostentam uma visão “sempre filtrada pelo presente” (Traverso, 2012 [2005]: 24) e, neste sentido, importa perceber como o tempo passado é experienciado pelos nossos interlocutores. Tal como os personagens do livro de António Tabucchi, *O Tempo envelhece depressa* (2012), os protagonistas das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA encontram-se em permanente confrontação com o tempo: o tempo dos acontecimentos que viveram e o tempo da memória.

Num primeiro momento, podemos afirmar que uma etnografia retrospectiva só é possível através de uma relação de cooperação com outras disciplinas – em estreita complementaridade - porque só assim é eficaz. Como seria possível analisar as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA perante os silêncios da história oficial que as secundarizou na sua agenda? Como lidar com a dispersão ou mesmo inacessibilidade das diferentes fontes disponíveis para o estudo da conjuntura em causa?

Assim, afastada de monomanias disciplinares (Godinho, 2011), trabalhei entre a oralidade e a escrita reunindo uma multiplicidade de testemunhos. Combinei diferentes métodos e abordagens²⁵³ que me possibilitaram a construção de uma “descrição densa” (Geertz, 1987 [1973]:27) da Dinamização Cultural, nunca descurando o olhar retrospectivo sobre esta iniciativa. Como afirma Paula Godinho “é a partir das vivências actuais que os acontecimentos do passado são enquadrados, e por outro lado, as cicatrizes do tempo ido emergem do olhar lançado retrospectivamente da actualidade” (2001:22).

Através de um cruzamento entre a Antropologia e a História e de uma estreita solidariedade entre o passado e o presente, os dados históricos ofereceram um passado ao presente etnográfico, bem como as observações e entrevistas realizadas nutriram aprofundadamente as fontes escritas (Brettell, [1986] 1991: 21

2. A Revolução em Marcha: as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA

²⁵²A análise apresentada corresponde à minha investigação de doutoramento em Antropologia concluída em 2008 (ver Almeida 2009), financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/4886/2001). Uma outra versão deste texto foi apresentada no I Congresso da RIARM realizado em Lisboa em 2013.

²⁵³Orvar Löfgren ao trabalhar os desafios e contributos resultantes dos diálogos entre várias áreas de estudos, cita Philip Vannini quando diz que os investigadores “should try to dance a little more” (Löfgren, 2015:29).

Em 1975, Artur Rosa desenha um cartaz intitulado “A Revolução em Marcha” no âmbito da Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA que nos posiciona claramente num dos objectivos primeiros desta iniciativa: o esclarecimento político das populações visando a sua ampla participação no processo de democratização do país.

Esta “revolução portátil”, que tomou o camponês como objecto de investimento ideológico, percorreu o Portugal rural na tentativa de o conhecer e transformar, movimento justificado pelo facto do país que as Campanhas de Dinamização Cultural desvelaram ser o resultado do tempo longo das políticas de um regime ditatorial que se estendeu por quarenta e oito anos (1926-1974) e que a revolução de 25 de Abril de 1974 encerrou.



Fonte: A Revolução em Marcha, Artur Rosa/CODICE, 1975
Arquivo particular de Rodrigo de Freitas.

As palavras de uma das protagonistas desta iniciativa aludem à realidade encontrada enfatizando, em particular, as situações de pobreza económica e uma ruralidade simultaneamente abandonada e “resistente” ao legado do regime ditatorial:

[...] a ruralidade era isolada, abandonada. A pobreza era económica, não pobreza conceptual. O que havia era um povo abandonado e que nesse abandono consegue não desistir de existir [...]. As escolas eram um horror, o frio, um desconforto enorme, mas as pessoas teimam pela sua ousadia de viver naquele meio agreste. [...].

Eu ia de manhã para as escolas, aliás os militares deixavam-nos todos distribuídos eu ficava nas escolas e depois andava a pé o dia todo. E depois eram já os miúdos e os professores que nos ajudavam a ir de um sítio para o outro e andar quilómetros. Aliás os miúdos andavam no Inverno, já tinha começado o frio, aquilo era muito violento andar de escola para escola, aliás a vida daquelas pessoas era mesmo muito violenta.

Esta conjuntura revolucionária consagrou um novo ciclo de *desocultamento* do país, objecto de um conjunto de iniciativas ocorridas entre os anos 1974 e 1976. Para além das acções promovidas pelo sector militar, onde se situam as Campanhas de Dinamização Cultural de Acção Cívica do MFA, a sociedade civil protagonizou um papel axial nas tarefas da revolução, desdobrando-se em iniciativas das quais se destacam as Campanhas de Alfabetização e Educação Sanitária dirigidas pela Pró-União

Nacional dos Estudantes Portugueses, o Serviço Ambulatório de Apoio Local, o Serviço Cívico Estudantil ou o Serviço Médico na Periferia.

Sob o lema “aliança Povo-MFA”, durante o processo revolucionário assistiu-se a uma reorganização das estruturas militares, sendo constituída a Comissão Dinamizadora Central (CODICE) no quadro da 5ª Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas. Em parceria com alguns organismos do Estado, como a Direcção-Geral da Cultural Popular e Espectáculos, a CODICE veio a gerir a actividade voluntária de um grupo heterogéneo de pessoas, tendo como principal responsabilidade a implementação de uma das acções mais singulares da revolução portuguesa: as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA. Para Ramiro Correia, militar que inicialmente chefiou a CODICE, as Campanhas constituíram uma tarefa central da agenda revolucionária, como se pode aferir pela dedicatória inserida no livro *MFA, Dinamização Cultural e Acção Cívica*²⁵⁴:

“A todos os camaradas que, por todo o país, por vezes nas condições mais adversas, não se pouparam a sacrifícios, incompreensões e discriminações, para cumprirem a tarefa exaltante de lutarem ombro a ombro com o povo português por um futuro melhor, onde não tenha lugar a exploração e a injustiça e o homem alcance os espaços da liberdade.” (Correia et al, s/d-a: 7).

Apesar de reflectir uma preocupação em actuar em todo o território nacional, esta iniciativa acaba por apontar a necessidade de intervenção em zonas específicas, denunciando quais as regiões que viriam a beneficiar de um trabalho mais estruturado e continuado: as comunidades rurais do Norte e Centro do país nomeadamente das regiões do Minho, Trás-os-Montes, Beira Alta e Beira Baixa²⁵⁵.

Durante um período superior a um ano, as Campanhas promoveram o contacto directo com as populações possibilitando, numa primeira fase, o levantamento das suas principais necessidades e, posteriormente, intervindo em áreas tão diversificadas como a das infra-estruturas, da medicina, da veterinária, da agricultura, do desporto, das artes plásticas, do teatro, do cinema, da música, da dança e do circo (ver Almeida 2008, 2009). Como afirmaram os protagonistas da Dinamização Cultural:

“[...] as Campanhas do MFA tinham uma cultura do outro. O outro era o povo. Era a cultura na visão antropológica da existência do outro, que sabe, que tem uma história de vida, que as suas opções são sempre as suas melhores opções.”

“[...] no essencial não foi desrespeitada a matriz, as raízes culturais das pessoas. Foi levado às pessoas aquilo que as pessoas não tinham.”

3. O tempo caminha para que lado?

²⁵⁴Esta obra, tal como *MFA e Luta de Classes, Subsídios para a compreensão do processo histórico português*, (s/d-b), para além de Ramiro Correia, tem como co-autores Pedro Soldado e João Marujo, nomes simbólicos que evocam um trabalho colectivo fruto das contribuições dos diversos protagonistas das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (*Livro Branco da 5ª Divisão 1974-75*, 1984).

²⁵⁵Estes foram os terrenos privilegiados da acção do MFA, contudo foram efectuadas sessões de esclarecimento em todo o país e junto das comunidades de emigrantes portugueses na Europa, contabilizando um total de cerca de dez mil sessões de esclarecimento (*Livro Branco da 5ª Divisão 1974-75*, 1984).

Situadas num quadro ideológico de esquerda, as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA surgiram no presente etnográfico da investigação como um não acontecimento - que tinha tido como protagonistas os “vencidos” da revolução -, arredado dos relatos da história hegemónica e oficial (Almeida, 2007, 2009). Esta situação afigurava-se paradoxal na medida em que na época tinha sido alvo de uma intensa cobertura mediática com uma forte presença no espaço público.

Assim, a dissonância entre o passado e o presente caracterizou a fase inicial do processo de construção das etnografias, um percurso acidentado até encontrar o “soberbo ponto mediano, o centro. Não o centro, ponto pusilânime que detesta os extremos, mas o centro sólido que sustenta os dois extremos num notável equilíbrio.” (Kundera cit in Goldman2006:170).

Trabalhei sobre o “minúsculo” (Farge, 2002:72), sobre as palavras proferidas, as declarações aos jornais, os registos áudio, os cartazes, as fotografias captadas pelos protagonistas, os documentários produzidos na época, materiais que me foram permitindo uma aproximação à experiência que me propus etnografar.

Desta forma, fui construindo uma *assemblage* de fragmentos coerente que me permitiu identificar os quotidianos da revolução, os modos de apropriação e intervenção na realidade e aceder ao contexto sócio-político das Campanhas. Atenta à densidade histórica dos fenómenos, fui identificando uma nova textura deste acontecimento, filtrado pelas experiências biográficas subsequentes dos seus protagonistas que se insinuavam no tempo presente da pesquisa. A investigação aqui em escrutínio integrou, deste modo, o olhar retrospectivo, na medida em que a memória e a história mobilizam temporalidades específicas, que se cruzam, que se afastam, que rivalizam, sem chegarem a coincidir na totalidade (Traverso, 2012).

Privilegiando uma estratégia múltipla (Burgess, 1997), a construção das etnografias organizou-se em três momentos. Em estreito diálogo com diferentes categorias de materiais, a pesquisa documental (arquivos públicos e privados²⁵⁶) revelou-se axial possibilitando uma aproximação mais rigorosa à temática em estudo e aos contextos de produção dos discursos sobre as Campanhas de Dinamização Cultural, assegurando uma preparação mais precisa das fases subsequentes da investigação.

Importa sublinhar que nesta fase, o visual ostentava alguma supremacia. A sua relevância enquanto *corpus* empírico não foi definida *a priori*, tendo sido a imagem incorporada ao longo do processo de recolha dos dados através da observação e análise da iconografia, dos filmes, documentários e fotografias produzidos na e sobre a época.

Primeiramente destacam-se os cartazes²⁵⁷ que ilustravam as parcas referências à Dinamização Cultural que, tal como referi, carecia de biografia. Revestiam-se de um potencial discursivo que permitia uma aproximação à visualidade da época e indagar as retóricas do olhar. Ao longo da investigação também as fotografias, oriundas dos diferentes arquivos particulares, viriam a complementar as fontes

²⁵⁶Desenvolvi a análise sobre o papel dos arquivos privados mais à frente neste texto, aquando da análise da entrevista.

²⁵⁷Foram produzidos cartazes assinados por um grupo alargado de artistas visuais (Artur Rosa, João Abel Manta, Vespereira, Maria Velez, Justino Alves, Moura George, entre outros) que colaboraram na Dinamização Cultural. Esta expressão, propagandística e efémera, foi amplamente utilizada no período revolucionário como veículo de transmissão das mensagens da *revolução* às populações.

visuais, possibilitando não só recuperar os significados que proclamavam, mas também decifrar o excedente de significação que revelavam, na medida em que participavam da simbólica, da retórica de uma conjuntura específica (Bourdieu, 1965). Convidavam, ainda, à reflexão dos diferentes “dinamizadores”, provocando a recordação da experiência passada que protagonizaram.

As duas etapas subsequentes do processo de recolha de dados repousaram na realização de trabalho de terreno extensivo e nas entrevistas em profundidade aos protagonistas desta iniciativa. Visando captar a memória e a dimensão local das Campanhas de Dinamização Cultural, percorri entre 2002 e 2003 (ver Almeida 2009) cerca de 30 localidades dos distritos do norte do país²⁵⁸ (Viseu e Bragança) destinatárias desta iniciativa, interrogando quais os aspectos que os seus habitantes seleccionaram quando instados a recordar este acontecimento. Tendo equacionado no projecto inicial estadias prolongadas, o início do trabalho de terreno revelou que esta opção não seria a mais adequada uma vez que a presença da Dinamização Cultural junto dos lugares que incluiu no seu roteiro caracterizou-se por diferentes “intensidades”, que espelharam o rumo do processo revolucionário e os diferentes posicionamentos políticos assumidos pela CODICE.

Inicialmente itinerantes, desenvolveram no período pós 11 de Março de 1975 uma nova tipologia de acção privilegiando um contacto mais duradouro com as populações, instalando os seus centros directores nas sedes de concelho. Optei então, pela escolha de terrenos que constituíram o itinerário da Dinamização Cultural neste período.

Os habitantes dos lugares, aldeias e vilas percorridas pela Dinamização receberam a iniciativa nas suas diferentes formas: uma sessão de esclarecimento, a estadia de um médico na povoação, a construção de uma estrada ou a presença continuada das equipas numa sede de concelho. Neste sentido, as Campanhas articularam a dimensão nacional da revolução com a sua dimensão local.

Se esta iniciativa assumiu uma importância basilar para aqueles que foram decisores e executantes de uma acção delineada à escala nacional, também o foram para as comunidades que fizeram parte do roteiro do MFA, valorizando o trabalho das equipas de dinamização em áreas como as acessibilidades, a saúde, a intervenção veterinária, o apoio às associações culturais e o esclarecimento político. Para um habitante da Póvoa do Veado, concelho de Castro Daire: “A 5.ª Divisão e o 25 de Abril ensinaram-me a deixar de viver no fascismo e viver em liberdade e democracia, a chegar a uma assembleia e falar e defender-me. O 25 de Abril tirou-nos o medo. Tínhamos medo de falar”.

Porém, a Dinamização Cultural foi igualmente objecto de hostilidade, estimulada pela Igreja e pelas forças políticas que perderam a hegemonia nesta conjuntura. Esta experiência é interpretada a partir da ideologia anticomunista mobilizada para legitimar visões do mundo adversas ao projecto político do MFA, recorrendo-se com frequência a afirmações como “os militares eram comunistas” ou “eles eram o pretexto, o problema era o comunismo”. Para estes grupos, as Campanhas foram “uma nuvem negra que passou e não deixou saudades nenhuma”.

²⁵⁸A escolha destas localidades teve como critério o tipo de acção realizada e o conhecimento prévio da existência de resistências ao projecto do MFA, obtido através das entrevistas exploratórias e através da análise das fontes documentais disponíveis.

3.1. As entrevistas: *encontros extraordinários*

Não descurando os processos de redefinição da memória e atenta à sua mutabilidade, pretendo também sublinhar a importância epistemológica dos momentos dialógicos de recolha das narrativas orais na medida em que o encontro etnográfico tem um profundo impacto na produção de novas formas de compreensão do mundo repousando a sua validade fenomenológica no encontro entre o investigador e os seus interlocutores (Toren & Pina-Cabral, 2011).

Foi justamente um acontecimento passado e efémero que constitui o ponto de confluência entre mim e as pessoas com quem trabalhei ao longo da investigação e que lhes possibilitou inscrever-me “em linhas de referência ou familiaridade” (Martins, 2012). Esta dimensão sublinha uma ideia central à produção de conhecimento antropológico: é o encontro humano que informa a etnografia e, segundo Toren & Pina-Cabral (2011), não pode ser perspectivado em termos individualistas (o etnógrafo, o informante), porque a etnografia ao convocar estes actores reconhece as suas histórias e os mundos sociais em que participam:

“The mutuality of this human encounter is localized and particular but ultimately is to be understood in universal terms as a function of the similarities that reside in our differences from one another. This is where the focused analysis of life-as-lived by particular human beings with particular histories in particular places (ethnography) meets the comparative analytical project of understanding what is to be human (anthropology)” (Toren & Pina-Cabral, 2011:3)

A recolha de depoimentos orais, no formato de entrevistas em profundidade, constituiu uma das estratégias metodológicas principais da investigação aqui em discussão, configurada pelo estabelecimento de uma relação particular entre os protagonistas do acto comunicacional.

O antropólogo é um construtor das suas próprias fontes e as narrativas orais devolvem-lhe “não apenas o que as pessoas fizeram, mas também o que queriam fazer, o que acreditavam que estavam a fazer e o que pensaram ter feito” (Portelli, 2013: 28). Este cruzamento, a Antropologia conhece-o de forma densa na medida em que o trabalho de campo coloca em relação a experiência pessoal e a produção do conhecimento. A entrevista constitui um “encontro extraordinário” (Smith *et al*, 2015) oferecendo ao investigador um notável elemento de subjectividade (Portelli, 2013), tão caro à Antropologia.

Deste modo, o enquadramento do contexto em que o próprio processo de rememoração discursiva ocorreu mereceu uma análise aturada, bem como os locais e os espaços escolhidos para a sua realização, as palavras ditas - e como eram ditas -, os silêncios, as gargalhadas, o choro que acompanhava as palavras, a *performance* corporal, os esquemas e desenhos esboçados, os documentos e as fotografias partilhadas.

A recolha de narrativas orais juntos dos diferentes protagonistas da Dinamização Cultural fundou, além disso, um momento de valorização e legitimação “vinda de fora”, um reconhecimento amputado das

narrativas históricas oficiais. Importa sublinhar que em Portugal, desde a segunda metade da década de oitenta, a memória pública desvalorizou os processos revolucionários (cf. Loff, 2015). Nas palavras de Godinho (2011):

“Paulatinamente, as edificações hegemónicas que correspondem ao conservadorismo instalado foram construindo o seu próprio formato revisionista, através da depreciação da ideia de revolução na historiografia contemporânea, em paralelo com a diluição do seu património histórico e simbólico na consciência colectiva. Ao mesmo tempo [...] tornou-se constante ressaltar os erros, os desvios e os excessos dos processos de aceleração da história, numa investida coetânea da ofensiva neo-conservadora, iniciada nos primeiros anos do cavaquismo. As revoluções e os revolucionários passaram a ser apresentados como gente fora do tempo, destemperada, pouco cool” (Godinho, 2011:16)

Lembra-nos Tony Judt (2011 [2009]) que na nossa contemporaneidade, o século XX foi esquecido e, no caso português, a revolução de 1974 parecia ter pouco para ensinar, o que deslocou as Campanhas de Dinamização Cultural para o domínio privado e para uma circulação restrita.

É neste contexto que ocorreu o processo de rememoração. Perante mim, os protagonistas da Dinamização Cultural ajustavam contas com a história nacional e oficial que desvalorizou o acontecimento. As narrativa produzidas constituíram, assim, um veículo para transmissão da memória do acontecimento, permitindo dar a ver experiências específicas, tirá-las da sombra, porque a memória não é apenas ideológica ou mitológica, assume-se, também, como um instrumento de luta para conquistar a igualdade e garantir o direito às identidades.

No decurso do trabalho de terreno, constatei que os momentos da entrevista eram cuidadosamente preparados pelos entrevistados. Alguns solicitaram antecipadamente o projecto de investigação, manifestavam interesse em conhecer os tópicos que iriam ser abordados ou até saber quem era o orientador da pesquisa. Se para a maioria dos protagonistas das Campanhas a entrevista constitui um terreno que permitiu dar voz à sua experiência repondo a verdade dos acontecimentos, outros optaram pelo esquecimento.

Como referi, as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA não foram um movimento pacífico, tendo sido objecto de inúmeras críticas e oposições (ver Almeida 2009). Alguns dos entrevistados, nomeadamente aqueles com posições de destaque no quadro da CODICE, mas que a sua história de vida os afastou do espectro ideológico no qual as Campanhas se situaram²⁵⁹, ofereceram alguma resistência em recordar, fazendo, contudo, um esforço para não obstar a investigação, facilitando o contacto com outros protagonistas da sua rede de relações. Confrontei-me, assim, com as diferentes intensidades da memória e com um campo discursivo constituído por uma multiplicidade de vozes que espelhavam, por um lado, o envolvimento de cada um nas Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA e, por outro, as vivências posteriores ao acontecimento.

²⁵⁹As Campanhas foram o resultado da confluência de projectos individuais (com modelos inspiradores variados) e colectivos. Foram sendo reformuladas ao longo da sua vigência, de acordo com a experiência e conhecimento das realidades que se propuseram transformar, como também foram o espelho do próprio rumo da revolução.

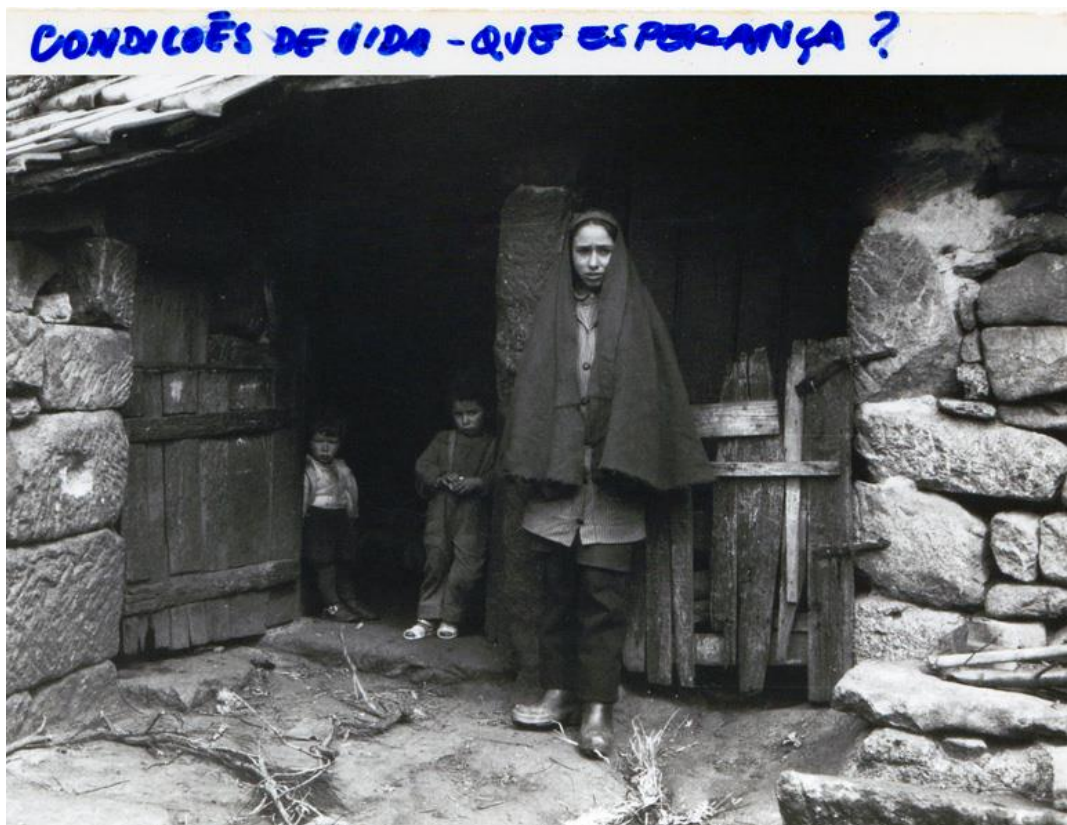
Em 1975, Manuel Cruz Fernandes coordenou uma das equipas que percorreram algumas localidades do interior norte do país no contexto das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA. Com o maior agrado respondeu afirmativamente ao meu interesse sobre a sua experiência, aceitando prontamente a realização da entrevista. Viríamos a conversar durante alguns meses. Cheguei até Manuel através do trabalho de terreno extensivo realizado no distrito de Viseu. Numa das localidades que percorri, foi-me referido o seu nome e afirmado enfaticamente que:

Eu recordo-me do capitão que estive aí, eu gostava muito dele. Esse homem explicava as coisas muito bem. Era um homem que sabia e as pessoas tinham por ele um respeito muito grande. [...] Ele dizia: - à entrada de um organismo vocês tirem o chapéu por uma questão de educação, mas lá dentro batam o pé, dêem um murro em cima da mesa, vocês podem-no dar, mas o chapéu, vocês tirem-no! Foi o homem indicado para aqui. Ele resolvia mesmo as coisas. Num meio rural como era este, com pouca cultura, com a 4ª classe ou nenhuma, foi muito benéfico.

Apoiado no seu arquivo pessoal, Manuel Cruz Fernandes narrou detalhadamente os quotidianos vividos junto das populações rurais do interior norte do país:

Eu nasci há sessenta e um anos numa aldeia daquelas. Aquilo eram retratos da minha infância. Era como se a minha infância tivesse parado. [...] Vi muita gente descalça em Castro Daire, a carregar os molhos de lenha. Eu tenho aí uma fotografia que é uma velhota, com uma idade que já não devia fazer coisa nenhuma com um feixe de lenha na cabeça e em pano de fundo o tribunal, como símbolo do país do Primeiro Império à custa de prolongar aquilo. O choque é propositado.

Importa sublinhar que os documentos pessoais dos entrevistados constituíram uma fonte preciosa, nomeadamente manuscritos, registos iconográficos e fotográficos. A entrevista decorria muitas vezes apoiada nesses fragmentos, que documentavam e legitimavam a sua perspectiva sobre o acontecimento. Porque foram preservados estes documentos durante mais de três décadas? Qual a sua trajectória?



Fonte: Picão – Castro Daire, 1975. Autor: Manuel Cruz Fernandes.

Os arquivos particulares, a sua teia de intencionalidades e multiplicidade de enunciados devolviam-me, deste modo, um terreno para a interpelação do significado das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA e para a compreensão da sua contextualização identitária e biográfica. Estabeleciam a ligação entre os conhecimentos e experiências passadas e o presente, invocando, em simultâneo, os caminhos por trilhar.

Com uma dimensão material indiscutível, estes registos condensavam múltiplas temporalidades. Produzidas nos anos de 1974 e 1975 testemunharam o encontro entre os meus interlocutores e a realidade que pretenderam transformar. Foram anotados, comentados, cuidadosamente guardados e partilhados comigo no contexto de recolha das narrativas. Por exemplo, durante o trabalho de terreno um dos protagonistas da Dinamização Cultural organizou em sua casa uma sessão de visionamento de *slides* no âmbito de uma campanha ocorrida em Trás-os-Montes para a qual convidou um outro “dinamizador”. No decorrer da projecção, actualizaram a memória daquele tempo. Aquelas imagens que iluminavam a parede da sala provocavam a recordação, eram contentores de memória.

A entrevista tem tido pouco impacto na produção teórica sobre os métodos em Antropologia, apesar de ser muito mais do que um meio de recolha de dados (Smith *et al*, 2015). Oferece dados únicos configurados pela experiência biográfica e pelos contextos sociais em que é protagonizada. Nela se cruzam os diferentes tempos e biografias dos seus actores, decorrendo daqui a importância epistemológica da análise dos contextos de recolha das narrativas orais na medida em que o

conhecimento antropológico jamais se dissocia destes momentos que caminham “*para trás no tempo, mas também para os lados e para cima e para baixo, e não apenas de trás para a frente*”

4. Notas finais

Escrevo acompanhada por dois exemplares do livro *MFA, Dinamização Cultural, Acção Cívica* escrito por Ramiro Correia. Sobre a capa amarelo forte emerge um desenho de Marcelino Vespeira, um dos artistas responsáveis pelo tratamento gráfico da revolução.

Um dos exemplares está comigo desde o início da investigação. Sendo uma fonte fundamental para a pesquisa foi, também, convocado para alguns momentos de entrevista, nomeadamente para que os protagonistas da Dinamização Cultural mais facilmente me reconhecessem quando nos encontrávamos pela primeira vez em espaços públicos.

O segundo, que mantém um amarelo mais vigoroso, foi-me oferecido por alguns dos meus interlocutores no dia da defesa pública das provas de doutoramento. Assinado e dedicado, o livro, através das palavras inscritas, deixa o traço do significado que a investigação teve para as pessoas que comigo trabalharam.

A biografia dos “livros amarelos” remete para a forma como a etnografia que produzimos é recebida e interpretada pelas pessoas que foram os sujeitos das nossas investigações, sinalizando-nos, ainda, que a recepção das textualizações etnográficas que produzimos constituem fontes de conhecimento das múltiplas camadas do nosso objecto (Brettell, 1993).

A antropologia é uma prática colectiva. É realizada com (e para) aqueles que estudamos (Martins, 2012) requerendo engenho etnográfico, que mais não é do que “a procura de saber combinar criativamente o que as pessoas que nós nos esforçámos por conhecer fazem e dizem sobre o mundo em que vivem por forma a permitir um melhor conhecimento desse mundo como um mundo humano possível face a aos outros” (Pina-Cabral, 2007: 195). Daqui decorre, justamente, a necessidade de uma reflexão sólida em torno do nexa epistemologia-ontologia, tal como propõem Thoren e Pina-Cabral (2011), questionando “como conhecemos” e “o que conhecemos”.

Fontes

Entrevistas gravadas

Fernandes, Manuel Cruz, 2002

Lopes, Conceição, 2000

Navarro, António Modesto, 2000

Arquivos Particulares

Manuel da Cruz Fernandes

Marcelino Vespeira

Rodrigo de Freitas

Bibliografia

- ALMEIDA, Sónia Vespeira de, (2007), “Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA: uma etnografia retrospectiva”, *Arquivos da Memória*, 2 (nova série), CEEP, 47:65.
- ALMEIDA, Sónia Vespeira de, (2008), “Vítimas do Fascismo”. Os Camponeses e as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do Movimento das Forças Armadas (1974-1975), *Análise Social*, N.º 189, Dezembro, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 817-840.
- ALMEIDA, Sónia Vespeira de, (2009), *Camponeses, Cultura e Revolução. Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)*, Lisboa, IELT-Colibri.
- BOURDIEU, Pierre *et al*, (1965) *Un Arte Medio. Ensayo sobre los usos sociales de la fotografía*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 9-34.
- BRETTEL, Caroline B., 1991 [1986], *Homens que partem, mulheres que esperam: consequências da emigração numa freguesia minhota*, Publicações D. Quixote, Lisboa.
- BRETTEL, Caroline (eds.), (1993), *When They Read What We Write. The Politics of Ethnography*, Westport, CT, Bergin & Garvey.
- BURGESS, Robert G., (1997), *A Pesquisa de Terreno, Uma Introdução*, Oeiras, Celta Editora.
- CORREIA, Ramiro *et al*, s/d-a, *MFA, Dinamização Cultural, Acção Cívica*, Lisboa, Ulmeiro.
- CORREIA, Ramiro *et al*, s/d – b, *MFA e Luta de Classes, Subsídios para a compreensão do processo histórico português*, Lisboa, Ulmeiro.
- FARGE, Arlette (2002) “Penser et définir l'événement en histoire. Approche des situations et des acteurs sociaux”, *Terrain, Revue d'ethnologie de l'Europe*, nº38, pp.67-78.
- GEERTZ, Clifford, 1996 [1973], *La Interpretación de las Culturas*, Barcelona, Gedisa Editorial.
- GODINHO, Paula, (2001), *Memórias da resistência Rural no Sul. Couço (1958-1962)*, Oeiras, Celta Editora.
- GODINHO, Paula, (2011), «Introdução», Rodrigues, A., *Gente Comum. Uma História na Pide*, Castro Verde, 100 Luz, 11-41.
- GOLDMAN, Márcio, (2006), “Alteridade e Experiência. Antropologia e Teoria Etnográfica”, *Etnográfica*, Vol. X (1), 161-173.
- HALBWACHS, Maurice, 1968 [1950], *La Mémoire Collective*, Paris, PUF.
- HALBWACHS, Maurice, 1971 [1941], *La Topographie Légendaire des Évangiles en Terre Sainte. Étude de mémoire collective*, Paris, PUF.
- JUDT, Tony, 2011 (2009), *O Século XX Esquecido* Lisboa, Edições 70.
- Livro Branco da 5ª Divisão 1974-75*, 1984, Lisboa, Livraria Ler Editora.
- LÖFGREN, Orvar, (2015), “The Black box of everyday life. Entanglements of Stuff. Affects, and Activities”, *Cultural Analysis*, Vol. 13, Amesterdão, University of California, 77-98.
- LOFF, Manuel, (2015), “Estado, democracia e memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014)” in Loff, M., Piedade, F., Soutelo, L., *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas da memória*, Porto, Almedina, 23-143.
- MARTINS, Humberto, (2012), «“Tu não és daqui... estás só aqui durante um tempo!”: explorando os lados sombra de uma experiência de trabalho de campo» *Etnográfica*, Outubro de 2012, 16 (3), 525-546.
- PINA-CABRAL, João, (2003), “Semelhança e verossimilhança: horizontes da narrativa etnográfica”, *Mana*, 9 (1), 109-122.
- PINA-CABRAL, João, (2007), «“Aromas de urze e de lama”: reflexões sobre o gesto etnográfico», *Etnográfica* [Online], vol. 11 (1), 191-212.
- PORTELLI, Alessandro, (2013), *A Morte de Luigi Trastulli e outros Ensaios*, Lisboa, Edições Unipop.
- SMITH, Katherine *et al* (eds.), (2015), *Extraordinary encounters. Authenticity and the Interview*, New York, Oxford, Berghahn Books.

TABUCCHI, António, (2012), *O Tempo envelhece depressa*, Lisboa, D. Quixote.

TOREN, Christina; PINA-CABRAL, João de (eds.), 2011, *The Challenge of Epistemology*, New York, Oxford, Berghahn Books.

TRAVERSO, Enzo, 2012 [2005], *O passado, modos de usar. História, memória e política*, Lisboa, Edições Unipop.

HISTORIOGRAFIA E RESISTÊNCIA: HISTORIADORES CRÍTICOS DO GOLPE DE 1964 E DA DITADURA.

Lucileide Costa Cardoso²⁶⁰.

Universidade Federal da Bahia

Os historiadores aqui destacados formularam um pensamento original, seguro e arriscado no contexto em que viveram. Os seus escritos constituem um campo aberto às múltiplas reflexões, pois é preciso aliar o rigor profissional que implica padrões científicos com os embates políticos e usos da memória no tempo presente. São livros, artigos, entrevistas – dentre outras publicações, reveladoras de pesquisas de cunho histórico, formuladoras de argumentos que sustentam os comentários e teses interpretativas sobre o assunto.

Atuantes no debate sobre golpes, ditaduras e transições para a democracia, especialmente nas datas redondas dos 30 anos (1994), 40 anos (2004) e 50 anos (2014) que matizaram tais (des) comemorações, os historiadores brasileiros e brasilianistas ocuparam um lugar importante no espaço público de batalhas ideológicas pela memória. (Cardoso, 2015, p. 400 e 401). Apesar desse avanço, observamos que os produtores de cultura histórica no imediato pós-golpe não são (auto)referenciados nas novas teses e abordagens sobre o período, talvez pelo desconhecimento ou, simplesmente, pela recusa em citá-los por estarem desatualizados frente à produção mais recente. Este é um problema sério que implica reavaliarmos no debate historiográfico atual o “peso” das primeiras contribuições dos historiadores que interpretaram as razões do golpe de 1964 e buscaram entender a natureza do regime que se seguiu. Voltar ao tema e sistematizar algumas dessas interpretações constitui o objetivo central desse texto com o fito de demonstrar a existência de manifestações historiográficas motivadas pelo enfrentamento crítico com os golpistas civis e militares que aniquilaram a nossa democracia.

Assim, a pergunta inicial que guia a análise é a tentativa de precisar o momento em que os grandes historiadores que viveram o contexto do golpe e que foram perseguidos de variadas maneiras pela ditadura começaram a escrever, ou simplesmente, passaram a comentar sobre o ocorrido. A tese recorrente é de que houve um silêncio historiográfico, só retomado na década de 80 e mais precisamente nos anos 90 do século XX, quando a produção dos historiadores deixou de ser tutelada pelas interpretações oriundas das ciências sociais (mas ainda hoje, fortemente influenciada por ela) acerca da natureza do golpe e do regime e passou a trilhar o seu próprio caminho

²⁶⁰ Pós-doutoramento pela Universidade do Porto/Bolsista CAPES - BEX5946/14-0. Estágio Sênior, mar./15-fev./16. Doutora em História Social pela USP. Professora Associada do Departamento e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia. Líder do grupo de pesquisa *Memórias, Ditaduras e Contemporaneidades* (UFBA/CNPq).

José Roberto do Amaral Lapa, no livro *História e Historiografia: Brasil Pós-64*, escrito no momento em que se iniciava o processo de redemocratização do país, enfatiza a relação entre os acontecimentos que marcaram o “movimento de 64” e a natureza da produção científica. Preocupou-se com o grau de “condicionamento”, “resistência” ou “incidência” do conhecimento histórico em relação ao poder político, ou seja, até que ponto os produtores desse conhecimento reagiram aos imperativos do regime ou se sujeitaram a serviço de suas propostas. Nesse sentido, chama atenção para o fato de que: “não se trata apenas, (...), de verificar qual foi o conhecimento produzido sobre aquele movimento, como os historiadores ‘viram’ o processo ou se viram nele ou ainda como o movimento os vê, mas antes de examinar como o trabalho do historiador e o conhecimento que dele resultou, chegou ou não a assumir alguma especificidade nesse período, sendo, portanto representativo ou não na evolução das ciências sociais no Brasil nas duas últimas décadas.” (Lapa, 1985, p.14e15).

A questão está relacionada ao ofício do historiador, buscando distinguir os historiadores que concentram no estudo da História sua atividade principal e outros profissionais que não exercem o ofício de historiador, mas produzem obra de História. Ou seja, o que podemos classificar como obra de História que a diferencia das outras áreas do saber, seja em termos técnicos ou teórico-metodológicos? De fato, existe um consenso comum aos intelectuais brasileiros, quando classifica os trabalhos que seleciona para o seu estudo como *História*, sugerindo que não existe um critério rígido para tal definição. De certa forma, adotam um conceito abrangente de historiografia que permite considerar não apenas a produção do conhecimento histórico em si, mas também a sua reprodução, circulação, consumo e crítica. Artigos de jornais, entrevistas, depoimentos, manifestos, livros de História, biografias e autobiografias atestam à força política dos escritos historiográficos ávida em compreender e explicar os novos rumos do país a partir da análise do seu passado mais recente, associado a sua última ditadura e ao processo de transição política pactuada rumo à democracia.

A historiografia extrapola os limites da produção dos historiadores profissionais, no dizer de Le Goff: “A história da História não se deve preocupar apenas com a produção histórica profissional, mas com todo um conjunto de fenômenos que constituem a cultura histórica ou, melhor, a mentalidade histórica de uma época” (Le Goff, 1990, p 48). Convergindo com esta interpretação, Maria de Lourdes M. Janotti assevera que o trabalho do historiador não adquire valor apenas com pesquisas originais; devemos buscar novos “nexos” numa produção já existente. A obra de história exige métodos de análise das fontes documentais para compreensão do passado e maior conhecimento do presente. Livros biográficos, didáticos - dentre outros, também são considerados “manifestações historiográficas” importantes, ultrapassando a concepção de historiografia “profissional” ou acadêmica. Seguindo esta linha de reflexão, a historiadora discute também as implicações teóricas daqueles que elegem a historiografia como fonte de análise, considerando-se autor, obra e contexto: “Estudos de historiografia supõem o julgamento da obra de História, não apenas como trabalho de inspiração individual, mais ou menos bem-sucedido, mas também como resultado intelectual do confronto das concepções que uma sociedade tem sobre si

mesma em um determinado momento vivido de seu percurso. Por esta circunstância, as condições históricas sob as quais a obra historiográfica foi produzida são tão importantes quanto às citações bibliográficas nela contidas." (Janotti, 1998, p.119).

Neste contexto, não podemos esquecer as inovações teórico-metodológicas que suscitaram inúmeros debates no campo do revisionismo marxista nos anos sessenta e setenta. Para Maria de Lourdes M. Janotti, este revisionismo representou uma crítica à historiografia tradicionalista, que "não supera a versão oferecida pelos testemunhos dos vencedores e dos vencidos" (Janotti, 1998, p. 136). Os historiadores engajados nesta proposta, ao criarem novas interpretações para a História do Brasil, sofreram as conseqüências da política repressiva do Estado Militar: "Foi vital para os historiadores das décadas de 60 e 70, influenciados pelo materialismo dialético, compreenderem os limites das propostas ideológicas de uma revolução burguesa e dos insucessos das propostas revolucionárias do proletariado no Brasil. Da mesma forma que para os golpistas de 1964, foi vital afastá-los de suas cátedras, encarcerá-los e torturá-los, reconhecendo pela violência da repressão a força renovadora intelectual e política que representavam". (Janotti, 1998, p.136)

Assim, pensar o papel desses historiadores na luta contra a ditadura civil militar é compreender questões mais amplas no sentido de inserção da esquerda nos meios intelectuais e nas bases da sociedade. Foi no âmbito das universidades que prevaleceram focos de resistência estudantil e intelectual aos atos inescrupulosos do regime e a sua política educacional. Com a decretação do AI-5 em 13.12.1968, a repressão abateu-se sobre os intelectuais, pensadores e professores universitários. Iniciam-se perseguições, ameaças, triagens ideológicas, cassações e aposentadorias compulsórias, em alguns casos, acompanhadas de prisões e mortes. Sem dúvida que o Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo foi um dos mais atingidos, tendo sido aposentado Florestan Fernandes e seus assistentes, entre vários outros cientistas sociais (Reis, 1999, p.238). Seguiram-se com invasões a faculdades, perseguição e morte de estudantes, cassação de mandatos políticos, nomeação de reitores, controle das disciplinas ministradas e a implantação de um clima de desconfiança e terror. Mecanismos oficiais efetivaram uma política de censura prévia, controle e proibição de importação e vendas de livros considerados "subversivos", assaltos da polícia política às bibliotecas particulares, suspeição e vigilância permanente sobre os intelectuais. As dificuldades de comunicação e transmissão do conhecimento impossibilitaram que se processasse com alguma amplitude o debate livre de ideias.

Os círculos intelectuais que resistiram ficaram limitados e sem comunicação com a sociedade. Os estudantes e professores tornaram-se verdadeiros agentes do "perigo vermelho" que deveriam ser exterminados ou "banidos". No campo restrito dos historiadores, foram afastados de suas atividades Caio Prado Júnior, Emília Viotti da Costa, Eulália Maria Lahemayer Lobo, Manoel Maurício de Albuquerque, Maria Yedda Linhares, Guy de Holanda, Hugo Weiss, – dentre outros que foram obrigados a fugir, abandonarem suas universidades e passarem à condição de semi-legalidade. O professor István Jacsó, historiador húngaro, durante o exercício de sua docência na UFBA, Universidade Federal da Bahia,

escapou do cerco policial e abandonou rapidamente a Bahia, deslocando-se para o Rio de Janeiro e depois São Paulo. Militante da AP, Ação Popular, logo depois foi preso e torturado, exilando-se em Paris. Em termos gerais, consideramos que muitos pesquisadores brasileiros das diversas áreas do conhecimento foram impedidos de aceder às restritas vagas existentes nas universidades por motivações políticas, e os que lá já se encontravam foram duramente vigiados e punidos, seja pelo discernimento crítico com que conduzia suas atividades acadêmicas e/ou pela condição de opositores, sendo alguns deles integrantes das organizações de esquerda armada.

Ademais, convém salientar que existiram casos de historiadores perseguidos que não pertenciam aos quadros universitários – caso do intelectual Nelson Werneck Sodré e Jacob Gorender, cumprindo um papel importante de professores e orientadores de cursos de formação histórica e política, organizados por partidos, universidades e institutos de estudos sociais. Ao desenvolverem habilidades e capacidades educativas propiciadas pelas exigências da vida partidária, tornaram-se referenciais importantes nos círculos educacionais, compondo materiais históricos e didáticos que influenciaram e despertaram o debate sobre a Revolução Brasileira.

A seguir, analisamos alguns casos mais emblemáticos de historiadores perseguidos e de suas manifestações historiográficas, elaboradas e publicadas durante a vigência do regime (1964-1985), que provocaram ações repressivas ou os colocaram no “olho do furacão”. Em suma, representam um pensamento original sobre as razões do golpe e as características da ditadura civil militar, cujo contributo não pode ser silenciado, merecendo revisões, correções e acréscimos.

Historiadores e Interpretações Iniciais sobre o Golpe de 64 e a Ditadura.

Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior e Jacob Gorender apresentaram distintas trajetórias/funções assumidas dentro e fora do PCB, Partido Comunista Brasileiro. Elaboraram formulações políticas e teóricas bastante divergentes na interpretação da história recente do Brasil, provocadores de impactos em termos de produção/renovação historiográfica dentro e fora da Academia. O enfrentamento com o poder ditatorial indicou uma rotação mais à esquerda, especialmente comunista, cujo Partido exerceu um papel fundamental na divulgação, traduções de obras, propiciando ampliação e reconhecimento de sua produção no próprio país e no exterior. Ao solicitar o envolvimento deles em redações de jornais, revistas e documentos político-partidários, parece-nos lógico afirmar que o Partido favoreceu o exercício e aperfeiçoamento da crítica sobre suas realidades históricas. Contudo, a condição de intelectuais engajados custou-lhes nos primeiros meses do ano de 1964, fuga, vida clandestina, prisão seguida de constantes interrogatórios e averiguações. Responderam também aos diversos Processos na Justiça Militar Brasileira e suas vidas foram vigiadas enquanto durou o regime.

Nelson W. Sodré logo após o golpe sofreu com a proibição de *História Militar do Brasil*, publicado em 1965, defensor de que o Exército, desde suas origens, apresenta-se como representante das classes médias, democrático e republicano. Contudo, o último capítulo era destinado ao golpe e suas implicações

históricas, justificando o recurso da censura e configurando mais um na lista do DEOPS de livros “subversivos”. No exame dos livros, o Ministério da Justiça descobriu: “configurada propaganda subversiva e determinou sua apreensão, proibindo sua circulação, impressão ou venda em todo o território brasileiro”.²⁶¹ Uma foto da capa do livro censurado e breves comentários sobre o contexto repressivo encontra-se em Sandra Reimão ao analisar documentos dos censores, descrevendo três grupos de livros apreendidos: 1) ‘os que foram apreendidos por equívoco’ – por falsa indução em relação ao assunto em virtude do título ou das ilustrações; 2) os que foram apreendidos porque se referem ao marxismo; e 3) os que foram apreendidos porque se referem à revolução de abril ou a políticos por esta perseguidos. Neste último grupo, *História Militar do Brasil*, de Nelson Werneck Sodré. (Reimão, 2011, p. 22 e 41).

Sodré passou uma temporada na prisão militar, precisamente dois meses, respondendo aos interrogatórios e, posteriormente, sendo processado pela Justiça Militar, mas não indiciado. Em 1964, a Coleção *História Nova*, coordenada por ele e escrita por seus colaboradores passou a ser considerada altamente “subversiva”, proibida de circular e de ser reeditada, destacada nos documentos repressivos como desencadeadora da onda comunista que contaminava o ensino de História do Brasil. Sodré respondeu anos mais tarde aos seus algozes, escrevendo um livro de teor memorialístico, intitulado a *História da História Nova*, 1986. Proibida de circular em 1964, a coleção foi reeditada por iniciativa de particulares e com o apoio da Editora Brasiliense, em 1966, sob o título *História Nova do Brasil*, que também teve sua circulação proibida. Em 31 de março de 1966, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou a matéria “*General é denunciado*”, informando que Nelson Werneck Sodré foi denunciado como incurso na Lei de Segurança Nacional - LSN, pela reedição da coleção *História Nova*.

Outro caso de censura aos seus escritos aparece nos documentos repressivos que destacam o historiador como colaborador do *Caderno de Debates n.º 1 – História do Brasil*, organizado por grupos de intelectuais paulistas de “esquerda”, sob a liderança de Caio Prado Júnior, que publicou nesse mesmo período a obra *Brasil História - Texto e Consulta*. A proibição da circulação da coleção *Memórias do exílio: Brasil 1964-1979*, direção de Pedro Celso U. C. e Jovelino Ramos, patrocinada por Paulo Freyre, Abdias Nascimento e Nelson W. Sodré completa a lista dos livros e colaborações de Nelson Werneck Sodré censurado pela Ditadura.²⁶² A coleção com perspectiva inicial de organização de três volumes foi lançada primeiramente em Portugal, em 1976, e depois em São Paulo, em 1978. Esse primeiro volume compreende uma obra coletiva composta por 20 depoimentos de exilados de diferentes matizes ideológicos. Os seus organizadores buscaram discutir a figura dos exilados como agentes políticos,

²⁶¹ Acervo DEOPS/Série Dossiês. Pastas. Referências: 30-C-1-19876/50-E-3-1206/50-Z-317-1146/50-Z-341-363, retiramos a seguinte informação: “Conforme publicação no jornal Diário Popular de 04-07-1970 consta-nos que a Polícia Federal encaminhou ao Ministério da Justiça diversos livros, suspeitos de conter ‘matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, entre os quais figura *História Militar do Brasil* de Nelson W. Sodré’.

²⁶² Sob o título, “*Exilados: não mais uma abstração*”, o jornal *Folha de São Paulo* publicou em 5 de Novembro de 1978 artigo de Jefferson Del Rios elogiando a obra *Memória de exílio*, arquivado a pedido do SNI em 22/02/1979 (30-B-2-159). Fundo DEOPS/SP/Série Dossiês Pasta 30-B-2. 159. Divisão do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

personagens esses considerados, em sua maioria, os grandes nomes da *intelligentsia* responsáveis pela produção cultural do período.

No contexto de transição política, entre inúmeras publicações, o historiador lançou um livro de memórias *A fúria de Calibã: Memória do golpe de 64*, 1994, data redonda dos 30 anos do golpe de 64. O tema central que perpassa a narrativa é avaliar o impacto da ditadura militar no âmbito da produção intelectual, e diante deste objetivo, rememora sua longa resistência ao cerceamento da liberdade de expressão no país. Momento em que ele e os seus colaboradores no ISEB, Instituto Social de Estudos Brasileiros,²⁶³ foram duramente perseguidos e enquadrados em leis repressivas, incluindo a Lei de Censura que atingiu às suas publicações.

Neste livro, Sodré afirma que a cassação não objetivava apenas os fins eleitorais, mas ia mais longe, atingindo qualquer atividade ligada à luta de ideias ou transmissão de conhecimento. (Cardoso, 2013, p. 261). Assim, amputavam as manifestações e reduziam os intelectuais à “marginalização”. Carreiras foram interrompidas, universidades invadidas, donos de editoras interrogados. Entre eles, cita Caio Prado Júnior, preso em 1969, e Ênio Silveira, da Editora Civilização Brasileira, indiciado nos vários IPMs, Inquéritos Policiais Militares, e presos várias vezes. O próprio Sodré respondeu a três IPM(s): IPM do PCB, IPM do ISEB e IPM da História Nova: “A Civilização Brasileira apareceu, naquela fase, como o quartel-general da resistência à ditadura, no meio intelectual” (Sodré, 1994, p. 73). Admiração justificável, tanto por sua atuação como membro do Conselho Editorial da Revista Civilização Brasileira, como pelo fato de que a maioria dos seus livros exibe o selo dessa editora. Nelson Werneck também relaciona os nomes de todos os professores perseguidos nas universidades brasileiras após o Golpe de 64 e denuncia que constituíam “material subversivo” livros, jornais, revistas, bem como lecionar e escrever livros era prova material de crime: “Na mesa do encarregado do IPM do ISEB vi alguns livros, meus inclusive, que tinham grifado a tinta vermelha linhas e linhas. Antes, eram instrumentos de cultura; agora, eram provas de inomináveis crimes” (Sodré, 1994, p. 69). Ademais, vivia-se um “terror cultural”, em que os intelectuais foram amordaçados e o livro era a prova material de que as ideias revolucionárias pretendiam subverter a ordem e instaurar o “caos comunista” no País. (Cardoso, 2015).

Caio Prado Júnior foi preso em 1964, pelo DOPS paulista para averiguações. Condenado em 1969 a quatro anos e meio de prisão pela Auditoria de São Paulo, permaneceu um ano e meio na prisão, no total 545 dias, cumprindo parte da pena no Presídio Tiradentes e outra no 16º. Batalhão Universitário da Força Pública até ser absolvido em 1971 pelo Supremo Tribunal Militar. Artífice de uma historiografia engajada, homem de formação ampla - geógrafo, filósofo, economista e historiador, Caio Prado adotou o

²⁶³O ISEB foi uma instituição cultural criada em 14 de julho de 1955, como órgão vinculado ao MEC (Decreto No. 37.608, assinado pelo presidente Café Filho). A sede do ISEB no Rio de Janeiro foi inaugurada em agosto de 1957, pelo presidente Juscelino Kubitschek. Foi concebido para ser independente, gozando de liberdade de opinião, pesquisa e de cátedra. Também era autônomo em termos administrativos. O órgão destinava-se ao estudo, ensino e à divulgação das ciências sociais. O conhecimento crítico produzido seria aplicado à análise da realidade brasileira, fortalecendo técnicas e instrumentos teóricos capazes de estimular e promover o desenvolvimento nacional. Foi extinto em 13 de abril de 1964, em decorrência do Golpe de Estado (Decreto no. 53.884, assinado pelo presidente Ranieri Mazzilli). Em seguida, foi instaurado o IPM do ISEB, colocando sob investigação os ex-presidentes Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart e os ministros da educação Clóvis Salgado, Paulo de Tarso e Oliveira Brito, além de vários deputados e todos os professores do instituto Fonte: Dicionário Histórico e Bibliográfico Brasileiro. ISEB, p. 2801-3.

método do materialismo histórico e dialético e contribuiu com suas obras para difundi-lo entre nós. Permanentemente vigiado, transformou a Editora Brasiliense em São Paulo, a qual era proprietário, em um dos espaços de resistência cultural e política à ditadura, atuando corajosamente para dinamizar o pensamento crítico contra todas as investidas dos seus censores e algozes.

No livro *Revolução Brasileira*, 1966, Caio Prado Júnior teceu duras críticas a tese feudal que buscava explicar a nossa formação histórica a partir de etapas que determinariam a revolução burguesa e, depois a socialista. Condenou às estratégias equivocadas do PCB em defesa da “coexistência pacífica” para se concretizar a tão sonhada revolução brasileira. Sua auto(critica) extrapola os limites da discussão interna do partido, alcançando outros setores da esquerda que, desde 1964, responsabilizaram o PCB pela derrota. Caio Prado não trata diretamente do regime instaurado a partir do golpe civil militar de 1964, mas comenta os seus momentos iniciais, sinalizando impasses da evolução histórica que comprometeram a revolução brasileira: "O Brasil se encontra num destes instantes decisivos da evolução das sociedades humanas em que se faz patente, e, sobretudo sensível e suficientemente consciente a todos, o desajustamento de suas instituições básicas. Onde as tensões que se observam, tão vivamente manifestadas em descontentamento e insatisfações generalizadas e profundas; em atritos e conflitos, tanto efetivos e muito outros potenciais, que dilaceram a vida brasileira e sobre ela pesam em permanência e sem perspectivas apreciáveis de solução efetiva e permanente. Situação essa que é efeito, e causa ao mesmo tempo, da inconsistência política, da ineficiência em todos os setores e escalões, da administração pública; dos desequilíbrios sociais, da crise econômica e financeira, que vinha de longa data e mal encoberta durante curto prazo – de um a dois decênios – por um crescimento material especulativo e caótico, começa agora a mostrar sua verdadeira face; da insuficiência e precariedade das próprias bases estruturais em que se assenta a vida do país. É isso que caracteriza o Brasil de nossos dias". (Prado Júnior, 1966, p. 04).

A Revolução Brasileira, de Caio Prado Júnior, serviu de referências para seminários ocorridos na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo nos idos de 1968, durante a tomada do prédio pelos estudantes. O debate político tinha como cerne repensar os caminhos da revolução brasileira. Outros cientistas sociais também se destacaram nesse debate: Otávio Ianni *Estado e Planejamento Econômico no Brasil 1930-1970* e Florestan Fernandes *Revolução Burguesa no Brasil*. Todos imbuídos de uma teoria inovadora dentro do campo do revisionismo marxista, explicando e tentando compreender as linhas de força da evolução histórica nacional, bem como as razões da derrota da esquerda em 1964, suscitando polêmicas a respeito do estado de desenvolvimento do capitalismo brasileiro sob a ditadura civil militar.

Em suas memórias, Nelson Werneck Sodré denuncia que a ditadura puniu Caio Prado Junior pelo crime de ideias e pela coragem de manter edições, cuja circulação estava proibida. A intenção era destruir um homem de pensamento: “condenando-o, era a cultura que se pretendia condenar” (Sodré, 1994, p. 306). A extensão dessa estratégia de censura às obras dos historiadores e demais intelectuais

considerados de esquerda prevaleceu como dominante nas décadas de sessenta e setenta. O DEOPS paulista investigou todo o processo de lançamento da coleção em que colaboraram os “conhecidos marxistas esquerdistas e socialistas”: Edgar Carone, Fernando Henrique Cardoso, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Fernando Novais e Francisco Weffort. O interesse do DEOPS em investigar a edição da coleção tinha um propósito maior, que consistia em extrair dados capazes de caracterizar o “grupo de historiadores marxistas atuando em conjunto na PUC/SP, UNICAMP, USP, CEBRAP, editora Brasiliense, DIFEL, editora Civilização Brasileira, Vozes de Petrópolis, com ramificações na UFMG e PUC/MG”.²⁶⁴

Mesmo com estas restrições, alguns historiadores contemporâneos de Caio Prado Jr e Nelson Werneck Sodré abordaram de forma periférica o golpe de 64. Edgar Carone comenta sobre o regime através de uma investigação sobre a atuação do movimento operário e do PCB no período, mas não elege o tema como centro de suas preocupações. Outros contemporâneos de Caio e Nelson também compareceram, o historiador José Honório Rodrigues com *Conciliação e Reforma no Brasil: um desafio histórico político*, 1965, vinculou a inflexão política de 64 ao itinerário de uma elite que perdera “o monopólio do poder em 1930 e que estaria buscando recuperá-lo através de golpes, como aquele de 1964”. (Rodeghero, 2006, p. 96 e 97). José Honório Rodrigues não trabalhou com esta temática diretamente, mas em entrevista concedida ao jornal do Brasil em 1980 buscou interpretar o Golpe de Estado pelo viés da contrarrevolução e pelo rompimento com a tradição conciliatória da política nacional.

"Primeiramente, 1964 não foi uma revolução – foi uma contra-revolução. Diante da ameaça de uma revolução, as minorias dominantes tomaram a dianteira de um movimento que visava fortalecer as condições conservadoras. A partir de 1935, sobretudo, quando a extrema esquerda brasileira fez o movimento da Aliança Nacional Libertadora, que resultou na Intentona, a esquerda começou a ser esmagada dentro do Exército, desequilibrando-o. O Exército, que sempre teve alas nacionalistas de esquerda e de direita, passa a ser dominado pelas tendências de centro e de direita que vieram a predominar. (...) E daí que, em 1964, o Exército não ficou no centro, tendeu para a direita. Assim que, em primeiro lugar, 64 foi um movimento anticonciliatório. Ele rompe com uma tradição brasileira de conciliação. Os adversários do movimento eram considerados inimigos, o que nunca aconteceu no Brasil, nem mesmo com Caxias. Com o Presidente Figueiredo, entretanto, foram dados os primeiros passos no sentido da conciliação: a anistia e a abertura".²⁶⁵

Ao que tudo indica essa primeira geração de historiadores escreveu e pensou sobre a conjuntura histórica do seu tempo, procurando enquadrar suas análises sobre 1964 em processos de mais longa duração. Os que se arriscaram, sofreram reveses imediatos, como exemplo, podemos nos referir ao caso do historiador Hélio Silva que publicou um breve relato sobre um caso de tortura e morte do dissidente

²⁶⁴Pedido de Busca da obra *História Geral da República Brasileira*, conforme dados conhecidos pelo DEOPS/SP e DPF/SP em 03/05/1977. Pasta 50-Z-9-41750/41749. Divisão do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

²⁶⁵ JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. Entrevista concedida em 02/11/1980. Citado também no livro de LAPA, José Roberto do Amaral. *História e Historiografia Pós-64*. P. 17.

político Stuart Angel no 20º. Volume da *Coleção História da República Brasileira*, intitulado *Dos Governos Militares – 1969-1974* (SP, Editora Três, 1975), retirado das bancas e livrarias pela censura por tratar, entre as páginas 132 a 136, da morte de Stuart Edgar Angel, militante do MR-8, desaparecido em 14 de maio de 1971. A mãe de Stuart, Zuzu Angel, adquiriu alguns exemplares nas bancas antes do recolhimento e os distribuiu a conhecidos. Hélio Silva também publicou *1964: golpe ou contragolpe*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

Além dos historiadores brasileiros já citados, temos o livro pioneiro que tratou do golpe e dos anos iniciais do regime escrito pelo historiador norte-americano Thomas Skidmore que publicou em 1967 nos EUA. Obra traduzida e publicada em 1969 no Brasil, com o título *Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930-1964*. O livro inspira uma síntese de história política, buscando elementos da herança e da transformação da política getulista na configuração dos partidos a partir de 1945, cujo ápice de disputas ocorreu no período da deposição de João Goulart. Em 1988, no contexto de transição política, completa sua análise anterior, produzindo mais uma grande síntese de história política intitulada, *Brasil: de Castelo a Tancredo*, abrangendo os cinco governos militares e seus aspectos sociopolíticos. O “brasilianista” buscou compreender as motivações de uma política de abertura a partir dos anos 80, bem como a derrota da “Campanha das Diretas Já” em 1984, além de outras questões que engendraram a transição pactuada e definiram a denominada “Nova República”, 1985, iniciada com a vitória via Colégio Eleitoral de Tancredo Neves.

De forma a completar este quadro, destacamos um historiador marxista, autodidata, tradutor, com formação ampla em jornalismo, economia e filosofia, cuja produção e atuação não estiveram vinculadas diretamente a Academia, mas ao mundo da militância política²⁶⁶. Jacob Gorender foi indiciado no IPM/PCB, Inquérito Policial Militar do Partido Comunista Brasileiro, instaurado em 1964 sob o comando do coronel Ferdinando de Carvalho, e por esta razão, neste mesmo ano, assume a vida de semi-legalidade. Em 1966, as investigações do IPM permitiram cassar os seus direitos políticos por dez anos, mas o historiador permaneceu vivendo a difícil experiência da clandestinidade até ser preso em 1970 em São Paulo. Torturado pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, principal agente responsável pela repressão no DEOSP, Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo, Gorender sobreviveu à violência perpetrada pelo Estado de Segurança Nacional e tornou-se um dos presos políticos mais atuantes no Presídio Tiradentes em São Paulo.

Jacob Gorender publicou diversos artigos e livros tendo como pressuposto o materialismo histórico e dialético ao analisar vários aspectos da história brasileira em momentos distintos. Apresenta uma produção historiográfica conhecida dentro e fora da comunidade acadêmica, principalmente pelos seus livros *O Escravismo Colonial*, 1978 e *Combate nas Trevas*, 1987. Em 1999, recebeu o troféu Juca Pato,

²⁶⁶ Jacob Gorender não conseguiu concluir o curso superior na Faculdade de Direito em Salvador nos anos trinta do século XX. Ver *Memórias de Jacob Gorender - A Esquerda Revelada*. Documentário, lançado em 8/10/2009 e realizado pela TV Câmara em parceria com a UnB, exibindo trechos da entrevista em que rememora a infância pobre na capital da Bahia, o início da militância, aos 19 anos de idade, além de tecer considerações sobre a história da esquerda brasileira, matizada por preocupações com o mundo atual.

prêmio de intelectual do ano, pela União Brasileira de Escritores. Além de historiador, atuou vários anos como jornalista e tradutor. (Cardoso, 2013, p.312). Nos seus escritos sobre a Ditadura Civil-Militar, dedicou-se a analisar o comportamento das esquerdas, enfatizando as crises internas do PCB no período pré e pós-64. Dialoga com a memória do poder, apura as acusações de violências praticadas pelos grupos armados, desmistificando personagens hoje tidos como “heróis” da resistência à ditadura. Discute a “violência do opressor”, comparativamente à “violência do oprimido”. Ambas foram violências, sim, mas nem por isso faz concessões aos ditadores que deram início ao cerco repressivo. O uso da violência pelos defensores da via armada partia da consciência que nem toda violência é justificada e que a vida humana é um valor inestimável, planejando suas ações revolucionárias para que não ocorressem perdas humanas. Portanto, não são igualáveis aos terroristas, cujas ações violentas estão associadas ao objetivo da “luta justa”, admitindo-se o uso da violência contra pessoas e a existência de mortos. (Cardoso, 2014, p. 36 e 37).

No livro *Combate nas Trevas*, Gorender (1987) expõe suas divergências com a teoria foquista e com os pressupostos de guerrilha urbana e rural que sustentavam várias tendências que optaram pela luta armada imediata nos anos sessenta. A luta interna no PCBR, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1968-1969), deixou explícitas as divergências entre Mário Alves, defensor da luta armada, e Apolônio de Carvalho, que considerava imprudente tal precipitação. Gorender, ao dar razão para Apolônio, divergiu pela primeira vez do amigo Mário Alves. De forma lastimável, diz ele, o PCBR acabou comprometido com a luta armada, realizando ações como assaltos a bancos e seqüestros.

O longo passado comunista e a militância no PCBR em finais dos anos sessenta acenderam os tentáculos da repressão. No espaço prisional, Gorender sobreviveu à tortura, ministrou cursos de formação política e histórica, participou e organizou greves de fome, elaborou, em conjunto com outros companheiros, cartas-denúncias remetidas ao exterior, contribuindo com a luta dos exilados. O material arquivado de natureza repressiva produzido sobre ele comprova que tivera uma liberdade vigiada ao longo das décadas de setenta e oitenta e suas atividades acadêmicas e políticas foram seguidas e registradas pelos agentes do DEOPS, revelando o prolongamento do cerco repressivo até a extinção do órgão em 1983.

Destacados alguns traços mais evidentes dessas trajetórias de historiadores perseguidos que resistiram à ditadura civil militar, finalizamos com a afirmação de que ao confrontarem à censura, o arbítrio do poder instituído, cada um vivenciou a sua maneira, a violência do opressor. Os historiadores aqui citados experimentaram a dinâmica de uma máquina repressora que através de decisões e ações nos Estados Brasileiros, conservou uma relativa autonomia com relação ao poder federal. Eles fizeram ecoar a voz da denúncia, porta-vozes de uma memória que exige do Estado não somente o direito à verdade e à justiça nos limites de uma democracia liberal burguesa, mas apostaram na capacidade de transformação do mundo capitalista. Portanto, cabia silenciar essas vozes, mas não ao ponto de uma eliminação física completa. A condição de intelectuais e de homens importantes da elite política e social

brasileira, apesar de ser parte de uma internacional comunista de pensamento, impôs limites aos seus alçozes, garantindo após os intermináveis interrogatórios e/ou as terríveis sessões de torturas físicas e psicológicas, a sobrevivência deles. Em apreço a verdade, eles continuaram a refletir criticamente sob o impacto do Golpe de Estado, momento de ruptura da tradição política brasileira fundada na conciliação.

Considerações Finais

Quais são as conclusões a que devemos chegar após esta análise, que foi muito mais um percurso sobre alguns historiadores e suas contribuições nos inícios da Ditadura? Afinal de contas, como entender a especificidade do nosso ofício frente à vasta literatura existente? O ponto de contato que instigou a análise partiu da tese de José Roberto de Amaral Lapa de que os historiadores, que viveram os acontecimentos, em geral, não produziram análises representativas sobre o golpe de 64:

“Dentre os historiadores mais representativos pelo volume e qualidade dos seus trabalhos muito poucos produziram um conhecimento histórico sobre o tema, o tratamento dado no assunto repousa em geral em opiniões que não ultrapassaram o nível circunstancial e ideológico, quer nos exercícios universitários, quer em entrevistas, artigos ligeiros e pronunciamentos vários”. (Lapa, 1985, p.16).

O que fizemos foi tentar demonstrar que tal tese não se sustenta. Não só produziram análises importantes, mas contribuíram no contexto de transição política para que o ensino de História passasse a atrair fortemente uma massa enorme de jovens ávidos em desvendar o mundo da política, curiosos em conhecer os historiadores que, antes perseguidos e privados do exercício livre da pesquisa histórica, retornavam às suas instituições. Tais historiadores, especialmente Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior e Jacob Gorender, conhecidos dos estudantes pela obra e pela resistência à ditadura, participaram de Assembléias e debates promovidos pelos seus pares. Tornaram-se referenciais importantes na formulação do pensamento crítico de combate às ditaduras, despertando a memória na luta contra o esquecimento, contribuindo com os seus escritos e intervenções públicas para que tais experiências não mais se repetissem. A bem dizer, discutir a produção desses historiadores, implica em entender conceitos de “autoritarismo”, “ditadura”, “revolução” e “democracia” enraizadas na história política brasileira contemporânea.

Fontes

Arquivo Edgar Leuroff. UNICAMP/IF – Projeto Brasil Nunca Mais – BNM. Processos de Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, Jacob Gorender oriundos da Justiça Militar.
FUNDO DEOPS/SP/Série DOSSIÊS e PRONTUÁRIOS (Divisão do Arquivo do Estado de São Paulo) – Pastas referentes aos historiadores Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior e Jacob Gorender.

Referências bibliográficas

CARDOSO, Lucileide Costa. (2013a), Autoritarismo, controle e vigilância: Jacob Gorender na mira da repressão (1940-1980). Antíteses (Londrina). , v.6, p.310 - 335..

- _____. (2013b), Nelson Werneck Sodré: Censura, Repressão e Resistência. Anos 90 (UFRGS. Impresso). , v.20, p.237 - 267.
- _____.(2014a) Revolução e resistência: historiografia e luta armada no Brasil - Universidade do Porto. Revista da Faculdade de Letras. Série de História. , v.4, p.33 - 49.
- _____.(2014b), Rastro de perseguição no DEOPS: trajetória, enquadramento na LSN e resistência de um historiador. (Rastro de persecución en DEOPS: trayectoria, clasificación en LSN y la resistencia de un historiador). Revista Binacional Brasil Argentina: Diálogo entre às Ciências. , v.03, p.41-62 - 62.
- _____.(2015a), Memória e Autoritarismo: Escritos Políticos e (Re)Interpretações de Nelson Werneck Sodré In: Democracia e Autoritarismo: Estratégias e Táticas políticas.1 ed.Vinhedo/São Paulo : Horizonte, v.1, p. 142-173.
- _____. (2015b), 50 Anos Depois: Discursos de Memória e Reconstruções históricas sobre o Golpe de 1964 e a Ditadura Brasileira In: Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas da memória.1 ed.Coimbra : ALMEDINA, v.1, p. 375-402.
- GOENDER, Jacob., (1987), Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo, Ática.
- _____.Rememória: Entrevistas sobre o Brasil do século XX (Coletânea de Depoimentos). São Paulo. Fundação Perseu Abramo
- _____. (1997), "Era o golpe de 64 inevitável?", in 1964: Visões críticas do golpe: democracia e reforma no populismo. Toledo, Caio Navarro de (org.), Campinas, Editora da UNICAMP.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. (1998a), "Historiografia: uma Questão de Cidadania". In História e Cidadania/ organizado por Ismênia de L. Martins et al. SP, Humanitas Publicações/ FFLCH, ANPHU.
- _____. (1998b), "O Diálogo Convergente: Políticos e Historiadores no Início da República" In FREITAS, Marcos Cezar (Org.). Historiografia Brasileira em Perspectiva. São Paulo. Contexto.
- JÚNIOR, Caio Prado, (1966), A Revolução Brasileira. SP. Brasiliense.
- LAPA, José Roberto do Amaral. (1985), História e Historiografia: Brasil Pós-64. SP. Ed. Paz e Terra.
- LE GOFF, Jacques. (1990), História e Memória. Trad. Bernardo Leitão et al., Campinas, Editora da UNICAMP.
- REIS, José Carlos. (1999), As Identidades do Brasil: de Vanhagen a FHC. Rio de Janeiro. FGV, Fundação Getúlio Vargas.
- REIMÃO, Sandra, (2011), Repressão e resistência. Censura a livros na Ditadura Militar. São Paulo, EDUSP.
- RODEGHERO, Carla, (2006), Os historiadores e os estudos sobre o golpe de 1964 e o regime militar no Brasil. L'Ordinaire Latino-Americain. nº203, 2006. P.94-123. Université de Toulouse Le Mirail.
- SODRÉ, Nelson Werneck.(1965) História Militar do Brasil. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
- _____.(1978), A verdade sobre o ISEB. Col. Depoimentos, vol. 4, Rio de Janeiro, Avenir Editora.
- _____.(1984), Vida e morte da Ditadura: 20 anos de autoritarismo no Brasil. Rio de Janeiro, Vozes.
- _____.(1986), História da História Nova. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes.
- _____.(1994), A fúria de calibã: Memórias do Golpe de 64. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- _____.(1997), "Era o Golpe de 64 inevitável?" In Toledo, Caio N. (Org.). 64: visões críticas do golpe: democracia e reforma no populismo. Campinas, Ed. UNICAMP.
- SKIDMORE, Thomas, (1969), Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930-1964. Rio de Janeiro. Ed. Paz & Terra.
- _____. (1988), Brasil: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro. Ed. Paz & Terra.

LOS LUGARES DE MEMORIA EN ESPAÑA: UNA PERSPECTIVA ESPACIAL DE ESTUDIO.

Sergio Claudio González García.

Facultad de Ciencias Políticas y Sociología - Universidad Complutense de Madrid

1. Ciencia política, memoria y espacio. Justificaciones de su relación y de la elección epistemológica.

En los últimos años los *memory studies* han alcanzado un elevado nivel de producción académica y de reflexión teórica desde diferentes perspectivas. Desde distintos ámbitos se ha considerado a la memoria, su recuperación y las dinámicas relacionadas con la misma un objeto de investigación relevante. Pretendemos que estos estudios de memoria también entren dentro de disciplinas académicas como la ciencia política. La relación con la política, y su análisis, está en las relaciones de poder que existen en la imposición y construcción de los relatos hegemónicos sobre el pasado, en los conflictos con las memorias sociales “subalternas” o “resistentes” por su imposición/visibilización y en la influencia en la configuración de identidades colectivas estables y de largo recorrido. Es importante observar cómo en la imposición de un determinado relato aparecen las relaciones de poder establecidas que permiten la constitución de una memoria oficial. Por ello debemos analizar el conflicto que nace de los intentos de impugnación e introducción de grupos o acontecimientos que se han visto silenciados intencionalmente y la capacidad de los mismos para cuestionar la narrativa oficial.

Por todo esto, nuestra idea de conflicto supone que,

“En cualquier momento y lugar, es imposible encontrar una memoria, una visión y una interpretación únicas del pasado, compartidas por toda la sociedad. Pueden encontrarse momentos o períodos históricos en los que el consenso es mayor, en los que un ‘libreto único’ del pasado es más aceptado o aun hegemónico. Normalmente ese libreto es lo que cuentan los vencedores de conflictos y batallas históricas. Siempre habrá otras historias, otras memorias e interpretaciones alternativas, en la resistencia.” (Jelin, 2002: 5)

Ahora bien, estos relatos no se construyen en el aire sino que implican la posibilidad de múltiples procesos, estructuras, elementos o instituciones que contribuyen a configurar o fijar los mismos, es decir, distintas “herramientas de la memoria” (Hasen y Sandoval, 2009) que suponen la manifestación y expresión de esas relaciones de poder. Queremos centrarnos en la espacialidad de la memoria. Los relatos del pasado existen en el espacio público por la práctica y vivencia cotidiana de un determinado lugar o territorio, por medio de actuaciones materiales y simbólicas que se apropian del mismo y porque

un determinado lugar específico puede estar vinculado directamente con la identidad, el espacio social y la memoria de un grupo e incluso este colectivo puede querer señalar o destacar ese lugar por medio de prácticas simbólicas.

Destacar esta relación supone entender y asumir epistemológicamente que el espacio no es algo neutral y objetivo dado, sino que está cargado de subjetividad e intencionalidad en su configuración. Es algo creado, producido, recreado que tiene que ser entendido como un proceso social en base a una relación dialéctica con los agentes y relaciones sociales. El concepto de espacio es político (Lefebvre, 1976b: 31, Oslender, 2002) y conflictivo, se debe ver cómo es vivido, concebido, percibido y producido. Desde esta concepción podemos ir más allá de la relación entre la memoria y los lugares que se ha venido construyendo en los estudios de memoria desde la obra de Pierre Nora (1998, 1984) y otras aproximaciones.

Las herramientas teóricas, metodológicas y conceptuales que nos brinda la Geografía son especialmente interesantes para la crítica y profundización en la problemática de la memoria y su relación con el espacio. La perspectiva espacial es fundamental para entender los análisis políticos y sociales en toda su dimensión. El llamado “giro espacial” permitió poner de relieve que el espacio importa (Massey, 1993: 139-141, Cresswell, 2004: 18-19, Schmid, 2008: 27, Soja, 2008: 31). Por ello nos referimos a procesos de plasmación de relatos y prácticas sobre el pasado en el espacio y viceversa, la influencia de éste en las narrativas, grupos y relaciones sociales.

2. De la crítica al concepto “lugar de memoria” a la “geografía de la memoria”

La relación entre el espacio y la memoria existe. Uno de los autores más emblemáticos en los estudios de memoria y sobre el carácter social de la misma, Maurice Halbwachs (1968 (2004)), ya analizó esta relación. Para éste, los recuerdos de los grupos sociales que configuraban la memoria colectiva de los mismos estaban vinculados al espacio (1968 (2004): 132). El grupo compartía una concepción espacio-temporal desde la que configuraba su memoria, es decir, ésta estaba desarrollada dentro de un marco espacial. Esto permite vincular la memoria colectiva con la configuración de un espacio social que posibilita el recuerdo común y que fija las fronteras y límites del grupo (Gensburger, 2008: 22). Este espacio social, como conjunto de prácticas y relaciones sociales, reconoce la espacialidad de la memoria colectiva y la posible relación de ésta con los lugares materiales y simbólicos existentes o construidos. Se crea una memoria espacializada.

En estos “lugares” se produce una conversión de un lugar físico en un lugar de memoria con sentidos, sentimientos y significados particulares para una determinada comunidad que realiza en ellos prácticas y conmemoraciones además de incorporarlos a sus repertorios de acción colectiva. Se convierten en vehículos de la memoria. Son espacios materiales que, por la acción y rituales conmemorativos de los grupos, adquieren significación. También la memoria se visualiza en territorios o espacios transitados habitualmente (Jelin y Langland, 2003: 1).

En los últimos años las referencias a una unión entre el pasado y los lugares ha tenido como marco conceptual clave la categoría elaborada por Pierre Nora, los “lieux de mémoire” (Nora, 1984, 1998). El concepto de Nora se refiere a *“toda unidad significativa, de orden material o simbólico, de la que la voluntad de los hombres o el trabajo del tiempo ha hecho un elemento simbólico del patrimonio de la memoria de una comunidad cualquiera”* (Aravena, 2003: 93). Esta definición cuando se refiere a estos como “unidades significativas, de orden material o simbólico” permite ver como el autor está alejado de cualquier análisis o referencia espacial. Es un concepto que se acerca más a “lugar común”, “elementos significativo” o “marco de referencia simbólica”. Dacia Viejo-Rose expone que Nora se está refiriendo a un *“lugar primordial de referencia en la construcción de una narración de la historia colectiva”* (2013: 22). Lo que aparece es la utilización de un término espacial, “lugar”, despojado de tal consideración. Para una aproximación epistemológica y metodológica a la memoria desde la perspectiva espacial, su significado puede pecar de universalidad e imprecisión. Se dota del mismo significado y simbolismo memorial a hechos, personajes, acontecimientos, paisajes, ubicaciones, símbolos y sitios (Escudero Alday, 2011: 27-28). Son lugares de memoria los monumentos, archivos, emblemas, símbolos, manuales educativos, textos básicos, conmemoraciones, aniversarios, festividades, cementerios, testimonios orales,...

Esta categoría ha sido criticada por geógrafos por la utilización del término “lugar” totalmente desligado de cualquier construcción teórica realizada desde esta disciplina. El interés de ésta por los estudios de memoria es muy reciente y está en vías de desarrollo. Estos incipientes estudios han preferido utilizar conceptos como “haut-lieux”, que podría traducirse como “lugar emblemático”, o como “heritage sites”, que relaciona patrimonio y memoria (García Álvarez, 2009). Se busca dar una explicación propia a la memoria. De esta manera Jean Luc Piveteau expone,

“Para nosotros, geógrafos, preocupados desde hace dos decenios por integrar en nuestros análisis la manera que tienen los hombres de aprehender el espacio, [la temática de los lugares de memoria] aparece como instrumento privilegiado: la dinámica de la memoria confiere a nuestra aproximación de las representaciones un espesor temporal mayor. Al leerlos [...] como lugares de memoria, los territorios adquieren un suplemento de sentido.” (en Verdier, 2010: 3)

Esta idea del territorio como lugar de memoria permite ver el estudio del pasado como objeto relevante para el análisis espacial y el de los movimientos sociales. Los territorios aparecerían como depositarios y vertebradores de la historia de los grupos y de su identidad. Estas investigaciones relacionarían memoria, territorio e identidad. Se abordarían los procesos de subjetivación en clave espacio-temporal. Un tipo de aproximaciones vinculadas a los debates sobre la división o relación entre la geografía y la historia y la aparición de la denominada “geohistoria”. Esta relación de la memoria con el territorio se ve en la frase de Fernand Braudel,

“los paisajes, los espacios, no son solamente realidades presentes, sino también, en buena medida, supervivencias del pasado. Horizontes anteriores se dibujan, se recrean para nosotros, a través de los

espectáculos ofrecidos: la Tierra está, como nuestra piel, condenada a conservar la huella de las heridas antiguas” (en Verdier, 2010: 5-6).

En definitiva, lo que vemos es la configuración de un tipo de análisis desde una disciplina que empieza a incorporar un nuevo objeto de estudio, es decir, que comienza a interesarse por una nueva dimensión dentro de su temática de investigación. Interés que aparece junto a los intentos de no ver a la geografía vacía de temporalidad y contexto. Aparece la llamada “geografía de la memoria” (Foote y Azaryahu, 2007, García Álvarez, 2009: 183) que,

“localiza la historia y sus representaciones en el espacio y en el paisaje. Contesta a la cuestión de ‘donde está la memoria’ en términos de lugares y sitios que vacían una cierta visión de la historia en un molde de permanencia conmemorativa.”(Foote y Azaryahu, 2007: 127)

En este caso la geografía comienza a analizar la relación entre memoria, espacio y nación, el estudio de la relación entre las demarcaciones de lugares y conmemoraciones con las “narrativas nacionales” (García Álvarez, 2007, 2009: 179). Las representaciones culturales y artísticas junto con las conmemoraciones y la referencia a los “paisajes simbólicos” (Taylor J. y Flint, 2000: 221) vinculan el espacio público con la identidad nacional. Aparecen las representaciones de la nación (Till, 2003: 293), los paisajes nacionales y las topografías patrióticas y la iconografía nacionalista que aparecen en los espacios urbanos (García Álvarez, 2009: 185). Además se vincula historia y territorio como elementos constitutivos de la nación. Se puede leer la historia en el territorio, en las marcas y en sus paisajes.

En este ámbito en los últimos años se está produciendo un interés creciente por el estudio de los lugares de memoria no hegemónicos o de “contramemoria” (García Álvarez, 2009: 194).

Lo importante es que los análisis vayan más allá de la materialidad del lugar y vean el proceso social que rodea a la selección del mismo. Se debe tener en consideración la visión de los contextos sociales y espaciales de los lugares teniendo en cuenta las relaciones sociales, los grupos y las dinámicas de construcción de estos espacios, percibiéndolos no como puntos en la inmensidad sino como procesos (Till, 2003: 292). Se deben incorporar las relaciones sociales y de poder en los análisis de los “lugares de memoria”.

3. PROPUESTA DE ANÁLISIS ESPACIAL DE LA MEMORIA: ESPACIO SOCIAL Y ESPACIOS DE REPRESENTACIÓN.

Hablar de un análisis espacial de la memoria supone entender que el espacio tiene que ser considerado como algo más que un punto o una ubicación, un simple contenedor de la realidad social a estudiar [*receptáculo*] o como derivación de procesos estructurales [*espejo*] (Hiernaux-Nicolas y Lindón Villoria, 1992). Es perceptible el carácter subjetivo del espacio, tanto en su configuración, como en su utilización y construcción simbólica. Como intenta hacernos ver Ulrich Oslender citando a Lefebvre:

“El espacio no es un objeto científico separado de la ideología o de la política; siempre ha sido político y estratégico. Si el espacio tiene apariencia de neutralidad e indiferencia frente a sus contenidos, y por eso parece ser puramente formal y epítome de abstracción racional, es precisamente porque ya ha sido ocupado y usado, y ya ha sido el foco de procesos pasados cuyas huellas no son siempre evidentes en el paisaje [...]. Es un producto literalmente lleno de ideología” (en Oslender, 2002: 2)

Así, el espacio público está monopolizado por una determinada concepción del mismo desde el poder que lo configura, lo que Lefebvre va a denominar *representaciones del espacio* (1974 (2013): 33, 38), y en el caso de la memoria, está cargado de un relato político dominante. Pero a pesar de esto aparecen brechas, espacios que son reapropiados, reinterpretados y configurados desde abajo en función de la vivencia de los mismos y de los procesos que se dan en ellos, en este caso *espacios de representación* (1974 (2013): 33) según la triada lefebvriana. En el caso de la memoria aparecen espacios donde la acción de los grupos humanos provoca una dotación de sentido, siempre en colisión con la que se da desde arriba, y que adquieren un significado de conmemoración de un relato sobre el pasado común al grupo y ajeno al que se busca desde la memoria oficial. Los *espacios de representación* evidencian la resistencia y son el nivel donde se da el conflicto.

Lefebvre (1974 (2013), 1976b, 1976a, 1978) analizó el espacio como un producto social, político e ideológico y estableció una metodología para su análisis. El espacio social es creado y producido por cada grupo en función de relaciones sociales que se dan dentro de los límites de su identidad colectiva. Lo que se crea no sólo es un ámbito de reconocimiento propio y demarcación de límites identitarios [nosotros-ellos] sino también una concepción espacio-temporal propia y compartida (Gensburger, 2008). Para el autor francés cada grupo o sociedad produce su propio espacio social por medio de relaciones sociales que se dan, se proyectan y se inscriben en el espacio (Ramírez Velásquez, 2004: 63). La señalización o visibilización de “lugares de enunciación” tiene una relación directa con cómo está configurado ese espacio social y en función de qué límites opera (Gensburger, 2008). Además, existen múltiples espacios sociales que pueden resignificar estos lugares de formas diferenciadas,

“...no existe un sólo espacio social, sino una multiplicidad incontable a la que genéricamente designamos con ese nombre, en donde ninguno de ellos desaparece o se elimina, sino que, por el contrario, se sobreponen y se superponen” (Ramírez Velásquez, 2004: 71)

El análisis del espacio que pretendemos aplicar a estos lugares de enunciación o convocantes pasa por analizar su existencia propia, el espacio social del grupo que los reconoce y las prácticas y procesos de resignificación, vivencia y experiencia de y en los mismos. En definitiva, cuál ha sido el proceso que los ha llevado a que podamos reconocerlos como “lugares convocantes”, explicar esta señalización desde abajo, su conversión en lugares de resistencia y conflicto de memorias y dónde reside su capacidad de convocatoria. Para ello vamos a utilizar los elementos teóricos de Lefebvre en su análisis espacial. En la producción del espacio intervienen tres *momentos*. Las *prácticas espaciales* son las formas en las que generamos, utilizamos y percibimos el espacio en nuestra experiencia cotidiana. Es el espacio que

percibimos entre nuestra rutina diaria y la realidad urbana por medio de nuestra actividad en el mismo (Lefebvre, 1974 (2013): 33). Las prácticas espaciales “*están asociadas con las experiencias de la vida cotidiana y las memorias colectivas de formas de vida diferentes, más personales e íntimas*”(Oslender, 2002: 4). Por *representaciones espaciales* hace referencia a la parte técnica y de diseño del espacio. Es el espacio concebido desde arriba, organizado, planificado, conceptualizado desde el poder dominante y en función de su lógica. Supone inscribir al espacio en la construcción de la hegemonía, como expone el sociólogo francés, “*I shall show how space serves, and how hegemony makes use for it, in the establishment, on the basis of an underlying logic and with the help of knowledge and technical expertise, of a system.*” (Lefebvre, 1991: 11). Permiten crear el *espacio abstracto*(1991: 49) homogéneo del modo de producción capitalista. Es la normalización del espacio, que en el caso de la memoria busca eliminar el pasado incomodo por medio de actuaciones que suponen su eliminación del espacio público o su suavizamiento mediante acciones de “*pacificación*” simbólica o supresión del carácter incomodo de esa memoria, de lo que podemos llamar el patrimonio incomodo (Cristina Sánchez-Carretero en Ortiz, 2013b). Por último tenemos los *espacios de representación*(Lefebvre, 1974 (2013): 33) que son los vividos directamente a través de las imágenes, los símbolos, el significado que les otorgamos de la experiencia. Estos significados y vivencias de los mismos son dinámicos y cambiantes en el tiempo por parte de los actores sociales. Suponen reapropiaciones y resignificaciones del espacio concebido y planificado por las representaciones espaciales hegemónicas. Son el ámbito del conflicto y de la acción de los grupos para dotar de significado propio al espacio que viven. Suponen verdaderos espacios de resistencia. Así surgen los *espacios diferenciales* o *contraespacios* que eliminan la homogeneidad del espacio producido por el capitalismo.

Lo que nos interesa es ver como las prácticas espaciales y los espacios de representación de determinados grupos configurados en torno a un espacio social determinado han abierto conflictos y oposiciones a las representaciones del espacio de las estancias gubernamentales en relación a estos “*lugares emblemáticos*”. La lucha por su apropiación y resignificación ha sido una brecha en el planeamiento y directrices del poder en relación al uso futuro o al olvido institucionalizado de estos lugares. En este sentido el poder institucionalizado puede no querer marcar lugares o sitios que forman parte de la memoria subalterna de determinados grupos. Entonces aparece el conflicto y las prácticas sociales de ciertos colectivos configurando espacios de representación que aparecen como resistencias, como resimbolizaciones y como actuaciones de apropiación simbólica.

4. PONER EN PRÁCTICA EL ANÁLISIS. ESTUDIO DE CASO.

El caso de España permite ilustrar bien este conflicto que se produce entre las representaciones espaciales del poder hegemónico y los espacios de representación de los grupos subalternos en relación a la señalización de los lugares de memoria en el espacio público. La cuestión de la privatización de la memoria de los “*vencidos*” (Vinyes, 2009: 35) y represaliados durante la dictadura franquista que después

fue silenciada oficialmente aparece en el espacio claramente. El poder hegemónico ha buscado pacificar o eliminar con un política espacial clara aquellos lugares que pudieran tener o pudieran representar una memoria incomoda. En nuestra investigación partimos de dos ideas, la evidencia de una falta de espacios materiales y simbólicos en España para la transmisión de una memoria colectiva democrática, por un lado, y la existencia de “lugares emblemáticos” para determinados grupos que pese a no tener reconocimiento oficial se han mantenido como sitios de memoria por las prácticas que estos colectivos han realizado y que han permitido que mantengan su significado.

Esto claramente se ve en uno de los estudios de caso de nuestra investigación, la Cárcel de Carabanchel. La llamada Cárcel de Carabanchel de Madrid tuvo una vida que se extendió desde 1944 hasta 2008 cuando fue derruida. Durante este tiempo paso por una fase de actividad represora y penitenciaria, primero durante la dictadura franquista y luego en los primeros años de la democracia, hasta que fue abandonada en 1999 pasando a estar en ruinas. El sitio inactivo reactivó ciertas movilizaciones a lo largo de los años por parte de los vecinos del barrio madrileño, en un primer momento para la construcción en sus terrenos de un Hospital público que diera cobertura a los habitantes del barrio, y posteriormente en vías de su conservación o habilitación como museo o centro documental de la memoria histórica antifranquista. Estas reclamaciones que partían de espacios sociales diferenciados, aunque porosos y comunicantes, confluyeron y se articularon en una resignificación y resimbolización de la cárcel como lugar convocante a todos los efectos.

La cárcel, que había marcado y estigmatizado al barrio y a sus habitantes (García García, 2008, 2013), posteriormente fue resignificada y convertida en emblema de las movilizaciones del barrio influyendo altamente en la identidad vecinal. La identidad vecinal, barrial y trabajadora se reforzó con la presencia de la cárcel en una doble dirección (Ortiz, 2013a: 54). Primeramente como emblema de la militancia vecinal en la lucha por la dotación de servicios públicos a la periferia de Madrid, ahondando en la identidad vecinal-trabajadora, y posteriormente, o simultáneamente en algunos casos, reforzó la identidad de la represión y reclusión carcelaria franquista y la memoria colectiva de este grupo, que en algunos casos también eran vecinos del barrio. Los dos espacios eran vasos comunicantes y sus demandas, pese a ser activadas desde espacios distintos, confluyeron. Esto permitió una vinculación temporal de la antigua militancia con la militancia vecinal actual. En todo caso, pasó de estigma social a emblema de la nueva lucha del barrio por ciertos derechos y contra la desigualdad.

Lo que interesa ver aquí es la formación de dos espacios sociales que pese a parecer diferenciados se solapan y complementan en una interacción constante, a pesar de que la movilización de uno de ellos sea posterior temporalmente. Esta aparición y complementariedad de espacios sociales hace evidente la existencia de espacios de representación y prácticas sociales que se enfrentan a las representaciones espaciales gubernamentales enfocadas en la eliminación física del lugar y su utilización dentro del juego económico especulativo del mercado de la vivienda, entre otros planes técnicos y urbanísticos.

La vivencia del barrio y las relaciones sociales entre los vecinos provocaron la creación de un espacio de representación que tenía la pertenencia al mismo como el motivo principal de identificación grupal. Pertenencia a un barrio infradotado de servicios públicos y compuesto por clases populares. El desarrollo urbano desigual y la falta de equipamientos sociales provocó el reconocimiento de los terrenos de la cárcel como un espacio a recuperar desde la iniciativa vecinal para reclamar la construcción de un hospital público y la negativa a permitir la especulación urbanística en un lugar que habían interiorizado como parte de su cotidianidad. Se revaloriza y resignifica la cárcel y se incorpora al imaginario espacial del barrio en base a una reclamación. Es una parte del barrio, de su historia y su futuro tiene que pasar por las demandas de sus habitantes.

"Carabanchel es sinónimo de cárcel para la opinión pública y para buena parte de los españoles; es decir, el distrito es identificado desde el exterior con la cárcel. A partir de esa identificación diferencial desde el exterior, asumida e interiorizada, es posible llevar a cabo una incorporación de la cárcel arruinada como "valor patrimonial", para lo cual es necesario resignificarla." (Ortiz, 2013b: 54)

Este espacio social formado por vecinos empezó a señalar la cárcel y a realizar acciones de apropiación simbólica y manifestaciones que la tenían como objeto de disputa. Demandas sociales sobre los terrenos de la prisión que nos muestran que los "lugares convocantes" pese a tener inscrita y representar una memoria no se pueden desligar de los contextos sociales donde están insertos. La memoria política de la cárcel quedaba en este caso en segundo plano y se creaba una memoria colectiva de la reivindicación del uso público de sus terrenos. Se producía una suerte de memoria sobre memoria (Jelin y Langland, 2003: 14). Se oponían a la planificación urbana gubernamental ligada al abandono sistemático del recinto, las promesas electorales no cumplidas de acomodación del lugar para fines sociales y la posibilidad de operaciones urbanísticas especulativas. Una *representación espacial* que seguía la lógica de "borrado" de los patrimonios incómodos o su pacificación en base a proyectos sociales que desligaban pasado y presente. La reivindicación creaba un *espacio diferencial*, un *contraespacio* (Lefebvre, 1991) opuesto al *espacio abstracto*.

A la reivindicación que se había iniciado ya desde 1995 se unió otra a partir del año 2007, la relacionada con las demandas de recuperación de la memoria represaliada y de resistencia dentro de la cárcel. Se pretendía la recuperación y resignificación de la prisión para la creación de un centro documental sobre la memoria, la paz y los derechos humanos. Mantener la cárcel como recuerdo para evitar que las actuaciones gubernamentales "silenciaran" la memoria conflictiva que suponía ésta. Se buscaba evitar operaciones de pacificación memorial y patrimonial. Surgía así un espacio socialmente estructurado entorno a la identidad "ex preso", "represaliado" o "preso político" que identificaba el sitio como un lugar de memoria. El espacio evocaba en sí mismo su propio pasado y su existencia, aunque materialmente muy explícita, tenía que ser activada ante la posibilidad de que pasara al olvido. Las posibilidades de "ataque" a la cárcel evidenciaban una ofensa (Suarez y Galante, 2008). La cárcel así se convertía en un lugar convocante durante la movilización de los ex presos dado que era el sitio donde

rememoraban, se reconocían y que permitía consolidar su identidad grupal y política. Surgía así un límite colectivo en base a la distinción preso/vecino, que marcaba dos espacios diferentes, dos lógicas de vivencia del lugar distintas, que confluyeron bajo la lucha contra las intenciones gubernamentales y la visión de la prisión como parte de su memoria, la de la lucha del movimiento vecinal por un lado y la de la militancia política antifranquista por otro.

La aparición de las reivindicaciones memorialistas y este relato del pasado que había sido omitido por el discurso oficial supuso la aparición de un conflicto entre la memoria oficial y las subalternas. Su conservación y la creación de un museo suponía el mantenimiento, reactivación y divulgación de una memoria de la represión y la resistencia antifascista que se enfrentaba a los intentos de eliminación material y simbólica de la misma con la destrucción de uno de sus símbolos. El conflicto por el espacio era ante todo un conflicto político enmarcado en unas relaciones de poder que venían del proceso de transición y consolidación democrática.

La cárcel así se convirtió en expresión de un espacio diferencial y en un lugar convocante para una serie de reivindicaciones que confluyeron: la negativa a la especulación urbanística, la lucha por equipamientos sociales, la recuperación de la memoria y la construcción de un centro por la paz y los derechos humanos²⁶⁷. Los dos espacios sociales, tanto el vecinal-barrial como el de los “ex presos” confluyeron en un lugar, la cárcel, tanto como lugar convocante y de movilización y como eje y objeto de sus reclamaciones. Esto supuso que el sitio fue incorporado a las prácticas sociales de los vecinos, añadido sin estigmas a su imaginario espacial e incluso a su repertorio de acción colectiva por medio de prácticas espaciales de reapropiación simbólica que convirtieron el lugar en un verdadero lugar convocante para estos grupos. La cárcel daba sentido a los grupos y estos a su vez construían lo que era y significaba la prisión.. Tanto es así que una vez destruida la cárcel en 2008, y pese a la pérdida de cierta movilización, se han potenciado los actos de reapropiación simbólica y se ha convertido en un “contraespacio” para múltiples colectivos tanto los vecinales, los vinculados a la recuperación de la memoria, como otro tipo de movimientos sociales [asambleas del 15m, huertos urbanos,...] Incluso se ha vinculado esta línea de movilización con las que piden el cierre del Centro de Internamiento de Extranjeros²⁶⁸ construido en uno de los laterales de los terrenos de la antigua prisión.

5. A MODO DE CONCLUSIÓN.

Este pequeño trabajo nos ha permitido evidenciar una serie de conclusiones. Primeramente la necesidad de buscar nuevas formas de análisis en la inserción de la memoria en el espacio huyendo de las construcciones y conceptualizaciones más extendidas e imponiendo un carácter más espacial.

²⁶⁷ Todas estas confluyeron en “Proyecto integral para los terrenos de la cárcel de Carabanchel” elaborado por las asambleas vecinales en 2008.

²⁶⁸ Centro de Internamiento de Extranjeros que se denomina “de Aluche” pese a estar en uno de los laterales de los terrenos que ocupaba la antigua cárcel para evitar su asociación simbólica con aquella. Esto ha supuesto que algunos colectivos y vecinos digan que es de “Carabanchel” para evidenciar que existe una continuidad represiva en el espacio que ocupaba la antigua prisión, lo que permite vincular las luchas y demandas.

Podemos resaltar que existe la posibilidad de estudiar la espacialidad de la memoria con las herramientas teóricas y metodológicas que desde la geografía y otras disciplinas se nos brindan.

La aplicación práctica de este análisis nos ha llevado a demostrar, con el breve ejemplo de la Cárcel de Carabanchel, una falta de espacios materiales y simbólicos en España para la transmisión de una memoria colectiva democrática debido a una intencionalidad de silenciar determinadas memorias incómodas incluso por medio de actuaciones urbanísticas y espaciales. Se trata de representaciones espaciales que contemplan un espacio sin memoria, especialmente si ésta se encuentra asociada a pasados incómodos o traumáticos, y que buscan un espacio homogéneo al servicio de estructura económica capitalista. A su vez, el estudio de caso ha permitido ver como esta memoria incómoda se ha mantenido para ciertos grupos que buscan incluirla en el relato oficial, o impugnar el mismo, incluso por medio de la reclamación de lugares que forman parte de su identidad colectiva. Lugares convocantes que son señalizados desde abajo y reclamados ante la posibilidad de su eliminación. Estas movilizaciones convierten a los mismos en símbolos dentro de espacios de representación, creando contraespacios que se oponen a la lógica "silenciadora" y homogeneizadora del poder gubernamental. Se ve un conflicto entre memorias oficiales y subalternas que se refleja en un enfrentamiento por la construcción social del espacio.

En definitiva lo que pretendemos que termine siendo nuestra investigación es un nuevo enfoque al estudio de los llamados "lugares de memoria" desde una perspectiva eminentemente espacial que vea y analice el proceso social que rodea a su creación, señalización, resignificación, apropiación y reivindicación. Una forma de ver la memoria como un fenómeno con implicaciones prácticas en la vida social.

Bibliografía

- ARAVENA, Andrea, 2003, "El rol de la memoria colectiva y de la memoria individual en la conversión identitaria mapuche", *Estudios Atacameños*, Número 26, 89-96.
- CRESSWELL, Tim, 2004, *Place, a short introduction*, Oxford, Blackwell Publishing.
- ESCUADERO ALDAY, Rafael, 2011, *Diccionario de Memoria Histórica*, Madrid, Los libros de Catarata.
- FOOTE, Kenneth y Maoz AZARYAHU, 2007, "Toward a Geography of memory: geographical dimensions of public memory and commemoration", *Journal of Political and Military Sociology*, Vol 35, 1: 125-144.
- GARCÍA ÁLVAREZ, Jacobo, 2007, "Paisajes nacionales, turismo y políticas de memoria: Toledo (1900-1950)", *ERIA*, 73-74, 193-212.
- GARCÍA GARCÍA, Sergio, 2008, "Seguridad e identidad en Carabanchel. Los significados de un barrio como herramienta para el Trabajo Social.", *Cuadernos de Trabajo Social*, 28, 63-85.
- GARCÍA ÁLVAREZ, Jacobo, 2009, "Lugares, paisajes y políticas de memoria: una lectura geográfica", *Boletín de la A.G.E*, Número 51: 175-202.
- GARCÍA GARCÍA, Sergio, 2013, "Cuando eramos malos...el estigma penitenciario en Carabanchel", Ortiz, C. ed. *Lugares de represión, paisajes de la memoria. La Cárcel de Carabanchel*, Madrid, Los libros de Catarata: 141-161

- GENSBURGER, 2008, "Lugares materiales, memoria y espacio social. El recuerdo de los campos anexos de Drancy en París", *Revista Anthropos*, 218: 21-35.
- HALBWACHS, Maurice, 1968 (2004), *La memoria colectiva*, Zaragoza, Prensas Universitarias de Zaragoza.
- HASEN, Felipe y Diego SANDOVAL, 2009, "Memoriales : Lugares de culto en torno a procesos de memoria . Memorial : Places of worship concerning processes of memory", *Revista Chilena de Antropología Visual*, Número 13, 164-187.
- HIERNAUX-NICOLAS, Daniel y Alicia LINDÓN VILLORIA, 1992, "El concepto de espacio y el análisis regional", *Secuencia (nueva época)*, 15: 89-110.
- JELIN, Elizabeth 2002, *Los trabajos de la memoria*, Madrid, Siglo XXI.
- JELIN, Elizabeth y Victoria LANGLAND, 2003, *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*, Madrid, Siglo XXI.
- LEFEBVRE, Henri, 1974 (2013), *La producción del espacio*, Madrid, Capitán Swing Libros.
- LEFEBVRE, Henri, 1976a, *Espacio y política. El derecho a la ciudad II*, Barcelona, Península.
- LEFEBVRE, Henri, 1976b, "Reflections on the politics of space", *Antipode*, 2, 8: 30-37.
- LEFEBVRE, Henri, 1978, *El derecho a la ciudad*, Barcelona, Península.
- LEFEBVRE, Henri, 1991, *The Production of Space*, Oxford, Blackwell.
- MASSEY, Doreen, 1993, "Politics and Space/Time", Keith, M. y Pile, S. eds, *Place and the politics of identity*, London/New York, Routledge: 139-159
- NORA, Pierre, 1984, "Entre Memoria e Historia: la problemática de los lugares", Nora, P. ed. *Los lugares de memoria*:
- NORA, Pierre, 1998, "La aventura de Les lieux de mémoire", *Ayer*, Número 32, 18-34.
- ORTIZ, Carmen, 2013a, "Patrimonio sin monumentos. Políticas de la memoria y gestión patrimonial de los sitios de represión del franquismo. El caso de la Cárcel de Carabanchel.", Ortiz, C. ed. *Lugares de represión, paisajes de la memoria. La Cárcel de Carabanchel.*, Madrid, Los libros de Catarata: 42-78
- ORTIZ, Carmen (coord.), 2013b, *Lugares de Represión, paisajes de la memoria. La cárcel de Carabanchel*, Madrid, Los Libros de la Catarata.
- OSLENDER, Ulrich, 2002, "Espacio, lugar y movimientos sociales: hacia una 'espacialidad de la resistencia'", *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Vol. VI, Número 115,
- RAMIREZ VELÁSQUEZ, Blanca, 2004, "Lefebvre y la producción del espacio. Sus aportaciones a los debates contemporáneos", *Revista Veredas*, Nº 8, 61-73.
- SCHMID, Christian, 2008, "Henri's Lefebvre theory of the production of space. Towards a three-dimensional dialectic.", Goonewardena, K., Kipfer, S., Milgrom, R. y Schmid, C. eds, *Space, difference, everyday life. Reading Henri Lefebvre.*, New York, Routledge: 27-45
- SOJA, Edward W., 2008, *Postmetrópolis: Estudios críticos sobre las ciudades y las regiones.*, Madrid, Traficantes de Sueños.
- SUAREZ, Luis y José GALANTE, 2008, "Cárcel de Carabanchel: lo que no ha podido destruir la piqueta.", *Viento Sur*, 101: 95-100.
- TAYLOR J., Peter y Colin FLINT, 2000, *Geografía Política. Economía mundo, Estado-Nación y Localidad*, Madrid, Trama Editorial.
- TILL, Karen E., 2003, "Places of Memory", Agnew, J., Mitchell, K. y Toal, G. eds, *A companion of Political Geography*, London, Blackwell Publishing Company: 289-301
- VERDIER, Nicolas, 2010, "La memoria de los lugares: entre espacios de la historia y territorios de la geografía", Ortega Cantero, N., García Álvarez, J. y Ruiz-Gómez, M. eds, *Lenguajes y visiones del paisaje y del territorio*, UAM Ediciones: 209-217
- VIEJO-ROSE, Dacia, 2013, "Patrimonio cultural armado: la violencia cultural y simbólica", Ortiz, C. ed. *Lugares de represión, paisajes de la memoria. La cárcel de Carabanchel*, Madrid, Los libros de la Catarata: 21-27
- VINYES, Ricard, 2009, *El Estado y le Memoria: Gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia.*, Barcelona, RBA Libros.

EL DESCANSO DE LOS MUERTOS. TERRITORIOS DEL MORIR Y DEL PERMANECER.

María García Alonso.

UNED, España

Dentro de las transformaciones legislativas y sociales que se han producido como parte del proceso de pacificación en aquellos países que han pasado por un conflicto armado, se encuentra la reubicación de los cadáveres que han sufrido muerte violenta, ya sea para trasladarlos a los lugares que las familias han destinado para ellos una vez finalizada la lucha, para dignificar algunos como parte de la retórica política de los vencedores o para ocultar a aquellos que resultan incómodos o simplemente perdieron la contienda. El presente texto pretende aportar algunas ideas a este fenómeno que quizás puedan ser útiles para entender la “vida política” de esos cuerpos, que después de fallecidos, continúan moviéndose y siendo una pieza importante de la sociedad a la que pertenecieron en vida.

El estudio del cuerpo es en la actualidad una categoría relevante de análisis en las ciencias sociales y, especialmente, en el campo de la antropología. En 1987, Scheper-Hughes y Lock —inspirándose en la extensa obra de Foucault—, hablaron ya de la coexistencia de tres cuerpos significativos dentro de cada persona: el individual, el social y el político. Aunque su planteamiento se refería sobre todo a los procesos de incorporación o inscripción de la sociedad y política en el propio cuerpo físico, es posible utilizar la misma clasificación para procesos de carácter más comunitario ya que, al menos desde el momento del fallecimiento hasta su disgregación orgánica, el cadáver es siempre manipulado por otros. El cuerpo individual remitiría al biológico, cuya duración no se extendería más allá del momento de la muerte orgánica, momento éste que es decidido colectivamente y que, tras la extensión de las prácticas de donación y trasplante, suele coincidir con la ausencia de actividad cerebral, mientras otras funciones continúan activas.

El cuerpo social permanecería mientras alguien tuviera memoria de él, es decir, mientras existiera un duelo, tal y como manifestó Hertz. Desde un punto de vista legal y en circunstancias normales en países de tradición católica, al formar parte el cuidado de los cadáveres de las directrices municipales de salud pública, este cuerpo continuaría teniendo individualidad y por lo tanto, siendo tratado como persona, mientras fuera enterrado de forma, digamos, señalizada, condición que perdería en el caso de ser trasladado a un osario, tras una serie de años que varían según países, cuando el proceso de descomposición se hubiera completado. Esta condición mínima de personalidad sería mantenida en el tiempo en los casos de entierros a perpetuidad.

Estos dos ámbitos de la vida postmortem —el biológico y el social— han sido bastante más estudiados que su vertiente política, que ha comenzado a tenerse en cuenta sobre todo a partir del libro

de Verdery (1999) *The political Lives of Dead Bodies: Reburial and Postcolonial Change*, en el que analiza la destrucción de estatuas y traslado de cadáveres de los líderes comunistas y sus opositores en los países del Este de Europa tras la caída del Muro de Berlín.

La dimensión política de los cadáveres ha ido sufriendo las mismas transformaciones que han ido modificando en la modernidad a los Estados autoritarios en democracias. Pues, aunque todos los difuntos parecen poseer una muerte biológica y social, la vertiente política de su existencia postmortem había sido en el pasado reservada para reyes, nobles, santos o héroes. Sólo en época reciente, con la irrupción de la víctima como sujeto privilegiado de derecho de la justicia transicional tras la Segunda Guerra Mundial, esa vida política tras la muerte también ha extendido su espectro a personas comunes, desconocidas individualmente dentro de los grandes avatares históricos de los países. De este modo, si en el pasado existían algunas características en la persona viva que prefiguraban su conversión en un “cadáver político”, en la actualidad es la propia evolución de la sociedad de los vivos la que va utilizando los cuerpos muertos como símbolos de distintas ideas políticas, casi con independencia de la propia trayectoria vital del difunto

Si estos cuerpos no han perdido completamente el estatuto de personas después de su fallecimiento, conservando una potencialidad política —que es reconocida por la comunidad de los vivos— me parece posible plantear la hipótesis de que las migraciones de cadáveres postbélicos —fruto de las sucesivas inhumaciones y exhumaciones a que son sometidos— pueden ser consideradas como parte de la misma lógica que rige los movimientos poblacionales que se producen debido a los conflictos: exilios, destierros —palabra especialmente pertinente por servir de metáfora para todos aquellos que han sido “expulsados de su tierra”—, desplazamientos, etc.

Utilizaré el caso español para hablar sobre la vida política de unos cadáveres que perdieron la vida hace más de setenta años, a consecuencia de una guerra civil, que dio paso a una dictadura militar en España de cuatro décadas de duración. Algunos de estos difuntos continúan todavía soterrados y desaparecidos, y sus huesos yacen amontonados en fosas comunes. Su recuerdo pertenece a la historia de la vida privada de generaciones de hombres y mujeres que aprendieron a vivir soslayando una parte de su propia genealogía, que aparecía siempre mutilada y confusa, oculta como parte de los secretos de familia, que eran callados para proteger a los más pequeños. Las políticas de la memoria arrastran siempre una meticulosa gestión de los olvidos.

De hecho, ha sido frecuente en el tiempo y en el espacio promover la recuperación de los cadáveres de padres de la patria y su revitalización dentro de cultos estatales, como parte del retorno de grupos políticos exiliados o la victoria de una facción sobre otra. En este último caso se encontrarían en España los restos del falangista José Antonio Primo de Rivera —que fue enterrado cuatro veces, desenterrado tres, y paseado a hombros de sus compañeros de partido durante 400 kilómetros desde Alicante hasta Madrid—, y una larga lista de ilustres caídos por la patria. Lo que no ha sido tan frecuente es intentar pensar de modo conjunto estos dos fenómenos como parte de un mismo proceso de exclusión-inclusión.

Por ejemplo, las peculiaridades del exilio español hicieron en su momento necesario incorporar una categoría que anteriormente no existía, y de ahí que se hable de dos tipos de fenómenos: el exilio exterior (de aquellos que tras la guerra pudieron salir del país y establecerse en otro); y el exilio interior (de aquellos que se quedaron y formaron parte de la sojuzgada masa crítica al franquismo). Es posible que, actualmente, sea también necesario incorporar a estas dos tipificaciones otra que todavía no tiene nombre: la de aquellos que no pudieron salir ni quedarse y que, impedidos por la propia biología de volver por sí mismos, son traídos ahora al presente de su patria por otros. La palabra *subtiero*, recientemente acuñada por Francisco Ferrándiz (2011a) para referirse a los cuerpos ocultados en fosas comunes sin localización, podría ser el término que designaría esta realidad.

El traslado de cadáveres con fines políticos ha sido una práctica sino frecuente, al menos no extraña en el pasado de España, que participó como toda la cristiandad del mercadeo de reliquias que comenzó con la extensión del cristianismo y la necesidad de edificar los templos sobre huesos santos. En 1573 Felipe II, que acababa de construir el Monasterio de El Escorial en el centro de la Península, para albergar en él al Panteón real, inició el traslado de sus nuevos inquilinos desde todas partes del país. Javier Varela describe en estos términos el trasiego de los nobles féretros venidos de todos los puntos del país.

“Desde diciembre de 1573 y febrero de 1574 se pusieron en marcha otras comitivas fúnebres. [Los que estaban enterrados en Madrid habían precedido al grupo] La una salió de Granada con los cuerpos de la emperatriz Isabel, la princesa María y los infantes Juan y Fernando. Otra partió desde Mérida con doña Leonor, antigua reina de Francia. De Valladolid arrancó una tercera que traía a la reina de Hungría. Las dos primeras se encontrarán en Yuste para recoger a Carlos V y, una vez juntas, seguir camino hacia El Escorial. La última llegó días después al monasterio, luego de haber recuperado en Tordesillas a la reina Juan, único cadáver que continuará viaje hasta Granada.”

Casi cuatro siglos más tarde, en 1939, acabada la guerra civil española, Francisco Franco repitió este intento reorganizador ordenando la construcción de un enorme mausoleo que acogiese a los muertos por la patria: el Valle de los Caídos, ubicado a pocos kilómetros de El Escorial. Este inmenso panteón sería construido con el trabajo forzado de cientos de presos republicanos que redimían pena por el trabajo. La construcción de este mausoleo se demoró veinte años y en este tiempo los difuntos del bando franquista fueron exhumados, reconocidos y glorificados, mientras que los perdedores yacían olvidados en cunetas y campos de labor.

Salvando las distancias temporales e históricas, el problema que afrontaban Felipe II y Franco era de índole similar. Ambos tenían que fortalecer simbólicamente el centralismo de un Estado que tendía a la disgregación, y una de las estrategias empleadas para ello era la acumulación de “cadáveres con poder”. La primera consecuencia de esta práctica era impedir que ese poder acabara siendo también un patrimonio de regiones periféricas, siempre ávidas de mártires autóctonos o que, en su defecto, hubieran fallecido en su territorio. La segunda era garantizar la legitimidad del recolector de muertos que se hacía

así heredero y valedor de todos ellos. En el caso de Felipe II, se trataba de la estirpe real, en el caso de Franco de todos aquellos que le habían ayudado a ganar una guerra fratricida, la suma de cuyos méritos se atribuía.

El proceso de separación de la vida y dignificación de un cadáver católico comienza con un primer traslado: el que lo mueve desde el lugar de fallecimiento a aquel lugar donde será expuesto y velado por las personas que forman su entorno más cercano. Este primer movimiento, fundamental para dar comienzo al duelo, no suele cumplirse en el caso de los fallecidos a causa de la violencia. El cadáver es abandonado, ocultado o confundido entre otros cuerpos, en el caso de ser enterrado en una fosa común. El correcto inicio de lo que podemos llamar “vida postmortem” de cualquier persona pasa por un alejamiento físico del lugar de defunción y un único entierro en un lugar conocido, donde espera si es creyente la resurrección de los muertos en el Juicio Final. Sin embargo, los avatares de la vida política de los cadáveres fallecidos en conflictos son más complejos. En tanto que algunos son convertidos en víctimas o en mártires, su trascendencia política los convierte en muchas veces en “muertos itinerantes”.

Acabada la guerra, los familiares de los fallecidos por la represión republicana, vencedores en la contienda, pudieron desenterrar a sus parientes y ver juzgados a sus verdugos. Hubieran o no encontrado el cadáver, si había suficientes evidencias de su fallecimiento podían registrarlo en el Registro público de Defunciones para beneficiarse de las numerosas ventajas de ser un familiar de “caído por Dios y por España”. Los vencidos permanecieron sin registro jurídico. Eran técnicamente desaparecidos, aunque según las investigaciones de historiadores locales está probada la extorsión a las familias por parte de los funcionarios de los registros para que registraran sus fallecimientos como naturales, a cambio de la posibilidad de disfrutar de los derechos de viudedad y orfandad, en un intento administrativo de borrar sus crímenes²⁶⁹.

En un primer momento, el proceso se hizo desordenadamente. A este trasiego de cadáveres desde el lugar de fallecimiento hasta las iglesias y cementerios, no solía ser muy largo, normalmente de unos pocos kilómetros. El Estado abarató los costes de exhumación y traslado para dar respuesta a la masiva demanda. Pero a medida que fueron avanzando las obras del Valle de los Caídos y madurando la idea de que se convertiría en un gran panteón de los vencedores, el proceso exhumatorio fue ralentizado e incluso impedido. Los cuerpos de los caídos debían estar juntos en el Valle.

En 1946, diez años después de la guerra, ante el retraso en la construcción del panteón, hubo que modificar la legislación sanitaria de exhumación de cadáveres. Según esta legislación los cuerpos que no se encontraran en sepulturas a perpetuidad, debían ser sacados de ellas a los diez años y llevados a los osarios. Para garantizar la posibilidad de traslado futuro al Valle y marcar esos cadáveres como “políticamente relevantes”, se añadió una excepción a la ley, prorrogando indefinidamente ese plazo pero sólo para “enterramientos de restos de los caídos en nuestra Guerra de Liberación, tanto si perecieron en

²⁶⁹Véase por ejemplo la tesis doctoral de José Antonio Soler Díaz-Cacho sobre el pueblo extremeño de Villafranca de los Barros, que fue publicada con el nombre *De entre los pliegues de la memoria* (2011).

las filas del Ejército Nacional como si sucumbieron asesinados o ejecutados por las hordas marxistas en el período comprendido entre 18 de julio de 1936 y el 1 de abril de 1939; o aún en fecha posterior, en el caso que la defunción fuese a consecuencia directa de heridas de guerra o sufrimientos de prisión”.

A fines de los años 50, cuando el Valle de los Caídos se encuentra ya listo para aceptar cadáveres se realiza una pormenorizada encuesta nacional a cargo de los gobernadores civiles a todos los ayuntamientos del país para que den una relación de sus caídos. La información iba seguida de una petición a los familiares para realizar el traslado al nuevo Panteón. Como ya había pasado mucho tiempo, gran parte de los familiares no están muy conformes con volver a remover a sus muertos. Se desata entonces un ansia de cadáveres que llegaría a actos organizados de raptos de cuerpos, incluso de republicanos que se encontraban en fosas comunes, bien localizadas por sus victimarios. En la incompleta “Relación de los gloriosos restos procedentes de la Cruzada Nacional que se envían para su eterno descanso al Monumento Nacional de Santa Cruz del Valle de los Caídos en Cuelgamuros”, consta el enterramiento de 44.000 personas, repartidas por provincias. Entre ellas las más numerosas son, lógicamente, aquellas que fueron tomadas más tarde por el ejército de Franco, empezando por Madrid con casi 20.000 cuerpos. Su último habitante sería el propio General Franco en 1975. Durante el franquismo se produjo el desentierro y reubicación masiva y organizada de los partidarios del bando vencedor, unos 60.000 cuerpos; una cuarta parte de los más de 250.000 fallecidos a causa directa de la guerra civil y de la represión inmediatamente posterior.

Allí había también otro tipo de difuntos. Por un lado los que habían muerto sepultados al realizar las obras del monumento, por otro los que habían sido recolectados de las fosas comunes por sus propios ejecutores, que recibieron la orden de exhumarlos y trasladarlos al mausoleo. Así que no sólo los cuerpos vivos de los vencidos construyeron la magna obra, sino que los cuerpos de sus muertos sirvieron para engrosar el hipotético número de víctimas de las hordas rojas para una mayor gloria del dictador. En estos momentos el monumento redefine su objetivo y comienza a hablarse de que ha sido construido para los difuntos de ambos bandos, como un intento de reconstrucción nacional. Un intento que no se corresponde con otros símbolos también creados en esta fecha, como el Arco de la Victoria colocado en una de las entradas de la ciudad de Madrid, casualmente aquella por la que se sale para alcanzar el Valle de los Caídos, y que conmemora la victoria franquista veinte años después.

El Cementerio de los Mártires de Paracuellos del Jarama: la territorialización de la memoria política

Paracuellos actualmente tiene en torno a 7.000 habitantes. Está a veinte kilómetros de Madrid. En este pueblo tuvo lugar la más brutal matanza llevada a cabo por el bando republicano durante la guerra civil. Para los que no conozcan los hechos creo que es imprescindible plantear el contexto general que

hizo de este lugar uno de los símbolos de la memoria de la derecha. A principios de noviembre de 1936, después de un rápido avance de las tropas franquistas hacia Madrid, todo hacía pensar que la ciudad iba a ser conquistada. El frente de batalla que estaba en este lugar se encontraba en la Ciudad Universitaria. Ante esta situación, el 6 de noviembre el Gobierno de la República abandona la capital y se traslada a Valencia para seguir desde allí dirigiendo la guerra. La población aterrada, viendo que hasta sus dirigentes se marchan, se prepara para el saqueo, en un fuego cruzado de propagandas que les sitúa en el punto de mira de los dos ejércitos: los republicanos, advirtiéndoles de los horrores que les esperan: violaciones, asesinatos, torturas, etc.; los franquistas, de la existencia dentro de la ciudad de un grupo organizado de activos partidarios de la derecha prestos a salir a las calles a la menor oportunidad.

Con el Gobierno ausente, la Junta de Defensa de Madrid intenta como puede organizar la defensa. De la situación desesperada hay muchos testimonios. Uno de ellos, que tendrá especial relevancia como inspirador de la decisión de llevar a cabo la matanza de Paracuellos, es el del ruso Mijail Koltsov. Esto dice en su *Diario de la Guerra española*:

"Miaja se lanzó a la busca del Estado Mayor que se le confería y de la Jefatura del Ejército del Centro. No encontró ni lo uno ni lo otro. Todos se habían largado. En el Ministerio de la Guerra no había ni un alma. Se puso a llamar a los teléfonos particulares. No respondía nadie. En algunas casas, al oír que llamaba "el Presidente de la Junta de Defensa de Madrid, general Miaja", colgaban sin responder. [...] Los oficiales del Estado Mayor intentan establecer contacto con las columnas que ayer retrocedieron hasta los límites de la ciudad. Del intento no resulta nada. Es imposible dar con nadie. El teniente coronel Rojo, que asumió las funciones de jefe del Estado Mayor, envía a varios oficiales y comisarios a su disposición a recorrer la ciudad, los cuarteles y las barricadas para que localicen a las unidades y traigan aquí al Estado Mayor, a los jefes y a los delegados de enlace. Hay proyectiles para cuatro horas de fuego. Para todo Madrid hay ciento veinticinco cajas de cartuchos. La cifra real es superior posiblemente en diez veces. Pero no se sabe dónde están esos proyectiles y cartuchos. Por lo tanto, es como si no existieran."²⁷⁰

En este ambiente, pleno de policías paralelas y de órdenes contradictorias, se producen las sacas de las prisiones madrileñas de entre 2.400 (según las cifras de Ian Gibson) y 10.000 presos (según algunos historiadores franquistas) y su posterior fusilamiento de urgencia. Estos presos habían sido encarcelados en muchos casos por ser militares afines a los sublevados, dirigentes políticos y religiosos, o simplemente católicos y militantes de base de los partidos de la derecha. Se trataba de una aséptica medida de orden público, que pasaba por encima de cualquier derecho humano, y que intentaba evitar que, si la ciudad era tomada, esos presos pudieran unirse al ejército franquista. Estas personas fueron llevadas en autobuses a las cercanías de Paracuellos del Jarama y masivamente fusiladas.

Esa acción de guerra modificó un territorio y su pueblo anejo de modo dramático.

²⁷⁰ Cit. en Ian Gibson (2005), *Paracuellos como fue.*, págs.48-49.

¿Por qué se eligió Paracuellos? Si observáramos un mapa de la distribución de los frentes en ese año veríamos que una acción así no podría ser llevada a cabo nada más que en las inmediaciones de las carreteras que accedían a la capital por el este y el norte, las únicas que no habían sido cortadas. La decisión fue tomada con bastante precipitación, pues no había tiempo para grandes estrategias y había que mover y enterrar a mucha gente. No podía estar, por tanto, muy lejos. Entre las alternativas posibles, Paracuellos se destacaba por varias circunstancias:

1. Era una localidad cercana al río Jarama y a varios arroyos. Por lo tanto la tierra en esa zona era fácilmente excavable. Hay que darse cuenta de que las zanjas eran enormes, tal y como puede verse en el plano que levantó el regimiento de zapadores cuando se procedió a exhumar y reinhumar a parte de los cadáveres ya durante el franquismo.

2. El lugar elegido en las afueras del pueblo podía ser fácilmente vigilado. Paracuellos se encuentra en lo alto de una loma con un mirador extraordinario sobre la ciudad de Madrid y el valle circundante. Desde allí se podía controlar todo movimiento.

3. Tenía un bunker construido en los años veinte para probar el armamento que el ejército español estaba utilizando en la guerra que sostenía en Marruecos. Era por tanto un lugar conocido por su pertinencia para este tipo de actividades.

4. Estaba perfectamente señalado por un bosquecillo de pinos que aún existe (aunque el entorno ha sido muy modificado).

Los fusilamientos en éste y otros lugares cercanos se suceden desde el 6 de noviembre hasta el 4 de diciembre en que el anarquista Melchor Rodríguez es nombrado delegado de prisiones. Este “ángel rojo” como le llamó la derecha, impidió con energía que se produjeran más fusilamientos indiscriminados de presos.

La organización de esta masacre exigía la participación forzada de los habitantes del pueblo de Paracuellos en labores de enterramiento y apertura de fosas. El trabajo era tan espantoso que algunos vecinos perdieron la razón. El pueblo había sufrido, como todos los pueblos de España, la lucha fratricida, con sus ajustes de cuentas aprovechando el fragor de las batallas. La República contaba con bastantes leales e incluso se había organizado una próspera cooperativa anarquista que cultivaba terrenos expropiados, pero nadie colaboró de buen grado en la matanza.

El temido avance sobre Madrid ocurriría tres años después y también fue entonces cuando comenzó la revancha por aquel crimen. El peso de la venganza cayó sobre el pueblo de Paracuellos. Aquellas fosas comunes se convirtieron en el símbolo de “su infamia” perpetuando su culpa durante todo el franquismo: la culpa de haber estado a 20 kilómetros de Madrid en una de las pocas carreteras que no había sido tomada por el ejército franquista; la culpa de haber soportado un guerra fratricida durante tres años; la culpa de una sucesión de actos crueles y sanguinarios cometidos por otros. De los 1.600 habitantes que tenía el pueblo en los años 30, se pasó a unos 900 en los años 40 debido a los fusilamientos, encarcelamientos, huidas y traslados de todo tipo de sus vecinos. Paracuellos, que había

sido un pueblo de pastores y que contaba uno de los más bellos miradores sobre la ciudad de Madrid, se transformó en la percepción del Estado y de las gentes del común en un pueblo de asesinos. Los vecinos comentan frecuentemente que, cuando salían del pueblo, tenían que ocultar su origen diciendo que eran de alguna de las localidades cercanas. “Yo soy de Barajas”, decían. Relatan cómo eran expulsados de tiendas o bares en cuanto se sospechaba que eran de Paracuellos. Hay incluso un dicho muy utilizado durante el franquismo que decía: “A por ellos que son de Paracuellos”, que fue reutilizado después por la izquierda radical diciendo: “A por ellos como en Paracuellos”. Así lo contaba Javier Nájera, un vecino de la localidad al que entrevisté hace un tiempo, que estaba intentando con dificultad reconstruir la historia de su pueblo. Me llamó la atención que confundiera las fechas de los sucesos que situaron tristemente a la villa dentro de la historia del franquismo como si hubiera una resistencia a profundizar en un conocimiento histórico que les involucra.

Así el pueblo intentó a duras penas reconstruir una identidad positiva ignorando lo ocurrido en ese territorio que se encuentra en su término municipal. Muchos vecinos no han ido nunca y evitan pasar por allí. Los folletos turísticos hablan de su bella iglesia pero no mencionan el monumento funerario que los hizo famosos y que es el que más turistas, normalmente de la derecha, atrae. Con la democracia han intentado desgajarlo sin éxito de la imagen simbólica de su pueblo. Y digo sin éxito porque como una broma siniestra se ha propuesto su término municipal para acoger las pruebas de tiro en la propuesta que hizo España para una futura Olimpiada de Madrid.

Tras la guerra, mientras las cárceles se llenaban de presos del bando republicano, los vencedores tuvieron que empezar a tomar decisiones sobre el destino final de los cadáveres de Paracuellos en una doble dirección: por un lado, convirtiendo en un cementerio el propio lugar de fusilamiento y, por otro, trasladando los restos de la mayor parte de los fusilados de las cárceles rojas a Paracuellos para ser enterrados en el mismo camposanto.

En 1939 comienza a diseñarse el espacio del duelo. A partir de los relatos sacados de los juicios y de las declaraciones de los numerosos testigos se pudo ir reconstruyendo el orden de inhumación, contrastándolo con las listas de los presos sacados en sucesivas oleadas. De este modo las familias fueron articulando un itinerario del dolor que partía de las cárceles al rincón del camposanto que cada uno eligiera para honrar a sus difuntos, sin tener ninguna seguridad de que sus parientes pudieran estar en el lugar elegido.

Desde el punto de vista espacial el territorio se fue modificando. Primero poniendo cruces de madera a modo de calvario y marcando la cercana colina con una gran cruz negra que pudiera verse desde el aire al despegar del cercano aeropuerto de Barajas. Allí se realizaban misas de campaña. Algunas familias comienzan a poner allí sus cruces y sus epitafios de un modo espacialmente significativo: agrupando a los amigos y significándolos dentro de una gran masa de desconocidos.

El camposanto se convierte también en un lugar de culto político ya que allí están enterrados “los mejores”, aquellos que fueron elegidos por los rojos como más destacados dirigentes de los distintos

grupos de la derecha: religiosos, falangistas, militares y también simpatizantes y familiares de éstos. La existencia de estas fosas comunes legitima la represión a la que se sometió el bando vencido, del mismo modo que el haber estado en cautividad en las zonas republicanas de la guerra se convierte en un mérito y en una garantía de pleno empleo y de privilegios para estas personas y sus familiares.

En estos primeros momentos no existían vallas ni ningún otro tipo de marcador de propiedad sobre ese territorio. Esto cambia cuando los terrenos son donados a la asociación de familiares que se organiza para cuidar del cementerio. La valla que actualmente se ve marcando los límites no acota el terreno donde se encuentran las tumbas sino la propiedad de la tierra.

Los familiares se hacen cargo de la construcción de una ermita, la de Nuestra Señora de los Mártires y se articulan allí una serie de rituales familiares, de partido y de Estado que van poco a poco perdiendo su vigencia a medida que los familiares van desapareciendo y el régimen languidece.

En 1972, Ricardo de la Cierva (historiador, hijo de uno de los fusilados) se quejaba amargamente contestando a una pregunta en una revista de divulgación histórica del estado de abandono en el que se encuentra el cementerio que es paralelo a su desactivación política. "Hasta hace algunos años, se destacaba en el horizonte mediante la señal de una gran cruz negra impresa en la parte alta del cerro; hoy la cruz ha desaparecido. [...] La Diputación ha asumido recientemente la custodia de estos cementerios de guerra, cuando el olvido general los había reducido ya a un estado lamentable, a pesar de los esfuerzos aislados de personas beneméritas". Quince años más tarde José Antonio García-Noblejas, también historiador y familiar de uno de los difuntos, vuelve a la misma idea aunque apunta algo que tiene mucha relevancia para entender el giro que la memoria territorial de Paracuellos está dando en los últimos años:

"Hemos visto cómo, a partir de los años setenta, el silencio y el olvido de quienes más obligados están hacia los Mártires ha caído sobre su memoria y la tierra que cubre sus sagrados restos, como si jamás hubieras existido, en el tiempo en el que se deterioran los valores por los que aquellos murieron, se padece confusión religiosa y se degrada la moral pública y privada. Tan sólo la Hermandad de Nuestra Señora de los Mártires de Paracuellos del Jarama mantiene la devoción a estos Mártires.

No pretendo entrar en el análisis de las causas, pero me atrevo a pensar que la señal de restauración de la Iglesia y de España vendrá dada por la renovación de la santa memoria de estos Mártires y de todos los de la Cruzada, es decir, cuando nuestra superior Jerarquía eclesiástica llegue al Camposanto de Paracuellos [...] y después de besar su tierra mil veces santa, celebre solemnes oficios a la mayor gloria de aquellos elegidos de Dios, y cuando los altos dignatarios de la Nación rindan de nuevo homenaje a los héroes que allí reposan.

Un rayo de esperanza hallamos en la reciente declaración martirial de las tres Carmelitas de Guadalajara, cuya beatificación solemne se anuncia para el 29 de marzo en Roma, si es que a continuación se prosiguen las Causas de tantos miles de mártires de la Cruzada, cuyos méritos no son inferiores a los de aquellas santas religiosas." (1987: XIII)

De hecho así ha ocurrido y actualmente el Cementerio de los Mártires de Paracuellos del Jarama es el lugar de la cristiandad —Roma incluida— donde hay una más alta concentración de mártires y beatos reconocidos y hay muchos más en proceso. La cruz negra se ha convertido en una cruz blanca y las fosas que se encuentra llenas de cadáveres sin identificar han sido acotadas con cruces blancas en un número aleatorio, que sirven de marcados de espacios martiriales, no existiendo ninguna correspondencia entre el número de cruces y el número de cadáveres que prevé que hay debajo y que ya no se va a poder exhumar porque la legislación canónica no permite tocar la sagrada tierra que rodea a los huesos de sus mártires. Este es un aspecto importante interesante para los gestores de la memoria de la derecha porque permite seguir alimentando la ficción de que hay allí 10.000 cadáveres y que por tanto la represión estuvo justificada. La glorificación religiosa de estas víctimas, al convertirlos en objeto de culto, perpetúa la separación política en dos bandos.

A diferencia de otros cadáveres políticamente significativos pero religiosamente inocuos, que también fallecieron por causas violentas en la guerra y posguerra española, la sangre de los mártires, al igual que su carne, sus huesos, las telas que los envolvieron en vida e incluso los objetos que tocaron o la tierra donde fueron sepultados adquieren con la santidad un valor agregado y trascendente. Los esqueletos de esos hombres y mujeres, también represaliados por sus ideas y sus actos, tienen los mismos signos de violencia que muestran tantos asesinados por ser defensores de la República. Ellos también fueron víctimas, aunque las circunstancias bélicas dieran la victoria al bando al que apoyaban. Pero su dignificación trasciende el mero entierro en un lugar decente donde poder ser recordados. Sus cuerpos, desmenuzados en multitud de trozos, son ahora simiente: simiente de cristianos.

Bibliografía

- FERRÁNDIZ, F. (2011a), "Autopsia social de un subterro", *Isegoría*, N.º 45: 525-544.
- FERRÁNDIZ, F. (2011b), *Guerras sin fin: guía para descifrar el Valle de los Caídos en la España contemporánea*, *Política y Sociedad*, vol. 48, n.º. 3: 481-500.
- GARCÍA-NOBLEJAS, J. A.(1987), *El gran holocausto de Paracuellos de Jarama*. Separata del Boletín Informativo de la Fundación Nacional Francisco Franco (marzo).
- GIBSON, I. (2005), *Paracuellos como fue: la verdad objetiva sobre la matanza de presos en Madrid en 1936*. Madrid, Editorial Temas de Hoy.
- SCHEPER-HUGHES, N. y Lock, M (1987), "The Mindful Body: A prolegomenon to Future Work in Medical Anthropology", *Medical Anthropology Quarterly*, nº 1: 6-41.
- SOLER DÍAZ-CACHO, J. A. (2011), *De entre los pliegues de la memoria. República, Guerra Civil y primer franquismo en Villafranca de los Barros(1931-1959)*. Badajoz, Indugrafic.
- VARELA, J. (1990), *La muerte del rey*. Madrid, Turner.
- VERDERY, K. (1999), *Political Lives of Dead Bodies: Reburial and Postcolonial Change*. New York, Columbia University Press.
- CIERVA, R. de la (2011), *Los mártires de Paracuellos*. Madrid, Fénix.

REVISÃO E REVISIONISMO NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA.

Carlos Zacarias de Sena Júnior.²⁷⁴

Universidade Federal da Bahia,

Dep. História e Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia

Nas últimas décadas, uma série de estudos tem se debruçado sobre as dimensões da memória em torno da Revolução de 1930, da Era Vargas, do Estado Novo e tudo o mais que se relaciona com o período dos governos de Getúlio Vargas (1930-1945/1950-1954) e de sua herança populista no Brasil. Com o propósito de erigir uma crítica historiográfica à categoria de populismo, tornada clássica desde que as interpretações surgidas nos anos 1960 situaram o fenômeno da Revolução de 1930 como uma espécie de revolução passiva, uma determinada vertente do pensamento social e da historiografia brasileira buscou revisar tal categoria descartando o campo conceitual e interpretativo construído, sobretudo, nos anos 1970. Este campo conceitual, de grande influência na historiografia que se praticava no Brasil no período da Ditadura, tomava Marx e diversos marxistas clássicos como matizes teóricos estruturantes dessas interpretações

A década de 1980 significou para o Brasil mais do que a década da abertura política e da redemocratização. Na esteira dos movimentos de renovação da política, com a “descoberta” de novos sujeitos e novos personagens que entravam em cena, a historiografia também se renovou questionando os postulados tão caros aos investigadores mais críticos, perfilados no campo do marxismo. Discutindo inicialmente a própria Revolução de 1930, que passava a ser compreendida como uma “invenção da memória dos vencedores”, uma espécie de revisionismo historiográfico buscou superar as interpretações que situavam a política brasileira dos anos 1940 até os 1960 como ocupado por práticas populistas, propondo, em substituição, a categoria “trabalhismo”. Com claras intenções políticas e evidentes marcas da memória conformada numa época de ofensiva conservadora, tal historiografia logo se consolidou como alternativa à *debacle* do “socialismo real” e a crise das ideologias e dos paradigmas erigidos pela intelectualidade engajada.

Tomando-se por base os trabalhos historiográficos sobre esses e outros temas, pretendemos discutir as transformações da historiografia brasileira, matizando as diferenças entre o advento de uma

²⁷¹ Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

nova historiografia em permanente e necessário processo de revisão, e a prática indiscriminada do revisionismo.

O revisionismo na historiografia

Como é sabido dos estudiosos do passado, embora não possa prescindir de revisões permanentes, a história sofre uma profunda influência da memória, de maneira que em determinadas épocas os historiadores se investem do propósito de revisar o passado a todo custo, animados pelas distorções, às vezes impressionistas, da memória coletiva consagrada em cada período.

Polêmicas historiográficas devem ser estimuladas e são necessariamente incontornáveis na prática de um ofício eivado de subjetividade. Não obstante, em se tratando de acontecimentos cujas repercussões no presente o tempo se encarregou de remover ou apagar, os efeitos da memória podem ser sentidos em menor intensidade. Quando, ao contrário, paixões e compromissos políticos continuam influenciando, não raro as disputas pela memória têm profundos significados nos combates políticos em torno das formas de apropriação do passado, já que implicam em grandes repercussões no presente. Ou seja, se nos reportamos a um acontecimento como a chegada dos europeus ao Novo Mundo, se não estamos em períodos de “comemoração” quando os governos assumem as tarefas de celebrar, apropriando-se do conteúdo do passado e convertendo a memória em política pública, muito provavelmente pouco haverá o que disputar em torno do já consagrado. Em outras situações, por tratar-se de acontecimentos mais recentes cujas implicações ainda interferem na vida de setores das populações, as disputas pela memória necessariamente tem implicações no exercício da historiografia.

Analisando a forma como os estudiosos de um grande acontecimento como a Revolução Francesa entendiam suas causas, Adam Schaff observou que, muito embora nenhum historiador contestasse que a grande Revolução tenha sido um acontecimento histórico de grandes repercussões, muitos oscilavam entre apoiar ou hostilizar os resultados produzidos por 1789. Enquanto disputavam os significados e o alcance do acontecimento, variando nas suas interpretações em função da própria posição de classe ou na medida de cada época que podia ser mais progressista ou mais conservadora, os historiadores tendiam a expressar simpatia ou simplesmente refutar o acontecimento, muitas vezes tomados como exageros da história. (Schaff, 1987: 9-72)

É conhecida a polêmica desenvolvida por Eric Hobsbawm contra o revisionismo e a anatemização da revolução por parte de autores como François Furet, Simon Schama, entre outros, para os quais a Revolução Francesa em particular, e as revoluções em geral, são momentos catárticos e acidentais na história, que interpretados sob a ótica do marxismo ou do “marxismo-leninismo”, produziram versões ideologizadas e desprovidas de objetividade. (Hobsbawm, 1989)

Obviamente que aqui não se está discutindo que a história progride na medida em que novos documentos são revelados, acervos são encontrados e disponibilizados ao público ou que interpretações

inovadoras são desenvolvidas. Não fosse assim a história seria cumulativa, e caminhando do passado ao presente, só admitiria abordagens inéditas sobre os temas recentes e originais, ou sobre fenômenos nunca estudados. É claro que a história é uma constante revisita ao passado e posto que cada geração coloca para si novas questões sobre este mesmo passado, não parece improvável que versões antigas sejam superadas em função de abordagens mais modernas e competentes. (Hobsbawm, 1998: 257) Todavia, como pretendeu demonstrar Hobsbawm, revisionismo não é uma mera revisão da história, mas uma forma politicamente motivada, às vezes até mesmo inconsciente, de modificação das interpretações vigentes com manifesta carga ideológica, o que dispensaria o uso de novas evidências para a refutação do que já se conhecia. Como sugere o historiador britânico, "Todos nós, inevitavelmente, escrevemos a história do nosso próprio tempo quando olhamos o passado e, em alguma medida, empreendemos as batalhas de hoje no figurino do período. Mas aqueles que escrevem *somente* a história do seu próprio tempo não podem entender o passado e aquilo que veio dele. Podem até mesmo falsificar o passado e o presente, mesmo sem a intenção de fazê-lo". (Hobsbawm, 1989: 14)

As controvérsias em torno dos significados da Revolução Francesa se acirraram, e o debate ganhou conotações irremediavelmente ideológicas na medida em que o bicentenário do acontecimento francês coincidiu com a queda do Muro de Berlim, inaugurando uma década de ofensiva ideológica conservadora nos campos da política propriamente dita, mas também da historiografia. Em vista disso, autores até então pouco reivindicados pela intelectualidade acadêmica, tornaram-se canônicos do dia para noite, substituindo a geração de intelectuais engajados que nas décadas de 1960 e 1970 haviam rompido os muros da academia. Entre estes últimos, símbolos vivos do inconformismo, da solidariedade universal e da utopia socialista, como era o caso do casal Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir, a tarefa a ser levada a cabo não era tanto a de interpretar o mundo, mas a de transformá-lo, como preconizado por Marx na décima-primeira *Tese sobre Feuerbach* (Marx e Engels, 1989).

Com a emergência da crise do chamado "socialismo real", que culminou na queda do Muro de Berlim em 1989, e na desintegração da União Soviética em 1991, uma plêiade de novos intelectuais e de novos modelos explicativos emergiu, compondo um panorama de pessimismo, beirando o *niilismo*, com lugar de destaque para a reabilitação de filósofos como Nietzsche e Heidegger, e a entronização de pensamentos como o de Hannah Arendt e Raimond Aaron. Ao lado do resgate de uma filosofia e de uma sociologia notadamente conservadoras, o surgimento do pós-modernismo engrossou o caldo de cultura de uma investida antimarxista em diversos campos de conhecimento. Com as especificidades de uma corrente em larga medida egressa da esquerda, que havia aderido ao estruturalismo em suas formas políticas mais exaltadas, com imbricações nas correntes maoístas, principalmente, quase não restou pedra sobre pedra do legado crítico do marxismo clássico.

Em vista disso, como em nenhuma outra época, anatemizou-se a revolução em si, e os revolucionários foram tomados como portadores de projetos totalitários, tornando-se o corolário de todas

as formas de totalitarismo do século XX, desde aquele surgido da Revolução Russa de 1917, donde se abordavam indistintamente os governos de Lenin e Stalin, como o totalitarismo supostamente reativo ao avanço do bolchevismo, expresso nos extremismos nazi-fascistas do século XX.

Resultado desse procedimento, intermináveis querelas historiográficas foram inauguradas na Alemanha, Itália e França, onde se colocavam no banco dos réus os fascistas e seus adversários no campo do marxismo, todos entendidos como portadores de ideologias totalitárias e modelos metanarrativos constituídos com objetivos ideológicos e incapazes de explicar a realidade.

Revisão à brasileira: a nova historiografia da escravidão

Como foi dito, nem todo procedimento de revisão é necessariamente revisionista. Entretanto, até que se percebam os reais significados da contenda historiográfica ou até que sejam provisoriamente proclamados os vencedores da querela, um longo debate pode se formar, com substanciais ganhos para a historiografia sobre o tema. Como exemplo de uma polêmica que surgiu com as cores do revisionismo, acompanhado da denúncia de historiadores que desconfiavam do procedimento que às vezes se aproximava de autores que vinham sendo combatidas e que passaram a ser reabilitados, vale à pena mencionar o caso da historiografia brasileira da escravidão.

Em torno da passagem dos cem anos da Abolição da escravidão, datada de 13 de Maio de 1888, sobre este tema, bastante caro à sociedade e aos historiadores brasileiros, uma imensa gama de estudos surgiu revisitando o assunto. Tendo como uma de suas grandes marcas o procedimento metodológico inovador e a incorporação de fontes que, até então, eram negligenciadas pela historiografia praticada, sobretudo, por sociólogos oriundos da Escola Paulista de Sociologia, a nova historiografia propunha resgatar os sujeitos e a experiência nos marcos da escravidão, atribuindo um significado positivo a trajetória de cativos e egressos do cativeiro, no curso das suas vidas, quando podiam, inclusive, “inventar” liberdade.

Obviamente que não será possível, nos marcos deste artigo, discutir em profundidade as questões principais da querela historiográfica, mas cabe mencionar que em torno do surgimento deste novo procedimento, que em alguns casos tomava referências na historiografia da Escola dos *Annales*, mas também em Thompson e nos marxistas britânicos, além de, em menor medida, Foucault, uma imensidão de artigos e livros foram publicados com aberto tom polêmico. Entre os mais virulentos ataques a nova historiografia da escravidão, a obra *A escravidão reabilitada*, de Jacob Gorender, constituiu-se num marco político fundamental na demarcação de fronteiras entre aquilo que poderia ser tomado como procedimento legítimo e que determinava um conteúdo moral de denúncia da instituição da escravidão, e práticas metodológicas que, sob o argumento de serem inovadoras, produziram uma distorção do significado do fenômeno, ao mesmo tempo em que reabilitavam mitos há tempos combatidos, como o mito da *democracia racial*, por exemplo.

Sem chamar a nova historiografia da escravidão de “revisionista”, Gorender, autor da clássica obra sobre o escravismo colonial, que vinha a ser uma tentativa de discutir o modo de produção no Brasil a partir de uma categoria nova, afirmava que seu propósito principal no livro em que travava a polêmica era o de examinar o procedimento analítico que havia conduzido parte dos novos estudos a “redesenhar o perfil da escravidão com o objetivo explícito ou tácito de reabilitá-la”. (Gorender, 1990: 18) Para o historiador marxista, que não deixa de apresentar suas armas ao reivindicar que a “verdade histórica é revolucionária”, mesmo quando às vezes é “amarga”, (Gorender, 1990: p. 206), a nova historiografia, inspirada em Thompson e na Escola dos *Annales*, ao valorizar o cotidiano, “[N]ão o faz para mostrar um modo de vida repetitivo, já assentado em hábitos e costumes, através do qual se manifesta a reprodução constante de determinada formação social”. Para o autor, que critica indiscriminadamente as formas como a nova historiografia incorporava uma dimensão até então ausente dos estudos encarregados, sobretudo, de valorizar a dimensão violenta e desumanizadora (“coisificante”) da escravidão, o novo procedimento tinha uma intenção manifesta, haja vista que:

"O cotidiano da nova história despreza o trabalho e ressalta o trivial, o excêntrico e o escatológico. Vai de par com a remodelação da historiografia em termos de narrativa, crônica e reportagem. O discursivo deixa de ser uma das fontes historiográficas, sempre submetido ao crivo metodológico, para se tornar o próprio contexto irrefutável de um mundo fantasmagórico. Não interessam os processos objetivos. Os projetos iluminam somente representações flutuantes no nevoeiro de mentalidades intemporais. O historiador entra em concorrência com o antropólogo e se atreve a tomar o lugar do ficcionista. (Gorender, 1990: 109)"

Como peça de polêmica historiográfica, *A escravidão reabilitada* é uma obra primorosa. Contudo, ainda que chamando atenção para os riscos assumidos pela nova historiografia, que ao invés de condenar de pronto a instituição da escravidão passava a dialogar com o passado de modo a assumir os riscos de, digamos, encontrar “verdades amargas”, pode-se dizer que a perspectiva assumida por Gorender foi derrotada, considerando as explicações mais capacitadas, baseadas em evidências abundantes e robusta que, beneficiadas pelo alargamento da noção de fontes históricas, permitiram aos historiadores redimensionar totalmente aquilo que se entendia por escravidão e aquilo que se sabia sobre os escravos que viveram no Brasil ao longo de vários séculos. É verdade que não está descartado que da nova historiografia da escravidão não tenha surgido tendências revisionistas, mas não se pode dizer que os estudos empreendidos por historiadores como Kátia Mattoso, João José Reis, Sidney Chalhoub, entre muitos outros, não se constituem naquilo que de mais importante se produziu sobre este tema no Brasil nas últimas décadas. Por conta disso, mesmo valorizando a polêmica e o papel cumprido pelo autor de *O escravismo colonial*, parece estar fora de propósito chamar a nova historiografia da escravidão de revisionista.

Revisionismo à brasileira: “o silêncio dos vencidos”

Se não se pode chamar de “revisionista” a historiografia da escravidão surgida nos anos 1980, é exatamente nesta época que despontam, no Brasil, as discussões sobre as relações entre a memória e a história, vindo a se constituir nas primeiras intervenções efetivamente revisionistas na historiografia brasileira. Adotando um procedimento metodológico largamente inspirado em Michel Foucault, mas também em Walter Benjamin e Edward Thompson, um grupo de historiadores da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), buscou visitar um dos acontecimentos mais importantes do século XX no Brasil, a chamada Revolução de 1930, com o fito de comparar as versões da memória e a forma de apropriação dessa memória pelos historiadores. A conclusão a que chegaram, parecia ser suficiente para indicar que as perspectivas adotadas por autores como Boris Fausto, Francisco Weffort, Octávio Ianni, entre outros, que tomavam a Revolução de 1930 como uma revolução passiva, precisava ser superada, colocando-se em alternativa as discussões de memória como elementos fundantes da nossa modernidade pós-1930.

No Brasil, é relativamente conhecida a tese dos historiadores Carlos Alberto Vesentini e de Edgar de Decca sobre as dimensões da memória do vencedor que supostamente foram encampadas pela historiografia que terminou por legitimar um discurso sobre o qual deviam atuar criticamente. No caso específico analisado pelos historiadores, o suposto fato é a “Revolução de 1930” e toda a memória erguida em torno deste ato inaugurador que, consagrado pela história, seria, na verdade, muito mais um lugar de memória do que o reino dos fatos. Segundo Edgar de Decca, 1930 não foi nada mais do que um produto da “memória histórica do vencedor da luta, fazendo parte do exercício da dominação”, de modo que neste processo, a afirmação do fato terminou por edificar “o futuro ao mesmo tempo em que refaz o passado, qualificando os agentes quanto o seu próprio sentido”. (Decca, 1992: 108)

Alguns anos depois da defesa da sua tese, que veio a se transformar no livro *1930: o silêncio dos vencidos*, Edgar de Decca voltou à carga procurando responder aos seus críticos e mais uma vez afirmando as implicações da apropriação da memória por parte da historiografia. Em artigo publicado na *Revista Brasileira de História*, cujo dossiê trazia o tema *Reforma e Revolução*, artigo que depois transformou em prefácio à quinta edição do seu livro, o professor da Unicamp enfatizou: “o que se pretendeu mostrar foi como a prática historiográfica, ainda que pretensamente crítica, manteve-se presa ao campo de representações de discursos políticos que instituíram a revolução de trinta como fato histórico, sem se indagar sobre a proveniência e os modos de enunciação desses mesmos discursos. Nesse sentido, o livro é um exercício de análise de como se produz a memória histórica, como ela se elabora nos enunciados dos discursos políticos que, para se legitimarem, criaram a revolução de trinta como fato histórico fundador e como essa mesma memória também é reelaborada e consolidada pela prática historiográfica. Por isso mesmo, minha análise não pretendeu alcançar o sentido profundo da revolução de trinta, postura constante de uma certa historiografia, mas desmontar os mecanismos pelos

quais os discursos políticos produziram este fato histórico visando sua própria legitimação. (...) Ele visou muito mais alertar uma certa historiografia de esquerda que, ao buscar os sentidos profundos de um fato histórico consagrado pelo exercício de dominação, tornou-se presa fácil dos mecanismos de silêncio produzidos pelos discursos políticos em sua auto-legitimação". (Decca, 1992: 15-16)

Para os que conhecem as teses de Edgar de Decca e de Carlos Alberto Vesentini, autor de *A teia do fato*, ambas produzidas em fins dos anos 1970 e vindas a público nas décadas de 1980, não é preciso lembrar que estas se constituíram como uma primeira versão de revisionismo na historiografia brasileira contra aqueles que enxergavam 1930 um processo de revolução passiva de onde se originou um Estado bonapartista sob a liderança de Getúlio Vargas. Não obstante, mesmo esgrimindo argumentos sofisticados, que impactaram a historiografia ao longo de mais de uma década em que se desencadeou a ofensiva conservadora e a revolução foi anatemizada, a tese enunciada por Edgar de Decca tem, hoje, pouca repercussão entre os historiadores.

Neste aspecto, apesar da importância de se levantar o problema sobre a efetividade de um passado que se supôs existente apenas no discurso do vencedor, não foi suficiente, entretanto, insistir no mero e refinado discurso para confirmar a hipótese. Ou seja, na falta de evidências, não bastam argumentos sofisticados para que se produzam revisões nas versões historiográficas. Apesar dos seus méritos, não nos parece que as posições de Carlos Alberto Vesentini e Edgar de Decca se sustentem como negação do fato "Revolução de 1930". Ademais, usando as armas destes autores contra eles próprios, não seria impossível argumentar que a contraface da própria memória que pretenderam denunciar de alguma maneira determinou o tipo de história que puderam produzir quando o mundo veio a assistir a guinada à direita de governos e a historiografia buscou sepultar a ideia de revolução e o seu compromisso com o futuro. Bem a propósito, em fins da década de 1980, o então professor da Unicamp e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), Marco Aurélio Garcia, afirmou: "A polêmica reforma x revolução é hoje peça de museu, o que não significa que seja irrelevante. Ao contrário a reconstrução historiográfica de sua emergência e de seu curso ulterior e a compreensão teórica dos problemas que recobre apresentam uma atualidade muito grande. Desnecessário dizer que esta atualidade interessa não apenas aos historiadores do movimento operário e do socialismo. Ela interpela às sociedades que, como a nossa, se vêm defrontadas com dificuldades enormes para construir a democracia e, ao mesmo tempo, para realizar reformas que acabem com as desigualdades que nos assaltam". (Garcia, 1991: 38)

Peça de museu ou não, o fato é que o tema da revolução permaneceu assombrando a mente dos conservadores e iluminando os sonhos dos socialistas de todo o mundo. Mesmo que o recuo temporário da quantidade de jovens interessados pela história política; mesmo com a ofensiva ideológica da década de 1980, intensificada com a queda do Muro de Berlim e a desagregação da URSS nos anos 1990; mesmo com o avanço de modas intelectuais e diante do surgimento de espécies novas de determinismo, como o culturalista, não deixaram de surgir historiadores pacientes e conscienciosos, para os quais os

temas tradicionais continuaram importando e cumprindo a função social de promover “verdades” sobre o passado e expectativas sobre o futuro.

Em todo caso, as teses revisionistas sobre a Revolução de 1930 não foram adiante e nem ganharam muitos adeptos. Concedendo aos seus autores o beneplácito da dúvida sobre a sua validação, já que se considera que não há verdades definitivas quando se fala em história, ao menos se pode dizer que tais teses ainda aguardam por novas investigações que vislumbrem outros problemas e novas hipóteses em necessário diálogo com as evidências.

A corrente “Luta por direitos”: entre a revisão e o revisionismo

Sobre o período conhecido como Era Vargas (1930-1945/1950-1954) e a forma de política ensejada pelo getulismo, a sociologia brasileira dos anos 1960 e 1970 construiu o conceito e populismo. Tal conceito articulava as noções de bonapartismo, tomada de Marx e Trotsky, e de cesarismo, tomada de Gramsci, para refletir sobre a maneira pela qual as classes dominantes brasileiras puderam se manter no poder com base numa relação direta com os grupos subalternos insuficientemente formados como classe.

As teses sobre o populismo brasileiro, erigidas, sobretudo, por Francisco Weffort e Octávio Ianni, também influenciavam os estudos históricos de Boris Fausto e permanentemente dialogavam com as evidências levantadas pelos historiadores desta corrente. Entre as explicações mais importantes do fenômeno, estava a ideia de que uma das frações da classe dominante, na impossibilidade de seguirem na direção política dos grupos subalternos, abdicava de velhos partidos e velhos dirigentes de forma a estabelecer uma relação direta com as massas, garantindo a manutenção da dominação.

Contra essa interpretação, nos anos 1990, surgiu uma corrente de historiadores sociais afinados com as ideias de E. P. Thompson. Sediados também na Unicamp, tais historiadores sugeriam as limitações do argumento e muito embora não contestassem inteiramente os pontos de vista expressos pelas correntes que se situavam no campo da teoria do populismo, acreditavam que havia problemas na composição do argumento, insuficientemente fundamentado e fontes e tendo em vista que, na maior parte do tempo, os trabalhadores eram representados de forma heteronômica.

A partir de investigações em documentação até então pouco conhecidas ou mesmo desprezadas pelos sociólogos e politólogos das décadas de 1960 e 1970, estes historiadores propuseram, alternativamente, refletir sobre a positividade das relações entre o Estado varguista, os sindicatos corporativos e as organizações dos trabalhadores, considerando que, através de formas variadas, os trabalhadores se construíam como classe, edificando uma experiência nova, com repercussões sociais e culturais importantes. Levantando vasta documentação e evidências importantes, os historiadores da Unicamp concluíram que as apreciações sobre o governo Vargas não faziam justiça aos benefícios conquistados pela classe operária. Esta, no final das contas, agia com lógica e racionalidade específica

que lhes permitia arrancar direitos. A propósito deste raciocínio, de onde se depreende uma metodologia interpretativa nova, no prefácio da obra *Na luta por direitos*, espécie de texto-manifesto que inaugurou os estudos e a crítica sobre as teses populistas no Brasil, o professor da Unicamp Michael Hall, um dos mentores dessa corrente historiográfica, escreveu: "O livro deixa evidente como os pesquisadores estão finalmente desmontando as interpretações que, durante anos, dominaram a historiografia, interpretações formuladas inicialmente por uma certa sociologia dos anos 60. Por um longo período, por exemplo, os sociólogos e os patrões estavam unidos em desqualificar qualquer esforço sindical de participação nos rumos da política nacional, como a comprovação cabal de manipulação populistas e o evidente desvio do procedimento correto dos sindicatos, restringindo suas atividades às lutas econômicas. O passo seguinte dos sociólogos (e dos patrões) foi o de tentar desqualificar as lutas econômicas como 'corporativistas' e, portanto, também ilegítimas". (Fortes *et al*, 1999: 9)

Seria esta corrente, uma corrente revisionista na historiografia brasileira? Para Felipe Demier, um dos primeiros autores a abordar as discussões em torno do populismo em perspectiva historiográfica, "Sem muito esforço, é possível observar nessa *corrente* historiográfica uma significativa influência da *ideologia da cidadania* que, de origem liberal e há muito presente no marxismo de linhagem social-democrata, foi abraçada entusiasticamente por grande parte da *intelligentsia petista* em meados dos anos 80 e, sobretudo, a partir da década de 1990. A adoção de tal ideologia não implicou, entretanto, um abandono da totalidade dos instrumentais marxistas de análise por parte dos historiadores em questão. Assim, ao se deter sobre as atividades sindicais e partidárias dos trabalhadores brasileiros durante o período populista, essa *corrente* historiográfica ecleticamente amalgamou noções como "luta de classes" e "cidadania", "hegemonia" e "luta por direitos". Provavelmente, esse hibridismo teórico esteja na raiz explicativa do fato de que esses historiadores ao mesmo tempo em que encetaram um indispensável resgate das lutas operárias sob a dominação populista, o fizeram tomando-as, em tom laudatório, como lutas por *cidadania*." (Demier, 2014: 141)

É verdade que a historiografia praticada pelos pesquisadores da Unicamp, que podemos chamar de corrente "Luta por direitos", ainda que escrevendo nos marcos de um marxismo, mesmo que heterodoxo, baseado numa livre leitura de um Thompson que supostamente negligenciava os elementos da consciência na acepção lenineana do termo, mesmo sem que sejam plenamente revisionistas quando do lançamento da obra em tela, se deslocaram cada vez mais do âmbito do marxismo. Até aí nenhum problema. Posto que o critério de julgamento do revisionismo, partindo da premissa de que existe algum critério, não é a relação de historiadores com o marxismo, mas o fato de que a historiografia, consciente ou inconscientemente, passa a falar mais do seu próprio tempo do que do passado, não seria exagerado supor que algum deslocamento tivesse ocorrido entre os historiadores dessa em função dos compromissos políticos assumidos com o Partido dos Trabalhadores e da perspectiva em torno da

cidadania, o que redundaria numa negação do papel das vanguardas e da consciência trazida “de fora” da classe, pelo partido, como sugeria Lenin.

Sobre o assunto, vejamos o que diz Marco Aurélio Garcia, atual Assessor Especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais do governo de Dilma Rousseff (PT) e professor aposentado da Unicamp. Garcia, que dividia com Hall a tarefa de orientação dos jovens estudantes de pós-graduação que conformariam a corrente “Luta por direitos”, fazendo um balanço sobre a trajetória das esquerdas no Brasil pontuou: “Esta [a esquerda] não rompe totalmente com sua herança, como o indicam a persistência em suas concepções de um forte componente estatista, o fascínio que sobre ela ainda exercem inúmeros aspectos do socialismo ‘realmente existente’, a atração pela ‘eficácia bolchevista’ dos modelos de organização partidária ou a reivindicação quase positivista de uma ‘teoria científica todo-poderosa’ (Lenin) necessária para nortear a prática política. A lista não é evidentemente exaustiva.” (Garcia, 1986: 201)

Não há dúvida que as disputas travadas no campo da historiografia tinham importantes repercussões políticas. Posto que o balanço de um dos principais formuladores do PT em meados dos anos 1980 precisava afirmar a perspectiva do novo partido, longe dos matizes teóricos que informavam boa parte da esquerda brasileira, não era desprovido de sentido o embate intelectual que efetuava em torno da história e da memória do movimento operário. Ainda mais porque as disputas com este legado não eram apenas com os setores que haviam ficado fora do PT, mas também com as correntes marxistas revolucionárias, especialmente com as correntes trotskistas, que haviam convergido para a formação do Partido dos Trabalhadores em 1980, mas permaneciam reivindicando a tradição terceiro-internacionalista.

Por conta dessas disputas, Garcia não se furtou a demarcar o campo surgido com o advento do novo partido, de todo diferente da tradição legada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). O novo campo político, agora ocupado pelo PT, se confundia com as perspectivas historiográficas que reivindicavam o lugar da classe operária, com seu discurso e consciência que prescindiam do fator externo:

Por conta dessa movimentação e desta intenção manifesta, não se pode dizer que não havia uma revisão politicamente motivada da historiografia até então existente. Não obstante, como entendemos que boa parte da prática historiográfica é politicamente motivada, o que não constitui um problema por si só, restaria saber se os trabalhos surgidos no rastro dessa revisão tem correspondência nas evidências históricas descobertas ou utilizadas recentemente. Ao lado desse aspecto, vale discutir, como sugeria o próprio Thompson, se as hipóteses articuladas dialogam adequadamente como essas evidências.

No que tange ao trabalho empírico, não há dúvida quanto a capacidade dessa nova historiografia que dedica especial apreço pela empiria. Entretanto, talvez por conta de demasiado empirismo, hiperdimensionado pelo impressionismo causado pelo significativo ascenso da classe operária em fins dos anos 1970 e inícios dos 1980, não seria improvável supor que a falta de rigor teórico descambasse

para a formulação de hipóteses insuficientes diante de um fenômeno que podia apenas parcialmente ser explicado pela dimensão de autonomia da classe operária. Ou seja, não seria exagero se afirmar que os compromissos políticos expressados pela corrente que assistia com otimismo a reentrada em cena da classe operária, com a projeção de lideranças próprias, como a do próprio Lula, não fosse capaz de perceber que os sujeitos políticos (os partidos) não tinham saído de cena com o advento do sujeito social (a classe) até então silenciada.

Do populismo ao trabalhismo: o indisfarçável revisionismo da historiografia fluminense

Se pode ainda haver dúvida quanto ao caráter revisionista da corrente historiográfica da Unicamp, entre os críticos do revisionismo sobram certezas quanto à corrente de historiadores fluminenses que, inspirados na obra de Ângela de Castro Gomes aprofundaram alguns aspectos apenas apontados pela professora aposentada da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Fundação Getúlio Vargas. Com efeito, *A invenção do trabalhismo* (1988), obra de referência inauguradora de uma outra vertente interpretativa sobre o fenômenos até então conhecido como “populismo”, propunha o termo “trabalhismo” em substituição ao conceito anterior.

Não seria despropositado afirmar que *A invenção do trabalhismo* já nasceu como obra clássica, pois a autora buscava criticar as teses “populistas”, sem, contudo, ceder aos encantos sedutores da memória reificadora do Vargas estadista. Articulado, cuidadosamente, ferramentas da antropologia, com a descoberta de novas evidências históricas de práticas políticas até então pouco conhecidas, a professora da UFF, todavia, terminou abrindo as portas para a renúncia pura e simples de algumas noções bastante caras aos teóricos do “populismo”.

Sobre o assunto, numa outra obra-manifesto que pretendia demarcar o terreno do debate historiográfico com os teóricos do populismo, Ângela de Castro Gomes afirmou seu objetivo com a proposição da noção de “trabalhismo”: “O que eu pretendia demarcar era justamente que não aceitava esta concepção, nem de classe trabalhadora, nem de pacto político. O uso da ‘palavra’ *populismo*, assim, me pareceu algo extremamente danoso para enunciar o que eu desejava defender, e a ‘palavra’ *trabalhismo*, cuja *invenção* eu acompanhava em minha análise histórica, surgia como muito mais adequada para a proposta da então tese. Quer dizer, *trabalhismo* seria usado, por mim, como uma categoria, passando a se referir a um certo conjunto de idéias e práticas políticas, partidárias e sindicais, o que poderia ser identificado para além de seu contexto de origem histórica: o Estado Novo.” (Gomes, 2001: 55)

Tomando a sério a ideia do trabalhismo, um grupo de historiadores da UFF assumiu o desafio de sepultar de uma vez por todas as teses sobre o populismo produzidas pelos sociólogos nos anos 1960. Ocupados em desfazer aquilo que entendiam ser uma visão unilateral da dominação política, informada num certo marxismo, historiadores como Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho aprofundaram as

críticas aos teóricos do populismo e as apreciações que estes tinham produzido sobre o governo de Getúlio Vargas, visto sempre de maneira negativa, como exercício estrito da dominação política e de classe.

A historiografia que se desenvolveu na esteira dessa interpretação abdicou não apenas da perspectiva crítica diante da Era Vargas, especialmente da ditadura do Estado Novo, mas assumindo outra postura historiográfica incorporou uma dimensão de condenação das abordagens tidas por excessivamente críticas e ideologizadas. Contra boa parte das evidências conhecidas, Jorge Ferreira superdimensionou os fenômenos de massas ligados ao varguismo, especialmente o queremismo, ao mesmo tempo em que depreciou a atuação dos grupos adversários, muito especialmente dos comunistas. Sobre estes, Ferreira dedicou um livro inteiro, *Prisioneiros do mito*, defendendo a tese de que os membros do PCB articulavam uma visão de mundo ligada à dimensão religiosa. Usou para isso, a antropologia de Mircea Eliade como ferramenta interpretativa fundamental de análise do movimento comunista nos anos 1950. Sobre o queremismo, adjetivação da consigna de “queremos Getúlio”, esposada por partidários de Vargas em 1945, Ferreira propôs que tal atitude estava eivada de uma racionalidade e uma lógica coerentes. E se não restam dúvidas sobre a validade deste postulado, cabe perguntar por que o mesmo critério não foi adotado em relação aos comunistas?

Com a justificativa de afirmar uma tal “cultura política” nos tempos do varguismo para criticar as teses sobre o populismo, o historiador fluminense destituiu da história a luta de classes e o exercício de direção política através do Estado como forma típica da dominação burguesa: “Populismo, efeitos das hábeis técnicas de propaganda política, mistificação ideológica, manipulação de massas, consciência desvirtuadas de seus ‘reais’ interesses, nenhuma dessas explicações, atualmente, convence o estudioso. Os historiadores etnográficos, há bastante tempo, nos ensinam que se a cultura erudita tem o objetivo de subjugar os povos, não há porque acreditar que ‘estes foram real, total e universalmente submetidos’ (...) O queremismo, antes de ser apressadamente interpretado como a vitória final de um suposto condicionamento homogeneizador da mídia do Estado Novo, expressou uma cultura política popular e a manifestação de uma identidade coletiva dos trabalhadores, resultados de experiências vividas e partilhadas entre eles, ao mesmo tempo políticas, econômicas e culturais, antes e durante o primeiro governo Vargas” (Ferreira, 2005: 26)

Com este procedimento, Ferreira confirma o viés revisionista de sua historiografia, pois tanto não encontra correspondente nas evidências empíricas que relaciona para pensar a Era Vargas, como manifesta significativo impressionismo a partir das fontes e da bibliografia que cuidadosamente seleciona para afirmar os seus postulados. Por conta disso, o autor, que considera o queremismo comparável a Aliança Nacional Libertadora (ANL) dos anos 1930 e ao movimento das Diretas Já da década de 1980 (Ferreira, 2005: 26) toma a figura de Vargas como uma espécie de mito político, transmutado da

dimensão religiosa, para o plano do imaginário e da cultura política da “sociedade” brasileira (Ferreira, 2005: p. 41).

Algumas palavras finais

As teses revisionistas que proliferaram desde a década de 1980, amealharam inúmeros adeptos e permanecem seduzido boa parte das novas gerações de historiadores. Não obstante o peso desigual que tenham tido e o grau de heterogeneidade dos seus postulados, além do fato de que, em muitas circunstâncias, não dialogam entre si, não seria exagerado se afirmar que já se constituem como um fenômeno historiográfico de grandes proporções e importância na historiografia brasileira.

As polêmicas em torno das correntes revisionistas permanecem em aberto no Brasil. A afirmação de um paradigma ou a predominância de explicações relativistas centradas nos aspectos da cultura política se relaciona com as dimensões da memória que desde os anos 1990 volta a se colocar perguntas sobre as revoluções, as contrarrevoluções, o fascismo e seus correlatos. Como se sabe, as memórias que importam em políticas no presente, como a memória e a história da escravidão e do povo negro no Brasil, a memória e a história das revoluções e dos regimes de exceção, sendo um campo de disputa política, provocam partidarismos e debates apaixonados. Quanto a isso não há o que fazer. Não obstante, a obrigação dos historiadores, ao lado do trabalho empírico, é tentar tanto o quanto possível formular hipóteses que sejam adequadas às evidências encontradas, pois perguntas mal formuladas e com informação teórico-metodológica inadequada, haverão de produzir explicações limitadas e insuficientes, sendo incapazes de ultrapassar o campo das memórias e das ideologias de cada época, sendo este o caso dos revisionismos aqui abordados.

Referências bibliográficas

- DECCA, Edgar de, (1992), *1930: o silêncio dos vencidos. Memória, história e revolução*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense.
- DEMIER, Felip, (2014), “Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo”. In: MELO, D. B. de (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, p. 125-156.
- FERREIRA, Jorge, (2001), “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 59-124.
- , (2002), *Prisioneiros do mito. Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EdUFF, Rio de Janeiro: Mauad.
- , (2005), *O imaginário trabalhista. Getulismo, PTB e cultura política popular. 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FORTES, Alexandre *et al.*, (1990) *Na luta por direitos. Estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp.
- GARCIA, Marco Aurélio. (1986) “Contribuições para uma história da esquerda brasileira”. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B. (Org.) *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, p. 193-223.

- , "(1991), Reforma ou Revolução/Reforma e Revolução". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 10, n. 20, p. 9-38, mar.91/ago.91.
- GOMES, Ângela de Castro, (2001), "O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito". In: *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 17-57.
- , (2005), *A invenção do trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- GOENDER, Jacob (1990), *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática.
- HOSBABAWM, Eric, (1989), *Ecoss da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras.
- , (1998), "Podemos escrever uma história da Revolução Russa?". In: *Sobre história. Ensaios*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 256-267.
- IANNI, Octavio, (1987), *O colapso do populismo no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LOFF, Manue, (2014), "Depois da Revolução?... Revisionismo histórico e anatemização da Revolução. In: MELO, D. B. de (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, p. 53-65.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich., (1989), *A ideologia alemã. Teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Martins Fontes.
- REIS FILHO, Daniel Aarão, (2001), "O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita". In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 319-377.
- SCHAF, Adam, (1987), *História e verdade*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes.
- SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de, (2014), "Mito, memória e História: a historiografia anticomunista no Brasil e no mundo". In: MELO, D. B. de (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, p. 99-121.
- VESENTINI, Carlos Alberto, (1997), *A teia do fato. Uma proposta de estudo sobre a Memória Histórica*. São Paulo: HUCITEC.
- WEFFORT, Francisco C., (2003), *O populismo na política brasileira*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ISBN: 978-972-96844-3-2

© 2015. Instituto de História Contemporânea.

